ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 56

Brasília - DF, quarta-feira, 22 de março de 2017

Sumário

PÁGINA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 7
Ministério da Defesa 22
Ministério da Educação 22
Ministério da Fazenda 26
Ministério da Integração Nacional 62
Ministério da Justiça e Segurança Pública 62
Ministério da Saúde 69
Ministério das Relações Exteriores 75
Ministério de Minas e Energia 76
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 82
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 82
Ministério do Esporte 83
Ministério do Meio Ambiente 84
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 84
Ministério do Trabalho 85
Ministério dos Direitos Humanos 85
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 86
Conselho Nacional do Ministério Público 87
Ministério Público da União 87
Tribunal de Contas da União 90
Poder Legislativo 146
Poder Judiciário 148
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 151

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuária, Substituto, de acordo com as atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 10 da Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21020.000643/2017-41, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Goiás como Área com Praga Ausente para o Cancro Cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. citri).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 20, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Resumo dos pleitos concedidos de registro de acordo com o Artigo 14 do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP
b. Marca Comercial: Thiophanate Methyl Técnico DVA
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0117, conforme processo 21000.000235/2011-32
d. Fabricante: Jiangxi Heyi Chemical Co. Ltd. - Jiangxi - China, Meghmani Organics Limited - Gujarat - Índia, Ningxia Ruitai Technology Co. Ltd. - Ningxia - China
e. Nome Químico: 4,4'-(o-phenylene)bis(3-thioallophanate), Nome comum: Tiofanato Metílico
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto perigoso ao meio ambiente
2 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR
b. Marca Comercial: Fipronil Nortox
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0217, conforme processo 21000.006287/2012-01
d. Fabricante: Jiangsu Tuoqiu Agrochemical Co., Ltd - Jiangsu- China, Formulador: Nortox S.A. - Arapongas/PR
e. Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alpha,alpha,alpha-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile, Nome comum: Fipronil
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: indicado para as culturas de algodão, arroz, batata, cana-de-açúcar, eucalipto, feijão, milho, trigo, soja e pastagem.
h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente
3 - a. Nome do titular: FMC Química do Brasil Ltda - Uberaba/MG
b. Marca Comercial: Quartzo
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0317, conforme processo 21000.013303/2016-38
d. Fabricante: CHR. Hansen GMBH - Nienburg - Alemanha, Formulador: FMC Química do Brasil Ltda - Uberaba/MG, FMC Corporation - NY - EUA, CHR. Hansen Ind. e Com. Ltda - Valinhos/SP
e. Nome Químico: não se aplica
f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus licheniformis
g. Indicação de uso: indicado para todas as culturas onde o alvo biológico ocorrer
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto Pouco perigoso ao meio ambiente
4 - a.Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.-Marcanaú-CE
b. Marca Comercial: Decision 750 SP
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0417, conforme processo 21000.000622/2010-98
d. Fabricante: Coromandel International Limited - Gujarat - Índia, Formulador: Coromandel International Limited - Gujarat - Índia
e. Nome Químico: O,S-dimethyl acethylphosphoramidothioate, Nome comum: Acefato
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: indicado para as culturas de algodão, feijão e soja.
h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente.
5 - a.Nome do titular: Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP
b.Marca Comercial: Atrazina Técnica Fersol
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0517, conforme processo 21000.010865/2011-15
d. Fabricante: Zhejiang Zhongshan Chemical Industry Group Co. Ltd. - Zhejiang - China, Shandong Binnong Technology Co. Ltd. - Shandong - China
e. Nome Químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine, Nome comum: Atrazina
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto muito perigoso ao meio ambiente
6 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda - São Paulo/SP
b. Marca Comercial: Captan Técnico
c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 0617, conforme processo 21000.005170/2011-11
d. Fabricante: India Pesticides Limited - Lucknow - Índia
e. Nome Químico: N-(trichloromethylthio)cyclohex-4-ene-1,2-dicarboximide, Nome comum: Captan
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente
7 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR
b. Marca Comercial: Paraquat Técnico Nortox
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0717, conforme processo 21000.001193/2012-38
d. Fabricante: Nanjing Red Sun Biochemistry Co. Ltd. - Jiangsu - China
e. Nome Químico: 1,1'-dimethyl-4,4'-bipyridinium dichloride, Nome comum: Dicloreto de Paraquate
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto muito perigoso ao meio ambiente
8 - a. Nome do titular: CCAB Agro S.A. - São Paulo/SP
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico CCAB
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0817, conforme processo 21000.008821/2012-14
d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Zhejiang - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto perigoso ao meio ambiente
9 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico Nortox BR
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 0917, conforme processo 21000.002874/2014-85
d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Zhejiang - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto perigoso ao meio ambiente

10 - a. Nome do titular: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda - São Paulo/SP
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico Proventis
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1017, conforme processo 21000.003946/2014-10
d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - Zhejiang - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente
11 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/SP
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico Nortox
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1117, conforme processo 21000.005797/2011-72
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. - Jiangsu - China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. North area of Dongsha Chem-Zone - Jiangsu - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente
12 - a. Nome do titular: Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico Sup
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1217, conforme processo 21000.005721/2013-17
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. Jiangsu - China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. - North area of Dogsha Chem-Zone - Jiangsu - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III-Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III-Produto perigoso ao meio ambiente

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Cheíe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

13 - a.Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda - Piracicaba/SP
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico SV BRA
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1317, conforme processo 21000.005838/2013-92
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. Jiangsu - China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. - North area of Dogsha Chem-Zone - Jiangsu - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III-Produto perigoso ao meio ambiente
14 - a.Nome do titular: Cropchem Ltda - Porto Alegre/RS
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico SV-Cropchem
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1417, conforme processo 21000.006011/2013-04
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. Jiangsu - China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. - North area of Dogsha Chem-Zone - Jiangsu - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente
15 - a.Nome do titular: FMC Química do Brasil Ltda - Campinas/SP
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico Cheminova JSC
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1517, conforme processo 21000.007458/2013-92
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. Jiangsu - China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. - North area of Dogsha Chem-Zone - Jiangsu - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto perigoso ao meio ambiente
16 - a. Nome do titular: Stockton-Agrimor do Brasil Ltda - São Paulo/SP
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico STK
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1617, conforme processo 21000.015733/2016-94
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. - Jiangsu - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto pouco perigoso ao meio ambiente
17 - a. Nome do titular: Adama Brasil S/A
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico Adama BR
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1717, conforme processo 21000.034819/2016-16
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd - Jiangsu - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4'-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente
18 - a. Nome do titular: FMC Química do Brasil Ltda - Campinas/SP
b. Marca Comercial: Presence
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1817, conforme processo 21000.041148/2016-40
d. Fabricante: CHR. Hansen GMBH - Niemburg - Alemanha, Formulador: FMC Química do Brasil Ltda - Uberaba/MG, FMC Corporation - NY - EUA, CHR. Hansen Ind. e Com. Ltda - Valinhos/SP
e. Nome Químico: não se aplica
f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus licheniformis
g. Indicação de uso: indicado para todas as culturas onde há ocorrência do alvo biológico
h. Classificação toxicológica: III- Medianamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV-Produto pouco perigoso ao meio ambiente
19 - a. Nome do titular: Vectorcontrol Indústria e Com. de Produtos Agropecuários Ltda-Vinhedo/SP
b. Marca Comercial: Bac Control Max WP
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 1917, conforme processo 21000.003697/2015-35
d. Fabricante/Formulador: Vectorcontrol Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda-Vinhedo/SP
e. Nome Químico: não se aplica
f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus Thuringiensis
g. Indicação de uso: indicado para todas as culturas onde o alvo biológico ocorrer
h. Classificação toxicológica: II - Altamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto Pouco perigoso ao meio ambiente
20 - a. Nome do titular: S3 Serviços Administrativos e Consultoria Ltda - Fortaleza/CE
b. Marca Comercial: Mesotriona Técnica Proventis
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2017, conforme processo 21000.003996/2012-27
d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - Zhejiang - China, Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - Zhejiang - China
e. Nome Químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)cyclohexane-1,3-dione, Nome comum: Mesotriona
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente
21 - a. Nome do titular: Dinagro Agropecuária Ltda - Ribeirão Preto/SP
b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico Dinagro
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2117, conforme processo 21000.004455/2015-69
d. Fabricante: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Hebei - China, Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd - Ningbo, Zhejiang-China
e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente
22 - a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG
b. Marca Comercial: PonteiroBR
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2217, conforme processo 21000.010419/2013-72
d. Fabricante: Oriental (Luzhou) Agrochemicals Co., Ltd.-Luzhou City Naxi District - China, Formulador: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda-Salto de Pirapora/SP, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Micro Service Indústria Química Ltda - Diadema/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Oriental (Luzhou) Agrochemicals Co., Ltd. - Luzhou City Naxi District - China
e. Nome Químico: 2,4-dichloro-5-(4-difluoromethyl-4,5-dihydro-3-methyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazol1-yl)methanesulfonalide, Nome comum: Sulfentrazone
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: indicado para as culturas de abacaxi, café, citros, cana-de-açúcar, fumo e soja.
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente
23 - a. Nome do titular: Bayer S.A. - São Paulo/SP
b. Marca Comercial: Oleaje
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2317, conforme processo 21000.002089/2015-11
d. Fabricante/Formulador: Bayer S.A. - Km 29,5 Ruta al Pacifico - Amatitlán-Guatemala, Bayer S.A. - Carrera 50 Calle 8-Atlântico - Soledad - Colômbia, Bayer S.A. - Belford Roxo/RJ, Bayer Pharma AG - Ernst-Schering-Strasse 14 D 59192-Bergkamen - Alemanha, Bayer CropScience s.r.l. - Via Delle industrie 9 - 24040 - Bergamo - Filagro - Itália, Bayer CropScience AG - Industriepark Hochst - Frankfurt - Alemanha, Bayer Turk Kimya San. Ltd. Sti. Baris Mahallesi - Anibal Caddesi nº1 - Kocaeli - Gebze - Turquia, Bayer CropScience LP - 8400 Hawthorn Road - Missouri - Kansas City - EUA, Bayer CropScience Biologics GmbH-Inseltr 12-Malchow/Poel-Alemanha, Bayer SAS - Rue Antonine Laurent de Lavoisier Zl BP2, Zone industrielle - Marle-sur-Serre - França, Bayer CropScience LP -3310 Pasadena Blvd -77053 - Texas - Pasadena - EUA, Bayer CropScience Inc - 295 Henderson Drive -S4N 6C2 - Saskatchewan - Regina - Canadá, Bayer de México S.A. de C.V. - Autopista San Martin Texmelucan - San Felipe lxtacuixtla de Mariano Matamoros - México, Bayer SAS - 1 avenue Edouard Herriot. BP 442 - Villefranche-sur-saône Cedex - França, Bayer CropScience Biologics GmbH - Lukaswiese 4 - Wismar-Redentin - Alemanha, Bayer S.A. - Camino de la Costa Brava S/N - Buenos Aires-Argentina, Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora/SP, Biagro do Brasil Ltda - Rua Afonso Figueró, Cambé/PR, Fermic S.A. de C.V. - Reforma nº 873, Col. San Nicolas Tolentino - México, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Laboratórios Biagro S.A. - Ruta 40 km - Parque Industrial gral. Las heras - Buenos Aires - Argentina, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Com. de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP
e. Nome Químico: não se aplica
f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus firmus

g. Indicação de uso: para todas as culturas onde houver a ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco perigoso ao meio ambiente

24 - a. Nome do titular: Bayer S.A. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Andril

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2417, conforme processo 21000.002090/2015-38

d. Fabricante/Formulador: Bayer S.A. - Km 29,5 Ruta al Pacifico - Amatitlán-Guatemala, Bayer S.A. - Carrera 50 Calle 8-Atlântico - Soledad - Colômbia, Bayer S.A. - Belford Roxo/RJ, Bayer Pharma AG - Ernst-Schering-Strasse 14 D 59192-Bergkamen - Alemanha, Bayer CropScience s.r.l. - Via Delle industrie 9 - 24040 - Bergamo - Filagro - Itália, Bayer CropScience AG - Industriepark Hochst - Frankfurt - Alemanha, Bayer Turk Kimya San. Ltd. Sti. Baris Mahallesi - Anibal Caddesi nº1 - Kocaeli - Gebze - Turquia, Bayer CropScience LP - 8400 Hawthorn Road - Missouri - Kansas City - EUA, Bayer CropScience Biologics GmbH-Inseltr 12-Malchow/Poel-Alemanha, Bayer SAS - Rue Antonine Laurent de Lavoisier Zl BP2, Zone industrielle - Marle-sur-Serre - França, Bayer CropScience LP -3310 Pasadena Blvd -77053 - Texas - Pasadena - EUA, Bayer CropScience Inc - 295 Henderson Drive -S4N 6C2 - Saskatchewan - Regina - Canadá, Bayer de México S.A. de C.V. - Autopista San Martin Texmelucan - San Felipe lxtacuixtla de Mariano Matamoros - México, Bayer SAS - 1 avenue Edouard Herriot. BP 442 - Villefranche-sur-saône Cedex - França, Bayer CropScience Biologics GmbH - Lukaswiese 4 - Wismar-Redentin - Alemanha, Bayer S.A. - Camino de la Costa Brava S/N - Buenos Aires-Argentina, Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora/SP, Biagro do Brasil Ltda - Rua Afonso Figueró, Cambé/PR, Fermic S.A. de C.V. - Reforma nº 873, Col. San Nicolas Tolentino - México, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Laboratórios Biagro S.A. - Ruta 40 km - Parque Industrial gral. Las heras - Buenos Aires - Argentina, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Com. de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP

e. Nome Químico: não se aplica

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus firmus

g. Indicação de uso: para todas as culturas onde houver a ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV- Produto pouco perigoso ao meio ambiente

25 - a. Nome do titular: Vectorcontrol Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda - Vinhedo/SP

b. Marca Comercial: Tarik WP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2517, conforme processo 21000.002591/2015-14

d. Fabricante: Vectorcontrol Indústria e Com. de Produtos Agropecuários Ltda - Vinhedo/SP, Formulador: Vectorcontrol Indústria e Com. de Produtos Agropecuários Ltda - Vinhedo/SP

e. Nome Químico: não se aplica

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus thuringiensis

g. Indicação de uso: para todas as culturas onde houver a ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: II - Altamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco perigoso ao meio ambiente

26 - a.Nome do titular: Vectorcontrol Indústria e Com. de Produtos Agropecuários Ltda - Vinhedo/SP

b. Marca Comercial: Helymax WP

c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 2617, conforme processo 21000.003695/2015-46

d. Fabricante: Vectorcontrol Indústria e Com. de Produtos Agropecuários Ltda-Vinhedo/SP

e. Nome Químico: não se aplica

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus thurigiensis

g. Indicação de uso: para todas as culturas onde houver a ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Pouco perigoso ao meio ambiente

27 - a. Nome do titular: Biesterfeld do Brasil Ind. Com. Prods. Quim.Ltda- São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Paraquat Técnico Biesterfeld

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 2717, conforme processo 21000.002749/2010-41

d. Fabricante: Nanjing Red Sun Biochemistry Co. Ltd. - Jiangsu-China

e. Nome Químico: 1,1'-dimethyl-4,4'-bipyridinium dichloride, Nome comum: Dicloreto de Paraquate

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

28 - a. Nome do titular: Cropchem Ltda - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico HY-Cropchem

c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 2817, conforme processo 21000.003438/2014-23

d. Fabricante: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. -Hebei - China, Jiangsu Yangonong Chemical Group Co. Ltd. - Jiangsu - China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

29 - a.Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Glufosinate-Ammonium Técnico UPL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n°2917 , conforme processo 21000.009832/2013-30

d. Fabricante: UPL Limited - Gujarat - Índia

e.Nome Químico: ammonium 4-[hidroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalaninate, Nome comum: Glufosinato-sal de amônio

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Madianamente óxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

30 - a.Nome do titular: CCAB Agro S.A. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Acetamiprid Técnico CCAB II

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3017, conforme processo 21000.010517/2012-29

d. Fabricante: Jiangsu Fengshan Group Co. Ltd. - Jiangsu - China, Ningbo Sunjoy Agroscience Co., Ltd - Zhejiang-China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto muito Perigoso ao Meio Ambiente

31 - a. Nome do titular: Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda - Foz do Iguaçu/PR

b. Marca Comercial: Glifosato Técnico Genbra III

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3117, conforme processo 21000.010486/2010-44

d. Fabricante: Jingma Chemicals Co. Ltd. - Zhejiang - China, Jiangsu Good Harvest - Weien Agrochemical Co. Ltd. - Jiangsu, China

e. Nome Químico: N-(phosphomethyl)glycine, Nome comum: Glifosato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

32 - a. Nome do titular: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Ryzup 400

c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 3217, conforme processo 21000.008047/2014-03

d. Fabricante: Abbott Laboratories -1401 Sheridan Rd. North Chicago, IL - USA, Formulador: A TO Z Drying, INC 215 State Street, Osage, Iowa - USA

e. Nome Químico: (3S,3aS,4S,4aS,7S,9aR,12S)-7,12-dihydroxy-3-methyl-6-methylene-2-oxoperhydro-4a,7-methano-9b,3-propenoazuleno)-1,2-b-furan-4-carboxylic acid, Nome comum: Ácido Giberélico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: indicado para as culturas de arroz, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente

33 - a. Nome do titular: CCAB Agro S.A. - Paraíso/SP

b. Marca Comercial: Glifosato Técnico CCAB IV

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3317, conforme processo 21000.010647/2010-08

d. Fabricante: Jingma Chemicals Co. Ltd. - Longyou, Zhejiang - China, Jiangsu Good Harvest - Weien Agrochemical Co. Ltd. - Jiangsu - China

e. Nome Químico: N-(phosphomethyl)glycine, Nome comum: Glifosato

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

34 - a.Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR

b. Marca Comercial:Acetamiprid Técnico Nortox

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3417, conforme processo 21000.008050/2011-76

d. Fabricante: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Hebei - China, Jiangsu Yangnong Chemical Group Co., Ltd - Jiangsu - China, Shandong Hailir Chemical Co., Ltd - Shandong - China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

35 - a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG

b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico Ouro Fino

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3517, conforme processo 21000.008487/2014-52

d. Fabricante: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Hebei - China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto muito perigoso ao meio ambiente

36 - a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Marcanaú/CE

b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico Nufarm

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3617, conforme processo 21000.003008/2013-21

d. Fabricante: Jiangsu Fengshan Group Co. Ltd. - Dafeng, Jiangsu - China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

37 - a. Nome do titular: S3 Serviços Administrativos e Consultoria Ltda - Fortaleza/CE

b.Marca Comercial: Acetamiprido Técnico Proventis

c.Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3717, conforme processo 21000.010515/2012-30

d. Fabricante: Jiangsu Fengshan Group Co. Ltd. - Dafeng, Jiangsu - China, Jingsu Yangnong Chemical Group Co. Ltd. - Jiangsu - China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamdine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto muito perigoso ao meio ambiente

38 - a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú-CE

b. Marca Comercial: Nicossulfurom Técnico Nufarm

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3817, conforme processo 21000.002136/2011-95

d. Fabricante: Jiangsu Fengshan Group Co. Ltd. - Jiangsu - China

e. Nome Químico: 2-(4,6-dimethoxypyrimidin-2-ylcarbamoyl sulfamoyl)-N,N-dimethylnicotinamide, Nome comum: Nicosulfuron

f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III- Produto perigoso ao meio ambiente

39 - a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG

b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico OF

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 3917, conforme processo 21000.000510/2013-80

d. Fabricante: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. Zhejiang - China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Grupo Químico: Neonicotinóide

g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

40 - a. Nome do titular: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Diflubenzuron Técnico Proventis

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4017, conforme processo 21000.002027/2015-00

d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co., Ltd - nº9, Weijiu Rd., Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development area, Zhejiang - China

e. Nome Químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea, Nome comum: Diflubenzuron

f. Grupo Químico: benzoiluréia

g. Indicação de uso: Produto Técnico

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto Perigoso ao Meio Ambiente

41 - a. Nome do titular: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

b .Marca Comercial: Diflubenzurom Técnico Nufarm NCS

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4117, conforme processo 21000.009681/2012-93

d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. Nº9 Weijiu Road, Hagzhou Bay Economic Technological - Zhejiang-China

e. Nome Químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea, Nome comum: Diflubenzurom

f. Grupo Químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobezoyl)urea

g. Indicação de uso: Produto Técnico
h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto Perigoso ao Meio Ambiente
42 - a.Nome do titular: Stockton-Agrimor do Brasil Ltda - Pinheiros/SP
b. Marca Comercial: Flutriafol Técnico Stockton
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4217, conforme processo 21000.007905/2013-11
d. Fabricante: Shangyu Nutrichem Co., Ltd - nº 9, Weijiu, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development area, Zhejiang - China
e. Nome Químico: (RS)-2,4-difluoro-alpha-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Grupo Químico: Triazol
g. Indicação de uso: Produto Técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto Perigoso ao Meio Ambiente
43 - a. Nome do titular: Sharda do Brasil Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda - São Paulo/SP
b. Marca Comercial: Flutri Técnico SD
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4317, conforme processo 21000.023653/2016-11
d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. - North area of Dongsha Chem-zone Jiangsu-China
e. Nome Químico: (RS)-2,4-difluoro-alpha-(1H-21,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, Nome comum: Flutriafol
f. Grupo Químico: triazol
g. Indicação de uso: Produto Técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto Perigoso ao Meio Ambiente
44 - a.Nome do titular: Cropchem Ltda - Porto Alegre/RS
b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico SN-Cropchem
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4417, conforme processo 21000.007868/2014-14
d. Fabricante:Nigbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. - Zhejiang - China
e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido
f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica
g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto muito perigoso ao meio ambiente
44 - a. Nome do titular: Macroseeds Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda-São Miguel do Iguaçu/PR
b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico Macroseeds
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4517, conforme processo 21000.012011/2011-73
d. Fabricante: Changzhou August Agrochem Company Limited - China
e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol, Nome comum: Difenoconazole
f. Grupo Químico: Triazol
g. Indicação de uso: Produto Técnico
h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
44 - a. Nome do titular: Atanor do Brasil Ltda - Porto Alegre/RS
b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico Agristar
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4617, conforme processo 21000.004603/2015-45
d. Fabricante: Jiangsu Fengshan Group Co., Ltd - Wanggang Town -Jiangsu - China
e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido
f. Grupo Químico: Neonicotinóide
g. Indicação de uso: trata-se de produto técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto muito perigoso ao meio ambiente
45 - a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG
b. Marca Comercial: ProntoBR
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4717, conforme processo 21000.011407/2009-89
d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd - Binhai Economic Development area Weifang - Shandong - China, Shandong Cynda Chemicals Co., Ltd. - Economic Development area, Boxing Country Shandong - China, Formulador: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Servatis S.A. - Resende/RJ,
e. Nome Químico: N2-ethyl-N4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine; 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one, Nome comum: Ametrina; Clomazona
f. Grupo Químico: Triazina; Isoxazolidinona
g. Indicação de uso: Produto Técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
46 - a. Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda - Piracicaba/SP
b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico BRA
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4817, conforme processo 21000.006409/2014-13
d. Fabricante: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. 1165, Binhai Road, Chemical Industry Zone of Ningbo-Zhenhai, Zhejiang - China
e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylcetamidine, Nome comum: Acetamiprido
f. Grupo Químico: Neonicotinóide
g. Indicação de uso: Produto Técnico
h.Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
47 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda - São Paulo/SP
b. Marca Comercial: Acetamiprido Técnico SD
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 4917, conforme processo 21000.001488/2015-57
d. Fabricante: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. 1165, Binhai Road, Chemical Industry Zone of Ningbo-Zhenhai, Zhejiang - China, Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. Industrial Zone, South of Yuanshi County Shijiazhuang, Hebei-China e.Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl-methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido
f. Grupo Químico: Neonicotinóide
g. Indicação de uso: Produto Técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
48 - a. Nome do titular: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda -Porto Alegre/RS
b. Marca Comercial: Atrazina 900 WG Rainbow
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5017, conforme processo 21000.006767/2011-83
d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Binhai Economic Development area - Weifang - Shandong - China, Formulador: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Binhai Economic Development area - Weifang - Shandong - China
e. Nome Químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine, Nome comum: Atrazina
f. Grupo Químico: Triazina
g. Indicação de uso: Produto Técnico
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
49 - a.Nome do titular: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda - Porto Alegre/RS
b. Marca Comercial: Farmozine Plus
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5117, conforme processo 21000.006767/2011-83
d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. Binhai Economic Development area - Weifang - Shandong - China, Formulador: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Binhai Economic Development area - Weifang - Shandong - China
e. Nome Químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Nome comum: Atrazine
f. Grupo Químico: Triazina
g.Indicação de uso: indicado para as culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo em pré e pós-emergência
h.Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
50 - a.Nome do titular: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda - Porto Alegre/RS
b. Marca Comercial: Herbzina Plus
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5217, conforme processo 21000.005728/2012-40
d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. Binhai Economic Development area - Weifang - Shandong - China, Formulador: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Binhaei Economic Development area - Weifang - Shandong-China
e. Nome Químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine, Nome comum: Atrazina
f. Grupo Químico:triazina
g. Indicação de uso: indicado para as culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo
h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
51 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Com. de Insumos Agropecuários S.A.-Ituverava/SP
b. Marca Comercial: Fipronil 25% FS(CDEX 119A FP)
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5317, conforme processo 21000.006061/2009-05
d. Fabricante: Anhui Huaxing Chemical Industry Co. Ltd. - Wujiang Town, Hexian Country, Anhui - China, Formulador: Anhui Huaxing Chemical Industry Co. Ltd. - Wujiang Town, Hexian Country, Anhui - China, Servatis S.A. - Resende/RJ, UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP
e. Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2-6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile, Nome comum: Fipronil
f. Grupo Químico: Pirazol
g. Indicação de uso: indicado para as culturas para as culturas de algodão, arroz, cevada, feijão, milho, pastagens, soja e trigo.
h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II -Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente
52 - a. Nome do titular: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda - Porto Alegre/RS
b. Marca Comercial:Glifosato IPA 480 Rainbow
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5417, conforme processo 21000.002738/2010-61
d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd.-Binhai Economic Development Zone, Weifang-Shandong - China, Formulador: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Binhai Economic Development Zone, Weifang, Shandong-China, Nufarm Indústria Química e Farmacêutica - S.A.- Maracanú/CE, CHD'S Agrochemicals S.A.I.C. - Supercarretera km 9, Campo Tacarú Hermandarias, Alto Paraná - Paraguai.
e. Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine, Nome comum: Glifosato
f. Grupo Químico: Glicina substituída
g. Indicação de uso: Indicado para as culturas ameixa, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, maçã, nectarina, pera, pêssego, pastagem, pinus e eucalipto, uva, arroz, soja, milho e trigo.
h. Classificação toxicológica: I - ExtremamenteTóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto Perigoso ao Meio Ambiente
53 - a. Nome do titular: Alta América Latina Tecnologia Agrícola Ltda -Curitiba/PR
b. Marca Comercial: Glifosato Alta 720 WG
c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 5517, conforme processo 21000.002786/2011-31
d. Fabricante: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong - China, Formulador: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Binhai Economic Development area, Weifang, Shandong - China
e. Nome Químico: N-[(hydroxyphosphinato)methyl]glycine, Nome comum: Glifosato
f. Grupo Químico: Glicina substituída
g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, maçã, milho, nectarina, pastagens, pera, pêssego, soja, trigo e uva.
h. Classificação toxicológica: III - MedianamenteTóxico
i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III -Produto Perigoso ao Meio Ambiente

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÃO

No DOU de 05 de janeiro de 2017, Seção 1, em Ato n° 2, de 2 de janeiro de 2017, pág. 7, item 19, onde se lê: "De acordo com o Artigo 22§ 2° Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Bravonil 500 registro nº 01188491, foi aprovada a alteração nas recomendações de uso do produto com a exclusão das culturas de arroz e trigo, e a redução de dose para controle das pragas (Colletotrichum lindemuthianum), na cultura do feijão; (Phytophthora infestants, Alternaria solani, Septoria lycopersici e Stemphylium saiam), na cultura do tomate, (Botrytis cinérea, Colletotrichum gloeosporioides, Elsinoe ampelina e Plasmopara vitícola) na cultura da uva", leia-se: "De acordo com o Artigo 22§ 2° Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Bravonil 500 registro nº 01188491, foi aprovada a alteração nas recomendações de uso do produto com a exclusão das culturas de arroz, citros e trigo, e a redução de dose para controle das pragas (Cercospora arachidicola, Phoma arachidicola, Pseudocercospora personata, Sphaceloma arachidis), na cultura do amendoim; (Phytophthora infestans e Alternaria solaml, na cultura da batata; (Colletotrichum lindemuthianum), na cultura do feijão; (Phytophthora infestants, Alternaria solani, Septoria lycopersici e Stemphylium saiam), na cultura do tomate, (Botrytis cinérea, Colletotrichum gloeosporioides, Elsinoe ampelina e Plasmopara vitícola) na cultura da uva.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 23, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 2.075, de 27 de setembro de 2016, publicada no DOU no dia 28 de setembro de 2016. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21010.003474/2016-30, resolve:

Art. 1º Credenciar sob o número BR AM 631 da empresa AMAZÔNICA FUMIGAÇÕES E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA. EPP, CNPJ 19.950.132/0002-93, localizada a Avenida Parque, n°376, letra C, Bairro Centro - Itacoatiara/AM, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Porões de navios - FPN, modalidade fosfina.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá caráter provisório por um ano e, não sendo constatada nenhuma irregularidade neste período, poderá ser convertido em definitivo por quatro anos, mediante requerimento a ser encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura do Amazonas em até cento e vinte (120) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

PAULO IEMINI DE RESENDE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de março de 2017

Homologa Contratos de Interconexão:

Nº 94 - Processo nº 53508.000583/2017-81Classe I entre Intelig Telecomunicações Ltda CNPJ nº 02.421.421/0001-11e Espas Telecom, CNPJ nº 05.597.358/0001-67

Em 21 de março de 2017

Homologa Ofertas de Referência de Produtos de Atacado de:
Nº 130 - 53500.017178/2016-91- Roaming Nacional do Grupo Tim

Nº 132 - 53500.017176/2016-00 - Infraestrutura Passiva de Torres do Grupo Tim.

ABRAÃO BALBINO E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 20 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.386 - Expede autorização à SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS HORIZONTE AZUL, CNPJ nº 01.222.514/0001-54 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 7.387 - Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à RAIZEN ENERGIA S.A., por meio do Ato n° 999999, de 30/01/2001, para RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0003-30, bem como a outorga de autorização de uso de radiofrequência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

Nº 7.388 - Prorroga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) JAUPAVI TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA, CNPJ nº 49.861.982/0001-03 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 7.413, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Expede autorização à REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 01.886.713/0001-67 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CARLOS BEZERRA BRAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 20 DE MARÇO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização para a exploração do Serviço Limitado Privado à(ão).

Nº 7.385 - FRANCINETH RODRIGUES SILVA, CPF nº 744.014.322-15.

Nº 7.402 - TOP LYNE SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA , CNPJ nº 09.195.665/0001-72

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 7.405, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Expede autorização à AGROPECUARIA SANTA BARBARA XINGUARA S.A., CNPJ nº 07.336.695/0011-06 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 429, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

Processo nº 53500.002010/2017-61.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ/MF nº 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ribeirão das Neves/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 31 DE JANEIRO DE 2017

Nº 513 - Processo nº 53500.002311/2017-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUB DE PALMAS LTDA, CNPJ/MF nº 75.661.751/0001-58, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Palmas/PR.

Nº 514 - Processo nº 53500.002313/2017-84.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MILANO FM LTDA, CNPJ/MF nº 01.879.748/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brasilândia do Sul/PR.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Nº 593 - Processo nº 53500.002658/2017-38.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA DE COLATINA LTDA/EPP, CNPJ/MF nº 27.492.495/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Colatina/ES.

Nº 595 - Processo nº 53500.002672/2017-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CENTRO OESTE LTDA, CNPJ/MF nº 09.606.865/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rondonópolis/MT.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 613, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Processo nº 53500.002774/2017-57.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO POUSADA DO RIO QUENTE LTDA, CNPJ/MF nº 00.044.883/0001-31, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Caldas Novas/GO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 754, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

Processo nº 53500.045198/2017-32.
Outorga autorização de uso de radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DÍDIMO RIBEIRO GOMES, CNPJ/MF nº 04.072.308/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itaperuna/RJ.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

Nº 778 - Processo nº 53500.045245/2017-48.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ATIVA LTDA, CNPJ/MF nº 58.066.978/0001-36, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Teresópolis/RJ.

Nº 804 - Processo nº 53500.045365/2017-45.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOSE FRANCISCO FILHO, CNPJ/MF nº 03.820.122/0001-12, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Carnaíba/PE.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

Nº 859 - Processo nº 53500.045444/2017-56.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CANAL 20, CNPJ/MF nº 04.083.151/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 860 - Processo nº 53500.045445/2017-09.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA ITAJAI LTDA, CNPJ/MF nº 84.291.137/0001-32, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Itajaí/SC.

Nº 871 - Processo nº 53500.045533/2017-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO VALE DO CARIRI LTDA, CNPJ/MF nº 05.466.271/0001-50, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Juazeiro do Norte/CE.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Nº 930 - Processo nº 53500.045806/2017-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO LITORAL LTDA, CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Imbé/RS.

Nº 934 - Processo nº 53500.045844/2017-61.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO OURO VERDE FM LTDA, CNPJ/MF nº 22.223.358/0001-16, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguari/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

Nº 942 - Processo nº 53500.045877/2017-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE COMUNICACOES DA PARAIBA LTDA, CNPJ/MF nº 01.764.849/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Areia/PB.

Nº 949 - Processo nº 53500.045888/2017-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FM CIDADE DO SOL LTDA, CNPJ/MF nº 08.514.036/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Natal/RN.

Nº 960 - Processo nº 53500.045927/2017-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à BISPO GUAPORE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ/MF nº 03.801.058/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Nerópolis/GO.

Nº 964 - Processo nº 53500.045966/2017-58.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CABO FRIO LTDA, CNPJ/MF nº 28.843.795/0001-19, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cabo Frio/RJ.

Nº 966 - Processo nº 53500.045973/2017-50.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ALVORADA DE CARDOSO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 49.964.109/0001-38, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cardoso/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

Nº 969 - Processo nº 53500.045994/2017-75.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ/MF nº 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bagé/RS.

Nº 970 - Processo nº 53500.045995/2017-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ/MF nº 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Teixeira de Freitas/BA.

Nº 979 - Processo nº 53500.046027/2017-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO VALE DO JACUI LTDA, CNPJ/MF nº 88.473.657/0001-17, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cachoeira do Sul/RS.

Nº 998 - Processo nº 53500.046088/2017-98.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO S/A, CNPJ/MF nº 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ilha Solteira/SP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 999 - Processo nº 53500.046089/2017-32.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ALIANCA PAULISTA S.A., CNPJ/MF nº 58.833.997/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mairinque/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 20 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.390 - Processo nº 53500.048570/2017-62.

Expede autorização à JOSE RIBAMAR PEREIRA JUNIOR - ME, CNPJ/MF nº 19.062.539/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.393 - Processo nº 53500.046291/2017-64.

Expede autorização à WS-NET INTERNET E DADOS LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 21.967.557/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.394 - Processo nº 53500.045607/2017-09.

Expede autorização à ARANET COMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 20.218.450/0001-62, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.409 - Processo nº 53500.002518/2017-60.

Expede autorização à FREYNET TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.718.505/0001-80, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.410 - Processo nº 53500.046519/2017-16.

Expede autorização à ADRIANO VIEIRA DE LIMA - TELECOM - ME, CNPJ/MF nº 09.059.399/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 7.072, DE 6 DE MARÇO DE 2017

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de TV - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, e de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, considerando o resultado das Consultas Públicas nº 42 de 27/12/2016, nº 27 de 14/10/2016 e nº 36 de 30/10/2014.

Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

Sua íntegra estará disponível no portal da Anatel na parte de Publicações Eletrônicas.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 21 de março de 2017

673ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC	900.0269/1991	84.592.369/0001-20
Universidade Federal Fluminense - UFF	900.0068/1990	28.523.215/0001-06

CARLOS ROBERTO FORTNER

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 720, DE 8 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.014593/2014-18, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CASTRO/PR, o canal 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 23 de fevereiro de 2017

Nº 189 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo n.º 53000.005812/2014-11, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de Palmas, estado do Tocantins, utilizando o canal digital nº 28 (vinte e oito), classe B nos termos da Nota Técnica nº NOTA TÉCNICA Nº 2658/2017/SEI-MCTIC.

Em 3 de março de 2017

Nº 217 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Capítulo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo n.º 53900.017674/2014-70, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de CASTRO, estado do Paraná, utilizando o canal 10+ (dez decalado para mais), nos termos da Nota Técnica nº 2892/2017/SEI-MCTIC.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 17 de março de 2017

Nº 294 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.003172/2002-71, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TV AMAZÔNIA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de LARANJAL DO JARI, estado do AMAPÁ, utilizando o canal -04 (quatro decalado para menos), nos termos da Nota Técnica nº 5498/2017/SEI-MCTIC.

FABIANO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 434, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso V, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.004356/2016-17, resolve:

Art. 1º Autorizar a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA , CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Thomas Gonzaga, N° 1077 - Centro para a Rodovia RS 129 - KM 111, S/N° - Área Rural, na localidade de Dois Lajeados / RS. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização nº 435, publicada no Diário Oficial da União 10 de dezembro de 2012, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.030864/2011.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 28º58'05" S e longitude em 51º50'23" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.009, de 9 de março de 2017, publicada em 20 de março de 2017, Seção 1, pagina nº 13. Onde se lê: "Arildo Pasta". Leia-se: "Associação Comunitária e Artística do Litoral".

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais, relativos ao mecanismo Incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, com base nas disposições da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 e do art. 6º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, resolve:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados dos projetos culturais apresentados com vistas à autorização para captação de recursos por meio do mecanismo Incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac - previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

§ 1º Os recursos captados e depositados na Conta Vinculada do projeto são oriundos de renúncia fiscal e têm natureza pública, sendo seu uso autorizado pelo Ministério da Cultura - MinC - ao beneficiário para realização de um projeto cultural aprovado em programa de governo, não se sujeitando a sigilo fiscal.

§ 2º Os recursos captados não serão computados na base de cálculo do Imposto sobre a Renda - IR, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, desde que tenham sido exclusivamente utilizados na execução de projetos culturais.

§ 3º A aplicação de recursos de que trata o § 2º não constituirá despesa ou custo para fins de apuração do IR e da CSLL e não constituirá direito a crédito de PIS e COFINS.

§ 4º Após o envio da proposta, tornam-se públicas as informações dos projetos quanto à composição da planilha orçamentária, objeto e objetivos, ficha técnica, definição de produtos, logística, Plano de Distribuição e demais elementos do escopo.

§ 5º A mera concepção de projeto cultural não constitui objeto passível de proteção por direitos de autor ou direitos conexos, ressalvados os eventuais conteúdos previamente caracterizados como criação intelectual.

Art. 2º Os procedimentos regulados nesta Instrução Normativa devem observar os princípios e atender às finalidades da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da Lei nº 8.313, de 1991.

Art. 3º Para aplicação desta Instrução Normativa, serão consideradas as definições contidas no Anexo I.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Sefic - e à Secretaria do Audiovisual - SAv - planejar, coordenar e supervisionar a operacionalização do mecanismo Incentivo a projetos culturais do Pronac, realizando, dentre outras atividades:

I - o recebimento de propostas;

II - a tramitação de propostas e projetos;

III - o encaminhamento para parecer técnico e monitoramento das análises;

IV - o acompanhamento da execução dos projetos culturais; e

V - a análise de prestações de contas e avaliação de resultados dos projetos.

Art. 5º Compete aos titulares da Sefic e da SAv distribuir internamente as competências decorrentes deste Capítulo não previstas em regimento interno, nesta Instrução Normativa ou em portaria do Ministro de Estado da Cultura.

Art. 6º Quando da necessidade de análise subsidiária de propostas e projetos por outros órgãos do sistema MinC, compete aos titulares da Sefic e da SAv a decisão quanto a sua continuidade.

CAPÍTULO III

DAS PROPOSTAS CULTURAIS

SEÇÃO I

DA APRESENTAÇÃO

Art. 7º As propostas culturais e suas documentações correspondentes serão apresentadas em meio eletrônico, por intermédio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, disponível no portal do MinC.

§ 1º Para efetivação do cadastro da proposta cultural, o proponente deverá tomar conhecimento pormenorizado da "Declaração de Responsabilidade", conforme o Anexo II desta Instrução Normativa. O aceite realizado na tela referente a essa Declaração implica em concordância ao cumprimento de seus termos.

§ 2º No ato de inscrição, o proponente deverá comprovar sua experiência em atividades culturais, anexando ao Salic seu portfólio acompanhado de elementos materiais comprobatórios de sua atuação, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, em área cultural conexa à proposta, excetuando-se a apresentação do primeiro projeto, o qual deverá possuir valor até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 3º No caso de pessoa jurídica, a natureza cultural deverá ser comprovada por meio da existência, nos registros do CNPJ da instituição, de código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - referente à área cultural dos produtos apresentados na proposta.

§ 4º O representante legal ou procurador da pessoa jurídica ou o eventual procurador da pessoa física deverá indicar o ato que lhe confere poderes de representação.

§ 5º Em observância ao disposto no inciso X do art. 2º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, somente serão admitidas propostas para a realização de projetos no exterior que apoiem a difusão e a valorização das expressões culturais brasileiras e contenham medidas de democratização de acesso do público brasileiro aos produtos culturais resultantes do projeto, as quais:

a) deverão ser adequadas e proporcionais ao projeto proposto e realizadas no Brasil gratuitamente; e

b) terão seus custos previstos na planilha orçamentária, enquadrando-se na definição de produto secundário, sem prejuízo ao disposto no art. 57.

Art. 8º O período para apresentação de propostas culturais é de 1º de fevereiro até 30 de novembro de cada ano.

Parágrafo único. Não serão admitidas propostas culturais apresentadas em prazo inferior a 90 (noventa) dias da data prevista para o início de sua pré-produção.

Art. 9º No momento do cadastramento da proposta cultural, no campo correspondente do Salic, deverá ser anexada a documentação indicada no Anexo III desta Instrução Normativa, de acordo com a natureza jurídica do proponente e a ação cultural proposta, observadas as seguintes condições:

I - a relação de documentos do Anexo III não é excludente, podendo a proposta cultural enquadrar-se em mais de uma categoria descrita, hipótese em que serão exigidos todos os documentos pertinentes ao enquadramento da proposta;

II - os documentos, quando encaminhados em idioma estrangeiro, deverão ser acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada;

III - o MinC poderá permitir, excepcionalmente, a apresentação de quaisquer dos documentos exigidos no Anexo III em momento posterior, desde que não sejam essenciais à análise técnica ou à aprovação, condicionando a liberação de recursos captados à sua apresentação;

IV - o cronograma de execução do projeto deverá prever um prazo para a pós-produção não superior a sessenta dias;

V - em caso de propostas de ação continuada ou que a edição anterior ainda se encontre em fase de execução, a movimentação de recursos estará vinculada à apresentação da prestação de contas final do projeto anterior.

Art. 10. O projeto cultural tem como meta o cumprimento de seu objeto. O proveito para a sociedade se dará na medida da sua realização, na forma em que foi pactuado.

Parágrafo único. Quaisquer alterações posteriores aprovadas pelo MinC incorporam-se ao objeto a ser cumprido.

Art. 11 O proponente, obrigatoriamente, indicará as fontes de recursos do orçamento do seu projeto.

Parágrafo único. Quando o Custo do Projeto não corresponder ao Custo Total, o proponente indicará em seu orçamento os custos que serão cobertos pelo mecanismo Incentivo a projetos culturais e aqueles que serão cobertos pelas demais fontes de recursos.

Art. 12. O orçamento analítico deverá conter a especificação de todos os itens necessários para a realização do projeto cultural, no qual constarão o detalhamento das etapas e os custos financeiros individualizados.

Parágrafo único. Quando o proponente for ente público, a elaboração do cronograma de execução deverá prever o prazo necessário para os procedimentos licitatórios determinados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 13. O MinC somente dará seguimento às propostas culturais, transformando-as em projetos, quando apresentarem o preenchimento dos seus campos com textos coesos e assertivos, bem como contiverem o conjunto integral de documentos requeridos no Anexo III desta Instrução Normativa e nesta seção, observada a ressalva do inciso III do art. 9º.

Art. 14. Propostas que não estejam de acordo com as exigências da presente Instrução Normativa serão devolvidas ao respectivo proponente, para que promova as adequações necessárias à sua formalização e as restitua ao MinC por meio do Salic, observando o prazo determinado nesta Instrução.

SEÇÃO II

DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

Art. 15 São obrigações do proponente:

I - manter seus dados devidamente atualizados;

II - acompanhar a tramitação da proposta e do projeto no Salic, especialmente para tomar ciência das comunicações que lhe forem dirigidas nos termos desta Instrução Normativa;

III - prestar informações tempestivamente e enviar a documentação solicitada pelo MinC ou por suas unidades vinculadas, por meio do Salic;

IV - cumprir a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, bem como respeitar os direitos de imagem, autor e conexos, juntando a ciência de seus detentores quando da inscrição da proposta, nos termos da lei, por meio do Salic;

V - preencher ou anexar no Salic, no campo correspondente do Plano de Distribuição, quando da comprovação, cópias de todos os borderôs e declarações previstas no inciso VI do Art. 101, provenientes da execução do projeto cultural;

VI - efetuar a retenção e os recolhimentos de impostos e contribuições que incidirem sobre os recursos movimentados, serviços contratados, ou obrigações decorrentes de relações de trabalho, podendo ser custeados com recursos do projeto;

VII - fazer o registro fotográfico e/ou videográfico, em plano aberto e fechado, das atividades e ações do projeto cultural evidenciando sua realização, público, data e localidade;

VIII - prestar contas do cumprimento do objeto, alcance de resultados e da execução física e financeira dos projetos financiados no âmbito do Pronac;

IX - emitir comprovantes (Recibo de Mecenato) em favor dos doadores ou patrocinadores;

X - obter e apresentar ao MinC as cotações prévias de preços nos casos previstos nesta Instrução Normativa, observando os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo permitido comprovar tão somente os preços que o próprio fornecedor já praticou com outros usuários quando, em razão da natureza do objeto ou da especificidade do bem ou serviço, não houver pluralidade de opções;

XI - nos documentos fiscais e quaisquer outros, inclusive contracheques, deverão constar a data do documento dentro do período aprovado para o projeto, valor unitário e total, dados do fornecedor/prestador de serviços, tais como: nome/razão social, CPF/CNPJ e endereço completo, dados do proponente, do projeto e a indicação do produto ou do serviço aprovado na Planilha Orçamentária;

XII - manter e conservar a documentação do projeto pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação final da prestação de contas e disponibilizá-la ao MinC e aos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 16. O atendimento ao disposto no art. 64 observará as seguintes condições:

I - o material de divulgação e o leiaute de produtos deverão ser submetidos ao MinC, que terá cinco dias úteis para avaliar o cumprimento da obrigação;

II - o MinC poderá, no prazo do inciso I, indicar alterações no material de divulgação ou no leiaute de produtos, cumprindo o que determina o Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura;

III - as alterações efetuadas pelo proponente deverão novamente ser submetidas ao MinC, que terá o prazo de dois dias úteis para manifestar sua aprovação expressa;

IV - a ausência de manifestação do MinC nos prazos estabelecidos nos incisos I e III ensejará aprovação tácita dos materiais de divulgação ou no leiaute de produtos, o que não isenta o proponente de observar estritamente o disposto no art. 64.

SEÇÃO III

DOS PLANOS ANUAIS E BIENAIS

Art. 17. As instituições culturais sem fins lucrativos que apresentarem propostas culturais visando o custeio de atividades permanentes deverão apresentar Plano Anual ou Bienal de Atividades.

§ 1º Aos planos anuais ou bienais são aplicáveis as previsões do Anexo III no que se refere às pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

§ 2º As propostas referidas no caput deste artigo deverão ser apresentadas até o dia 30 de setembro do ano anterior ao do início do cronograma do Plano Anual ou Bienal de Atividades, assim como seu Custo Total adequado para a execução no prazo de (12) doze ou (24) vinte e quatro meses, respectivamente, coincidentes com anos fiscais subsequentes.

§ 3º No caso de aprovação de Plano Anual ou Bienal de Atividades, novas propostas para o(s) mesmo(s) ano(s) fiscal(is) serão admitidas somente em caráter de excepcionalidade, devidamente justificadas pelo proponente e desde que o orçamento não se sobreponha a itens orçamentários já incluídos no Plano Anual ou Bienal aprovado.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES E LIMITES

SEÇÃO I

PLANO DE TRABALHO ANUAL DE INCENTIVOS FISCAIS

Art. 18. A execução do Plano de Trabalho Anual - PTA - de Incentivos Fiscais obedecerá às normas, diretrizes e metas estabelecidas no Plano Anual do Pronac, em consonância com o Plano Plurianual - PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Parágrafo único. O PTA de Incentivos Fiscais será elaborado pelo MinC e publicado até o dia 30 de novembro do ano anterior àquele em que vigorará, observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, devendo ser ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC.

Art. 19. O PTA de Incentivos Fiscais determinará as metas para cumprimento do princípio da não concentração previsto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, 1991, conforme disposto nesta Instrução Normativa.

SEÇÃO II

DO PRINCÍPIO DA NÃO CONCENTRAÇÃO

Art. 20. Para o cumprimento ao princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, 1991, fica determinado que:

I - no que se refere à concentração de projetos por segmento cultural e respectivo montante, os limites máximos por segmento serão determinados no Plano de Trabalho Anual de Incentivos Fiscais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - no que se refere à concentração quantitativa por proponente de projetos ativos no Salic, os limites serão:

a) para Empresário Individual - EI, com enquadramento Micro Empresário Individual - MEI e para pessoa física: 4 (quatro) projetos;

b) para os demais enquadramentos de Empresário Individual - EI: 6 (seis) projetos; e

c) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Sociedades Limitadas - Ltda. e demais pessoas jurídicas: 10 (dez) projetos;

III - no que se refere à concentração do montante de recursos por proponente de projetos ativos no Salic, os limites serão:

a) para Empresário Individual - EI, com enquadramento Micro Empresário Individual - MEI e para pessoa física: o valor máximo de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para o somatório dos campos Custo do Projeto dos projetos ativos no Salic;

b) para os demais enquadramentos de Empresário Individual - EI: o valor máximo de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o somatório dos campos Custo do Projeto dos projetos ativos no Salic; e

c) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Sociedades Limitadas - Ltda. e demais pessoas jurídicas: o valor máximo de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), para o somatório dos campos Custo do Projeto dos projetos ativos no Salic, limitado a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por projeto; e

IV - o valor máximo do produto cultural, por beneficiário, será de até R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

§ 1º Considera-se um mesmo proponente a pessoa física que também se constitua como tipos empresariais EI e EIRELI ou como sócio dirigente das demais pessoas jurídicas.

§ 2º Considera-se um mesmo proponente as pessoas jurídicas que possuam sócios dirigentes em comum ou que participem do mesmo grupo empresarial.

§ 3º Os limites das alíneas "b" e "c" do inciso III do caput não serão aplicados a projetos de:

I - planos anuais ou bienais;

II - conservação e restauração de imóveis, monumentos, logradouros, sítios, espaços e demais objetos, inclusive naturais, tombados por qualquer das esferas de poder, desde que apresentada documentação comprobatória, conforme regulamento;

III - identificação, promoção e salvaguarda do patrimônio cultural;

IV - preservação de acervos de reconhecido valor cultural pela área técnica do MinC;

V - manutenção de corpos estáveis de artes cênicas e música; e

VI - construção e implantação de equipamentos culturais de reconhecido valor cultural pela respectiva área técnica do MinC.

§ 4º Os proponentes previstos na alínea "a" do inciso II do caput poderão apresentar anualmente até 4 (quatro) propostas, os da alínea "b" até 6 (seis) e os da alínea "c" até 10 (dez), considerando a capacidade operacional do MinC, concorrendo com o número de projetos ativos.

§ 5º Alcançados os limites previstos no inciso II do caput, novos projetos a serem integralmente realizados em equipamentos ou espaços públicos poderão ser acrescidos aos limites, respectivamente em 1 (um) projeto na alínea "a", 2 (dois) na alínea "b" e 3 (três) na alínea "c", mantidos os limites orçamentários previstos no inciso III.

§ 6º Os limites estabelecidos nas alíneas "b" e "c" do inciso III do caput, não se aplicam em caso de cooperativas que possuam no mínimo 20 (vinte) pessoas físicas cooperadas e 2 (dois) anos de atividades.

§ 7º O limite definido no inciso IV do caput não se aplica às propostas que visem à proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, planos anuais ou bienais, oficinas ou workshops ou seminários de formação, prêmios, pesquisas, museológicos, educativos, de manutenção de corpos estáveis, desfiles festivos, de produção e de construção de salas de cinema e teatro que podem funcionar como centros comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

§ 8º Para efeito do disposto no inciso IV do caput deste artigo, poderão ser computados os quantitativos totais previstos para os produtos secundários, excetuando-se sítio da internet, a critério da administração.

Art. 21. Será permitido acréscimo de até 50% (cinquenta) dos limites previstos nos incisos II e III do art. 20, exclusivamente, para novos projetos a serem integralmente realizados nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

SEÇÃO III

DO REGRAMENTO DOS PROJETOS CULTURAIS

Art. 22. Os percentuais das etapas de Custos Vinculados serão calculados sobre o valor do projeto, e detalhadamente comprovados quando de suas execuções, equivalendo ao somatório das seguintes etapas:

I - pré-produção;

II - produção;

III - pós-produção;

IV - recolhimento; e

§ 1º São considerados custos vinculados para fins desse Artigo:

a) custos de administração;

b) custos de divulgação;

c) remuneração para captação de recursos; e

d) direito autoral.

§ 2º É obrigatória a contratação de serviços contábeis para a execução de todos os projetos.

§ 3º É obrigatória a previsão dos seguintes itens potenciais, cuja execução dependerá de autorização específica do ministério:

I - serviços advocatícios para todos os projetos; e

II - auditoria externa para projetos com Valor de Projeto acima de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Art. 23. O projeto que simultaneamente contenha ações contempladas pelos artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, 1991, será enquadrado em apenas um dos dispositivos, de acordo com o produto principal do projeto, nos termos do Anexo I.

Art. 24. Quando da elaboração da planilha orçamentária, os valores admitidos para remuneração por captação de recursos ficam limitados a 10% (dez por cento) do Valor do Projeto, até o máximo de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Os valores destinados à remuneração para captação de recursos somente poderão ser pagos proporcionalmente às parcelas já captadas, à medida em que estes recursos sejam disponibilizados no cartão de pagamento.

§ 2º Para projetos a serem realizados integralmente nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o percentual previsto no caput será ampliado a 15% (quinze por cento) do valor do projeto quando aprovado ou R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), o que for menor.

Art. 25. Os custos de divulgação não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do Valor do Projeto, ressalvadas as exceções abaixo, nas quais poderão atingir um percentual de até 30% (trinta por cento):

I - projetos realizados integralmente nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste;

II - projetos de produção cultural independente, conforme Anexo I desta Instrução Normativa, apresentados nos termos estabelecidos na alínea "a" do inciso II do art. 20.

III - projetos de Cooperativas de artistas devidamente constituídas que possuam no mínimo 20 (vinte) pessoas físicas cooperadas e 2 (dois) anos de atividades;

IV - projetos com o Valor de Projeto de até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º Poderá ser utilizado acima de 50% (cinquenta) do valor dos custos de divulgação em única rubrica, desde que seja demonstrada a economicidade, o alcance de resultado e justificada pelo proponente.

Art. 26. Os custos administrativos não poderão ultrapassar o limite de 15% (quinze) do Valor do Projeto, conforme o art. 26 do Decreto 5.761, de 2006.

Art. 27. São admitidas como despesas de administração para os fins do parágrafo único do art. 26 do Decreto nº 5.761, de 2006:

I - material de consumo para escritório;

II - locação de imóvel durante a execução do projeto;

III - serviços de postagem e correios;

IV - transporte e insumos destinados a pessoal administrativo;

V - contas de telefone, água, luz ou de internet;

VI - pagamentos de pessoal administrativo e demais atividades-meio do projeto cultural, bem como os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, exceto se expressamente considerados como indispensáveis à execução das atividades-fim do projeto; e

VII - outras despesas com bens e serviços não diretamente relacionadas à atividade finalística do projeto, desde que pertinentes ao seu objeto.

Parágrafo único. Poderá ser utilizado acima de 50% (cinquenta) do valor dos custos de administração em única rubrica, desde que seja demonstrada a economicidade, o alcance de resultado e justificadas pelo proponente.

Art. 28. O proponente poderá ser remunerado com recursos decorrentes de renúncia fiscal, desde que preste serviço ao projeto, discriminado no orçamento analítico e desde que o valor desta remuneração, ainda que por diversos serviços, não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Valor do Projeto, respeitando o previsto no inciso XIV do art. 45 desta instrução normativa.

Art. 29. O limite para pagamento de cachês artísticos com recursos incentivados, por apresentação, será de:

a) R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para artista ou modelo solo;

b) R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para grupos artísticos e para grupos de modelos de desfiles de moda, exceto orquestras;

c) R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por músico e R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o maestro, no caso de orquestras.

Parágrafo único. A aprovação de valores superiores aos definidos neste artigo dependerá de ato motivado do plenário da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, considerando as justificativas apresentadas pelo proponente e pela área técnica.

Art. 30. Os custos relativos aos direitos autorais e conexos no orçamento dos projetos serão limitados a 10% (dez por cento) sobre o Valor do Projeto, exceto se custos superiores forem recomendados pela plenária da CNIC.

§ 1º A previsão de custeio, com recursos captados, dos direitos autorais decorrentes de execução pública de música ou fonograma recolhidos a entidades de gestão coletiva destes direitos somente será autorizada quando não houver cobrança de ingressos.

§ 2º Para projetos da área do audiovisual, os custos relativos aos direitos de exibição cinematográfica no orçamento dos projetos serão limitados a duas vezes o valor previsto no caput deste artigo.

Art. 31. A aquisição de material permanente somente será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação, devendo o proponente, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade.

Art. 32. Os projetos culturais do audiovisual deverão respeitar os seguintes tetos orçamentários:

a) curtas metragens: Até R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

b) videoclipes: Até R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

c) médias metragens: Até R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);

d) mostras/festivais: o valor solicitado deverá ser proporcional a média do histórico de captação do proponente nos últimos 3 anos, e caso o proponente não tenha histórico de captação o teto será de até R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), podendo chegar até R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), desde que a diferença seja aplicada em ações de formação audiovisual;

e) programas de TV educativos e culturais de caráter não comercial até 52 minutos: Até R$ 100.000,00 (cem mil reais) por programa;

f) programas de rádio educativos e culturais: Até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por programa;

g) sítios de internet/web séries: Até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para infraestrutura do site e até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para produção de conteúdo para o site;

h) jogos eletrônicos e aplicativos educativos e culturais: Até 300.000,00 (trezentos mil reais).

§ 1º Para os projetos que tiverem contrato de patrocínio, serão admitidos valores superiores, desde que o proponente comprove a capacidade técnica para execução do projeto.

SEÇÃO IV

DAS VEDAÇÕES

Art. 33. É vedada a apresentação de propostas que contenham as seguintes características:

I - receita total prevista no Plano de Distribuição dos produtos principal e secundário(s) superior ao Custo do Projeto somado a recursos públicos provenientes de outras fontes públicas previstas na planilha orçamentária;

II - não observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, a serem avaliados pela unidade responsável pela análise de admissibilidade da proposta;

III - previsão de custos relativos a um Produto Secundário superiores aos custos relativos ao Produto Principal;

IV - produção de mais de uma obra audiovisual de curta ou média metragem por projeto, exceto quando tratar-se de editais públicos nacionais.

V - utilização de diferentes mecanismos da Lei nº 8.313, 1991, ou quaisquer outras fontes de recursos para cobertura de uma mesma parcela de item de despesa.

Parágrafo único. Os limites definidos nos incisos I e III não se aplicam às propostas que apresentem produto principal a ser executado no exterior.

Art. 34. É vedada a apresentação de proposta cuja finalidade não tenha natureza cultural, ainda que o suporte ou formato utilizado seja de cunho artístico.

Parágrafo único. Entendem-se de natureza cultural estritamente as finalidades previstas no art. 1º da Lei nº 8.313, de 1991.

Art. 35. É vedada a apresentação de proposta por pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que, respectivamente, seja ou tenha como dirigentes, administradores, controladores ou membros de seus conselhos:

I - agente político de Poder ou do Ministério Público, bem como dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; ou

II - servidor público do Ministério da Cultura ou de suas entidades vinculadas, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Art. 36. É vedada apresentação de propostas:

I - por instituições religiosas, salvo quando caracterizadas exclusivamente como colaboração de interesse público e desde que o objeto do projeto contemple edificação tombada pelo poder público ou tenha natureza cultural; ou

II - que contenham ações que se caracterizem como cultos religiosos ou se destinem à doutrinação religiosa.

Art. 37. É vedada a intermediação (art. 28 da Lei nº 8.313/91).

§ 1º Não configura intermediação a representação exclusiva de um artista ou grupo artístico, por pessoa com vínculo contratual prévio.

§ 2º A contratação de pessoa física ou jurídica para somente apresentar-se como proponente configura a intermediação.

Art. 38. É vedada a adoção de práticas que configurem vantagem financeira ou material ao patrocinador ou doador, como as abaixo relacionadas ou quaisquer outras diversas das contrapartidas estabelecidas na Lei nº 8.313, de 1991, e no Decreto nº 5.761, de 2006:

I - a comercialização do produto cultural em condições diversas das praticadas ao público em geral e/ou delimitar espaços a público determinado;

II - veicular sua imagem institucional ou o seu nome em peças de divulgação diferentes das aprovadas pelo Ministério da Cultura;

III - determinar a execução de sessões de ensaios, apresentações, visitas ou quaisquer atividades associadas ao projeto cultural de caráter restrito ou com limitações de acesso; e

IV - fornecer produtos ou serviços ao projeto cultural.

Parágrafo único. As vedações dispostas neste artigo, excetuando-se o disposto no inciso IV, também se aplicam aos proponentes e coligadas, a qualquer fornecedor do projeto cultural ou a qualquer terceiro que de alguma forma esteja ligado ao projeto cultural ou sua execução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 39. É vedada a captação de recursos de entidades vinculadas ao beneficiário, exceto na hipótese prevista no art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991.

Art. 40. É vedada a captação de recursos entre a data de vencimento do prazo de captação e a data de publicação da portaria de prorrogação.

Art. 41. É vedado depositar na conta do projeto recursos oriundos de outras fontes não relacionadas ao mecanismo de incentivo fiscal.

Art. 42. É vedada a alteração do objeto e do enquadramento na faixa de renúncia do projeto cultural publicado.

Art. 43. É vedada a distribuição gratuita de obras ou ingressos de projetos incentivados pelo Pronac a agente público do Ministério da Cultura, de suas entidades vinculadas e membro de comissões instituídas pela Lei nº 8.313, de 1991, ressalvados os dispostos no parágrafo único do art. 9º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, aplicável às autoridades descritas no art. 2º do referido código.

Art. 44. É vedado ao servidor que participar da vistoria in loco elaborar o parecer de avaliação de resultados do mesmo projeto.

Art. 45. É vedada a realização de despesas:

I - a título de taxa de administração, de gerência, de gestor ou similar;

II - em benefício de agente público ou agente político, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração federal direta ou indireta, por quaisquer tipos de serviços, salvo nas hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em leis específicas;

III - em favor do patrocinador, ressalvado o disposto no art. 24, II, da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 31 do Decreto nº 5.761, de 2006;

IV - com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais ou em ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos da proposta;

V - referentes à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo em situações excepcionais em que a necessidade seja comprovada e previamente autorizada pelo ministério, ou nas hipóteses autorizadas no art. 27 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973;

VI - com serviços de captação, nos casos de proposta cultural:

a) selecionada por edital; ou

b) apresentada por instituição cultural criada pelo patrocinador, na forma do art. 27, § 2º, da Lei nº 8.313, de 1991;

VII - com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

VIII - com a aquisição de espaço para veiculação de programas de rádio e TV, no caso de propostas na área de audiovisual, exceto quando se tratar de inserções publicitárias para promoção e divulgação do produto principal do projeto;

IX - em benefício do cônjuge, companheiro, parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, e parentes com vínculo de afinidade do proponente pessoa física, não se aplicando aos grupos artísticos familiares e que também atuem na execução do projeto;

X - em benefício dos sócios da pessoa jurídica proponente, ou em benefício de empresa coligada ou que tenha sócio em comum com o proponente;

XI - com a elaboração de convites personalizados ou destinados a circulação restrita;

XII - para o pagamento de itens orçamentários a fornecedores que sejam patrocinadores ou doadores de recursos ao projeto;

XIII - para ressarcimento de desembolsos efetuados em data anterior à divulgação da decisão prevista no art. 77; e

XIV - com mais de 5 (cinco) serviços ou produtos de mesmo fornecedor, a menos que seja comprovada a maior economicidade, sendo anexada ao Salic, quando da comprovação do item, a declaração do proponente acompanhada de cotação de preços de outros 2 (dois) fornecedores, limitado a 50% (cinquenta por cento) do Custo do Projeto.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E CONTRAPARTIDAS SOCIAIS

SEÇÃO I

PRINCÍPIOS

Art. 46. As propostas culturais apresentadas ao mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac deverão conter medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e medidas de democratização do acesso da sociedade aos produtos, bens e serviços resultantes do apoio recebido.

SEÇÃO II

DA ACESSIBILIDADE

Art. 47. As propostas culturais deverão contemplar medidas que busquem garantir acessibilidade para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e pessoas idosas aos locais onde se realizam atividades culturais ou espetáculos artísticos, bem como o acesso ao conteúdo das obras e dos produtos gerados pelo projeto, sem prejuízo de outras garantias previstas em legislação específica.

Art. 48. Para fins de cumprimento das medidas de acessibilidade determinadas pelo art. 27 do Decreto nº 5.761, 27 de abril de 2006, pelo art. 47 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, pelo art. 2º do Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e pelos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e pelo § 3º do art. 2º da Lei nº 8.313. de 1991, toda proposta cultural apresentada ao Ministério da Cultura, com vistas ao financiamento do Pronac, deverá incluir previsão dos custos com ações de acessibilidade no orçamento analítico.

Art. 49. O proponente, ao realizar o projeto cultural, deverá observar as diretrizes da Lei nº 13.146, de 2015, que lhe forem aplicáveis, adotando medidas que busquem oferecer à pessoa portadora de necessidades especiais, idosa ou com mobilidade reduzida, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços e utilização de tecnologias assistivas, sempre que tecnicamente possível e dentro do conceito de adaptações razoáveis previsto na citada Lei.

Parágrafo único. O projeto deverá garantir a oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sendo vedada a alegação de proteção de direitos de propriedade intelectual.

Art. 50. Caso não exista a possibilidade de atendimento das normas de acessibilidade previstas, será permitido ao proponente oferecer medidas alternativas devidamente motivadas, sujeitas à aprovação da autoridade competente para aprovação do projeto.

Art. 51. Considerando o disposto no art. 64 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet previstos em propostas culturais, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

Art. 52. Enquanto não seja editada norma específica do ministério, o atendimento ao disposto no art. 47 deverá observar a Norma ABNT NBR 15599:2008, disponível no portal da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência na internet.

SEÇÃO III

DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

Art. 53. A proposta cultural em que haja previsão de público pagante ou comercialização de produtos deverá assegurar a democratização do acesso, a ser consignada no Plano de Distribuição e posteriormente aferida no ato de comprovação da execução, contendo:

I - estimativa da quantidade total de ingressos ou produtos culturais, observados os seguintes limites:

a) mínimo de 10 % (dez por cento) exclusivamente para distribuição gratuita à população;

b) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita pelos patrocinadores;

c) até 10 % (dez por cento) para distribuição gratuita promocional pelo proponente em ações de divulgação do projeto;

d) mínimo de 20% (vinte por cento) para comercialização em valores que não ultrapassem o valor mensal do Vale-Cultura, estabelecido no art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012; e

e) até 50% (cinquenta por cento) para comercialização em valores a critério do proponente desde que o preço médio do ingresso ou produto não ultrapasse 3 (três) vezes o valor mensal do Vale-Cultura, exceto para projetos que apresentem produto principal a ser executado no exterior; e

II - previsão da receita total a ser arrecadada.

§ 1º As porcentagens e as totalidades definidas neste artigo serão calculadas tomando-se por base a tiragem total do produto cultural ou público total a ser atingido, sendo considerados, nesse caso, a capacidade total de lotação do espaço escolhido pelo proponente e o número de apresentações.

§ 2º Os valores consignados devem corresponder ao valor para a comercialização ao consumidor final no caso de produtos ou ao preço da inteira no caso de ingressos, sendo que no segundo caso o Salic considerará automaticamente no cálculo 50% (cinquenta por cento) de abatimento composto pela meia-entrada de estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, prevista na Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013.

§ 3º Quando houver faixas de preços de ingressos por setores, espaços ou outras variáveis, estas devem ser discriminadas com seus respectivos quantitativos no Plano de Distribuição.

§ 4º O valor médio do preço dos ingressos ou produtos comercializados a critério do proponente é o quociente entre a previsão da receita constante no Plano de Distribuição a ser arrecadada com essa venda e o total de produtos correspondentes, utilizando o método da média ponderada, observados os critérios da Lei nº 12.933, de 2013.

§ 5º Ainda que observado o preço médio estipulado na alínea "e", inciso I do caput, os valores unitários propostos pelo proponente estarão sujeitos à aprovação do Ministério da Cultura, com vistas a assegurar a democratização.

§ 6º Os percentuais previstos na alínea "a" do inciso I deste artigo poderão ser distribuídos a critério do proponente desde que contempladas igualmente todas as categorias de produtos ou ingressos, seja ao longo do projeto ou concentrados em uma ou mais apresentações, no caso de eventos, resguardado o previsto no § 1º do art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 7º Os limites de gratuidade previstos nas alíneas "b" e "c", inciso I do caput que não sejam utilizados deverão ser revertidos preferencialmente em prol da sociedade na forma disposta na alínea "a", inciso I, ou vendidos a valores que não ultrapassem o valor mensal do Vale-Cultura.

§ 8º Os ingressos ou produtos disponibilizados até o valor mensal do Vale-Cultura poderão ser distribuídos gratuitamente à sociedade, conforme definido na alínea "a", do inciso I, deste artigo.

Art. 54. A oferta da totalidade dos ingressos ou produtos de forma gratuita não exclui a obrigação do proponente de demonstrar o detalhamento pleno no Plano de Distribuição, considerando-se as alíneas "d" e "e" do inciso I do art. 53, como distribuição impessoal.

Parágrafo único. Aos projetos realizados em locais públicos ou com portões abertos sem emissão de ingressos, deverá ser apresentada a estimativa de público no Plano de Distribuição coerente com o local de realização.

Art. 55. Para cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 53, o proponente deverá adotar ao menos um dos critérios abaixo:

I - doação dos ingressos ou produtos para instituições ou associações que tenham por finalidade atender camadas menos assistidas da população e com menor poder aquisitivo;

II - doação para sorteio em canal a ser disponibilizado no site do MinC para aqueles que manifestem o interesse em participar de atividades culturais ou receber produtos culturais, priorizando beneficiários de políticas sociais (Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico); e

III - excepcionalmente, desde que justificado na proposta cultural e aprovado pelo MinC, poderá o proponente efetuar diretamente a distribuição gratuita, de forma impessoal, devendo nesta hipótese reunir meios de prova que documentem e comprovem o recebimento dos ingressos ou produtos culturais.

§ 1º O MinC publicará manual a ser disponibilizado em seu site indicando os procedimentos a serem observados na hipótese prevista no inciso II do caput.

§ 2º A distribuição gratuita na hipótese do inciso I deste artigo deverá ser comprovada, junto ao Salic, por meio de declaração subscrita pelas instituições recebedoras, constando:

I - nome do projeto e número do PRONAC;

II - o quantitativo de ingressos ou produtos recebidos gratuitamente;

III - o compromisso da instituição recebedora de promover a distribuição gratuita à população; e

IV - nome da instituição recebedora, CNPJ e dados do seu representante/subscritor (nome, RG e CPF e cargo que exerce).

SEÇÃO IV

OUTRAS MEDIDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO

Art. 56. Além das medidas descritas na Seção III deste Capítulo, o proponente deverá prever a adoção de, pelo menos, uma das seguintes medidas de democratização do acesso às atividades, aos produtos, serviços e bens culturais:

I - promover a participação de pessoas com deficiência e de idosos em concursos de prêmios no campo das artes e das letras;

II - doar, além do previsto na alínea "a" do inciso I do art. 53, no mínimo, 20% (vinte porcento) dos produtos resultantes da execução do projeto a escolas públicas, estudantes e professores de gestão cultural e artes de universidades públicas e privadas, bibliotecas, museus ou equipamentos culturais de acesso franqueado ao público, devidamente identificados;

III - desenvolver atividades em locais remotos ou em áreas habitadas por populações urbanas periféricas;

IV - oferecer transporte gratuito ao público, prevendo acessibilidade à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e aos idosos;

V - disponibilizar na internet registros audiovisuais dos espetáculos, exposições, atividades de ensino e outros eventos de caráter presencial, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 57;

VI - permitir a captação de imagens das atividades e de espetáculos ou autorizar sua veiculação por redes públicas de televisão;

VII - realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas, além da previsão do art. 57;

VIII - oferecer bolsas de estudo ou estágio a estudantes da rede pública ou privada de ensino em atividades educacionais, profissionais ou de gestão cultural e artes desenvolvidas na proposta cultural;

IX - estabelecer parceria visando à capacitação de agentes culturais em iniciativas financiadas pelo poder público; ou

X - outras medidas sugeridas pelo proponente a serem apreciadas pelo MinC.

SEÇÃO V

DAS CONTRAPARTIDAS SOCIAIS

Art. 57. As propostas culturais deverão apresentar ação de formação de plateia ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias, apresentada no Plano de Distribuição do projeto como produto acessório da atividade principal.

§ 1º O mínimo de 50% (cinquenta) das ações de formação de plateia deverão ser destinadas a estudantes e professores de instituições públicas de ensino.

§ 2º As atividades previstas nesse artigo deverão ser registradas por meio vídeográfico e disponibilizadas gratuitamente, em sua íntegra, na internet.

§ 3º O número de estudantes e professores beneficiados pela ação de formação de plateia deve corresponder a 10% (dez por cento) do quantitativo de produtos culturais previstos no Plano de Distribuição. As propostas deverão contemplar o mínimo de 20 (vinte) beneficiários, podendo, a critério do proponente, se limitar a 1.000 (mil).

§ 4º Projetos de formação ou que disponibilizem programas educativos deverão acrescentar ações de conscientização para importância da arte e cultura em suas atividades, em cumprimento ao disposto neste artigo.

SEÇÃO VI

DAS ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO QUE AMPLIEM O ACESSO E O CONTROLE SOCIAL

Art. 58. Os projetos aprovados com publicação no Diário Oficial da União passarão a integrar o Cadastro de Projetos Aprovados - CPA-Rouanet, disponível na internet, constituído com a finalidade de divulgar junto à sociedade e a possíveis investidores a parcela da produção cultural brasileira que se encontra autorizada a captar recursos federais incentivados.

Art. 59. É obrigatória, sempre que tecnicamente possível, a disponibilização dos produtos e serviços culturais aos beneficiários do Programa de Cultura do Trabalhador por meio do cartão Vale-Cultura.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 60. Devem constar em materiais, sistemas e mídias que tratem da comercialização de ingressos, incluindo bilheterias, lojas, pontos e sites de venda, informações destacadas indicando o atendimento do princípio de democratização do acesso exigido pela Lei nº 8.313, de 1991 e pelo Decreto nº 5.761, de 2006, ou seja, visibilidade da informação quanto aos ingressos gratuitos e ingressos comercializados até o valor do Vale-Cultura, nos termos estabelecidos no Plano de Distribuição aprovado.

Parágrafo único. O proponente deverá manter atualizadas as informações previstas no caput, nos locais de comercialização, bem como informar quando houver o esgotamento dos referidos ingressos.

Art. 61. O proponente deverá lançar no Salic a divulgação dos espetáculos, shows, eventos, ações, entre outras atividades culturais que estejam disponibilizadas à sociedade.

Art. 62. Na comercialização de livro, catálogo, DVD, CD, ou produtos afins deverá ser registrado na capa ou na contracapa:

I - a quantidade total e o percentual da tiragem distribuída de forma gratuita em atendimento ao princípio da democratização do acesso exigido pela Lei nº 8.313, de 1991; e

II - o valor máximo de comercialização na seguinte conformidade:

a) para parcela dos produtos enquadrados na alínea "d" do inciso I do art. 53, inserir o valor estabelecido no Plano de Distribuição aprovado, a quantidade total e o percentual da tiragem;

b) para as hipóteses de preço médio da alínea "e" do inciso I do art. 53 inserir o valor máximo que tenha sido aprovado no Plano de Distribuição, dispensada a inserção das demais variáveis de preços.

Parágrafo único. A tiragem de livro, catálogo, DVD, CD, ou produtos afins está limitada a 3.000 (três mil) exemplares. A ampliação deste limite será avaliada, primeiramente, pela SEFIC ou SAv e, posteriormente, pela CNIC, que apreciarão a razoabilidade da justificativa apresentada.

Art. 63. O MinC poderá por si ou por meio de parcerias promover ações de comunicação sobre a utilização do incentivo fiscal, além das indicadas no art. 58, bem como, para viabilizar a divulgação de dados diversos sobre os projetos culturais aprovados, dentre os quais números sobre o público beneficiário.

Art. 64. É obrigatória a inserção da logomarca do Ministério da Cultura, conforme o Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura:

I - nos produtos resultantes de programas, projetos e ações culturais realizados com recursos do Pronac, bem como nas atividades relacionadas à sua difusão, divulgação, promoção, distribuição, incluindo placa da obra, durante sua execução, e placa permanente na edificação, sempre com visibilidade pelo menos igual à da marca do patrocinador majoritário de acordo com o Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura; e

II - em campanhas institucionais dos patrocinadores que façam referência a programas, projetos e ações culturais beneficiados com incentivos fiscais.

Parágrafo único. As logomarcas e os critérios de inserção estão estabelecidos pelo Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura, aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura, em consonância com as diretrizes do órgão responsável pela comunicação social no âmbito da Presidência da República, e publicado no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO VI

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS CULTURAIS

Art. 65. A análise da proposta cultural será realizada inicialmente pela secretaria competente na forma do art. 4º, que promoverá o exame de admissibilidade e de enquadramento, com vistas a aprovação preliminar.

Art. 66. A fase de admissibilidade, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas e seus dirigentes, com o suporte de trilhas de controle, será composta pelas seguintes etapas:

I - exame preliminar de admissibilidade da proposta, sendo imediatamente arquivada pelo MinC, importando em não admissão a proposta que:

a) contrarie súmula administrativa da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC - aprovada na forma de seu regimento;

b) contrarie parecer normativo expedido pela Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura, regularmente aprovado e publicado pelo Ministro de Estado da Cultura na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

c) tenha objeto e cronograma similar a outra proposta já apresentada nos últimos 12 (doze) meses, mesmo que por proponente diverso ou por meio de outro mecanismo de financiamento no âmbito MinC;

d) caracterize intermediação nos termos previstos nesta instrução normativa;

e) tenha por objeto a construção de portais e réplicas em logradouros públicos;

f) tenha por objeto a concessão de bolsa de estudos de graduação e pós-graduação ou aperfeiçoamento profissional e artístico de pessoas na área da cultura;

g) contenham ações que se caracterizem como cultos religiosos, direcionados exclusivamente à doutrinação religiosa; e

h) recaiam nas vedações ou extrapolem os limites previstos nesta instrução normativa, bem como nas rotinas de controle de segurança do Salic, mediante despacho motivado; e

II - análise das informações da proposta cultural, abrangendo a verificação:

a) do completo e correto preenchimento do formulário de apresentação da proposta cultural;

b) quanto a adequação da proposta e do proponente à Lei nº 8.313, de 1991, e seus regulamentos, particularmente quanto à natureza cultural de ambos;

c) da adequação do perfil da proposta e do proponente ao mecanismo pleiteado;

d) das planilhas orçamentárias e dos documentos técnicos exigidos do proponente;

e) da aferição da ações preponderante e secundárias, quando houver;

f) da definição do produto principal;

g) da definição do enquadramento do projeto, segundo o Anexo IV;

h) da capacidade técnica do proponente para execução do projeto apresentado, baseado na documentação referente ao Anexo III; e

i) das medidas de acessibilidade, democratização do acesso e das contrapartidas sociais às características do projeto cultural.

§ 1º Em caso de indeferimento da proposta na fase de admissibilidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, improrrogáveis, a ser decidido pela unidade competente da secretaria.

§ 2º O prazo máximo de análise das propostas culturais é de sessenta dias, podendo ser ampliado para até cento e vinte dias, quando se tratar de projetos de restauração do patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.

§ 3º Será arquivada a proposta que não ultrapasse o exame de admissibilidade, não cabendo recurso da decisão.

Art. 67. Após o exame de admissibilidade, o projeto será enquadrado nos arts. 18 ou 26 da Lei nº 8.313, de 1991, de acordo com a segmentação definida no Anexo IV, sendo o proponente comunicado da decisão.

Art. 68. Da decisão do art. 67 caberá pedido de reconsideração ao titular da Coordenação-Geral competente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do seu registro no Salic e envio desta informação pelo sistema.

§ 1º Caso a autoridade entenda oportuna manifestação de unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes informações, a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.

§ 2º Da decisão, caberá recurso ao titular da Secretaria competente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do seu registro no Salic e envio desta informação pelo sistema.

§ 3º Caso o titular da Secretaria entenda oportuna nova manifestação de unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes informações, a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.

§ 4º Caso concorde com a decisão, o proponente, via Salic, poderá declinar dos prazos recursais previstos no caput e no § 2º, visando continuidade nos trâmites com vistas à aprovação preliminar.

Art. 69. A decisão de enquadramento proferida em grau de recurso é irrecorrível.

Art. 70. Em caso de aprovação preliminar, o proponente estará autorizado a iniciar a captação de recursos para o projeto, sendo a decisão publicada no Diário Oficial da União, por meio de Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados.

§ 1º Os proponentes deverão manter regulares suas situações fiscais e previdenciárias, o que será verificado previamente à publicação, por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS e do Cadastro Informativo de Crédito Não Quitados do Setor Público Federal, bem como a regularidade junto ao MinC.

§ 2º Na impossibilidade do MinC aferir a regularidade de que trata o § 1º deste artigo, será solicitada a informação junto ao proponente.

Art. 71. A Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados conterá, pelo menos:

I - o número de registro do projeto no Pronac;

II - o título do projeto;

III - o nome do proponente e respectivo CPF ou CNPJ;

IV - o valor autorizado (Custo do Projeto) para captação de recursos incentivados;

V - o prazo de captação;

VI - o prazo de execução; e

VII - enquadramento legal, conforme Anexo IV.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de constatação de erro material que interfira nas informações de aprovação do projeto, o Ministério da Cultura poderá retificar ou revogar a Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados.

Art. 72. Captados 10% (dez por cento) do valor total aprovado (Custo do Projeto), será oportunizada ao proponente a adequação do projeto à realidade de execução, a qual não poderá representar aumento do Custo do Projeto e observará as vedações do art. 42.

§ 1º O prazo para a adequação do projeto será de 10 (dez) dias, improrrogável, a contar do dia seguinte do seu registro no Salic e envio desta informação pelo sistema.

§ 2º O dispositivo do caput não se aplica para projetos de proteção do patrimônio material ou imaterial e de acervos, aos planos anuais e bienais, museológicos, manutenção de corpos estáveis ou de equipamentos culturais, bem como os aprovados em editais públicos ou privados com termo de parceria, ou com contratos de patrocínios firmados, que garantam o alcance do índice ou projetos apresentados por instituições criadas pelo patrocinador na forma do § 2º do art. 27 da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 3º Caso concorde com o pactuado, o proponente poderá declinar do prazo previsto no § 1º, no Salic, em campo específico.

Art. 73. Encaminhado o projeto para análise técnica, esta deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento.

§ 1º O prazo previsto do caput poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias quando se tratar de projeto de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra.

§ 2º Superados os prazos de análise previstos neste artigo, a unidade de análise técnica apreciará o projeto de modo a concluir o parecer técnico em tempo de viabilizar sua inclusão na pauta da próxima reunião da CNIC.

§ 3º Nos casos de projetos culturais que tenham como objeto a preservação de bens culturais tombados ou registrados pelos poderes públicos, em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, será obrigatória, também, a apreciação pelo órgão responsável pelo respectivo tombamento ou registro, cabendo ao proponente a apresentação junto ao MinC.

SEÇÃO VIII

DO PARECER DE ANÁLISE TÉCNICA E DOS PARECERISTAS

Art. 74. As unidades técnicas realizarão todos os procedimentos necessários para a correta emissão dos pareceres técnicos sobre os produtos ou projetos culturais, abordando, no mínimo, os seguintes tópicos e requisitos:

I - ser redigido de forma clara, concisa, tecnicamente coerente, devendo manifestar-se quanto ao projeto, à adequação das fases, dos preços a serem praticados e do orçamento do projeto, de acordo com as políticas do MinC, sendo conclusivo, com recomendação de aprovação ou reprovação, devidamente fundamentada, independentemente dos subsídios oferecidos ou obtidos para análise;

II - adequação das estratégias de ação aos objetivos, assinalando-se, claramente, no parecer, se as etapas previstas são necessárias ou suficientes à sua realização e se são compatíveis com os prazos e custos previstos;

III - adequação das medidas de acessibilidade e democratização do acesso ao público às características do projeto cultural;

IV - repercussão local, regional, nacional e internacional do projeto, conforme o caso;

V - compatibilidade dos custos previstos com os preços praticados no mercado regional da produção, destacando-se o que se mostrar inadequado, com a justificação dos cortes efetuados, quando for o caso, indicando as fontes de pesquisa;

VI - atendimento dos critérios e limites de custos estabelecidos pelo Ministério da Cultura.

Art. 75. A pedido do proponente, e desde que justificadamente caracterizada a inviabilidade da apreciação do projeto cultural pela CNIC em tempo hábil, o Presidente da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, em regime de urgência, poderá aprovar o projeto ou a sua adequação à realidade de execução, ad referendum da manifestação da CNIC (art. 38, § 1º, do Decreto nº 5.761, de 2006).

§ 1º Somente após a conclusão do Parecer Técnico pela unidade de análise com sugestão de aprovação, o pedido de urgência poderá ser dirigido à Secretaria competente, aos cuidados da área detentora do processo, que será analisado em até 10 (dez) dias, recomendando a avocação do projeto ao Presidente da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, se julgar cabível o pedido, podendo rejeitá-lo prontamente se verificar que a inclusão na pauta da CNIC não interferirá na execução do projeto.

§ 2º Para análise do projeto em regime de urgência, o Presidente da CNIC poderá solicitar manifestação individual de membro da comissão, da Assessoria de Controle interno - AECI - ou da Consultoria Jurídica do MinC.

§ 3º O Presidente da CNIC poderá, de ofício, em caráter excepcional e por motivos relevantes, avocar os processos na fase em que se encontrem.

SEÇÃO IX

DA ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO

Art. 76. Após emissão do parecer técnico, o projeto cultural será encaminhado à CNIC para análise e parecer na forma de seu regimento interno.

Art. 77. Após a apreciação da CNIC, o projeto será submetido à decisão da autoridade máxima da Secretaria competente, com vistas a sua aprovação definitiva por homologação, por meio de assinatura eletrônica.

Parágrafo único. O projeto aprovado em portaria vincula as partes após sua homologação, com as eventuais alterações ocorridas entre a aprovação preliminar e a decisão homologatória, não sendo cabível, posteriormente, a alteração unilateral de seus termos e condições por parte do proponente ou do Ministério da Cultura.

Art. 78. Da decisão do art. 77 caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte ao seu registro no Salic.

§ 1º Caso a autoridade máxima da Secretaria competente entenda oportuna a manifestação das unidades técnicas ou da CNIC, poderá solicitar-lhes informações a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.

§ 2º Caso concorde com a decisão, o proponente poderá declinar do prazo previsto no caput, visando continuidade nos trâmites de homologação.

Art. 79. Da decisão do pedido de reconsideração, caberá recurso ao Ministro de Estado da Cultura, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de seu registro no Salic.

§ 1º Caso a autoridade entenda oportuna nova manifestação de unidades técnicas, poderá solicitar-lhes informações a serem prestadas em até 30 (trinta) dias.

§ 2º A decisão proferida em grau de recurso é irrecorrível.

§ 3º Mantida a decisão de indeferimento do projeto, os recursos captados desde a aprovação preliminar serão recolhidos ao Fundo Nacional de Cultura - FNC, dispensada a anuência do proponente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO VII
DA EXECUÇÃO DO PROJETO
SEÇÃO I
DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 80. Para projetos aprovados na vigência desta instrução normativa, os recursos serão captados em Conta Vinculada e movimentados por meio de cartão magnético ou gerenciador financeiro.

§ 1º Em caso de bloqueio judicial na Conta Vinculada, independente do motivo de tal bloqueio, deverá o proponente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, promover a restituição dos valores devidamente atualizados à Conta Vinculada, identificando o tipo de depósito e justificando a devolução no Salic.

§ 2º No caso de não atendimento dentro do prazo estipulado, será o proponente considerado inadimplente, com os efeitos do art. 114 desta Instrução Normativa.

§ 3º Antes da emissão do cartão e início da execução do projeto, será facultado ao proponente requerer a transferência dos recursos captados para um único projeto do mesmo proponente, desde que sejam acolhidas as justificativas do proponente e apresentada(s) a(s) anuência(s) do(s) incentivador(es), o que implicará o arquivamento do projeto transferidor.

§ 4º O procedimento de transferência entre projetos será facultado apenas uma vez, sendo que o projeto receptor não poderá transferir para outro projeto, e caso não ocorra sua execução o saldo do projeto receptor deverá ser recolhido ao Fundo Nacional da Cultura - FNC.

Art. 81. Os recursos oriundos de patrocínio ou doação somente serão captados após publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados e serão movimentados quando atingidos 20% (vinte por cento) do custo do projeto homologado.

§ 1º Os recursos serão depositados na Conta Vinculada por meio de:

I - depósito identificado, com as informações obrigatórias quanto ao CPF ou CNPJ dos depositantes e quanto ao tipo de depósito - doação ou patrocínio; ou

II - Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou Documento de Operação de Crédito - DOC, identificando os depositantes e os tipos de depósitos.

§ 2º No caso de projeto classificado como Plano Anual ou Bienal de Atividades, os recursos captados poderão ser transferidos para carga no cartão, quando atingido 1/12 ou 1/24 do orçamento global, respectivamente, desde que o projeto já tenha sido homologado.

§ 3º Projetos já homologados poderão ter a movimentação de recursos autorizada antes de atingidos os limites previstos neste artigo, nas seguintes situações:

I - urgente restauração de bem imóvel, a critério da Secretaria competente, desde que os recursos captados sejam suficientes para sustar os motivos da urgência;

II - projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio que garanta o percentual mínimo estipulado;

III - projetos que obtenham outras fontes de recursos, desde que comprovadas, que garantam o percentual mínimo estipulado e mediante solicitação de alteração das fontes de financiamento por meio do Salic.

§ 4º O Valor de Aplicação Financeira será computado para o alcance do índice previsto no caput.

§ 5º Correm por conta e risco do proponente as despesas executadas entre a homologação e a liberação da movimentação dos recursos, conforme o disposto no caput.

Art. 82. A primeira movimentação para o Cartão da Conta Vinculada será efetuada pelo MinC após consulta da regularidade dos proponentes, por meio de trilhas de controle, para pessoas físicas ou jurídicas e seus dirigentes, junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, além de verificação de suas situações jurídicas, fiscais e previdenciárias e desde que atingido o percentual previsto de 20% (vinte por cento).

§ 1º A liberação para movimentação dos demais recursos captados, posteriormente, para projetos na modalidade de Conta Vinculada, dar-se-á por este Ministério, considerando as etapas de execução do projeto.

§ 2º Quando for inviável o pagamento por meio do cartão ou transferência bancária, o proponente terá direito a saques diários de até mil reais, para pagamento de despesas limitadas a este valor, devendo as demais despesas ser realizadas por meio de transferência bancária identificada, cartão magnético ou qualquer outro meio eletrônico de pagamento que assegure a identificação do fornecedor do bem ou serviço.

§ 3º Os recursos oriundos de captações ou movimentações bancárias não autorizadas, realizadas fora do prazo ou do valor definido na portaria de autorização, serão desconsiderados para sua utilização pelo projeto, e serão recolhidos ao Fundo Nacional da Cultura - FNC, sem prejuízo ao incentivador quanto ao benefício fiscal.

§ 4º Depósitos equivocados na Conta Vinculada, quando devidamente identificados e justificados, poderão ter o estorno autorizado pelo MinC, para o devido ajuste, a pedido do proponente.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o MinC comunicará o fato à Receita Federal do Brasil, para eventual fiscalização tributária na forma do art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e do art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MinC/MF nº 1, de 13 de junho de 1995.

Art. 83. A Conta Vinculada do projeto, isenta de tarifas bancárias, conforme o Anexo VI, será vinculada ao CPF ou ao CNPJ do proponente para o qual o projeto tenha sido aprovado.

§ 1º A Conta Vinculada somente poderá ser operada após a regularização cadastral, pelos respectivos titulares, na agência bancária onde tenha sido aberta.

§ 2º Os recursos depositados na Conta Vinculada, enquanto não empregados em sua finalidade, serão automaticamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

§ 3º Os rendimentos da aplicação financeira só poderão ser utilizados no próprio projeto cultural, dentro dos parâmetros já aprovados pelo MinC, estando sujeitos às condições de prestação de contas dos recursos captados, observado o disposto no art. 90.

§ 4º Os recursos provenientes de aplicações financeiras não utilizados no projeto cultural serão recolhidos ao FNC.

§ 5º Ao término da execução do projeto cultural, os saldos remanescentes da Conta Vinculada serão recolhidos ao FNC, nos moldes do art. 5º, V, da Lei nº 8.313, de 1991, dispensada a anuência do proponente.

SEÇÃO II
DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E CAPTAÇÃO

Art. 84. O prazo de execução do projeto será registrado no Salic, não estando limitado ao exercício fiscal corrente, mas sim ao cronograma de execução apresentado pelo proponente.

Art. 85. O prazo para captar recursos iniciará na data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, e é limitado ao término do exercício fiscal em que foi publicada a portaria, podendo ser prorrogado pelo MinC.

§ 1º O prazo máximo de captação, com eventuais prorrogações, será de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de publicação da Portaria de Autorização para Captação de Recursos Incentivados, exceto nos seguintes casos:

I - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

II - apresentação de contrato de patrocínio ou documento que comprove ter sido o projeto contemplado em seleções públicas;

III - projetos de recuperação de patrimônio histórico ou construção de imóveis, conforme a característica do projeto e a complexidade da obra, desde que não exceda 6 (seis) exercícios fiscais.

§ 2º O prazo de execução abrangerá a fase de pós-produção do projeto, limitada a 60 (sessenta) dias, exceto no caso de produção audiovisual, que poderá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 86. A solicitação de prorrogação do prazo de captação deverá ser sinalizada no cadastramento da proposta e será concedida por este Ministério, de forma automática, considerando o período de execução proposto.

Art. 87. As solicitações de prorrogação do prazo de execução do projeto cultural devem ser registradas no Salic, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias da data prevista para seu encerramento, sendo requisito para finalização das metas físicas.

Art. 88. O pedido de prorrogação de prazo de captação ou execução será analisado e decidido pela Coordenação-Geral regimentalmente competente, cabendo recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, à autoridade máxima do Departamento competente, no mesmo prazo.

SEÇÃO III
DAS ALTERAÇÕES

Art. 89. O projeto cultural poderá ser alterado na fase de execução, mediante solicitação do proponente, registrada e justificada por meio do Salic, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do início da execução da meta ou ação a ser alterada.

§ 1º As alterações de nome do projeto, proponente e Plano de Distribuição somente serão objeto de análise após a liberação para movimentação dos recursos.

§ 2º Para alteração do nome do projeto, deverá ser apresentada anuência do autor da obra correspondente, se for o caso.

§ 3º No caso de alteração do espaço físico ou novo local do projeto, o proponente não poderá infringir o disposto no art. 21, devendo apresentar:

I - anuência do responsável pelo espaço físico ou novo local de realização;

II - planilha orçamentária adequada à nova realidade, se for o caso;

III - ajuste do Plano de Distribuição e de democratização de acesso, se for o caso; e

IV - cronograma de execução atualizado.

Art. 90. Serão permitidos ajustes entre os itens de orçamento do projeto cultural, bem como a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, nos termos deste artigo.

§ 1º Prescindirão da prévia autorização do MinC as alterações de valores de itens orçamentários do projeto, dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item.

§ 2º Os ajustes de valores que impliquem alterações acima do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do item devem ser submetidos previamente ao MinC para análise, por meio do Salic, acompanhada de justificativa.

§ 3º Os ajustes de valores não poderão implicar aumento do valor aprovado para os grupos de despesas que possuem limites percentuais máximos estabelecidos nesta instrução normativa.

§ 4º A inclusão de novos itens orçamentários, mesmo que não altere o orçamento total aprovado, deve ser submetida previamente ao MinC, por meio do Salic, acompanhadas de justificativa.

§ 5º Os pedidos de ajuste orçamentário somente poderão ser encaminhados após a captação de 60% (sessenta) do valor aprovado do projeto, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio.

§ 6º Os valores utilizados em desconformidade com o previsto neste artigo estarão sujeitos à restituição ao FNC.

Art. 91. O proponente poderá solicitar complementação do valor autorizado para captação, desde que comprovada sua necessidade, que tenha captado pelo menos 60% (sessenta) do valor total inicialmente autorizado e que não exceda 50% (cinquenta) do valor já aprovado, considerando o valor da aplicação financeira e as determinações contidas no art. 20 para o cumprimento ao princípio da não concentração, disposto no § 8º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 1991, apresentando:

I - justificativa da complementação; e

II - detalhamento dos custos referentes às etapas a serem complementadas.

§ 1º Os pedidos de complementação do valor do projeto serão decididos pelo titular da Secretaria competente.

§ 2º Quando aprovado o procedimento do caput, será publicada nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.

Art. 92. O proponente poderá solicitar a redução do valor do projeto, após a captação de 60% (sessenta) do valor aprovado, ressalvados os projetos contemplados em seleções públicas ou respaldados por contrato de patrocínio, desde que não comprometa a execução do objeto nem represente redução superior a 40% (quarenta) por cento do valor total autorizado, apresentando:

I - justificativa da necessidade de redução do valor do projeto;

II - detalhamento dos itens a serem retirados ou reduzidos; com seus respectivos valores; e

III - redimensionamento do escopo do projeto.

§ 1º Os pedidos de redução do valor do projeto serão decididos pelo titular da Secretaria competente.

§ 2º Quando aprovado o procedimento do caput, será publicada nova Portaria de Autorização de Captação de Recursos Incentivados.

Art. 93. Conforme sua complexidade, os pedidos de ajustes dos valores autorizados para captação poderão, por decisão da área técnica competente, ser submetidos a parecer técnico da unidade de análise e encaminhados à CNIC, antes da decisão final da autoridade máxima da Secretaria competente.

Parágrafo único. A análise dos pedidos indicados no caput, incluídas aquelas submetidas também à CNIC, não poderá exceder o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 94. Autorizada a execução, a alteração de proponente somente será permitida quando caraterizado caso fortuito ou de força maior, mediante requerimento do proponente atual, que contenha a anuência formal do substituto, quando for o caso, observados os Anexos II e III, e desde que:

I - não caracterize a intermediação de que trata o art. 28 da Lei nº 8.313, de 1991;

II - seja o pedido submetido à análise técnica quanto ao preenchimento dos demais requisitos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no Decreto nº 5.761, de 2006, e nesta Instrução Normativa.

Art. 95. A transferência de saldos não utilizados para outros projetos aprovados pelo Ministério da Cultura somente se aplica para Planos Anuais e Bienais de Atividades apresentados pelo mesmo proponente, desde que o projeto anterior seja encerrado, declarado o valor reduzido em item específico do novo projeto, denominado transferência entre Planos Anuais e Bienais, e republicada a Portaria de Autorização de Captação com o valor reduzido para captação.

Parágrafo único. O saldo transferido deverá somar-se aos recursos já captados para fins de atingimento dos limites de movimentação financeira do plano vigente.

Art. 96. Quando não autorizadas as alterações previstas nesta Seção, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, à autoridade que proferiu a decisão.

CAPÍTULO VIII
DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
SEÇÃO I
DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS

Art. 97. Os projetos culturais terão sua execução acompanhada de forma a assegurar a consecução do seu objeto, permitida a delegação, conforme previsto no art. 8º do Decreto nº 5.761, de 2006.

§ 1º O acompanhamento previsto no caput será realizado por meio de monitoramento, mediante comprovação da execução pelo proponente no Salic ao longo do projeto, e da disponibilidade de informações de consumo no Portal da Transparência, contemplando as etapas de execução do objeto, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução.

§ 2º A análise também se dará por sistema de verificação de trilhas de controle disponibilizadas pelos órgãos de controle, que fará a indicação daqueles projetos que se encontram com a execução fora da curva programada.

§ 3º Os modelos de trilhas serão disponibilizados pelos órgãos de controle para implementação na fase de execução e comprovação das ações, conforme Anexo VII.

§ 4º A comprovação de que trata o § 1º deve ser feita em campo específico, disponibilizado no Salic e acompanhada de documentos comprobatórios, a partir do início da execução das etapas previstas no projeto.

§ 5º A avaliação da comprovação realizada durante a fase de execução será feita pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento da execução atuando nos desvios apontados pelo Salic.

§ 6º Em caso de denúncias, demandas de órgãos de controle ou indícios de irregularidades, o projeto poderá ser encaminhado ao setor competente para análise de alcance de resultados, que atuará nos desvios apontados pelo Salic.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 7º Quando o proponente deixar de realizar alguma comprovação prevista no § 1º, o MinC o notificará, uma única vez, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação do projeto, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 114.

§ 8º Após a execução do projeto, a área competente atestará no Salic a conformidade ou desconformidade das etapas realizadas com as previstas.

§ 9º Verificada vantagem indevida ao incentivador durante a execução do projeto, conforme art. 38, será determinada a imediata suspensão do projeto, assinalando-se ao proponente prazo não superior a 20 (vinte) dias para reverter a irregularidade, sob pena das sanções do art. 30 da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 10. Na fase de execução, verificadas impropriedades no cumprimento das medidas de acessibilidade, democratização do acesso, bem como dos planos de divulgação e distribuição, será oportunizada medida compensatória, visando a regularização do projeto.

§ 11. A medida compensatória prevista no parágrafo anterior será proposta pelo proponente e realizada após aprovação do MinC, devendo ser concretizada dentro do prazo de execução do projeto, com aderência ao objeto aprovado.

§ 12. Caso não ocorra a medida compensatória, a prestação de contas poderá ser reprovada.

SEÇÃO II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 98. O MinC poderá, a qualquer tempo e de ofício, realizar acompanhamento da execução do projeto, por meio de vistoria in loco, com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca da sua evolução física e financeira, por atuação definida a partir de amostragem ou, ainda, para apuração de eventuais denúncias.

§ 1º As vistorias serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, representações regionais, pareceristas credenciados, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais;

§ 2º O acompanhamento da execução do projeto in loco será agendado pela unidade competente com antecedência, quando serão indicados os profissionais envolvidos.

§ 3º Será elaborado via Salic, pelos agentes públicos envolvidos, relatório final, circunstanciado e conclusivo, da vistoria in loco, o qual ficará disponível no sistema.

§ 4º Na hipótese de realização de vistoria in loco, a imposição de obstáculos ao livre acesso da equipe às entidades inspecionadas, o não atendimento da requisição de arquivos ou documentos comprobatórios, bem como quaisquer condutas que visem inviabilizar total ou parcialmente o referido acompanhamento ensejarão o registro de inadimplência do proponente.

Art. 99. O MinC poderá realizar visitas ou encontros técnicos com o objetivo de orientar o proponente quanto à correta utilização dos recursos repassados e regular execução das etapas previstas, além de prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.

§ 1º As visitas ou encontros técnicos serão agendados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, quando serão indicados os profissionais envolvidos.

§ 2º Após a visita ou encontro técnico, será emitido relatório, via Salic, contendo as informações colhidas pelos técnicos durante a realização dos trabalhos, bem como as orientações repassadas ao proponente.

SEÇÃO III

DA COMPROVAÇÃO E DO RELATÓRIO FINAL DO PROPONENTE

Art. 100. As doações e os patrocínios captados pelos proponentes em razão do mecanismo de incentivo, decorrentes de renúncia fiscal, são recursos públicos, e os projetos culturais estão sujeitos ao acompanhamento e à avaliação de resultados.

§ 1º A comprovação financeira no Salic deverá ser feita pelo proponente, à medida que os correspondentes débitos tiverem sido lançados no extrato bancário, com a respectiva anexação de documentos comprobatórios, podendo constituir-se de:

I - cópia dos despachos adjudicatórios e homologações das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o proponente pertencer à administração pública;

II - cópia das cotações de preços, nas hipóteses previstas nesta Instrução Normativa;

III - cópias das notas fiscais, recibos diversos, recibo de pagamento ao contribuinte individual - RPCI, faturas, contracheques, entre outros;

IV - memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso; e

V - comprovante do recolhimento ao FNC de eventual saldo não utilizado na execução do projeto, incluídos os rendimentos da aplicação financeira.

§ 2º A memória de cálculo referida no inciso V do § 1º deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 3º Caso o proponente deixe de realizar as comprovações financeiras

na forma do § 1º, será diligenciado para regularização no prazo de vinte dias, sob pena de registro de inadimplência na forma do art. 114.

Art. 101. Findo o prazo de execução aprovado para o projeto, o proponente deverá finalizar no Salic, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, relatório final que contemple a síntese das seguintes informações, em plena conformidade com eventuais fiscalizações, orientações e ajustes autorizados pelo MinC:

I - comprovação da realização do objeto proposto, acompanhada das evidências de sua efetiva realização;

II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico constante do plano de trabalho;

III - comprovação dos produtos e serviços por meio de exemplar de produto, apresentação de fotos, listas de presença, arquivos digitais, registro audiovisual, entre outros compatíveis com a natureza dos produtos;

IV - descrição das etapas de execução do objeto com os respectivos comprovantes das despesas realizadas, de acordo com o que foi estabelecido no Plano de Execução e na Planilha Orçamentária e respectivos ajustes autorizados pelo MinC;

V - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a acessibilidade ao produto cultural, nos termos aprovados pelo MinC;

VI - demonstrações das medidas adotadas pelo proponente para garantir a democratização do acesso, nos termos aprovados pelo MinC;

VII - comprovação da distribuição dos produtos culturais resultantes da execução do projeto, conforme previsto no Plano de Distribuição e nos seus detalhamentos constantes do projeto aprovado;

VIII - amostras e/ou registros fotográficos/videográficos das peças previstas no plano de divulgação do projeto;

IX - relação dos bens móveis adquiridos, produzidos ou construídos, juntamente com comprovante de realização da cotação de preços prevista no § 2º do art. 31, desta Instrução Normativa;

X - relação dos bens imóveis adquiridos, produzidos ou construídos;

XI - cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o projeto objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia; e

XII - recibo do destinatário, no caso de direcionamento de bem ou material permanente a outra entidade de natureza cultural, por parte do proponente.

§ 1º Caso o proponente deixe de apresentar o relatório final no período indicado no caput deste artigo, será lançada a inadimplência do projeto no Salic, e o proponente será diligenciado para que, no prazo de 20 (vinte) dias, regularize a situação, sob pena de reprovação da prestação de contas por omissão.

§ 2º No caso de projeto que resulte em obra cinematográfica ou outro produto que não possa ser anexado ao Salic, a comprovação de que trata o inciso III do caput deverá ser entregue à Secretaria competente, no suporte em que a obra ou produto foi originalmente produzido, para fins de preservação e integração aos acervos do ministério.

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 102. Encerrado o prazo de execução do projeto, o MinC procederá ao bloqueio da conta e avaliará os seus resultados conforme o art. 7º do Decreto nº 5.761, de 2006, com base na documentação e informações inseridas pelo proponente no Salic a título de prestação de contas.

Art. 103. Para a avaliação dos resultados, o MinC poderá ainda:

I - solicitar a qualquer pessoa física ou jurídica informações, documentos ou outros elementos que julgar necessários;

II - diligenciar ao proponente ou aos seus sócios para que apresentem informações, documentos e outros esclarecimentos que julgar necessários para que possa realizar a avaliação de resultados, assinalando o prazo do art. 127 desta Instrução Normativa para cumprimento da notificação.

Art. 104. A avaliação de resultados será composta pela análise do objeto e a análise financeira e seguirá o formato abaixo:

I - avaliação do objeto e das ações preponderantes do projeto registradas na análise técnica;

II - avaliação das inconformidades, apontadas pelo sistema Salic, quando da comprovação do plano orçamentário e metas físicas e financeiras pactuadas; e

III - procedimento de análise pormenorizada, em caso de denúncia de irregularidade, sujeita a juízo de admissibilidade pelo MinC.

Parágrafo único. As análises de objeto e financeira integrarão o Laudo Final de Avaliação de que trata o art. 108.

Art. 105. A análise do objeto deverá considerar a captação parcial de recursos, quando for o caso, avaliando os requisitos mínimos de alcance do objeto e de suas finalidades, além da proporcionalidade entre o captado e o executado, bem como as contrapartidas pactuadas.

SEÇÃO V

DA APROVAÇÃO, APROVAÇÃO COM RESSALVA, REPROVAÇÃO E ARQUIVAMENTO

Art. 106. A avaliação de resultados considerará a prestação de contas como:

I - aprovada, quando:

a) verificada a integral execução do objeto ou a execução parcial adequada à captação parcial de recursos; e

b) não apontadas inadequações na execução financeira;

II - aprovada com ressalvas quando, em relação à execução do objeto, houver:

a) alterações no projeto cultural, no decorrer de sua execução, sem a anuência do MinC, desde que não caracterize descumprimento do objeto;

b) não atendimento ao Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura;

c) não apresentação de autorização de uso ou reprodução de obras protegidas por direitos autorais ou conexos;

d) alteração do conteúdo do produto principal, desde que caracterize o alcance da ação cultural projetada, sem desvio de finalidade;

e) alterações no Plano de Distribuição desde que não acarrete descumprimento das medidas de democratização ao acesso público e do objeto; ou

f) outras ocorrências de ordem financeira que não caracterizem descumprimento do objeto ou dano ao erário; ou

III - reprovada, nas hipóteses de:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento do objeto pactuado; ou

c) descumprimento na execução financeira em decorrência da não observância aos requisitos contidos nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A aprovação, com ou sem ressalvas, não exime o proponente de eventuais obrigações em relação a terceiros.

Art. 107. Será arquivado o projeto que, ao término do prazo de execução, não tiver captado recursos suficientes para a realização do projeto, desde que os eventuais recursos e seus rendimentos não tenham sido utilizados, mas recolhidos ao FNC automaticamente quando do bloqueio da conta na forma do art. 102.

Parágrafo único. A decisão de arquivamento não importa em registro de aprovação ou reprovação do projeto, atestando meramente sua inexecução por justa causa.

Art. 108. O Laudo Final de Avaliação de resultados do projeto cultural será submetido à autoridade máxima da Secretaria competente, para decisão de aprovação, aprovação com ressalvas, reprovação ou arquivamento, da qual o proponente será cientificado, juntamente com o teor da avaliação de resultados, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União e do registro da decisão no Salic, da seguinte forma:

I - nos casos de aprovação e arquivamento, por mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic; e

II - nos casos de aprovação com ressalva e reprovação, por correspondência com aviso de recebimento, mensagem via correio eletrônico e disponibilização no Salic.

Art. 109. Quando a decisão de que trata o art. 108 for pela reprovação da prestação de contas, a cientificação do proponente conterá intimação para, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, atualizados desde a data do término do prazo de captação pelo índice oficial da caderneta de poupança.

Art. 110. Da decisão do art. 108 caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias a contar do dia seguinte ao registro da decisão no Salic, ao Ministro de Estado da Cultura, que proferirá decisão em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da interposição do recurso.

§ 1º O recurso tempestivo gozará de efeito suspensivo em relação aos efeitos da decisão impugnada, salvo nos casos de comprovada má-fé.

§ 2º A critério do Ministro de Estado da Cultura, nos termos do art. 38, inciso VI, do Decreto 5.761, de 2006, o recurso poderá ser submetido à CNIC para que esta se manifeste sobre as razões do recorrente.

§ 3º Indeferido o recurso, o proponente será novamente intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia seguinte ao registro do indeferimento no Salic, recolher os recursos que tenham sido irregularmente aplicados, na forma do art. 109.

Art. 111. Esgotado o prazo para recolhimento dos recursos sem o cumprimento das exigências, será constituído em mora o proponente devedor, e a recomposição do valor devido se dará com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic - acumulada mensalmente desde o mês seguinte ao da última consolidação, conforme art. 109 ou art. 110, § 3º, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, mais um por cento no mês do pagamento.

Parágrafo único. Constatada a hipótese do caput, caberá ao MinC adotar as medidas administrativas para inscrição do débito no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e, conforme as normas específicas aplicáveis, providenciar:

I - a inscrição do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

II - a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE - para reposição do dano ao erário; e

III - a comunicação à Receita Federal do Brasil para que esta proceda à fiscalização tributária de que trata o art. 36 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 12 da Instrução Normativa Conjunta MINC/MF nº 1, de 1995.

Art. 112. O ato de aprovação, aprovação com ressalva, reprovação ou arquivamento poderá ser revisto de ofício pela autoridade máxima da Secretaria competente, a qualquer tempo, de forma justificada.

Parágrafo único. Havendo decisão proferida pelo Ministro de Estado da Cultura em grau de recurso, a este caberá exercer a prerrogativa do caput.

Art. 113. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da apresentação dos documentos previstos no art. 101, fica caracterizada a prescrição para aplicação das sanções previstas nesta Instrução Normativa, ressalvada a imprescritibilidade do ressarcimento dos danos ao erário, conforme art. 37, § 5º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A prestação de contas no Salic estará à disposição para consulta pública e poderá ser objeto de questionamento até os 5 (cinco) anos seguintes da data de conclusão da avaliação de resultados pelo MinC.

CAPÍTULO IX

DAS SANÇÕES

Art. 114. Durante qualquer fase do projeto, o MinC poderá determinar:

I - a inadimplência do proponente, caracterizada pela sua omissão no atendimento às diligências, o que ensejará:

a) o bloqueio da conta do projeto;

b) a impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução do projeto; e

c) a impossibilidade de apresentação de novas propostas e suspensão de publicação de autorização para captação de novos projetos; ou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - a inabilitação cautelar do proponente, por meio de decisão da autoridade máxima da Secretaria competente, caso sejam detectados indícios de irregularidades no projeto, com as seguintes consequências:

a) suspensão dos projetos ativos do proponente com o bloqueio de suas contas, impedindo a captação de novos patrocínios ou doações, bem como movimentação de recursos;

b) impossibilidade de prorrogação dos prazos de captação e execução dos projetos;

c) impossibilidade de apresentação de novas propostas;

d) cancelamento de propostas e arquivamento de projetos sem captação; e

e) impossibilidade de recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.

§ 1º Aplicada a inabilitação cautelar, o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 2º Decorrido o prazo do § 1º sem o devido atendimento da notificação, o MinC adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento dos recursos ao erário.

§ 3º As sanções deste artigo perdurarão enquanto não for regularizada a situação que lhe deu origem, e o projeto que permanecer suspenso por inadimplência ou inabilitação cautelar do proponente até o final do prazo de execução será encaminhado para a avaliação de resultados e Laudo Final de Avaliação, estando sujeito a arquivamento, aprovação com ressalvas ou reprovação, conforme a situação.

Art. 115. Após a reprovação das contas, o MinC determinará a inabilitação do proponente, o que, sem prejuízo de outras restrições ou sanções administrativas, ensejará a impossibilidade de:

I - apresentação de novas propostas;

II - prorrogação dos prazos de captação dos seus projetos em execução; e

III - autorização para captação de novos recursos, o que importa em:

a)cancelamento de propostas em análise;

b)arquivamento de projetos sem movimentação de conta liberada; e

c)suspensão de projetos ativos, com o bloqueio de suas contas; e

IV - recebimento de recursos decorrentes de outros mecanismos do Pronac previstos no art. 2º da Lei nº 8.313, de 1991.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se inabilitação a sanção administrativa restritiva de direito, na forma do art. 20, § 1º, da Lei nº 8.313, de 1991, aplicável sobre a pessoa física ou jurídica proponente, bem como seus dirigentes, cuja prestação de contas tenha sido reprovada ou em cuja conduta tenha sido comprovado dolo, fraude ou simulação.

Art. 116. A sanção de inabilitação terá duração de 3 (três) anos.

Art. 117. A sanção de inabilitação será automaticamente aplicada vinte dias após a publicação do ato referido no art. 108, exceto se houver recolhimento dos recursos devidos ao FNC, na forma do art. 109, ou interposição de recurso com efeito suspensivo, na forma do art. 110.

Art. 118. A sanção de inabilitação de que trata o art. 115 será publicada em Diário Oficial e conterá, no mínimo:

I - identificação do projeto e número Pronac;

II - identificação do proponente e respectivo registro no CNPJ ou no CPF;

III - descrição do objeto do projeto;

IV - período da inabilitação; e

V - fundamento legal.

Art. 119. A inabilitação será registrada na base de dados do Salic e servirá de parâmetro de consulta da regularidade do proponente junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.

Art. 120. O recolhimento ao FNC, pelo proponente, dos recursos irregularmente aplicados e apurados na avaliação de resultados, reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.

Art. 121. A cada 3 (três) aprovações com ressalvas, conforme art. 106, no período de 5 (cinco) anos, ficará o proponente impedido de apresentar propostas de projetos culturais por um ano.

Parágrafo único. Em caso de reincidência da motivação da aprovação com ressalvas, a sanção prevista no caput será aplicada independentemente do período de ocorrência.

CAPÍTULO X

DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Art. 122. Após a decisão de reprovação da prestação de contas, o proponente responsável poderá requerer o parcelamento do débito, em até 24 (vinte e quatro) meses, com a parcela não inferior a 20 (vezes) o valor mensal do Vale-Cultura estabelecido no art. 8º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, observado o disposto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nesta Instrução Normativa para a consolidação do débito, bem como regulamentação específica do Ministério da Cultura.

§ 1º O pagamento da primeira parcela reverte o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, desde que não tenham decorrido de outras irregularidades.

§ 2º Em caso de rescisão do parcelamento, conforme norma específica, restaura-se o registro de inadimplência e a sanção de inabilitação do proponente no Salic, sem prejuízo das demais medidas aplicáveis para recuperação do débito restante.

§ 3º A restauração da inabilitação somente é possível dentro do período de cinco anos previsto no art. 113 desta Instrução Normativa, respeitado o período eventualmente já cumprido em momento anterior ao parcelamento.

CAPÍTULO XI

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 123. A instauração do processo de Tomada de Contas Especial obedecerá às normas específicas em vigor, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, sendo levada a efeito pela unidade competente do Ministério da Cultura ou no caso de omissão da autoridade competente em adotar a medida, por determinação dos órgãos do sistema de controle interno ou do Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 124. Havendo instauração de Tomada de Contas Especial, o registro de seus atos será realizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, para consulta pública, sem prejuízo do registro no Salic.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 125. Aplicam-se aos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, em especial quanto aos prazos, recursos e comunicação de atos e decisões.

Art. 126. A ciência dada ao proponente por meio do Salic é considerada como comunicação oficial na forma do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo único. Serão considerados válidos e atuais os endereços eletrônicos e físicos informados pelo proponente no registro feito no Salic.

Art. 127. As áreas técnicas do MinC poderão solicitar documentos ou informações complementares, devendo, para tanto, comunicar o proponente, informando o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.

§ 1º O prazo do caput suspenderá o prazo de análise do MinC, podendo ser prorrogado pela área técnica uma única vez, automaticamente, por igual período, ao fim da vigência do prazo.

§ 2º Caso a resposta à diligência seja insuficiente, o proponente poderá ser diligenciado novamente, sendo interrompida a contagem do prazo de análise, reiniciando-se a partir da data de cumprimento das exigências.

§ 3º O não atendimento da diligência no prazo estabelecido implicará, conforme o caso:

I - o cancelamento automático da proposta no Salic;

II - o arquivamento do projeto cultural sem movimentação de conta, com registro da ocorrência no Salic;

III - a inadimplência do projeto, quando se tratar de diligências durante as fases de execução e avaliação de resultados.

§ 4º Somente será considerada a solicitação de desarquivamento de projeto ou reativação de proposta cancelada automaticamente, caso seja apresentada pelo proponente em até 20 (vinte) dias, improrrogáveis, da data de registro do arquivamento no Salic, devidamente justificada e formalizada ao MinC.

Art. 128. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se aos projetos em andamento, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 129. A Secretaria Executiva consolidará em relatório o comprometimento da renúncia fiscal, com informações:

I - do valor total das captações por modalidade de incentivo (doação/patrocínio ou investimento) e tipo de incentivador (pessoa física ou jurídica);

II - do número de projetos em tramitação, individualizados por segmento.

Art. 130. O Ministro de Estado da Cultura, com base nos relatórios consolidados pela Secretaria Executiva, poderá, a qualquer tempo, definir novas diretrizes em razão da demanda e da política cultural.

Art. 131. As informações e os documentos que, por sua natureza, não possam ser inseridos no Salic pelo proponente, serão enviados ao MinC em meio tangível, mediante entrega no protocolo central, em Brasília, ou nas representações regionais, com a devida identificação da proposta ou projeto.

Art. 132. Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do Salic terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, por meio de utilização de assinatura eletrônica, cadastrada, mediante login do usuário, observando que são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

Art. 133. Por meio de portarias específicas, em razão da demanda do setor e da política cultural, o Ministro de Estado da Cultura definirá novas diretrizes em função:

I - da previsão contida na no § 3º do art. 22;

II - da previsão contida no inciso II do art. 55;

III - dos históricos de patrocínios da base do Salic, para a criação de novas regras para os editais de incentivo fiscal, visando fortalecer a produção cultural e a manutenção dos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs - instituídos pela Portaria Interministerial MP/MinC/ME/MDS/MJ/MTE nº 401, de 9 de setembro de 2010, e regulamentados pela Portaria nº 49, de 18 de maio de 2011, do Ministério da Cultura.

Art. 134. O MinC instituirá manuais de serviços para detalhar os procedimentos operacionais previstos nesta Instrução, no prazo de até cento e vinte dias a partir de sua publicação.

Art. 135. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 136. Ficam revogadas as seguintes normas do Ministério da Cultura:

I - Portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011;

II - Portaria nº 5, de 26 de janeiro de 2012;

III - Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013;

IV - Instrução Normativa nº 1, de 15 de abril de 2014;

V - Instrução Normativa nº 3, de 29 de dezembro de 2014;

VI - Instrução Normativa nº 2, de 11 de maio de 2015;

VII - Instrução Normativa nº 7, de 19 de maio de 2016; e

VIII - Instrução Normativa nº 11, de 29 de setembro de 2016.

ROBERTO FREIRE

ANEXO I

GLOSSÁRIO

I - Ação de Conscientização para a Importância da Arte e da Cultura: falas, preleções ou atividades que contextualizem o produto cultural (resultado do projeto cultural) com as poéticas contemporâneas, as linguagens artísticas, o cenário social, ambiental, econômico, cultural e artístico local e a história da arte. Essa contextualização será a base da ação de conscientização que objetiva evidenciar a ligação dos múltiplos aspectos da vida na contemporaneidade com as vanguardas, os movimentos artísticos e o conhecimento ao longo da história de modo a revelar a importância da arte e da cultura como continentes de identidade, significado e informação. Esta ação deverá guardar relação com os recursos humanos, materiais e físicos disponíveis no ambiente da produção do projeto cultural.

II - Auditoria Externa: fornecimento de informações de controle para avaliar com segurança as receitas e despesas da ação cultural realizada.

III - Capacidade técnico-financeira: aptidão administrativa, financeira e operacional dos proponentes para garantir o planejamento, a execução dos objetivos pactuados, a gestão dos recursos financeiros disponibilizados, bem como a prestação de contas de seus projetos culturais.

IV - Conta Captação: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores, bem como para eventual devolução de recursos.

V - Conta Movimento: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do projeto aprovado, a ser utilizada para livre movimentação, visando à sua execução.

VI - Conta Vinculada: conta bancária vinculada ao CPF ou CNPJ do proponente com a identificação do respectivo projeto aprovado, a ser utilizada para crédito dos recursos captados junto aos patrocinadores ou doadores e para movimentação visando à execução dos projetos, bem como para eventual devolução de recursos.

VII - Contrato de patrocínio: documento firmado pelo patrocinador e pelo proponente que formaliza o patrocínio em determinado projeto cultural, devendo, minimamente, identificar o patrocinador, o proponente, o valor, o período previsto para o aporte e o número do Pronac.

VIII - Controle e Assessoria: serviços contábeis, advocatícios e de auditoria externa indispensáveis à correta gestão do projeto cultural.

IX - Coprodução: é uma estratégia em que a definição dos bens e serviços a serem produzidos pela administração pública exige um processo democrático e participativo que envolva os cidadãos. Em caso de coprodução internacional de produção de obra audiovisual deverá obedecer ao disposto no Art. 1°, inciso V, alínea "c" da Medida Provisória n° 2.228-1/2001 e na IN n° 106 da ANCINE ou seus substitutivos.

X - Corpos Estáveis: Companhias artísticas com mais de 05 (cinco) anos de atuação, que mantenham atividades durante todo o ano fiscal e que mantenham sob contrato profissionais da área cultural para a execução de suas atividades.

XI - Custo do Projeto: compreende o somatório do Valor do Projeto e Custos Vinculados.

XII - Custo Global: compreende o somatório Custo Total e Valor da Aplicação.

XIII - Custo Total: compreende o somatório de Custo do Projeto, Valores de Outras Leis e Valores de Outras Fontes.

XIV - Custos Vinculados: compreende o somatório dos Custos de Administração, de Divulgação, de Remuneração para Captação de Recursos e de Direito Autoral.

XV - Democratização do acesso: medidas presentes na proposta cultural que promovam ou ampliem a possibilidade de fruição dos bens, produtos e ações culturais, em especial às camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica ou por quaisquer outras circunstâncias.

XVI - Desfiles festivos: Desfiles de caráter musical e cênico que tenham relação com festividades regionais, com confecções de fantasias, adereços ou material cenográficos.

XVII - Diligência: solicitação de informações ou documentos, a proponentes ou terceiros, com o objetivo de sanar pendências e irregularidades, bem como esclarecer ou confirmar informações.

XVIII - Equipamentos públicos: Museus, bibliotecas, auditórios, salas de teatro ou outros espaços públicos de quaisquer dos entes federados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XIX - Espaços públicos: espaços ou sistemas destinados ao uso coletivo e de frequência pública, geridos por instituições públicas, orientados prioritariamente para acolhimento, prática, criação, produção, difusão e fruição de bens, produtos e serviços culturais, assim como ações de salvaguarda dos bens culturais.

XX - Execução compartilhada: aquela em que dois ou mais proponentes firmam entre si contrato ou acordo de cooperação técnica, somando suas competências para executar o projeto cultural.

XXI - Finalidade Cultural: é o alcance da fruição do produto principal em proveito para a sociedade, conforme previsto no projeto aprovado.

XXII - Formação de plateias: Ações presenciais e gratuitas, destinadas a alunos de instituições de ensino de qualquer nível, que visem a conscientização para a importância da arte e da cultura por intermédio do produto do projeto cultural.

XXIII - Intermediação: apresentação de proposta por proponente cuja participação em sua execução será irrelevante, acessória ou nula.

XXIV - Medidas de acessibilidade: medidas presentes na proposta cultural que busquem oferecer à pessoa com deficiência, idosa ou com mobilidade reduzida espaços, atividades e bens culturais acessíveis, favorecendo sua fruição de maneira autônoma, por meio da adaptação de espaços, assistência pessoal, mediação ou utilização de tecnologias assistivas, cumprindo as exigências que lhe forem aplicáveis contidas na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.

XXV - Monitoramento: análise e avaliação da comprovação físico-financeira registrada pelo proponente no Salic durante a execução do projeto cultural.

XXVI Objeto: produto do projeto cultural conjugado ao cumprimento das finalidades do PRONAC (art. 1º, Lei nº. 8.313/91 e art. 2º, Decreto nº. 5.761/06) previamente assumido pelo proponente.

XXVII - Orçamento detalhado ou analítico: aquele que apresenta o conjunto de composições de custos unitários para cada um dos itens constantes da planilha orçamentária.

XXVIII - Parecer técnico: documento emitido por servidor público ou parecerista contendo manifestação objetiva, conclusiva e pormenorizada do objeto analisado.

XXIX - Patrimônio cultural imaterial: saberes e modos de fazer, celebrações, formas de expressão, lugares e línguas que grupos sociais reconhecem como referências culturais organizadoras de sua identidade, por transmissão de tradições entre gerações, com especial destaque aos bens culturais registrados na forma do art. 1º do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

XXX - Patrimônio cultural material: conjunto de bens culturais classificados como patrimônio histórico e artístico nacional nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, bem como de bens musealizados ou em processo de musealização, compreendidos como bens móveis ou imóveis, construídos ou naturais, representativos da diversidade cultural brasileira em todo o período histórico ou pré-histórico, cuja conservação e proteção são de interesse público, quer sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

XXXI - Plano Anual ou Bienal de Atividades: projeto cultural apresentado por pessoa jurídica sem fins lucrativos que contemple, por um período de doze ou vinte e quatro meses coincidente(s) com o(s) ano(s) fiscal(ais), a manutenção da instituição e das suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, bem como os projetos e ações constantes do seu planejamento, nos termos do art. 24 do Decreto nº 5.761, de 2006.

XXXII - Plano de Distribuição: detalhamento da forma como serão doados ou vendidos os ingressos ou produtos culturais resultantes do projeto, com descrição detalhada dos preços, a distribuição por categorias de acesso ou produção.

XXXIII - Plano de divulgação: conjunto de ações em mídia impressa ou digital, redes sociais ou suportes diversos destinadas à divulgação de projeto cultural e dos produtos dele resultantes.

XXXIV - Plano de execução: detalhamento das metas, etapas de trabalho, orçamento, cronograma de execução e produtos resultantes, elaborado em formulário próprio inserido no Salic.

XXXV - Plano Museológico: ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como para fundamentar a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento basilar para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade, nos termos do art. 46 da Lei nº 11.906, 14 de janeiro de 2009.

XXXVI - Prazo de captação: período estabelecido na Portaria de Autorização publicada no Diário Oficial da União para captação de recursos de projeto cultural, contemplando o período de execução.

XXXVII - Prazo de execução: período para a realização do projeto cultural proposto e vinculado às metas físicas e financeiras constantes do orçamento aprovado pelo Ministério da Cultura e aderente às etapas de trabalho. A prorrogação de prazo de execução não renova o prazo de captação.

XXXVIII - Produto principal: resultado preponderante do projeto, assim entendido o evento, atividade ou bem cultural primordial, finalístico ou essencial, podendo ser determinado pela pauta mais extensa ou custo mais elevado.

XXXIX Produto secundário: demais resultados do projeto cultural, abrangendo eventos, atividades ou bens culturais que dependem, derivam ou se vinculam ao produto principal do projeto.

XL - Projeto ativo: qualquer projeto cultural compreendido desde o recebimento do número de registro no Pronac até a apresentação da prestação de contas final pelo proponente.

XLI - Projeto cultural de produção independente:

a) na área da produção audiovisual, aquele cujo proponente não exerça as funções de distribuição ou exibição de obra audiovisual, ou que não seja concessionário de serviços de radiodifusão de sons ou sons e imagens ou a ele coligado, controlado ou controlador;

b) na área da produção musical, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, as funções de fabricação e distribuição de qualquer suporte fonográfico, ou que não detenha a posse ou propriedade de casas de espetáculos ou espaços de apresentações musicais;

c) na área da produção editorial, aquele cujo proponente não exerça, cumulativamente, pelo menos duas das seguintes funções: fabricação de livros ou de qualquer insumo necessário à sua fabricação; distribuição de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais; ou comercialização de livros ou conteúdos editoriais, inclusive em formatos digitais;

d) nas artes cênicas, aquele cujo proponente não detenha a posse ou propriedade de espaços cênicos ou salas de apresentação, excetuadas as companhias artísticas que desenvolvam atividades continuadas assim definidas em regulamento;

e) na área de artes visuais, aquele cujo proponente não acumule a função de expositor e comercializador de obra de arte, bem como não detenha posse ou propriedade de espaços de exposições; e

f) nas demais áreas culturais e artísticas, aquele definido pelo Ministério da Cultura por meio de regulamento.

XLII - Projeto cultural: conjunto de atividades interrelacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo determinados e que tenham sido admitidos pelo MinC após etapa de análise de admissibilidade de proposta cultural, recebendo número de registro no Pronac.

XLIII - Projeto de ação continuada: projeto cuja ação ocorra de forma contínua ou em edições, tais como festivais e feiras literárias.

XLIV - Projeto de Preservação e conservação do patrimônio cultural material: projeto elaborado por técnicos especializados, com vistas à realização de ações de restauração, preservação e conservação em monumentos e bens de valor histórico e cultural, elementos artísticos e integrados, acervos de bens móveis e imóveis, bem como reconhecimento, valorização, difusão e fomento dos processos e bens culturais mediante ações educativas, necessariamente precedidos de pesquisa histórica, diagnóstico do estado de conservação, mapeamento de danos, perícias e ensaios, projeto de arquitetura e complementares de engenharia.

XLV - Projeto de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: projetos relativos a bens culturais imateriais transmitidos há, pelo menos, três gerações, que digam respeito à história, memória e identidade de grupos formadores da sociedade brasileira, que contenham a anuência comprovada de representação reconhecida da base social detentora, a participação direta de detentores no planejamento e na realização do projeto e que apresentem proposta de geração de benefícios materiais, sociais ou ambientais, devendo ainda desenvolver ações que visem um ou mais dos seguintes objetivos gerais:

a) a execução de processos participativos de identificação e documentação do patrimônio cultural imaterial (mapeamentos, inventários, dossiês, diagnósticos, entre outros);

b) a melhoria das condições de produção e reprodução da prática cultural pelos seus detentores (adequação de espaços físicos, oficinas de transmissão de saberes, fortalecimento de cadeias produtivas, entre outros);

c) a mobilização de segmentos sociais envolvidos com a produção e reprodução para o fortalecimento da gestão da salvaguarda (capacitação de quadros para esta gestão, realização de reuniões, fóruns, seminários, fortalecimento de redes de articulação, entre outros); e

d) a difusão e valorização do bem cultural junto aos próprios detentores e à sociedade de forma geral (por meio da constituição, conservação e disponibilização de acervos, produção e distribuição de materiais de difusão, ações educativas, realização de prêmios e concursos, entre outros).

XLVI - Projeto educativo: Projeto voltado à instrução ou formação de público na área cultural com plano pedagógico próprio e público alvo composto prioritariamente por estudantes de qualquer nível escolar ou beneficiários de baixa renda.

XLVII - Projeto pedagógico: documento integrante de propostas voltadas para formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento na área da cultura, que contenha, pelo menos, os objetivos gerais e específicos da proposta, sua justificativa, carga horária completa, público-alvo, metodologias de ensino, material didático a ser utilizado, conteúdos a serem ministrados e profissionais envolvidos.

XLVIII - Proponente: Pessoa física com atuação na área cultural, ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha sobre sua finalidade cultural e com atuação na área, responsável por apresentar, realizar e responder por projeto cultural no âmbito do Pronac.

XLIX - Proposta cultural: requerimento apresentado por proponente, por meio do sistema informatizado do Ministério da Cultura - MinC, denominado Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic, visando a obtenção dos benefícios do mecanismo incentivo a projetos culturais, nos termos da Lei nº 8.313, de 1991.

L - Salic: sistema informatizado do MinC destinado à apresentação, recebimento e análise de propostas culturais, assim como à aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais.

LI - Usuário do Salic: pessoa física detentora de chave de validação para inserção e edição de propostas e projetos culturais, podendo ser o próprio proponente, seu representante legal ou procurador legalmente constituído pelo proponente.

LII - Valor de Aplicação Financeira: campo de preenchimento automático com o somatório dos valores obtidos na aplicação financeira.

LIII - Valor de Outras Leis: compreende o somatório dos recursos públicos de fontes diretas ou indiretas das 3 esferas de Poder.

LIV - Valor do Projeto: compreende o somatório das etapas de pré-produção, produção, pós-produção, recolhimentos e controle.

LV - Valor por Beneficiário: é o quociente entre o somatório do Custo do Projeto com o Valor de Outras Leis e o quantitativo de beneficiários do produto principal. Os beneficiários de produtos secundários poderão ser computados, desde que não se constituam nos mesmos beneficiários do produto principal. O produto sítio de internet só poderá ser computado quando constituir o produto principal.

LVI - Valores de Outras Fontes: compreende recursos não incentivados próprios ou de terceiros.

LVII - Visita Técnica: ações realizadas junto aos proponentes com o objetivo de orientar quanto à correta utilização dos recursos repassados, a regular execução das etapas previstas e prestar esclarecimentos acerca da legislação aplicável a projetos culturais.

LVIII - Vistoria in loco: acompanhamento da execução dos projetos culturais, in loco, a fim de comprovar se o objeto previsto está sendo realizado em conformidade com as especificações estabelecidas, incluindo as medidas de acessibilidade, democratização do acesso, contrapartidas sociais e os planos de divulgação e distribuição.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

DECLARO para todos os fins de direito, estar ciente da obrigatoriedade de:

TER CONHECIMENTO:

- sobre a legislação referente ao benefício fiscal pretendido e das normas relativas à utilização de recursos públicos e respectivos regulamentos em especial às vedações;

- que a gestão de recursos captados é decisão única e exclusiva do proponente, a partir da qual a responsabilização pela utilização desses recursos públicos torna-se indissociável e para a qual deve levar em conta a real possibilidade de captação futura com vistas ao cumprimento total do objeto pactuado; e

- que a incorreta utilização dos recursos do incentivo sujeita o incentivador ou proponente ou ambos, às sanções penais e administrativas, previstas na Lei nº 8.313, de 1991, e na Legislação do Imposto de Renda e respectivos regulamentos.

MANTER:

- comprovantes documentais das informações constantes no cadastro das propostas culturais, assim como das fases subsequentes de aprovação, execução e avaliação de resultados; e

- os dados cadastrais atualizados junto ao banco de dados do Sistema MinC.

PERMANECER em situação de regularidade fiscal, tributária e previdenciária (seguridade social) durante toda a tramitação da proposta e do projeto cultural;

ACATAR os valores definidos pelo Ministério da Cultura na divulgação oficial do resultado da apreciação da CNIC ou, em caso de discordância, formalizar pedido de reconsideração em até 10 (dez) dias, conforme o disposto nesta Instrução.

PROMOVER a execução do objeto do projeto na forma e prazos estabelecidos e aplicar os recursos captados exclusivamente na consecução do objeto, comprovando seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados;

PERMITIR E FACILITAR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto, à fiscalização por meio de auditorias, vistorias in loco, visitas técnicas e demais diligências, que serão realizadas diretamente pelo MinC, por suas entidades vinculadas, ou mediante parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais;

DAR PUBLICIDADE, na promoção e divulgação do projeto, ao apoio do Ministério da Cultura, com observância dos modelos constantes do Manual de Uso das Marcas do Pronac, disponível no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br) tendo em vista que a divulgação da Lei Rouanet é fundamental para o controle social, para o conhecimento do público em geral, para a motivação e o engajamento de novos patrocinadores e doadores, bem como para a evolução e a expansão do mecanismo;

PRESTAR CONTAS dos valores captados, depositados e aplicados, bem como dos resultados do projeto, nas condições e prazos fixados ou sempre que for solicitado;

DEVOLVER em valor atualizado, o saldo dos recursos captados e não utilizados na execução do projeto, mediante recolhimento ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), conforme instruções dispostas no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br).

Assim, COMPROMETO-ME a:

ACOMPANHAR e SANAR tempestivamente qualquer solicitação das áreas técnicas do Ministério da Cultura;

OBTER E APRESENTAR AO MINC antes do início de execução do projeto, alvará(s) ou autorização(ões) equivalente(s) emitida(s) pelo(s) órgão(s) público(s) competente(s), caso alguma(s) da(s) atividade(s) decorrentes do projeto sejam executadas em espaços públicos;

OBTER E APRESENTAR AO MINC, antes do início de execução do projeto, declaração de autorização dos titulares dos direitos autorais, conexos e de imagem em relação aos acervos, às obras e imagens de terceiros como condição para utilizá-los no projeto; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Por fim, ATESTO serem fidedignas as informações prestadas no preenchimento dos formulários, assim como de outras documentações juntadas ao longo da tramitação do projeto, e que responderei por eventuais infrações que vierem a ser cometidas.

_____
Proponente

ANEXO III
DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS
APENAS PARA PESSOA FÍSICA:

a) currículo ou portfólio, com destaque para as atividades na área cultural objeto da proposta, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc. Nos materiais mencionados, deverá conter o nome do proponente para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;

b) cópia de documento legal de identificação que contenha foto e assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF; e

c) cédula de identidade de estrangeiro emitida pela República Federativa do Brasil, se for o caso.

APENAS PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS:

a) relatório das ações de natureza cultural na área objeto da proposta realizadas pela instituição nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

b) no caso de a instituição possuir menos de dois anos de constituição ou não possuir ações de natureza cultural realizadas, anexar, no Salic, a versão atualizada do currículo ou portfólio, comprovando as atividades culturais de seus dirigentes na área objeto da proposta nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, certificados que atestem sua participação e função nos mesmos, matérias em jornais, revistas, sites ou outro tipo de mídia onde mencione sua participação ou quaisquer outros meios de comprovação, tais como folders, cartazes, panfletos, outdoor, busdoor, etc. Nos materiais mencionados deverão conter o nome do proponente, para melhor comprovação de suas atividades culturais. Não serão aceitos materiais gráficos que contenham qualquer tipo de manipulação/alteração na imagem;

c) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;

d) cópia atualizada do Estatuto Social, Contrato Social, Certificado de Microempreendedor Individual ou Requerimento do empresário e respectivas alterações posteriores devidamente registradas no órgão competente ou do ato legal de sua constituição;

OBS.: Anexar todas as páginas/cópias do Estatuto/Contrato Social ou o último Estatuto/Contrato consolidado.

e) cópia da ata de eleição da atual diretoria, do termo de posse de seus dirigentes, devidamente registrado, ou do ato de nomeação de seus dirigentes; e

f) cópia de documento legal de identificação do(s) dirigente(s) responsável(eis) por administrar a instituição que contenha: foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.

PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS:

1. procuração que traga firma reconhecida;

2. cópia dos documentos de identificação dos procuradores que contenha foto, assinatura, número da Carteira de Identidade e do CPF.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ESPETÁCULO DE ARTES CÊNICAS

a) Contrato de Direito Autoral ou Carta de Anuência, contendo a assinatura do autor, autorizando a empresa/instituição a apresentar o texto de sua autoria para realização do espetáculo de artes cênicas.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS EM GERAL

a) Os documentos, quando encaminhados em idioma estrangeiro, deverão ser acompanhados de tradução contendo a assinatura, o número do CPF e do RG do tradutor, exceto nos casos de tradução juramentada.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A QUALQUER PROPOSTA CULTURAL:

a) Carta de anuência assinada pelo próprio artista ou representante legal quando seu nome é determinante para execução do objeto proposto.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM EXPOSIÇÕES DE ARTE TEMPORÁRIAS E DE ACERVOS:

a) proposta museográfica da exposição, documentação indispensável para conclusão da admissibilidade da proposta;

OBS.: Proposta museográfica é um projeto com layout, detalhamento e especificações das soluções técnicas de montagem (uso das paredes, forro, laje de cobertura internas e externas, haverá apoio para as estruturas, entre outros).

b) ficha técnica, com currículo dos curadores e dos artistas, quando for o caso; e

c) relatório das obras que serão expostas, quando já definidas.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM MOSTRAS, FESTIVAIS COMPETITIVOS OU NÃO, OFICINAS E WORKSHOPS:

a) beneficiários do produto da proposta e forma de seleção;

b) justificativa acerca do conteúdo ou acervo indicado para o segmento de público a ser atingido, no caso de mostra;

c) detalhamento dos objetivos, das atividades e do formato do evento; e

d) indicação do curador, dos componentes de júri, da comissão julgadora ou congênere, quando houver;

e) projeto pedagógico com currículo do responsável, no caso de proposta que preveja a instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, à capacitação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura;

f) plano de execução contendo carga horária e conteúdo programático no caso de oficinas, de workshops e de outras atividades de curta duração;

"g) relação dos títulos a serem exibidos no caso de proposta na área de audiovisual, sendo permitida a sua apresentação até o início da execução do projeto, porém, é necessário que seja informado o quantitativo e o formato das obras a serem exibidas; "

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL, CONFORME O CASO:

a) definição prévia dos bens em caso de proposta que vise à identificação, à documentação e ao inventário de bem material histórico;

b) propostas de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de banco de dados;

c) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan;

d) inventário do acervo e parecer ou laudo técnico, em caso de proposta que vise à restauração de acervos documentais; e

e) plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate dos processos de patrimonialização do bem.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE TRATAMENTO FÍSICO, ORGANIZAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E GUARDA:

a) diagnóstico situacional com informações sobre:

1. dimensão do acervo, respeitando regras de mensuração praticadas para cada conjunto específico de gêneros e suportes documentais;

2. estado de organização, conservação e guarda de cada conjunto de suportes documentais;

3. ambientes de armazenamento;

4. existência de instrumentos de pesquisa e bases de dados; e

5. histórico de intervenções anteriores.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE REPRODUÇÃO (DIGITALIZAÇÃO, MICROFILMAGEM E AFINS) DE ACERVO:

a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados, armazenados e referenciados em base de dados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente aos processos de reprodução, sob pena de inabilitação; e

b) declaração de que os documentos originais não serão eliminados após sua digitalização ou microfilmagem e de que permanecerão em boas condições de preservação e armazenamento, sob pena de inabilitação.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE BASES DE DADOS:

a) comprovação de que os documentos originais estejam devidamente identificados, descritos, acondicionados e armazenados, ou, não tendo sido ainda cumprida esta etapa, declaração de que ela será concluída antes ou concomitantemente à elaboração das bases de dados, sob pena de inabilitação.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO:

a) histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou do detentor dos direitos;

b) diagnóstico situacional do acervo na forma da alínea "a", do inciso IX, deste artigo;

c) justificativa para a aquisição;

d) inventário do acervo a ser adquirido;

e) laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado do acervo;

f) parecer de autenticidade do acervo; e

g) declaração da entidade recebedora de que o acervo adquirido será incorporado ao seu acervo permanente.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS NA ÁREA ARQUIVÍSTICA, EM CASO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA HISTÓRICA SOBRE OS ACERVOS:

a) projetos de pesquisa com metodologia adequada ao desenvolvimento de seus objetivos;

b) levantamento preliminar de fontes que embasem o projeto e revisão da literatura sobre o seu objeto;

c) delimitação do grupo de entrevistados e de sua relevância para o projeto, em caso de utilização de entrevistas orais;

d) demonstração da relevância social e cultural do projeto a ser desenvolvido;

e) descrição das equipes e da exequibilidade do cronograma; e

f) comprovação da qualificação técnica do proponente e de outros profissionais envolvidos.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL:

a) o projeto deverá ser desenvolvido sob a ótica da sustentabilidade social, econômica, cultura, ecológica e ambiental e necessariamente incluir na equipe realizadora detentores dos bens culturais imateriais objeto da proposta de preservação e salvaguarda;

b) o projeto deverá demonstrar os investimentos diretos ou quaisquer outros benefícios concretos para os detentores do bem em questão de modo a favorecer condições para que eles mantenham as tradições associadas à sua prática cultural;

c) deverá ser apresentada anuência prévia e informada, obtida junto aos grupos ou comunidades detentores de bens culturais ou junto a segmento representativo desta coletividade e deverá ser considerado principalmente aqueles grupos ou comunidades que serão diretamente envolvidos na realizada da proposta;

d) projetos que preveem pesquisa e documentação deverão: explicitar a metodologia utilizada; informar os locais onde será desenvolvido o trabalho de campo ou documental; conter compromisso de que o resultado será repassado ao Iphan, que poderá utilizar-se dele desde que sem fins comerciais, e a outras instituições relacionadas, de modo a tornar esses resultados de amplo acesso ao público;

e) deverão ser apresentados documentos comprobatórios da qualificação técnica do proponente e dos técnicos envolvidos; e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser apresentado dossiê que demonstre atuação na área objeto da proposta ou junto à comunidade que será beneficiária das ações do projeto;

f) no caso de propostas que contemplem a utilização ou a divulgação de expressões originais e referências culturais de artistas, grupos, povos e comunidades representativas da diversidade cultural brasileira serão ainda exigidos:

1. consentimento prévio do artista, do grupo ou da comunidade sobre a proposta no que tange à utilização de suas expressões culturais;

2. declaração acerca da contrapartida aos artistas, aos grupos ou às comunidades, em virtude dos benefícios materiais decorrentes da execução do projeto; e

3. declaração da forma como será dado o crédito à expressão cultural em que os produtos do projeto têm origem.

g) indicação da rede de parceiros envolvidos, definindo as responsabilidades na consolidação e sustentabilidade das atividades do projeto;

h) eventos, publicações e edições patrocinados com recursos dos projetos não poderão ter fins lucrativos;

i) projetos que visem à realização de eventos deverão demonstrar sua relevância para a comunidade produtora de pelo menos um bem cultural, além de ter um caráter de divulgação e de formação de público;

j) projetos que preveem ações educativas deverão favorecer tanto a livre fruição do conhecimento para a sociedade em geral, quanto as condições para a inclusão social dos detentores dos bens em questão;

k) recursos administrativos do projeto não poderão ser alocados para a manutenção ou benefício da instituição proponente, limitando-se à dimensão administrativa da execução das atividades propostas no projeto;

l) além dos itens acima especificados, o projeto deverá apresentar as informações específicas relativas às áreas de patrimônio cultural material, audiovisual, arquivística, entre outras, quando for o caso;

m) lista de bens, em caso de propostas que visem à identificação, à documentação ou ao inventário de bem imaterial;

n) proposta de pesquisa, levantamento de informação, organização e formação de acervo e criação de bancos de dados;

o) termo de compromisso atestando que o resultado ou produto resultante do projeto será integrado, sem ônus, ao banco de dados do Iphan.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM CONSTRUÇÃO OU INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS CULTURAIS:

a) projetos arquitetônicos e complementares detalhados da intervenção ou construção pretendida, contendo o endereço da edificação e o nome, a assinatura e o número de inscrição do responsável técnico no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, bem como a assinatura do proprietário ou detentor do direito de uso;

b) memorial descritivo detalhado, assinado pelo responsável técnico, bem como orçamento analítico completo apresentado em acordo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, especialmente no que diz respeito ao sequenciamento as etapas;

c) especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados, assinado pelo autor da proposta cultural e pelo responsável técnico do projeto arquitetônico;

d) cronograma físico-financeiro das obras;

e) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação fundiária, quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;

f) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação da posse do imóvel, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de vinte anos;

g) registro documental fotográfico ou videográfico da situação atual dos bens a receberem a intervenção;

h) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento, quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação específica;

i) proposta de intervenção aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, quando for o caso;

j) levantamento arquitetônico do edifício e planialtimétrico do terreno, devidamente cotados e em escala adequada, especificando os possíveis danos existentes quando se tratar de bens tombados ou protegidos por legislação que vise sua preservação; e

k) termo de compromisso de conservação do imóvel objeto da proposta, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos devidamente assinado pelo proponente.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM RESTAURAÇÃO, PRESER-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS PELOS PODERES PÚBLICOS OU PROTEGIDOS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA MEDIANTE OUTRAS FORMAS DE ACAUTELAMENTO:

a) levantamento cadastral do edifício;

b) pesquisa histórica;

c) levantamento fotográfico do estado atual do bem;

d) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;

e) planta de situação do imóvel;

f) projeto arquitetônico e projetos complementares detalhados da intervenção pretendida, aprovado pelo órgão responsável pelo tombamento, contendo:

1. nome, assinatura e número de inscrição do autor no CREA;

2. endereço da edificação;

3. memorial descritivo;

4. especificações técnicas;

5. levantamento completo dos danos existentes; e

6. previsão de acessibilidade a pessoas com deficiência e limitações físicas, conforme a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, do IPHAN; e

g) ato de tombamento ou de outra forma de acautelamento.

h) além de anexar, nos campos disponibilizados do Sistema Salic, a documentação elencada acima, o proponente deverá encaminhar ao MinC, via meio físico, CD contendo todas as plantas e projetos arquitetônicos.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ESPECIFICAMENTE A PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM A ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E RESTAURO, BEM COMO PROJETOS COMPLEMENTARES DE BENS IMÓVEIS TOMBADOS OU ACAUTELADOS:

a) escritura do imóvel ou de documento comprobatório de sua situação de titularidade quando a proposta envolver intervenção em bens imóveis;

b) autorização do proprietário do imóvel ou comprovação de sua posse, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 anos;

c) ato de tombamento ou outra forma de acautelamento;

d) levantamento cadastral do edifício;

e) pesquisa histórica;

f) levantamento fotográfico do estado atual do bem;

g) diagnóstico sobre o estado atual do imóvel contendo informações das causas dos danos, devidamente cotadas;

h) planta de situação do imóvel;

i) memorial descritivo detalhado das ações e procedimentos previstos devidamente validados por parecer técnico, emitido pela instituição pública responsável pelo tombamento, que indique critérios e orientações à serem observados pelo proponente;

j) o prosseguimento do projeto cultural ficará condicionado à apresentação de sua aprovação pela instituição responsável pelo tombamento;

h) as exigências previstas nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'g' e 'i', poderão ser excepcionadas quando se tratar de bem tombado.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS A PROPOSTAS NA ÁREA MUSEOLÓGICA:

a) em caso de restauração:

1. listagem com os itens a serem restaurados;

2. justificativa técnica para a restauração, incluindo laudo de especialista atestando o estado de conservação da obra, do acervo, do objeto ou do documento;

3. currículo do restaurador; e

4. orçamento específico por obra.

b) em caso de aquisição de acervo:

1. lista dos itens a serem adquiridos, acompanhada de ficha técnica completa;

2. justificativa para a aquisição, atestando a pertinência e a relevância da incorporação dos itens ao acervo da instituição;

3. histórico de procedência e de propriedade dos itens a serem adquiridos, acompanhado de declaração de intenção de venda do proprietário ou detentor dos direitos;

4. laudo técnico com avaliação de pelo menos dois especialistas sobre o valor de mercado dos itens;

5. parecer de autenticidade das obras;

6. declaração de que o item adquirido será incorporado ao acervo permanente da instituição;

7. laudo técnico de especialista, com diagnóstico do estado de conservação das obras; e

8. comprovação de que o local que abrigará o acervo que se pretende adquirir possui condições adequadas de armazenamento e acondicionamento.

c) em caso de exposição com acervo da própria instituição:

1. listagem com os itens de acervo que irão compor a exposição;

2. ficha técnica dos itens do acervo (título, data, técnica, dimensões, crédito de propriedade);

3. projeto museográfico, com proposta conceitual, local e período da exposição, planta baixa, mobiliário, projeto luminotécnico, disposição dos itens no espaço expositivo etc., ou, caso o projeto ainda não esteja definido, descrição de como se dará tal proposta, incluindo o conceito básico da exposição, os itens, textos e objetos que serão expostos, local e período da exposição;

4. currículo do(s) curador(es) e do(s) artista(s), quando for o caso; e

5. proposta para ações educativas, se for o caso.

d) em caso de exposição com obras emprestadas de outras instituições ou coleções particulares:

1. todos os documentos listados na alínea "c" deste inciso;

2. declaração da instituição ou pessoa física que emprestará o acervo atestando a intenção de empréstimo no prazo estipulado;

3. proposta de seguro para os itens; e

4. número previsto e exemplos de possíveis obras que integrarão a mostra, quando não for possível a apresentação de lista definitiva.

e) em caso de exposição itinerante:

1. todos os documentos listados nas alíneas 'c' e 'd' deste inciso;

2. lista das localidades atendidas, com menção dos espaços expositivos; e

3. declaração das instituições que irão receber a exposição atestando estarem de acordo e terem as condições necessárias para a realização da mostra em seu espaço.

f) em caso de criação de museus:

1. Plano Museológico, conforme estabelecido nos art. 45, 46 e 47 da Lei nº 11.904/2009 e em consonância com o § 1º do art. 8º da referida Lei ou, caso ainda não tenha sido elaborado, apresentar na planilha orçamentária rubrica/profissional para produzir o referido documento;

2. Plano básico de sustentabilidade com indicação das ações de manutenção, em caso de proposta que trate da criação de acervos ou museus;

3. Todos os documentos listados nas alíneas "b" e "c" desse inciso, quando for o caso;

4. Todos os documentos listados no inciso XVIII dessa Instrução Normativa, quando se tratar de construção de espaço para abrigar o museu;

5. Todos os documentos listados no inciso XIX dessa Instrução Normativa, quando se tratar de restauração de imóvel tombado para abrigar o museu.

g) ações socioeducativas em museus:

1) Projeto pedagógico do museu;

2) Currículo dos profissionais.

h) quando o proponente não for a própria instituição museológica, deverá ser apresentada declaração do representante da instituição atestando sua concordância com a realização do projeto.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL:

a) o projeto de arquitetura e urbanismo deve ser fruto de processos de concurso, utilizando, para tanto, procedimentos de seleção análogos aos indicados no parágrafo 1º, Art. 13 da Lei 8.666 de 1993, que versa sobre a escolha e contratação de serviços e profissionais para desenvolvimento de projetos técnicos especializados ou aquisição de obras de arte;

b) os custos previstos no projeto cultural devem incluir e descrever todas as etapas de organização e divulgação do concurso e de seus resultados além da fase de desenvolvimento do projeto de arquitetura e urbanismo referenciados na tabela pública de honorários divulgada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), desde que se restrinjam ao fomento à arquitetura e ao urbanismo, excluindo projetos complementares de engenharia;

c) o profissional responsável pelo projeto deve ser regularmente registrado no CAU de seu estado;

d) O concurso que resultar na seleção do projeto a ser desenvolvido deve prever etapa de exposição pública e edição de publicação dos projetos concorrentes, minimamente dos vencedores e menções; e

e) os projetos, objeto do fomento ora proposto, em sua origem, desde o edital de chamada dos concursos, devem propor e garantir a qualificação do espaço público a eles relativos.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS NA ÁREA DE AUDIOVISUAL:

a) breve currículo dos principais membros da equipe técnica especificando a função que cada integrante irá exercer no projeto;

b) Termo de compromisso dos titulares da proposta e dos detentores dos direitos da obra cinematográfica, de entrega de um máster do produto resultante do projeto, para preservação na Cinemateca Brasileira. O máster deverá estar em um dos formatos a seguir: BETACAM DIGITAL, HDCAM SR, HDCAM Standard, HD EXTERNO (HD externo com conexão USB 2.0 ou IEEE1394 (FireWire), não vinculado a software proprietário para ser reconhecido) ou Fita de dados LTO - 5.

c) laudo técnico do estado de conservação das obras a serem restauradas para projetos que contemplem restauração ou preservação de acervo audiovisual, emitido por profissional ou Instituição devidamente especializada na área;

d) argumento cinematográfico contendo a estratégia de abordagem, lista de locações e personagens documentados e a ideia cinematográfica do projeto que deve conter em si uma visão sobre os fenômenos abordados (não se trata de descrição do tema ou de sua importância), no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;

e) roteiro dividido por sequências, contendo o desenvolvimento dos diálogos e com o respectivo certificado de registro de roteiro na Fundação Biblioteca Nacional, para produção de obra de ficção de curta ou média metragem;

f) Proposta de produção, incluindo Plano de produção, Detalhamento técnico, Estratégia de produção, dentre outras informações consideradas relevantes para o filme, no caso de produção de documentário de curta ou média metragem;

g) Plano de direção: apresentação dos procedimentos estilísticos que se pretende utilizar no filme, a ser redigido pelo diretor, descrevendo como será a linguagem da obra cinematográfica e fazendo menção aos diversos setores do filme, no caso de produção de curta ou média metragem;

h) storyboard ou concept art acompanhado dos documentos mencionados na alínea "e", para produção de obra de animação de curta ou média metragem; e

i) estrutura e formato do programa de Rádio e TV a ser produzido, contendo sua duração, periodicidade e número de programas e manifestação de interesse de emissoras em veicular o programa, sendo vedada a previsão de despesas vinculadas a aquisição de espaços para a sua veiculação, respeitada a excepcionalidade disposta no inciso IX do Art. 45.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM SÍTIO DE INTERNET, JOGOS ELETRÔNICOS, APLICATIVOS OU TRANSMIDIÁTICOS:

a) no caso do sítio de internet informar a descrição das páginas, com definição de conteúdo, incluindo pesquisas e sua organização e roteiros;

b) no caso de jogos eletrônicos apresentar a descrição das fases do jogo, ambientes e objetivos;

c) no caso do aplicativo para diferentes sistemas operacionais apresentar a descrição do aplicativo e sua funcionalidade;

d) no caso de proposta transmidiáticas apresentar a definição e descrição do universo explorado, plano de trabalho dos diferentes meios de distribuição, fruição e consumo, e definição dos diferentes conteúdos audiovisuais desenvolvidos e da forma que se relacionam com o objetivo de explorar diversos aspectos da narrativa proposta; e

e) no caso de propostas que contemplem projetos de instalações ou intervenções audiovisuais e ambientes de imersão e performances audiovisuais apresentar a descrição da ação, justificativa e proposta técnica.

ANEXO IV

SEGMENTOS CULTURAIS ENQUADRADOS NO ART. 18, § 3º, DA LEI Nº 8.313, DE 1991.

OS INCENTIVADORES DE PROJETOS QUE SE ENQUADREM NA LISTAGEM DESTE ANEXO FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 18 DA LEI Nº 8.313, DE 1991. PARA OS DEMAIS PROJETOS, ENQUADRADOS NO ART. 25 DA LEI, OS INCENTIVADORES FARÃO JUS AO BENEFÍCIO DO ART. 26.

I - ARTES CÊNICAS

a) circo;

b) dança;

c) mímica;

d) ópera;

e) teatro;

f) teatro de formas animadas, de mamulengos, bonecos e congêneres;

g) desfile de escola de samba, bloco carnavalesco, cortejo com presença de elementos cênicos ou dramáticos da cultura popular;

h) construção e manutenção de salas de teatro ou centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes;

i) ações de capacitação e treinamento de pessoal; e

j) teatro musical, assim entendida a produção teatral cuja representação combina enredo, diálogos, dança e canções.

II - AUDIOVISUAL

a) produção de conteúdo audiovisual de curta e média metragem;

b) difusão de acervo e conteúdo audiovisual, incluindo distribuição, promoção e exibição, nos diversos meios e suportes;

c) doação, restauração e preservação de acervos audiovisuais;

d) aquisição de equipamentos para manutenção de acervos audiovisuais; e

e) construção e manutenção de salas de cinema que poderão funcionar também como centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) mil habitantes.

III - MÚSICA

a) erudita;

b) instrumental; e

c) canto coral.

IV -ARTES VISUAIS

a) exposição de artes visuais que possua em sua concepção tratamento artístico e curatorial, em quaisquer suportes abrangendo as seguintes categorias: pintura, desenho, gravura, fotografia, escultura, objeto, grafite, instalação, performances, vídeo-arte, artes digitais, arte eletrônica, design, arquitetura, moda, arte cibernética e artes gráficas, que poderão se organizar sob a forma de exposições, feiras, festivais, mostras, circuitos artísticos.

V - PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

a) doações ou aquisições de acervos culturais em geral para arquivos públicos, instituições e entidades culturais congêneres;

b) preservação, restauração, conservação, salvaguarda, identificação, registro, educação patrimonial e acervos do patrimônio cultural material e imaterial;

c) ações de documentação ou digitalização de acervo, bibliográfica e arquivística; pesquisa; sistematização de informação;

d) preservação, restauração, manutenção, readequação ou revitalização de equipamentos culturais ou edificações destinadas a preservação de acervos de valor cultural;

e) ações de segurança para preservação de patrimônio cultural ou de acervos;

f) planos anuais de atividades de instituições dedicadas a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural;

g) ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, visando a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural;

h) treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos, arquivos públicos e instituições congêneres; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

i) elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo.

VI - MUSEUS E MEMÓRIA

a) doação ou aquisição de acervos para museus e instituições de preservação da memória;

b) preservação, restauração, conservação, identificação, registro e promoção;

c) documentação e digitalização de acervos; sistemas de informações;

d) ações de segurança para preservação de acervos;

e) planos anuais de atividades e elaboração de planos museológicos;

f) exposições realizadas em museus, exposições organizadas com acervos de museus e museografia;

g) pesquisa; sistematização de informações;

h) ação educativo-cultural, inclusive seminários, congressos, palestras;

i) criação e implantação, projetos, construção, restauração e reforma;

j) espaços museais; e

k) treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para a preservação e manutenção de acervos.

VII - HUMANIDADES

a) livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico;

b) aquisição, manutenção, preservação ou restauração de acervos bibliográficos e arquivísticos, compreendidos por livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico;

c) eventos literários;

e) doação de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos, cinematecas, instituições públicas ou privadas acessíveis ao público em geral;

f) treinamento de pessoal, oficinas, demais ações de capacitação e aquisição de equipamentos para manutenção de acervos de bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas;

ANEXO V

TIPOLOGIAS

PRONAC- Patrimônio Imaterial

Critérios para enquadramento de projetos na alínea "g" parágrafo 3°, Artigo 18 da LEI 8.313/91

1. Itens que devem constar no sub segmento "Patrimônio Imaterial". Com base nas legislações - Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Decreto Legislativo 22, de 08 de março de 2006, que aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Resolução 001/2006, de 03 de agosto de 2006, que trata da instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, Resolução 1, de 18 de julho de 2013, que trata da Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil, Portaria 200, de 18 de maio de 2016, que regulamenta Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI e o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC:

Celebrações-ocasiões diferenciadas de sociabilidade - atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território, nas quais se incluem os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário.

Saberes e modos de fazer - atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. Referem-se aos conhecimentos tradicionais associados à produção de objetos e /ou prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais.

Formas de expressão - Formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação as quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade.

Lugares - lugares que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas diversas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernaculares quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas.

Edificações - estruturas físicas associadas a certos usos, a significações históricas e de memória e às imagens que se tem de certos lugares, que as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. São relevantes, além dos aspectos físico-arquitetônicos, as representações sociais associadas a edificações, as narrativas que se conversam e seu respeito, os bens móveis que elas abrigam e determinados usos que nelas se desenvolvem.

Diversidade Linguística - as Línguas faladas por comunidades brasileiras objetivando a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, somando-se as indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, etc., o Decreto 7.387, de 9 de dezembro de 2010, instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

2. Enquadram-se na rubrica "Patrimônio Imaterial" projetos que desenvolvam ações como as listadas abaixo e que sejam relacionadas à identificação, documentação, reconhecimento, difusão e fomento dos processos culturais que sejam referenciais de e para comunidades tradicionais, povos indígenas, afrodescendentes, e demais comunidades constituintes da sociedade brasileira.

2.1 Projetos de mapeamento, documentação e inventário, instrução de processo e construção de dossiê de Registro conforme procedimentos da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2016;

2.2 Projetos que visem à constituição, conservação e divulgação de acervos etnográficos e documentais e/ou bancos (bases) de dados sobre o patrimônio imaterial;

2.3 Projetos que promovam e divulguem, preferencialmente, bens culturais imateriais inventariados e/ou Registrados pelos poderes públicos em nível federal, estatual ou municipal;

2.4 Projetos que tragam a público, através de publicações, exposições, edições fono audiovisuais resultados de pesquisas e inventários sobre patrimônio imaterial;

2.5 Projetos que incentivem ou fomentem os processos de produção, reprodução e transmissão dos conhecimentos relacionados ao patrimônio imaterial, favorecendo as condições materiais e simbólicas para livre exercício das práticas culturais de diferentes grupos portadores de saberes e fazeres tradicionais a fim de que possam ser conhecidos e valorizados em seus contextos sociais específicos;

2.6 Projetos que contribuam para a organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais;

2.7 Projetos que visem a proteger a propriedade intelectual e direitos culturais coletivos de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais;

2.8 Projetos que estimulem a formação de pesquisadores e agentes de políticas públicas quanto a ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;

2.9 Projetos que promovam ações educativas que visem à sensibilização da população para a importância da identificação e do reconhecimento do patrimônio imaterial.

2.10. Apoio à produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;

2.11. Execução das ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;

2.12. Fomento à preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;

2.13 atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;

2.14. Atendimento de demandas específicas, não contempladas pelo INDL;

2.15. Desenvolvimento de ações amplas de promoção da diversidade linguística.

3. Objetos e produtos preferenciais nos projetos PRONAC no âmbito do patrimônio imaterial (não são excludentes em um mesmo projeto).

3.1. Pesquisas, mapeamentos, inventários participativos (com inclusão de pessoas oriundas dos universos pesquisados nas equipes). Produtos: documentação textual e audiovisual, relatórios, textos analíticos, diagnósticos e proposições de políticas;

3.2. Capacitação de quadros técnicos para a implementação e gestão de políticas para o patrimônio. Produtos: oficinas, aulas, encontros, seminários, similares;

3.3. Mobilização de segmentos sociais envolvidos diretamente na produção e reprodução cultural do bem cultural imaterial, com vistas à discussão, elaboração e gestão de política de salvaguarda. Produtos: oficiais, seminários, encontros, similares;

3.4. Transmissão de saberes relativos ao sistema cultural em foco no âmbito exclusivo do contexto tradicional ou ordinário intrínseco à comunidade produtora dos bens culturais. Produto: oficinas, aulas, encontros, similares;

ANEXO VI

TARIFAS BANCÁRIAS

Todas as contas cadastradas no sistema corporativo do Banco do Brasil, vinculadas a projetos beneficiados pelos incentivos fiscais ao amparo da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), possuem isenção das seguintes tarifas:

PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

MANUTENÇÃO C/C ATIVA - PF E PJ

GERENCIADOR FINANCEIRO - CONEXÃO

CADASTRO PF E PJ - CONFECÇÃO

CADASTRO PF E PJ - RENOVAÇÃO SEMESTRAL

TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS CORRENTES (ORIGEM PF E PJ) - RPG

TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA (DOC/TED) - RPG

CARTÃO MANUTENÇÃO PF E PJ

EXTRATOS TAA - TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO

EXTRATOS DE INTERNET

AGENDA FINANCEIRA

ANEXO VII

TRILHAS DE CONTROLE

I. Regularidade do proponente e sócios.

II. Regularidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do proponente e fornecedor.

III. Princípio da não concentração.

IV. Itens concentrados por fornecedores.

V. Notas fiscais eletrônicas.

VI. Beneficiários de ingressos gratuitos.

VII. Incentivadores inativos.

VIII. Regularidade de captadores de recursos.

ANEXO VIII	
ARTES CÊNICAS	
Segmento Cultural	CNAE
Circo	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares - 9001-9/04
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Dança	Produção de espetáculos de dança - 9001-9/03
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Mímica	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares - 9001-9/04
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Ópera	Produção teatral - 9001-9/01
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
Teatro	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Produção teatral - 9001-9/01
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
Teatro de formas animadas, de mamulengos, bonecos e congêneres.	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares - 9001-9/04
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
	Produção teatral - 9001-9/01
Desfile coreográfico e apresentações de expressões da cultura popular que contenham relevante presença de elementos cênicos ou dramáticos	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
Construção e manutenção de salas de teatro ou centros culturais comunitários em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes;	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ações de capacitação e treinamento de pessoal	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Ensino de dança - 8592-9/01
	Ensino de artes cênicas, exceto dança - 8592-9/02
Teatro musical, assim entendida a produção teatral cuja representação combina enredo, diálogos, dança e canções.	Produção teatral - 9001-9/01
	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente - 9001-9/99
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
ARTES VISUAIS	
Segmento Cultural	CNAE
Exposição de Artes	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
	Laboratórios fotográficos - 7420-0/03
	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas - 7420-0/02
	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina - 7420-0/01
	Design de interiores - 7410-2/02
	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Produção fotográfica	Laboratórios fotográficos - 7420-0/03
	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas - 7420-0/02
	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina - 7420-0/01
Design	Design de interiores - 7410-2/02
	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Artes Plásticas	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Artes Gráficas	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente - 3240-0/99
Moda	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Gravuras	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Desenho	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Escultura	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
Instalação	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Design de interiores - 7410-2/02
Filatelia	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Design de produto - 7410-2/03
	Atividades de design não especificadas anteriormente - 7410-2/99
Formação Técnica e Artística de Profissionais	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
Projetos educativos orientados à fruição e produtos de artes visuais	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
Projetos de Fomento à Cadeia Produtiva das artes visuais	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
AUDIOVISUAL	
Segmento Cultural	CNAE
Produção cinematográfica de curta metragem	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5911-1 Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5912-0.
Produção cinematográfica de média metragem	
Produção radiofônica	Atividades de rádio - 6010-1/00;
Produção televisiva (não seriada)	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5911-1 Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5912-0
Doações de acervos audiovisuais	
Treinamento de pessoal para manutenção de acervos audiovisuais de cinemateca	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
Aquisição de equipamentos para manutenção de acervos audiovisuais de cinemateca;	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte - 94.93-6-00
Infraestrutura técnica audiovisual;	
Construção de salas de cinema ou centros comunitários congêneres em municípios com menos de cem mil habitantes	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99; Serviços de engenharia - 7112-0/00; Serviços de arquitetura - 7111-1/00; Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
Manutenção de salas de cinema ou centros comunitários congêneres em municípios com menos de cem mil habitantes;	
Difusão de acervo audiovisual	Atividades de exibição cinematográfica - 5914-6/00; Atividade de organização, produção e promoção de eventos culturais - 9231-2
Preservação de acervo audiovisual	Restauração, manutenção de filmes cinematográficos - 5912-0/99
Restauração de acervo audiovisual;	
Rádios e TVs educativas não comerciais;	Atividades de rádio - 6010-1/00; Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5911-1; Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - 5912-0
Jogos eletrônicos;	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda - 6201-5; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação - 6209-1/00; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis - 62.03100
Projetos audiovisuais transmidiáticos (exceto os de produção e de difusão)	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda - 6201-5; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação - 6209-1/00
MÚSICA	
Segmento Cultural	CNAE
Música Erudita	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
Música Instrumental	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
	Não se aplica
	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
Canto Coral	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
Música em geral	Ensino de música - 8592-9/03
	Produção musical - 9001-9/02
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios - 3220-5/00
	Atividades de gravação de som e de edição de música - 5920-1/00
HUMANIDADES	
Segmento Cultural	CNAE
Aquisição, manutenção, preservação ou restauração de acervos bibliográficos e arquivísticos, compreendidos por livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico.	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
Eventos Literários	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
	Edição de livros - 5811-5/00
Festival literário	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
	Edição de livros - 5811-5/00
Treinamento de pessoal, oficinas, demais ações de capacitação e aquisição de equipamentos para manutenção de acervos de bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas.	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
Livros ou obras de referência, impressos ou eletrônicos, de valor artístico, literário ou humanístico	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Edição integrada à impressão de livros - 5821-2/00
	Edição de livros - 5811-5/00
Eventos e ações educativas de incentivo à leitura relacionadas aos livros de valor artístico, literário e humanístico	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - 8230-0/01
	Edição de livros - 5811-5/00
Periódicos e Outras Publicações	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores - 9002-7/01
	Edição integrada à impressão de revistas - 5823-9/00
	Edição integrada à impressão de jornais não diários - 5822-1/02
	Edição integrada à impressão de jornais diários - 5822-1/01
	Edição de revistas - 5813-1/00
	Edição de jornais não diários - 5812-3/02
	Edição de jornais diários - 5812-3/01
Ações de formação e capacitação em geral incluindo gestão e empreendedorismo cultural.	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
Doação de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos, cinematecas, instituições públicas ou privadas acessíveis ao público em geral.	Não se aplica
Construção e manutenção de salas de teatro e cinema, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários em municípios com menos de cem mil habitantes, conforme censo do IBGE.	Construção de obras-de-arte especiais - 4212-0/00
	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas - 9003-5/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL	
Segmento Cultural	CNAE
Doações ou aquisições de acervos culturais em geral para museus, arquivos públicos, instituições e entidades culturais congêneres.	Não se aplica
Preservação, restauração, conservação, salvaguarda, identificação, registro, educação patrimonial e acervos do patrimônio cultural material e imaterial.	
Ações de documentação ou digitalização de acervo, museológica, bibliográfica e arquivística; pesquisa museológica; sistematização de informação.	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Preservação, restauração, manutenção, readequação ou revitalização de equipamentos culturais ou edificações destinadas a preservação de acervos de valor cultural.	Construção de obras-de-arte especiais - 4212-0/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia - 7119-7/03
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
	Restauração de obras de arte - 9002-7/02
	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
Ações de segurança para preservação de patrimônio cultural ou de acervos	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Planos anuais de atividades de instituições dedicadas a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural;	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Ações educativo-culturais, inclusive seminários, oficinas e palestras, visando a preservação do patrimônio material, imaterial ou de acervos de valor cultural.	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para manutenção de acervos, arquivos públicos e instituições congêneres; e	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
Elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo.	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia - 7119-7/03
MUSEU E MEMÓRIA	
Segmento Cultural	CNAE
Doação ou aquisição de acervos para museus e instituições de preservação da memória	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
Preservação, restauração, conservação, identificação, registro e promoção	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Documentação e digitalização de acervos; sistema de informações	Atividades de bibliotecas e arquivos - 9101-5/00
	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
Ações de segurança para preservação de acervos	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
Planos anuais de atividades e elaboração de planos museológicos	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Exposições realizadas em museus, exposições organizadas com acervos de museus e museografia	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Pesquisa; sistematização de informações	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
Ação educativo-cultural, inclusive seminários, congressos, palestras	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente - 8592-9/99
	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - 8599-6/99
Criação e implantação, projetos, construção, restauração e reforma	Construção de obras-de-arte especiais - 4212-0/00
	Serviços de engenharia - 7112-0/00
	Serviços de arquitetura - 7111-1/00
	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente - 7119-7/99
	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia - 7119-7/03
	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos - 9102-3/02
Espaços museais	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01
	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e a arte - 9493-6
Treinamento de pessoal ou aquisição de equipamentos para a preservação e manutenção de acervos	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares - 9102-3/01

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 20 de março de 2017

Nº 34 - Processo/MinC nº 01400.001146/2010-11.
PRONAC nº 10-0269

Nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Aventura Entretenimento LTDA, CNPJ 10.543.638/0001-22, às fls. 1244/1278, dos autos do Processo nº 01400.001146/2010-11 e DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL, com base nas razões contidas no Parecer nº 92/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Despacho nº 031/2017 - CGARE/DEIPC/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino o encaminhamento dos autos à SEFIC para as demais providências cabíveis.

Nº 35 - Processo/MinC nº 01400.022283/2010-81.
PRONAC nº 10-11334

Nos termos do § 1º, do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Novos Rumos Produções Artísticas & Comércio LTDA, CNPJ 05.309.082/0001-74, nos autos do Processo nº 01400.022283/2010-81 e DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL, adotando as razões contidas no Parecer nº 103/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Despacho nº 010/2017-SEFIC/PASSIVO/G2, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino o encaminhamento dos autos à SEFIC para as demais providências cabíveis. Publique-se. Intime-se.

Nº 36 - Processo/MinC nº 01400.001377/2007-11
PRONAC nº 07-1072

Nos termos do art. 65 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Jairo Matos da Rosa, CPF 396.282.560-68, às fls. 650/766, dos autos do Processo nº 01400.001377/2007-11 e DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL, com base nas razões contidas no Parecer nº 108/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Despacho nº 033/2017 - CGARE/DEIPC/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino ainda o encaminhamento dos autos à SEFIC, para comunicação ao proponente quanto à decisão e demais providências cabíveis. Publique-se. Intime-se.

Nº 37 - Processo/MinC nº 01400.010336/2005-53
PRONAC nº 05-6104

Nos termos do § 1º, do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de receber o recurso interposto pelo proponente Fábio Augusto de Jesus Almeida, CPF nº 903.511.855-34, nos autos do Processo nº 01400.010336/2005-53, adotando as razões contidas na Nota nº 36/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU. Determino o encaminhamento dos autos à SEFIC para as demais providências cabíveis. Publique-se. Intime-se.

Nº 38 - Processo/MinC nº 01400.002881/2005-76
PRONAC nº 05-2045

Nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o Recurso interposto pelo proponente Cláudio Rodrigues da Silveira, CPF 347.335.319-15, às fls. 237/238, dos autos do Processo nº 01400.002881/2005-76 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 99/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Relatório de Recurso nº 82/2017/G3/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino ainda o encaminhamento dos autos à SEFIC, para comunicação ao proponente quanto à decisão.

ROBERTO FREIRE

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 185, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

164223 - O Cão Sem Plumas estréia em Recife - 2017

JE Produções Ltda

CNPJ/CPF: 39.467.105/0001-90

Processo: 01400220002201649

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 635.754,58

Prazo de Captação: 22/03/2017 à 31/07/2017

Resumo do Projeto: Estreia em Recife do espetáculo do "O Cão Sem Plumas' baseado no poema de João Cabral de Melo Neto em Recife/PE

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

170461 - Biblioteca Virtual Cebrap - Fase 2

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CNPJ/CPF: 62.579.164/0001-72

Processo: 01400004039201711

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 578.077,50

Prazo de Captação: 22/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto "Biblioteca Virtual Cebrap - Fase 2" tem como objetivo: 1. A arregimentação e inserção no site, de toda a produção intelectual atual da Instituição. 2. A organização, digitalização e disponibilização online do acervo físico documental do Cebrap, produzido desde a sua fundação até 2013 e que representa uma importante documentação acerca da produção científica em ciências humanas e das transformações ocorridas na sociedade brasileira naquele período.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 186, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, conforme anexo II.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e com os artigos 90, 91 e 94 da Instrução Normativa MinC nº 1/2013, conforme anexo III.

Art. 4º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 5º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 97 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, aos proponentes relacionados no anexo III, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 99 da referida Instrução Normativa.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
11-4288	Bibliotecas em Instituições de Acolhimento no Paraná	Associação Fazendo História	Implantar bibliotecas em Instituição de Acolhimento em 6 cidades do Estado do Paraná para estimular o prazer pela leitura.	Humanidades	R$ 332.428,72	R$ 249.000,00	R$ 249.000,00
11-6442	Biblioteca em Casa - Versão Rio de Janeiro	Fixação Marketing Cultural Ltda - ME	Implementar bibliotecas com no mínimo 250 títulos selecionados por uma equipe especializada em mediação de leitura, indicada pelo instituto Fazendo História, em 10 abrigos da cidade do Rio de Janeiro. Contará também com: Formação de educadores e voluntários para mediadores de leitura; Formação para gestão cotidiana de atividades de leitura junto às crianças e adolescentes dentro de cada abrigo. O tripé que fundamenta o projeto é: ESTRUTURA MATERIAL / FORMAÇÃO / GESTÃO	Humanidades	R$ 314.370,00	R$ 280.060,00	R$ 280.000,00
10-2660	CCBB Educativo São Paulo 2011	Sapoti Projetos Culturais S/S Ltda - ME	CCBB Educativo é o nome do programa educativo do Centro Cultural Banco do Brasil que atende ao público escolar (níveis fundamental, médio e universitário), famílias, educadores, terceira idade, ONGs e pessoas com deficiência, por meio de diversas ações educativas (visitas mediadas, laboratórios, encontros com educadores, contação de história, laboratório de música, atividades na biblioteca, conversa de bastidores etc) 100% de ingressos gratuitos. Média de público 120 mil ingressos gratuitos/ano.	Artes Visuais	R$ 1.412.124,00	R$ 1.397.124,00	R$ 853.465,40

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
14-11490	Circulação da Lira Araxaense em Diversas Apresentações	Ângelo de Castro	Projeto o qual contempla uma turnê com 12(doze) apresentações na cidade de Araxá/MG, onde irá realizar a disseminação da música instrumental de forma gratuita e acessível para crianças, adolescentes e pessoas da 3ª. idade. O projeto irá trabalhar pela inclusão da pessoa com deficiência por meio de parceria com a APAE de Araxá/MG, onde irão acontecer apresentações. O objetivo principal do projeto é o de resgatar a cultura por meio da música instrumental, ressalta-se que a apresentação de abertura será na entidade "Recanto dos Idosos".	Música	R$ 127.000,00	R$ 103.610,00	R$ 50.000,00
12-7288	Carnaval Unidos do Arroio 2013	Associação Recreativa Cultural e Carnavalesca Unidos do Arroio	Promover o desfile de Carnaval do ano de 2013, com o tema: As belezas da natureza contada em 4 estações. Será um evento gratuito de integração da dança e do teatro evento CarnaArroio da cidade de Balneário Arroio do Silva. Expectativa de público: 60 mil pessoas.	Artes Cênicas	R$ 150.000,00	R$ 150.000,00	R$ 31.435,74

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	VALOR SOLICITADO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC
12-7873	Museu da Cana de Açúcar	Instituto Brasil Leitor	Requalificar, restaurar e adaptar o complexo do Engenho Central de Piracicaba, é o objetivo principal deste projeto, visando a implantação de conteúdo cultural dedicado à produção e desenvolvimento do açúcar no Brasil. Este projeto, além de permitir o restauro e a adaptação arquitetônica deste complexo, servirá como cenário para contar a saga do açúcar no Brasil, apontando e refletindo sobre os novos desafios da produção canavieira brasileira.	Patrimônio Cultural	R$ 42.476.005,67	R$ 27.514.627,26	R$ 7.739.000,00	R$ 7.832.236,38
06-7408	Restauro e Revitalização do Complexo Arquitetônico do Morro de Convento de Santo Antônio - 400 Anos	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	Tem por objetivo a restauração do complexo arquitetônico do Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, centro da Cidade do Rio de Janeiro.	Patrimônio Cultural	R$ 38.204.244,00	R$ 28.967.124,68	R$ 20.834.868,72	R$ 27.965.000,41

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 41, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 04, de 17 de novembro de 2016 - Edital Filme Cultura Edição 62 - Temática: Infância - Cinema - Futuro, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado preliminar do referido Edital conforme Anexo I (projetos selecionados), Anexo II (projetos desclassificados conforme item 6.3), Anexo III (projetos desclassificados conforme item 1.6), Anexo IV (propostas desclassificadas conforme item 6.4).

Art. 2º - Abrir prazo de pedido de reconsideração a ser enviado nos 02 (dois) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: concurso.sav@cultura.gov.br.

Art. 3 º - Informar que as notas divulgadas abaixo foram reduzidas para duas casas decimais, por isso há um arredondamento da pontuação na nota geral de cada projeto.

Art. 4º - Informar que nos casos de empate foram priorizadas as propostas com maior pontuação nas alíneas "a", "f" e "e" do subitem 6.1., nessa ordem.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Projetos selecionados, conforme item 6 do Edital:

Edital	Pronac	Nº Proposta	Nome da Proposta	Proponente	UF	Município	Nota
Seção VI. Peneira Digital - Edital: Filme Cultura Edição 62	170807	247412	O que dizem os pequenos: como a compreensão da relação das crianças com o Youtube pode refletir nos produtos mediáticos	Christian Justino de Godoi	SP	Santos	8,5
Seção II. Um Filme - Edital: Filme Cultura Edição 62	170790	247430	A transição da infância em Marcelo Zona Sul	Cícero Pedro Leão de Almeida Oliveira	MG	Belo Horizonte	8,5
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	170802	247424	Crianças de rua e suas representações no cinema brasileiro: cinco momentos	Andre Gustavo de Paula Eduardo	SP	Suzano	8,5
Seção VI. Peneira Digital - Edital: Filme Cultura Edição 62	170809	247427	PENEIRA DIGITAL	Arthur Felipe de Oliveira Fiel	SE	Aracaju	8,0
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	170812	247391	Frescor na programação infantil das TVs Públicas	Marta Correa Machado	SC	Florianópolis	7,5
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	170814	247377	Entre Telas e Saberes: o cinema como meio e forma de multiletramento	Arthur Felipe de Oliveira Fiel	SE	Aracaju	7,0
Seção X. Entrevistas - Edital: Filme Cultura Edição 62	170789	247428	Cineduc e Marialva Monteiro - Quarenta Anos de Cinema para Crianças e Jovens no Brasil	Fabrício Pereira Santos	BA	Ilhéus	7,0
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	170811	247118	Infância roubada: o futuro da criança negra no Brasil	Alice de Carvalho Lino Lecci	MT	Cáceres	5,5
Seção IV. Outro Olhar - Edital: Filme Cultura Edição 62	170808	247420	Que futuros e infâncias pode o cinema na escola	Aline Verissimo Monteiro	RJ	Rio de Janeiro	5,0

ANEXO II

Projetos desclassificados conforme item 6.3 do Edital:

Edital	Pronac	Nº Proposta	Nome da Proposta	Proponente	UF	Município	Nota
Seção IV. Outro Olhar - Edital: Filme Cultura Edição 62	170801	247379	Infância e devir criança: a experiência do cinema	Ana Carolina Domingues	SP	São Carlos	4.5
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	170778	247367	Filmes Educacionais para Telas Gigantes	Idiaulo Yuri Sanada	SP	Joanópolis	4.5
Seção IV. Outro Olhar - Edital: Filme Cultura Edição 62	170777	247142	A (DES) ACELERAÇÃO DA SÉTIMA ARTE NO BRASIL: AS CRIANÇAS E O FUTURO DO CINEMA EM UMA CIDADE DO INTERIOR	Alex Belmonte Moreira	RS	São Borja	4
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	170804	246424	Fluxo Contínuo	Leticia Fernandes Pires	RJ	Rio de Janeiro	3.5
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	170799	247171	No turbilhão de imagens, a arte salva o cinema	Henrique Fernandes Alves Neto	PR	Ivaiporã	3.5

ANEXO III

Propostas desclassificadas por não atender ao item 1.6 do Edital:

Edital	Nº Proposta	Nome da Proposta	Proponente	UF	Município
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	247392	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção III. Lá e Cá - Edital: Filme Cultura Edição 62	247401	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção V. Perfil - Edital: Filme Cultura Edição 62	247403	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção VI. Peneira Digital - Edital: Filme Cultura Edição 62	247402	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção VII. Curtas - Edital: Filme Cultura Edição 62	247394	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção VIII. Livros - Edital: Filme Cultura Edição 62	247397	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção IX. Artigos - Edital: Filme Cultura Edição 62	247399	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção X. Entrevistas - Edital: Filme Cultura Edição 62	247404	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção VII. Curtas - Edital: Filme Cultura Edição 62	247429	Devaneios do Tempo e da Memória:Zea Mays Everta e seus desdobramentos sinestésicos	Maria José Oliveira	AL	Coruripe
Seção IV. Outro Olhar - Edital: Filme Cultura Edição 62	247361	O mundo secreto de magrelinha	Dalvanice Gonçalves Dos Santos	PE	Carnaubeira da Penha
Seção IV. Outro Olhar - Edital: Filme Cultura Edição 62	246747	Festa Junina	Julio Vinicius Da Silva Pereira	GO	Goiânia
Seção II. Um Filme - Edital: Filme Cultura Edição 62	246509	FILME ANJO DE UNICA ASA	Mostb	SP	São José dos Campos
Seção VIII. Livros - Edital: Filme Cultura Edição 62	246465	livro manual dos direitos das pessoas com deficiência do ceara	Henrique Samuel Oliveira Gurgel	CE	Fortaleza
Seção VIII. Livros - Edital: Filme Cultura Edição 62	246230	LIVRO O ENCANTADOR DE MULHERES	Roberto Goncalves Muniz	DF	Brasília
Seção VII. Curtas - Edital: Filme Cultura Edição 62	246478	O Amor (Curta metragem)	Jonnathas De Sousa Caetano	SP	São Paulo
Seção VI. Peneira Digital - Edital: Filme Cultura Edição 62	246814	Pitangueiras Um Bairro Em Lauro de Freitas	Wellington Melo De Santana	BA	Lauro de Freitas
Seção VIII. Livros - Edital: Filme Cultura Edição 62	246507	REVISTA CIDADES	Mostb	SP	São José dos Campos
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246351	MOVIMENTO ECOLÓGICO HERÓIS DA RECICLAGEM	Carlos Alberto Sena Lopes	BA	Salvador
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246580	Capturar as Belezas e as Chagas do Brasil	João Pedro De Miranda Mendes	RJ	Rio de Janeiro
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246572	Filme Cultural De Mendigo a Milionário	Paulo Roberto Pedreira De Souza	SC	Balneário Camboriú
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246356	HERÓIS DA RECICLAGEM O FILME	Carlos Alberto Sena Lopes	BA	Salvador
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246565	Projeto Social Cidades Dançando	Soraya Brito Airosa	SP	Guarulhos
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246531	TOADAS	Mediaworks Ltda Me	ES	Vitória

ANEXO IV

Propostas desclassificadas conforme item 6.4 do Edital:

Edital	Nº Proposta	Nome da Proposta	Proponente	UF	Município
Seção VIII. Livros - Edital: Filme Cultura Edição 62	247113	Clube do Livro	Tathiane Pereira De Jesus Silva	SP	São José do Rio Preto
Seção X. Entrevistas - Edital: Filme Cultura Edição 62	246291	Conhecendo o Brasil	Daniel Romão Severiano	CE	Sobral
Seção VII. Curtas - Edital: Filme Cultura Edição 62	246347	cultura gastronômica da serra gaúcha e sua multiculturalidade	Luciano De Oliveira Bernardi	RS	Vacaria
Seção II. Um Filme - Edital: Filme Cultura Edição 62	247398	Filme para os Erês	Jose Eduardo Camargo	MG	Uberlândia
Seção VII. Curtas - Edital: Filme Cultura Edição 62	246820	JAGUARUANA TERRA DAS REDES DE DORMIR	Associação Comunitária Dos Cardeais	CE	Jaguaruana
Seção VII. Curtas - Edital: Filme Cultura Edição 62	246833	Mostra de Curta Locais	Marcelo Gonçalves Gama	MG	Juiz de Fora
Seção VI. Peneira Digital - Edital: Filme Cultura Edição 62	246880	O Adulto do Amanhã!	Rodolfo Vianna Coutinho	RJ	Arraial do Cabo
ACELERAÇÃO	247389	Projeto Abelha	Débora Maria Araujo	SP	Carapicuíba
Seção X. Entrevistas - Edital: Filme Cultura Edição 62	247061	Rui Biriva - Voz Alegre do Rio Grande	Cristian Rafael Silveira	RS	Tucunduva
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246318	ALÉM DA ESPERANÇA	Miguel Joaquim Das Neves	PR	Cascavel
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246661	Audiovisual (Apoio a criação e produção)	Lavínia Luzia Santos Bitencourt	BA	Salvador
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246411	Blog Cultural	Sidnei De Jesus Silva Paiva	SP	Cotia
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246386	intercambio	Arlison Silva De Carvalho	AM	Manaus
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246477	INTERMITENTE	Fernanda Braga Leal Salgueiro De Carvalho	DF	Brasília
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246384	Longa Metragem: Quase Impossível	Leonardo Peres Dos Santos	CE	Chorozinho
Seção I. Atualizando - Edital: Filme Cultura Edição 62	246215	Toninho e a Patota	Cláudio Henrique Dos Santos	MG	Pará de Minas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 78/MB, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Transfere a subordinação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), do Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha (CMASM) e do Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS) e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, alterado pelo Decreto nº 8.900, de 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Transferir a subordinação do AMRJ, da Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), para a Diretoria Industrial da Marinha (DIM).

Art. 2º Transferir a subordinação do CMASM e do CMS, da Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM) para a DIM.

Art. 3º O Diretor-Geral do Material da Marinha e o Diretor Industrial da Marinha baixarão os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 473/MB, de 6 de outubro de 2014.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor no dia 22 de março de 2017.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 77/MB, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Cria a Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das suas atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, alterado pelo Decreto nº 8.900, de 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Criar, dentro da Estrutura Organizacional do Comando da Marinha, a Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM), Organização Militar com semi-autonomia administrativa, devendo ser apoiada pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), que proverá os recursos de pessoal e financeiros necessários à execução de suas tarefas, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, subordinada ao CTMSP, com o propósito de desenvolver e aperfeiçoar instalações, sistemas, equipamentos, componentes, instrumentos, materiais, processos de fabricação, montagem e manutenção nas áreas de geração de energia nuclear e tecnologias associadas, sob a direção de um Oficial-General.

Art. 2º O Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 66/DPC, 20 DE MARÇO DE 2017

Credencia a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR) para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Artigo 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30), resolve:

Art. 1º Credenciar a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR), CNPJ 33.798.026/0001-86, no município de Belém/PA, para ministrar os cursos do EPM, a seguir relacionados, qualquer que seja a natureza dos cursos, se do Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM):

- Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Complementar (ACOM-C);
- Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica - Complementar (ACON-C);
- Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção de Máquinas (APAQ-I M);
- Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Máquinas (APAQ-II M);
- Curso de Aperfeiçoamento para 2º Oficial de Máquinas (APMA);
- Curso de Aperfeiçoamento para 2º Oficial de Náutica (APNT);
- Curso de Adaptação a 2º Oficial de Máquinas (ASOM);
- Curso de Adaptação a 2º Oficial de Náutica (ASON);
- Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO);
- Curso de Atualização de Práticos (ATPR);
- Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção Convés (CAAQ-II C);
- Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção Máquinas (CAAQ-II M);
- Curso de Formação de Aquaviários Marinheiro Fluvial de Convés Nível 3 (CFAQ-II C N3);
- Curso Especial de Acesso para Capitão Fluvial (EACF);
- Curso Especial de Operador ARPA (EARP);
- Curso Especial Básico de Conscientização sobre Proteção de Navio (EBCP);
- Curso Especial Básico de Navio Tanque para Gás Liquefeito (EBGL);
- Curso Especial Básico de Navio Tanque Petroleiro e para Produtos Químicos (EBPQ);
- Curso Especial Avançado de Combate a Incêndio (ECIA);
- Curso Especial de Familiarização em Balsas Transportadoras de Petróleo, seus Derivados e Etanol (EFBP);
- Curso Especial de Gerenciamento de Passadiço para Oficiais (EGPO);
- Curso Especial de Navegação Eletrônica para Mestres de Cabotagem e Contramestres (ENET);
- Curso Especial para Oficial de Proteção do Navio (EOPN);
- Curso Especial para Operador ECDIS (EPOE);
- Curso Especial Prático de Operados Radar (EPOR);
- Curso Especial de Radioperador Geral (EROG);
- Curso Especial de Radioperador Restrito (EROR); e
- Curso Especial de Cuidados Médicos (ESCM).

Parágrafo Único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução "Almirante BRAZ DE AGUIAR" (CIABA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º A realização de qualquer curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Art. 3º Deverão ser observadas pela FEMAR as demais recomendações e prescrições da NORMAM-30, em particular, a celebração de acordo administrativo com o OE vinculado, ressaltando que, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos podem ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Parágrafo Único - Ao término de cada curso autorizado, a FEMAR deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a FEMAR a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedado negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a FEMAR à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, no período em que vigorar a Portaria, resultarão no descredenciamento da FEMAR.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação do Acordo Administrativo no DOU, podendo ser renovado por igual período, devendo o Acordo com o OE ser firmado no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 65/DPC, 21 DE MARÇO DE 2017

Renova o credenciamento da Empresa Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A para ministrar curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NORMAM-30), resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Empresa Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A, CNPJ 33.112.152/0019-64, no município do Guarujá/SP, para ministrar o Curso Especial Básico de Conscientização sobre Proteção de Navio (EBCP), do EPM, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM):

Parágrafo Único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º A realização de qualquer curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Art. 3º Deverão ser observadas pela Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A as demais recomendações e prescrições da NORMAM-30, em particular, a celebração de Acordo Administrativo com o OE vinculado, ressaltando que, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos podem ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Parágrafo Único - Ao término de cada curso autorizado, a Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, no período em que vigorar a Portaria, resultarão no descredenciamento da Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S/A.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação do Acordo Administrativo no DOU, podendo ser renovado por igual período, devendo o Acordo com o OE ser firmado no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA Nº 1.192/DICOOP/MD, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do art. 41, combinado com o inciso XI do art. 43, o art. 64 do Anexo I do Decreto n° 8.978, de 1° de fevereiro de 2017, o inciso III do art. 21 do Anexo X da Portaria Normativa n° 564, de 12 de março de 2014, e conforme consta do Processo nº 60340.000011/2017-17, resolve:

Art. 1º Aprovar e tornar público o regulamento do XIV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, a ser realizado nas dependências da Academia Militar das Agulhas Negras, sediada na cidade do Resende/RJ, Estado do Rio de Janeiro, no período de 24 a 28 de julho de 2017.

Parágrafo único. O regulamento será publicado na página denominada "Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional", do site do Ministério da Defesa, cujo endereço completo é http://www.defesa.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/congresso-academico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MACHADO VIEIRA SECRETÁRIO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 385, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Altera os arts. 2º, inciso II, e 5º da Portaria MEC nº 491, de 10 de junho de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 18, §§ 3º e 4º, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º A Portaria MEC nº 491, de 10 de junho de 2013, alterada pela Portaria MEC nº 824, de 22 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

I - .....

II - analisar as minutas dos regulamentos específicos de cada Instituição Federal de Ensino - IFE e do Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - DEPEX-SE-MP para o RSC;

....." (NR)

"Art. 5º As Instituições Federais de Ensino e o DEPEX-SE-MP deverão elaborar minuta do regulamento interno para a concessão do RSC, em consonância com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho Permanente, devendo encaminhá-la formalmente a este Conselho para análise técnica e posterior homologação pelo Conselho Superior ou instância equivalente da IFE ou do DEPEX-SE-MP." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 541, DE 13 DE MARÇO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28.6.2013, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 061/2016, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL	Comunicação Social	Adjunto C, Nível 1, Dedicação Exclusiva	Wilson de Souza Nogueira	1º
			Rosimeire de Carvalho Martins	2º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

PORTARIAS DE 16 DE MARÇO DE 2017

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28.6.2013, resolve:

N° 572 - RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 0.417, de 24/02/2017, publicada no DOU em 10/03/2017, que trata da homologação de candidatos aprovados em Processo Seletivo, objeto Edital n.º 005, de 13/01/2017, publicado no DOU em 16/01/2017, conforme segue:

Onde se lê:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Exatas - ICE	Cálculo e Álgebra Linear	Assistente A, Nível 1, 40h	Ramon Códamo Braga	1º
			Geraldo Herbert Beltrão de Souza	2º

Leia-se:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Instituto de Ciências Exatas - ICE	Cálculo e Álgebra Linear	Assistente A, Nível 1, 40h	Ramon Códamo Braga da Costa	1º
			Geraldo Herbert Beltrão de Souza	2º

N° 573 - RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 3.337, de 16/12/2015, publicada no DOU em 28/12/2015, que trata da homologação de candidatos aprovados em Processo Seletivo, objeto Edital n.º 067, de 19/10/2015, publicado no DOU em 28/10/2015, conforme segue:

Onde se lê:

II - Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado do ato de homologação no Diário Oficial da União.

Leia-se:

II - Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 02 (dois) anos, contado do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 431, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos, objeto do Edital n°. 15/2015 - UFPI, para o provimento de vagas docentes da Carreira do Magistério Superior para o Campus "Senador Helvídio Nunes de Barros", na cidade de Picos/PI, de acordo com as disposições preliminares, gerais e aplicáveis à espécie, e às normas contidas no edital em referência. (Considerando o Edital n°. 15/2015 - UFPI, publicado no D.O.U. de 10/11/2015; a Homologação publicada no D.O.U. de 04/04/2016; o Processo n°. 23111.006891/2017-11).

NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 314, DE 17 DE MARÇO DE 2017

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, considerando o que consta do Processo 009471/2014, resolve:

Aplicar à empresa VILEPOOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, CNPJ nº 36.159.630/0002-31, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos contratos representados pelas Notas de Empenho nºs 2014NE802586 e 2014NE802602, bem como com sua rescisão, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.1, 15.1.6, 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão nº 271/2014, determinando ainda o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, nos termos do subitem 15.6 do Edital.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS SERRA

PORTARIA Nº 80, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SERRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pela Portaria n° 1.420 de 05.09.2013, publicada no DOU de 06.09.2013, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de professor substituto de que trata o edital nº 01/2017 - Multicampi, referente ao Campus Serra, conforme relação anexa.

JOSÉ GERALDO DAS NEVES ORLANDI

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: Engenharia Elétrica I - 20 horas - 1 vaga

Insc.	Nome	Pontuação	classificação
8	Alexandre Araujo Paes	56,50	1º
2	Tatiana Saviato Macedo	53,20	2º

Área de Estudo/Disciplina: Engenharia Elétrica II - 20 horas - 1 vaga

Insc.	Nome	Pontuação	classificação
1	Manuel Ernesto D. Salazar Schiaffino	57,00	1º
2	Leonardo Perini Zanotelli	48,40	2º

Área de Estudo/Disciplina: Sistemas de Computação-40 horas-1 vaga

Insc.	Nome	Pontuação	classificação
12	Vinicius da Rocha Motta	68,90	1º
19	Lucineia Barbosa da Costa Chagas	64,80	2º
16	Cloves Antonio Wotkovsky Junior	62,00	3º
7	Filipe Alves Vaz	59,20	4º

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 180, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Cód. IES	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201356609	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18719	150	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA	CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	Avenida Madre Benvenuta, nº 416, bairro Trindade - Florianópolis/ SC
2	201356611	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	18719	100	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA	CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	Avenida Madre Benvenuta, nº 416, bairro Trindade - Florianópolis/ SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3	201356612	PEDAGOGIA (Licenciatura)	18719	100	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA	CENTRO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	Avenida Madre Benvenuta, nº 416, bairro Trindade - Florianópolis/ SC
4	201502564	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	20476	100	FACULDADE ANCLIVEPA	CENTRO EDUCACIONAL ANCLIVEPA LTDA	Rua Platina, 556, Vila Azevedo, São Paulo/SP
5	201406454	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	19407	120	FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE GUARAPUAVA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA	Rua Quinze de Novembro, Número: 6198 - de 5490/5491 a 6799/6800 - Alto da XV - Guarapuava/PR
6	201406456	MODA (Bacharelado)	19407	240	FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE GUARAPUAVA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA	Rua Quinze de Novembro, Número: 6198 - de 5490/5491 a 6799/6800 - Alto da XV - Guarapuava/PR
7	201406457	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	19407	240	FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE GUARAPUAVA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA	Rua Quinze de Novembro, Número: 6198 - de 5490/5491 a 6799/6800 - Alto da XV - Guarapuava/PR
8	201406458	LOGÍSTICA (Tecnológico)	19407	240	FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE GUARAPUAVA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA	Rua Quinze de Novembro, Número: 6198 - de 5490/5491 a 6799/6800 - Alto da XV - Guarapuava/PR
9	201414038	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	19793	100	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DAS AMÉRICAS	FACULDADE DAS AMÉRICAS LTDA	Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, 6591, - até 7685 - lado ímpar, Cidade Nova, Maracanaú/CE
10	201414039	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	19793	100	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DAS AMÉRICAS	FACULDADE DAS AMÉRICAS LTDA	Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, 6591, - até 7685 - lado ímpar, Cidade Nova, Maracanaú/CE
11	201414040	ENFERMAGEM (Bacharelado)	19793	100	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DAS AMÉRICAS	FACULDADE DAS AMÉRICAS LTDA	Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, 6591, - até 7685 - lado ímpar, Cidade Nova, Maracanaú/CE
12	201414041	PEDAGOGIA (Licenciatura)	19793	100	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DAS AMÉRICAS	FACULDADE DAS AMÉRICAS LTDA	Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, 6591, - até 7685 - lado ímpar, Cidade Nova, Maracanaú/CE
13	201359236	PEDAGOGIA (Licenciatura)	18749	100	FACULDADE DE ELESBÃO VELOSO	FAEVE - FACULDADE DE ELESBÃO VELOSO LTDA	Rua Afonso Mafrense, Numero: S/N - Fátima - Elesbão Veloso/PI
14	201405764	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado)	19320	100	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	Quadra SGAN 602, Número: 602 Av L2 Norte, Módulos A, B e C - Asa Norte - Brasília/DF
15	201403152	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	18338	80	FACULDADE GAMALIEL	GAMALIEL CURSOS LTDA - ME. - EPP	Rua 08, Número: 04 - Conjunto Habitacional Codemin, - Niquelândia/ GO
16	201405875	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18679	200	FACULDADE DE SIDROLÂNDIA	INSTITUTO CRISTÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	Área Abaeté e Olaria, s/n, Fazenda Brejão, Sidrolândia/MS
17	201404918	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	19257	200	FACULDADE UNA DE DIVINÓPOLIS	MINAS GERAIS EDUCACAO S.A	Rua Coronel João Notini, 151, - até 1507/1508, Centro, Divinópolis/MG
18	201404919	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	19257	200	FACULDADE UNA DE DIVINÓPOLIS	MINAS GERAIS EDUCACAO S.A	Rua Coronel João Notini, 151, - até 1507/1508, Centro, Divinópolis/MG
19	201404920	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	19257	200	FACULDADE UNA DE DIVINÓPOLIS	MINAS GERAIS EDUCACAO S.A	Rua Coronel João Notini, 151, - até 1507/1508, Centro, Divinópolis/MG
20	201404921	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	19257	200	FACULDADE UNA DE DIVINÓPOLIS	MINAS GERAIS EDUCACAO S.A	Rua Coronel João Notini, 151, - até 1507/1508, Centro, Divinópolis/MG
21	201404931	MODA (Bacharelado)	19257	200	FACULDADE UNA DE DIVINÓPOLIS	MINAS GERAIS EDUCACAO S.A	Rua Coronel João Notini, 151, - até 1507/1508, Centro, Divinópolis/MG
22	201356442	ENFERMAGEM (Bacharelado)	18703	100	FACULDADE JK BRASÍLIA ASA SUL II	MUNDIAL EDUCACIONAL LTDA	Quadra SGAS 909, 909, Parte A, conjunto A, Asa Sul, Brasília/DF
23	201356443	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	18703	100	FACULDADE JK BRASÍLIA ASA SUL II	MUNDIAL EDUCACIONAL LTDA	Quadra SGAS 909, 909, Parte A, conjunto A, Asa Sul, Brasília/DF
24	201405611	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	19333	240	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	Rua Azevedo Bolão n.º 1369, Parquelândia, Fortaleza- CE
25	201405612	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	19333	240	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	Rua Azevedo Bolão n.º 1369, Parquelândia, Fortaleza- CE
26	201405613	LOGÍSTICA (Tecnológico)	19333	240	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	Rua Azevedo Bolão n.º 1369, Parquelândia, Fortaleza- CE
27	201405614	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	19333	240	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	Rua Azevedo Bolão n.º 1369, Parquelândia, Fortaleza- CE
28	201405615	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	19333	240	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	Rua Azevedo Bolão n.º 1369, Parquelândia, Fortaleza- CE
29	201356643	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18642	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANANINDEUA	SER EDUCACIONAL S.A	Travessa We-31, 55, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, Cidade Nova, Ananindeua/PA
30	201356644	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	18642	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANANINDEUA	SER EDUCACIONAL S.A	Travessa We-31, 55, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, Cidade Nova, Ananindeua/PA
31	201356645	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	18642	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANANINDEUA	SER EDUCACIONAL S.A	Travessa We-31, 55, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, Cidade Nova, Ananindeua/PA
32	201356646	LOGÍSTICA (Tecnológico)	18642	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANANINDEUA	SER EDUCACIONAL S.A	Travessa We-31, 55, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, Cidade Nova, Ananindeua/PA
33	201356647	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	18642	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANANINDEUA	SER EDUCACIONAL S.A	Travessa We-31, 55, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, Cidade Nova, Ananindeua/PA
34	201356215	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18653	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A	Praça da Bandeira, 53, São José, Garanhuns/PE
35	201356216	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	18653	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A	Praça da Bandeira, 53, São José, Garanhuns/PE
36	201356217	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	18653	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A	Praça da Bandeira, 53, São José, Garanhuns/PE
37	201356218	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	18653	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A	Praça da Bandeira, 53, São José, Garanhuns/PE
38	201356219	LOGÍSTICA (Tecnológico)	18653	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A	Praça da Bandeira, 53, São José, Garanhuns/PE
39	201356694	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18647	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARABÁ	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Dois Mil, S/N, Belo Horizonte, Marabá/PA
40	201356695	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	18647	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARABÁ	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Dois Mil, S/N, Belo Horizonte, Marabá/PA
41	201356696	LOGÍSTICA (Tecnológico)	18647	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARABÁ	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Dois Mil, S/N, Belo Horizonte, Marabá/PA
42	201356697	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	18647	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARABÁ	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Dois Mil, S/N, Belo Horizonte, Marabá/PA
43	201356698	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	18647	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARABÁ	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Dois Mil, S/N, Belo Horizonte, Marabá/PA
44	201356625	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18643	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARACANAÚ	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Senador Petronio Portela, 125, Pajuçara, Maracanaú/CE
45	201356626	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	18643	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARACANAÚ	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Senador Petronio Portela, 125, Pajuçara, Maracanaú/CE
46	201356627	LOGÍSTICA (Tecnológico)	18643	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARACANAÚ	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Senador Petronio Portela, 125, Pajuçara, Maracanaú/CE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

47	201356628	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	18643	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARACANAU	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Senador Petronio Portela, 125, Pajuçara, Maracanaú/CE
48	201356630	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	18643	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MARACANAU	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Senador Petronio Portela, 125, Pajuçara, Maracanaú/CE
49	201356688	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18671	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE PORTO VELHO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Tutóia, Nº 3340, Eletronorte, Porto Velho/RO
50	201356689	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	18671	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE PORTO VELHO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Tutóia, Nº 3340, Eletronorte, Porto Velho/RO
51	201356690	LOGÍSTICA (Tecnológico)	18671	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE PORTO VELHO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Tutóia, Nº 3340, Eletronorte, Porto Velho/RO
52	201356691	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	18671	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE PORTO VELHO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Tutóia, Nº 3340, Eletronorte, Porto Velho/RO
53	201356692	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	18671	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE PORTO VELHO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Tutóia, Nº 3340, Eletronorte, Porto Velho/RO
54	201356656	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	18650	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Rubens Carneiro, Número: 536 - Abrão Alab - Rio Branco/AC
55	201356659	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	18650	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Rubens Carneiro, Número: 536 - Abrão Alab - Rio Branco/AC
56	201356661	LOGÍSTICA (Tecnológico)	18650	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Rubens Carneiro, Número: 536 - Abrão Alab - Rio Branco/AC
57	201356662	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	18650	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Rubens Carneiro, Número: 536 - Abrão Alab - Rio Branco/AC
58	201356663	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	18650	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A	Rua Rubens Carneiro, Número: 536 - Abrão Alab - Rio Branco/AC
59	201416135	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	20105	100	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	Avenida dos Expedicionários, Numero: 51 - João Paulo - São Luís/MA
60	201416138	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	20105	80	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	Avenida dos Expedicionários, Numero: 51 - João Paulo - São Luís/MA
61	201416140	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	20105	100	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	Avenida dos Expedicionários, Numero: 51 - João Paulo - São Luís/MA
62	201416142	ENFERMAGEM (Bacharelado)	20105	100	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	Avenida dos Expedicionários, Numero: 51 - João Paulo - São Luís/MA
63	201416143	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	20105	100	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	Avenida dos Expedicionários, Numero: 51 - João Paulo - São Luís/MA
64	201416671	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	20340	100	FACULDADE PAULISTA DE CIÊNCIAS DA SAUDE	ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA	Rua Doutor Diogo de Faria, nº 1.036, bairro Vila Clementino - São Paulo/SP
65	201416672	SISTEMAS BIOMÉDICOS (Tecnológico)	20340	100	FACULDADE PAULISTA DE CIÊNCIAS DA SAUDE	ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA	Rua Doutor Diogo de Faria, nº 1.036, bairro Vila Clementino - São Paulo/SP
66	201416120	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	20100	100	INSTITUTO LEYA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A	Avenida Jacarandá, S/N, Lote 16, Sul (Águas Claras), Brasília-DF
67	201416121	ENFERMAGEM (Bacharelado)	20100	100	INSTITUTO LEYA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A	Avenida Jacarandá, S/N, Lote 16, Sul (Águas Claras), Brasília-DF
68	201405594	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	19335	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Santos Dumont, 724, Jundiaí, Anápolis/GO
69	201405595	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	19335	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Santos Dumont, 724, Jundiaí, Anápolis/GO
70	201405596	LOGÍSTICA (Tecnológico)	19335	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Santos Dumont, 724, Jundiaí, Anápolis/GO
71	201405598	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	19335	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Santos Dumont, 724, Jundiaí, Anápolis/GO
72	201405597	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	19335	240	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A	Avenida Santos Dumont, 724, Jundiaí, Anápolis/GO
73	201356333	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	18659	80	FACULDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - EDUFOR	EDUFOR PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	Rua Paraná, Número: 1020 - de 121/122 ao fim - Demócrito Rocha - Fortaleza/CE
74	201356312	ENFERMAGEM (Bacharelado)	18659	80	FACULDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - EDUFOR	EDUFOR PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	Rua Paraná, Número: 1020 - de 121/122 ao fim - Demócrito Rocha - Fortaleza/CE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 201, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.053179/2016-26 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e Biociências - PPGBTC/CCB, instituído pelo Edital nº 039/DDP/PRODEGESP/2016, de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 167, Seção 3, de 30/08/2016.

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
N° de Vagas: 01 (uma)
NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS

PATRICIA CRISTIANA BELLI

PORTARIA N° 202, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.053188/2016-17 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Programa de Pós-Graduação em Farmácia - PPGFAR/CCS, instituído pelo Edital nº 039/DDP/PRODEGESP/2016, de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 167, Seção 3, de 30/08/2016.

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
N° de Vagas: 01 (uma)
NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS

PATRICIA CRISTIANA BELLI

PORTARIA N° 203, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.053175/2016-48 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CED, instituído pelo Edital nº 039/DDP/PRODEGESP/2016, de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 167, Seção 3, de 30/08/2016.

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Lucrezia Crescenzi Lanna	10,0
2º	Andrea Marta Días Genis	9,86
3º	Ridha Ennafaa	7,05

PATRICIA CRISTIANA BELLI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 702, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade dos Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados regidos pelos seguintes editais:

Edital 003/2016 de Concurso Público realizado pela Escola de Educação Básica, na Área I: Arte - Subárea: Dança, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 01 de abril de 2016;

Edital 091/2015 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Artes, na Área: Artes Visuais - Subárea I: Pintura, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 06 de abril de 2016;

Edital 091/2015 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Artes, na Área: Artes Visuais - Subárea II: Escultura, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 06 de abril de 2016;

Edital 013/2016 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela Faculdade de Matemática, na Área: Matemática, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2016;

Edital 084/2015 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Física, na Área: Física Teórica ou Física Experimental - Subárea: Física da Matéria Condensada, Física Médica ou Ensino de Física, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 28 de abril de 2016;

Edital 099/2015 de Concurso Público realizado pela Facul-

dade de Educação, na Área I: Comunicação Social - Subárea I: Produção Jornalística em Plataformas Sonoras, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 28 de abril de 2016;

Edital 018/2016 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela Escola de Educação Básica, na Área II: Língua Estrangeira - Espanhol, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de abril de 2016;

Edital 018/2016 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela Escola de Educação Básica, na Área III: Psicologia Escolar, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de abril de 2016;

Edital 018/2016 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela Escola de Educação Básica, na Área IV: Língua Estrangeira - Francês, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de abril de 2016;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARCIO MAGNO COSTA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIA Nº 244, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O VICE-REITOR PRO TEMPORE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n° 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº1.061, de 19 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 22 de dezembro de 2014, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Instituir a Coordenação de Curso de Mestrado em Antropologia, vinculada ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. (Processo nº 23282.001809/2017-91)

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir da sua publicação.

ARISTEU ROSENDO PONTES LIMA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 94, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso II, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto no 8.961, de 16 de janeiro de 2017, bem como ajustar o detalhamento dos Anexos I e II da Portaria MF nº 69, de 17 de fevereiro de 2017, na forma do Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 69, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

										R$ mil
	ATÉ MAR	ATÉ ABR	ATÉ MAI	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500
Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.										

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 69, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

										R$ mil
	ATÉ MAR	ATÉ ABR	ATÉ MAI	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000
Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.										

ANEXO III

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 69, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

										R$ mil
	ATÉ MAR	ATÉ ABR	ATÉ MAI	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000
Fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.										

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 69, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

										R$ mil
	ATÉ MAR	ATÉ ABR	ATÉ MAI	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500
Fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.										

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
4ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.(www.carf.fazenda.gov.br)

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento

DIA 03 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

1 - Processo nº: 19515.720679/2012-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

2 - Processo nº: 18471.000459/2007-15 - Recorrentes: ISABEL CRISTINA DUTRA PINHEIRO MAIA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 12448.731658/2014-09 - Recorrente: IZIDORA DE SENNA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 11610.001442/2010-91 - Recorrente: JOAO LOURENCO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

5 - Processo nº: 19647.011083/2007-70 - Recorrente: FRANCISCO GAUBY SARAIVA FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

6 - Processo nº: 11516.723378/2012-33 - Recorrente: MARIO KENJI IRIE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

7 - Processo nº: 11030.723040/2013-15 - Recorrente: MAURICIO DAL AGNOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

8 - Processo nº: 12448.721320/2010-15 - Recorrente: HELIO MAZZEO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 13116.720558/2013-82 - Recorrentes: ANDREA APRIGIO DE SOUZA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

10 - Processo nº: 11080.004037/2003-31 - Recorrente: SIRLEI TEREZINHA DA SILVA VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

11 - Processo nº: 11080.731269/2013-38 - Recorrente: SERGIO LUIZ SANDIM AFFONSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 10880.007791/2007-79 - Recorrente: MARIA DE FATIMA SIQUEIRA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL -

RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 10510.002474/2007-74 - Recorrente: ADONIAS GOMES LIMA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL- RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 19515.001020/2003-87 - Recorrente: JONAS DE ALMEIDA FEDERIGHI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL- RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 19515.002165/2003-03 - Recorrente: MARIA BONIFACIO DE MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

16 - Processo nº: 10437.720466/2014-62 - Recorrentes: NORMAN AUGUSTO BERNA PAPST e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFICIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

17 - Processo nº: 19515.001552/2002-33 - Recorrente CESAR AUGUSTO ESPINOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10845.003638/2003-75 - Recorrents: PAULO TADEU ALMONDEGA FRANCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 10580.729511/2014-91 - Recorrente: MARCIO DUARTE MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 10865.001999/2002-68 - Recorrente: WALDEMAR TEBALDI FILHO MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10845.004474/2002-12 - Recorrente: DEGAULLE CEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 10830.006787/2001-93 - Recorrente: ELIZETE APARECIDA VENTRILIO LOPES MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 13808.000399/2002-55 - Recorrente: SATIE TEREZA OTA MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL -RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 19515.000560/2002-62 - Recorrente: SANDRA REIS DAS NEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 19515.000854/2002-94 - Recorrente: AYDEE VIRGINIA CALVO BARBOZA MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL- RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

26 - Processo nº: 12448.727105/2011-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RICARDO LAUREANO SIQUEIRA - RECURSO DE OFICIO

27 - Processo nº: 18043.720004/2014-81 - Recorrente: BENEDITO ALVES RANGEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

28 - Processo nº: 11516.000359/2007-78 - Recorrente: SERGIO CAMILO PINTO MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO- VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

29 - Processo nº: 10980.725933/2013-01 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DA SILVA BRETAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

30 - Processo nº: 19515.004392/2003-65 - Recorrente: IGLIBERTO MENDES JUC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

31 - Processo nº: 10840.724099/2014-12 - Recorrente: ADALBERON CELIO LOPES DE FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 04 DE ABRIL DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

32 - Processo nº: 12448.721679/2011-65 - Recorrente: SABINO DA SILVA MORAIS NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 17933.720148/2014-40 - Recorrente: MARIO JOSE PERES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 17933.720151/2014-63 - Recorrente: MARIO JOSE PERES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10073.720662/2013-22 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS DE LIMA NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 10073.721042/2013-19 - Recorrente: MARIA DAS GRACAS DE LIMA NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 10235.720030/2013-69 - Recorrente: ANTONIA FERREIRA MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10835.721336/2014-54 - Recorrente: ALITA DA SILVA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 10166.725563/2013-06 - Recorrente: MARIA CAVALCANTI RAMOS PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10730.005388/2009-91 - Recorrente: MARIO TOMASSINI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10730.720779/2011-53 - Recorrente: MARIO TOMASSINI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

42 - Processo nº: 10746.721354/2014-35 - Recorrente: DERCI ISMERIA SOARES ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 13896.005102/2008-91 - Recorrentes: JACOB DA SILVA TOMAS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

44 - Processo nº: 10166.722240/2015-14 - Recorrente: ANTONIO HENRIQUE LOZETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 15504.722445/2015-35 - Recorrente: GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 18365.721050/2012-01 - Recorrente: MARIA DE NAZARE SILVA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

47 - Processo nº: 15463.721745/2013-69 - Recorrente: BILDA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

48 - Processo nº: 10435.723321/2014-33 - Recorrente: JOSE AUGUSTO DE FREITAS SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 11080.728352/2013-20 - Recorrente: MARIZA DA SILVA DORNELLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

50 - Processo nº: 18471.001130/2007-63 - Recorrente: ARMANDO ESPASANDIN GERPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 10640.001677/2010-63 - Recorrente: CARLOS ALBERTO BEJANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 13888.722899/2014-32 - Recorrente: CARLOS ANTONIO BIANCHIM JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

53 - Processo nº: 10120.728549/2014-63 - Recorrente: CARLOS BORGES GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 10469.727306/2014-77 - Recorrente: LUIZ GONZAGA PONTES PESSOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

55 - Processo nº: 10580.720063/2015-41 - Recorrente: CICERO BATHOMARCO LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 10166.011049/2010-39 - Recorrente: ANTHONY REGINALD GROSS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo nº: 10580.727141/2010-23 - Recorrente: ANTONIO OLAVO DE ALMEIDA FRAGA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 04 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

58 - Processo nº: 18471.001446/2008-36 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo nº: 10830.727024/2012-32 - Recorrentes: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VALINHOS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

60 - Processo nº: 10830.727026/2012-21 - Recorrente: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VALINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

61 - Processo nº: 19515.722325/2011-36 - Embargante: SAO PAULO TRANSPORTE S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

62 - Processo nº: 19515.722355/2011-42 - Embargante: SAO PAULO TRANSPORTE S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

63 - Processo nº: 35464.001129/2007-47 - Recorrente: KUBA VIACAO URBANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

64 - Processo nº: 15504.726104/2011-13 - Recorrente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-06 00:00:00 - 1.67.406 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

65 - Processo nº: 35415.000073/2006-16 - Recorrentes: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

66 - Processo nº: 10580.726385/2012-51 - Recorrente: BAHIA SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo nº: 10580.726387/2012-40 - Recorrente: BAHIA SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

68 - Processo nº: 18470.723105/2013-92 - Recorrente: P&G MONTAGENS DE FEIRAS E EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo nº: 18470.723107/2013-81 - Recorrente: P&G MONTAGENS DE FEIRAS E EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

70 - Processo nº: 10552.000044/2007-21 - Recorrente: SCHMIDT IRMAOS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-30 00:00:00

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

71 - Processo nº: 11634.720327/2012-11 - Recorrente: TRANSPORTADORA SOTRAN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

72 - Processo nº: 11516.723387/2013-13 - Recorrente: AUREA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo nº: 10480.727668/2012-48 - Recorrente: ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

74 - Processo nº: 13971.724028/2013-23 - Recorrente: ICAVI INDUSTRIA DE CALDEIRAS VALE DO ITAJAI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo nº: 13971.724029/2013-78 - Recorrente: ICAVI INDUSTRIA DE CALDEIRAS VALE DO ITAJAI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

76 - Processo nº: 12915.001214/2010-50 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

77 - Processo nº: 11516.721982/2013-14 - Recorrente: KOERICH ENGENHARIA E TELECOMUNICACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

78 - Processo nº: 19515.000523/2008-40 - Recorrente: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo nº: 15983.000010/2010-86 - Interessado: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO SANTA CECILIA e Recorrente: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

80 - Processo nº: 35464.004793/2006-67 - Embargante: PROCTER & GAMBLE HIGIENE E COSMETICOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

81 - Processo nº: 10580.733577/2011-32 - Embargante: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

82 - Processo nº: 10580.733578/2011-87 - Embargante: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 05 DE ABRIL DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

83 - Processo nº: 10166.724388/2012-41 - Recorrente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo nº: 10166.724389/2012-95 - Recorrente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

85 - Processo nº: 10580.725988/2012-35 - Recorrente: EMPRESA DE TRANSPORTES SAO LUIZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

86 - Processo nº: 19515.004413/2010-71 - Recorrente: RODOPA EXPORTACAO DE ALIMENTOS E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

87 - Processo nº: 19515.004412/2010-27 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

88 - Processo nº: 19515.000841/2011-14 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

89 - Processo nº: 19515.000843/2011-03 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

90 - Processo nº: 19515.004415/2010-61 - Recorrente: RODOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

91 - Processo nº: 11330.001282/2007-21 - Recorrente: SIMCAUTO MECANICA E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

92 - Processo nº: 11030.721697/2012-67 - Recorrente: MUNICIPIO DE TRINDADE DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

93 - Processo nº: 11516.722207/2011-14 - Recorrente: TUBARAO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

94 - Processo nº: 10580.727094/2013-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACMAV ADMINISTRACAO DE SERVICOS RECURSO DE OFÍCIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

95 - Processo nº: 10410.725132/2013-01 - Recorrente: USINAS REUNIDAS SERESTA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

96 - Processo nº: 10166.727214/2013-11 - Recorrentes: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

97 - Processo nº: 36378.005166/2006-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. - RECURSO DE OFÍCIO

98 - Processo nº: 10680.010478/2007-74 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

99 - Processo nº: 19515.001759/2008-01 - Recorrente: ROMINEX AGRONEGOCIO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

100 - Processo nº: 36624.000801/2007-60 - Recorrente: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

101 - Processo nº: 36624.000808/2007-81 - Recorrentes: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA. e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

102 - Processo nº: 10580.733774/2011-51 - Recorrente: UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

103 - Processo nº: 10469.728425/2013-66 - Recorrente: MUNICIPIO DE JOAO CAMARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

104 - Processo nº: 10970.720046/2011-96 - Recorrente: ELETROSOM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

105 - Processo nº: 37169.004231/2007-64 - Embargante: KARSTEN SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

106 - Processo nº: 10680.724919/2010-14 - Embargante: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

107 - Processo nº: 10680.724920/2010-49 - Embargante: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

108 - Processo nº: 10680.724921/2010-93 - Embargante: CEMIG DISTRIBUICAO S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 05 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

109 - Processo nº: 10380.725687/2013-49 - Recorrente: UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

110 - Processo nº: 10380.725685/2013-50 - Recorrente: UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

111 - Processo nº: 13888.724350/2013-00 - Recorrente: THERMIX TRATAMENTO TERMICO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

112 - Processo nº: 13888.724351/2013-46 - Recorrente: THERMIX TRATAMENTO TERMICO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

113 - Processo nº: 19515.005375/2009-31 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

114 - Processo nº: 19515.005376/2009-85 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

115 - Processo nº: 19515.005377/2009-20 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-30 00:00:00

116 - Processo nº: 19515.005379/2009-19 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

117 - Processo nº: 19515.005381/2009-98 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

118 - Processo nº: 19515.005382/2009-32 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

119 - Processo nº: 19515.005383/2009-87 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

120 - Processo nº: 19515.005384/2009-21 - Recorrente: CENTRO DE PESQUISAS EM GINECOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

121 - Processo nº: 16327.001861/2008-28 - Recorrente: BRADESCO SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

122 - Processo nº: 16327.001862/2008-72 - Recorrente: BRADESCO SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

123 - Processo nº: 19515.000946/2008-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRADESCO SEGUROS S/A - RECURSO DE OFÍCIO

124 - Processo nº: 16327.720122/2015-68 - Recorrente: BRADESCO SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

125 - Processo nº: 16327.720052/2015-48 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

126 - Processo nº: 10166.016223/2008-15 - Recorrente: ADLER-ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

127 - Processo nº: 10166.722300/2010-94 - Recorrente: ADLER-ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

128 - Processo nº: 10166.722302/2010-83 - Recorrente: ADLER-ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

129 - Processo nº: 10166.722307/2010-14 - Recorrente: ADLER-ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

130 - Processo nº: 10830.011993/2008-91 - Recorrente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

131 - Processo nº: 10830.011994/2008-36 - Recorrente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

132 - Processo nº: 10830.011999/2008-69 - Recorrente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

133 - Processo nº: 11052.000439/2010-23 - Embargante: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

134 - Processo nº: 11052.000443/2010-91 - Embargante: RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 06 DE ABRIL DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

135 - Processo nº: 19515.722658/2013-27 - Recorrente: ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

136 - Processo nº: 13971.720766/2012-11 - Recorrente: TRANSPORTES E LOGISTICA MANDALA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

137 - Processo nº: 16327.721315/2013-74 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

138 - Processo nº: 16327.721316/2013-19 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

139 - Processo nº: 16327.721317/2013-63 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

140 - Processo nº: 15563.720033/2014-85 - Recorrente: SUPERMERCADOS VIANENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

141 - Processo nº: 16095.000376/2007-27 - Recorrente: SIEMENS VDO AUTOMOTIVE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

142 - Processo nº: 16095.000379/2007-61 - Recorrente: SIEMENS VDO AUTOMOTIVE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

143 - Processo nº: 16327.720099/2013-40 - Recorrente: BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

144 - Processo nº: 19515.722575/2012-57 - Recorrente: PRODUBAN SERVICOS DE INFORMATICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

145 - Processo nº: 19515.722577/2012-46 - Recorrentes: PRODUBAN SERVICOS DE INFORMATICA S.A. e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

146 - Processo nº: 18088.000711/2009-73 - Recorrente: USINA ZANIN ACUCAR E ALCOOL LTDA . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

147 - Processo nº: 10166.729743/2013-59 - Recorrente: VESTCON EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

148 - Processo nº: 35464.000228/2006-21 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

149 - Processo nº: 16095.000520/2007-25 - Recorrente: DYNA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

150 - Processo nº: 19515.003297/2009-30 - Recorrente: EUROPAMOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

151 - Processo nº: 19515.003294/2009-04 - Recorrente: EUROPAMOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

152 - Processo nº: 16682.721489/2013-98 - Recorrente: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

153 - Processo nº: 10882.004681/2008-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ANDRE INCONTRI NETO - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

154 - Processo nº: 14479.000766/2007-67 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

155 - Processo nº: 13855.722233/2013-81 - Recorrente: MINERVA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

156 - Processo nº: 13855.722232/2013-36 - Recorrente: MINERVA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

157 - Processo nº: 10140.722142/2013-11 - Recorrente: S.G.O AGRIBUSINESS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 06 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

158 - Processo nº: 14485.002080/2007-21 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ASSIST CRIANCA DEFICIENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

159 - Processo nº: 19515.721097/2014-20 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CRIANCA DEFICIENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

160 - Processo nº: 10640.000498/2010-17 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

161 - Processo nº: 10640.000499/2010-53 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

162 - Processo nº: 10640.000497/2010-64 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

163 - Processo nº: 10980.721527/2010-19 - Recorrente: SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

164 - Processo nº: 10980.721629/2010-34 - Recorrente: SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

165 - Processo nº: 16682.720048/2011-15 - Recorrente: ASSOCIACAO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

166 - Processo nº: 19515.004686/2010-16 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

167 - Processo nº: 19515.004688/2010-13 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

168 - Processo nº: 19515.004681/2010-93 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

169 - Processo nº: 19515.004679/2010-14 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

170 - Processo nº: 18050.000945/2008-67 - Recorrente: INST BRASIL PRESERVAMB E DESENV SUSTENT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

171 - Processo nº: 19515.720902/2014-06 - Recorrente: ASSOCIACAO CERMAC DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI
Presidente

IRDA MORAIS
Secretária

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 9, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Acrescenta item ao anexo único do Ato COTEPE/ICMS 02/08 que divulga relação das empresas beneficiadas com regime especial relativo à movimentação de "paletes" e de "contentores" de sua propriedade.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 167ª reunião ordinária, realizada nos dias 13 a 16 de março de 2017, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 04/99, de 16 de abril de 1999, resolveu:

Art. 1º Acrescentar o item 17 ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08, de 14 de abril de 2008, com a seguinte redação:

"-.

17	HB - SMR LOCAÇÕES DE MULTICAIXAS RETORNAVEIS LTDA	Al. Bom Pastor, n. 2216, módulos 6, 7 e 8, Bairro Campina São José dos Pinhais - Paraná	Inscrição Estadual: 90692593-13	CNPJ: 20.335.153/0001-05	Cor dos "paletes" e "contentores": preta	Marca Distintiva: "HB-SMR

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 10, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera o ATO COTEPE/ICMS 09/13, que dispõe sobre a especificação de requisitos do Programa Aplicativo Fiscal - Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF) e do Sistema de Gestão utilizado por estabelecimento usuário de equipamento ECF.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ , no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 13 a 16 de março de 2017, em Brasília, DF, com fundamento na cláusula trigésima terceira, do Convênio ICMS 09/09 , de 3 de abril de 2009, aprovou:

Art. 1º Os dispositivos a seguir indicados do Ato COTEPE/ICMS 09/13, de 13 de março de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o caput do art. 1º:

"Art. 1º Fica aprovada a Especificação Técnica de Requisitos composta pelos Anexos I a V deste ato, na versão 02.05, que deve ser observada pelo Programa Aplicativo Fiscal - Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF) e pelo Sistema de Gestão (SG), utilizados por estabelecimento usuário de equipamento ECF.";

II - a Especificação de Requisitos do PAF-ECF (ER-PAF-ECF):

"ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS DO PAF-ECF (ER-PAF-ECF)

VERSÃO 02.05

ANEXO I

REQUISITOS TÉCNICOS FUNCIONAIS

BLOCO I

REQUISITOS GERAIS APLICAVÉIS A TODOS PAF-ECF

REQUISITO I

1. O PAF-ECF e o Sistema de Gestão ou de Retaguarda não devem possibilitar ao usuário possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública, conforme inciso V do art. 2º da Lei 8.137/90.

REQUISITO II

1. O PAF-ECF deve, para viabilizar a utilização de Sistema de Gestão (SG) ou de Retaguarda ou de sistema de emissão de documento fiscal por Processamento Eletrônico de Dados (PED), estar integrado aos mesmos, considerando como integração a capacidade de importar e exportar dados reciprocamente.

REQUISITO III

1. O PAF-ECF deve ser instalado de forma a possibilitar o funcionamento do ECF independentemente da rede, ainda que eventualmente, exceto quando destinado à utilização exclusiva para o transporte de passageiros.

REQUISITO IV

1. O PAF-ECF deve comandar a impressão, no ECF, do registro referente à mercadoria ou serviço, concomitantemente à indicação no dispositivo que possibilite a visualização do registro, exceto se o PAF-ECF ou SG:

2. Realizar registros de pré-venda conforme definido no inciso II do art. 2º, observando o requisito V, e/ou;

3. Emitir DAV, impresso em equipamento não fiscal, conforme definido no inciso III do art. 2º, observando o requisito VI, ou;

4. Emitir DAV, impresso no ECF, como Relatório Gerencial, conforme definido no inciso III do art. 2º, observando o requisito VI, exceto quanto:

a) ao tamanho mínimo previsto no item 2 do requisito VI;

b) ao modelo estabelecido no Anexo II;

c) às expressões previstas na alínea "a" do item 2 do requisito VI.

5. Realizar registro de lançamento de mesa ou conta de cliente, observando os requisitos XLVII e XLVIII.

REQUISITO V

1. O PAF-ECF que possibilitar o registro de pré-venda, previsto no item 2 do requisito IV, deve:

2.

2.1) concretizada a operação:

a) imprimir no Cupom Fiscal respectivo o número do registro de pré-venda que originou a operação, da seguinte forma, conforme o modelo de ECF:

a1) no campo "informações suplementares", a partir do primeiro caractere, com o seguinte formato: PV "N", onde N representa o número do registro de pré-venda, devendo ser adotado sistema de numeração sequencial única com controle centralizado por estabelecimento, com 10 (dez) caracteres, iniciada em 0000000001 a 9999999999 e reiniciada quando atingindo o limite.

a2) no campo "mensagens promocionais", a partir do primeiro caractere imediatamente seguinte à identificação prevista no requisito XI, com o seguinte formato: PV "N", onde N representa o número do registro de pré-venda, devendo ser adotado sistema de numeração sequencial única com controle centralizado por estabelecimento, com 10 (dez) caracteres, iniciada em 0000000001 a 9999999999 e reiniciada quando atingindo o limite.

2.2) Opcionalmente dispor, no ponto de venda, de função que permita mesclar as informações contidas em duas ou mais PV para uma nova PV , não podendo ser informado mais do que uma PV por Cupom Fiscal.

3. Não concretizada a operação até a emissão da Redução Z referente ao movimento do dia seguinte ao do registro da pré-venda, ser emitido, automaticamente, o Cupom Fiscal respectivo, contendo o número do registro de pré-venda e o seu cancelamento.

4. Condicionar a emissão do documento Redução Z do último ECF para o qual este documento ainda não tenha sido emitido, ao cumprimento do previsto no item 3 deste requisito.

5. Na hipótese de ser excedido o prazo de tolerância para emissão do documento Redução Z de que trata o item 4 deste requisito, emitir, automaticamente, o Cupom Fiscal a que se refere o item 3 deste requisito, quando da abertura do movimento do próximo dia de funcionamento.

6. Não realizar controle contábil ou financeiro referente aos itens contidos no registro de pré-venda, podendo efetuar reserva de mercadoria no controle de estoque.

7. Permitir o acréscimo de itens na PV, desde que não tenha sido iniciada a impressão do seu cupom fiscal.

8. Marcar, no caso de desistência do consumidor, como cancelado o item constante na PV, devendo este item ser impresso e cancelado no Cupom Fiscal respectivo a esta PV.

9. Não disponibilizar função para alteração da quantidade dos produtos ou serviços registrados.

10. Vedar qualquer tipo de impressão.

11. Em substituição ao procedimento previsto no item 10, permitir a impressão exclusivamente do código ou senha de identificação em código de barras, desde que utilizada impressora que contenha exclusivamente esta função.

REQUISITO VI

1. O PAF-ECF que possibilitar a emissão do DAV, previsto nos itens 3 e 4 do requisito IV, deve:

2. imprimir o DAV conforme o modelo constante no Anexo II, em papel de tamanho mínimo A-5 (148x210 mm) contendo:

a) na parte superior o título do documento atribuído de acordo com a sua função e as expressões "NÃO É DOCUMENTO FISCAL - NÃO É VÁLIDO COMO RECIBO E COMO GARANTIA DE MERCADORIA - NÃO COMPROVA PAGAMENTO", em negrito e tamanho mais expressivo que as demais informações do impresso;

b) o número de identificação do DAV, devendo ser adotado sistema de numeração sequencial única com controle centralizado por estabelecimento, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 13 (treze) caracteres, iniciada em 0000000001 a 9999999999 e reiniciada quando atingindo o limite, podendo os 4 (quatro) primeiros dígitos ser utilizados para distinção de série ou codificação de interesse do estabelecimento usuário, não sendo admitida a utilização de número já utilizado;

c) a denominação e o CNPJ do estabelecimento emitente, devidamente consistido;

d) a denominação e o CNPJ, devidamente consistido, ou o nome e o CPF, devidamente consistido, do destinatário;

e) a discriminação da mercadoria, valor unitário e o total, no caso de DAV utilizado para orçamento ou pedido.

3. Não disponibilizar comandos ou funções que objetivem a autenticação do DAV, bem como não realizar controle contábil ou financeiro referente aos itens contidos neste documento, podendo efetuar reserva de mercadoria no controle de estoque.

4. Não disponibilizar comandos ou funções que possibilitem apagar ou deletar os registros relativos aos DAV emitidos, de modo a possibilitar sua manutenção em banco de dados pelo prazo decadencial e prescricional do imposto estabelecido no Código Tributário Nacional.

5.

5.1) concretizada a venda:

a) imprimir no Cupom Fiscal respectivo o número do DAV que originou a operação, da seguinte forma, conforme o modelo de ECF:

a1) no campo "informações suplementares", a partir do primeiro caractere ou a partir do caractere imediatamente seguinte ao registro do PV "N", quando for o caso, com o seguinte formato: DAV "N", onde N representa o número do Documento Auxiliar de Venda;

a2) no campo "mensagens promocionais", a partir do primeiro caractere seguinte à identificação prevista no requisito XI ou a partir do caractere imediatamente seguinte ao registro do PV "N", quando for o caso, com o seguinte formato: DAV "N", onde N representa o número do Documento Auxiliar de Venda;

b) gravar no registro eletrônico do DAV que originou a operação, o número do Contador de Ordem de Operação (COO), do respectivo documento fiscal.

5.2) opcionalmente dispor de função que permita mesclar as informações contidas em dois ou mais DAV para um novo DAV apenas com os itens desejados pelo cliente, não podendo ser informado mais do que um DAV por Cupom Fiscal.

6. Gerar as informações relativas ao DAV no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, quando do registro do primeiro item, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV.

7. Permitir a alteração no DAV para incluir novo item, excluir item existente ou alterar a quantidade de item existente, desde que gerado o registro tipo "D4" no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV.

8. Em relação ao DAV, é vedado:

a) a sua re-impressão, quando impresso no ECF, exceto quando impresso na mesma data;

b) qualquer tipo de alteração após a impressão do Cupom Fiscal a ele correspondente;

c) o seu cancelamento.

d) qualquer tipo de alteração após a impressão do próprio DAV quando impresso por ECF;

e) o seu registro em banco de dados, enquanto não houver pelo menos um item a ele associado.

9. O DAV emitido para habilitar Documento de Início de Viagem (DIV) em venda embarcada no transporte de passageiros, de acordo com o item 2 do Requisito LIII, deve:

a) habilitar a emissão de Cupom de Embarque;

b) habilitar a emissão de Cupom de Embarque em equipamento não-fiscal;

c) vedar o cancelamento do Cupom de Embarque após sua emissão;

d) emitir em ECF os Cupons Fiscais - Bilhete de Passagem dos respectivos Cupons de Embarque;

e) Para cada DIV emitido, gravar o registro eletrônico D2, ficando desobrigados os itens 13 a 16;

f) Para cada Cupom de Embarque emitido, gravar o registro eletrônico D3 com os seguintes dados no início do item 6 (descrição), obrigatoriamente, nesta ordem: Contador de Ordem de Operação do documento fiscal vinculado e o Número de fabricação do ECF de sua emissão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

g) Desobrigar a inclusão das alíneas "d" e "e" do item 2 deste requisito;

h) No atendimento às alíneas "a1" e "a2" do item 5.1 deste requisito, incluir o número do Contador de Cupom de Embarque após o número do DAV que contém o DIV, para cada documento fiscal emitido.

REQUISITO VII

1. O PAF-ECF deve conter uma caixa de comando ou tecla de função identificada "MENU FISCAL", sem recursos para restrição de acesso, contendo categorias com as identificações e funções previstas nos itens 2 a 22, e observando-se ainda:

1.a. se a função não for disponibilizada pelo software básico do ECF ou pelo arquivo executável fornecido pelo fabricante do ECF para a interação entre o PAF-ECF e o ECF, desde que atestado pelo próprio fabricante, deverá apresentar a mensagem "Função não suportada pelo modelo de ECF utilizado";

1.b. O MENU FISCAL poderá ser dispensado de ser apresentado quando da execução de comando de impressão de documentos, HELP ON-LINE, cadastros e login, bem como em todas que estejam na função pré-operacional para inicialização do sistema.

2. "LX", para comandar a impressão da Leitura X pelo ECF.

3. "LMF", para comandar a impressão da Leitura da Memória Fiscal pelo ECF, possibilitando a seleção do tipo de leitura (completa ou simplificada) e da abrangência das informações por período de data e por intervalo de CRZ.

4. "Arq. MF", para comandar a gravação de arquivo eletrônico no formato binário com dados extraídos da MF do ECF, no mesmo subdiretório onde está instalado o PAF-ECF, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação e assiná-lo digitalmente criando um arquivo TXT com mesmo nome contendo uma linha com o registro tipo EAD especificado no requisito XXXI. Observação: Para atender necessidades do estabelecimento usuário, o PAF-ECF poderá conter rotina destinada a comandar a conversão do arquivo binário em formato texto (TXT).

5. "Arq. MFD", para comandar a gravação de arquivo eletrônico no formato binário com dados extraídos da MFD do ECF, no mesmo subdiretório onde está instalado o PAF-ECF, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação e assiná-lo digitalmente criando um arquivo TXT com mesmo nome contendo uma linha com o registro tipo EAD especificado no requisito XXXI. Observação: Para atender necessidades do estabelecimento usuário, o PAF-ECF poderá conter rotina destinada a comandar a conversão do arquivo binário em formato texto (TXT).

5a. "Arq. AC 17/04", para gerar arquivo eletrônico da Memória de Fita Detalhe conforme estabelecido no Ato COTEPE/ICMS 17/04, de 17 de março de 2004, inclusive quanto ao padrão de nomeação, com possibilidade de seleção por período de data e por intervalo de COO, no mesmo subdiretório onde está instalado o PAF-ECF ou SG, quando este executar esta função, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação e assiná-lo digitalmente, inserindo ao final do arquivo uma linha com o registro tipo EAD especificado no requisito XXXI.

6. "Relatório de Encerrantes", para comandar a impressão do Relatório Gerencial previsto no requisito XXXV, no caso de PAF-ECF para estabelecimento revendedor varejista de combustível automotivo.

7. "Transf. Mesas", para comandar a impressão do Relatório Gerencial previsto na alínea "a" do item 6 do requisito XLVII, no caso de PAF-ECF para restaurantes, bares e estabelecimentos similares.

8. "Manifesto Fiscal de Viagem", para comandar a impressão do Relatório Gerencial previsto na alínea "a" do item 1 do requisito LIII, no caso de PAF-ECF para transporte de passageiros.

9. REVOGADO.

10. REVOGADO.

11. "Identificação do PAF-ECF", para comandar a impressão do Relatório Gerencial previsto no item 1 do requisito XXXIII.

12. "Abastecimentos Pendentes" para comandar a impressão do Relatório Gerencial previsto no subitem "d" do item 1 do requisito XXXVII, no caso de PAF-ECF para estabelecimento revendedor varejista de combustível automotivo que utilize sistema de interligação de bombas conforme definido pela Unidade Federada.

13. REVOGADO

14. "Tab. Índice Técnico Produção" para gerar arquivo eletrônico da tabela prevista no item 4 do requisito XXVII, quando for utilizada para atualização do banco de dados de estoque, devendo assiná-lo digitalmente inserindo ao final do arquivo uma linha com o registro tipo EAD especificado no requisito XXXI. No caso de PAF-ECF destinado ao uso por estabelecimentos de prestação de serviço de transporte ou que comercializem apenas mercadorias adquiridas de terceiros e não possua função de baixa de estoque utilizando índices técnicos de produção, exibir a mensagem "Este PAF-ECF não executa funções de baixa de estoque com base em índices técnicos de produção, não podendo ser utilizado por estabelecimento que necessite deste recurso".

15. Parâmetros de Configuração: para emitir Relatório Gerencial pelo ECF contendo a configuração programada no PAF-ECF em execução, do Perfil de Requisitos, a que se refere o art. 4º deste ato, adotado pela unidade federada.

16. "Identificação de TP para BP ida-e-volta": para emitir Relatório Gerencial pelo ECF contendo a identificação da sigla de UF associada a cada Totalizador Parcial de tributação do ICMS, no caso de PAF-ECF para transporte de passageiros que emita Bilhete de Passagem relativo à viagem de retorno (venda de passagem ida-e-volta) conforme item 1 do Requisito LIV.

17. "Registros do PAF-ECF": para gerar arquivo eletrônico contendo as informações previstas no leiaute estabelecido no Anexo IV, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação e assiná-lo digitalmente por meio do Registro tipo EAD especificado no requisito XXXI, com possibilidade de seleção:

a) para as informações relativas ao estoque: "ESTOQUE TOTAL" para gerar registros relativos a todas as mercadorias cadastradas na Tabela de Mercadorias e Serviços prevista no Requisito XIII e "ESTOQUE PARCIAL" para gerar registros relativos somente a uma ou mais mercadorias informadas pelo código ou pela descrição, contendo a quantidade de mercadorias em estoque atualizada até a abertura do dia, considerando abertura do dia o momento em que o primeiro documento (fiscal ou não fiscal) é impresso por um ECF no estabelecimento.

b) para as demais informações: por período de data.

18. "Mesas Abertas", para comandar a impressão do Relatório Gerencial previsto na alínea "c" do item 6 do requisito XLVII, no caso de PAF-ECF para restaurantes, bares e estabelecimentos similares.

19. "Espelho MFD", para gerar arquivo eletrônico da Memória de Fita Detalhe, no formato de "espelho" dos documentos nela contidos, com possibilidade de seleção por período de data e por intervalo de COO, no mesmo subdiretório onde está instalado o PAF-ECF ou SG, quando este executar esta função, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação e assiná-lo digitalmente, inserindo ao final do arquivo uma linha com o registro tipo EAD especificado no requisito XXXI.

20. "Envio ao FISCO-REDUÇÃO Z", para enviar ao fisco o "Arquivo com Informações da Redução Z do PAF-ECF", previsto no item 1 do Requisito LVIII.

21. "Envio ao FISCO-ESTOQUE, para enviar ao fisco o "Arquivo com Informações do Estoque Mensal do Estabelecimento", previsto no item 1 do Requisito LIX.

22. "Vendas Identificadas pelo CPF/CNPJ": para gerar arquivo eletrônico contendo as informações previstas no leiaute estabelecido no Anexo VI, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação e assiná-lo digitalmente por meio do Registro tipo EAD especificado no requisito XXXI, com possibilidade de seleção por mês e ano e também por CPF/CNPJ ou todos para os quais houve venda no mês e ano definido.

REQUISITO VIII

1. O PAF-ECF deve disponibilizar comandos para emissão de todos os documentos nas opções existentes no Software Básico do ECF e comandos para impressão no Cupom Fiscal dos seguintes dados:

2. CPF ou CNPJ, devidamente consistido, nome e endereço do consumidor;

3. identificação dos meios de pagamento utilizados pelo consumidor e respectivo valor, observado o disposto na alínea "c" do item 3 do requisito XXIII;

4. valor de troco, quando houver, observado o disposto na alínea "e" do item 2 do requisito XXIII.

REQUISITO IX

1. O PAF-ECF deve comandar a impressão no Cupom Fiscal de código composto por informações relativas ao respectivo Cupom Fiscal, observando-se que:

2 - REVOGADO

2a. REVOGADO

2b - REVOGADO

2c. Para o PAF-ECF utilizado por estabelecimento situado no Estado da Paraíba, o código deve ser precedido da expressão "PARAÍBA LEGAL - RECEITA CIDADÃ", em caixa alta, na primeira linha e, na segunda linha, "TORPEDO PREMIADO:", em caixa alta e deve obedecer ao formato 999999999espaçoddmmaaaaespaço888888espaço777777777, onde:

"999999999" representa o número da Inscrição Estadual - IE do contribuinte usuário do ECF, impresso no cabeçalho do Cupom Fiscal;

"ddmmaaaa" representa a data de emissão do Cupom Fiscal impressa em seu cabeçalho;

"888888" representa o número do Cupom Fiscal (Número do Contador de Ordem de Operação - COO) com zeros (0) à esquerda;

"777777777" representa o valor total do respectivo Cupom Fiscal, sem zeros (0) à esquerda;

Exemplo:

Dados do Cupom Fiscal: IE: 161444539 Data: 19/06/2013 COO: 127564 Valor Total: R$ 125,45

Formação do código:

PARAÍBA LEGAL - RECEITA CIDADÃ

TORPEDO PREMIADO:

161444539 19062013 127564 12545

3. O código deve ser impresso na primeira linha disponível do campo "mensagens promocionais" ou do campo "informações suplementares", conforme o modelo de ECF, após a impressão das demais informações previstas nesta especificação.

REQUISITO X - REVOGADO

REQUISITO XI

1. O PAF-ECF deve, a cada inicialização:

a) gerar, por meio do algoritmo Message Digest-5 (MD-5), código de autenticação para cada arquivo executável que realize os requisitos estabelecidos nesta especificação;

b) gerar um arquivo texto, conforme o leiaute estabelecido no Anexo III, contendo a lista de arquivos autenticados, e seus respectivos códigos MD-5;

c) gerar, por meio do algoritmo Message Digest-5 (MD-5), código de autenticação do arquivo TXT a que se refere a alínea "b" e gravar o resultado no arquivo auxiliar criptografado e inacessível ao estabelecimento usuário de que trata o item 4 do Requisito XXIV, sobrepondo à gravação anteriormente realizada, devendo este código ser impresso no Cupom Fiscal, no campo:

c1) "informações complementares", no caso de ECF que disponibilize este campo, devendo utilizar este campo para esta informação e iniciando a impressão na primeira coluna, disponibilizada pelo software básico do ECF, da primeira linha, precedido pela expressão "MD-5:"

c2) "mensagens promocionais", no caso de ECF que não disponibilize o campo "informações complementares", devendo utilizar a primeira linha para esta informação e iniciando a impressão na primeira coluna disponibilizada pelo software básico do ECF, precedido pela expressão "MD-5:"

REQUISITO XII

1. O PAF-ECF deve comandar automaticamente a emissão pelo ECF da Leitura da Memória Fiscal, contendo os dados relativos ao mês imediatamente anterior, quando da emissão da primeira Redução Z de cada mês, exceto no caso de ECF cujo software básico execute esta função.

2. O PAF-ECF deve, quando da emissão da primeira Redução Z de cada mês, comandar automaticamente a gravação de arquivo eletrônico no formato binário com dados extraídos do dispositivo de Memória Fiscal do ECF, relativo ao mês imediatamente anterior.

3. O PAF-ECF deve, quando da emissão da primeira Redução Z de cada mês, comandar automaticamente a gravação de arquivo eletrônico no formato binário com dados extraídos do dispositivo de Memória de Fita Detalhe do ECF, relativo ao mês imediatamente anterior.

4. Os arquivos eletrônicos a que se refere os itens 2 e 3 devem ser gravados no mesmo subdiretório onde está instalado o PAF-ECF com nome "xxxxxx_aaaammdd_hhmmss.MMM", onde "xxxxxx" representa o número de fabricação do ECF, "aaaammdd" representa a data de geração do arquivo, "hhmmss" representa o horário de geração do arquivo e MMM, representa o tipo de arquivo, devendo o PAF-ECF assiná-los digitalmente criando um arquivo TXT com mesmo nome contendo uma linha com o registro tipo EAD especificado no requisito XXXI.

5. Em relação aos itens 2 e 3 deste requisito, sempre que a função não for disponibilizada pelo software básico do ECF, o PAF-ECF deve gerar um arquivo de log, contendo uma linha com o número de fabricação do ECF e versão do software básico deste e outra linha contendo a assinatura digital do PAF-ECF com o registro tipo EAD especificado no requisito XXXI.

REQUISITO XIII

1. O PAF-ECF deve utilizar Tabela de Mercadorias e Serviços que contenha os seguintes campos, admitindo-se a utilização de mais de uma tabela, desde que haja recurso para selecionar a tabela a ser utilizada:

2. O código da mercadoria ou serviço, devendo o campo suportar o código GTIN (Número Global de Item Comercial - Global Trade Item Number), com 14 caracteres;

3. O Código Especificador da Substituição Tributária - CEST, com 07 caracteres;

4. A Nomenclatura Comum do Mercosul / Sistema Harmonizado - NCM/SH, com 08 caracteres;

5. A descrição da mercadoria ou serviço;

6. A unidade de medida;

7. O valor unitário que deverá ser único para cada mercadoria ou serviço;

8. A situação tributária correspondente à mercadoria ou serviço;

9. O Indicador de Arredondamento ou Truncamento (IAT) correspondente à mercadoria ou serviço, devendo ser utilizado o indicador "A" para arredondamento ou "T" para truncamento;

10. O Indicador de Produção Própria ou de Terceiro (IPPT) correspondente à mercadoria, devendo ser utilizado o indicador "P" para mercadoria manufaturada pelo próprio contribuinte usuário, ou "T" para mercadoria manufaturada por terceiros.

REQUISITO XIV

1. O PAF-ECF deve disponibilizar tela para registro e emissão de Comprovante Não Fiscal relativo às operações de retirada e de suprimento de caixa.

REQUISITO XV

1. O PAF-ECF deve enviar ao ECF comando de impressão de Comprovante Não Fiscal em todas as operações não fiscais que possam ser registradas pelo programa.

REQUISITO XVI

1. Nas operações em que o pagamento ocorra com meio de pagamento vinculado à emissão do respectivo comprovante de crédito ou de débito, o PAF-ECF deve:

2. Enviar ao ECF comando de impressão de Comprovante de Crédito ou Débito (CCD), tratando-se de ECF que emita este documento;

3. Enviar ao ECF comando de impressão de Comprovante Não Fiscal Vinculado (CNFV), tratando-se de ECF que não emita CCD;

4. Observar que:

a) o valor a ser informado à empresa administradora de cartão de crédito ou débito deve ser o mesmo valor registrado para o respectivo meio de pagamento no Cupom Fiscal;

a1) quando utilizado exclusivamente por estabelecimento enquadrado como minimercado, mercado, supermercado, situado no Estado de Santa Catarina e cuja atividade seja o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, admite-se, mediante parametrização, inacessível ao usuário, que o valor a ser informado à empresa administradora de cartão de crédito ou débito seja superior em até R$ 10,00 (dez) reais, hipótese em que o PAF-ECF deverá gerar as informações referentes ao totalizador de troco sempre que o meio de pagamento for exclusivamente cartão de crédito ou débito e a administradora esteja informada e identificada por seu CNPJ, no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV.

a.2) em caso de doação de troco para entidade sem fins lucrativos, admite-se, mediante parametrização inacessível ao usuário, que o valor a ser informado à empresa administradora de cartão de crédito ou débito seja superior, em até R$ 10,00 (dez) reais, à operação realizada na venda de mercadorias ou na prestação de serviços,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

hipótese em que o PAF-ECF deverá gerar as informações referentes ao totalizador de troco, sempre que o meio de pagamento for exclusivamente cartão de crédito ou débito e a administradora esteja informada, e identificada, por seu CNPJ, no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV.

a.2.1) para cada doação deverá ser impresso um relatório gerencial com o título "COMPROVANTE DE DOAÇÃO", contendo as informações de valor a ser doado, CNPJ e razão social da entidade beneficiária, desde que estas informações não estejam impressas no Cupom Fiscal, no campo Informações Suplementares, condição em que devam ser priorizadas as demais informações previstas neste Ato para impressão neste campo.

b) não poderá ser emitido Comprovante de Crédito ou Débito em quantidade superior ao número de parcelas informado à empresa administradora de cartão de crédito ou débito, quando for necessária a impressão de um comprovante de pagamento para cada parcela autorizada pela empresa administradora;

c) o Comprovante de Crédito ou Débito deve ser emitido exclusivamente para comprovação de pagamento efetuado com cartão de crédito ou de débito, sendo vedada sua utilização para outras finalidades.

REQUISITO XVII

1. O PAF-ECF deve utilizar como data e hora da movimentação para registro no banco de dados, a mesma data e hora impressa no cabeçalho do documento respectivo emitido pelo ECF, admitindo-se somente uma tolerância em minutos entre os registros, limitada a uma hora.

REQUISITO XVIII

1. Quando a operação não puder ser realizada, o PAF-ECF deve exibir na tela mensagem de erro retornada pelo software básico do ECF, efetuando o devido tratamento da informação e impedindo o registro.

REQUISITO XIX

1. O PAF-ECF deve impedir o seu próprio uso sempre que o ECF estiver sem condições de emitir documento fiscal e, observado o disposto no requisito XXVIII, disponibilizar a execução das seguintes funções:

a) de consultas, facultativamente.

b) de emissão de documento fiscal por Processamento Eletrônico de Dados - PED, e o consequente registro das informações necessárias à geração do arquivo eletrônico de que trata o item 17 do requisito VII, referentes aos documentos fiscais emitidos, facultativamente.

c) REVOGADO.

d) para registro e controle de consumo previsto no requisito XLVII, facultativamente.

e) de geração do arquivo previsto no item 14 do requisito VII que não dependem do funcionamento do ECF interligado fisicamente ao computador onde esteja instalado o PAF-ECF, obrigatoriamente.

f) de geração do arquivo previsto no item 17 do requisito VII que não depende do funcionamento do ECF interligado fisicamente ao computador onde esteja instalado o PAF-ECF, obrigatoriamente.

g) de geração de arquivos eletrônicos e leituras de dados gravados nas memórias internas do ECF, quando o equipamento assim permitir, obrigatoriamente.

h) de emissão, transmissão e armazenamento de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o consequente registro das informações necessárias à geração do arquivo eletrônico de que trata o item 17 do requisito VII, referentes aos documentos fiscais emitidos.

REQUISITO XX

1. Na hipótese de disponibilizar tela para consulta de preço, o PAF-ECF deve indicar o valor por item ou por lista de itens, sendo o valor unitário capturado da Tabela de Mercadorias e Serviços de que trata o requisito XIII, vedado qualquer tipo de registro em banco de dados e admitindo-se:

a) a totalização dos valores da lista de itens;

b) a transformação das informações digitadas em registro de pré-venda, conforme previsto no item 2 do requisito IV; ou

c) a utilização das informações digitadas para emissão de Documento Auxiliar de Vendas, conforme previsto nos itens 3 e 4 do requisito IV.

REQUISITO XXI

1. O PAF-ECF não pode possuir funções nem realizar operações que viabilizem a impressão de documento fiscal contendo informações divergentes das constantes na Tabela de Mercadorias e Serviços de que trata o requisito XIII.

REQUISITO XXII

1. O PAF-ECF deve gerar registros contendo os dados da Tabela de Mercadorias e Serviços de que trata o requisito XIII no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, devendo ser gerado um registro para cada mercadoria ou serviço cadastrado em cada tabela utilizada, no caso de utilização de mais de uma tabela.

REQUISITO XXIII

1. No registro de venda, o PAF-ECF deve:

2. Recusar valor negativo nos campos:

a) desconto sobre o valor do item;

b) desconto sobre o valor total do documento fiscal;

c) acréscimo sobre o valor do item;

d) acréscimo sobre o valor total do documento fiscal;

e) troco;

3. Recusar valor negativo ou nulo nos campos:

a) valor unitário da mercadoria ou do serviço;

b) quantidade da mercadoria ou do serviço;

c) meios de pagamento;

4. Recusar inexistência de informação nos campos:

a) código da mercadoria ou do serviço;

b) descrição da mercadoria ou do serviço;

c) unidade de medida da mercadoria ou do serviço.

5. Utilizar como parâmetros de entrada para o registro de item, somente o código ou a descrição da mercadoria ou do serviço, e a quantidade comercializada, admitindo-se o valor total do item, no caso de venda de combustível automotivo ou de produto vendido a peso, devendo ainda:

a) capturar os demais elementos da Tabela de Mercadorias e Serviços de que trata o requisito XIII;

b) calcular a quantidade comercializada, quando for utilizado o valor total do item como parâmetro de entrada;

c) capturar o valor calculado pelo software básico do ECF correspondente ao valor total do item, quando for utilizada a quantidade comercializada como parâmetro de entrada;

d) capturar o valor total do Cupom Fiscal calculado pelo software básico do ECF;

6. Exibir na tela de venda, no mínimo os seguintes dados, que devem coincidir com aqueles enviados ao software básico do ECF ou por ele calculados e impressos no Cupom Fiscal:

a) o código da mercadoria ou serviço;

b) descrição da mercadoria ou produto de cada item;

c) a quantidade comercializada de cada item;

d) a unidade de medida de cada item;

e) o valor unitário de cada item, exceto se a quantidade comercializada for unitária;

f) o valor total de cada item;

g) o valor total do Cupom Fiscal;

7. Impedir acesso pelo usuário aos campos relativos ao:

a) valor total do item, exceto no caso de venda de combustível automotivo ou de produto vendido a peso;

b) valor total do Cupom Fiscal.

8. Na hipótese de possibilitar, na tela onde serão registrados dados de venda, de pré-venda ou do DAV, acesso pelo usuário ao campo valor unitário da mercadoria ou produto e sendo alterado o valor unitário capturado da tabela de que trata o requisito XIII, registrar a diferença como desconto ou acréscimo, conforme o caso, enviando ao software básico do ECF o comando por ele exigido para a impressão do desconto ou do acréscimo no Cupom Fiscal.

REQUISITO XXIV

1. O PAF-ECF deve garantir que será utilizado com ECF cujo pedido de autorização de uso tenha cumprido a legislação da unidade da federação de jurisdição do usuário do equipamento, adotando, no mínimo, as seguintes rotinas:

2. Não possuir menus de configuração que possibilitem a desativação do ECF;

3. Não possuir tela que possibilite configurar o ECF a ser utilizado, exceto quanto à porta de comunicação serial;

4. Ao ser inicializado, ao viabilizar o acesso à tela de registro de venda e ao enviar ao ECF comando para abertura de documento fiscal, comparar o número de fabricação do ECF conectado neste momento com os números de fabricação dos ECFs autorizados para uso fiscal no estabelecimento, cadastrados em arquivo auxiliar criptografado, que somente poderá ser acessível ao estabelecimento usuário no caso de PAF-ECF exclusivo-próprio, observando-se que o cadastro de ECFs autorizados no arquivo auxiliar deve ser realizado exclusivamente pela empresa desenvolvedora do PAF;

5. Ao ser inicializado, ao viabilizar o acesso à tela de registro de venda e ao enviar ao ECF comando para abertura de documento fiscal, comparar o valor acumulado no Totalizador Geral (GT) do ECF conectado neste momento com o valor correspondente armazenado em arquivo auxiliar criptografado, que somente poderá ser acessível ao estabelecimento usuário no caso de PAF-ECF exclusivo-próprio, observando-se que:

a) o registro inicial do valor correspondente ao Totalizador Geral no arquivo auxiliar criptografado deve ser realizado exclusivamente pela empresa desenvolvedora do PAF-ECF;

b) em cada emissão de documento fiscal o PAF-ECF deve atualizar o valor armazenado no arquivo auxiliar, correspondente ao Totalizador Geral do ECF respectivo.

6. Caso não haja coincidência na comparação descrita no item 4 deste requisito e não havendo perda de dados gravados no arquivo auxiliar criptografado, impedir o seu próprio funcionamento, exceto para as funções descritas no item 1 do Requisito XIX.

7. Caso não haja coincidência na comparação descrita no item 5 deste requisito e não havendo perda de dados gravados no arquivo auxiliar criptografado, impedir o seu próprio funcionamento, exceto:

a) para as funções previstas no item 6 deste requisito;

b) se tiver ocorrido incremento do CRO, hipótese em que deverá recompor o valor do Totalizador Geral no arquivo auxiliar criptografado a partir do valor correspondente gravado no ECF.

8. Caso não haja coincidência nas comparações descritas nos itens 4 ou 5 deste requisito e havendo perda, por motivo acidental, de dados gravados no arquivo auxiliar criptografado:

a) comparar os números do CRZ e do CRO e o valor da Venda Bruta Diária, referentes à última Redução Z gravada na Memória Fiscal com os números e valor correspondentes no banco de dados a que se refere o item 2 do requisito XXVI (campos 06, 08 e 12 do Registro tipo R02 constante no Anexo IV) e:

a1) se os números e valor forem iguais, recompor os dados no arquivo auxiliar (número de série de fabricação do ECF conectado e valor do Totalizador Geral atual do ECF conectado).

a2) se os números ou valor forem diferentes, impedir o seu próprio funcionamento, permitindo-se o funcionamento para as funções descritas no item 1 do Requisito XIX.

REQUISITO XXV

1. O PAF deve adotar, no mínimo, um dos procedimentos a seguir descritos ao ser reiniciado, na hipótese de interrupção ou impedimento de uso durante a emissão do Cupom Fiscal:

a) recuperar na tela de registro de venda os dados contidos no Cupom Fiscal em emissão no ECF e comandar o prosseguimento de sua impressão, mantendo o sincronismo entre os dispositivos;

b) cancelar automaticamente o Cupom Fiscal em emissão no ECF;

c) acusar a existência de Cupom Fiscal em emissão no ECF, impedindo o prosseguimento da operação e a abertura de novo documento, devendo disponibilizar como única opção de operação possível o cancelamento do Cupom Fiscal em emissão.

REQUISITO XXVI

1. O PAF-ECF deve gerar registros no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, contendo os dados relativos aos documentos emitidos pelo ECF que devem ser buscados em banco de dados e ser coincidentes com os dados enviados por ele ao software básico do ECF, observando os seguintes procedimentos:

2. Ao comandar a emissão do documento Redução Z, capturar do ECF os dados nela impressos necessários para a geração dos registros e armazená-los em banco de dados;

3. Ao comandar a emissão dos documentos Cupom Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Bilhete de Passagem:

a) capturar do ECF os dados nele impressos necessários para a geração dos registros e armazená-los em banco de dados;

b) armazenar em banco de dados os dados enviados ao software básico do ECF com o comando de emissão, necessários para a geração dos registros;

4. Ao comandar a emissão dos documentos Conferência de Mesa, Comprovante de Crédito ou Débito, Comprovante Não-Fiscal, Comprovante Não-Fiscal Cancelamento ou Relatório Gerencial:

a) capturar do ECF os dados nele impressos necessários para a geração dos registros e armazená-los em banco de dados;

b) armazenar em banco de dados os dados enviados ao software básico do ECF com o comando de emissão, necessários para a geração dos registros;

5. Os registros previstos neste requisito devem ser gerados também automática e imediatamente após a emissão do documento Redução Z, contendo dados relativos ao movimento do dia a que se refere o documento Redução Z emitido, devendo ser criado e mantido um arquivo para cada dia de movimento de cada ECF.

6. O arquivo a que se refere o item 5 deverá ser denominado no formato CCCCCCNNNNNNNNNNNNNNDDMMAAAA.txt, sendo:

a) "CCCCCC" o Código Nacional de Identificação de ECF relativo ao ECF a que se refere o movimento informado;

b) "NNNNNNNNNNNNNN" os 14 (quatorze) últimos dígitos do número de fabricação do ECF;

c) "DDMMAAAA" a data (dia/mês/ano) do movimento informado no arquivo.

7. Os registros P2 e E2 somente deverão constar do arquivo a que se refere o item 5, quando gerado em função da Redução Z do primeiro ECF que tiver seu movimento encerrado no dia.

REQUISITO XXVII

1. O PAF-ECF ou SG deve atualizar o banco de dados de estoque:

2. Até o momento em que o primeiro documento (fiscal ou não fiscal) é impresso por um ECF no estabelecimento, exceto no caso do item 2 do Requisito XXXIX.

3. Quando do retorno da condição normal de comunicação, na hipótese da rede de comunicação estar inacessível quando da atualização do estoque a que se refere o item 2 deste requisito.

4. Utilizando, quando necessário, tabela para a inserção de índices técnicos de produção a serem inseridos pelo usuário do programa para possibilitar a baixa correspondente nos estoques, que será acessada para atualização e consulta por meio de menu da tela de operação do usuário.

5. Em substituição à tabela prevista no item 4 deste requisito, serão aplicados os procedimentos definidos nos itens 9 ou 10 do Requisito XLVIII, conforme o caso, tratando-se de PAF-ECF desenvolvido para uso em estabelecimentos que comercializem produtos que não admitam vinculação aos seus insumos, nem mesmo a partir de índices técnicos de produção. Exemplo: alimentação a quilo ou em sistema de rodízio, açougues, etc.

6. Os itens 1 a 5 deste requisito não se aplicam a PAF-ECF desenvolvido para uso exclusivo em restaurantes, bares e estabelecimentos similares.

7. Os itens 1 a 5 deste requisito não se aplicam a PAF-ECF desenvolvido para uso exclusivo em empresas de transporte de passageiros, em posto de pedágio e em prestador de serviços de cinema, espetáculos ou similares.

REQUISITO XXVIII

1. O PAF-ECF e o SG devem garantir condições para que haja fidedignidade entre os dados constantes do arquivo eletrônico de que trata o item 17 do requisito VII e os documentos fiscais emitidos, sempre que o registro por ele realizado repercuta no controle de estoque ou no controle financeiro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Para cumprir as condições estabelecidas no item 1, o PAF-ECF deve ser capaz de emitir, transmitir e armazenar, nos termos de Ajuste SINIEF:

a) Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55.

b) Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), modelo 65.

3. Nos documentos fiscais de que trata o item 2 acima, deve ser impresso, em qualquer parte do campo dados adicionais:

a) o código previsto no requisito XI, 1, "c", precedido pela expressão "MD-5:", e

b) o código de identificação da pré-venda (PV), do documento auxiliar de venda (DAV), do registro de lançamento de mesa ou da conta de cliente, observando os formatos definidos, respectivamente, nos requisitos V, VI, XLVII e XLVIII, tratando-se de venda praticada a partir de qualquer um destes controles previamente exercidos através do PAF-ECF.

3.a. Relativamente à Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), modelo 65, o PAF-ECF e o SG deverão ainda observar que:

a) Esse modelo de documento, ao ser praticado para o controle de autosserviço, faça uso da pré-venda (PV) prevista no requisito V, atendendo à concomitância de que trata o item 1 do Requisito IV;

b) REVOGADO

c) Em caso de contingência quando da sua emissão, o seu controle será praticado pelo PAF-ECF.

4. O arquivo gerado por meio do comando previsto no item 17 do Requisito VII deve conter todos os registros efetuados até o momento da execução do comando de sua geração, referentes às operações de saída e as prestações praticadas, inclusive aquelas registradas a partir de documento fiscal emitido manualmente, conforme itens 7, 8 e 9 deste requisito, conforme atributo definido no Perfil de Requisitos, a que se refere o art. 4º deste ato, adotado pela unidade federada.

5. REVOGADO.

6. O arquivo gerado por meio do comando previsto no item 17 do Requisito VII deverá ser gravado no mesmo subdiretório onde está instalado o PAF-ECF ou SG, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação.

7. Para cumprir as condições estabelecidas no item 1, o registro de qualquer documento fiscal não emitido no ECF, deve ocorrer em tela diversa da que registra os dados para a emissão do Cupom Fiscal, podendo estar protegida por senha, de modo que a referida tela somente estará disponível ao usuário quando o ECF retornar à sua condição de funcionamento normal, devendo ainda:

a) ser realizado um registro para cada documento fiscal emitido.

b) a função para registro dos documentos emitidos manualmente estar disponível para execução apenas no período entre a emissão da Redução Z e a emissão do primeiro cupom fiscal do movimento do dia seguinte, do ECF interligado fisicamente ao computador onde se encontre instalado o PAF-ECF, exceto no caso de PAF-ECF para uso em posto de combustível ou para transporte de passageiros.

8. Para cumprir as condições estabelecidas no item 1 e em substituição à funcionalidade prevista no item 7, o registro de Notas Fiscais emitidas manualmente deve ocorrer na mesma tela de venda utilizada para emissão de Cupom Fiscal e sujeita às rotinas estabelecidas no Requisito XXIV, de modo que a referida tela somente estará disponível ao usuário quando o ECF retornar à sua condição de funcionamento normal, devendo ainda o PAF-ECF, concomitantemente à gravação do registro da Nota Fiscal no banco de dados, enviar automaticamente ao ECF o comando de emissão de um Cupom Fiscal referente àquela Nota Fiscal emitida manualmente e imprimir o número da Nota Fiscal emitida, precedido da sigla "NF:", na primeira linha disponível do campo "mensagens promocionais" ou do campo "informações suplementares", conforme o modelo de ECF, após a impressão das demais informações previstas nesta especificação.

9. Em substituição às funcionalidades previstas nos itens 7 e 8, o registro dos documentos fiscais emitidos em contingência pelos estabelecimentos revendedores varejistas de combustível automotivo deverá ser realizado de forma concomitante à geração e emissão dos documentos fiscais emitidos pelo PAF-ECF e imediatamente após à emissão do documento fiscal e antes do reinício das operações do bico que restabelecer a comunicação, quando emitido manualmente.

REQUISITO XXIX

1. O PAF-ECF deve acumular e gravar em banco de dados o valor relativo ao total diário de cada meio de pagamento, por tipo de documento a que se refere o pagamento, que deverá ser mantido pelo prazo decadencial e prescricional, estabelecido no Código Tributário Nacional.

REQUISITO XXX

1. O PAF-ECF deve gerar registros, contendo os dados relativos aos valores acumulados e gravados no banco de dados a que se refere o requisito XXIX, no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, devendo as informações se referir aos documentos emitidos por todos os equipamentos ECF do estabelecimento usuário, podendo se limitar ao movimento do dia imediatamente anterior ao da geração do arquivo eletrônico.

REQUISITO XXXI

1. O PAF-ECF deve assinar digitalmente os arquivos previstos nos itens 4, 5, 14, 17 e 19 do requisito VII e os previstos nos requisitos LVIII e LIX, gerando o registro tipo EAD conforme leiaute abaixo especificado:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo do registro	"EAD"	03	01	03	X
02	Assinatura Digital	Assinatura do Hash	256	04	259	X

2. O campo 02 do registro tipo EAD (Assinatura Digital) deve ser gerado mediante os seguintes procedimentos:

a) aplicar a função unidirecional MD5 uma única vez na porção do arquivo que compreende entre o seu primeiro byte e os bytes de quebra de linha imediatamente anteriores ao registro EAD, ficando excluído do cálculo do hash o registro EAD. O resultado será um código de 128 bits ou 16 bytes que devem ser inseridos no bloco de dados de 128 bytes que será assinado de acordo com a tabela abaixo, onde:

a1) a letra "A" indica o tamanho do hash e deve ser preenchido com valor fixo 16 (em hexadecimal 0x10);

a2) a letra "B" indica o local de preenchimento do hash, sendo que à esquerda fica o byte mais significativo e à direita o menos significativo;

a3) a letra "C" indica os bytes restantes não usados, de preenchimento livre.

Bloco de dados de 128 bytes que deve ser assinado:

A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	CC
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	CC
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	CC
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	CC

b) criar uma chave privada de 1024 bits, equivalente a um número hexadecimal de 256 dígitos, de conhecimento exclusivo da empresa desenvolvedora do PAF-ECF, devendo ser utilizada a mesma chave para todos os PAF-ECF desenvolvidos pela mesma empresa.

c) criptografar o bloco de dados gerado conforme disposto na alínea "a", utilizando a chave a que se refere a alínea "b" pelo algoritmo RSA de chave pública, sem utilizar nenhuma codificação dos dados além da criptografia RSA, de maneira que o bloco de dados seja recuperado no momento da decriptografia exatamente igual ao detalhado na tabela acima.

d) com o resultado do procedimento descrito na alínea "c" será obtido um número hexadecimal com até 256 dígitos que deverá ser informado no campo 02 do Registro tipo EAD.

3. A alteração de registros no banco de dados utilizado para gerar o arquivo eletrônico previsto no item 17 do requisito VII não poderá invalidar todo o arquivo, mas somente os registros que tiveram seus bytes alterados.

4. A alteração de registro no banco de dados para geração do arquivo eletrônico assinado digitalmente, previsto no item 17 do Requisito VII, com leiaute estabelecido no Anexo IV, deverá ser evidenciada, apenas nos registros alterados, mediante a substituição de brancos pelo caractere "?" no campo:

a) "Modelo do ECF" no caso de alteração em registros tipo E3, D2, M2, L2, G2, H2, R01, R02, R03, R04, R05, R06 ou R07.

b) "Descrição" no caso de alteração em registros tipo D3 ou D4.

c) "Unidade" no caso de alteração em registros tipo E2 ou P2.

d) "Tipo de documento" no caso de alteração em registros tipo J1, J2 e T2.

e) "Combustível" no caso de alteração em registros tipo C2.

f) "Descrição da Linha" no caso de alteração em registros tipo F2.

g) "Número do Usuário", no caso de alteração em registros tipo F3.

h) "Código do Tipo de Serviço", no caso de alteração em registros tipo F4.

i) "ECF Utilizado", no caso de alteração em registros tipo T2.

j) "Motivo da Substituição", no caso de alteração em registros tipo B2.

k) "Meio de Pagamento", no caso de alteração em registros tipo A2.

l) "Número da Mesa" no caso de alteração em registros tipo S2 ou S3.

5. A exclusão/inclusão de dados no banco de dados utilizado para gerar o arquivo eletrônico previsto no item 17 do Requisito VII, deverá ser evidenciada mediante a substituição de brancos pelo caractere "?" no campo "Razão Social" do registro tipo U1 constante no Anexo IV.

REQUISITO XXXII

1. O PAF-ECF não deve possibilitar a emissão de Relatório Gerencial que contenha registro de itens que se assemelhe ao impresso em Cupom Fiscal, exceto para:

a) DAV emitido nos termos do item 4 do Requisito IV e utilizado para orçamento ou pedido, desde que observados o Requisito VI;

b) Transferências entre Mesas; emitido nos termos da alínea "a" do item 6 do Requisito XLVII;

c) Conferência de Mesa, emitido nos termos da alínea "b" do item 6 do Requisito XLVII;

d) pedido emitido nos termos do Requisito XLIX, quando impresso por ECF em Relatório Gerencial;

e) Controle de Encerrantes emitido nos termos do Requisito XXXV;

f) Abastecimentos Pendentes, emitido nos termos da alínea "d" do item 1 do Requisito XXXV;

g) Manifesto Fiscal de Viagem, emitido nos termos da alínea "a" do item 1 do Requisito XLII;

h) Cupom de Embarque, emitido nos termos do da alínea "c" do item 1 do Requisito XLII;

i) Cupom de Embarque Gratuidade, emitido nos termos do da alínea "e" do item 1 do Requisito LIII.

REQUISITO XXXIII

1. O PAF-ECF deve disponibilizar função que permita a impressão, pelo ECF, de Relatório Gerencial, denominado "IDENTIFICAÇÃO DO PAF-ECF", contendo as seguintes informações:

a) Nº do Laudo, que deverá ser extraído do Laudo de Análise Funcional do PAF-ECF, este por sua vez, deve ser mantido sem a expressão "Rn" em caso de correção do laudo;

b) Identificação da empresa desenvolvedora, contendo:

b1) CNPJ;

b2) Razão Social;

b3) Endereço;

b4) Telefone;

b5) Contato;

c) Identificação do PAF-ECF, contendo:

c1) Nome comercial, que deverá ser extraído do Laudo de Análise Funcional do PAF-ECF:

c2) Versão do PAF-ECF, que deverá ser a que está instalada no contribuinte e emitiu este Relatório Gerencial;

c3) Nome do principal arquivo executável, que deverá ser o instalado no PAF-ECF que emitiu este Relatório Gerencial, e seu respectivo código MD-5;

c4) Nome dos demais arquivos que executam funções a que se refere a alínea "a" do item 1 do Requisito XI e os respectivos códigos MD-5;

c5) Nome do arquivo texto que contém a lista de arquivos autenticados, a que se refere a alínea "b" do item 1 do Requisito XI e o seu respectivo código MD-5 gravado no arquivo auxiliar criptografado conforme a alínea "c" do item 1 do Requisito XI;

c6) Versão da ER PAF-ECF (Especificação de Requisitos) atendida pela Versão do PAF-ECF a que se refere a alínea c2;

c7) Data de emissão do Laudo de Análise Funcional do PAF-ECF pelo Órgão Técnico Credenciado;

d) Relação contendo número de fabricação dos ECF autorizados para funcionar com este PAF-ECF, cadastrados no arquivo auxiliar de que trata o item 4 do requisito XXIV, podendo, no caso de PAF-ECF destinado exclusivamente ao transporte de passageiros, a relação ser informada por meio do arquivo eletrônico de que trata o Anexo V, que será gerado de forma automática quando da emissão do Relatório Gerencial especificado no item 1 deste Requisito e gravado no mesmo subdiretório onde está instalado o PAF-ECF, informando, em tela, o caminho completo do local da gravação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) O arquivo gerado por meio do comando previsto neste Requisito deverá ser denominado Relação de ECFs, acrescido da data, hora, minuto e segundo correspondentes à geração do arquivo, resultando assim no formato RelaçãodeECFsDDMMAAAAhhmmss.txt, onde:

e1) DDMMAAAA representa o dia, mês e ano da geração do arquivo; e

e2) hhmmss representa a hora, minuto e segundo da geração do arquivo.

BLOCO II

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA ESTABELECIMENTO REVENDEDOR VAREJISTA DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO

Observação: Os requisitos a seguir (XXXIV a XLV) aplicam-se apenas no caso de PAF-ECF para uso por estabelecimento revendedor varejista de combustível automotivo que utilize sistema de interligação de bombas conforme definido pela unidade federada.

REQUISITO XXXIV

1. Para atender ao Requisito XXXV, o PAF-ECF deve acumular, por dia de movimento a que se refere cada Redução Z emitida, o volume de cada tipo de combustível registrado em Cupom Fiscal ou Nota Fiscal e manter banco de dados destas informações.

2. Para atender às alíneas "d" e "e" do item 1 do Requisito XXXVII e ao Requisito XXXVIII, o PAF-ECF deve gravar e manter em banco de dados as informações relativas a cada abastecimento capturado da bomba conforme alínea "a" do item 1 do Requisito XXXV, admitindo-se, no caso de impossibilidade técnica de leitura do valor do encerrante inicial, o cálculo de seu valor pelo PAF-ECF mediante a apuração da diferença entre o valor do encerrante final e o volume abastecido, desde que estes tenham sido corretamente capturados da bomba.

3. Para atender aos requisitos que exigem a impressão da "Referência ao Sistema de Abastecimento de Combustíveis", em Cupom Fiscal ou em Relatório Gerencial, O PAF-ECF deverá fazê-la em uma única linha e com a seguinte estrutura:

a) o número do bico de abastecimento impresso em 2 (dois) dígitos, precedido da expressão "B". Exemplo: B02;

b) o valor do encerrante capturado da bomba ao iniciar o abastecimento, impresso em 10 (dez) dígitos, incluídas as 3 (três) casas decimais, sem separador de milhar, preenchendo-se com 0 (zeros) os caracteres não significativos à esquerda, precedido da expressão "EI". Exemplo: EI0008188,752;

c) o valor do encerrante capturado da bomba ao finalizar o abastecimento, impresso em 10 (dez) dígitos, incluídas as 3 (três) casas decimais, sem separador de milhar, preenchendo-se com 0 (zeros) os caracteres não significativos à esquerda, precedido da expressão "EF". Exemplo: EF00020328,797;

d) o valor do volume do combustível comercializado, precedido da expressão "V". Exemplo: V12140,045.

Com os dados dos exemplos das alíneas "a", "b", "c" e "d", a Referência ao Sistema de Abastecimento de Combustíveis será: B02 EI0008188,752 EF00020328,797 V12140,045

Deve ser observado que as informações das alíneas "a", "b", "c" e "d" devem necessariamente ser separadas por um espaço.

REQUISITO XXXV

1. O PAF-ECF deve conter função que permita emitir, pelo ECF, Relatório Gerencial denominado "CONTROLE DE ENCERRANTES", que deverá ser gerado nos seguintes modos:

a) por meio do comando definido no item 6 do Requisito VII (Menu Fiscal);

b) automática e imediatamente antes ou imediatamente após a emissão da Redução Z, conforme o comando tenha sido realizado até ou após às 02:00h do dia seguinte ao movimento;

c) automática e imediatamente após a emissão do documento Leitura X, exceto quando a Leitura X for emitida quando a Redução Z estiver pendente.

2. O Relatório deverá conter:

a) no caso das alíneas "a" e "c" do item 1 deste requisito, o resumo da variação dos encerrantes volumétricos e saídas de combustíveis de todos os bicos de abastecimentos existentes no estabelecimento, ocorridas no período compreendido entre a última emissão da Redução Z e a emissão do Relatório "CONTROLE DE ENCERRANTES", repetindo a informação dos bicos de abastecimento quando por qualquer razão ocorreu a quebra ou descontinuidade do valor do encerrante, ordenado por bico de abastecimento, da seguinte forma:

a1) o título "CONTROLE DE ENCERRANTES"; impresso a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta;

a2) a expressão "#CE:" seguida da "Referência ao Sistema de Abastecimento de Combustíveis" de todos os bicos de abastecimentos, impresso em ordem cronológica do número do bico.

Exemplo: #CE:B01 EI0008188,752 EF002328,797 V12140,045;

b) no caso da alínea "b" do item 1 deste requisito , o resumo da variação dos encerrantes volumétricos e saídas de combustíveis de todos os bicos de abastecimentos existentes no estabelecimento, ocorridas no período compreendido entre a emissão da Redução Z imediatamente anterior à Redução Z a que se refere àquela alínea "b" e a emissão do Relatório "CONTROLE DE ENCERRANTES", repetindo a informação dos bicos de abastecimento quando por qualquer razão ocorreu a quebra ou descontinuidade do valor do encerrante, ordenado por bico de abastecimento, na forma definida na alínea "a" do item 3 deste requisito.

REQUISITO XXXVI

1. O PAF-ECF deve possibilitar a inserção no Cupom Fiscal das seguintes informações:

a) a razão social e as inscrições estadual e no CNPJ do contribuinte adquirente; e

b) a placa e a quilometragem do hodômetro do veículo abastecido ou, em se tratando de máquinas ou equipamentos, a identificação da unidade consumidora e, se for o caso, o valor do respectivo horímetro.

2. O destaque das informações necessárias ao aproveitamento do crédito do imposto pelo adquirente no documento fiscal emitido em substituição ao Cupom Fiscal está condicionado a:

a) indicação das informações previstas no item 1, no Cupom Fiscal;

b) vinculação, no Banco de Dados, do registro do cupom fiscal ao documento fiscal emitido;

REQUISITO XXXVII

1. O PAF-ECF deve funcionar integrado com o Sistema de Gestão (SG) ou de Retaguarda e o sistema de bombas abastecedoras interligadas a computador e ter função para identificar se todos os dispositivos e bombas estão integrados, identificando em tempo real a perda de comunicação com algum deles, devendo ainda:

a) armazenar, no instante de tempo da finalização do abastecimento do bico de abastecimento e da apuração do volume das saídas de combustível, os dados capturados das bombas mantendo banco de dados destas informações conforme Requisito XXXIV, e atribuindo a cada registro de abastecimento capturado os seguintes "status":

a1) PENDENTE: status inicial do registro no momento da captura que deve ser mantido até que ocorra uma das situações previstas nas alíneas a2, a3 ou a4 deste item;

a2.1) EMITIDO CFN: Cupom Fiscal emitido "Nomalmente", relativo a operação cujo volume vendido foi capturado normalmente pelo sistema de automação;

a2.2) EMITIDO CFM: Cupom Fiscal emitido na hipótese prevista no requisito XLI, 1, "b", relativo a saída de combustível cujo volume comercializado foi obtido pela visualização do display da bomba de abastecimento e informado "Manualmente" no PAF-ECF;

a2.3) EMITIDO CFA: Cupom Fiscal emitido de forma "Automática" pelo PAF-ECF, relativo a operação consignada em documento fiscal emitido em contingência ou à venda de combustível realizada pelas bombas de abastecimento que não tenham sido capturadas no instante de tempo da realização da operação pelo sistema de automação. Exemplo: O volume remanescente do bico no final do dia ou apurado pela função "Quebra de continuidade de encerrante";

a2.4) EMITIDO CFC: Cupom Fiscal Cancelado - relativo a saída de combustível objeto de emissão de cupom fiscal que foi cancelado em decorrência do cancelamento ou desfazimento da venda.

a3) EMITIDA NF: status que deve ser assumido quando ocorrer a emissão relativa ao respectivo abastecimento de Nota Fiscal manualmente ou por PED, no caso previsto nos itens 1b e 1c do Requisito XIX;

a4) AFERIÇÃO: status que deve ser assumido quando ocorrer o registro da informação de que o registro de abastecimento se refere à retirada de combustível para aferição da bomba/bico com posterior devolução do volume retirado ao tanque, devendo o PAF-ECF disponibilizar função para registrar tal informação.

b) manter a integridade das informações captadas das bombas e armazenadas nos equipamentos concentradores, assegurando a impossibilidade de que as mesmas sejam adulteradas, bem como não disponibilizar função que permita ao usuário retirar, baixar, excluir ou inibir da aplicação, tanque ou reservatório de combustível, bomba de combustível ou bico de abastecimento, permitida apenas a alteração ou modificação pelo usuário, da espécie de combustível comercializado pelos bicos de abastecimento;

c) quando do envio de comando para a emissão do documento Redução Z de qualquer ECF do estabelecimento, enviar, imediatamente antes ou imediatamente após a emissão deste documento, conforme o comando tenha sido realizado até ou após às 02:00h do dia seguinte ao movimento, comando para impressão de Cupom Fiscal com meio de pagamento "dinheiro":

c1) para cada registro de abastecimento com o status "PENDENTE" (um CF para cada registro);

c2) para cada bico de abastecimento que apresente volume remanescente maior que 0,05 (cinco centésimos) de litro relativo ao cálculo "EF - EI - VTACF- AFER - VESPEB", devendo, para cada ocorrência de quebra ou descontinuidade do encerrante, ser criado um registro de abastecimento na forma prevista no requisito XXXVII, 1 e impresso um cupom fiscal consignado em cada um destes como encerrante inicial e final, respectivamente, o valor do encerrante volumétrico do abastecimento imediatamente anterior e posterior ao instante de tempo da ocorrência da quebra ou descontinuidade do encerrante, considerando-se:

"Volume Remanescente" a quantidade, em litros, de combustível vendido pelo bico de abastecimento que por qualquer motivo não foi contemplada com emissão do correspondente cupom fiscal;

"EF" representa o valor do encerrante final do período, correspondente ao do último abastecimento capturado da bomba antes da emissão da Redução Z a que se refere alínea "c" (RZ atual em emissão);

"EI" representa o valor do encerrante inicial do período correspondente ao primeiro abastecimento capturado da bomba após a emissão da última Redução Z emitida (RZ anterior);

"VTACF" representa o Volume Total dos Abastecimentos efetuados pelo respectivo bico, no intervalo entre a última Redução Z emitida (RZ anterior) e a Redução Z a que se refere a alínea "c" (RZ atual em emissão), para os quais houve emissão de Cupom Fiscal;

"AFER" representa o volume usado, no intervalo entre a última Redução Z emitida (RZ anterior) e a Redução Z a que se refere a alínea "c" (RZ atual em emissão), para testes de aferição do bico/bomba;

"VESPEB" representa o valor da Variação do Encerrante em decorrência de

Substituição da Placa Eletrônica da Bomba, previsto no item 3 do Requisito XL.

Exemplo: EF = 100, EI = 50, VTACF = 20, AFER = 2, VESPEB = 20 => 100 - 50 - 20 - 2 - 20 = 8 (8 é o valor remanescente positivo que deve ser impresso como item no Cupom Fiscal);

c3) o PAF-ECF deverá conter funções capazes de identificar e controlar, por dia, bomba e bico, se já houve ou não a emissão de Cupom Fiscal do valor remanescente a que se refere a alínea "c2", bem como identificar os registros de abastecimento que já foram contemplados no cálculo e os que ainda não foram, de modo a impedir a emissão de cupom fiscal com valor remanescente incorreto (para mais ou para menos);

c4) no caso da não emissão da redução Z, ou da ocorrência da emissão automática do documento Redução Z pelo ECF sem a interveniência do PAF-ECF, para atendimento ao disposto nas alíneas "c1" e "c2" o PAF-ECF deverá emitir os Cupons Fiscais imediatamente antes da emissão do primeiro Cupom Fiscal do dia seguinte ao do movimento da Redução Z emitida;

c5) a visualização do abastecimento na tela do PAF-ECF somente poderá ocorrer após a criação do registro do abastecimento na forma prevista na alínea "a" do item 1 deste requisito.

d) possibilitar a impressão, comandada pelo usuário por meio do Menu Fiscal, de Relatório Gerencial, no ECF, denominado "ABASTECIMENTOS PENDENTES", onde serão impressos os seguintes dados capturados das bombas abastecedoras relativos aos registros de abastecimentos com status "PENDENTE":

d1) o título "ABASTECIMENTOS PENDENTES"; impresso a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta;

d2) a expressão "#AP:" seguida da "Referência ao Sistema de Abastecimento de Combustíveis", relativa aos abastecimentos ocorridos sem a emissão de Cupom Fiscal, ordenado pelo número do bico de abastecimento.

Exemplos:

#AP:B01 EI0008188,469 EF0008208,469 V20,000

#AP:B01 EI0008208,769 EF0008268,769 V60,000

#AP:B02 EI0678458,668 EF0678498,668 V50,000

e) gerar registros no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, contendo as seguintes informações relativas a cada abastecimento realizado:

e1) o número de identificação do tanque de combustível respectivo;

e2) o número de identificação da bomba de abastecimento respectiva;

e3) o número do bico de abastecimento respectivo;

e4) o tipo de combustível;

e5) o horário da conclusão do abastecimento;

e6) o valor do encerrante capturado da bomba/bico respectivo ao iniciar o abastecimento (encerrante inicial);

e7) o valor do encerrante capturado da bomba/bico respectivo ao finalizar o abastecimento (encerrante final);

e8) o status do abastecimento conforme descrito na alínea "a" deste item;

e9) número de fabricação do ECF que emitiu o Cupom Fiscal respectivo;

e10) a data e a hora de movimento impressa no cabeçalho do Cupom Fiscal respectivo;

e11) o número do COO (Contador de Ordem de Operação) do Cupom Fiscal respectivo;

e12) o número da Nota Fiscal emitida manualmente ou por PED, no caso previsto nos itens 1b e 1c do Requisito XIX;

e13) o volume de combustível registrado no Cupom Fiscal respectivo ou na Nota Fiscal respectiva.

f) impedir o registro de combustíveis em Cupom Fiscal emitido sem que a integração prevista neste requisito esteja em funcionamento.

2. Ocorrendo cancelamento de item ou Cupom Fiscal que tenha acobertado a saída de combustível, o PAF-ECF deve:

a) atribuir, ao registro do abastecimento originário objeto de emissão de Cupom Fiscal e do desfazimento da venda, o status "EMITIDO CFC" (Cupom Fiscal Cancelado), na forma prevista na alínea "a2.4" do item 1 deste requisito;

b) desconsiderar, para todos os fins, os valores e volumes consignados no Cupom Fiscal originário objeto de cancelamento, especialmente dos estoques e do volume dos abastecimentos efetuados pelo respectivo bico (VTACF), conforme previsto na alínea "c2" do item 1 deste requisito;

c) imprimir a expressão "#CC:" e a respectiva Referência ao Sistema de Abastecimento (RSA) do abastecimento cancelado no campo "informações suplementares" ou "mensagens promocionais", conforme o ECF que está em uso, observando os seguintes critérios:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c.1) no próprio Cupom Fiscal, quando se tratar de cancelamento de item, devendo a indicação da RSA ser impressa imediatamente após a impressão da RSA correspondente à operação de saída do item.

Exemplo de indicação da RSA de abastecimento realizado no bico 03, objeto de cancelamento, realizada em cupom fiscal que contém outro abastecimento (bico 04 que não foi cancelado):

#CF:B03 EI0054190,852 EF0054210,852 V20,000
#CC:B03 EI0054190,852 EF0054210,852 V20,000
#CF:B04 EI0155550,200 EF0155580,200 V30,000

c.2) em Relatório Gerencial denominado "CANCELAMENTO DE ABASTECIMENTO", imediatamente após a impressão das informações de cancelamento do cupom fiscal, ordenando as informações por bico de abastecimento, observando as seguintes condições:

c.2.1) o título Relatório Gerencial denominado "CANCELAMENTO DE ABASTECIMENTO", impresso a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta;

c2.2) a expressão "#CF:" e a respectiva Referência ao Sistema de Abastecimento (RSA) relativa ao abastecimento realizado, na hipótese de cancelamento de cupom fiscal não finalizado ou quando esta informação deixou de ser impressa no cupom fiscal objeto de cancelamento;

c2.3) a expressão "#CC:" e a respectiva Referência ao Sistema de Abastecimento (RSA) do abastecimento objeto de cancelamento.

Exemplo de cancelamento do Cupom Fiscal corrente, não finalizado, no qual não foi impressa a RSA dos abastecimentos realizados, que continha dois abastecimentos:

#CF:B02 EI0020188,752 EF0020328,797 V140,045
#CC:B02 EI0020188,752 EF0020328,797 V140,045
#CF:B03 EI0054190,852 EF0054210,852 V20,000
#CC:B03 EI0054190,852 EF0054210,852 V20,000

Exemplo de cancelamento do Cupom Fiscal anterior, regularmente finalizado e contendo a RSA dos abastecimentos realizados, que continha dois abastecimentos.

#CC:B02 EI0008188,752 EF0020328,797 V12140,045
#CC:B03 EI0054190,852 EF0054210,852 V20,000

Observar que não há espaço após as expressões #CC, EI, EF e V e que, havendo cancelamento de abastecimento, sempre haverá sempre, no próprio cupom fiscal ou em relatório gerencial, a indicação "#CF" relativa à realização do abastecimento e "#CC" relativa ao cancelamento.

Exemplo de cancelamento de Cupom Fiscal que continha dois abastecimentos. #CC:B02 EI0008188,752 EF0020328,797 V12140,045

#CC:B03 EI0054190,852 EF0054210,852 V20,000

No Cupom Fiscal de cancelamento só é indicado "#CC" e a respectiva RSA do abastecimento objeto de cancelamento. A indicação "#CF" e as correspondentes RSA estão impressas no Cupom Fiscal objeto de cancelamento.

Observar que não há espaço após as expressões #CC, EI, EF e V e que, havendo cancelamento de abastecimento, sempre haverá a indicação "#CF" relativa à realização do abastecimento e "#CC" relativa ao cancelamento.

3. Ocorrendo perda de dados de registro de abastecimento, identificada pelo PAF-ECF mediante a constatação de divergência entre o último valor de encerrante capturado e o imediatamente seguinte, o PAF-ECF deverá recuperar a informação perdida mediante a criação de um registro de abastecimento relativo à divergência apurada, que deverá ser gravado no banco de dados a que se refere o item 2 do Requisito XXXIV sendo-lhe atribuído os "status" previstos na alínea "a1" do item 1 deste requisito.

Exemplo:

Último valor de encerrante capturado: 50.000,000 (EF do último abastecimento capturado)

Dados do próximo abastecimento capturado: EI = 50.052,350 EF = 50.085,210 (volume deste abastecimento = 32,860)

Constatação de registro de abastecimento perdido: EI (atual) - EF (anterior) = 50.052,350 - 50.000,00 = 52,350 que corresponde ao abastecimento anterior cujo registro foi perdido.

4. O PAF-ECF deve, ao identificar a perda de comunicação de um ou mais bicos de abastecimento por período igual a 10 (dez) minutos ininterruptos, enviar comando ao ECF para a emissão automática de Relatório Gerencial denominado "ALERTA: PERDA DE COMUNICAÇÃO", da seguinte forma:

a) o título "ALERTA: PERDA DE COMUNICAÇÃO"; impresso a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta;

b) para cada bico de abastecimento que perdeu a comunicação, impresso na mesma linha:

b.1) a expressão "#PC:"; o número do bico impresso em dois caracter; a expressão "EF" e o valor do último encerrante capturado do respectivo bico de abastecimento;

b.2) O Instante de Tempo da Perda da Comunicação impresso da seguinte forma: a expressão "ITPC:"; a data, hora, minuto e o segundo grafados no formato "DD/MM/AAAA HH:MM:SS".

c) REVOGADO;

d) REVOGADO.

Exemplo:

ALERTA: PERDA DE COMUNICAÇÃO
#PC: B04 EF0008188, 752 ITPC: 09/02/2015 14:15:22
#PC: B05 EF0454124, 768 ITPC: 09/02/2015 14:15:26

5. O PAF-ECF deve, ao identificar o restabelecimento de comunicação de um bico, enviar comando ao ECF para a emissão automática de Relatório Gerencial denominado "ALERTA: RETORNO DE COMUNICAÇÃO", da seguinte forma:

a) o título "ALERTA: RETORNO DE COMUNICAÇÃO"; impresso a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta;

b) para cada bico de abastecimento que restabeleceu a comunicação, impresso na mesma linha:

b.1) a expressão "#RC:"; o número do bico impresso em dois caracter; a expressão "EI" e o valor do encerrante volumétrico inicial capturado por ocasião do restabelecimento da comunicação;

b.2) O Instante de Tempo do restabelecimento da Comunicação impresso da seguinte forma: a expressão "ITRC:"; e a respectiva data, hora, minuto e o segundo grafados no formato "DD/MM/AAAA HH:MM:SS".

c) REVOGADO
d) REVOGADO
e) REVOGADO
f) REVOGADO

Exemplo:

ALERTA: RETORNO DE COMUNICAÇÃO
#RC:B04 EI0009488,752 ITRC:09/02/2015 19:25:42
#RC:B05 EI0459124,768 ITRC:09/02/2015 19:25:46

6. O PAF-ECF deve, quando do envio de comando para emissão de Redução Z, verificar se há bico sem comunicação e enviar, imediatamente antes ou imediatamente após a emissão deste documento, conforme o comando tenha sido realizado até ou após às 02:00h do dia seguinte ao movimento, a emissão de Relatório Gerencial denominado "ALERTA: SEM COMUNICAÇÃO", da seguinte forma:

a) o título "ALERTA: SEM COMUNICAÇÃO", impresso a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão grafado em caixa alta;

b) para cada bico de abastecimento que estiver sem comunicação, impresso na mesma linha:

b.1) a expressão "#SC:"; o número do bico impresso em dois caracter;

b.2) O Instante de Tempo da perda da Comunicação impresso da seguinte forma: a expressão "ITPC:"; e a respectiva data, hora, minuto e o segundo grafados no formato "DD/MM/AAAA HH:MM:SS";

b.3) a expressão "TEMPO:" e o total do tempo, em horas, minutos e segundos em que o bico permanece sem comunicação.

c) REVOGADO
d) REVOGADO
e) REVOGADO
f) REVOGADO

Exemplo:

ALERTA: SEM COMUNICAÇÃO
#SC:B06 ITPC:09/02/2015 19:30:01 TEMPO:04:29:59
#SC:B07 ITPC:09/02/2015 19:30:03 TEMPO:04:29:57

7. O contribuinte poderá emitir em contingência outro documento fiscal em substituição ao Cupom Fiscal, pelo próprio PAF-ECF, Sistema de Gestão (SG) ou manualmente, indicando o CFOP 5.949 (Outra saída de mercadoria ou prestação de serviço não especificado), devendo a este documento fiscal, serem conferidos os mesmos procedimentos adotados para o documento fiscal emitido com CFOP 5.929, nas seguintes hipóteses:

a) no período e em relação aos bicos de abastecimento que estiverem incomunicáveis ou estiver vedada a emissão de Cupom Fiscal;

b) quando o Emissor de Cupom Fiscal (ECF) não estiver em condição normal de funcionamento, devendo neste caso:

b1) o abastecimento e a criação dos respectivos registros observar as disposições previstas na alínea "a" do item 1 deste requisito e atribuindo-se o status previsto na alínea "a3" do item 1 deste requisito ("EMITIDA NF");

b2) ser utilizado como encerrantes inicial, final e volume comercializado as efetivas informações capturadas do sistema de abastecimento;

b3) por ocasião do restabelecimento do funcionamento do Emissor de Cupom Fiscal (ECF), ser aplicado o tratamento previsto na alínea "b" do item 9 deste requisito.

8. O registro no PAF-ECF da operação de saída de combustível ocorrida no período em que os bicos de abastecimento estiverem sem comunicação ou reconhecida de forma automática pela aplicação PAF-ECF será realizado observando, além das demais disposições, os seguintes procedimentos:

a) Deverá ser criado, concomitantemente à emissão do documento fiscal pelo PAF-ECF ou do registro da nota fiscal emitida manualmente, o registro do abastecimento com o status "PENDENTE";

b) O encerrante inicial corresponderá ao valor registrado no banco de dados como encerrante final do abastecimento imediatamente anterior do respectivo bico de abastecimento;

c) O encerrante final será calculado por autoincremento do volume de combustível vendido consignado no documento fiscal ao valor do encerrante inicial apurado na forma da alínea "b".

d) A data e hora corresponderão ao instante de tempo da emissão dos documentos fiscais.

9. O PAF-ECF, por meio da função de "Quebra de Continuidade de Encerrante" prevista no item 5 do requisito XL deverá, por ocasião do restabelecimento da comunicação, apurar a diferença entre a leitura do encerrante deste instante de tempo e a última leitura do mesmo bico de abastecimento registrada no banco de dados e, na ordem, executar as seguintes funções que permita:

a) possibilitar a inserção das notas fiscais emitidas manualmente ou confirmação da inexistência de documentos fiscais emitidos manualmente;

b) emitir um Cupom Fiscal com a expressão "A" para cada documento fiscal emitido em contingência no período, vinculando no banco de dados os registros da Nota Fiscal emitida aos respectivos Cupons Fiscais emitidos, devendo ainda ser impresso no Cupom Fiscal:

b1) o encerrante inicial e final apurado na forma prevista nas seguintes alíneas:

b1.1) "b2" do item 7 deste requisito, quando a causa da emissão do documento emitido em contingência for consequente de impossibilidade de uso do Emissor de Cupom Fiscal (ECF);

b1.2) "b" e "c" do item 8 deste requisito, nos demais casos.

b2) a expressão "#NF:" e a Referência à Nota Fiscal Emitida (RNFE) em contingência, na linha seguinte à impressão da RSA prevista no item anterior, a partir da primeira coluna, com as seguintes informações: o Número (nove caracteres); Modelo (dois caracteres); Série (três caracteres); e a Data no formato (DDMMAAAA), todos grafados sem espaço, com zeros à esquerda e separados por ":" (dois pontos).

Exemplo:

#NF:XXXXXXXXX Modelo:YY Serie:ZZZ Data:DDMMAAAA

c) emitir um cupom fiscal com a expressão "A", do total do volume de combustível remanescente do bico de abastecimento não objeto de emissão de documento fiscal em contingência caso confirmado pelo contribuinte a ocorrência de abastecimentos válidos ou, alternativamente,

d) formalizar por meio da função "Descontinuidade do Encerrante", a intervenção técnica, nas formas previstas no item 6 do requisito XL;

REQUISITO XXXVIII

1. O PAF-ECF deve imprimir no Cupom Fiscal, exclusivamente em uma única linha:

a) a "Referência ao Sistema de Abastecimento de Combustíveis";

b) no campo "informações suplementares" ou "mensagens promocionais", conforme o ECF que está em uso, na ordem dos abastecimentos, a partir do primeiro caractere ou a partir do caractere imediatamente seguinte aos registros do PV"N" ou do DAV"N", quando for o caso, a expressão "#CF:" imediatamente antes da Referência ao Sistema de Abastecimento de Combustíveis de todos os bicos de abastecimento de combustíveis objeto da comercialização.

Exemplo:

#CF:B02 EI0008188,752 EF00020328,797 V12140,045

Deve ser observado que não há espaço entre a expressão #CF: e o número do bico B02.

c) se o Cupom Fiscal for emitido automaticamente, conforme previsto nas alíneas "c1" e "c2" do item 1 do Requisito XXXVII, deve ser impressa a letra "A" imediatamente ao final do último caractere impresso.

Exemplo:

#CF:B02 EI0008188,752 EF00020328,797 V12140,045A

Deve ser observado que não há espaço entre o número 12140,045 e a letra "A".

d) se o Cupom Fiscal for emitido na hipótese prevista no requisito XLI, 1, "b", deve ser impressa a letra "M" imediatamente ao final do último caractere impresso.

Exemplo:

#CF:B02 EI0008188,752 EF00020328,797 V12140,045M

Deve ser observado que não há espaço entre o número 12140,045 e a letra "M".

REQUISITO XXXIX

1. O PAF-ECF para uso por posto revendedor de combustível deve impedir o registro de operação de venda e a emissão de Cupom Fiscal, quando detectar estoque zero, negativo ou superior à capacidade de armazenamento do tanque que contém o produto a ser comercializado, exceto quando se tratar de Gás Natural Veicular (GNV) e o suprimento dos estoques for realizado por meio de tubulação ligada diretamente aos estoques do fornecedor.

2. O PAF-ECF ou SG para uso por posto revendedor de combustível deve efetuar a baixa ou atualização do estoque quando do encerramento da operação de abastecimento e concomitante à geração do registro do abastecimento pendente.

REQUISITO XL

1. O PAF-ECF deve conter função, denominada "Descontinuidade do Encerrante", que permita ao usuário o registro de todas as informações necessárias à geração do REGISTRO 1320 - VOLUME DE VENDAS do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED, sempre que for detectada a quebra ou descontinuidade do valor do encerrante volumétrico, qualquer que seja o motivo, tais como substituição da placa eletrônica de gerenciamento da bomba de abastecimento, queda de energia, descarga atmosférica, defeito na bomba etc, contendo as seguintes características:

a) O PAF-ECF somente poderá habilitar a função "Descontinuidade do Encerrante", liberando os campos para preenchimento, após a realização da consistência de todos os bicos de abastecimento da bomba e da resolução dos abastecimentos pendentes gerados automaticamente, ficando dispensado o preenchimento dos CAMPOS 03 a 07 do REGISTRO 1320 quando não houver efetivamente uma intervenção de técnico ou ruptura dos lacres;

b) A função denominada "Descontinuidade do Encerrante" deve possibilitar o registro ou inserção manual do valor do encerrante volumétrico quando este, obtido pela visualização do display da bomba de abastecimento, for superior ao último capturado e registrado no banco de dados, hipótese em que, a execução desta função precederá a execução da função "Quebra de Continuidade de encerrante" prevista no requisito XXXVII, 9.

2. Ao ser comandada a execução desta função e antes da abertura de tela para inserção das informações previstas no item 1, o PAF-ECF deve executar a função prevista na alínea "c1" do item 1 do Requisito XXXVII.

3. A diferença entre o valor do encerrante após a substituição da placa e o valor do encerrante antes da substituição da placa compõe o valor da Variação do Encerrante em decorrência de Substituição da Placa Eletrônica da Bomba (VESPEB) e somente deverá ser utilizado no cálculo do valor remanescente previsto na alínea "c2" do item 1 do Requisito XXXV, após o preenchimento da função "Descontinuidade do Encerrante".

Exemplos de cálculo do VESPEB:

E(antes) = 150.000,000 E(após) = 200.000,000

VESPEB = 200.000,000 - 150.000,000 = 50.000,00

E(antes) = 150.000,000 E(após) = 130.000,000

VESPEB = 130.000,000 - 150.000,000 = -(20.000,00)

4. O PAF-ECF para uso por posto revendedor de combustível deve gerar, entre outros que vierem a ser criados, os registros C171 e 1300 a 1370 relativos à armazenagem e movimentação de combustíveis previstos na Escrituração Fiscal Digital e o arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, contendo as informações previstas no item 1 deste requisito.

5. O PAF-ECF deve identificar de forma automática e autônoma que ocorreu quebra ou descontinuidade do valor do encerrante volumétrico quando constatar a divergência superior a 0,05 (cinco centésimos) de litro entre o valor atual do encerrante capturado e o imediatamente anterior, ficando vedada a emissão de Cupom Fiscal e qualquer tratamento referente a abastecimento, inclusive o funcionamento do bico, sempre que o valor atual do encerrante capturado por ocasião da abertura do bico de abastecimento for:

a) inferior ao valor do encerrante anterior, ou;

b) superior ao valor do encerrante anterior em pelo menos 2.000 (dois mil) litros.

6. O PAF-ECF somente retirará os bloqueios previstos no item 5 deste Requisito quando:

a) em relação ao item 5a, houver o registro dos campos da função "Descontinuidade do Encerrante", de acordo com o item 1 deste Requisito;

b) em relação ao item 5b, houver o registro dos campos da função "Descontinuidade do Encerrante", de acordo com o item 1 deste Requisito ou confirmado pelo usuário a ocorrência de abastecimento válido e consequente geração de abastecimento com o status de "PENDENTE".

REQUISITO XLI

1. O PAF-ECF para uso por posto revendedor de combustível deve:

a) assegurar que os dados referentes ao número do tanque ou reservatório de combustível, da bomba de combustível e do bico de abastecimento somente serão modificados ou excluídos mediante intervenção do responsável legal pela empresa desenvolvedora ou por seus prepostos, vedando-se ao usuário esta função, exceto no caso de desenvolvedor para uso exclusivo. Para assegurar este requisito, os dados deverão ser gravados em arquivo auxiliar na forma a que se refere os itens 4 e 5 do requisito XXIV.

b) vedar a emissão de Cupom Fiscal e qualquer tratamento referente a operação de abastecimento realizada por bico que não estiver integrado, interligado ou estiver sem comunicação, salvo se, a perda de comunicação ocorrer com todos os bicos de abastecimento, permitida nesta situação, o tratamento das operações pelo PAF-ECF e impressão de cupom fiscal, desde que sejam atendidas as seguintes condições:

b1) que a impressão ocorra até as 24:00 h do dia seguinte da data da perda de comunicação;

b2) sejam observados os procedimentos previstos no item 8 do Requisito XXXVII;

b3) seja impresso, de forma automática e imediatamente após a perda da comunicação, Relatório Gerencial denominado "ALERTA: PERDA DE COMUNICAÇÃO", no qual se demonstrará a perda de comunicação do PAF-ECF com todos os bicos de abastecimento;

b4) seja extensiva ao tratamento de até 03 (três) aferições em cada bico de abastecimento.

2. Apurar as saídas de combustível, das operações de abastecimento ou do total das saídas diárias, pela diferença resultante do confronto do valor do encerrante volumétrico final e inicial constantes dos bicos de abastecimento das bombas de combustíveis nos respectivos instantes de tempo do início e finalização do abastecimento ou do dia.

3. Emitir cupom fiscal e criar os registros dos abastecimentos na forma prevista neste bloco em todas as operações de saídas de combustíveis realizadas pelos bicos das bombas de abastecimento, qualquer que seja a natureza da operação ou adquirente, ressalvadas as saídas realizadas com finalidade de aferição dos bicos de abastecimento, objeto de tratamento específico e emissão do Relatório Gerencial denominado "AFERIÇÃO DE BICO" previsto no item 1 do Requisito XLII.

4. Nas operações de saídas de combustíveis destinadas a contribuintes do imposto é facultada a emissão de documento fiscal próprio em substituição ao Cupom Fiscal, desde que, além das demais disposições sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições, inclusive quando o documento fiscal for gerado pelo Sistema de Gestão (SG):

a) o documento fiscal emitido:

a1) indicará como natureza da operação o CFOP 5.929 (Lançamento efetuado em decorrência de emissão de documento fiscal relativo à operação ou prestação também registrada em equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF) e, nas informações complementares, além das informações previstas no item 1 do requisito XXXVI, os números do ECF e Cupom Fiscal vinculado;

a2) somente poderá ser emitido até o 10º (décimo) dia do mês seguinte à data de emissão do Cupom Fiscal;

a3) somente poderá vincular operações realizadas com o destinatário do documento fiscal e que tenham sido atendidas as exigências previstas no item 1 do requisito XXXVI.

b) o Cupom Fiscal não poderá ser vinculado a mais de um documento fiscal.

c) o documento fiscal emitido deve ser objeto de registro no campo 17, "Nº da Nota Fiscal", da tabela objeto do registro "6.10 - Registro tipo C2 - Controle de Abastecimentos e Encerrantes.

REQUISITO XLII

1. O PAF-ECF deve, imediatamente após o registro da AFERIÇÃO a que se refere a alínea "a4" do item "1" do requisito XXXVII ser gravado no banco de dados, enviar comando ao ECF para a emissão automática de Relatório Gerencial denominado "AFERIÇÃO DE BICO", da seguinte forma:

a) o título, escrito a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta "AFERIÇÃO DE BICO";

b) a identificação do tipo de combustível, contendo o código do produto, espécie e quantidade de combustível, de todos os bicos de combustível objeto de aferição, impressos no mesmo formato adotado para os produtos no Cupom Fiscal;

c) a expressão "#AB:" e a indicação da "Referência ao Sistema de Abastecimento de Combustíveis" de todos os bicos de abastecimento aferidos, impresso na ordem cronológica do número do bico.

Exemplo:

#AB:B02 EI0008178,769 EF0008198,772 V20,003

REQUISITO XLIII

1. O PAF-ECF deve, imediatamente após a constatação de uma variação negativa no estoque de combustíveis, decorrente da variação volumétrica dos combustíveis, enviar comando ao ECF para a emissão automática de Relatório Gerencial denominado "PERDA DE COMBUSTÍVEIS", da seguinte forma:

a) o título, escrito a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta "PERDA DE COMBUSTÍVEIS";

b) a identificação do tipo de combustível, contendo o código e espécie do combustível;

c) a expressão "#PE:", seguida da expressão "TQ=", seguido de um caractere em branco e o número de identificação do respectivo tanque onde foi contatada a variação negativa, seguido de um caractere em branco, seguido da expressão "VOL=", seguido de um caractere em branco e a quantidade da variação negativa de combustível em litros, impresso com 8 (oito) caracteres, incluídas as 3 (três) casas decimais, o separador de milhar e preenchendo-se com zeros os caracteres não significativos à esquerda, seguido de um caractere em branco e da descrição da espécie de combustível contida no tanque.

Exemplo:

#PE:TQ= 01 VOL= 00.087,500 GASOLINA COMUM

REQUISITO XLIV

1. O PAF-ECF deve, imediatamente após a gravação no banco de dados do registro da descontinuidade de encerrantes prevista no Requisito XL, enviar comando ao ECF para a emissão automática de Relatório Gerencial denominado "DESCONTINUIDADE DE ENCERRANTES", da seguinte forma:

a) o título, escrito a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta "DESCONTINUIDADE DE ENCERRANTES";

b) Número da Bomba;

c) Número do Bico;

d) Data da ocorrência;

e) Hora da ocorrência;

f) Motivo da ocorrência;

g) justificativa da ocorrência, em no máximo três linhas, que levou a descontinuidade de encerrantes;

h) medidas adotadas para correção da ocorrência, em no máximo três linhas;

i) a expressão "#DE:" seguida imediatamente do número do bico de abastecimento, impresso de acordo com a "Referência" prevista no item 3a do Requisito XXXII, seguido de um caractere em branco, seguido da expressão "EI" e o valor do último encerrante capturado do bico antes da ocorrência ou, na sua falta, o valor do encerrante final do último abastecimento realizado pelo bico antes da ocorrência, impresso com 10 (dez) caracteres, incluídas as 3 (três) casas decimais, sem o separador de milhar e preenchendo-se com zeros os caracteres não significativos à esquerda, seguido de um caractere em branco, seguido da expressão "EF" e o valor do encerrante contido na placa eletrônica após a ocorrência, impresso com 10 (dez) caracteres, incluídas as 3 (três) casas decimais, sem o separador de milhar e preenchendo-se com zeros os caracteres não significativos à esquerda. Deverão ser informados tantos registros quantos forem os bicos que foram influenciados pela ocorrência.

Exemplo:

#DE:B01 EI0678198,668 EF0000000,000

#DE:B02 EI0098188,769 EF0455002,862

REQUISITO XLV

1. O PAF-ECF deve, automática e imediatamente antes da emissão da última Redução Z referente ao movimento do último dia do mês ou, alternativamente, antes de inicializar as operações do mês seguinte caso não tenha sido impresso, enviar comando ao ECF para emitir Relatório Gerencial denominado "ESTOQUE FISICO DE COMBUSTÍVEIS", cuja finalidade é registrar o inventário físico de combustíveis existente nos tanques, da seguinte forma:

a) o título, escrito a partir do primeiro caractere da primeira coluna de impressão, grafado em caixa alta "ESTOQUE FISICO DE COMBUSTÍVEIS";

b) a expressão "#EF:", seguido da expressão "TA=" e o número de identificação do tanque, seguido da expressão "VOL=" e a quantidade, em litros, do combustível contido em cada tanque, impresso com o separador de milhar, com 9 (nove) caracteres, incluídas as 3 (três) casas decimais e preenchendo-se com zeros os caracteres não significativos à esquerda, seguido de um caractere em branco e em seguida a descrição da espécie de combustível contida no tanque.

Exemplo:

#EF:TA=01 VOL=22.839,452 GASOLINA COMUM

#EF:TA=02 VOL=00.045,949 ÓLEO DIESEL COMUM

#EF:TA=03 VOL=00.346,721 ETANOL

2. Para atender ao disposto no item 1 deste requisito, o PAF-ECF deverá:

a) abrir tela ao usuário, na primeira instalação do PAF-ECF e quando for enviado comando para emissão da última Redução Z referente ao movimento do último dia do mês, contendo campo para que seja informada quantidade, em litros, do combustível contido em cada tanque, apurado por meio da medição efetuada com régua ou com equipamento medidor de combustível. Junto à tela deverá conter uma mensagem de forma clara que o usuário deverá apurar a quantidade de combustível contida no tanque e registrar no campo definido;

b) impedir o seu próprio uso se o campo a que se refere a alínea "a" não for preenchida, enviando mensagem de erro referenciando a falta de registro do campo;

c) bloquear a emissão da última Redução Z referente ao movimento do último dia do mês, caso o campo a que se refere a alínea "a" não esteja preenchido, enviando mensagem de erro referenciando a falta de registro do estoque físico de combustível.

BLOCO III

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA RESTAURANTES, BARES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES E PARA CONTROLE DE CONTA DE CLIENTES

REQUISITO XLVI

1. REVOGADO

REQUISITO XLVII

1. O PAF-ECF deve possuir funções que possibilite o registro e o controle de consumo simultaneamente em diversas mesas, devendo adotar os seguintes procedimentos:

2. Atribuir o status de "Mesa Aberta" quando do registro do primeiro item na mesa.

3. Controlar o fornecimento de cada produto, considerando a quantidade, o preço unitário e a mesa, mantendo no banco de dados os respectivos arquivos até a emissão do Cupom Fiscal respectivo, não podendo, até a emissão deste documento, realizar controle contábil ou financeiro referente aos produtos fornecidos, podendo, no entanto, efetuar reserva de mercadoria no controle de estoque.

4. Possibilitar a transferência dos produtos e mercadorias de uma mesa para outra, registrando ao lado de cada produto ou mercadoria transferida a seguinte informação: "Transf. da Mesa xxx", onde "xxx" é o número da mesa de origem dos produtos transferidos.

5. Os produtos e mercadorias registrados para uma mesa somente poderão ser excluídos após a transferência prevista no item 3 deste requisito ou após a emissão do Cupom Fiscal respectivo ou, no caso previsto no requisito XIX, 1, após o registro das informações da Nota Fiscal emitida, manualmente ou por PED.

6. Possibilitar a impressão, comandada pelo usuário, dos seguintes Relatórios Gerenciais, no ECF:

a) "Transferências entre Mesas", no qual devem constar as mesas de origem, as mesas de destino ainda abertas e os respectivos produtos transferidos com quantidade e preço unitário, registrados até o momento da emissão do Relatório Gerencial;

b) "Conferência de Mesa", no qual deverão constar a expressão "AGUARDE A EMISSÃO DO CUPOM FISCAL" e todos os produtos fornecidos, especificando a quantidade, o preço unitário, o preço total do produto ou mercadoria e o total da conta;

c) "Mesas Abertas", onde serão impressas todas as contas, individuais ou coletivas, de todos os consumos cujos Cupons Fiscais ainda não foram impressos até o momento da emissão do Relatório Gerencial, informando a data e horário de abertura de cada mesa.

7. No caso de discordância do consumidor com algum produto ou mercadoria constante no Relatório Gerencial - Conferência de Mesa, outro Relatório Gerencial - Conferência de Mesa deverá ser emitido, com os ajustes pertinentes solicitados pelo consumidor, devendo permanecer gravados todos os itens anteriores, e, se for o caso, a impressão do item a ser cancelado, seguido da expressão "cancelado".

8. Possibilitar a emissão do Cupom Fiscal respectivo, após a verificação pelo consumidor do Relatório Gerencial - Conferência de Mesa, nele consignando todos os itens impressos no Relatório Gerencial - Conferência de Mesa, inclusive os itens marcados para cancelamento seguidos imediatamente de seu cancelamento no Cupom Fiscal.

9. Possibilitar a emissão do Cupom Fiscal, nele consignando todos os itens registrados na respectiva "Mesa Aberta", inclusive os itens marcados para cancelamento seguidos imediatamente de seu cancelamento no Cupom Fiscal.

10. No Cupom Fiscal a que se referem os itens 8 e 9 deste requisito, tratando-se de ECF que imprima o campo "informações suplementares", imprimir neste campo, a partir do primeiro caractere, a seguinte informação:

a) ECF: nnn - Conferência de Mesa - CER nº xxxxxx - COO nº yyyyyy, onde "nnn" é o número sequencial do ECF atribuído pelo usuário onde foi emitido o Conferência de Mesa, "xxxxxx" é o número do Contador Específico de Relatório Gerencial (CER) e "yyyyyy" é o número do Contador de Ordem de Operação (COO) do Relatório Gerencial - Conferência de Mesa, quando for o caso de impressão da Conferência de Mesa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Consumo da Mesa xxx - SEM EMISSÃO DE CONFERÊNCIA DE MESA, onde xxx é o número da "Mesa Aberta".

11. No Cupom Fiscal a que se referem os itens 8 e 9 deste requisito, tratando-se de ECF que imprima o campo "mensagens promocionais", imprimir neste campo, a partir do primeiro caractere imediatamente seguinte à identificação prevista no requisito XI a seguinte informação:

a) ECF: nnn - Conferência de Mesa - COO nº yyyyyy, onde "nnn" é o número sequencial do ECF atribuído pelo usuário onde foi emitido o Conferência de Mesa e "yyyyyy" é o número do Contador de Ordem de Operação (COO) do Relatório Gerencial - Conferência de Mesa, quando for o caso de impressão da Conferência de Mesa.

b) Consumo da Mesa xxx - SEM EMISSÃO DE CONFERÊNCIA DE MESA, onde xxx é o número da "Mesa Aberta".

12. Até que ocorra a emissão do Cupom Fiscal respectivo ou a transferência para outra mesa de todos os produtos e mercadorias registrados para uma mesa, deve ser atribuído a esta mesa o status de "mesa aberta", devendo o PAF-ECF, quando do envio de comando para a emissão da Redução Z, enviar, antes e automaticamente, comando de impressão do Relatório Gerencial denominado "Mesas Abertas", onde serão impressas todas as contas, individuais ou coletivas, de todos os consumos cujos Cupons Fiscais ainda não foram impressos informando a data e horário de abertura de cada mesa, reabrindo automaticamente, depois da Redução Z, as mesas constantes do Relatório Gerencial.

13. Não ocorrendo a emissão de Cupom Fiscal relativo à mesa aberta, até a emissão da Redução Z referente ao movimento do dia seguinte ao do registro de abertura da mesa emitir, automaticamente e imediatamente antes ou imediatamente após a emissão da Redução Z, conforme o comando tenha sido realizado até ou após as 02:00 horas do dia seguinte ao do movimento, o Cupom Fiscal respectivo, com meio de pagamento "dinheiro".

14. Condicionar a emissão do documento Redução Z do último ECF para o qual este documento ainda não tenha sido emitido, ao cumprimento do previsto no item 12 deste requisito.

15. Na hipótese de ser excedido o prazo de tolerância para emissão do documento Redução Z de que trata o item 14 deste requisito, emitir, automaticamente, o Cupom Fiscal a que se refere o item 3 deste requisito, quando da abertura do movimento do próximo dia de funcionamento.

16. Em todos os documentos, relatórios, arquivos e comandos previstos neste anexo, a expressão mesa (s) pode ser substituída pelo termo Conta(s) de Cliente(s).

17. Gerar registros no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, contendo informações relativas às mesas ou contas de cliente, individuais ou coletivas.

18. Para toda mesa que tenha recebido um ou mais itens transferidos, para atendimento ao Item 13, considerar:

a) Como data de sua abertura, a data de abertura da mesa de origem. Havendo itens originados de diversas mesas, considerar a menor data.

b) No caso de itens que tenham sofrido diversas transferências, considerar a data de abertura da primeira mesa que originou a primeira transferência, ou seja, da primeira mesa em que o item foi alocado sem a operação de transferência entre mesas.

19. Fica vedada a visualização dos itens registrados na mesa em qualquer tela, exceto se:

a) apresentar exclusivamente os campos: código, descrição e quantidade do produto;

b) for emitido relatório gerencial conferência de mesa automaticamente, quando da visualização;

c) ocorrer na tela onde o documento fiscal estiver sendo emitido.

REQUISITO XLVIII

1. No caso de PAF-ECF que funcione em bares, restaurantes e similares que utilizam balança como instrumento de medição da alimentação fornecida e cujo pagamento será efetuado após o consumo, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

2. A balança deve estar integrada ou interligada ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF.

3. Os dados gerados pela balança, peso líquido dos alimentos, preço por unidade de peso e preço a pagar, conforme previsto na Portaria INMETRO nº 097, de 11 de abril de 2000, devem ser capturados pelo PAF-ECF e gravados em "Conta de Clientes", aberta e gravada pelo Programa imediatamente após a captura.

4. Os dados gravados na "Conta de Clientes" devem ser concomitantemente associados a uma chave primária (PK), obrigatoriamente gravada em cartão, dotado de tarja magnética ou de numeração que a associe.

5. Os fornecimentos posteriores (bebidas, café, sobremesas etc) devem ser concomitantemente gravados na respectiva "Conta de Clientes" e associado ao referido cartão.

6. No fechamento da "Conta de Clientes", os dados devem ser capturados a partir da chave primária (PK) do cartão e impressos, automática e concomitantemente, no Cupom Fiscal.

7. Realizar todas as funções, controles e relatórios previstos para controle de "Mesas Abertas", substituindo aquela expressão por "Conta de Clientes".

8. O PAF-ECF deve disponibilizar função que permita o controle da composição dos produtos a serem comercializados mediante pesagem, adotando o seguinte procedimento:

9. Para fins de controle de estoque e lançamento a título de reclassificação dos produtos, deverão ser emitidas, ao final do dia, de forma adicional aos controles de venda destes produtos:

a) nota fiscal modelo 1, 1-A ou 55 consolidada, dos insumos aplicados na preparação dos produtos a serem comercializados, pelo seu valor de aquisição, indicando por natureza da operação o CFOP 5.926; e

b) nota fiscal modelo 1, 1-A ou 55 consolidada, dos produtos resultantes da preparação a que se refere a alínea a, tendo por valor unitário aquele indicado nos documentos fiscais de venda a consumidor final, indicando por natureza da operação o CFOP 1.926.

10. Para fins de controle de estoque e lançamento a título de reclassificação dos produtos, decorrentes de desagregação de insumos, deverão ser emitidas, ao final do dia, de forma adicional aos controles de venda destes produtos:

a) nota fiscal modelo 1, 1-A ou 55 consolidada, dos insumos aplicados na desagregação dos produtos a serem comercializados, pelo seu valor de aquisição, indicando por natureza da operação o CFOP 5.926; e

b) nota fiscal modelo 1, 1-A ou 55 consolidada, dos produtos resultantes da desagregação a que se refere a alínea a, tendo por valor unitário aquele indicado nos documentos fiscais de venda a consumidor final, indicando por natureza da operação o CFOP 1.926.

REQUISITO XLIX

1. O PAF-ECF que funcione em rede poderá comandar em impressora não fiscal instalada nos ambientes de produção, exclusivamente a impressão dos pedidos especificando somente o número da mesa, a identificação do garçom e os produtos a serem fornecidos.

BLOCO IV

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO

REQUISITO L

1. O PAF-ECF, exclusivamente no caso de venda de fórmula manipulada, deve possibilitar a emissão do DAV a que se refere o requisito VI discriminando a fórmula manipulada e consignando no Cupom Fiscal respectivo, como item comercializado, o número do DAV, utilizando a seguinte expressão: Fórmula manipulada conf. DAV nº "XXXX" onde "XXXX" representa o número do DAV, sendo dispensado o atendimento ao previsto na alínea "a" do item 5 do requisito VI.

2. Deve ser emitido um DAV para cada fórmula manipulada.

BLOCO V

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA OFICINA DE CONSERTO, HOTEL E SIMILARES

REQUISITO LI

1. O PAF-ECF deve possibilitar ao usuário:

a) emitir o DAV, em conformidade com Requisito VI, com o título "ORDEM DE SERVIÇO" (DAV-OS) discriminando:

a1) as mercadorias utilizadas, sua quantidade e o respectivo preço unitário e total;

a2) o número de fabricação do produto objeto do conserto, quando existente ou, no caso de veículo automotor, a marca, o modelo, o ano de fabricação, a placa e o número do RENAVAM do veículo;

b) REVOGADO

c) emitir o Cupom Fiscal após o fechamento do DAV-OS, discriminando as mercadorias comercializadas e utilizadas no conserto;

d) consignar no Cupom Fiscal o número do DAV-OS respectivo, da seguinte forma, conforme o modelo de ECF:

d1) no campo "informações suplementares", a partir do primeiro caractere ou a partir do caractere imediatamente seguinte ao registro do PV "N" ou dos registros previstos no item 1a do requisito XXXVIII, quando for o caso, com o seguinte formato: DAV-OS "N", onde N representa o número do Documento Auxiliar de Venda - Ordem de Serviço;

d2) no campo "mensagens promocionais", a partir do primeiro caractere imediatamente seguinte à identificação prevista no requisito XI ou a partir do caractere imediatamente seguinte aos registros do PV "N" ou dos registros previstos no item 1a do requisito XXXVIII, quando for o caso, com o seguinte formato: DAV-OS "N", onde N representa o número do Documento Auxiliar de Venda - Ordem de Serviço.

REQUISITO LII

1. Em todos os documentos, relatórios, arquivos e comandos previstos neste anexo, a expressão DAV-OS pode ser substituída pelo termo Conta (s) de Cliente (s), aplicando-se, neste caso, os controles descritos neste requisito referentes a parte do controle de mesa praticado no ramo de restaurantes, bares e similares.

2. Atribuir o status de "Conta de Cliente Aberta" quando do registro do primeiro item na Conta de Cliente.

3. Controlar o fornecimento de cada item, considerando a quantidade, o preço unitário e a Conta de Cliente, mantendo no banco de dados os respectivos arquivos até a emissão do Cupom Fiscal respectivo, não podendo, até a emissão deste documento, realizar controle contábil ou financeiro referente aos itens fornecidos, podendo, no entanto, efetuar reserva de mercadoria no controle de estoque.

4. Os itens registrados para uma Conta de Cliente somente poderão ser excluídos após a emissão do Cupom Fiscal respectivo ou, quando da ocorrência prevista no requisito XIX, após a emissão da Nota Fiscal por PED ou após o registro das informações da Nota Fiscal emitida manualmente.

5. Possibilitar a impressão, comandada pelo usuário, dos seguintes Relatórios Gerenciais, no ECF:

a) "Conta de Clientes Abertas", onde serão impressas todas as contas, individuais ou coletivas, de todos os consumos cujos Cupons Fiscais ainda não foram impressos até o momento da emissão do Relatório Gerencial, informando a data e horário de abertura de cada Conta de Cliente.

b) "Conferência de Conta de Cliente", no qual deverão constar a expressão "AGUARDE A EMISSÃO DO CUPOM FISCAL" e todos os itens fornecidos, especificando a quantidade, o preço unitário, o preço total do item ou mercadoria e o total da conta.

6. No caso de discordância do consumidor com algum item ou mercadoria constante no Relatório Gerencial - Conferência de Conta de Cliente, outro Relatório Gerencial - Conferência de Conta de Cliente deverá ser emitido, com os ajustes pertinentes solicitados pelo consumidor, devendo permanecer gravados todos os itens anteriores, e, se for o caso, a impressão do item a ser cancelado, seguido da expressão "cancelado".

7. Possibilitar a emissão do Cupom Fiscal respectivo, após a verificação pelo consumidor do Relatório Gerencial - Conferência de Conta de Cliente, nele consignando todos os itens impressos no Relatório Gerencial - Conferência de Conta de Cliente, inclusive os itens marcados para cancelamento seguidos imediatamente de seu cancelamento no Cupom Fiscal.

8. Possibilitar a emissão do Cupom Fiscal, nele consignando todos os itens registrados na respectiva "Conta de Cliente Aberta", inclusive os itens marcados para cancelamento seguidos imediatamente de seu cancelamento no Cupom Fiscal.

9. No Cupom Fiscal a que se refere os itens 7 e 8 deste requisito, tratando-se de ECF que imprima o campo "informações suplementares", imprimir neste campo, a partir do primeiro caractere, a seguinte informação:

a) ECF: nnn - Conferência de Conta de Cliente - CER nº xxxxxx - COO nº yyyyyy, onde "nnn" é o número sequencial do ECF atribuído pelo usuário onde foi emitido o documento Conferência de Conta de Cliente, "xxxxxx" é o número do Contador Específico de Relatório Gerencial (CER) e "yyyyyy" é o número do Contador de Ordem de Operação (COO) do Relatório Gerencial - Conferência de Conta de Cliente, quando for o caso de impressão da Conferência de Conta de Cliente.

b) Conta de Cliente N - SEM EMISSÃO DE CONFERÊNCIA DE CONTA DE CLIENTE, onde xxx é o número da "Conta de Cliente Aberta".

10. no Cupom Fiscal a que se refere os itens 7 e 8 deste requisito, tratando-se de ECF que imprima o campo "mensagens promocionais", imprimir neste campo, a partir do primeiro caractere imediatamente seguinte à identificação prevista no requisito XI a seguinte informação:

a) ECF: nnn - Conferência de Conta de Cliente - COO nº yyyyyy, onde "nnn" é o número sequencial do ECF atribuído pelo usuário onde foi emitido o documento Conferência de Conta de Cliente e "yyyyyy" é o número do Contador de Ordem de Operação (COO) do Relatório Gerencial - Conferência de Conta de Cliente.

b) Conta de Cliente N - SEM EMISSÃO DE CONFERÊNCIA DE CONTA DE CLIENTE, onde xxx é o número da "Conta de Cliente Aberta".

11. N representa o número de identificação da Conta de Cliente, devendo ser adotado sistema de numeração sequencial única com controle centralizado por estabelecimento, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 13 (treze) caracteres, iniciada em 0000000001 a 9999999999 e reiniciada quando atingido o limite, podendo os 4 (quatro) primeiros dígitos ser utilizados para distinção de série ou codificação de interesse do estabelecimento usuário, não sendo admitida a utilização de número já utilizado, ainda que na hipótese de cancelamento do documento.

12. a quantidade de cada item registrado não pode ser alterada.

13. até que ocorra a emissão do Cupom Fiscal respectivo, deve ser atribuído a esta Conta de Cliente o status de "Conta de Cliente Aberta", devendo o PAF-ECF, quando do envio de comando para a emissão da Redução Z, enviar, antes e automaticamente, comando de impressão do Relatório Gerencial "Contas de Clientes Abertas" a que se refere o item 5a deste requisito, reabrindo automaticamente depois da Redução Z as Contas de Clientes nele constantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BLOCO VI

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

REQUISITO LIII

1. O PAF-ECF que funcione com ECF que emita Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem deve possuir funções que possibilitem o registro, o controle e a emissão dos seguintes documentos:

a) Manifesto Fiscal de Viagem, impresso no ECF por meio de Relatório Gerencial e, concomitantemente, gerando os registros respectivos no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, que conterá as seguintes informações referentes às respectivas linhas, datas e horários:

a1) identificação do órgão de delegação do transporte;

a2) identificação da empresa do serviço de transporte;

a3) número do CNPJ da empresa do serviço de transporte;

a4) código e local de emissão do manifesto fiscal de viagem;

a5) identificação da viagem contendo:

a5.1) número de identificação do registro da linha;

a5.2) descrição da linha, identificando o itinerário;

a5.3) data e horário previsto de partida;

a5.4) tipo de viagem;

a6) quanto a cada Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem emitido:

a6.1) identificação da marca e do número de fabricação do ECF onde foi emitido;

a6.2) número do Contador de Cupom Fiscal (CCF) e Contador de Ordem de Operação (COO);

a6.3) código e descrição da origem da prestação do serviço de transporte;

a6.4) código e descrição do destino da prestação do serviço de transporte;

a6.5) valor total da prestação do serviço de transporte;

a6.6) situação tributária;

a6.7) tipo de serviço;

a6.8) número da poltrona;

a6.9) Número do DAV que contém o Documento de Início de Viagem (DIV) e Contador de Cupom de Embarque (CCE) de venda embarcada, quando aplicável.

a7) para cada tipo de serviço:

a7.1) nome do tipo de serviço;

a7.2) total de bilhetes de passagem emitidos;

b) Leitura do Movimento Diário, gerando registros no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, contendo as seguintes informações referentes aos documentos emitidos:

b1) tipo do documento, sendo:

b1a) 15, para bilhete de passagem;

b1b) 13, para documento que acoberte o transporte de excesso de bagagem;

b1c) ECF, para documento emitido por ECF;

b2) série do bilhete de passagem;

b3) número do bilhete inicial;

b4) número do bilhete final;

b5) número de fabricação do ECF e número do CRZ;

b6) valor contábil;

b7) CFOP;

b8) base de cálculo;

b9) alíquota;

b10) valor do imposto;

b11) valor de isentas;

b12) valor de outras.

c) Cupom de Embarque, impresso no ECF por meio de Relatório Gerencial vinculado ao Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem e conterá as seguintes informações referentes aos documentos emitidos:

c1) Razão Social da empresa do serviço de transporte;

c2) Endereço da empresa do serviço de transporte;

c3) Número do CNPJ da empresa do serviço de transporte;

c4) IE - Inscrição Estadual da empresa do serviço de transporte;

c5) IM - Inscrição Municipal da empresa do serviço de transporte;

c6) identificação da marca e do número de fabricação do ECF onde foi emitido;

c7) Número do Contador de Cupom Fiscal (CCF) do Cupom Fiscal ao qual esteja vinculado, se for o caso;

c8) Contador de Ordem de Operação (COO) do Cupom Fiscal ao qual esteja vinculado, se for o caso;

c9) Data e hora de emissão do bilhete de passagem, se for o caso;

c10) Código modalidade do transporte;

c11) Categoria do transporte;

c12) Número de identificação do registro da linha;

c13) Descrição da linha, identificando o itinerário;

c14) Código e descrição da origem da viagem;

c15) UF da origem da viagem;

c16) Código e descrição do destino da viagem;

c17) UF do destino da viagem;

c18) Tipo de serviço;

c19) Data e hora prevista da viagem;

c20) Tipo de viagem;

c21) Número da poltrona;

c22) Motivo do desconto;

c23) Valor da tarifa;

c24) Percentual do desconto

c25) Alíquota do ICMS;

c26) Valor do pedágio;

c27) Taxa de embarque;

c28) Plataforma de embarque;

c29) Valor total;

c30) REVOGADO;

c31) REVOGADO;

c32) Nome do passageiro;

c33) Número de documento de identificação de fé pública com foto do passageiro;

c34) Número CPF do passageiro;

c35) Número de celular do passageiro;

c36) Número do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da empresa do serviço de transporte;

c37) Razão social da agência emissora do bilhete;

c38) Código de barras composto exclusivamente por números, preferencialmente bidimensional, com o seguinte formato e ordenação: os 6 últimos dígitos do nº de série do ECF, os 6 últimos dígitos do COO do cupom de embarque, o número de identificação do registro da linha, data prevista da viagem, horário previsto da viagem, código do desconto, valor da tarifa, percentual do desconto, número de celular do passageiro, código do ponto de origem e código do ponto de destino.

c39) o código MD-5, nos termos do Requisito XI.

c40) a origem de sua emissão, conforme as seguintes informações:

c40.a) "PRESENCIAL", caso tenha sido emitido nos termos do item 1 deste Requisito;

c40.b) "EMBARCADO", caso tenha sido emitido nos termos do item 2 deste Requisito; e

c40.c) "INTERNET", caso tenha sido emitido nos termos do item 3 deste Requisito.

d) Leitura do Movimento Diário de Cupom de Embarque, gerando registros no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV.

e) Cupom de Embarque Gratuidade, impresso no ECF por meio de Relatório Gerencial que conterá as seguintes informações referentes ao documento emitido:

e1) Razão Social da empresa do serviço de transporte;

e2) Endereço da empresa do serviço de transporte;

e3) Número do CNPJ da empresa do serviço de transporte;

e4) IE - Inscrição Estadual da empresa do serviço de transporte;

e5) IM - Inscrição Municipal da empresa do serviço de transporte;

e6) Identificação da marca e do número de fabricação do ECF onde foi emitido;

e7) Contador Geral de Operação Não Fiscal;

e8) Contador Geral de Relatório Gerencial;

e9) REVOGADO

e10) Data e hora de emissão do bilhete de passagem;

e11) Código modalidade do transporte;

e12) Categoria do transporte;

e13) Número de identificação do registro da linha;

e14) Descrição da linha, identificando o itinerário;

e15) Código e descrição da origem da viagem;

e16) UF da origem da viagem ;

e17) Código e descrição do destino da viagem;

e18) UF do destino da viagem ;

e19) Tipo de serviço ;

e20) Data e hora prevista da viagem;

e21) Tipo de viagem;

e22) Número da poltrona;

e23) Motivo do desconto;

e23a) COO do Cupom de Embarque referente ao responsável pela criança;

e24) Valor da tarifa;

e25) Valor do pedágio;

e26) Taxa de embarque;

e27) Plataforma de embarque;

e28) Valor total;

e29) REVOGADO;

e30) REVOGADO;

e31) Nome do passageiro;

e32) Número de documento de identificação de fé pública com foto do passageiro;

e33) Número CPF do passageiro;

e34) Número de celular do passageiro;

e35) Número do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da empresa do serviço de transporte;

e36) Razão social da agência emissora do bilhete;

e37) Código de barras composto exclusivamente por números, preferencialmente bidimensional, com o seguinte formato e ordenação: os 6 últimos dígitos do nº de série do ECF, os 6 últimos dígitos do COO do cupom de embarque, o número de identificação do registro da linha, data prevista da viagem, horário previsto da viagem, código do desconto, valor da tarifa, percentual de desconto de 100% (10000),o número de celular do passageiro, código do ponto de origem e código do ponto de destino.

e38) o código MD-5, nos termos do Requisito XI;

e39) a origem de sua emissão, conforme as seguintes informações:

e39.a) "PRESENCIAL", caso tenha sido emitido nos termos do item 1 deste Requisito;

e39.b) "EMBARCADO", caso tenha sido emitido nos termos do item 2 deste Requisito; e

e39.c) "INTERNET", caso tenha sido emitido nos termos do item 3 deste Requisito.

f) Leitura do Movimento Diário de Cupom de Embarque Gratuidade, gerando registros no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV.

2. A emissão do Cupom de Embarque deverá ser realizada por Módulo Específico Embarcado do PAF-ECF (MEE), dedicado a este fim, em execução interna e as demais funcionalidades, no estabelecimento do contribuinte, de modo que a emissão do Cupom de Embarque seja realizada por meio de equipamento não fiscal, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) o MEE poderá ser executado em dispositivo móvel, e, em qualquer caso, sempre dedicado exclusivamente a sua execução, exceto para execução de aplicações destinadas ao monitoramento de viagem exigidas por legislação específica;

b) a viagem deverá ser habilitada por meio da emissão do Documento de Início de Viagem (DIV), em Documento Auxiliar de Venda (DAV), exclusivo, emitido em ECF, contendo as informações das alíneas "a1" até "a5.4" do item 1 deste requisito e gravado no MEE, momento em que se libera a emissão dos Cupons de Embarque;

b1) havendo conexão entre o PAF-ECF e o MEE para que este obtenha o DIV, e havendo Cupons de Embarque ainda não transmitidos pelo MEE para o PAF-ECF, o MEE deverá prioritariamente transmitir os Cupons de Embarque pendentes de transmissão, antes que seja gravado o novo DIV no MEE;

c) o DIV será associado, exclusivamente, a um único MEE ativo para a emissão dos respectivos Cupons de Embarque;

d) o MEE deverá ser capaz de gerar e controlar o Contador de Cupom de Embarque (CCE), o qual será composto de número inteiro sequencial, de seis dígitos, iniciado em 1 (um) e cuja contagem será reiniciada a cada novo DIV;

e) o MEE emitirá o Cupom de Embarque conforme previsto no item 1 deste requisito, exceto quanto às informações previstas nas alíneas "c7" e "e7" e "c8 e "e8", que serão supridas, respectivamente, pelas indicações do número do DAV que contém o DIV e pelo número do CCE correspondente, observado ainda o disposto na alínea "f" deste item;

f) os códigos de barras previstos nas alíneas "c38" e "e37" do item 1 deste requisito serão compostos exclusivamente por números, preferencialmente bidimensional, com o seguinte formato e ordenação: os 6 últimos dígitos do número do DAV que contém o DIV, os 6 dígitos do CCE do respectivo Cupom de Embarque, o número de identificação do registro da linha, data prevista da viagem, horário previsto da viagem, código do desconto, valor da tarifa, percentual do desconto, número de celular do passageiro, código do ponto de origem e código do ponto de destino;

g) quando da emissão de Cupom de Embarque, o MEE executará a seguinte sequência de processamento:

g1) incrementa o Contador de Cupom de Embarque (CCE);

g2) gera e armazena localmente o Cupom de Embarque, vinculando-o ao DIV ativo;

g3) comanda a emissão do Cupom de Embarque no equipamento não-fiscal;

h) a qualquer momento e no intervalo máximo de 10 (dez) minutos, independentemente de haver DIV ativo, bem como imediatamente após o comando previsto na alínea "g2", o MEE executará a seguinte sequência de processamento:

h1) proceder conforme a alínea "l" deste item, caso o Cupom de Embarque a ser transmitido tenha sido emitido em SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA e haja conexão disponível entre o MEE e o PAF-ECF;

h2) transmitir, concomitantemente ao comando previsto no alínea "g2", e em ordem cronológica da data e hora das operações a que se referem os Cupons de Embarque ao PAF-ECF, havendo conexão disponível entre o MEE e o PAF-ECF;

h3) registra o histórico de tentativas de transmissão sem sucesso, indicando o horário, no formato hh:mm:ss e o motivo do insucesso;

h4) a transmissão, somente será considerada realizada após o MEE armazenar o recibo do PAF-ECF, devendo o MEE controlar os Cupons de Embarque transmitidos e os pendentes de transmissão;

i) ao receber a transmissão do Cupom de Embarque do MEE, o PAF-ECF executará imediatamente a seguinte sequência de processamento:

i1) armazenar definitivamente no PAF-ECF as informações recebidas relativas ao Cupom de Embarque;

i2) comandar a emissão do Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem, conforme as informações recebidas do Cupom de Embarque, no mesmo ECF onde o respectivo DIV houver sido registrado, ou, quando for o caso, no ECF que emitiu o DIV SUBSTITUTO;

j) não havendo conexão entre o MEE e o PAF-ECF, de modo que o DIV emitido não tenha sido gravado no MEE, o módulo trabalhará em "SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA";

k) durante a viagem, em caso de "SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA", o MEE tentará, em tempo nunca superior a 10 (dez) minutos, a conexão com o PAF-ECF para a obtenção do DIV a ser gravado;

k1) ocorrendo "SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA", no Cupom de Embarque deverá constar a expressão "SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA", devendo ser vinculado ao DAV número NNNNNNNNN;

k2) no Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem, referente a um Cupom de Embarque emitido em "SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA", deverá constar a seguinte informação: "Cupom de Embarque emitido em 'SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA'";

l) quando da gravação do DIV no MEE o módulo sairá do modo em "SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA" e vinculará ao DIV todos os Cupons de Embarque já emitidos;

m) caso ocorra defeito no ECF impedindo a emissão dos respectivos Cupons Fiscais, deverá ser gerado um novo DIV denominado "DIV SUBSTITUTO" em outro ECF, contendo os seguintes dados do DIV original:

m1) número do DAV que contém o DIV original e número de fabricação do ECF;

m2) números dos Cupons de Embarque emitidos pelo MEE e respectivos CCF dos Cupons Fiscais, caso já tiverem sido emitidos.

n) no "DIV SUBSTITUTO" deverá constar a seguinte informação: "DIV SUBSTITUTO DO DIV CONTIDO NO DAV Nº XXXXXXXX do ECF Nº de Fabricação YYYYYYYY".

o) a emissão dos Cupons Fiscais relativos a um "DIV SUBSTITUTO" será realizada contendo, no ECF e no banco de dados do PAF-ECF, as informações da identificação do DIV substituído e do DIV substituto;

p) ao final da viagem, o PAF-ECF deverá validar o DIV, ou, quando for o caso, o DIV SUBSTITUTO gravado no MEE, a fim de ser emitido o relatório denominado "MANIFESTO FISCAL DE VIAGEM" previsto na alínea "a" do item 1 deste requisito, acrescentando ao item "a6.9" os números de CCE e de DAV que contenha o respectivo DIV, no mesmo ECF que gerou o DIV ou, quando for o caso, no ECF que gerou o DIV SUBSTITUTO.

q) caso não haja conexão entre o MEE e o equipamento não-fiscal de modo que fique impossibilitada a emissão do Cupom de Embarque e as demais funcionalidades do PAF-ECF, desde que a viagem esteja habilitada ou em SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA, poderá ser emitido manualmente o Bilhete de Passagem modelo 13, devendo ser registrado no PAF-ECF antes da emissão do relatório "MANIFESTO FISCAL DE VIAGEM";

r) Assim que for selecionado novo DIV para emissão de Cupom de Embarque, o MEE deverá verificar as transmissões pendentes de Cupom de Embarque:

r1) se houver mais de 1.000 (um mil) Cupons de Embarque pendentes de transmissão ao PAF-ECF, o MEE deverá informar ao usuário a seguinte mensagem: "HÁ MAIS DE 1.000 CUPONS DE EMBARQUE PENDENTES DE TRANSMISSÃO.";

r2) se a quantidade de DIVs correspondentes aos Cupons de Embarque pendentes de transmissão for superior a 10 (dez), o MEE deverá informar ao usuário a seguinte mensagem: "HÁ CUPONS DE EMBARQUE PENDENTES DE TRANSMISSÃO QUE CORRESPONDEM A MAIS DE 10 (dez) DOCUMENTOS DE INÍCIO DE VIAGEM.";

r3) se houver Cupom de Embarque pendente de transmissão que tenha sido emitido em prazo superior há 10 dias, o MEE deverá informar ao usuário a seguinte mensagem: "HÁ CUPONS DE EMBARQUE PENDENTES DE TRANSMISSÃO E QUE FORAM EMITIDOS HÁ MAIS DE 10 (dez) DIAS.";

r4) Ao final das mensagens das alíneas r1, r2 e r3 deverá ser acrescentada a seguinte expressão: "VERIFIQUE COM A EMPRESA DE TRANSPORTE OU COM O FORNECEDOR DO PROGRAMA A SOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.";

r5) O MEE deve impedir o seu próprio uso, exceto para executar transmissões pendentes sempre que:

r5.1) a quantidade de Cupons de Embarque pendentes de transmissão for igual ou superior a 2.000 (dois mil);

r5.2) a quantidade de Documentos de Início de Viagem correspondentes aos Cupons de Embarque pendentes de transmissão for igual ou superior a 15 (quinze);

r5.3) a data de emissão de qualquer Cupom de Embarque pendente de transmissão for igual ou superior a 20 (vinte) dias;

s) ocorrendo o bloqueio do MEE nos termos da alínea r5, deverá ser exibida a seguinte mensagem quando for inicializado o MEE: "ESTE DISPOSITIVO ESTÁ BLOQUEADO. EXECUTE AS TRANSMISSÕES PENDENTES PARA REALIZAR O DESBLOQUEIO.";

t) o MEE será desbloqueado automaticamente somente quando executar todas as transmissões pendentes de Cupom de Embarque;

u) o MENU FISCAL estará disponível no computador do contribuinte que controla a emissão do DAV e do Cupom Fiscal e também será disponibilizado na Internet, em endereço específico, contendo login e senha de uso exclusivo para o fisco, caso em que serão exigidas somente as seguintes funções:

u1) Arq. MFD;

u2) Fechamento da Viagem;

u3) Identificação do PAF-ECF, informando os números seriais dos MEE;

u4) Registros do PAF-ECF;

u5) Espelho MFD

v) o atendimento das solicitações das funções referentes aos itens "u1" e "u5" poderá ser realizado de modo assíncrono, sendo executadas quando o ECF não estiver dedicado a emissão de documentos fiscais, devendo disponibilizá-las ao fisco até 48h após a solicitação na Internet e no mesmo endereço em que foi solicitado.

x) no MENU FISCAL deverá constar todas as solicitações, especificando os seguintes status: "Realizadas", "Atendidas" e "Novas"

3. A emissão do Cupom de Embarque, por iniciativa de terceiros na Internet, deverá ser realizada por meio de Módulo Específico Web do PAF-ECF (MEW), dedicado a este fim, em execução em ambiente físico interno da empresa prestadora do serviço de transporte, de modo que a emissão do Cupom de Embarque seja realizada por meio de equipamento não fiscal ou gerado no dispositivo do usuário solicitante, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) o MEW deverá ser capaz de gerar e controlar o Contador de Cupom de Embarque (CCE), o qual será composto de número inteiro sequencial, de seis dígitos, iniciado em 1 (um);

b) o MEW emitirá o Cupom de Embarque conforme previsto no item 1 deste requisito, devendo disponibilizar para o terceiro solicitante somente após ser emitido primeiramente o Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem no ECF;

c) o MENU FISCAL estará disponível no computador do contribuinte, onde estiver instalado o MEW que controla a emissão do Cupom de Embarque e do Cupom Fiscal, e também será disponibilizado na Internet, em endereço específico, contendo login e senha de uso exclusivo para o Fisco, caso em que serão exigidas somente as seguintes funções:

c1) Arq. MFD;

c2) Identificação do PAF-ECF;

c3) Registros do PAF-ECF;

c4) Espelho MFD

d) o atendimento das solicitações das funções referentes aos itens "c1" e "c4" poderá ser realizado de modo assíncrono, sendo executadas quando o ECF não estiver dedicado a emissão de documentos fiscais, devendo disponibilizá-las ao Fisco até 48h após a solicitação na Internet e no mesmo endereço em que foi solicitado.

e) no MENU FISCAL deverá constar todas as solicitações, especificando os seguintes status: "Realizadas", "Atendidas" e "Novas"

f) Os documentos Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem e Cupom de Embarque deverão ser emitidos no ECF autorizado pelo Estado onde ocorrerá o embarque da viagem.

REQUISITO LIV

1. O PAF-ECF que funcione com ECF que emita Cupom Fiscal - Bilhete de Passagem relativo à viagem de retorno (venda de passagem ida-e-volta) deve possuir função que emita Relatório Gerencial pelo ECF conforme item 16 do Requisito VII (Menu Fiscal) contendo a identificação da sigla da UF associada a cada Totalizador Parcial de tributação do ICMS -nnTnn,nn% (UF)

Exemplos:

01T18,00% (ES)

02T18,00% (MG)

03T12,00% (SC)

04T15,00% (RS)

BLOCO VII

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA POSTO DE PEDÁGIO

REQUISITO LV

1. O PAF-ECF para uso por posto de pedágio deve:

a) gerar registros no arquivo eletrônico a que se refere o item 17 do Requisito VII, conforme leiaute estabelecido no Anexo IV, contendo as informações relativas ao movimento diário do posto de pedágio.

b) comandar automaticamente a emissão de Cupom Fiscal ao ser liberada a passagem para veículos que possuem dispositivo de livre passagem.

BLOCO VIII

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA ESTACIONAMENTO, MOTÉIS E SIMILARES, QUE PRATIQUEM O CONTROLE DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS OU PESSOAS

Observação: O requisito a seguir (LVI) aplica-se no caso de PAF-ECF para uso por estabelecimento prestador de serviços de estacionamento, motéis e similares que prestam seus serviços mediante a vinculação de entrada e saída independentes de veículos ou pessoas, com os pontos de acesso integrados, assim entendido, cada um dos pontos de acesso e os pontos de venda, por meio de rede de comunicação de dados.

REQUISITO LVI

1. O PAF-ECF para uso em estacionamento e motéis deve:

a) abrir a cancela de entrada apenas mediante a liberação ao usuário da ficha de acesso (cartão magnético ou com código de barras) para controle do serviço.

b) abrir a cancela de saída apenas se houver emissão do cupom fiscal da prestação, após a consulta a sua tabela de serviços, em conformidade com o requisito da concomitância a que se refere o Item 1 do Requisito IV.

BLOCO IX

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA PRESTADOR DE SERVIÇOS DE CINEMA, ESPETÁCULOS OU SIMILARES

REQUISITO LVII

1. O PAF-ECF para uso em cinema, casa de espetáculos ou similares que se utilizarem do mesmo ponto de venda para emissão do ingresso e para o fornecimento de alimentação e bebidas, deverá emitir cupons fiscais separados, com COO distintos, para cada uma das operações sujeitas à incidência de ISSQN e de ICMS, respectivamente, de prestação de serviços (ingresso) e de fornecimento de alimentação ou bebidas.

2. O PAF-ECF utilizado por estabelecimento prestador de serviço do tipo " drive in" poderá utilizar os requisitos relativos à funcionalidade "Conta de Cliente", a que se refere o § 3º do art. 2º, emitindo ao final o Cupom Fiscal relativo ao fornecimento de alimentação e bebidas.

BLOCO X

REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PAF-ECF PARA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES E ARQUIVOS

REQUISITO LVIII

1. O PAF-ECF deve gerar as seguintes informações, denominadas no seu conjunto como "Arquivo com Informações da Redução Z do PAF-ECF", observando-se ainda os itens 2 a 8 e os arts 2º e 3º deste Ato.

1.1. Versão do leiaute da mensagem;

1.2. CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF;

1.3. Razão social da empresa desenvolvedora do PAF-ECF;

1.4. Número do credenciamento do PAF-ECF na unidade federativa que autorizou seu uso, quando aplicável;

1.5. Nome comercial do PAF-ECF;

1.6. Versão do PAF;

1.7. CNPJ do estabelecimento usuário do ECF;

1.8. Razão social do estabelecimento usuário do ECF;

1.9. Inscrição Estadual do estabelecimento usuário do ECF;

1.10. Número do credenciamento do ECF na unidade federativa que autorizou seu uso;

1.11. Número de fabricação do ECF;

1.12. Tipo de ECF;

1.13. Marca do ECF;

1.14. Modelo do ECF;

1.15. Versão do Software Básico do ECF;

1.16. Nº de ordem sequencial do ECF no estabelecimento usuário (número do caixa);

1.17. Data da jornada fiscal das operações e prestações relativas à respectiva Redução Z;

1.18. Data de emissão da Redução Z;

1.19. Hora de emissão da RZ;

1.20. Nº do Contador de Redução Z relativo à respectiva Redução Z;

1.21. Nº do Contador de Ordem de Operação relativo à respectiva Redução Z;

1.22. Nº do Contador de Reinício de Operação relativo à respectiva Redução Z;

1.23. Valor acumulado no totalizador Venda Bruta Diária relativo à respectiva Redução Z;

1.24. Valor acumulado no Totalizador Geral (GT);

1.25. Identificação de cada Totalizador Parcial relativo à respectiva Redução Z;

1.26. Valor acumulado em cada Totalizador Parcial relativo à respectiva Redução Z;

1.27. Relativamente a cada mercadoria ou serviço lançado no Totalizador Parcial do item 1.23:

1.27.1. Codificação completa da mercadoria ou serviço:

1.27.1.1. Número Global de Item Comercial - GTIN;

1.27.1.2. Código Especificador da Substituição Tributária - CEST, quando for o caso;

1.27.1.3. Nomenclatura Comum do Mercosul / Sistema Harmonizado - NCM/SH, quando for o caso;

1.27.1.4. Código próprio do estabelecimento registrado no PAF-ECF ou Sistema de Gestão, quando for o caso;

1.27.2. Unidade de medida relativa a codificação da mercadoria ou serviço;

1.27.3. Descrição da mercadoria ou serviço relativa a codificação da mercadoria ou Serviço;

1.27.4. Quantidade acumulada da mercadoria ou serviço cujo valor foi acumulado no Totalizador Parcial respectivo;

1.27.5. Valor acumulado dos descontos concedidos sobre a mercadoria ou serviço cujo valor foi acumulado no Totalizador Parcial respectivo;

1.27.6. Valor acumulado dos acréscimos aplicados sobre a mercadoria ou serviço cujo valor foi acumulado no Totalizador Parcial respectivo;

1.27.7. Valor acumulado dos cancelamentos aplicados sobre a mercadoria ou serviço cujo valor foi acumulado no Totalizador Parcial respectivo;

1.27.8. Valor total líquido da mercadoria ou serviço cujo valor foi acumulado no Totalizador Parcial respectivo.

2. O Arquivo com Informações da Redução Z do PAF-ECF deve ser gerado automaticamente quando o PAF-ECF comandar a emissão do documento Redução Z.

3. O Arquivo com Informações da Redução Z do PAF-ECF deve ser gerado automaticamente também quando houver a emissão automática do documento Redução Z pelo ECF.

4. O PAF-ECF deve, imediatamente após a geração do Arquivo com Informações da Redução Z do PAF-ECF, bem como automaticamente a cada inicialização, e ainda por meio de comando no Menu Fiscal, verificar a ocorrência de pendências na transmissão do arquivo especificado no item 1, executar a transmissão pendente ou transmissões pendentes e adotar os seguintes procedimentos, conforme o caso:

4.1. Caso a transmissão tenha sido realizada com sucesso:

4.1.1. Informar ao usuário a seguinte mensagem: "Arquivo com Informações da Redução Z do PAF-ECF transmitido com sucesso.";

4.2. Caso a transmissão não tenha sido concluída com sucesso:

4.2.1. Informar ao usuário o número de transmissões pendentes na tela de aviso, com a seguinte mensagem: "HÁ N (ene) ARQUIVOS COM INFORMAÇÕES DA REDUÇÃO Z DO PAF-ECF PENDENTES DE TRANSMISSÃO AO FISCO. O CONTRIBUINTE PODE TRANSMITIR OS ARQUIVOS PELO MENU FISCAL POR MEIO DO COMANDO 'TRANSMITIR ARQUIVOS COM INFORMAÇÕES DA REDUÇÃO Z DO PAF-ECF'.", substituindo-se o "N (ene)" da mensagem pelo número de transmissões pendentes;

4.2.2. A partir da 5ª (quinta) até a 8ª (oitava) transmissão pendente, acrescentar ao final da mensagem do item 4.2.1 a expressão "VERIFIQUE COM O FORNECEDOR DO PROGRAMA A SOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.";

4.2.3. Na 9ª (nona) transmissão pendente, acrescentar ao final da mensagem do item 4.2.1 a expressão "A PARTIR DA 10ª TRANSMISSÃO PENDENTE, O SEU PROGRAMA SERÁ BLOQUEADO E SOMENTE SERÁ LIBERADO APÓS TODAS AS TRANSMISSÕES SEREM REALIZADAS. VERIFIQUE URGENTEMENTE COM O FORNECEDOR DO PROGRAMA A SOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.";

4.3. Sempre que o número de transmissões automáticas não executadas for igual a 10 (dez) ocorrências, o PAF-ECF deve impedir o seu próprio uso, exceto para executar transmissões pendentes, disponibilizando as funções previstas no REQUISITO XIX.

4.4. O PAF-ECF será desbloqueado automaticamente somente quando transmitir pelo menos 1 (um) arquivo pendente.

5. O Sistema de Gestão deve, automaticamente, e também a qualquer tempo através de comando plenamente acessível a todos os usuários, verificar a ocorrência de pendências na transmissão do Arquivo com Informações da Redução Z do PAF-ECF e adotar os procedimentos dos itens 4.1 e 4.2, conforme o caso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Os Arquivos com Informações da Redução Z do PAF-ECF devem ser transmitidos em ordem cronológica da data das operações a que se referem.

7. Quando houver mais de um ECF autorizado, a transmissão das informações poderá ser realizada pelo Sistema de Gestão.

8. A transmissão somente será considerada realizada após o PAF-ECF ou o Sistema de Gestão recepcionar o Recibo do Fisco, devendo este ser armazenado no PAF-ECF e no Sistema de Gestão na pasta denominada "Recibos dos Arquivos com Informações da Redução Z do PAF-ECF".

REQUISITO LIX

1. O PAF-ECF ou o Sistema de Gestão deve gerar as seguintes informações relativas ao estoque de mercadorias do último dia do mês anterior, denominadas no seu conjunto como "Arquivo com Informações do Estoque Mensal do Estabelecimento", observando-se ainda os artigos 2º e 3º deste Ato:

1.1. Versão do leiaute da mensagem;

1.2. CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF ou do Sistema de Gestão, conforme o Arquivo seja gerado por um ou por outro;

1.3. Razão social da empresa desenvolvedora do PAF-ECF ou do Sistema de Gestão, conforme o Arquivo seja gerado por um ou por outro;

1.4. Número do credenciamento do PAF-ECF ou do Sistema de Gestão na unidade federativa que autorizou seu uso, quando aplicável

1.5. Nome comercial do PAF-ECF ou do Sistema de Gestão, conforme o Arquivo seja gerado por um ou por outro;

1.6. Versão do aplicativo;

1.7. CNPJ do contribuinte;

1.8. Inscrição Estadual do contribuinte;

1.9. Razão social do contribuinte;

1.10. Data do estoque:

1.10.1. Data de Referência Inicial;

1.10.2. Data de Referência Final;

1.11. Código da mercadoria ou produto cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII;

1.12. Código da mercadoria ou produto utilizado para preencher o campo Código do Item do registro 0200 - Tabela de Identificação do Item (Produtos e Serviços) para os contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal Digital - EFD, conforme Ato Cotepe ICMS 09/08;

1.13. Descrição da mercadoria ou produto cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII;

1.14. Unidade de medida cadastrada na tabela a que se refere o requisito XIII;

1.15. Valor unitário da mercadoria;

1.16. Situação tributária correspondente à mercadoria;

1.17. Alíquota de tributação da mercadoria;

1.18. Indicador de Arredondamento ou Truncamento (IA) correspondente à mercadoria, devendo ser utilizado o indicador "A" para arredondamento ou "T" para truncamento;

1.19. Indicador de Produção Própria ou de Terceiro (IPPT) correspondente à mercadoria, devendo ser utilizado o indicador "P" para mercadoria manufaturada pelo próprio contribuinte usuário, ou "T" para mercadoria manufaturada por terceiros;

1.20. Informação de estoque positivo (+) ou negativo (-);

1.21. Quantidade da mercadoria ou produto constante no estoque, com três casas decimais;

1.22. Número Global de Item Comercial - GTIN;

1.23. Código Especificador da Substituição Tributária - CEST, quando for o caso;

1.24. Nomenclatura Comum do Mercosul / Sistema Harmonizado - NCM/SH, quando for o caso;

1.25. Código próprio do estabelecimento registrado no PAF-ECF ou Sistema de Gestão, quando for o caso;

1.26. Valor total de aquisição da mercadoria;

1.27. Quantidade total adquirida da mercadoria;

1.28. Valor total do ICMS informado como débito da operação ou prestação praticada pelo fornecedor da mercadoria, quando for o caso;

1.29. A base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária da mercadoria, quando for o caso;

1.30. O Valor total do ICMS devido por substituição tributária da mercadoria, quando for o caso.

2. O Arquivo com Informações do Estoque Mensal do Estabelecimento deve ser gerado até o 5º dia de movimento do mês seguinte a que se refere, quando o PAF-ECF comandar a emissão do primeiro documento Redução Z do dia.

3. O PAF-ECF deve, imediatamente após a geração do Arquivo com Informações do Estoque Mensal do Estabelecimento, bem como automaticamente a cada inicialização, e ainda por meio de comando no Menu Fiscal, verificar a ocorrência de pendências na transmissão do arquivo especificado no item 1, executar a transmissão pendente ou transmissões pendentes e adotar os seguintes procedimentos, conforme o caso:

3.1. Caso a transmissão tenha sido realizada com sucesso:

3.1.1. Informar ao usuário a seguinte mensagem: "Arquivo com Informações do Estoque Mensal do Estabelecimento transmitido com sucesso.";

3.2. Caso a transmissão não tenha sido concluída com sucesso:

3.2.1. Informar ao usuário o número de transmissões pendentes na tela de aviso, com a seguinte mensagem: "HÁ N (ene) ARQUIVOS COM INFORMAÇÕES DO ESTOQUE MENSAL DO ESTABELECIMENTO PENDENTES DE TRANSMISSÃO AO FISCO. O CONTRIBUINTE PODE TRANSMITIR OS ARQUIVOS PELO MENU FISCAL POR MEIO DO COMANDO 'TRANSMITIR ARQUIVOS COM INFORMAÇÕES DO ESTOQUE MENSAL DO ESTABELECIMENTO'.", substituindo-se o "N (ene)" da mensagem pelo número de transmissões pendentes;

3.2.2. A partir da 5ª (quinta) até a 8ª (oitava) transmissão pendente, acrescentar ao final da mensagem do item 3.2.1 a expressão "VERIFIQUE COM O FORNECEDOR DO PROGRAMA A SOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.";

3.2.3. Na 9ª (nona) transmissão pendente, acrescentar ao final da mensagem do item 3.2.1 a expressão "A PARTIR DA 10ª TRANSMISSÃO PENDENTE, O SEU PROGRAMA SERÁ BLOQUEADO E SOMENTE SERÁ LIBERADO APÓS TODAS AS TRANSMISSÕES SEREM REALIZADAS. VERIFIQUE URGENTEMENTE COM O FORNECEDOR DO PROGRAMA A SOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.";

3.3. Sempre que o número de transmissões automáticas não executadas for igual a 10 (dez) ocorrências, o PAF-ECF deve impedir o seu próprio uso, exceto para executar transmissões pendentes, disponibilizando as funções previstas no REQUISITO XIX.

3.4. O PAF-ECF será desbloqueado automaticamente somente quando transmitir pelo menos 1 (um) arquivo pendente.

4. O Sistema de Gestão deve, automaticamente, e também a qualquer tempo por meio de comando plenamente acessível a todos os usuários, verificar a ocorrência de pendências na transmissão do Arquivo com Informações do Estoque Mensal do Estabelecimento e adotar os procedimentos dos itens 3.1 e 3.2, conforme o caso.

5. A transmissão somente será considerada realizada após o PAF-ECF ou o Sistema de Gestão recepcionar o Recibo do Fisco, devendo este ser armazenado no PAF-ECF e no Sistema de Gestão na pasta denominada "Recibos dos Arquivos com Informações do Estoque Mensal do Estabelecimento".

ANEXO II

MODELO DO DOCUMENTO AUXILIAR DE VENDA - DAV

REQUISITO VI

DOCUMENTO AUXILIAR DE VENDA - "N1"		
NÃO É DOCUMENTO FISCAL - NÃO É VÁLIDO COMO RECIBO E COMO GARANTIA DE MERCADORIA - NÃO COMPROVA PAGAMENTO		
Identificação do Estabelecimento Emitente		
Denominação:		
Identificação do Destinatário		
Nome:		
Nº do Documento: "N2"		Nº do Documento Fiscal:_____
N3		
E vedada a autenticação deste documento		

Tamanho mínimo: 210 mm x 148 mm (formato A-5) ou 240 mm x 140 mm

Legenda: N1 = Titulo do documento atribuído pelo usuário conforme sua finalidade: pedido, orçamento, ordem de serviço, etc. N2 = Número do Documento Auxiliar de Venda conforme previsto na alínea "b" do item 2 do requisito VI. N3 = Conteúdo do Documento Auxiliar de Venda reunindo todas as informações a serem armazenadas na base de dados.

ANEXO III

1- LOCAL DE GRAVAÇÃO:

1.1 - O arquivo deverá ser gravado em disco rígido do computador do usuário, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação.

2 - REGISTROS:

2.1 - Tipo: texto não delimitado;

2.2 - Tamanho: indeterminado, acrescido de CR/LF (Carriage return/Line feed) ao final de cada registro;

2.3 - Organização: sequencial;

2.4 - Codificação: ASCII.

3 - FORMATO DOS CAMPOS:

3.1 - Numérico (N): sem sinal, não compactado, alinhado à direita, suprimidos a vírgula e os pontos decimais, com as posições não significativas zeradas;

3.2 - Alfanumérico (X): alinhado à esquerda, com as posições não significativas em branco;

3.3 - Data (D): somente os algarismos da data, no formato (AAAAMMDD);

3.4 - Hora (H): somente os algarismos da hora, no formato (HHMMSS).

4 - PREENCHIMENTOS DOS CAMPOS

4.1 - Numérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com zeros.

4.2 - Alfanumérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com brancos.

5 - ESTRUTURA DO ARQUIVO:

5.1 - O arquivo compõe-se dos seguintes tipos de registros:

5.1.1 - Registro tipo N1 - Identificação da empresa desenvolvedora do PAF-ECF;

5.1.2 - Registro tipo N2 - Identificação do PAF-ECF;

5.1.3 - Registro tipo N3 - Relação dos arquivos executáveis e seus códigos de autenticação (MD5);

5.1.4 - Registro N9 - Totalização de Registros;

5.1.5 - Registro EAD - Assinatura digital.

6 - MONTAGEM DO ARQUIVO ELETRÔNICO:

6.1 - O arquivo deverá ser composto pelos seguintes conjuntos de registros, na sequência indicada e classificados em ordem ascendente de acordo com o campo de classificação abaixo:

Tipo de Registro	Nome do Registro	Denominação dos Campos de Classificação	A/D*
N1	Identificação da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	1º registro (único)	------
N2	Identificação do PAF-ECF	2º registro (único)	------
N3	Relação dos arquivos executáveis e seus códigos de autenticação (MD5)	Nome e extensão do arquivo executável Código de autenticação (MD5)	A
N9	Totalização de registros	Penúltimo registro (único)	------

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EAD	Assinatura digital	Último registro (único)	------

* A indicação "A/D" significa ascendente/descendente

7 - ESTRUTURA DOS REGISTROS:

7.1 - REGISTRO TIPO N1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA DESENVOLVEDORA DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"N1"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	17	30	X
04	Inscrição Municipal	Inscrição Municipal da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	31	44	X
05	Razão Social	Razão Social da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	50	45	94	X

7.1.1 - Observações:

7.1.1.1 - Deve ser criado somente um registro tipo N1 para cada arquivo;

7.1.1.2 - Campos 02 a 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição;

7.1.1.3 - Campos 03, 04 e 05 deve ser preenchido em maiúsculas e sem acentuação gráfica.

7.2 - REGISTRO TIPO N2 - IDENTIFICAÇÃO DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"N2"	02	1	2	X
02	Laudo do PAF-ECF	Número do Laudo de Análise Funcional	10	3	12	X
03	Nome do PAF-ECF	Nome do aplicativo indicado no Laudo de Análise Técnica	50	13	62	X
04	Versão do PAF-ECF	Versão atual do aplicativo indicado no Laudo de Análise Técnica	10	63	72	X

7.2.1 - Observações:

7.2.1.1 - Campo 02: Informar o número do laudo sem a expressão "Rn", em caso de correção do laudo.

7.2.1.2 - Campos 02, 03 e 04 devem ser preenchidos em maiúsculas e sem acentuação gráfica.

7.3 - REGISTRO TIPO N3 - RELAÇÃO DOS EXECUTÁVEIS E SEUS CÓDIGOS DE AUTENTICAÇÃO (MD5):

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"N3"	02	1	2	X
02	Nome do arquivo	Nome do arquivo executável	50	3	52	X
03	Código de autenticação (MD-5)	Código de autenticação (MD-5)	32	53	84	X

7.3.1 - Observações:

7.3.1.1 - Deve ser criado um registro tipo N3 para cada arquivo executável usado pelo PAF-ECF e identificado no seu Laudo de Análise Funcional;

7.3.1.2 - Campo 02: Informar o nome do arquivo executável e sua extensão separados por um ponto, sem incluir a pasta ou diretório onde ele está armazenado.

7.3.1.3 - Campos 02 e 03 devem ser preenchidos em maiúsculas e sem acentuação gráfica.

7.4. REGISTRO TIPO N9 - TOTALIZAÇÃO DO ARQUIVO

Nº	Denominação do campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"N9"	02	01	02	X
02	CNPJ/MF	CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	03	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	17	30	X
04	Total de registros tipo N3	Quantidade de registros tipo N3 informados no arquivo	06	31	36	N

7.4.1 - Observações:

7.4.1.2 - Campos 02 e 03: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

7.4.1.3 - Campo 03: deve ser preenchido em maiúsculas.

7.5 - REGISTRO TIPO EAD - ASSINATURA DIGITAL

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo do registro	"EAD"	03	01	03	X
02	Assinatura Digital	Assinatura do Hash	256	04	259	X

7.5.1 - Observações:

7.5.1.1 - Campo 02: Observar o disposto no Requisito XXXI do Anexo I.

ANEXO IV

DADOS TÉCNICOS PARA GERAÇÃO DO ARQUIVO ELETRÔNICO DE REGISTROS DO PAF-ECF (ITEM 17 DO REQUISITO VII)

1. LOCAL DE GRAVAÇÃO:

1.1. O arquivo deverá ser gravado em disco rígido do computador do usuário, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação.

2. REGISTROS:

2.1. Tipo: texto não delimitado.

2.2. Tamanho: indeterminado, acrescido de CR/LF (Carriage return/Line feed) ao final de cada registro.

2.3. Organização: sequencial.

2.4. Codificação: ASCII.

3. FORMATO DOS CAMPOS:

3.1. Numérico (N): sem sinal, não compactado, alinhado à direita, suprimidos a vírgula e os pontos decimais, com as posições não significativas zeradas.

3.2. Alfanumérico (X): alinhado à esquerda, com as posições não significativas em branco.

3.3. Data (D): somente os algarismos da data, no formato (AAAAMMDD).

3.4. Hora (H): somente os algarismos da hora, no formato (HHMMSS).

4. PREENCHIMENTOS DOS CAMPOS:

4.1. Numérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com zeros.

4.2. Alfanumérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com brancos.

5. ESTRUTURA E MONTAGEM DO ARQUIVO:

5.1. O arquivo deverá ser composto com os seguintes tipos de registros, conforme as funções executadas pelo PAF-ECF, na sequência indicada e classificados em ordem ascendente de acordo com o campo de classificação abaixo indicado:

Tipo de Registro	Nome do Registro	Denominação dos Campos de Classificação	A/D*
U1	Identificação do Estabelecimento Usuário do PAF-ECF	1º registro (único)	------
A2	Total Diário de Meios de Pagamento	Data Meio de pagamento Código do tipo de documento	A
P2	Relação das Mercadorias e Serviços	Código da Mercadoria ou Serviço	A
E2	Relação das Mercadorias em Estoque	Código da Mercadoria ou Produto	A
E3	Identificação do ECF que Emitiu o Documento Base para a Atualização do Estoque	Registro único	------
D2	Relação dos DAV Emitidos	Número do DAV	A
D3	Detalhe do DAV	Número do DAV Número do Item	A
D4	Log de Alteração de Itens do DAV	Número do DAV Data da alteração Hora da alteração	A
B2	Registros de Substituição da Placa Eletrônica de Gerenciamento de Bomba de Combustível	Data da Substituição Número da Bomba Número do Bico	A
C2	Controle de Abastecimentos eEncerrantes	Número da Bomba Número do Bico Encerrante inicial	A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

F2	Manifesto Fiscal de Viagem - Transporte de Passageiros	CNPJ da empresa Código do local de emissão Identificação da linha Data de partida Horário de partida	A
F3	Bilhetes de Passagens do Manifesto - Transporte de Passageiros	Nº de Fabricação do ECF CCF COO	A
F4	Tipo de serviço - Transporte de Passageiros	Código do tipo de serviço	A
T2	Movimento Diário - Transporte de Passageiros	Data do movimento Tipo do documento Série do bilhete de passagem ECF utilizado	A
M2	Cupom de Embarque	CNPJ da empresa Identificação da linha Data da viagem Horário da viagem Nº de fabricação do ECF CCF COO	A
L2	Cupom de Embarque Gratuidade	CNPJ da empresa Identificação da linha Data da viagem Horário da viagem	A
		Nº de fabricação do ECF GNF GRG COO	
G2	Movimento Diário de Pedágio	Data do movimento	A
H2	Identificação do Título, do Adquirente, do ECF e daCredenciadora	Identificação da credenciadora do cartão Número de fabricação do ECF COO	A
S2	Mesa/Conta de Cliente	Data de abertura Hora de abertura	A
S3	Itens da mesa/Conta de Cliente	Número de fabricação Número do usuário CCO Número da Mesa/Conta de Cliente Número do item	A
R01	Identificação do ECF, do Usuário, do PAF-ECF e da Empresa Desenvolvedora	Número de fabricação	A
R02	Relação de Reduções Z	Número de fabricação Número do usuário CRZ CRO	A
R03	Detalhe da Redução Z	Número de fabricação Número do usuário CRZ Totalizador Parcial	A
R04	Cupom Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Bilhete de Passagem	Número de fabricação Número do usuário CCF, CVC ou CBP	A
R05	Detalhe do Cupom Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Bilhete de Passagem	Número de fabricação Número do usuário CCF, CVC ou CBP Número do item	A
R06	Demais documentos emitidos pelo ECF	Número de fabricação Número do usuário COO	A
R07	Detalhe do Cupom Fiscal e do Documento Não Fiscal - Meio de Pagamento	Número de fabricação Número do usuário COO	A
J1	Nota Fiscal emitida pelo PAF e Nota Fiscal emitida manualmente	CNPJ do Emitente Data de Emissão Tipo de Documento Série Número do Documento	A
J2	Detalhe de Nota Fiscal emitida pelo PAF e Nota Fiscal emitida manualmente	CNPJ do Emitente Data de Emissão Tipo de Documento Série Número do Documento Número do Item Série Número do Documento Número do Item	A
EAD	Assinatura Digital	Último registro (único)	------

5.1.1 - Observações:
* A indicação "A/D" significa ascendente/descendente
6. ESTRUTURA DOS REGISTROS:
6.1. REGISTRO TIPO U1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO USUÁRIO DO PAF-ECF

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"U1"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do estabelecimento	14	17	30	X
04	Inscrição Municipal	Inscrição Municipal do estabelecimento	14	31	44	X
05	Razão Social	Razão Social do estabelecimento	50	45	94	X

6.1.1. Observações:
6.1.1.1. Deve ser criado somente um registro tipo U1 para cada arquivo.
6.1.1.2. Campos 02 a 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.
6.2. REGISTRO TIPO A2 - TOTAL DIÁRIO DE MEIOS DE PAGAMENTO

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"A2"	02	1	2	X
02	Data	Data do movimento	08	3	10	D
03	Meio de Pagamento	Meio de pagamento registrado nos documentos emitidos (Dinheiro, Cheque, Cartão de Crédito, Cartão de Débito, etc.)	25	11	35	X
04	Código do tipo de documento	Código do tipo de documento a que se refere o pagamento conforme tabela descrita no item 6.2.1.2	01	36	36	X
05	Valor	Valor total, com duas casas decimais, do dia informado no campo 02 correspondente ao meio de pagamento informado no campo 03 e ao tipo de documento informado no campo 04	12	37	48	N

6.2.1. Observações:
6.2.1.1. Deve ser criado um registro tipo A2 para cada dia de movimento (campo 02), para cada meio de pagamento (campo 03) e para cada tipo de documento (campo 04).
6.2.1.2. Campo 04: Informar o código do tipo de documento conforme tabela abaixo:

Código	Tipo de Documento
1	Cupom Fiscal
2	Comprovante Não Fiscal
3	Nota Fiscal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.3. REGISTRO TIPO P2 - RELAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"P2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Código	Código da mercadoria ou serviço	14	17	30	X
04	Descrição	Descrição da mercadoria ou serviço	50	31	80	X
05	Unidade	Unidade de medida	06	81	86	X
06	IAT	Indicador de Arredondamento ou Truncamento, conforme item 6.3.1.3	01	87	87	X
07	IPPT	Indicador de Produção Própria ou de Terceiro, conforme item 6.3.1.4	01	88	88	X
08	Situação Tributária	Código da Situação Tributaria conforme tabela constante no item 6.3.1.5	01	89	89	X
09	Alíquota	Alíquota, conforme item 6.3.1.6	04	90	93	N
10	Valor unitário	Valor unitário com duas casas decimais	12	94	105	N

6.3.1. Observações:

6.3.1.1. Deve ser criado um registro tipo P2 para cada mercadoria ou serviço cadastrado na tabela.

6.3.1.2. Campo 02: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.3.1.3. Campo 06: Informar o Indicador de Arredondamento ou Truncamento (IAT) corresponde à mercadoria, sendo "A" para arredondamento ou "T" para truncamento.

6.3.1.4. Campo 07: Informar o Indicador de Produção Própria ou de Terceiro (IPPT) correspondente à mercadoria, sendo "P" para mercadoria manufaturada pelo próprio contribuinte usuário ou "T" para mercadoria manufaturada por terceiros.

6.3.1.5. Campo 08: Tabela de Situações Tributárias:

Código	Situação Tributária
I	Isento
N	Não Tributado
F	Substituição Tributária
T	Tributado pelo ICMS
S	Tributado pelo ISSQN

6.3.1.6. Campo 09 - Alíquota: Informar somente no caso de Situação Tributária igual a "T" ou "S" (Tributado). Nos demais casos, preencher com zeros. Este campo deve indicar a alíquota praticada, como campo numérico com duas casas decimais. Como exemplos, alíquota de:

8,4% deve ser informado -à"0840.;

18% deve ser informado -à"1800".

6.4. REGISTRO TIPO E2 - RELAÇÃO DAS MERCADORIAS EM ESTOQUE

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"E2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Código da mercadoria ou produto	Código da mercadoria ou produto cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII	14	17	30	X
04	Descrição da mercadoria ou produto	Descrição da mercadoria ou produto cadastrada na tabela a que se refere o requisito XIII	50	31	80	X
05	Unidade	Unidade de medida cadastrada na tabela a que se refere o requisito XIII	06	81	86	X
06	Mensuração do estoque	Informação de estoque positivo (+) ou negativo (-)	01	87	87	X
07	Quantidade em estoque	Quantidade da mercadoria ou produto constante no estoque, com três casas decimais.	09	88	96	N

6.5. REGISTRO TIPO E3 - IDENTIFICAÇÃO DO ECF QUE EMITIU O DOCUMENTO BASE PARA A ATUALIZAÇÃO DO ESTOQUE

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"E3"	02	1	2	X
02	Número de fabricação	Número de fabricação do ECF responsável pela atualização do estoque	20	3	22	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	23	23	X
04	Tipo de ECF	Tipo de ECF	07	24	30	X
05	Marca do ECF	Marca do ECF	20	31	50	X
06	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	51	70	X
07	Data do estoque	Data da atualização do estoque	08	71	78	D
08	Hora do estoque	Hora da atualização do estoque	06	79	84	H

6.5.1. Observações;

6.5.1.1. Campos 01 a 06: Referem-se ao ECF que emitiu o primeiro documento (fiscal ou não fiscal) pelo estabelecimento usuário no dia.

6.5.1.2. Campos 07 e 08: Referem-se ao momento em que o primeiro documento (fiscal ou não fiscal) é impresso pelo ECF identificado no campo 02.

6.6. REGISTRO TIPO D2 - RELAÇÃO DOS DAV EMITIDOS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"D2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Número de fabricação	Nº de fabricação do ECF	20	17	36	X
04	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	37	37	X
05	Tipo do ECF	Tipo do ECF	07	38	44	X
06	Marca do ECF	Marca do ECF	20	45	64	X
07	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	65	84	X
08	COO	Contador de Ordem de Operação do documento onde o DAV foi impresso pelo ECF	09	85	93	N
09	Número do DAV	Número do DAV emitido	13	94	106	X
10	Data do DAV	Data de emissão do DAV	08	107	114	D
11	Título do DAV	Título atribuído ao DAV de acordo com sua função. Ex: Orçamento, Pedido, etc.	30	115	144	X
12	Valor Total do DAV	Valor total do DAV emitido, com duas casas decimais	08	145	152	N
13	COO	Contador de Ordem de Operação do documento fiscal vinculado	09	153	161	N
14	Número seqüencial	Número sequencial do ECF emissor do documento fiscal vinculado	03	162	164	N
15	Nome do adquirente	Nome do Cliente	40	165	204	X
16	CPF/CNPJ do adquirente	CPF ou CNPJ do adquirente	14	205	218	N

6.6.1. Observações:

6.6.1.1. Os campos 03 a 08 serão preenchidos somente quando o DAV for impresso por meio do ECF, conforme previsto no Requisito IV, item 4 e serão gravados no momento em que o DAV for impresso no ECF;

6.6.1.2. Os campos 13 e 14 se referem ao Cupom Fiscal vinculado ao DAV emitido e serão gravados no momento em que o Cupom Fiscal for emitido.

6.7. REGISTRO TIPO D3 - DETALHE DO DOCUMENTO AUXILIAR DE VENDA - DAV

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"D3"	02	01	02	X
02	Número do DAV	Número do DAV onde está contido este item	13	03	15	X
03	Data de inclusão	Data de inclusão do item no DAV	08	16	23	D
04	Número do item	Número sequencial do item registrado no documento	03	24	26	N
05	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço registrado no documento.	14	27	40	X
06	Descrição	Descrição do produto ou serviço constante no Cupom Fiscal	100	41	140	X
07	Quantidade	Quantidade, sem a separação das casas decimais	07	141	147	N
08	Unidade	Unidade de medida	03	148	150	X
09	Valor unitário	Valor unitário do produto ou serviço, sem a separação das casas decimais.	08	151	158	N
10	Desconto sobre item	Valor do desconto incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	159	166	N

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11	Acréscimo sobre item	Valor do acréscimo incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	167	174	N
12	Valor total líquido	Valor total líquido do item, com duas casas decimais.	14	175	188	N
13	Situação Tributária	Código da Situação Tributaria conforme tabela constante no item 6.3.1.5	01	189	189	X
14	Alíquota	Alíquota, conforme item 6.7.1.4	04	190	193	N
15	Indicador de cancelamento	Informar "S" ou "N", conforme tenha ocorrido ou não, a marcação do cancelamento do item no documento auxiliar de venda.	01	194	194	X
16	Casas decimais da quantidade	Parâmetro de número de casas decimais da quantidade	01	195	195	N
17	Casas decimais de valor unitário	Parâmetro de número de casas decimais de valor unitário	01	196	196	N

6.7.1. Observações:

6.7.1.1. Deve ser criado um registro tipo D3 para cada item (produto ou serviço) registrado no documento Auxiliar de Venda.

6.7.1.2. Campo 06 - Deve conter os primeiros cem caracteres da descrição do produto ou serviço constante no documento.

6.7.1.3. Campo 13 - Vide tabela do subitem 6.3.1.5.

6.7.1.4. Campo 14 - Alíquota: Informar somente no caso de Situação Tributária igual a "T" ou "S" (Tributado). Nos demais casos, preencher com zeros. Este campo deve indicar a alíquota praticada, como campo numérico com duas casas decimais. Como exemplos, alíquota de:

8,4% deve ser informado "0840".

18% deve ser informado "1800".

6.7.1.5. Campo 16: Informar o número de casas decimais da quantidade comercializada.

6.7.1.6. Campo 17: Informar o número de casas decimais do valor unitário do produto ou serviço.

6.8. REGISTRO TIPO D4 - LOG DE ALTERAÇÃO DE ITENS DO DAV

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"D4"	02	01	02	X
02	Número do DAV	Número do DAV onde está contido este item	13	03	15	X
03	Data de alteração	Data de alteração (inclusão, exclusão ou alteração) do item no DAV	08	16	23	D
04	Hora de alteração	Hora de alteração (inclusão, exclusão ou alteração) do item no DAV	06	24	29	H
05	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço registrado no documento.	14	30	43	X
06	Descrição	Descrição do produto ou serviço constante no Cupom Fiscal	100	44	143	X
07	Quantidade	Quantidade, sem a separação das casas decimais	07	144	150	N
08	Unidade	Unidade de medida	03	151	153	X
09	Valor unitário	Valor unitário do produto ou serviço, sem a separação das casas decimais.	08	154	161	N
10	Desconto sobre item	Valor do desconto incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	162	169	N
11	Acréscimo sobre item	Valor do acréscimo incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	170	177	N
12	Valor total líquido	Valor total líquido do item, com duas casas decimais.	14	178	191	N
13	Situação Tributária	Código da Situação Tributaria conforme tabela constante no item 6.3.1.5	01	192	192	X
14	Alíquota	Alíquota, conforme item 6.7.1.4	04	193	196	N
15	Indicador de cancelamento	Informar "S" ou "N", conforme tenha ocorrido ou não, a marcação do cancelamento do item no documento auxiliar de venda.	01	197	197	X
16	Casas decimais da quantidade	Parâmetro de número de casas decimais da quantidade	01	198	198	N
17	Casas decimais de valor unitário	Parâmetro de número de casas decimais de valor unitário	01	199	199	N
18	Tipo de alteração	"A" para alteração, "E" para exclusão e "I" para inclusão	01	200	200	X

6.8.1. Observações:

6.8.1.1. Deve ser criado um registro tipo D4 para cada alteração (inclusão, exclusão e alteração) de item (produto ou serviço) registrado no documento Auxiliar de Venda.

6.8.1.2. Campo 06 - Deve conter os primeiros cem caracteres da descrição do produto ou serviço constante no documento.

6.8.1.3. Campo 13 - Vide tabela do subitem 6.3.1.5.

6.8.1.4. Campo 14 - Alíquota: Informar somente no caso de Situação Tributária igual a "T" ou "S" (Tributado). Nos demais casos, preencher com zeros. Este campo deve indicar a alíquota praticada, como campo numérico com duas casas decimais. Como exemplos, alíquota de:

8,4% deve ser informado "0840".

18% deve ser informado "1800".

6.8.1.5. Campo 16: Informar o número de casas decimais da quantidade comercializada.

6.8.1.6. Campo 17: Informar o número de casas decimais do valor unitário do produto ou serviço.

6.9. REGISTRO TIPO B2 - REGISTROS DE SUBSTITUIÇÃO DA PLACA ELETRÔNICA DE GERENCIAMENTO DE BOMBA DE COMBUSTÍVEL

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"B2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Número da Bomba	Número da bomba que sofreu a substituição da placa	03	17	19	X
04	Número do Bico	Número da bico da bomba que sofreu a substituição da placa	03	20	22	X
05	Data da substituição	Data de realização da substituição da placa, no formato aaaammdd	08	23	30	D
06	Hora da substituição	Horário de realização da substituição da placa, no formato hhmmss	06	31	36	H
07	Motivo da substituição	Motivo da substituição da placa	50	37	86	X
08	CNPJ da empresa que efetuou a substituição	CNPJ da empresa que realizou a substituição da placa	14	87	100	N
09	CPF do técnico que efetuou a substituição	CPF do técnico que realizou a substituição da placa	11	101	111	N
10	Número dos lacres removidos da bomba para a substituição	Número do (s) lacre (s) removido (s) da bomba para a realização da substituição da placa	15	112	126	X
11	Número dos lacres aplicados na bomba após a substituição	Número do (s) lacre (s) aplicado (s) na bomba após a realização da substituição da placa	15	127	141	X
12	Valor do encerrante imediatamente antes da substituição	Valor do encerrante imediatamente antes da substituição da placa	15	142	156	N
13	Valor do encerrante imediatamente após a substituição	Valor do encerrante imediatamente após a substituição da placa	15	157	171	N

6.9.1. Observações:

6.9.1.1. Deve ser gerado um registro tipo B2 para cada registro de substituição da placa eletrônica de gerenciamento de bomba de combustível.

6.10. REGISTRO TIPO C2 - CONTROLE DE ABASTECIMENTOS E ENCERRANTES

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"C2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	ID do abastecimento	Identificador do abastecimento (chave)	15	17	31	X
04	Tanque	Nº do Tanque onde estava armazenado o combustível abastecido	03	32	34	X
05	Número da Bomba	Nº da Bomba abastecida pelo Tanque informado no campo 03	03	35	37	X
06	Número do Bico	Nº do Bico de Abastecimento da Bomba informada no campo 04	03	38	40	X
07	Combustível	Tipo do Combustível abastecido pela Bomba/Bico informados nos campos 04 e 05	20	41	60	X
08	Data do abastecimento	Data em que foi concluído ou capturado o abastecimento, obtida do equipamento concentrador, se possível, ou do relógio do PC, no formato aaaammdd	08	61	68	D
09	Horário do abastecimento	Hora em que foi concluído ou capturado o abastecimento, obtida do equipamento concentrador, se possível, ou do relógio do PC, no formato hhmmss	06	69	74	H
10	Encerrante Inicial	Valor do Encerrante capturado da bomba/bico informados nos campos 04 e 05, ao iniciar o abastecimento.	15	75	89	N
11	Encerrante Final	Valor do Encerrante capturado da bomba/bico informados nos campos 04 e 05, ao finalizar o abastecimento.	15	90	104	N
12	Status do abastecimento	Status atribuído ao registro do abastecimento capturado da bomba conforme descrito na alínea "a" do item 1 do Requisito XXXV	10	105	114	X
13	Nº de fabricação do ECF	Número de fabricação do ECF que emitiu o Cupom Fiscal relativo ao respectivo abastecimento	20	115	134	X
14	Data	Data do movimento impressa no cabeçalho do Cupom Fiscal relativo ao respectivo abastecimento, no formato aaaammdd	08	135	142	D

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15	Hora	Hora do movimento impressa no cabeçalho do Cupom Fiscal relativo ao respectivo abastecimento, no formato hhmmss	06	143	148	H
16	COO	COO (Contador de Ordem de Operação) do Cupom Fiscal relativo ao respectivo abastecimento	09	149	157	N
17	Nº da Nota Fiscal	Número da Nota Fiscal emitida manualmente ou por PED no caso previsto nas alíneas "b" e "c" do item 1 do Requisito XIX, relativa ao respectivo abastecimento	06	158	163	N
18	Volume Comercializado	Volume de combustível registrado no Cupom Fiscal ou Nota Fiscal relativo ao respectivo abastecimento, armazenado em Banco de Dados, conforme descrito no item 2 do Requisito XXXIV. (valor com 3 casas decimais sem separação das casas decimais)	10	164	173	N

6.10.1. Observações:

6.10.1.1. Deve ser criado um registro tipo C2 para cada abastecimento realizado e armazenado em Banco de Dados conforme descrito no item 2 do Requisito XXXIV.

6.10.1.2. Campo 3 (ID do Abastecimento): Chave PK gerada pelo PAF-ECF ao capturar o registro do abastecimento de modo a identificá-lo e individualizá-lo.

6.10.1.3. Campo 12 (Status do abastecimento): Deve ser obrigatoriamente informado com uma das opções descritas na alínea "a" do item 1 do Requisito XXXVII.

6.10.1.4. Campos 13 (Nº de Fabricação do ECF), 14 (Data), 15 (Hora) e 16 (COO): Devem ser obrigatoriamente informados se o status do registro de abastecimento for "EMITIDO CF". Nos demais casos, devem ser preenchidos com brancos.

6.10.1.5. Campo 17 (Nº da Nota Fiscal): Deve ser obrigatoriamente informado se o status do registro de abastecimento for "EMITIDA NF". Nos demais casos, deve ser preenchido com brancos.

6.10.1.6. Campo 18 (Volume Comercializado): Deve ser obrigatoriamente informado, se o status do registro de abastecimento for "EMITIDO CF" ou "EMITIDA NF".

6.11. REGISTRO TIPO F2 - MANIFESTO FISCAL DE VIAGEM - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"F2"	02	1	2	X
02	CNPJ do órgão	Número do CNPJ do órgão de delegação do transporte	14	3	16	N
03	CNPJ da empresa	Número do CNPJ da empresa do serviço de transporte	14	17	30	N
04	Código do local de emissão	Código do local de emissão do Manifesto Fiscal de Viagem, conforme descrito no item 6.11.1.3	20	31	50	N
05	Identificação da linha	Número de identificação do registro da linha	08	51	58	N
06	Descrição da linha	Descrição da linha, identificando o itinerário	80	59	138	X
07	Data de partida	Data prevista de partida da viagem previsto na venda.	08	139	146	D
08	Horário de partida	Horário previsto de partida da viagem previsto na venda.	06	147	152	H
09	Código do tipo de viagem	Código do tipo de viagem, conforme descrito no item 6.11.1.5	02	153	154	N

6.11.1. Observações:

6.11.1.1. Deve ser criado somente um registro tipo F2 para cada viagem da linha.

6.11.1.2. Campos 02 e 03: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.11.1.3. Campo 04: Deverá ser preenchido com o código de identificação do local de emissão do manifesto fiscal de viagem, definido pelo órgão de delegação do serviço de transporte através de resolução ou portaria.

6.11.1.4. Campo 05: Deverá ser preenchido com o prefixo da linha estabelecido pelo órgão de delegação do serviço de transporte.

6.11.1.5. Campo 09: Deverá ser preenchido com o código 00 para as viagens regulares constantes no quadro de horários cadastrado previamente no órgão de delegação do transporte. Para viagens extras, preenche-se o campo a partir do código 01, incrementando em uma unidade, para cada viagem adicional oferecida com base no prefixo correspondente.

6.12. REGISTRO TIPO F3 - BILHETES DE PASSAGEM DO MANIFESTO - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"F3"	02	1	2	X
02	Nº de Fabricação do ECF	Número de fabricação do ECF	20	3	22	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	23	23	X
04	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	24	43	X
05	Número do usuário	Número de ordem do usuário do ECF	02	44	45	N
06	CCF	Número do Contador de Cupom Fiscal	09	46	54	N
07	COO	Contador de Ordem de Operação do Relatório Gerencial onde o Manifesto contendo os Bilhetes de Passagem - Transporte de Passageiros foi impresso pelo ECF	09	55	63	N
08	Código da origem	Código do ponto de origem da prestação do serviço, conforme descrito no item 6.11.1.3	20	64	83	N
09	Código do destino	Código do ponto de destino da prestação do serviço, conforme descrito no item 6.11.1.3	20	84	103	N
10	Valor total do documento	Valor total do documento, com duas casas decimais.	14	104	117	N
11	Situação Tributária	Código da situação tributária, conforme descrito no item 6.12.1.3	01	118	118	X
12	Código do tipo de serviço	Código do tipo de serviço vendido, conforme descrito no item 6.12.1.4	02	119	120	N
13	Poltrona	Número da poltrona vendida.	02	121	122	N
14	Documento de Início de Viagem - DIV	Número do DAV que contém o respectivo DIV.	13	123	135	N
15	Número do CCE	Valor do Contador de Cupom de Embarque (CCE)	06	136	141	N

6.12.1. Observações:

6.12.1.1. Deve ser criado somente um registro tipo F3 para cada conjunto de bilhetes de passagem presentes no manifesto fiscal de viagem, tipo de documento, série do bilhete de passagem e número de fabricação do ECF que emitiu os documentos.

6.12.1.2. Campo 02: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.12.1.3. Campo 11: Deverá ser preenchido com o código da situação conforme a tabela de Situações Tributárias:

Código	Situação Tributária
I	Isento
N	Não Tributado
F	Substituição Tributária
T	Tributado pelo ICMS
S	Tributado pelo ISSQN

6.12.1.4. Campo 12: Deverá ser preenchido com o código do tipo de serviço:

Código	Tipo de Serviço
00	Convencional com sanitário
02	Convencional sem sanitário
03	Semileito
04	Leito com ar condicionado
05	Leito sem ar condicionado
06	Executivo
07	Semiurbano

6.13. REGISTRO TIPO F4 - TIPO DE SERVIÇO - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"F4"	02	1	2	X
02	Código do tipo de serviço	Código do tipo de serviço, conforme descrito no item 6.12.1.4	02	3	4	N
03	Total tipo de serviço	Total de bilhetes vendidos por tipo de serviço	04	5	8	N

6.13.1. Observações:

6.13.1.1. Deve ser criado um registro tipo F4 para cada código de tipo de serviço vendido e presente no manifesto fiscal de viagem.

6.13.1.2. Campo 02: Deverá ser preenchido com o código do tipo de serviço, conforme descrito no item 6.12.1.4.

6.13.1.3. Campo 03: Deverá ser preenchido com o total de bilhetes presentes no manifesto fiscal de viagem por código tipo de serviço.

6.14. REGISTRO TIPO T2 - MOVIMENTO DIÁRIO - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"T2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Data do movimento	Data a que se refere o movimento informado	08	17	24	D
04	Tipo de documento	Tipo do documento a que se refere o movimento informado, conforme item 6.14.1.3	10	25	34	X

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05	Série do bilhete de passagem	Série do bilhete de passagem, no caso deste tipo de documento	02	35	36	X
06	Número do bilhete inicial	Nº do primeiro bilhete de passagem emitido no dia informado no campo 03, no caso deste tipo de documento	06	37	42	N
07	Número do bilhete final	Nº do último bilhete de passagem emitido no dia informado no campo 03, no caso deste tipo de documento	06	43	48	N
08	ECF utilizado	Número de fabricação do ECF, no caso de documento emitido por este equipamento	20	49	68	X
09	CRZ	Nº do Contador de Redução Z relativo ao documento Redução Z emitido pelo ECF informado no campo 08 no dia informado no campo 03	06	69	74	N
10	CFOP	CFOP relativo ao movimento informado	04	75	78	X
11	Valor Contábil	Valor contábil do movimento informado, com duas casas decimais	13	79	91	N
12	Base de cálculo	Base de Cálculo relativa ao movimento informado, com duas casas decimais	13	92	104	N
13	Alíquota	Alíquota do ICMS incidente sobre o movimento informado	04	105	108	N
14	Valor do imposto	Valor do ICMS incidente sobre o movimento informado, com duas casas decimais	13	109	121	N
15	Valor de "isentas"	Valor das prestações isentas do ICMS relativas ao movimento informado, com duas casas decimais	13	122	134	N
16	Valor de "outras"	Valor de outras situações tributárias relativas ao movimento informado, com duas casas decimais	13	135	147	N

6.14.1. Observações:

6.14.1.1. Deve ser criado um registro tipo T2 para cada conjunto de dia de movimento, tipo de documento, série do bilhete de passagem e número de fabricação do ECF que emitiu os documentos.

6.14.1.2. Campo 02: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.14.1.3. Campo 04: Informar o tipo de documento utilizando os códigos "15" para bilhete de passagem, "13" para documento que acoberte o transporte de excesso de bagagem ou "ECF", para documento emitido por ECF.

6.14.1.4. Campo 05: Informar apenas se o movimento informado se referir a documentos bilhete de passagem, conforme informado no campo 04.

6.14.1.5. Campos 06 e 07: Informar apenas se o movimento informado se referir a documentos bilhete de passagem, conforme informado no campo 04.

6.14.1.6. Campo 08: Informar apenas se o movimento informado se referir a documentos emitidos por ECF.

6.14.1.7. Campo 09: Informar apenas se o movimento informado se referir a documentos emitidos por ECF.

6.14.1.8. Campo 13: Informar a alíquota praticada, como campo numérico com duas casas decimais. Exemplos: alíquota de 8,4% deve ser informada como "0840", alíquota de 18% deve ser informada como "1800".

6.15. REGISTRO TIPO M2 - CUPOM DE EMBARQUE

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"M2"	02	1	2	X
02	CNPJ da empresa	Nº do CNPJ da matriz da empresa do serviço de transporte	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	IE da empresa do serviço de transporte	14	17	30	X
04	Inscrição Municipal	IM da empresa do serviço de transporte	14	31	44	X
05	Número de fabricação do ECF	Nº de fabricação do ECF	20	45	64	X
06	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	65	65	X
07	Tipo do ECF	Tipo do ECF	07	66	72	X
08	Marca do ECF	Modelo do ECF	20	73	92	X
09	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	93	112	X
10	Número do usuário	Nº de ordem do usuário do ECF	02	113	114	N
11	CCF	Nº do Contador de Cupom Fiscal	09	115	123	N
12	COO	Contador de Ordem de Operação do Relatório Gerencial onde o Cupom de Embarque foi impresso pelo ECF	09	124	132	N
13	Data emissão	Data de emissão do bilhete de passagem	08	133	140	D
14	Hora de emissão	Hora de emissão do bilhete de passagem	06	141	146	H
15	Modalidade	Código da modalidade do transporte	02	147	148	N
16	Categoria	Código da categoria do transporte	02	149	150	N
17	Identificação da linha	Número de identificação do registro da linha	08	151	158	X
18	Código de origem	Código do ponto de origem da prestação do serviço, conforme item 6.15.1.6	20	159	178	X
19	Código de destino	Código do ponto de destino da prestação do serviço, conforme item 6.15.1.6	20	179	198	X
20	Tipo do Serviço	Tipo do serviço vendido, conforme item 6.15.1.7	02	199	200	N
21	Data da Viagem	Data prevista da viagem	08	201	208	D
22	Horário da viagem	Hora prevista da viagem	06	209	214	H
23	Tipo de Viagem	Tipo de viagem	02	215	216	N
24	Poltrona	Número da poltrona	07	217	223	N
25	Plataforma	Plataforma de Embarque	15	224	238	X
26	Código do desconto	Código do motivo do desconto na tarifa, conforme descrito no item 6.15.1.9	02	239	240	N
27	Valor da Tarifa	Valor da tarifa	08	241	248	N
28	Percentual do desconto	Percentual do desconto praticado sobre a tarifa, com duas casas decimais.	05	249	253	N
29	Alíquota	Alíquota do ICMS	04	254	257	N
30	Pedágio	Valor do pedágio, com duas casas decimais.	08	258	265	N
31	Taxa de embarque	Valor da taxa de embarque, com duas casas decimais.	08	266	273	N
32	Valor total	Valor total, com duas casas decimais.	08	274	281	N
33	Nome passageiro	Nome do Passageiro	50	282	331	X
34	Nº do documento de identificação	Número de documento de identificação de fé pública com foto do passageiro	20	332	351	X
35	Número CPF do passageiro	Número CPF do passageiro.	11	352	362	N
36	Nº de celular do passageiro	Número de celular do passageiro.	14	363	376	N
37	SAC	Número do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da empresa do serviço de transporte	10	377	386	X
38	Agência	Razão social da agência emissora do bilhete de passagem	30	387	416	N

6.15.1. Observações:

6.15.1.1. Deve ser criado somente um registro tipo M2 para cada Cupom de Embarque emitido.

6.15.1.2. Campos 02, 03 e 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.15.1.3. Campo 15: Deverá ser preenchido com o código da situação conforme a tabela de Modalidades de Transporte:

Código	Modalidades de Transporte
01	Rodoviário
02	Ferroviário
03	Hidroviário

6.15.1.4. Campo 16: Deverá ser preenchido com o código da situação conforme a tabela de Categoria de Transporte:

Código	Categoriade Transporte
01	Internacional
02	Interestadual
03	Intermunicipal
04	Municipal

6.15.1.5. Campo 17: Deverá ser preenchido com o prefixo da linha estabelecido pelo órgão de delegação do serviço de transporte.

6.15.1.6. Campos 18 e 19: Deverão ser preenchidos com o código de identificação do ponto, da origem ou destino, a ser definido pelo órgão de delegação do serviço de transporte através de resolução ou portaria.

6.15.1.7. Campo 20: Deverá ser preenchido com o código do tipo de serviço:

Código	Tipo de Serviço
00	Convencional com sanitário
02	Convencional sem sanitário
03	Semileito
04	Leito com ar condicionado
05	Leito sem ar condicionado
06	Executivo
07	Semiurbano

6.15.1.8. Campo 23: Deverá ser preenchido com o código 00 para as viagens regulares constantes no quadro de horários cadastrado previamente no órgão de delegação do transporte. Para viagens extras, preenche-se o campo a partir do código 01, incrementando em uma unidade, para cada viagem adicional oferecida com base no prefixo correspondente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.15.1.9. Campo 26: Deverá ser preenchido com o código do motivo do desconto na tarifa:

Código	Motivo do desconto
01	Tarifa Normal - sem desconto
02	Tarifa Promocional - Parágrafo 3º, art. 27 do Decreto nº 2.521/98
06	Bilhete de Viagem do Idoso 50% - Inciso II, art. 40 da Lei nº 10.741/03
11	Bilhete de Viagem do Jovem 50% - Inciso II, art. 32 da Lei n° 12.852/13

6.16. REGISTRO TIPO L2 - CUPOM DE EMBARQUE GRATUIDADE - BILHETE DE PASSAGEM

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"L2"	02	1	2	X
02	CNPJ da empresa	Nº do CNPJ da matriz da empresa do serviço de transporte	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	IE da empresa do serviço de transporte	14	17	30	X
04	Inscrição Municipal	IM da empresa do serviço de transporte	14	31	44	X
05	Número de fabricação do ECF	Nº de fabricação do ECF	20	45	64	X
06	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	65	65	X
07	Tipo do ECF	Tipo do ECF	07	66	72	X
08	Marca do ECF	Modelo do ECF	20	73	92	X
09	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	93	112	X
10	Número do usuário	Nº de ordem do usuário do ECF	02	113	114	N
11	COO	Contador de Ordem de Operação do Relatório Gerencial onde o Cupom de Embarque Gratuidade - Bilhete de Passagem foi impresso pelo ECF	09	115	123	N
12	GNF	Número do Contador Geral de Operação Não Fiscal relativo ao respectivo documento	06	124	129	N
13	GRG	Número do Contador Geral de Relatório Gerencial relativo ao respectivo documento	06	130	135	N
14	Data emissão	Data de emissão do bilhete de passagem	08	136	143	D
15	Hora de emissão	Hora de emissão do bilhete de passagem	06	144	149	H
16	Modalidade	Código da modalidade do transporte	02	150	151	N
17	Categoria	Código da categoria do transporte	02	152	153	N
18	Identificação da linha	Número de identificação do registro da linha	08	154	161	X
19	Código de origem	Código do ponto de origem da prestação do serviço, conforme item 6.16.1.6	20	162	181	X
20	Código de destino	Código do ponto de destino da prestação do serviço, conforme item 6.16.1.6	20	182	201	X
21	Tipo do Serviço	Tipo do serviço vendido, conforme item 6.16.1.7	02	202	203	N
22	Data da Viagem	Data prevista da viagem	08	204	211	D
23	Horário da viagem	Hora prevista da viagem	06	212	217	H
24	Tipo de Viagem	Tipo de viagem	02	218	219	N
25	Poltrona	Número da poltrona	07	220	226	N
26	Plataforma	Plataforma de Embarque	15	227	241	X
27	Código do desconto	Código do motivo do desconto na tarifa, conforme item 6.16.1.9	02	242	243	N
28	COO do Cupom de Embarque do Responsável	COO do Relatório Gerencial - Cupom de Embarque do responsável pela criança na viagem	09	244	252	N
29	Valor da Tarifa	Valor da tarifa, com duas casas decimais.	08	253	260	N
30	Pedágio	Valor do pedágio, com duas casas decimais.	08	261	268	N
31	Taxa de embarque	Valor da taxa de embarque, com duas casas decimais.	08	269	276	N
32	Valor total	Valor total, com duas casas decimais.	08	277	284	N
33	Nome passageiro	Nome do Passageiro	50	285	334	X
34	Nº do documento de identificação	Número de documento de identificação de fé pública com foto do passageiro	20	335	354	X
35	Número do CPF do passageiro	Número CPF do passageiro	11	355	365	N
36	N° de celular do passageiro	Número de celular do passageiro	14	366	379	N
37	SAC	Número do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da empresa do serviço de transporte	10	380	389	X
38	Agência	Razão social da agência emissora do bilhete de passagem	30	390	419	N

6.16.1. Observações:

6.16.1.1. Deve ser criado somente um registro tipo L2 para cada Cupom de Embarque Gratuidade emitido.

6.16.1.2. Campos 02, 03 e 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.16.1.3. Campo 16: Deverá ser preenchido com o código da situação conforme a tabela de Modalidades de Transporte:

Código	Modalidades de Transporte
01	Rodoviário
02	Ferroviário
03	Hidroviário

6.16.1.4. Campo 17: Deverá ser preenchido com o código da categoria conforme a tabela abaixo:

Código	Categoria de Transporte
01	Internacional
02	Interestadual
03	Intermunicipal
04	Municipal

6.16.1.5. Campo 18: Deverá ser preenchido com o prefixo da linha estabelecido pelo órgão de delegação do serviço de transporte.

6.16.1.6. Campos 19 e 20: Deverão ser preenchidos com o código de identificação do ponto, da origem ou destino, a ser definido pelo órgão de delegação do serviço de transporte através de resolução ou portaria.

6.16.1.7. Campo 21: Deverá ser preenchido com o código do tipo de serviço:

Código	Tipo de Serviço
00	Convencional com sanitário
02	Convencional sem sanitário
03	Semileito
04	Leito com ar condicionado
05	Leito sem ar condicionado
06	Executivo
07	Semiurbano

6.16.1.8. Campo 24: Deverá ser preenchido com o código 00 para as viagens regulares constantes no quadro de horários cadastrado previamente no órgão de delegação do transporte. Para viagens extras, preenche-se o campo a partir do código 01, incrementando em uma unidade, para cada viagem adicional oferecida com base no prefixo correspondente.

6.16.1.9. Campo 27: Deverá ser preenchido com o código do motivo do desconto na tarifa:

Código	Motivo do desconto
05	Bilhete de Viagem do Idoso 100% - Inciso I, art. 40 da Lei nº 10.741/03
07	Autorização de Viagem - Passe Livre - Art. 1º da Lei nº 8.899/94
08	Passe Livre Auditores-Fiscais do Trabalho e Agentes de Higiene e Segurança do Trabalho - Art. 34 do Decreto nº 4.552/02
09	Gratuidade de Criança - Inciso XVII, art. 29 do Decreto nº 2.521/98
10	Bilhete de Viagem do Jovem 100% - Inciso I, art. 32 da Lei n° 12.852/13.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.16.1.9. Campo 28: Deverá ser preenchido com o COO do Relatório Gerencial - Cupom de Embarque refente ao responsável pela criança na viagem, quando o campo 27 for preenchido com o código 09.

6.17. REGISTRO TIPO G2 - MOVIMENTO DIÁRIO DE PEDÁGIO

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"G2"	02	01	02	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	03	16	N
03	Número de fabricação	Número de fabricação do ECF	20	17	36	X
04	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	37	37	X
05	Tipo do ECF	Tipo do ECF	07	38	44	X
06	Marca do ECF	Marca do ECF	20	45	64	X
07	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	65	84	X
08	Número da cabine	Número de identificação da cabine de pedágio	02	85	86	N
09	Data do movimento	DDMMAAAA	08	87	94	D
10	COO inicial	Contador de Ordem de Operação do primeiro documento emitido no dia	09	95	103	N
11	COO final	Contador de Ordem de Operação do último documento emitido no dia	09	104	112	N
12	CCF inicial	Contador de Cupom Fiscal do primeiro documento emitido no dia	09	113	121	N
13	CCF final	Contador de Cupom Fiscal do último documento emitido no dia	09	122	130	N
14	Valor 2 eixos rodagem simples (automóvel, caminhonete, furgão e triciclo)	Valor total do pedágio de veículos de 2 eixos com rodagem simples (automóvel, caminhonete e furgão), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	131	139	N
15	Valor 2 eixos rodagem simples (motocicletas e bicicletas a motor)	Valor total do pedágio de veículos de 2 eixos com rodagem simples (motocicletas e bicicletas a motor), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	140	148	N
16	Valor 2 eixos rodagem dupla (caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão)	Valor total do pedágio de veículos de 2 eixos com rodagem dupla (caminhão leve, ônibus, caminhão- trator e furgão), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	149	157	N
17	Valor 3 eixos rodagem simples (automóvel e caminhonete com semi-reboque)	Valor total do pedágio de veículos de 3 eixos com rodagem simples (automóvel e caminhonete com semi-reboque), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	158	166	N
18	Valor 3 eixos rodagem dupla (caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus)	Valor total do pedágio de veículos de 3 eixos com rodagem dupla (caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	167	175	N
19	Valor 4 eixos rodagem simples (automóvel e caminhonete com reboque)	Valor total do pedágio de veículos de 4 eixos com rodagem simples (automóvel e caminhonete com reboque), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	176	184	N
20	Valor 4 eixos rodagem dupla (caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque)	Valor total do pedágio de veículos de 4 eixos com rodagem dupla (caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	185	193	N
21	Valor 5 eixos rodagem dupla (caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque)	Valor total do pedágio de veículos de 5 eixos com rodagem dupla (caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	194	202	N
22	Valor 6 eixos rodagem dupla (caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque)	Valor total do pedágio de veículos de 6 eixos com rodagem dupla (caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque), com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	203	211	N
23	Valor relativo a veículos não enquadrados nos campos 14 a 22	Valor total do pedágio relativo a veículos não enquadrados nos campos 14 a 22, com duas casas decimais, registrado no ECF informado no campo 03	09	212	220	N
24	Valor total do dia	Valor total do pedágio no dia registrado no ECF informado no campo 03, com duas casas decimais	10	221	230	N
25	Quantidade de veículos isentos de pagamento do pedágio	Quantidade de veículos isentos de pagamento do pedágio relativo à cabine e data informados nos campos 08 e 09	6	231	236	N
26	Localização do Posto de Pedágio	Endereço do Posto de Pedágio (Nome da Rodovia, km, e Município) onde instalado o ECF informado no campo 03	250	237	485	X

6.17.1. Observações:

6.17.1.1. Deve ser gerado um registro tipo G2 para cada equipamento ECF utilizado no dia.

6.18 - REGISTRO TIPO H2 - IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO, DO ADQUIRENTE, DO ECF E DA CREDENCIADORA

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"H2"	02	01	02	X
02	Identificação da credenciadora do cartão	CNPJ	14	03	16	N
03	Número de fabricação do ECF	Número de fabricação do ECF	20	17	36	X
04	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	37	37	X
05	Tipo de ECF	Tipo de ECF	07	38	44	X
06	Marca do ECF	Marca do ECF	20	45	64	X
07	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	65	84	X
08	COO	Contador de Ordem de Operação do Cupom Fiscal onde o troco foi registrado	09	85	93	N
09	CCF	Nº do contador do respectivo documento emitido	09	94	102	N
10	Valor Troco	Valor do troco, para o meio de pagamento cartão de crédito ou débito	13	103	115	N
11	Data do troco	Data da emissão do Cupom Fiscal	08	116	123	D
12	CPF	CPF do adquirente do título de capitalização ou do doador	14	124	137	N
13	Título	Nº do título de captalização adquirido	07	138	144	N
14	CNPJ	CNPJ da entidade recebedora da doação	14	145	158	N

6.18.1. Observações:

6.18.1.1. Deve ser criado um registro tipo H2 para documento emitido pelo ECF que contenha troco quando o meio de pagamento for exclusivamente cartão de crédito ou débito e o campo CPF do adquirente esteja preenchido.

6.18.1.2. Deve ser criado um registro tipo H2 para cada credenciadora.

6.18.1.3. O CNPJ da credenciadora cadastrada na Unidade da Federação, incluído no campo 02, deve ser disponibilizado pelo fisco às empresas desenvolvedoras de PAF-ECF.

6.18.1.4. Quando se tratar de doação, nos termos do requisito XVI, 4, "a2", o campo 13 deverá ser preenchido com os caracteres 0 (zero).

6.18.1.5. Quando se tratar de aquisição de título de capitalização por meio do troco, nos termos do requisito XVI, 4, "a1", o campo 14 deverá ser preenchido com os caracteres 0 (zero).

6.19. REGISTRO TIPO S2 - MESA/CONTA DE CLIENTE ABERTAS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"S2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Data de abertura	Data de abertura da Mesa ou Conta de Cliente, no formato aaaammdd	08	17	24	D
04	Hora de abertura	Hora de abertura da Mesa ou Conta de Cliente, no formato hhmmss	06	25	30	H
05	Numero da Mesa / Conta Cliente	Número da mesa / Conta Cliente	13	31	43	X
06	Valor Total	Valor total dos produtos registrados/fornecidos na Mesa ou Conta de Cliente, com duas casas decimais	13	44	56	N
07	COO do Conferencia de Mesa	Contador de Ordem de Operação do Relatório Gerencial de Conferencia de Mesa	09	57	65	X
08	Nº de fabricação do ECF (RG)	Número de fabricação do ECF que emitiu o Relatório Gerencial Conferência de Mesa	20	66	85	X

6.19.1. Observações:

6.19.1.1. Deve ser criado um registro tipo S2 para cada mesa ou conta de cliente que se encontre aberta quando da geração do arquivo.

6.19.1.2. Campo 6 (Valor Total): Deve ser informado o valor total dos produtos registrados na Mesa ou Conta de Cliente até o momento da geração do arquivo, devendo ser igual ao valor informado no Relatório Gerencial Conferência de Mesa.

6.19.1.3. Campo 7 e 8: Deve ser informado apenas quando houver registro destes dados.

6.20. REGISTRO TIPO S3 - ITENS DA MESA/CONTA DE CLIENTE ABERTAS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"S3"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Data de abertura	Data de abertura da Mesa ou Conta de Cliente, no formato aaaammdd	08	17	24	D
04	Hora de abertura	Hora de abertura da Mesa ou Conta de Cliente, no formato hhmmss	06	25	30	H

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05	Número da Mesa/ Conta de Cliente	Número da Mesa/ Conta de Cliente	13	31	43	X
06	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço registrado no documento.	14	44	57	X
07	Descrição	Descrição do produto ou serviço constante no Cupom Fiscal	100	58	157	X
08	Quantidade	Quantidade comercializada, sem a separação das casas decimais	07	158	164	N
09	Unidade	Unidade de medida	03	165	167	X
10	Valor unitário	Valor unitário do produto ou serviço, com duas casas decimais.	08	168	175	N
11	Casas decimais da quantidade	Parâmetro de número de casas decimais da quantidade	01	176	176	N
12	Casas decimais de valor unitário	Parâmetro de número de casas decimais de valor unitário	01	177	177	N

6.20.1. Observações:

6.20.1.1. Deve ser criado um registro tipo S3 para cada item registrado na mesa ou conta de cliente, somente no caso de Mesa ou Conta de Cliente com situação "aberta", mesmo que ele tenha sido marcado para cancelamento.

6.21. REGISTRO TIPO R01 - IDENTIFICAÇÃO DO ECF, DO USUÁRIO, DO PAF-ECF E DA EMPRESA DESENVOLVEDORA

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"R01"	03	01	03	X
02	Número de fabricação	Número de fabricação do ECF	20	04	23	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	24	24	X
04	Tipo de ECF	Tipo de ECF	07	25	31	X
05	Marca do ECF	Marca do ECF	20	32	51	X
06	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	52	71	X
07	Versão do SB	Versão atual do Software Básico do ECF gravada na MF	10	72	81	X
08	Data de instalação do SB	Data de instalação da versão atual do Software Básico gravada na Memória Fiscal do ECF	08	82	89	D
09	Horário de instalação do SB	Horário de instalação da versão atual do Software Básico gravada na Memória Fiscal do ECF	06	90	95	H
10	Número Sequencial do ECF	Nº de ordem sequencial do ECF no estabelecimento usuário	03	96	98	N
11	CNPJ do usuário	CNPJ do estabelecimento usuário do ECF	14	99	112	N
12	Inscrição Estadual do usuário	Inscrição Estadual do estabelecimento usuário	14	113	126	X
13	CNPJ da desenvolvedora	CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	127	140	N
14	Inscrição Estadual da desenvolvedora	Inscrição Estadual da empresa desenvolvedora do PAF-ECF, se houver	14	141	154	X
15	Inscrição Municipal da desenvolvedora	Inscrição Municipal da empresa desenvolvedora do PAF-ECF, se houver	14	155	168	X
16	Denominação da empresa desenvolvedora	Denominação da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	40	169	208	X
17	Nome do PAF-ECF	Nome Comercial do PAF-ECF	40	209	248	X
18	Versão do PAF-ECF	Versão atual do PAF-ECF	10	249	258	X
19	Código MD-5 do PAF-ECF	Código MD-5 da lista de arquivos autenticados	32	259	290	X
20	Data Inicial	Data do início do período informado no arquivo	08	291	298	D
21	Data final	Data do fim do período informado no arquivo	08	299	306	D
22	Versão da ER-PAF-ECF	Versão da Especificação de Requisitos do PAF-ECF	04	307	310	X

6.21.1 Observações:

6.21.1.1. Deve ser criado somente um registro tipo R01 para cada ECF do estabelecimento usuário.

6.21.1.2. Campos 09 e 10: Informar apenas quando o ECF possibilitar ao PAF-ECF ler estas informações gravadas em sua Memória Fiscal.

6.21.1.3. Campos 12, 13, 14, 15 e 16: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.21.1.4. Campos 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20: Os dados informados nestes campos devem ser capturados em arquivo auxiliar criptografado, criado pela empresa desenvolvedora do PAF-ECF e inacessível ao estabelecimento usuário.

6.21.1.5. Campo 23: Informar a versão da ER-PAF-ECF constante neste Ato COTEPE/ICMS ou em outro que substituí-lo ou aprovar nova versão.

6.22. REGISTRO TIPO R02 - RELAÇÃO DE REDUÇÕES Z

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"R02"	03	01	03	X
02	Número de fabricação	Nº de fabricação do ECF	20	04	23	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	24	24	X
04	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	25	44	X
05	Número do usuário	Nº de ordem do usuário do ECF relativo à respectiva Redução Z	02	45	46	N
06	CRZ	Nº do Contador de Redução Z relativo à respectiva redução	06	47	52	N
07	COO	Nº do Contador de Ordem de Operação relativo à respectiva Redução Z	09	53	61	N
08	CRO	Nº do Contador de Reinício de Operação relativo à respectiva Redução Z	06	62	67	N
09	Data do movimento	Data das operações relativas à respectiva Redução Z	08	68	75	D
10	Data de emissão	Data de emissão da Redução Z	08	76	83	D
11	Hora de emissão	Hora de emissão da Redução Z	06	84	89	H
12	Venda Bruta Diária	Valor acumulado neste totalizador relativo à respectiva Redução Z, com duas casas decimais.	14	90	103	N
13	Parâmetro do ECF para incidência de desconto ISSQN	Parâmetro do ECF para incidência de desconto sobre itens sujeitos ao ISSQN conforme item 7.2.1.4	01	104	104	X

6.22.1. Observações:

6.22.1.1. Deve ser criado um registro tipo R02 para cada Redução Z emitida pelo ECF no período informado no arquivo, observando-se o disposto no item 2 do requisito XXVI.

6.22.1.2. Campo 07: informar somente no caso de ECF homologado ou registrado com base nos Convênios ICMS 50/00 ou 85/01; nos demais casos, preencher com zeros.

6.22.1.3. Campo 08: o CRO informado deve refletir a posição deste contador no momento da emissão da respectiva Redução Z.

6.22.1.4. Campo 13: Informar apenas quando o ECF possibilitar ao PAF-ECF ler estas informações, utilizando "S" caso o ECF esteja parametrizado para aceitar ou ratear desconto sobre item sujeito ao ISSQN ou "N" caso o ECF esteja parametrizado para não aceitar ou ratear desconto sobre item sujeito ao ISSQN.

6.23. REGISTRO TIPO R03 - DETALHE DA REDUÇÃO Z

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"R03"	03	01	03	X
02	Número de fabricação	Nº de fabricação do ECF	20	04	23	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	24	24	X
04	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	25	44	X
05	Número do usuário	Nº de ordem do usuário do ECF	02	45	46	N
06	CRZ	Nº do Contador de Redução Z relativo à respectiva redução	06	47	52	N
07	Totalizador Parcial	Código do totalizador conforme tabela abaixo	07	53	59	X
08	Valor acumulado	Valor acumulado no totalizador, relativo à respectiva Redução Z, com duas casas decimais.	13	60	72	N

6.23.1. Observações:

6.23.1.1. Deve ser criado um registro tipo R03 para cada totalizador parcial constante na Redução Z emitida pelo ECF no período informado no arquivo, observando-se o disposto no item 2 do requisito XXVI.

6.23.1.2. Campo 07: Tabela de Códigos dos Totalizadores Parciais:

Código	Nome do Totalizador	Conteúdo do Totalizador
xxT *nnnn*	Tributado ICMS	Valores de operações tributadas pelo ICMS, onde "xx" representa o número seqüencial do totalizador cadastrado no ECF e " *nnnn"* representa a alíquota efetiva do imposto com duas casas decimais. Exemplo: 01T1800 (totalizador 01 com alíquota de18,00% de ICMS)
xxS *nnnn*	Tributado ISSQN	Valores de operações tributadas pelo ISSQN, onde "xx" representa o número seqüencial do totalizador cadastrado no ECF e " *nnnn"* representa a alíquota efetiva do imposto com duas casas decimais. Exemplo: 02S0500 (totalizador 02 com alíquota de 5,00% de ISSQN)
F *n*	Substituição Tributária - ICMS	Valores de operações sujeitas ao ICMS, tributadas por Substituição Tributária, onde " *n"* representa o número do totalizador.
I *n*	Isento - ICMS	Valores de operações Isentas do ICMS, onde " *n"* representa o número do totalizador.
N *n*	Não-incidência - ICMS	Valores de operações com Não Incidência do ICMS, onde " *n"*representa o número do totalizador.
FS *n*	Substituição Tributária - ISSQN	Valores de operações sujeitas ao ISSQN, tributadas por Substituição Tributária, onde " *n"* representa o número do totalizador.
Is *n*	Isento - ISSQN	Valores de operações Isentas do ISSQN, onde " *n"* representa o número do totalizador.
NS *n*	Não-incidência - ISSQN	Valores de operações com Não Incidência do ISSQN, onde "*n"* representa o número do totalizador.
OPNF	Operações Não Fiscais	Somatório dos valores acumulados nos totalizadores relativos às Operações Não Fiscais registradas no ECF.
DT	Desconto - ICMS	Valores relativos a descontos incidentes sobre operações sujeitas ao ICMS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DS	Desconto - ISSQN	Valores relativos a descontos incidentes sobre operações sujeitas ao ISSQN
AT	Acréscimo - ICMS	Valores relativos a acréscimos incidentes sobre operações sujeitas ao ICMS
AS	Acréscimo - ISSQN	Valores relativos a acréscimos incidentes sobre operações sujeitas ao ISSQN
Can-T	Cancelamento - ICMS	Valores das operações sujeitas ao ICMS, canceladas.
Can-S	Cancelamento - ISSQN	Valores das operações sujeitas ao ISSQN, canceladas.

6.24. REGISTRO TIPO R04 - CUPOM FISCAL, NOTA FISCAL DE VENDA A CONSUMIDOR E BILHETE DE PASSAGEM

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"R04"	03	1	3	X
02	Número de fabricação	Nº de fabricação do ECF	20	4	23	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	24	24	X
04	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	25	44	X
05	Número do usuário	Nº de ordem do usuário do ECF	02	45	46	N
06	CCF, CVC ou CBP	Nº do contador do respectivo documento emitido	09	47	55	N
07	COO (Contador de Ordem de Operação)	Nº do COO relativo ao respectivo documento	09	56	64	N
08	Data de início da emissão	Data de início da emissão do documento impressa no cabeçalho do documento	08	65	72	D
09	Subtotal do Documento	Valor total do documento, com duas casas decimais.	14	73	86	N
10	Desconto sobre subtotal	Valor do desconto ou Percentual aplicado sobre o valor do subtotal do documento, com duas casas decimais.	13	87	99	N
11	Indicador do Tipo de Desconto sobre subtotal	Informar "V" para valor monetário ou "P" para percentual	1	100	100	X
12	Acréscimo sobre subtotal	Valor do acréscimo ou Percentual aplicado sobre o valor do subtotal do documento, com duas casas decimais.	13	101	113	N
13	Indicador do Tipo de Acréscimo sobre subtotal	Informar "V" para valor monetário ou "P" para percentual	1	114	114	X
14	Valor Total Líquido	Valor total do Cupom Fiscal após desconto/acréscimo, com duas casas decimais.	14	115	128	N
15	Indicador de Cancelamento	Informar "S" ou "N", conforme tenha ocorrido ou não, o cancelamento do documento.	01	129	129	X
16	Cancelamento de Acréscimo no Subtotal	Valor do cancelamento de acréscimo no subtotal	13	130	142	N
17	Ordem de aplicação de Desconto e Acréscimo	Indicador de ordem de aplicação de desconto/acréscimo em Subtotal. 'D' ou 'A' caso tenha ocorrido primeiro desconto ou acréscimo, respectivamente	01	143	143	X
18	Nome do adquirente	Nome do Cliente	40	144	183	X
19	CPF/CNPJ do adquirente	CPF ou CNPJ do adquirente	14	184	197	N

6.24.1. Observações:

6.24.1.1. Deve ser criado um registro tipo R04 para cada Cupom Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor ou Bilhete de Passagem emitido pelo ECF no período informado no arquivo, observando-se o disposto no item 3 do requisito XXVI.

6.24.1.2. Não deve ser criado registro relativo a documento para cancelamento de documento anterior (vide item 6.24.1.5).

6.24.1.3. Campo 09: Não informar este campo caso ocorra o cancelamento do Cupom Fiscal em emissão antes da impressão da totalização do documento.

6.24.1.4. Campo 14: Não informar este campo caso ocorra o cancelamento do Cupom Fiscal em emissão antes da impressão da totalização do documento.

6.24.1.5. Campo 15: Caso tenha ocorrido o cancelamento do documento durante sua emissão ou imediatamente após por meio da emissão de documento para cancelamento de documento anterior, informar "S", caso contrário, informar "N".

6.24.1.6. Campo 19: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.25. REGISTRO TIPO R05 - DETALHE DO CUPOM FISCAL, DA NOTA FISCAL DE VENDA A CONSUMIDOR OU DO BILHETE DE PASSAGEM

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"R05"	03	01	03	X
02	Número de fabricação	Número de fabricação do ECF	20	04	23	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	24	24	X
04	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	25	44	X
05	Número do usuário	Número de ordem do usuário do ECF	02	45	46	N
06	COO (Contador de Ordem de Operação)	Número do COO relativo ao respectivo documento	09	47	55	N
07	CCF, CVC ou CBP	Número do contador do respectivo documento emitido	09	56	64	N
08	Número do item	Número do item registrado no documento	03	65	67	N
09	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço registrado no documento.	14	68	81	X
10	Descrição	Descrição do produto ou serviço constante no Cupom Fiscal	100	82	181	X
11	Quantidade	Quantidade comercializada, sem a separação das casas decimais	07	182	188	N
12	Unidade	Unidade de medida	03	189	191	X
13	Valor unitário	Valor unitário do produto ou serviço, sem a separação das casas decimais.	08	192	199	N
14	Desconto sobre item	Valor do desconto incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	200	207	N
15	Acréscimo sobre item	Valor do acréscimo incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	208	215	N
16	Valor total líquido	Valor total líquido do item, com duas casas decimais.	14	216	229	N
17	Totalizador parcial	Código do totalizador relativo ao produto ou serviço conforme tabela abaixo.	07	230	236	X
18	Indicador de cancelamento	Informar "S" ou "N", conforme tenha ocorrido ou não, o cancelamento total do item no documento. Informar "P" quando ocorrer o cancelamento parcial do item.	01	237	237	X
19	Quantidade cancelada	Quantidade cancelada, no caso de cancelamento parcial de item, sem a separação das casas decimais.	07	238	244	N
20	Valor cancelado	Valor cancelado, no caso de cancelamento parcial de item.	13	245	257	N
21	Cancelamento de acréscimo no item	Valor do cancelamento de acréscimo no item	13	258	270	N
22	Indicador de Arredondamento ou Truncamento (IAT)	Indicador de Arredondamento ou Truncamento relativo à regra de cálculo do valor total líquido do item, sendo "T" para truncamento ou "A" para arredondamento	01	271	271	X
23	Indicador de Produção Própria ou de Terceiro (IPPT)	Indicador de Produção Própria ou de Terceiro relativo à mercadoria, sendo "P" para mercadoria de produção própria ou "T" para mercadoria produzida por terceiros	01	272	272	X
24	Casas decimais da quantidade	Parâmetro de número de casas decimais da quantidade	01	273	273	N
25	Casas decimais de valor unitário	Parâmetro de número de casas decimais de valor unitário	01	274	274	N

6.25.1. Observações:

6.25.1.1. Deve ser criado um registro tipo R05 para cada item (produto ou serviço) registrado no documento emitido pelo ECF e informado no registro tipo R04, observando-se o disposto no item 3 do requisito XXVI.

6.25.1.2. Campo 10 - Deve conter os primeiros cem caracteres da descrição do produto ou serviço constante no documento.

6.25.1.3. Campo 17 - Vide tabela do subitem 6.23.1.2.

6.25.1.4. Campo 19 - Informar a quantidade cancelada somente quando ocorrer o cancelamento parcial do item.

6.25.1.5. Campo 20 - Informar o valor cancelado somente quando ocorrer o cancelamento parcial do item.

6.25.1.6. Campo 24: Informar o número de casas decimais da quantidade comercializada.

6.25.1.7. Campo 25: Informar o número de casas decimais do valor unitário do produto ou serviço.

6.26. REGISTRO TIPO R06 - DEMAIS DOCUMENTOS EMITIDOS PELO ECF

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"R06"	03	1	3	X
02	Número de fabricação	Número de fabricação do ECF	20	4	23	X
03	MF Adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	24	24	X
04	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	25	44	X
05	Número do usuário	Número de ordem do usuário do ECF	02	45	46	N

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06	COO	Número do COO (Contador de Ordem de Operação) relativo ao respectivo documento	09	47	55	N
07	GNF	Número do GNF (Contador Geral de Operação Não Fiscal) relativo ao respectivo documento, quando houver	06	56	61	N
08	GRG	Número do GRG (Contador Geral de Relatório Gerencial) relativo ao respectivo documento (vide item 6.26.1.2)	06	62	67	N
09	CDC	Número do CDC (Contador de Comprovante de Crédito ou Débito) relativo ao respectivo documento (vide item 6.26.1.3)	04	68	71	N
10	Denominação	Símbolo referente à denominação do documento fiscal, conforme tabela abaixo	02	72	73	X
11	Data final de emissão	Data final de emissão (impressa no rodapé do documento)	08	74	81	D
12	Hora final de emissão	Hora final de emissão (impressa no rodapé do documento)	06	82	87	H

6.26.1. Observações:

6.26.1.1. Deve ser criado um registro tipo R06 para cada documento relacionado no item 6.26.1.4 emitido pelo ECF no período informado no arquivo, observando-se o disposto no item 4 do requisito XXVI.

6.26.1.2. Campo 08 - Informar apenas no caso de Relatório Gerencial.

6.26.1.3. Campo 09 - Informar apenas no caso de Comprovante Crédito ou Débito.

6.26.1.4. Campo 10 - Tabela de símbolos dos demais documentos emitidos pelo ECF:

Documento	Símbolo
Conferência de Mesa	CM
Registro de Venda	RV
Comprovante de Crédito ou Débito	CC
Comprovante Não-Fiscal	CN
Comprovante Não-Fiscal Cancelamento	NC
Relatório Gerencial	RG

6.27. REGISTRO TIPO R07 - DETALHE DO CUPOM FISCAL E DO DOCUMENTO NÃO FISCAL - MEIO DE PAGAMENTO

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"R07"	03	01	03	X
02	Número de fabricação	Número de fabricação do ECF	20	04	23	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	24	24	X
04	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	25	44	X
05	Número do usuário	Número de ordem do usuário do ECF	02	45	46	N
06	COO	Número do COO (Contador de Ordem de Operação) relativo ao respectivo Cupom Fiscal ou Comprovante Não Fiscal	09	47	55	N
07	CCF	Número do Contador de Cupom Fiscal relativo ao respectivo Cupom Fiscal emitido	09	56	64	N
08	GNF	Número do Contador Geral Não Fiscal relativo ao respectivo Comprovante Não Fiscal emitido	06	65	70	N
09	Meio de pagamento	Descrição do totalizador parcial de meio de pagamento	15	71	85	X
10	Valor pago	Valor do pagamento efetuado, com duas casas decimais	13	86	98	N
11	Indicador de estorno	Informar "S" ou "N", conforme tenha ocorrido ou não, o estorno do pagamento, ou "P" para estorno parcial do pagamento	01	99	99	X
12	Valor estornado	Valor do estorno efetuado, com duas casas decimais	13	100	112	N

6.27.1. Observações:

6.27.1.1. Deve ser criado um registro tipo R07 para cada meio de pagamento registrado no documento emitido pelo ECF e informado no registro tipo R04 ou tipo R06, inclusive quando houver posterior estorno do mesmo, podendo resultar em novo registro R07 com o meio de pagamento efetivado em substituição, observando-se o disposto nos itens 3 e 4 do requisito XXVI.

6.28. REGISTRO TIPO J1 - NOTA FISCAL EMITIDA PELO PAF E NOTA FISCAL EMITIDA MANUALMENTE

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"J1"	2	01	02	X
02	CNPJ do emissor	CNPJ do emissor do Documento Fiscal	14	03	16	N
03	Data de emissão do documento fiscal	Data de emissão do documento fiscal	08	17	24	D
04	Subtotal do Documento	Valor total do documento, com duas casas decimais.	14	25	38	N
05	Desconto sobre subtotal	Valor do desconto ou Percentual aplicado sobre o valor do subtotal do documento, com duas casas decimais.	13	39	51	N
06	Indicador do Tipo de Desconto sobre subtotal	Informar "V" para valor monetário ou "P" para percentual	1	52	52	X
07	Acréscimo sobre subtotal	Valor do acréscimo ou Percentual aplicado sobre o valor do subtotal do documento, com duas casas decimais.	13	53	65	N
08	Indicador do Tipo de Acréscimo sobre subtotal	Informar "V" para valor monetário ou "P" para percentual	1	66	66	X
09	Valor Total Líquido	Valor total do Cupom Fiscal após desconto/acréscimo, com duas casas decimais.	14	67	80	N
10	Indicador de Cancelamento	Informar "S" ou "N", conforme tenha ocorrido ou não, o cancelamento do documento.	01	81	81	X
11	Cancelamento de Acréscimo no Subto-tal	Valor do cancelamento de acréscimo no subtotal	13	82	94	N
12	Ordem de aplicação de Desconto e Acréscimo	Indicador de ordem de aplicação de desconto/acréscimo em Subtotal. 'D' ou 'A' caso tenha ocorrido primeiro desconto ou acréscimo, respectivamente	01	95	95	X
13	Nome do adquirente	Nome do Cliente	40	96	135	X
14	CPF/CNPJ do adquirente	CPF ou CNPJ do adquirente	14	136	149	N
15	Número da Nota Fiscal	Número da Nota Fiscal, manual ou eletrônica	10	150	159	N
16	Série da Nota Fiscal	Série da Nota Fiscal, manual ou eletrônica	3	160	162	X
17	Chave de Acesso da NF-e ou NFC-e	Chave de Acesso da Nota Fiscal Eletrônica	44	163	206	N
18	Tipo de Documento	Tipo de documento emitido (Nota Fiscal manual, Nota Fiscal modelo 55 - NF-e, Nota Fiscal modelo 65 - NFC-e)	1	207	207	N

6.28.1. Observações:

6.28.1.1. Deve ser criado um registro tipo J1 para cada Nota Fiscal manual emitida, Nota Fiscal Eletrônica (modelo 55) ou Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (modelo 65).

6.28.1.2. Campo 2: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.28.1.3. Campo 14: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.28.1.4. Campo 17: Informar somente nos casos de Nota Fiscal Eletrônica, modelos 55 ou 65.

6.28.1.5. Campo 18: Deverá ser preenchido com o código do Documento Fiscal:

Código Tipo de Documento Fiscal

1 Nota Fiscal emitida manualmente

2 Nota Fiscal Eletrônica modelo 55

3 Nota Fiscal Eletrônica modelo 65

6.29. REGISTRO TIPO J2 - DETALHES DA NOTA FISCAL EMITIDA PELO PAF E NOTA FISCAL EMITIDA MANUALMENTE

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"J2"	02	01	02	X
02	CNPJ do emissor	CNPJ do emissor do Documento Fiscal	14	03	16	N
03	Data de emissão do documento fiscal	Data de emissão do documento fiscal	08	17	24	D
04	Número do item	Número do item registrado no documento	03	25	27	N
05	Código do Produto ou Serviço	Código do produto ou serviço registrado no documento.	14	28	41	X
06	Descrição	Descrição do produto ou serviço constante no Cupom Fiscal	100	42	141	X
07	Quantidade	Quantidade comercializada, sem a separação das casas decimais	07	142	148	N
08	Unidade	Unidade de medida	03	149	151	X
09	Valor unitário	Valor unitário do produto ou serviço, sem a separação das casas decimais.	08	152	159	N
10	Desconto sobre item	Valor do desconto incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	160	167	N

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11	Acréscimo sobre item	Valor do acréscimo incidente sobre o valor do item, com duas casas decimais.	08	168	175	N
12	Valor total líquido	Valor total líquido do item, com duas casas decimais.	14	176	189	N
13	Totalizador parcial	Código do totalizador relativo ao produto ou serviço conforme tabela abaixo.	07	190	196	X
14	Casas decimais da quantidade	Parâmetro de número de casas decimais da quantidade	01	197	197	N
15	Casas decimais de valor unitário	Parâmetro de número de casas decimais de valor unitário	01	198	198	N
16	Número da Nota Fiscal	Número da Nota Fiscal, manual ou eletrônica	10	199	208	N
17	Série da Nota Fiscal	Série da Nota Fiscal, manual ou eletrônica	3	209	211	X
18	Chave de Acesso da NF-e ou NFC-e	Chave de Acesso da Nota Fiscal Eletrônica	44	212	255	N
19	Tipo de Documento	Tipo de documento emitido (Nota Fiscal manual, Nota Fiscal modelo 55 - NF-e, Nota Fiscal modelo 65 - NFC-e)	1	256	256	N

6.29.1. Observações:
6.29.1.1. Deve ser criado um registro tipo J2 para cada item (produto ou serviço) registrado no documento fiscal emitido e informado no registro tipo J1.
6.29.1.2. Campo 2: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.
6.29.1.3. Campo 06 - Deve conter os primeiros cem caracteres da descrição do produto ou serviço constante no documento.
6.29.1.4. Campo 13 - Vide tabela do subitem 6.23.1.2.
6.29.1.5. Campo 14: Informar o número de casas decimais da quantidade comercializada.
6.29.1.6. Campo 15: Informar o número de casas decimais do valor unitário do produto ou serviço.
6.29.1.7. Campo 18: Informar somente no caso de Nota Fiscal Eletrônica, modelos 55 ou 65.
6.29.1.8. Campo 19: Deverá ser preenchido com o código do Documento Fiscal:
Código Tipo de Documento Fiscal
1 Nota Fiscal emitida manualmente
2 Nota Fiscal Eletrônica modelo 55
3 Nota Fiscal Eletrônica modelo 65
6.30. REGISTRO TIPO EAD - ASSINATURA DIGITAL

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo do registro	"EAD"	03	01	03	X
02	Assinatura Digital	Assinatura do Hash	256	04	259	X

6.30.1. Observações:
6.30.1.1. Campo 02: Observar o disposto no Requisito XXXI (Anexo I).".
ANEXO V
DADOS TÉCNICOS PARA GERAÇÃO DO ARQUIVO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DOS ECF AUTORIZÁVEIS (exclusivamente para PAF-ECF de transporte de passageiros)
(Requisito XXXIII, 1, "d")
1- LOCAL DE GRAVAÇÃO:
1.1 - O arquivo deverá ser gravado em disco rígido do computador do usuário, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação.
2 - REGISTROS:
2.1 - Tipo: texto não delimitado;
2.2 - Tamanho: indeterminado, acrescido de CR/LF (Carriage return/Line feed) ao final de cada registro;
2.3 - Organização: sequencial;
2.4 - Codificação: ASCII.
3 - FORMATO DOS CAMPOS:
3.1 - Numérico (N): sem sinal, não compactado, alinhado à direita, suprimidos a vírgula e os pontos decimais, com as posições não significativas zeradas;
3.2 - Alfanumérico (X): alinhado à esquerda, com as posições não significativas em branco;
3.3 - Data (D): somente os algarismos da data, no formato (AAAAMMDD);
3.4 - Hora (H): somente os algarismos da hora, no formato (HHMMSS).
4 - PREENCHIMENTOS DOS CAMPOS
4.1 - Numérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com zeros.
4.2 - Alfanumérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com brancos.
5 - ESTRUTURA DO ARQUIVO:
5.1 - O arquivo compõe-se dos seguintes tipos de registros:
5.1.1 - Registro tipo V1 - Identificação do usuário do PAF-ECF;
5.1.2 - Registro tipo V2 - Identificação da empresa desenvolvedora do PAF-ECF;
5.1.3 - Registro tipo V3 - Identificação do PAF-ECF;
5.1.4 - Registro tipo V4 - Relação dos equipamentos ECF autorizados a funcionar com o PAF-ECF;
5.1.5 - Registro V9 - Totalização de Registros;
5.1.6 - Registro EAD - Assinatura digital.
6 - MONTAGEM DO ARQUIVO ELETRÔNICO:
6.1 - O arquivo deverá ser composto pelos seguintes conjuntos de registros, na sequência indicada e classificados em ordem ascendente de acordo com o campo de classificação abaixo:

Tipo de Registro	Nome do Registro	Denominação dos Campos de Classificação	A/D*
V1	Identificação do usuário do PAF-ECF	1º registro (único)	------
V2	Identificação da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	2º registro (único)	------
V3	Identificação do PAF-ECF	3º registro (único)	------
V4	Relação dos equipamentos ECF autorizados a funcionar com o PAF-ECF	ECF autorizados	A
V9	Totalização de registros	Penúltimo registro (único)	------
EAD	Assinatura digital	Último registro (único)	------

* A indicação "A/D" significa ascendente/descendente
7 - ESTRUTURA DOS REGISTROS:
7.1 - REGISTRO TIPO V1 - IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"V1"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do usuário do PAF-ECF	14	17	30	X
04	Inscrição Municipal	Inscrição Municipal do usuário do PAF-ECF	14	31	44	X
05	Razão Social	Razão Social do usuário do PAF-ECF	50	45	94	X

7.1.1 - Observações:
7.1.1.1 - Deve ser criado somente um registro tipo V1 para cada arquivo;
7.1.1.2 - Campos 02 a 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição;
7.1.1.3 - Campos 03, 04 e 05 deve ser preenchido em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.2 - REGISTRO TIPO V2 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA DESENVOLVEDORA DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"V2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	17	30	X
04	Inscrição Municipal	Inscrição Municipal da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	31	44	X
05	Razão Social	Razão Social da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	50	45	94	X

7.2.1 - Observações:
7.2.1.1 - Deve ser criado somente um registro tipo V1 para cada arquivo;
7.2.1.2 - Campos 02 a 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição;
7.2.1.3 - Campos 03, 04 e 05 deve ser preenchido em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.3 - REGISTRO TIPO V3 - IDENTIFICAÇÃO DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"V3"	02	1	2	X
02	Laudo do PAF-ECF	Número do Laudo de Análise Funcional	10	3	12	X

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03	Nome do PAF-ECF	Nome do aplicativo indicado no Laudo de Análise Técnica	50	13	62	X
04	Versão do PAF-ECF	Versão atual do aplicativo indicado no Laudo de Análise Técnica	10	63	72	X

7.3.1 - Observações:
7.3.1.1 - Campo 02: Informar o número do laudo sem a expressão "Rn", em caso de correção do laudo.
7.3.1.2 - Campos 02, 03 e 04 devem ser preenchidos em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.4 - REGISTRO TIPO V4 - Relação dos equipamentos ECF autorizados a funcionar com o PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"V4"	02	1	2	X
02	Número de fabricação	Número de fabricação do ECF autorizado a funcionar com o PAF-ECF	20	3	22	X
03	MF adicional	Letra indicativa de MF adicional	01	23	23	X
04	Marca do ECF	Marca do ECF	20	24	43	X
05	Modelo do ECF	Modelo do ECF	20	44	63	X

7.4.1 - Observações:
7.4.1.1 - Deve ser criado um registro tipo V3 para cada ECF autorizado a funcionar com o PAF-ECF;
7.4.1.2 - Campos 02 e 03 devem ser preenchidos em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.5. REGISTRO TIPO V9 - TOTALIZAÇÃO DO ARQUIVO

Nº	Denominação do campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"V9"	02	01	02	X
02	CNPJ/MF	CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	03	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	17	30	X
04	Total de registros tipo V4	Quantidade de registros tipo V4 informados no arquivo	06	31	36	N

7.5.1 - Observações:
7.5.1.2 - Campos 02 e 03: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.
7.5.1.3 - Campo 03: deve ser preenchido em maiúsculas.
7.6 - REGISTRO TIPO EAD - ASSINATURA DIGITAL

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo do registro	"EAD"	03	01	03	X
02	Assinatura Digital	Assinatura do Hash	256	04	259	X

7.6.1 - Observações:
7.6.1.1 - Campo 02: Observar o disposto no Requisito XXXI do Anexo I.

ANEXO VI

DADOS TÉCNICOS PARA GERAÇÃO DO ARQUIVO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DE VENDAS IDENTIFICADAS PELO CPF/CNPJ
(Requisito VII, item 22)
1- LOCAL DE GRAVAÇÃO:
1.1 - O arquivo deverá ser gravado em disco rígido do computador do usuário, devendo o programa aplicativo informar o local da gravação.
2 - REGISTROS:
2.1 - Tipo: texto não delimitado;
2.2 - Tamanho: indeterminado, acrescido de CR/LF (Carriage return/Line feed) ao final de cada registro;
2.3 - Organização: sequencial;
2.4 - Codificação: ASCII.
3 - FORMATO DOS CAMPOS:
3.1 - Numérico (N): sem sinal, não compactado, alinhado à direita, suprimidos a vírgula e os pontos decimais, com as posições não significativas zeradas;
3.2 - Alfanumérico (X): alinhado à esquerda, com as posições não significativas em branco;
3.3 - Data (D): somente os algarismos da data, no formato (AAAAMMDD);
3.4 - Hora (H): somente os algarismos da hora, no formato (HHMMSS).
4 - PREENCHIMENTOS DOS CAMPOS
4.1 - Numérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com zeros.
4.2 - Alfanumérico: na ausência de informação, os campos deverão ser preenchidos com brancos.
5 - ESTRUTURA DO ARQUIVO:
5.1 - O arquivo compõe-se dos seguintes tipos de registros:
5.1.1 - Registro tipo Z1 - Identificação do usuário do PAF-ECF;
5.1.2 - Registro tipo Z2 - Identificação da empresa desenvolvedora do PAF-ECF;
5.1.3 - Registro tipo Z3 - Identificação do PAF-ECF;
5.1.4 - Registro tipo Z4 - Totalizaçao de vendas a CPF/CNPJ;
5.1.5 - Registro Z9 - Totalização de Registros;
5.1.6 - Registro EAD - Assinatura digital.
6 - MONTAGEM DO ARQUIVO ELETRÔNICO:
6.1 - O arquivo deverá ser composto pelos seguintes conjuntos de registros, na sequência indicada e classificados em ordem ascendente de acordo com o campo de classificação abaixo:

Tipo de Registro	Nome do Registro	Denominação dos Campos de Classificação	A/D*
Z1	Identificação do usuário do PAF-ECF	1º registro (único)	------
Z2	Identificação da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	2º registro (único)	------
Z3	Identificação do PAF-ECF	3º registro (único)	------
Z4	Totalização de vendas a CPF/CNPJ	Vendas a CPF/CNPJ	A
Z9	Totalização de registros	Penúltimo registro (único)	------
EAD	Assinatura digital	Último registro (único)	------

* A indicação "A/D" significa ascendente/descendente

7 - ESTRUTURA DOS REGISTROS:
7.1 - REGISTRO TIPO Z1 - IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"Z1"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do usuário do PAF-ECF	14	17	30	X
04	Inscrição Municipal	Inscrição Municipal do usuário do PAF-ECF	14	31	44	X
05	Razão Social	Razão Social do usuário do PAF-ECF	50	45	94	X

7.1.1 - Observações:
7.1.1.1 - Deve ser criado somente um registro tipo Z1 para cada arquivo;
7.1.1.2 - Campos 02 a 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição;
7.1.1.3 - Campos 03, 04 e 05 deve ser preenchido em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.2 - REGISTRO TIPO Z2 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA DESENVOLVEDORA DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"Z2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	17	30	X

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04	Inscrição Municipal	Inscrição Municipal da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	31	44	X
05	Razão Social	Razão Social da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	50	45	94	X

7.2.1 - Observações:
7.2.1.1 - Deve ser criado somente um registro tipo Z2 para cada arquivo;
7.2.1.2 - Campos 02 a 04: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição;
7.2.1.3 - Campos 03, 04 e 05 deve ser preenchido em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.3 - REGISTRO TIPO Z3 - IDENTIFICAÇÃO DO PAF-ECF:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"Z3"	02	1	2	X
02	Laudo do PAF-ECF	Número do Laudo de Análise Funcional	10	3	12	X
03	Nome do PAF-ECF	Nome do aplicativo indicado no Laudo de Análise Técnica	50	13	62	X
04	Versão do PAF-ECF	Versão atual do aplicativo indicado no Laudo de Análise Técnica	10	63	72	X

7.3.1 - Observações:
7.3.1.1 - Campo 02: Informar o número do laudo sem a expressão "Rn", em caso de correção do laudo.
7.3.1.2 - Campos 02, 03 e 04 devem ser preenchidos em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.4 - REGISTRO TIPO Z4 - Totalização de vendas a CPF/CNPJ:

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"Z4"	02	1	2	X
02	Número do CPF/CNPJ	Número do CPF/CNPJ identificado no campo previsto no item 2 do Requsito VIII.	14	3	16	N
03	Totalização Mensal	Total de vendas no mês, com duas casas decimais, ao CPF/CNPJ indicado no campo 02.	14	17	30	N
04	Data Inicial das vendas ao CPF/CNPJ	Primeiro dia do mês a que se refere o relatório de vendas ao CPF/CNPJ identificado no campo 02	08	31	38	D
05	Data Final das vendas ao CPF/CNPJ	Último dia do mês a que se refere o relatório de vendas ao CPF/CNPJ identificado no campo 02	08	39	46	D
06	Data da geração do relatório	Data que o relatório foi gerado pelo PAF-ECF	08	47	54	D
07	Hora da geração do relatório	Hora que o relatório foi gerado pelo PAF-ECF	06	55	60	H

7.4.1 - Observações:
7.4.1.1 - Deve ser criado um registro tipo Z4 para cada CPF/CNPJ;
7.4.1.2 - Campos 02 e 03 devem ser preenchidos em maiúsculas e sem acentuação gráfica.
7.5. REGISTRO TIPO Z9 - TOTALIZAÇÃO DO ARQUIVO

Nº	Denominação do campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo	"Z9"	02	01	02	X
02	CNPJ/MF	CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	03	16	N
03	Inscrição Estadual	Inscrição Estadual da empresa desenvolvedora do PAF-ECF	14	17	30	X
04	Total de registros tipo Z4	Quantidade de registros tipo Z4 informados no arquivo	06	31	36	N

7.5.1 - Observações:
7.5.1.2 - Campos 02 e 03: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.
7.5.1.3 - Campo 03: deve ser preenchido em maiúsculas.
7.6 - REGISTRO TIPO EAD - ASSINATURA DIGITAL

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo do registro	"EAD"	03	01	03	X
02	Assinatura Digital	Assinatura do Hash	256	04	259	X

7.6.1 - Observações:
7.6.1.1 - Campo 02: Observar o disposto no Requisito XXXI do Anexo I.".
Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 11, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera o Ato COTEPE/ICMS 16/09, que dispõe sobre a Especificação Técnica de Requisitos do Emissor de Cupom Fiscal (ETR-ECF).

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 167ª reunião ordinária, realizada nos dias 13 a 16 de março de 2017, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), decidiu:

Art. 1º O Anexo I, do Ato COTEPE/ICMS 16/09, de 19 de março de 2009, passa a vigorar com a redação dada pelo arquivo disponibilizado no sítio eletrônico do CONFAZ (www. confaz.fazenda.gov.br), no arquivo identificado como "AC16_09_Anexo_I_ERT-ECF_versão_01_08.pdf", tendo como chave de codificação digital a sequência "6053623441b2005a4e38cc3b19cd5168", obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente de sua publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 12, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, que relaciona as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações contempladas com o regime especial de que trata o Convênio ICMS 17/13.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na 167ª Reunião Ordinária realizada nos dias 13 a 16 de março de 2017, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 17/13, de 5 de abril de 2013, decidiu alterar os arts. 1º e 2º do Ato COTEPE 13/13, de 13 de março de 2013, conforme a seguir disposto:

Art. 1º Os seguintes itens do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, passam a vigorar com a seguinte redação:
"

Item	Razão Social	CNPJ - Matriz	Sede	UFs onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
16	ALGAR TELECOM S.A.	71.208.516/0001-74	Uberlândia - MG	AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

45	GT GROUP INTERNACIONAL BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	05.663.379/0001-33	SÃO PAULO _SP	AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, RN, RS, SC, SE, SP
104	VIPWAY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.128.103/0001-18	Santos - SP	AM, AP, MS, MT, PB, RJ, RO, RR, SC, SP e PI, DF

".

Art. 2º. Fica acrescido o item 141 ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, de 13 de março de 2013, com a seguinte redação:
"

Item	Razão Social	CNPJ - Matriz	Sede	UFs onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
141	COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA	02.985.578/00010001-70	MACAPÁ_AP	AP

".

Art. 3º. Fica revogado o item 130 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13.
Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/ICMS 8/17, de 7 de março de 2017, publicado no DOU de 08 de março de 2017, seção 1, páginas 53 e 54,
Onde se lê:

"... ANEXO II

ESPÍRITO SANTO

Item	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
1	Olam Agrícola Ltda.	07.028.528/0015-13
2	Unicafé Companhia de Comércio Exterior	28.154.680/0001-17
3	Nicchio Sobrinho Café S/A	27.487.131/0001-00

.".

Leia-se:

"... ANEXO II

ESPÍRITO SANTO

Item	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
1	COOPEAVI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA.	27.942.085/0037-94
2	COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE LAGINHA LTDA.	21.025.069/0011-11
3	NICCHIO CAFÉ S/A. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	28.127.579/0001-77
4	BTG PACTUAL COMMODITIES S/A.	14.796.754/0008-80
4	ED&F MAN VOLCAFÉ LTDA.	33.729.690/0003-35

.".

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 4ª REGIÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, 20 DE MARÇO DE 2017

Exclui do Parcelamento previsto na Medida Provisória n° 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM LAJEADO, RS, abaixo identificado, no uso de suas atribuições legais, em especial as conferidas pelos artigos 81 c/c o artigo 79, ambos do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257/2009 (DOU de 25/06/2009 - Seção 1 - págs. 33/42), considerando a ocorrência da hipótese de rescisão prevista no inciso I do artigo 7° da Medida Provisória n° 303, de 29 de junho de 2006, e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Ficam EXCLUÍDOS do Parcelamento previsto na Medida Provisória n° 303, de 29 de junho de 2006, os contribuintes constantes do ANEXO ÚNICO deste Ato Declaratório, tendo em vista a inadimplência do sujeito passivo por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do art. 3° da Medida Provisória n° 303, de 29 de junho de 2006, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1° implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º Faculta-se ao sujeito passivo ora excluído a apresentação de recurso administrativo dirigido ao PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE LAJEADO, RS, junto à sede da respectiva Procuradoria Seccional, com endereço na Rua Irmão Emilio Conrado, 120, sala 501, Bairro Florestal, Lajeado, RS, CEP nº 95.900-704, no prazo de 10 dias contados da data de publicação/ciência deste Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Parcelamento previsto na Medida Provisória n° 303, de 29 de junho de 2006, será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRES LUIZ DOS SANTOS

ANEXO ÚNICO

CNPJ/ CPF
91.691.998/0001-73
95.214.730/0001-00
95.233.979/0001-54

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COMITÊ GESTOR DO ESOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a aprovação de nova versão dos Leiautes do eSocial.

O COMITÊ GESTOR DO eSOCIAL, no uso das atribuições previstas no art. 5º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1° Aprovar a versão 2.2.01 dos Leiautes do eSocial e respectivos anexos, disponíveis no sítio eletrônico do eSocial na Internet, no endereço <http://www.esocial.gov.br>.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALBERTO REYNALDO MAIA ALVES FILHO
p/Ministério do Trabalho

JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX
p/Ministério da Fazenda

TIAGO THALES CORREIA MACIEL
p/Instituto Nacional do Seguro Social

HENRIQUE JOSÉ SANTANA
p/Caixa Econômica Federal

CLÓVIS BELBUTE PERES
p/Secretaria da Receita Federal do Brasil

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

PORTARIA Nº 23, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre os procedimentos para a anexação digital de documentos por meio do módulo Anexação Eletrônica de Documentos do Portal Único do Comércio Exterior.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e IX do art. 129 e inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º A disponibilização de documentos à Secretaria da Receita Federal do Brasil em meio digital no Portal Único do Comércio Exterior, por meio do módulo "Anexação Eletrônica de Documentos", observará o disposto nesta Portaria.

Art. 2º O processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade e a autenticidade dos documentos, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, respeitando-se os seguintes requisitos:

I - utilização de resolução mínima de 300 DPI (dots per inch - pontos por polegada) ou PPI (pixels per inch - pixels por polegada), observando-se a limitação de 15MB (megabytes) por arquivo;

II - legibilidade da totalidade do documento, inclusive dos campos destinados às identificações pessoais e assinaturas;

III - integralidade do documento em sua posição habitual de leitura, dispensada a digitalização dos versos de páginas em branco;

IV - disponibilização de um único arquivo para cada documento, contendo todas as páginas dispostas de forma sequencial, respeitando-se a paginação original, quando cabível, conforme exemplos constantes no Anexo Único.

§ 1º Na hipótese de existência de mais de um documento do mesmo tipo, deverá ser disponibilizado um arquivo para cada documento.

§ 2º Para fins de cumprimento dos requisitos dispostos no inciso I deste artigo, recomenda-se a digitalização dos documentos em preto-e-branco, em substituição à escala de cinza e/ou colorido, que usualmente geram arquivos de maior tamanho.

Art. 3° A anexação digital dos documentos previstos no art. 553 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, deverá observar, além do disposto no art. 1º desta Portaria:

I - utilização do formato digital denominado Portable Document Format (PDF);

II - seleção do tipo exato de documento a ser anexado, não cabendo a utilização de tipos de documentos genéricos.

Art. 4° A inobservância das regras de padronização contidas neste ato normativo pode motivar a interrupção do curso do despacho de importação e a exigência da correta anexação digital dos arquivos.

Parágrafo único. Considerar-se-ão ilegíveis os documentos que contiverem rabiscos ou rasuras em campos de interesse do despacho de importação.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor em 30 dias após sua publicação no Diário Oficial da União.

JACKSON ALUIR CORBARI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

Exemplos de digitalização de documentos para o módulo "Anexação Eletrônica de Documentos"

Documentos	Arquivos gerados	Organização Interna do Arquivo Gerado
Conhecimento de embarque com 2 folhas (informações na frente e no verso de cada uma das folhas)	1 arquivo .pdf com 4 páginas	1° - frente da página 1 2° - verso da página 1 3° - frente da página 2 4° - verso da página 2
Fatura comercial com 2 folhas (versos em branco)	1 arquivo .pdf com 2 páginas	1° - frente da página 1 2° - frente da página 2
Certificado de Origem com 1 folha	1 arquivo .pdf com 2 páginas	1° - frente da página 1 2° - verso da página 1
MIC/DTA com 3 folhas (informações na frente e no verso de cada uma das folhas)	1 arquivo .pdf com 6 páginas	1° - frente da página 1 2° - verso da página 1 3° - frente da página 2 4° - verso da página 2 5° - frente da página 3 6° - verso da página 3
Fatura comercial nº xx com 1 folha e Fatura comercial nº yy com 1 folha (existência de mais de um documento do mesmo tipo)	2 arquivos .pdf, um para cada fatura comercial	1º arquivo (fatura nº xx) 1º - frente da página 1 2º - verso da página 1 2º arquivo (fatura nº yy) 1º - frente da página 1 2º - verso da página 1

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 137, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CUMULATIVIDADE. ICMS. EXCLUSÃO. OPERAÇÕES INTERNAS. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE DECISÃO DEFINITIVA DE MÉRITO.

O ICMS devido pela pessoa jurídica na condição de contribuinte do imposto (em virtude de operações ou prestações próprias) compõe o seu faturamento, não havendo previsão legal que possibilite a sua exclusão da base de cálculo cumulativa da Cofins devida nas operações realizadas no mercado interno.

A edição de ato declaratório pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, sobre matéria objeto de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, vincula a Administração tributária, sendo vedado à Secretaria da Receita Federal do Brasil a constituição dos respectivos créditos tributários. Entretanto, inexiste ato declaratório que trate sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da Cofins incidente nas operações internas. A matéria, atualmente objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade, encontra-se aguardando decisão definitiva de mérito, que seja vinculante para a Administração Pública.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 87, de 1996, art. 13; Lei nº 5.172, de 1966, art. 111; Lei nº 8.981, de 1995, art. 31; Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Decreto-Lei nº 406, de 1968, art. 2º; Parecer Normativo CST nº 77, de 1986, e Convênio ICM nº 66, de 1988, art. 2º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: BASE DE CÁLCULO. CUMULATIVIDADE. ICMS. EXCLUSÃO. OPERAÇÕES INTERNAS. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE DECISÃO DEFINITIVA DE MÉRITO.

O ICMS devido pela pessoa jurídica na condição de contribuinte do imposto (em virtude de operações ou prestações próprias) compõe o seu faturamento, não havendo previsão legal que possibilite sua exclusão da base de cálculo cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep devida nas operações realizadas no mercado interno.

A edição de ato declaratório pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, sobre matéria objeto de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, vincula a Administração tributária, sendo vedado à Secretaria da Receita Federal do Brasil a constituição dos respectivos créditos tributários. Entretanto, inexiste ato declaratório que trate sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep incidente nas operações internas. A matéria, atualmente objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade, encontra-se aguardando decisão definitiva de mérito, que seja vinculante para a Administração Pública.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 87, de 1996, art. 13; Lei nº 5.172, de 1966, art. 111; Lei nº 8.981, de 1995, art. 31; Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19; Decreto-Lei nº 406, de 1968, art. 2º; Parecer Normativo CST nº 77, de 1986, e Convênio ICM nº 66, de 1988, art. 2º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 153, DE 2 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS. FATO GERADOR. CRÉDITO DOS RENDIMENTOS.

A hipótese de crédito de rendimentos de serviços técnicos a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior como fato gerador do imposto de renda incidente na fonte materializa-se por ocasião do lançamento contábil representativo da obrigação de pagar a quantia ajustada com o prestador dos serviços, realizado pela fonte pagadora em seus livros (crédito contábil), desde que caracterizada a disponibilidade econômica ou jurídica do rendimento.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto-Lei nº 1.418, de 1975, art. 6º; Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001, art. 3º; Lei nº 10.168, de 2000, arts. 2º, §1º, 2º-A e 8º; Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999), art. 708; Pareceres Normativos CST nº 140, de 1973, nº 27, de 1984, e nº 7, de 1986.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE

EMENTA: CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA FIRMADOS COM RESIDENTE OU DOMICILIADO NO EXTERIOR. SERVIÇOS TÉCNICOS. FATO GERADOR. CRÉDITO DA REMUNERAÇÃO.

A hipótese de crédito de rendimentos de serviços técnicos a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior como fato gerador da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide materializa-se por ocasião do lançamento contábil representativo da obrigação de pagar a quantia ajustada com o prestador dos serviços, realizado pela fonte pagadora em seus livros (crédito contábil), desde que observados a efetiva prestação dos serviços e os prazos contratuais.

Visto que a apuração da Cide se efetiva segundo períodos de apuração mensais, o seu fato gerador só se consuma no último dia do mês.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.168, de 2000, art. 2º, §§ 1º e 3º; Pareceres Normativos CST nº 140, de 1973, nº 27, de 1984, e nº 7, de 1986.

ASSUNTO: OUTROS TRIBUTOS OU CONTRIBUIÇÕES

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO. IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. FATO GERADOR. CRÉDITO DOS VALORES DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

O fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação incidente sobre a importação de serviços ocorre na data do pagamento, do crédito, da entrega, do emprego ou da remessa de valores. No caso do crédito enquanto fato gerador, basta o lançamento contábil (crédito contábil) da obrigação de pagar os serviços efetivamente prestados pela pessoa física ou pessoa jurídica residente ou domiciliada no exterior para que se considere ocorrido o fato gerador.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.865, de 2004, arts. 1º, § 1º, e 3º, II; Pareceres Normativos CST nº 140, de 1973, nº 27, de 1984, e nº 7, de 1986.

COFINS-IMPORTAÇÃO. IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS. FATO GERADOR. CRÉDITO DOS VALORES DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

O fato gerador da Cofins-Importação incidente sobre a importação de serviços ocorre na data do pagamento, do crédito, da entrega, do emprego ou da remessa de valores. No caso do crédito enquanto fato gerador, basta o lançamento contábil (crédito contábil) da obrigação de pagar os serviços efetivamente prestados pela pessoa física ou pessoa jurídica residente ou domiciliada no exterior para que se considere ocorrido o fato gerador.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.865, de 2004, arts. 1º, § 1º, e 3º, II; Pareceres Normativos CST nº 140, de 1973, nº 27, de 1984, e nº 7, de 1986.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 171, DE 13 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: SISCOSERV. AGÊNCIAS DE TURISMO. GASTOS PESSOAIS. SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA E SEGURO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO. DATA DE REGISTRO NO INÍCIO DA OBRIGATORIEDADE. SUSPENSÃO DO PRAZO PARA REGISTRO. OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO.

Prestador de serviço de transporte de carga é alguém que se obriga com quem quer enviar coisas (tomador do serviço) a transportá-las de um lugar para outro, entregando-as a quem foi indicado para recebê-las. A obrigação se evidencia pela emissão do conhecimento de carga.

O obrigado a transportar que não é operador de veículo deverá subcontratar alguém que efetivamente faça o transporte. Logo, simultaneamente, será prestador e tomador de serviço de transporte.

Quem age em nome do tomador ou do prestador de serviço de transporte não é, ele mesmo, prestador ou tomador de tal serviço. Mas é prestador ou tomador de serviços auxiliares conexos (que facilitam a cada interveniente cumprir suas obrigações relativas ao contrato de transporte) quando o faz em seu próprio nome.

Se tomador e prestador forem ambos residentes ou domiciliados no Brasil, não surge a obrigação de prestação de informações no Siscoserv.

CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SC COSIT No 257, de 2014.

Na hipótese de a seguradora domiciliada no exterior ser contratada e paga pelo adquirente residente no Brasil, será ele o contratante e, por consequência, o responsável pelo registro no Siscoserv, ainda que haja intermediação de uma corretora de seguros domiciliada no Brasil.

Na hipótese de a seguradora domiciliada no exterior ser contratada e paga por um estipulante em favor do importador, ambos domiciliados no Brasil, o estipulante será o contratante e, por consequência, o responsável pelo registro no Siscoserv.

CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SC COSIT No 222, de 2015.

Em relação a viagens de pessoas físicas ao exterior a serviço da pessoa jurídica:

A aquisição junto a companhia aérea residente ou domiciliada no exterior do serviço de transporte aéreo de passageiro deve ser registrada no Siscoserv, ainda que a compra das respectivas passagens tenha sido intermediada por agência de turismo no Brasil.

O registro da operação será, contudo, de responsabilidade da agência de turismo na hipótese em que esta emitir fatura de seu serviço em que conste o valor integral da operação.

A obrigatoriedade de registro independe do meio de pagamento utilizado.

CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SC COSIT No 52, 2017.

As prestações de serviço iniciadas no mês de abril de 2013 ou anteriormente (desde que não concluídas até abril) devem ser registradas até o último dia útil do mês de outubro de 2013. As iniciadas no mês de maio de 2013 devem ser registradas até o último dia útil do mês de novembro de 2013 e assim sucessivamente, até as iniciadas no mês de dezembro de 2013.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999; Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 275, de 5 de março de 2013; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.284, de 9 de setembro de 2013; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 768, de 13 de maio de 2016; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho de 2012; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013; Solução de Consulta nº 257 - Cosit, de 26 de setembro de 2014; Solução de Consulta nº 222 - Cosit, de 27 de outubro de 2015.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a pergunta que versar sobre fato que estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes da apresentação da consulta.

É ineficaz a pergunta que não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, limitando-se a questionar a natureza jurídica do Manual Informatizado do Siscoserv, a própria literalidade do que dispõe a 5ª e a 6ª edições do Manual, sua caracterização, ou não, enquanto norma complementar, a data de entrada em vigor destas edições e se, "no contexto" destes questionamentos, haveria obrigatoriedade de se declarar apenas gastos realizados por pessoas com vínculo empregatício ou subcontratados e qual seria a extensão a ser aplicada a este último termo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, art. 52, V; e Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, VII e XI.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 177, DE 14 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: DESPACHO DE EXPORTAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO. SEAWAY BILL. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO CONHECIMENTO DE CARGA.

A legislação aduaneira dispõe que a instrução da declaração de exportação seja feita com a via original do Conhecimento e do Manifesto Internacional de Carga. O documento denominado Seaway Bill representa apenas a prova do contrato de transporte marítimo, não configurando prova da posse ou da propriedade da mercadoria, não sendo portanto um documento equivalente ao Conhecimento de Carga. Não existe previsão legal para utilização do Seaway Bill na documentação de instrução da declaração de exportação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto-Lei nº 37, de 1966, arts. 44 a 46; Decreto-Lei nº 1.578, de 1977; Decreto nº 6.759, de 2009, arts. 553, 554, 556, 588, inciso II, e 596; IN SRF nº 28, de 1994, art. 16, inciso II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 176, DE 14 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
EMENTA: AQUISIÇÃO DE RESÍDUOS E APARAS DE PAPEL. VEDAÇÃO AO CRÉDITO.

É vedada a apuração do crédito de que trata o art. 3º, II, da Lei nº 10.637, de 2002, nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, de papel ou cartão, de vidro, de ferro ou aço, de cobre, de níquel, de alumínio, de chumbo, de zinco e de estanho, classificados respectivamente nas posições 39.15, 47.07, 70.01, 72.04, 74.04, 75.03, 76.02, 78.02, 79.02 e 80.02 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, e demais desperdícios e resíduos metálicos do Capítulo 81 da Tipi, ainda que sejam adquiridos de pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 47 e 48.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: AQUISIÇÃO DE RESÍDUOS E APARAS DE PAPEL. VEDAÇÃO AO CRÉDITO.

É vedada a apuração do crédito de que trata o art. 3º, II, da Lei nº 10.833, de 2003, nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, de papel ou cartão, de vidro, de ferro ou aço, de cobre, de níquel, de alumínio, de chumbo, de zinco e de estanho, classificados respectivamente nas posições 39.15, 47.07, 70.01, 72.04, 74.04, 75.03, 76.02, 78.02, 79.02 e 80.02 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, e demais desperdícios e resíduos metálicos do Capítulo 81 da Tipi, ainda que sejam adquiridos de pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 47 e 48.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 180, DE 16 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
EMENTA: SISCOSERV. CONTRATAÇÃO DE SEGURO. DATAS DE INÍCIO E DE CONCLUSÃO. REGISTRO.

Nas operações de contratação de seguro, realizadas entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior, consideram-se como datas de início e de conclusão da prestação do serviço as datas de início e de fim da validade da apólice ou do bilhete de seguro emitidos para a operação.

SISCOSERV. CONTRATO DE SEGURO. RESPONSABILIDADE PELO REGISTRO.

A pessoa jurídica domiciliada no Brasil que realizar a contratação de seguro com empresa seguradora domiciliada no exterior está obrigada a registrar no Siscoserv as informações referentes a essa transação, ainda que haja intermediação de uma corretora de seguros domiciliada no Brasil.

Na hipótese de a seguradora domiciliada no exterior ser contratada e paga por um estipulante, residente ou domiciliado no Brasil, em favor da pessoa jurídica importadora, domiciliada no Brasil, o estipulante será o contratante e, por consequência, o responsável pelo registro no Siscoserv.

A pessoa jurídica domiciliada no Brasil que realize a contratação de seguro em moeda estrangeira com empresa seguradora também domiciliada no Brasil, nos termos dos arts. 2º a 5º da Resolução CNSP nº 197, de 2008, não está obrigada a registrar no Siscoserv as informações referentes a essa transação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 222, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015, E Nº 226, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

SISCOSERV. REGISTRO. SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGA.

Prestador de serviço de transporte de carga é alguém que se obriga com quem quer enviar coisas (tomador do serviço) a transportá-las de um lugar para outro, entregando-as a quem foi indicado para recebê-las. A obrigação se evidencia pela emissão do conhecimento de carga.

O obrigado a transportar que não é operador de veículo deverá subcontratar alguém que efetivamente faça o transporte. Logo, simultaneamente, será prestador e tomador de serviço de transporte.

Quem age em nome do tomador ou do prestador de serviço de transporte não é, ele mesmo, prestador ou tomador de tal serviço. Mas é prestador ou tomador de serviços auxiliares conexos (que facilitam a cada interveniente cumprir suas obrigações relativas ao contrato de transporte) quando o faz em seu próprio nome.

Se o tomador e o prestador do serviço forem ambos residentes ou domiciliados no Brasil, não surge a obrigação de prestação de informações no Siscoserv.

O conhecimento de carga é um documento admissível como comprovante do pagamento relativo ao serviço de transporte tomado diretamente de um transportador efetivo (daquele que, de fato, realiza o transporte) domiciliado no exterior.

A pessoa jurídica domiciliada no Brasil não se sujeita a registrar no Siscoserv o serviço de transporte internacional de carga, prestado por residente ou domiciliado no exterior, quando o prestador desse serviço for contratado pelo exportador das mercadorias, domiciliado no exterior, ainda que o custo esteja incluído no preço da mercadoria importada.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

SISCOSERV. TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGA. DATAS DE INÍCIO E DE CONCLUSÃO. REGISTRO.

Para fins do Siscoserv, a data de início da prestação do serviço de transporte internacional de mercadorias importadas corresponderá à data constante do conhecimento de transporte, documento que formaliza a relação contratual estabelecida entre o prestador (transportador), residente ou domiciliado no exterior, e o tomador do serviço de transporte, residente ou domiciliado no Brasil. A data de conclusão da prestação do serviço de transporte internacional de carga a residente ou domiciliado no Brasil corresponde àquela em que ocorre a entrega da mercadoria importada ao destinatário (tomador do serviço), no local por ele acordado com o prestador do serviço de transporte.

ATO SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 27, DE 29 DE MARÇO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 (Código Comercial), art. 575; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 37, § 1º; Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, arts. 9º, e 10 e 122; Lei nº 6.562, de 18 de setembro de 1978, art. 5º; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), art. 235, I; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), arts. 722, 723, 730, 744, 749, 750, 754, 758, e 760; Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, arts. 554 e 556; Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012; Portarias Conjuntas RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, nº 1.895, de 30 de dezembro de 2013, nº 43, de 8 de janeiro de 2015, e nº 219, de 19 de fevereiro de 2016, e 768, de 13 de maio de 2016; Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007, arts. 2º, II, e 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho de 2012, art. 1º, §§ 3º e 4º e 8º e art. 3º; e Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 22; Circular Susep nº 354, de 30 de novembro de 2007; Resolução CNSP nº 107, de 16 de janeiro de 2004 e nº 197, de 16 de dezembro de 2008.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: CONSULTA SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Não produz efeitos a consulta que não atender aos requisitos legais para a sua apresentação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, art. 52, V; e Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, VII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 184, DE 17 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
EMENTA: O preço da prestação de serviços em geral compõe a base de cálculo do IRPJ na apuração com base no lucro presumido.

O preço dos serviços prestados corresponde à soma a pagar pelos serviços faturados. Os valores que estão contidos na soma a pagar pelos serviços faturados, e que posteriormente serão utilizados para fazer frente a custos ou despesas essenciais ao exercício da atividade a que se dedica a prestadora dos serviços, devem compor a base de cálculo do IRPJ apurado com base no lucro presumido. Inexistência de previsão legal de exclusão da base de cálculo do IRPJ, de despesas com despachantes, taxas, tributos ou quaisquer honorários que compõem o preço do serviço prestado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968; arts. 12 e 13 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1997; art. 75 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014; art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; inciso I do art. 25 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro 1996; e art. 31 da Lei 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: O preço da prestação de serviços em geral compõe a base de cálculo da CSLL na apuração com base no lucro presumido. O preço dos serviços prestados corresponde à soma a pagar pelos serviços faturados. Os valores que estão contidos na soma a pagar pelos serviços faturados, e que posteriormente serão utilizados para fazer frente a custos ou despesas essenciais ao exercício da atividade a que se dedica a prestadora dos serviços, devem compor a base de cálculo da CSLL na apuração com base no lucro presumido. Inexistência de previsão legal de exclusão da base de cálculo da CSLL, de despesas com despachantes, taxas, tributos ou quaisquer honorários que compõem o preço do serviço prestado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968; arts. 12 e 13 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1997; art. 75 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014; art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; inciso I do art. 25 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro 1996; e art. 57 da Lei nº 8981, de 20 de janeiro de 1995.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: O preço da prestação de serviços em geral compõe a base de cálculo da Cofins. O preço dos serviços prestados corresponde à soma a pagar pelos serviços faturados. Os valores que estão contidos na soma a pagar pelos serviços faturados, e que posteriormente serão utilizados para fazer frente a custos ou despesas essenciais ao exercício da atividade a que se dedica a prestadora dos serviços, devem compor a base de cálculo da Cofins. Inexistência de previsão legal de exclusão da base de cálculo da Cofins, de despesas com despachantes, taxas, tributos ou quaisquer honorários que compõem o preço do serviço prestado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 3º da Lei nº 9.715, de 1998; caput do art. 2º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; arts. 1º a 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; inciso II do art. 10 da lei n º 10.833, de 2003; art. 12 do Decreto-lei nº 1.598, de 1977; arts. 1º a 3º da Lei nº 12.973, de 2014; inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: O preço da prestação de serviços em geral compõe a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep. O preço dos serviços prestados corresponde à soma a pagar pelos serviços faturados. Os valores que estão contidos na soma a pagar pelos serviços faturados, e que posteriormente serão utilizados para fazer frente a custos ou despesas essenciais ao exercício da atividade a que se dedica a prestadora dos serviços, devem compor a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep. Inexistência de previsão legal de exclusão da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, de despesas com despachantes, taxas, tributos ou quaisquer honorários que compõem o preço do serviço prestado.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 3º da Lei nº 9.715, de 1998; caput do art. 2º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; arts. 1º a 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; inciso II do art. 10 da lei n º 10.833, de 2003; art. 12 do Decreto-lei nº 1.598, de 1977; arts. 1º a 3º da Lei nº 12.973, de 2014; inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.045, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
EMENTA: COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. SERVIÇO DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VIA SATÉLITE, SEGURO E SERVIÇOS DE INSPEÇÃO VEICULAR. DEPRECIAÇÃO.

Combustíveis e lubrificantes consumidos em máquinas, equipamentos e veículos diretamente utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços geram créditos do regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep.

Os serviços de manutenção, bem assim as partes e peças de reposição, empregados em veículos utilizados na prestação de serviços de transporte, desde que as partes e peças não estejam obrigadas a integrar o ativo imobilizado da pessoa jurídica, por resultar num aumento superior a um ano na vida útil dos veículos, são considerados insumos aplicados na prestação de serviços de transporte, para fins de creditamento da Contribuição para o PIS/Pasep.

Não geram crédito do regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep as despesas relativas a serviços de rastreamento de veículos e cargas, a seguros de qualquer espécie e a serviços de inspeção veicular, uma vez que não configuram serviços aplicados ou consumidos na prestação de serviço de transporte rodoviário de carga.

É admissível créditos sobre os encargos de depreciação incidentes sobre bens do ativo imobilizado no caso de máquinas, equipamentos e outros bens utilizados para a produção de bens destinados à venda ou utilizados na prestação de serviços, nos termos dos arts. 3º, VI, § 1º, III, das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, II e § 2º; IN RFB nº 247, de 2002, art. 66, § 5º, II, "a".

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.)

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. SERVIÇO DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VIA SATÉLITE, SEGURO E SERVIÇOS DE INSPEÇÃO VEICULAR. DEPRECIAÇÃO.

Combustíveis e lubrificantes consumidos em máquinas, equipamentos e veículos diretamente utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços geram créditos do regime de apuração não cumulativa da Cofins.

Os serviços de manutenção, bem assim as partes e peças de reposição, empregados em veículos utilizados na prestação de serviços de transporte, desde que as partes e peças não estejam obrigadas a integrar o ativo imobilizado da pessoa jurídica, por resultar num aumento superior a um ano na vida útil dos veículos, são considerados insumos aplicados na prestação de serviços de transporte, para fins de creditamento da Cofins.

Não geram crédito do regime de apuração não cumulativa da Cofins as despesas relativas a serviços de rastreamento de veículos e cargas, a seguros de qualquer espécie e a serviços de inspeção veicular, uma vez que não configuram serviços aplicados ou consumidos na prestação de serviço de transporte rodoviário de carga.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

É admissível créditos sobre os encargos de depreciação incidentes sobre bens do ativo imobilizado no caso de máquinas, equipamentos e outros bens utilizados para a produção de bens destinados à venda ou utilizados na prestação de serviços, nos termos dos arts. 3º, VI, § 1º, III, das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, II e § 2º; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.)

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.047, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. LIXAS ABRASIVAS. BROCAS PARA FURADEIRAS. DISCO DE CORTE. GÁS PARA MÁQUINAS DE SOLDA.

Consideram-se insumos, para fins do creditamento previsto no art. 3o, II, da Lei nº 10.637, de 2002, entre outros, bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, sendo desnecessário que venham a compor o produto final. Os bens mencionados não podem estar incluídos no ativo imobilizado e devem, ainda, atender a todas os demais requisitos da legislação de regência.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3o; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 346; IN SRF nº 247, de 2002.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.)

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. LIXAS ABRASIVAS. BROCAS PARA FURADEIRAS. DISCO DE CORTE. GÁS PARA MÁQUINAS DE SOLDA.

Consideram-se insumos, para fins do creditamento previsto no art. 3o, II, da Lei nº 10.833, de 2003, entre outros, bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, sendo desnecessário que venham a compor o produto final. Os bens mencionados não podem estar incluídos no ativo imobilizado e devem, ainda, atender a todas os demais requisitos da legislação de regência.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.)

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3o; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 346; IN SRF nº 404, de 2004.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A RENDA, PATRIMÔNIO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.042, DE 13 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Imposto Sobre A Renda de Pessoa Física - IRPF

EMENTA: Regime de Tributação. Rendimentos de Previdência Complementar.

Os benefícios recebidos de entidades de previdência complementar, bem como as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições, observadas as isenções elencadas no art. 39, incisos XXXVIII e XLIV, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), serão tributados:

I) na fonte, como antecipação e sujeitos ao ajuste anual na declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF); ou

II) por opção do participante tributado, por alíquotas decrescentes segundo o prazo de acumulação, exclusivamente na fonte.

A importância paga em prestação única, em razão de morte ou invalidez permanente do participante, correspondente a reversão das contribuições efetuadas ao plano, acrescida ou não de rendimentos financeiros, não caracteriza pagamento de pecúlio (seguro) e portanto é tributável na fonte, como antecipação do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual (DAA) da pessoa física ou tributação exclusiva na fonte quando houve opção pelo regime de alíquotas decrescentes em função do prazo de acumulação - Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, art. 1º.

São isentos do imposto sobre a renda os seguros recebidos de entidade de previdência complementar decorrentes de morte ou invalidez permanente do participante. A expressão "seguros" utilizada no inciso VII do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, tem o significado de pecúlio recebido de uma só vez.

Entende-se por pecúlio, apenas, o benefício pago em parcela única por entidade de previdência complementar, em virtude da morte ou invalidez permanente do participante de plano de previdência, assim entendido como benefício de risco, com característica de seguro, previsto expressamente no plano de benefício contratado.

DEDUTIBILIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

As contribuições efetuadas às entidades de previdência complementar domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, observado o limite de até 12%, dos rendimentos tributáveis, e desde que seja contribuinte para o Regime de Geral de Previdência ou para Regime Próprio de Previdência, quando for o caso de empregado público ou servidor público, serão dedutíveis:

I) na incidência mensal do imposto e na Declaração de Ajuste Anual, quando o titular ou cotista seja trabalhador com vínculo empregatício;

II) na DAA, quando receber rendimentos sem vínculo de emprego e sujeitos ao ajuste anual;

III) na DAA, as contribuições para a previdência complementar cujo titular seja dependente do declarante, para fins do imposto sobre a renda, em benefício de dependente com mais de 16 anos, condicionada ao recolhimento, em seu nome, de contribuições para o Regime Geral de Previdência, observada a contribuição mínima, ou, quando for o caso, para o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, sendo a dedução efetuada na DAA do contribuinte do qual é dependente.

As importâncias pagas a entidades de previdência complementar a título de pecúlio ou seguro não são dedutíveis para fins de apuração do imposto devido na DAA da pessoa física.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 6º, incisos, VII, VIII e XIII, Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 8º, inciso II, alínea "e", Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, art. 1º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), art. 39, incisos XXXVIII e XLIV, art. 43, inciso XIV, arts. 74, 83, inciso II e 633, caput; Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, arts. 6º, 7º, 11 e 13.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 373, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 12 DE JANEIRO DE 2015.)

CLÁUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos dos processos que específica.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 1º da Portaria SRF nº 841, de 29 de julho de 1993; e suas alterações e regulamentos; e ainda considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA/MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009,DECLARA:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento as mercadorias e aos veículos, objetos dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ANEXO I

Seq	Processo	Termo de Guarda Nº	Interessado	CPF/CNPJ
01	13150.720255/2016-96	030151.25093/2016	Tathaiane Barcellar Araujo	24.030.596/0001-05
02	13150.720233/2016-26	030151.24578/2016	Construtora Y de Serviço .Kanada Greve & Greve SRL	_____
02	13150.720233/2016-26	030151.24578/2016	Valdemar Antonio de Morais	038.934.991-72

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os art. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA-GO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e considerando o disposto no art. 75 da Resolução nº 94, de 29 de novembro de 2011, do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), e o apurado no Processo nº 10120.721708/2017-41, declara:

Art. 1º Excluída do Simples Nacional a pessoa jurídica EXATA ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI - ME, CNPJ Nº 15.130.790/0001-05, desde sua opção em 01/03/2012, em virtude de exercer atividade abrangida pelas vedações para a opção pelo mencionado sistema, de acordo com o inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 2º Os efeitos da exclusão ocorrerão a partir de 01/03/2012, de acordo com o disposto na alínea a do inciso III do art. 76 da Resolução CGSN nº 94, de 2011.

Art. 3º Poderá a pessoa jurídica apresentar, no prazo de trinta dias contados a partir da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestação de inconformidade junto ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF), e suas alterações posteriores, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Exclui de ofício, por vício, do quadro societário da empresa INDÚSTRIA DE DETERGENTES DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ: 04.070.155/0001-55, o sócio.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria DRF/BELÉM Nº 118, de 20/09/2016, publicada no DOU de 26/09/2016, e com fundamento no art. 35, inc. II, da Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 06 de maio de 2016, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1.684, de 29 de dezembro de 2016, e considerando ainda o apurado no processo nº 17734.721983/2016-13, declara:

Art. 1º Está excluído de ofício, do quadro societário da empresa INDÚSTRIA DE DETERGENTES DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ: 04.070.155/0001-55, o sócio Edinor de Moraes Brito, CPF nº 121.106.042-04, com efeitos a partir de 22/09/2000.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA VALESKA MORAES DA CÂMARA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.004, DE 13 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. O valor do ICMS-Substituição Tributária (ICMS-ST) pago pelo adquirente de mercadorias na condição de substituído, não pode ser computado para fins de cálculo de cré-

ditos relativos à Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, no regime não-cumulativo. Nesse contexto, também é incabível deduzir o valor do ICMS-ST da receita auferida por ocasião da venda das mercadorias adquiridas com a incidência desse imposto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 106, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, Art. 150, § 7º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º; Parecer Normativo CST nº 77, de 1986.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. O valor do ICMS-Substituição Tributária (ICMS-ST) pago pelo adquirente de mercadorias na condição de substituído, não pode ser computado para fins de cálculo de créditos relativos à Contribuição para o PIS/Pasep, no regime não-cumulativo. Nesse contexto, também é incabível deduzir o valor do ICMS-ST da receita auferida por ocasião da venda das mercadorias adquiridas com a incidência desse imposto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 106, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, Art. 150, § 7º; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; Parecer Normativo CST nº 77, de 1986.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.005, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

EMENTA:TABELIÃO. REGISTRADOR. INTERINIDADE. RENDIMENTOS. TRIBUTAÇÃO. CARNÊ-LEÃO. Os rendimentos auferidos pelo tabelião e/ou pelo registrador, mesmo na condição de interino ou de responsável pelo expediente da serventia enquanto esta não for provida, são caracterizados com rendimentos do trabalho não assalariado e estão sujeitos ao pagamento mensal obrigatório do imposto sobre a renda (carnê-leão). SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 55, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, §4º e art. 8º; Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, art. 6º "caput", §§ 2º e 3º; Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, arts. 3º, 37 a 39 e 41; Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 4º, inciso I e art.34; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR/1999), arts. 45 "caput" e inciso IV, 75, 76 e 106, inciso I; Instrução Normativa (IN) RFB nº 1500, de 29 de outubro de 2014, art. 53 "caput" e inciso III.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: TABELIÃO. REGISTRADOR. INTERINIDADE. RESPONSABILIDADE. DECLARAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF). O tabelião e/ou o registrador, mesmo na condição de interino ou de responsável pelo expediente da serventia enquanto esta não for provida, são responsáveis pelas informações relativas ao imposto sobre a renda retido na fonte da serventia e, consequentemente, devem entregar as Dirf referentes aos períodos da vacância. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 55, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, arts. 3º, 39 e 41; Decreto-Lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, art.11; Decreto- Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, art.10; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - RIR/1999, art. 929; IN RFB nº 1.406, de 23 de outubro de 2013, RFB nº 1500, de 29 de outubro de 2014, art. 53 e inciso III; IN SRF nº 197, de 10 de setembro de 2002.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.006, DE 16 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: A opção pelo Simples Nacional é incompatível com a utilização de qualquer outro benefício ou tratamento fiscal diferenciado ou mais favorecido, tais como suspensão, isenção ou alíquota zero, salvo os casos expressamente previstos na legislação. Na esfera federal, não há previsão para desconsideração dos percentuais dos tributos sujeitos a isenções e reduções, mas tão somente para o caso de receitas sujeitas à imunidade tributária. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 95, DE 03 DE ABRIL DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, de 1988, artigo 150, inciso VI, alínea d Lei Complementar nº 123, de 2006, artigos 3º e 18 Lei nº 10.865, de 2004, artigo 28, e Resolução CGSN nº 94, de 2011, artigos 2º, inciso II, 16 e 30.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X do art.224; com o inciso VII do art.302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17.05.12, c/c a Portaria SRFB nº 1. 751, de 17 de dezembro de 2015 (DOU de 18/12/2015, pág.24) e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.720.047/2017-76, declara:

Art. 1º Que a pessoa jurídica COMPANHIA ENÉRGICA DO CEARÁ - COELCE, CNPJ. 07.047.251/0001-70, com domicílio fiscal na Rua Padre Valdevino, 150, Centro, Fortaleza-CE, CEP: 60.135-040, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0214/2016, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - SUDENE -, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica Objeto do Incentivo (Unidade Produtora): Companhia Enérgica do Ceará - COELCE;

II - CNPJ da unidade produtiva: 07.047.251/0001-70;

III - Endereço da Unidade Produtora: Rua Padre Valdevino, 150, Centro, Fortaleza-CE, CEP: 60.135-040

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/05; em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

V - Condição onerosa atendida: Modernização Total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Infraestrutura - energia, conforme art. 2º, Inciso I, do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

VII - Atividade objeto da redução: Distribuição de Energia Elétrica;

VIII - Capacidades: Instalada Atual: 24.216 gigawatt-hora/ano; e Incentivada: 100% da capacidade instalada;

IX - Percentual de redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis: 75%
(setenta e cinco por cento);

X - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/2016 a 31/12/2025;

XI - Prazo total de fruição: 10 anos;

XII - Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025;

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0214/2016, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Cientifique-se a interessada do presente ADE.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Descredenciamento de regime especial de entreposto aduaneiro.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, considerando o disposto no artigo 418, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 e no artigo 9º, § 3º, da Instrução Normativa SRF nº 241, de 06 de novembro de 2002, e à vista do que consta do processo nº 10480.730364/2013-49, resolve:

Art. 1º - Descredenciar os recintos Armazém 5 e Pátio de Estocagem 5, localizados à Praça Comunidade Luso Brasileira, 70, Bairro do Recife, em Recife, Pernambuco, do regime especial de entreposto aduaneiro em atendimento a solicitação da administradora, a empresa Porto do Recife S. A., inscrita no CNPJ 04.417.870/0001-11.

Art. 2º - Revoga-se o Ato Declaratório Executivo SRRF04 nº 15, de 23 de setembro de 2013, publicado no D.O.U. de 24 de setembro de 2013, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo da SRRF04 nº 1, de 9 de março de 2017 publicado no DOU nº50 de 14 de março de 2017 ,no artigo 2º onde se lê: "A empresa ora habilitada utilizará o código de recinto alfandegado 0417700.." , leia-se: " A empresa ora habilitara usará o código de recinto alfandegado 4921101 .."

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso da competência delegada pela Portaria nº 60, de 06 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 14/02/2016 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Recife/PE, de acordo com o § 1º do art. 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25/08/2004, no CAC/DRF/RECIFE, localizado na Av. Alfredo Lisboa, nº 1152, Bairro do Recife, Recife - PE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RANULFO QUIRINO DOS SANTOS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJs das pessoas jurídicas excluídas

01.613.987/0001-82	LUIZ FERRAGENS LTDA - ME
01.813.461/0001-46	PORT LINE AGENCIAMENTOS E SERVICOS LTDA
02.919.708/0001-76	MOISES SHOPPING CAR LTDA - ME
35.346.527/0001-57	BUONGUSTAIO RESTAURANTES LTDA - EPP
41.050.436/0001-72	A & S CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 9 DE MARÇO DE 2017

Declara inapta inscrição do CNPJ.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o estabelecido nos arts. 40, inciso II; e 42, § 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e face o constante no processo administrativo nº 10508.000363/2011-59, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição da pessoa jurídica K. K SANTOS ALVES - ME, número 09.321.585/0001-16, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 a 48 da supracitada Instrução Normativa.

GILBERLÂNIA DE PAULA DELFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Declara inapta inscrição do CNPJ.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o estabelecido nos arts. 40, inciso I; e 41, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e face o constante no processo administrativo nº 10166.727937/2014-09, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição da pessoa jurídica S. S. DESIDERIO LOCADORA - ME, número 07.897.335/0001-01, por omissão de declarações.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 a 48 da supracitada Instrução Normativa.

GILBERLÂNIA DE PAULA DELFINO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Declara nulo o ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, no uso da incumbência que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB no 1.634, de 06 de maio de 2016, e com o constante no processo administrativo no 10540.720875/2016-43, declara:

Art. 1º Nulo, por vício, com efeito retroativo ao dia 01 de abril de 2014, o ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do empresário (individual) Eduardo Santos Moreira 01140314521, inscrito sob número 19.989.873/0001-05.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ SILVA REIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Concede regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10675.720327/2017-79, declara:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da pessoa jurídica TEC BEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 06.135.398/0001-50, e na condição de SUBSTITUÍDO o estabelecimento da pessoa jurídica CENTAURO EMBALAGENS FLEXÍVEIS LTDA inscrito no CNPJ sob o nº º 09.041.642/0001-03.

Art. 2º Este regime aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, que serão remetidos com substituição do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código TIPI
Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico. -Outras Outras	3921.90.19

Parágrafo único. O regime não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira.

Art. 3º Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados na industrialização do seguinte produto:

Descrição do Produto	Código TIPI
Sabões; produtos e preparações orgânicos tensoativos utilizados como sabão, em barras, pães, pedaços ou figuras moldadas, mesmo que contenham sabão; produtos e preparações orgânicos tensoativos para lavagem da pele, em forma de líquido ou de creme, acondicionados para venda a retalho, mesmo que contenham sabão; papel, pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, impregnados, revestidos ou	3401.11.90 Ex 01
recobertos de sabão ou de detergentes. - Sabões, produtos e preparações orgânicos tensoativos, em barras, pães, pedaços ou figuras moldadas, e papel, pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, impregnados, revestidos ou recobertos de sabão ou de detergentes: -- De toucador (incluindo os de uso medicinal) Ex 01 - Sabão	

Art. 4º Este Ato Declaratório não convalida a classificação fiscal dos produtos, nem a correspondente alíquota, como discriminados pela requerente no Termo de Compromisso.

Art. 5º Este regime terá validade por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer momento, alterado, a pedido ou de ofício, cancelado a pedido, ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 10 da IN RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 6º Na nota fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF06 nº 29, de 21/03/2017, DOU de ___ /___/ _____", sendo vedado o destaque do imposto suspenso, bem como a sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO-MG, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e pelo Anexo I da Portaria RFB nº 1.098 de 8 de agosto de 2013, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º. A exclusão de ofício do Simples Nacional da pessoa jurídica E M LACERDA EIRELI - ME, CNPJ: 14.560.342/0001-70, conforme o Processo Administrativo nº 13629.720204/2017-81, em face da constatação de que a empresa não efetuou a comunicação obrigatória de exclusão por excesso, inferior a 20%, de receita bruta auferida no ano-calendário de 2012, nos termos do artigo 3º, II e § 9º-A e art. 29, I da Lei Complementar nº 123/2006 vigente à época dos fatos.

Art. 2º. A exclusão produzirá efeitos a partir de 01/01/2013, consoante o disposto no artigo 29, §3º e no artigo 30, IV, §1º, IV, alínea "b" e §2º, todos da Lei Complementarnº 123/2006 vigente à época dos fatos, combinados como artigo 2º, §1º, o artigo 73, II, alínea "a", item "2", com o artigo 75, I e §1º e com o artigo 76, I e §5º, todos da Resolução CGSN nº 94, de 24 de novembro de 2011 também vigente à época dos fatos.

Art. 3º. A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e do artigo 39 da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10100.007020/1116-11, declara:

Art. 1º Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA
CNPJ: 23.153.943/0001-50
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 90, de 12 de maio de 2016, seção 3, pág. 8, retificado no DOU nº 210, de 01 de novembro de 2016, seção 3, pág. 12.
Período de vigência do Projeto: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRED SENA IMBRIANI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

PORTARIA Nº 17, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.341, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e conforme processo administrativo nº 10675.720.517/2017-96, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica CONFECÇÕES JHFN LTDA, CNPJ 20.499.661/0001-10, por estar configurada a hipótese de exclusão de que trata o art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, caracterizada por pagamentos irrisórios de parcelas do Refis, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000.

Art. 2º. A exclusão de que trata o art. 1º produz efeitos a partir de 1º de abril de 2017, nos termos do art. 9º da Resolução CG/REFIS nº 9 de 12 de janeiro de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.009, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA OU MONOFÁSICA. PRODUTOS DE PERFUMARIA, DE TOUCADOR OU DE HIGIENE PESSOAL. LUCRO PRESUMIDO. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA.

A redução a zero da alíquota da Cofins, prevista no art. 2º da Lei nº 10.147, de 2000, desde que atendidos todos os requisitos exigidos pela legislação, aplica-se tanto a pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração cumulativo, quanto a pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativo da referida contribuição. O sistema concentrado ou monofásico de tributação da Cofins, não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa desta contribuição, podendo abranger contribuintes de ambos os regimes. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 06 DE MAIO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.147, de 2000, arts. 1º e 2º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA OU MONOFÁSICA. PRODUTOS DE PERFUMARIA, DE TOUCADOR OU DE HIGIENE PESSOAL. LUCRO PRESUMIDO. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA.

A redução a zero da alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep, prevista no art. 2º da Lei nº 10.147, de 2000, desde que atendidos todos os requisitos exigidos pela legislação, aplica-se tanto a pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração cumulativo, quanto a pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativo da referida contribuição. O sistema concentrado ou monofásico de tributação da Contribuição para o PIS/Pasep, não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa desta contribuição, podendo abranger contribuintes de ambos os regimes. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 06 DE MAIO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.147, de 2000, arts. 1º e 2º.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

Comunicação de Inaptidão

Contribuinte: Terpasa Servicos Tecnicos de Dragagem Ltda - EPP
CNPJ: 33.429.234/0001-08
Processo: 15563-720.048/2017-96

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado no artigo 42, inciso I e parágrafo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. O contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelo motivo infraposto:

I - No curso dos trabalhos de ação fiscal, amparada pelo Mandado de Procedimento Fiscal nº 07.1.03.00-2016-00293-7, por não haver sido localizada no endereço informado à RFB, caracterizando a situação cadastral inapta da referida sociedade, a teor do inciso II do artigo 40 da IN RFB nº 1.634/2016.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 15 DE MARÇO DE 2017

Declara inapta a inscrição da pessoa jurídica Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, de acordo com a Instrução Normativa nº 1.634 / 2016 com alterações da instrução Normativa RFB nº 1684, de 29 de dezembro de 2016.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso da competência prevista na Portaria DRF/VIT/ES nº 196 de 27.12.2012, tendo em vista o disposto no art 81,§ 5º da Lei nº 9.430/1996, com a redação dada pela Lei nº 11.941/2009 e nos artigos 40, inciso II,42,inciso I e §§ da IN RFB Nº 1.634/2016 com alterações da Instrução Normativa RFB nº 1684,de 29 de dezembro de 2016 e , considerando a Representação Fiscal lavrada em 22/02/2017 no Processo Adminstrativo nº15586.720.054/2017-85 , declara:

Art.1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 27.424.811/0001-76, da pessoa jurídica NILDO ULTRAMAR E CIA LTDA, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica NILDO ULTRAMAR E CIA LTDA, CNPJ nº 27.424.811/0001-76, a partir da data de publicação deste ADE.

ERIVAN LUIS GARIOLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DRF/OSASCO no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011 e tendo em vista o disposto no processo administrativo 13896.720550/2017-18 e com fundamento no inc. II do art. 40, no inc. II do art. 42 e no art. 47 da IN-RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número 13.007.258/0001-61, da empresa PATROCINIO SERVIÇOS AUXILIARES DE ESCRITÓRIO EIRELI EPP, desde 9 de março de 2017, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, acima referida, a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EUNICE LOPES GUERRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) do contribuinte que é mencionado.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA/SP, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 302, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de março de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, e da competência expressa no artigo 29, §5º, e artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo inciso I, do artigo 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, publicada no D.O.U. 01/12/2012, e tendo em vista a Representação para Exclusão do Simples Nacional que consta do processo nº 13888.720635/2017-97, declara:

Art. 1º - EXCLUÍDO do SIMPLES NACIONAL, de que trata o artigo 12, da Lei n.º 123/2006, o contribuinte RAPHAEL HENRIQUE DE CARVALHO ANDRADE ENXOVAIS EIRELI - ME, inscrito no CNPJ - MF sob o nº 13.213.849/0001-95, em decorrência de prática reiterada de infração à legislação tributária e, concomitantemente, não efetuar a escrituração do livro diário de forma que fosse possível a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária, a que se referem, respectivamente, as letra "d" e "g", do inciso IV, do artigo 76 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 2º - Os efeitos da exclusão têm eficácia no período de 01/01/2012 e 31/12/2013, impedindo nova opção pelo Simples Nacional pelos 3 (três) anos-calendário subsequentes, obedecendo ao disposto no caput, do inciso IV, do artigo 76 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º - Da presente exclusão caberá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Ato Declaratório, manifestação de inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, conforme disposto no artigo 109 da Resolução CGSN nº 94/2011, assegurados, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º - Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA - S.P., no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), bem como na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º INSCRITO NO REGISTRO ESPECIAL, sob nº 08125/046, como ENGARRAFADOR, o estabelecimento da empresa ENGENHO FAZENDA VELHA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 18.174.816/0001-05, situado na Estrada Municipal Eduardo Karklis, 1677, Gleba B, município de Nova Odessa - S.P., autorizando-o a engarrafar os produtos abaixo discriminados.

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	TIPO DE RECIPIENTE	CAPACIDADE
Cachaça	Engenho Fazenda Velha	Retornável - Vidro	670ml
Cachaça	Engenho Fazenda Velha	Não Retornável - Vidro	670ml
Cachaça	Engenho Fazenda Velha - Envelhecida	Retornável - Vidro	670ml
Cachaça	Engenho Fazenda Velha - Envelhecida	Não Retornável - Vidro	670ml

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RFB, matrícula SIAPECAD nº 1573224, Art. 1º da Portaria Delex nº 123, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 11/07/2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81 da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40 da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: DTECH BRASIL COMERCIO DE MATERIAL PARA ESCRITORIO EIRELI
CNPJ: 10.389.234/0001-26
Processo: 10314-720.725/2017-94

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

VICTOR VIGGIANO NEVES DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 15 DE MARÇO DE 2017

Declara baixada de ofício a inscrição no CNPJ

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos III e IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 33 da IN RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Baixada de ofício a inscrição no CNPJ tendo em vista o cancelamento do registro no respectivo órgão competente, nos termos do inciso IV do art. 29 da IN RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, de,

CENTRAL GAUCHA DE AUTO PECAS LTDA - ME - CNPJ 89.548.416/0001-52

A baixa a que se refere este Ato Declaratório terá efeito a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

MARISTELA M. M. B. BITTENCOURT

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 15 DE MARÇO DE 2017

Declara nula a inscrição no CNPJ

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos III e IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 35 da IN RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Nula a inscrição no CNPJ, tendo em vista a constatação de vício no ato cadastral, nos termos do inciso II do art. 35 da referida IN.

IARA DE FATIMA SILVA DOS SANTOS 63551934053 - CNPJ 26.491.776/0001-45

A baixa a que se refere este Ato Declaratório terá efeito a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

MARISTELA M. M. B. BITTENCOURT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 182, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 00300.000116/2719-79, sob o comando SEI nº 44011.001477/2017-13, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado dos Vales do Rio Grande do Sul - SINTEP VALES , CNPJ nº 88.369.574/0001-82, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios SINPRORS Previdência - CNPB nº 2008.0018-65, e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.849, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, c/c o artigo 5º da Resolução CNSP nº 79, de 3 de setembro de 2002, e o que consta do Processo Susep nº 15414.605686/2016-19, resolve:

Art. 1º Aprovar a transferência da carteira de seguro de automóveis do ramo 0531 da AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 33.040.981/0001-50, para a PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, nos termos do contrato de cessão firmado em 30 de setembro de 2016.

Art. 2º A referida transferência de carteira deverá ser publicada em jornal de grande circulação e no Diário Oficial da União, bem como atender as demais exigências contidas no artigo 9º da Circular Susep nº 456, de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 262, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no artigo 3º da Resolução CNSP n. 53, de 3 de setembro de 2001 e o que consta dos processos Susep 15414.610008/2016-60, 15414.612786/2016-93, 15414.613393/2016-05 e 15414.603839/2017-66, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de VIVER PREVIDÊNCIA, CNPJ n. 33.767.492/0001-02, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, na reunião extraordinária do conselho deliberativo realizada em 9 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 263, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DA DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo superintendente da Susep, por meio da portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do decreto-lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.612171/2016-67 e 15414.603322/2017-77, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de membros do comitê de auditoria de LUIZASEG SEGUROS S.A., CNPJ n. 07.746.953/0001-42, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 21 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 264, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603223/2017-95, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 01.206.480/0001-04, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus conselheiros na reunião do conselho de administração realizada em 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 265, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603338/2017-80, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberação tomada por seus conselheiros na reunião do conselho de administração realizada em 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 266, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603224/2017-30, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de ZURICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 17.266.009/0001-41, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberação tomada por seus conselheiros na reunião do conselho de administração realizada em 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 267, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 12 da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 26 da Resolução CNSP n. 330, de 09 de dezembro de 2015 e o que consta do processo Susep 15414.604198/2016-86, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos sócios de THB RE CORRETORA DE RESSEGURO LTDA., CNPJ n. 11.795.521/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme 12ª alteração contratual, datada de 1º de julho de 2016:

I - Alteração do endereço da sede social;

II - Alteração do endereço de filial; e

III - Consolidação do contrato social:

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 271, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.613092/2016-73, resolve:

Art. 1° Aprovar a eleição de administrador de AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A., CNPJ n. 17.909.518/0001-45, com sede na cidade de Brasília - DF, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 22 de novembro de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 272, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.600960/2016-55, 15414.600536/2016-19, 15414.606353/2016-07 e 15414.605361/2017-17, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ n. 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado nas reuniões do conselho de administração realizadas em 20 de julho de 2016 e 5 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 273, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.602724/2017-54 e 15414.602727/2017-98, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição e a destituição de administradores de BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS , CNPJ n. 01.356.570/0001-81, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de janeiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 274, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.602723/2017-18 e 15414.602728/2017-32, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição e a destituição de administradores de ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 01.378.407/0001-10, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de janeiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 275, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.602721/2017-11 e 15414.602730/2017-10, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição e a destituição de administradores de COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, CNPJ n. 28.196.889/0001-43, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de janeiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 276, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.600853/2017-16, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 01.378.407/0001-10, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2016:

I - Aumento do capital social em R$ 13.685.000,00, elevando-o para R$ 128.856.094,99, dividido em 18.361 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 18.201 ordinárias e 160 preferenciais; e

II - Alteração do artigo 5º e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 277, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.608296/2016-92, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 17.341.270/0001-69, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme assembleia geral extraordinária realizada em 29 de setembro de 2016:

I - Aumento do capital social em R$3.200.200,00, elevando-o para R$ 35.408.750,00, dividido em 35.408.750,00 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 5° do estatuto social.

Art. 2º Revogar a Portaria SUSEP/DIORG N.º 194, de 07 de dezembro de 2016.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 278, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.605561/2016-81, 15414.607462/2016-33 e 15414.611165/2016-92, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 17.341.270/0001-69, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme assembleia geral extraordinária realizada em 31 de agosto de 2016:

I - Aumento do capital social em R$ 1.608.550,00, elevando-o para R$ 32.208.550,00, dividido em 32.208.550,00 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 5° do estatuto social.

Art. 2º Revogar a Portaria SUSEP/DIORG N.º 195, DE 07 de dezembro de 2016;

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 279, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.602722/2017-65 e 15414.602729/2017-87, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição e a destituição de administradores de MAPFRE VIDA S.A., CNPJ n. 54.484.753/0001-49, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 16 de janeiro de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 280, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603518/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., CNPJ n. 33.164.021/0001-00, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 281, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.600716/2017-73, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 95.619.003/0001-14, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2016:

I - Aumento do capital social em R$ 955.898,51, elevando-o para R$ 31.042.165,30, dividido em 24.104.888 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 282, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n° 261, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com a alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.612120/2016-35 e 15414.604891/2017-30, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de APLICAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 13.122.801/0001-71 , com sede na cidade de Novo Hamburgo - RS, na assembleia geral extraordinária realizada em 9 de dezembro de 2016:

I - Aumento do capital social em R$ 5.000.000,00, elevando-o para R$ 11.400.000,00 , dividido em 12.844.740 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 283, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603391/2017-81, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ITAÚ BMG SEGURADORA S.A., CNPJ n. 29.741.030/0001-30, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 3 de fevereiro de 2017:

I - Alteração da denominação social para ITAUSEG SEGURADORA S.A.; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 33, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Irará	Seca - COBRADE 1.4.1.2.0	2971	22/02/17	59051.003317/2017-00
MT	Canarana	Inundações - COBRADE - 1.2.1.0.0	2771	23/02/17	59051.003296/2017-14
PR	Cafezal do Sul	Enxurradas - COBRADE - 1.2.2.0.0	058	09/03/17	59051.003302/2017-33
BA	Jaguarari	Estiagem - COBRADE - 1.4.1.1.0	219	08/02/17	59051.003286/2017-89
MG	Arapuá	Chuvas intensas - COBRADE - 1.3.2.1.4	099	27/02/17	59051.003281/2017-56

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 240, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a demolição de benfeitoria e reconstrução de nova área no imóvel situado à Av. Getúlio Vargas nº 1425, Bairro Popular, Cuiabá-MT, cedido para uso da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º, da Lei nº 4.804, de 20 de outubro de 1965, bem como nos elementos que integram os processos nº 08320.301461/2016-61, 08320.007604/2015-61 e 04997.001705/2009-76,

CONSIDERANDO que a benfeitoria localizada no imóvel inviabilizará a construção global, resolve:

Art. 1º Autorizar a demolição da benfeitoria com área medindo aproximadamente 276,81m², edificada no imóvel situado à Av. Getúlio Vargas nº 1425, registrado no SPIUNET sob os números RIP Imóvel 9067.00203.500-6 e RIP Utilização 9067.00004.500-4 e com Matrícula nº 30.170, do Cartório do 7º Ofício de Cuiabá (matrícula anterior 2.168 do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá).

Art. 2º Autorizar, ainda, a construção de nova área de 534,00 m², edificação de 02 pavimentos, conforme projeto executivo constante da Concorrência Pública nº 01/2015 (08320.007604/2015-61), em imóvel da União, situado à Av. Getúlio Vargas nº 1425, Bairro Popular, Cuiabá-MT, cedido para uso da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso.

Art. 3º Concluída a demolição e a melhoria, caberá à Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso adotar as providências indispensáveis à modificação dos registros no SPIUNET.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 241, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento ao Parecer que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 502984169.2011.404.7000 (Ação Ordinária nº 2009.70.00.030709-3/PR - 1ª Vara Federal de Curitiba), resolve:

Conceder a VITOR PASCHOAL SCATTONE, portador do CPF nº 392.095.048-87, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 17.743,23 (dezessete mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos), e a inclusão nos Planos de Saúde e de Odontologia oferecidos pela empresa Ultrafértil S/A, hoje, Araucária Nitrogenados S/A.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 242, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento à decisão judicial proferida pela 3ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, nos autos do Processo da Ação Ordinária nº 0021292-19.1993.4.02.5101, resolve:

Declarar anistiado político post mortem ELISTON MALHEIROS ALTMAN, e conceder a GLAUCIA RODRIGUES ALTMAN, portadora do CPF nº 399.742.867-00, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.790,00 (três mil, setecentos e noventa reais).

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PORTARIA Nº 79, DE 14 DE MARÇO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho

de 2014, e tendo em vista os artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

Art.1º - Determinar, em conformidade com a instrução processual adotada no Processo nº. 08008.000755/2015-31, com fulcro no inciso VI, item 17.1, do Contrato nº 30/2014 e inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/1993, que seja aplicada a seguinte penalidade à empresa GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.356.735/001-03:

I - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 2º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registradas no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º - Da penalidade determinadas nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto no art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 21 de março de 2017

Nº 344 - Ato de Concentração n° 08700.001170/2017-82. Requerentes: HP Inc. e Samsung Electronics Co., Ltd. Advogados: Bárbara Rosenberg, Patricia Avigni, Fabíola C. L. Cammarota de Abreu e outros. Acolho o Parecer Técnico n° 6/2017/CGAA3/SGA1/SG, de 20 de março de 2017 e, com fulcro no §1° do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões a esta decisão, inclusive quanto à sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 534 - Processo Administrativo nº 08700.009588/2013-04. Representante: Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo. Advogadas/os: Eduardo Molan Gaban, Bruno Droguetti Magalhães Santos e outros/as. Representada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Advogadas/os: José Barreto de Arruda Neto, Marcos Antonio Tavares Martins e outros/as. Terceira interessada: Federação Brasileira de Bancos. Advogadas: Barbara Rosenberg, Camilla Paoletti e outras. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando a Representada notificada para a apresentação de novas alegações em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 12.529/2011 e do art. 156, caput, do Regimento Interno do Cade, a ser contado em dobro, conforme o art. 183 do Código de Processo Civil, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 33.670, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08270.300671/2016-75 - DELESP/SR/DPF/CE, resolve:

Autorizar a empresa SINGULAR VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 10.773.481/0001-21, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser SINGULAR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 806, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5927 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NOVCON-SP NOVO CONCEITO DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.628.811/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 340/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 904, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/1446 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ABC BAR CAFE LTDA ME, CNPJ nº 02.270.781/0001-60 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.103, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/7142 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRÓSPERUS SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 23.784.111/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 454/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.117, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2949 - DPF/BRU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAVING PROTEÇÃO PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 08.266.997/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 481/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.148, DE 1 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/957 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SVP SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PROCAT LTDA - EPP, CNPJ nº 06.862.974/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 486/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.258, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12316 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOSTHENES & SOSTHENES LTDA, CNPJ nº 09.146.520/0001-81 para atuar no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.314, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2418 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONFEDERAL RIO VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 39.537.063/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 290/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.342, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12885 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., CNPJ nº 61.351.532/0001-68 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.343, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14175 - DPF/STS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM ALBAMAR, CNPJ nº 51.081.438/0001-82 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.354, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14775 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa J. GUSMAO & CIA LTDA., CNPJ nº 70.002.480/0001-05 para atuar em Alagoas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.368, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/10468 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDUSCABOS CONDUTORES ELETRICOS LTDA, CNPJ nº 48.063.416/0001-85 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 589/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.374, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5624 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SICURO VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 01.061.320/0001-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 493/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.375, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12890 - DPF/SNM/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A, CNPJ nº 04.815.734/0001-80 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 599/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.381, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/8872 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEPTRON VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 08.406.147/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 528/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.385, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11304 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRIME WORK SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.018.716/0002-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 593/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.386, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11672 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIKING SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 17.407.331/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 510/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.390, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5786 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESTAÇÃO VIP SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 09.228.233/0002-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 491/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.404, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5812 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 11.866.801/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 617/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.414, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11041 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURESP SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA MONITORAMENTO E SEGURANÇA PRIVADA EIRELE ME, CNPJ nº 13.313.248/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 624/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.417, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13694 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CLASI SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.019.070/0001-78, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

3 (três) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.420, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14271 - DPF/PGZ/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PONTA GROSSA ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA., CNPJ nº 04.013.911/0001-04 para atuar no Paraná.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.430, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11286 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa G.S.I - GESTAO DE SEGURANÇA INTEGRADA - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 14.534.490/0001-10, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Pistolas calibre .380

1 (um) Revólver calibre 38

288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.434, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16053 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ORDENANÇA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 23.011.179/0001-88, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.439, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67136 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ADM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 04.961.319/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2281/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.442, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16326 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0001-10, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5384 (cinco mil e trezentas e oitenta e quatro) Munições calibre .380

3577 (três mil e quinhentas e setenta e sete) Munições calibre 12

85584 (oitenta e cinco mil e quinhentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.447, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16118 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ROSSI SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP, CNPJ nº 26.065.171/0001-92, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.453, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15979 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CTF ESCOLA DE VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 23.190.392/0001-02, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Carabinas calibre 38

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

3 (três) Revólveres calibre 38

5141 (cinco mil e cento e quarenta e uma) Munições calibre .380

1404 (uma mil e quatrocentas e quatro) Munições calibre 12

12326 (doze mil e trezentas e vinte e seis) Munições calibre 38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
3 (três) Armas de choque elétrico de contato direto
5 (cinco) Granadas fumígenas de sinalização
5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
5 (cinco) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
10 (dez) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
15 (quinze) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
2 (dois) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
2 (duas) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
20 (vinte) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
5 (cinco) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
Válido por 90 (Noventa) dias a contar da data de Publicação No DOU.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.454, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15825 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:
CONCEDER autorização, à empresa PSE SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 07.199.146/0003-19, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.785, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08360.301103/2016-82-DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:
Revogar o Alvará 33.761, de 09/02/2017, publicado no Diário Oficial da União, página 33, em 15/02/2017, seção 1, referente a empresa COMPANHIA AMAZONIA TEXTIL DE ANIAGEM - CATA, CNPJ/MF nº 04.896.759/0001-55.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.011, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7758/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a EXTRA SEGURANÇA E VIGILANÇIA EIRELI., CNPJ nº 12.131.138/0001-09, sediada em Pernambuco, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 E 3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/35106.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.019, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7766/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a UESP EMPRESA DE VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 14.808.381/0001-44, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/53633.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.021, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7768/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65688.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.022, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7769/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65696.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.023, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7770/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65729.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.024, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7771/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65808.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.025, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7772/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso XI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65823.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.026, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7773/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso XIV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65838.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.027, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7774/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XVIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65860.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.028, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7775/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXVI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65867.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.029, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7776/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XX PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65880.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.030, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7777/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65902.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.032, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7779/2017, decide:
Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.657.361/0001-78, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66047.
O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.034, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7781/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF, CNPJ nº 33.541.368/0267-78, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXIV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66070.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.047, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7794/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a DIAGONAL SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.154.566/0001-66, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66557.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.051, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7798/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a PORTAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.598.502/0001-78, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66579.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.076, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7823/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a GOSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 10.284.116/0001-53, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/85460.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.083, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7909/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a FLVMEN VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 18.294.874/0001-64, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/33993.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.084, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7910/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a DFE SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 08.617.414/0001-76, sediada no Ceará, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso V PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/34493.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.096, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7922/2017, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a DEFESA SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 09.526.285/0002-54, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/40743.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.098, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7924/2017, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI BELEM , CNPJ nº 84.154.160/0001-85, sediada no Pará, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/63392.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.115, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7941/2017, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a AGRICOLA ARAUJO DO VALE LTDA, CNPJ nº 17.747.103/0001-12, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/74930.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.124, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8056/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a REZENDE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.688.221/0001-58, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2015/9345.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.140, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8072/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a ALCATRAZ EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.655.701/0001-12, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66583.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.144, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8076/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a DIGITAL SEGURANÇA LTDA ME , CNPJ nº 12.283.174/0003-50, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66594.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.146, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8078/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a PREST FORTE EMPRESA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 13.030.769/0001-02, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66601.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.149, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8081/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a ESQUADRAO SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 15.526.210/0001-95, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66608.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.151, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8083/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a HEBRON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 18.884.272/0001-67, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66616.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.153, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8085/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a PROTHEN VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELLI, CNPJ nº 23.098.595/0001-65, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66622.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.179, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8265/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a PRUDENCIA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.014.776/0001-70, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66632.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.184, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8270/2017, decide:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a ARQUIDIOCESE DE GOIANIA, CNPJ nº 01.569.466/0001-75, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66665.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.189, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8275/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a B. SOUSA & CIA LTDA , CNPJ nº 09.580.283/0001-62, sediada no Piauí, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/1234.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.207, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8436/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/65817.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.208, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8437/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a VAZ E CRUZ LTDA, CNPJ nº 05.443.159/0001-02, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66671.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.209, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8438/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a VILLA ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 14.533.563/0001-50, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/66673.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.247, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8564/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a REZENDE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.688.221/0001-58, sediada em Minas Gerais, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/38524.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.255, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8572/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a VISEG VIGILANGIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 39.071.527/0001-42, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso III PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 E 3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/53331.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 2.265, DE 10 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 8583/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil e quinhentos e um) UFIR a SEFIX EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.277.344/0001-94, sediada no Distrito Federal, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2016/86859.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS DA DIRETORA

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003269/2016-25 - FERNAN FABELLA CORREA

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.003263/2016-58 - PIETER LEENDERT RIJSDAM

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08000.005406/2016-66 - ANATOLII IVANOV

Considerando que houve a perda do objeto, determino o ARQUIVAMENTO do recurso, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Processo Nº 08514.003113/2016-54 - STEFAN LIU

NÃO CONHEÇO DO RECURSO, tendo em vista que o interessado não efetuou o pagamento da taxa referente ao pedido de reconsideração/recurso, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/05/2016, Seção 1, pág. 34. Processo Nº 08000.011450/2016-13 - SONNY JR PENDON MONTALES

NÃO CONHEÇO DO RECURSO, tendo em vista que o interessado não efetuou o pagamento da taxa referente ao pedido de reconsideração/recurso, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/08/2016, Seção 1, pág. 54. Processo Nº 08000.005822/2016-64 - DONATO LUCIO RIVERA ZACARIAS

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 24/05/2016, Seção 1, pág. 32. Processo Nº 08000.024542/2015-74 - MAGNUS DAVID DREVER

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2016, Seção 1, pág. 28. Processo Nº 08000.024041/2015-98 - MARTIN LAJA ANAK NANANG

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/05/2016, Seção 1, pág. 79. Processo Nº 08000.024548/2015-41 - NICANOR JR BERNALDEZ CANAPI

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2016, Seção 1, pág.28. Processo Nº 08000.029481/2015-31 - SERGIY CHERNYSHEV

Considerando a constatação de um equívoco na análise do presente processo, no qual resultou no indeferimento do recurso protocolado, tendo em vista que o pedido de reconsideração foi devidamente instruído com o comprovante de pagamento da taxa GRU correspondente, TORNO SEM EFEITO o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/01/2017, Seção 1, pág. 28. Processo Nº 08000.024587/2015-49 - IGOR MALYTSKYY

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo nº 08506.300739/2016-13 TAYEB IBERTAH, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08506.015066/2016-91 ALAM ZEB, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08389.012472/2016-85 FATIMA KHALIL, tendo em vista que a estrangeira não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08389.013490/2016-84 AHMAD FAYEZ BARAKAT, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08389.013495/2016-15 RACHA KAZEM, tendo em vista que a estrangeira não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08389.014608/2016-91 SIMON CHARBEL ZOUGHEIB, tendo em vista que o estrangeiro não atende àa exigências do art.112 da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08389.017209/2016-82 ISMAIL HUSSEIN ATWI, tendo em vista que o estrangeiro não ter comprovado residir no território nacional há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos.

Processo nº 08389.014657/2016-24 RANA ASSI, tendo em vista que a requerente não foi localizada no endereço declarado nos autos, não podendo averiguar sua conduta social.

Processo nº 08389.016954/2016-12 ISSAM ATWI, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08389.013471/2016-58 EL ARBI SAADAOUI, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08400026250200672 SILVIO JOSE SABALLOS tendo em vista que a falta de cumprimento de exigências, com fulcro no art.127, § 2º, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, com redação alterada pelo Decreto nº 8.757, de 10 de maio de 2016.

Processo nº 08270.305601/2016-11 ANTÔNIO JOSÉ DE PINHO FERNANDES, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, não podendo averiguar sua conduta social.

Processo nº 08452.300769/2016-94 CHEIKH THIANE, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08280.019209/2016-25 HAMED KHALED MOHAMMAD ALNAJJAR, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, não podendo averiguar sua conduta social.

Processo nº 08495.002846/2015-66 TYLER JAMES EVANS, tendo em vista que o interessado encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas ao processo pela autoridade policial, no relatório de sindicância de fls. 99/100.

Processo nº 08280.019188/2016-48 DIANA JAMAL SAAID ABU SHABAN, tendo em vista que a interessada encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas ao processo pela autoridade policial, no Parecer nº 11/2017 - DELEMIG/DREX/SR/PF/DF de fls. 67

Processo nº 08280.019191/2016-61 YASER ABDALLAH MOHAMAD ZEEDIA, tendo em vista que não foram confirmados ou comprovados acerca do naturalizando os seguintes itens: condição de permanência, todos os atestados de Nada Consta criminais (Polícia Civil,TJDFT e TRF), meio de subsistência, conhecimento do idioma português na escrita e leitura, o requerente encontra-se ausente do território nacional, residência contínua no país, conduta social, por não sido localizado no endereço declarado nos autos, consoante vislumbra-se na diligência do órgão sindicante

Processo nº 08702.003904/2016-67 FADI KADDOUM, por falta de cumprimento de exigência, nos termos do art.127, § 2º, do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981.

Processo nº 08505.091056/2016-61 ARTHUR TRUJILLO VIRZIN, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, não podendo averiguar sua conduta social.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 08458.006558/2015-25 EMERSON ALEXANDRE, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até a presente data.

Processo nº 08102003434201609 MICHEL ANTOUN GHANEM, em observação ao art. 112, inc. VII do Estatuto do Estrangeiro que impõe: "inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil ou no exterior por crime doloso a que seja cominada pena mínima de prisão, abstratamente considerada, superior a 1 (um) ano".

Processo nº 08260004207201599 SUN ROK YUM, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até a presente data.

Processo nº 08505.108105/2015-21 JIMMY JAMES, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada à interessada e a ausência de manifestação até a presente data.

Processo nº 08506011682201419 AKEMI TAKEBAYASHI, tendo em vista que a estrangeira não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08505053350201594 KHALEDE MOHAMAD DIB CHARIF, em observação ao art. 112, inc. VII do Estatuto do Estrangeiro que impõe: "inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil ou no exterior por crime doloso a que seja cominada pena mínima de prisão, abstratamente considerada, superior a 1 (um) ano"

Processo nº 08389025749201559 ALI FTOUNI, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08709.005225/2015-81 EDDY BERNADIN, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada à interessada e a ausência de manifestação até a presente data.

DECLARA que RINA SARA MULLER, incluída na Portaria de Naturalização nº 164-B, de 26 de junho de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 02 de julho de 1973, passou a assinar RINA SARA MULLER BRITO, por haver contraído matrimônio com WILSON APARECIDO DE BRITO, em 10 de fevereiro de 2001, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 15º Subdistrito - Bom Retiro, São Paulo/SP, registrada no livro nº B-017, folhas 043, sob nº 4403. Processo: 08000.001996/2017-39

DECLARA que STEFANIA MULLER, incluída na Portaria de Naturalização nº 136-B, de 08 de março de 1976, passou a assinar STEFANIA MULLER BERKOVITZ, por haver contraído matrimônio com DAVID BERKOVITZ, aos 12 de fevereiro de 1979, conforme Transcrição da Certidão de casamento do Cartório do Registro Civil do 1º Subdistrito-Sé- São Paulo-SP, registrada fls. 128, livro nº B-61, sob. nº 637. DECLARA ainda, que, STEFANIA MULLER BERKOVITZ, voltou a usar o nome de solteira STEFANIA MULLER, em virtude da Separação Judicial Consensual com sentença proferida aos 03 de abril de 2000, proferida pela MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e das Sucessões da Capital-SP, convertida em Divórcio aos 24 de janeiro de 2003, averbada na certidão de casamento, expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do Primeiro Subdistrito da Sé, Estado de São Paulo - SP, registrada no livro nº 61, folhas 128, sob o nº 637. Processo nº 08000.004819/2017-12

DECLARA que MARIA HELENA FIRMINO PIRES, incluída na Portaria de Naturalização nº 413, de 30 de abril de 1979, passou a assinar MARIA HELENA FIRMINO PIRES FERNANDES, por haver contraído matrimônio com SIDINEI FERNANDES, em 22 de novembro de 1985, conforme certidão de casamento expedida pelo 39º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de São Paulo - Vila Madalena, registrada no livro nº B-63, folhas 227, sob nº 7629. Processo nº 08000.014190/2017-19.

DECLARA que a correta grafia do nome de SERIGNE ABAB CISSE BA, incluído na Portaria de Naturalização nº 166, de 29 de julho de 2016, é SERIGNE ABABACAR CISSE BA, e não conforme constou. Processo nº 08000.058192/2016-21

CERTIFICO que consta desta Divisão de Processos Migratórios, o seguinte registro: "Portaria Coletiva n.º 353-B, de 20 de junho de 1975, publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 1975 - O MINISTRO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 123 do Decreto-Lei n.º 941, de 13 de outubro de 1969, RESOLVE: conceder naturalização, na conformidade do art. 145, II, b, 3, da Constituição Federal, a JO - YUEN WU, natural da China, nascida aos 25 de abril de 1955, filha de WU PEI CHUN e de WU TSAN SHU-MING, residente no Estado de São Paulo, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Leis do Brasil" Processo n.º 9024-75. CERTIFICO ainda que, JO - YUEN WU, passou a assinar JO YUEN WU FAN, por haver contraído matrimônio com FAN CHEH SHEUG, aos 19 de julho de 1980, conforme Certidão de Inteiro Teor do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista, São Paulo-SP, onde consta assento de casamento da requerente registrado no livro B- 014, fls. 105, registro nº 3958. Processo nº 08000.057668/2016-14

CERTIFICO que, a correta grafia do nome de HUSSEIN IBRAHIN HOJEIJ, incluído na PORTARIA DA SNJ Nº 57, DE 18 DE MARÇO DE 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2016, é HUSSEIN IBRAHIM HOJEIJ, e não como constou. Processo nº 08000.039199/2016-43

CERTIFICO que MARIA DOS ANJOS DA CONCEIÇÃO GANDRA, incluída na Portaria de nº 255-B, de 01 de agosto de 1973, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos, passou a assinar MARIA DOS ANJOS DA CONCEIÇÃO GANDRA DE SOUSA, por haver contraído matrimônio com IDÁLIO ALVES DE SOUSA, em 18 de fevereiro de 1977, conforme Assento de Casamento nº 1 de 1977, emitido pelo Consulado de Portugal em Santos/SP, Registro nº 3216, em 22 de agosto de 1980. Processo nº 08000.033016/2016-86

CERTIFICA que, a exata grafia do nome do genitor de PASQUALE COLUCCI, incluído no Decreto nº 41, de 07 de julho de 1958, é VINCENZO COLUCCI, e sua data de nascimento é 19 de novembro de 1921, não conforme constou. Processo nº 08000.029217/2016-89

CERTIFICO que, CHOU YU LING, incluída na Portaria nº 00206, de 05 de maio de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 08 de maio de 1989, passou a assinar CHOU YU LING DANTAS, por haver contraído matrimônio com SERGIO COELHO DANTAS, em 24 de junho de 1999, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório do 1º Ofício de Registro Civil da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, registrada no Livro B-080, às fls. 105, Termo 025485. Processo nº 08000.018243/2016-81

DECLARA que, a correta grafia do nome da genitora de FRANCISCO ELEAZAR PINILLA VILLEGAS, incluída na Portaria de Naturalização nº 127, de 30 de maio de 2016, é ERNA ALICIA VILLEGAS VASQUEZ, e não conforme constou. Processo nº 08280000135201653

CERTIFICO que, ARLETTE JEAN ABDO, incluída na Portaria nº 00432, de 12 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 1988 passou a assinar ARLETTE JEAN ABDO PEREIRA, por haver contraído matrimônio com Luiz Claudio Landolfi Pereira, em 06 de agosto de 1993, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, 34º Subdistrito - Cerqueira César, São Paulo - SP, Matrícula 115303 01 55 1993 2 00032 136 0009372- 31. CERTIFICO, ainda, que ARLETTE JEAN ABDO PEREIRA, voltou a assinar ARLETTE JEAN ABDO, em virtude de Divórcio (autos nº 4005003-08.2013.8.26.0002), conforme sentença proferida pelo MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional II - Santo Amaro, Comarca de São Paulo-SP, datada de 29/04/2014, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, 34º Subdistrito - Cerqueira César, São Paulo - SP, Matrícula 115303 01 55 1993 2 00032 136 0009372- 31. Processo nº 08018.000306/2016-54

CERTIFICO que, NGAN PUI MAN, incluída na Portaria nº 0606, de 17 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 1983, passou a assinar NGAN PUI MAN PAZINI, por haver contraído matrimônio com João Roberto Pazini, em 05 de janeiro de 1984, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 21 Subdistrito, Saúde, Comarca de São Paulo/SP, registrada no Livro B-058, as fls. 125, sob o nº 17111. CERTIFICO, ainda, que NGAN PUI MAN PAZINI, voltou a assinar NGAN PUI MAN, em virtude da Conversão de Separação Consensual em Divórcio (autos nº 1630/96), conforme sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional III - Jabaquara e Saúde, Comarca de São Paulo-SP, datada de 25 de julho de 1997, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 21 Subdistrito, Saúde, Comarca de São Paulo/SP, registrada no Livro B-058, as fls. 125, sob o nº 17111. Processo nº 08018.000252/2016-27

CERTIFICO que, o exato nome da genitora de MILAGROS ALVAREZ SANZ, incluída na Portaria nº 280, de 02 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 07 de agosto de 2013, é Patricia Elizabeth Sanz de Alvarez, e não como constou. Processo nº 08018.000246/2016-70

DECLARA que HUGO DUNCAN HAMISH MACDONALD, passou a assinar HUGO DUNCAN HAMISH MACDONALD DOS SANTOS, por haver contraído matrimônio com ROSÂNGELA MARIA DOS SANTOS, aos 04 de abril de 2007, conforme certidão passada pelo Cartório de Registro Civil - Maia, Comarca de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais, registrada no livro 11-B, folha 196, sob o nº 2.994. Processo nº 08018.000085/2016-14

CERTIFICO que, SUELI KAYO FUJITA RODRIGUES, incluída na Portaria nº 0355, de 24 de maio de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 1982. voltou a assinar SUELI KAYO FUJITA, em virtude de Divórcio Consensual (Proc. nº 260/93-9), conforme sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 6ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de São Paulo/SP, datada de 24 de março de 1993, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do 3º Registro Civil da Pessoas Naturais de Campinas-SP, Matrícula 121327 01 55 1976 2 00097 271 0000811 38. CERTIFICO, ainda, que SUELI KAYO FUJITA, contraiu matrimônio com Anselmo Mansur, aos 06 de julho de 2013, continuando a contraente a usar o nome de SUELI KAYO FUJITA, conforme certidão expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, 2º Subdistrito - Liberdade, Município e Comarca de São Paulo/SP, Matrícula 122804 01 55 2013 2 00040 207 0011836-27. Processo nº 08018.000084/2016-70

CERTIFICO que, MARIA MADALENA CORREIA LOUREIRO CURTOLO, incluída na Portaria de nº 433, de 03 de novembro de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 1993, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos, voltou a assinar MARIA MADALENA CORREIA LOUREIRO, em virtude de Conversão de Separação em Divórcio, com sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional I, Santana Capital/SP, datada de 09 de agosto de 2004, averbada na certidão de casamento expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, 36º Subdistrito Vila Maria, São Paulo/SP, registrada no Livro B-0065, folhas 073, sob o nº 000019368. Processo nº 08505081832201534

CERTIFICO que, por Sentença proferida pela MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional III - Jabaquara, Comarca de São Paulo/SP, datada de 26 de fevereiro de 2015, fica determinada a retificação do nome de ÉRICA JIN XIAOLIN, incluída na Portaria nº 124, de 30 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2014, para constar ERICA JIN. Processo nº 08000.018385/2015-68

CERTIFICO que, HAI SHIH LIAU YEH, incluída na Portaria nº 574, de 26 de maio de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 1995, voltou a assinar HAI SHIH LIAU, conforme sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 12ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central Cível de São Paulo, datada de 17 de novembro de 2006, extraída dos autos nº 0071115-14.2005.8.26.0000 de Separação Litigiosa. CERTIFICO, ainda, que por sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos do Foro Central Cível, Comarca de São Paulo - SP, datada de 01 de setembro de 2014, extraída dos autos do processo nº 1103302-68.2013.8.26.0100 de Retificação a Contraente passou a assinar HELEN HAISHIH LIAU, de acordo com as averbações feitas na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito de Cerqueira César - SP, Matrícula 115303 01 55 2004 2 00043 188 0012702-36. Processo: 08018.002642/2015-51

CERTIFICO que, DOMINIQUE GISELE TENENBAUM, incluída na Portaria n.º 97-GB, de 12 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial de 23 de abril de 1971, voltou a assinar DOMINIQUE ROSENBERG, em virtude de desquite amigável averbado a vista de mandado expedido pelo MM. Juiz de Direito da 7ª Vara da Família e das Sucessões de São Paulo-SP, datado de 19 de outubro de 1976 (autos nº 1142/76), com sentença proferida aos 09 de setembro de 1976, averbado na certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito - Cerqueira César, Município e Comarca de São Paulo-SP, registrado no Livro B-0023, às folhas 185, sob o nº 6916. Certifico, também, que a correta grafia dos nomes dos genitores de Dominique Rosenberg, é Marcel Rosenberg e de Bebê Rosenberg, e não como constou. Processo nº 08018.001598/2015-61

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.052428/2016-15 - NILS MENZEL
Processo Nº 08000.052255/2016-35 - XINPING LIU

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, DEFIRO o presente processo de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro(a), salientando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.065731/2016-05 - AMILCAR ALMAGUER BORGELLA

DEFIRO o presente processo de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro(a), salientando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08460.028121/2016-86 - ZHIGANG LIANG

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 09/09/2016, Seção 1, pág. 27, e DEFERIR o pedido de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.044610/2016-11 - MARC LIZOAIN

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 01/08/2016, Seção 1, pág. 27, e DEFERIR o pedido de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo Nº 08354.003301/2016-62 - FERNANDO JOSÉ VENTURA MAGALHÃES LOPES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 01/04/2016, Seção 1, pág. 43, e DEFERIR o pedido de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.080504/2015-11 - ELIAZAR PUPO PERERA

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o interessado não cumpriu a exigência formulada por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08240.302320/2016-56 - MARIETA LAZAROVA IOTOVA OUCHINKIN

Processo Nº 08280.308830/2016-61 - WESLEY JAMES HIEPNER

Processo Nº 08280.308908/2016-47 - JAN BRUIN

Processo Nº 08270.306812/2016-63 - JORGE PAULO RODRIGUES VAZ

Processo Nº 08494.300632/2016-43 - PEDRO MIGUEL CORREIA CAVACO

Processo Nº 08000.052847/2016-57 - KLAAS JAN VELTINK

Processo Nº 08505.310312/2016-25 - GILBERTO DE ALMEIDA MEIRELES PATROCINIO

Processo Nº 08000.050890/2016-88 - Nuno Miguel Horta Marreiros

Processo Nº 08000.049627/2016-46 - YUJIU AN

Processo Nº 08505.091125/2016-37 - YU LEI

Processo Nº 08255.301144/2016-76 - SERGIO CAIANO ANTUNES MARQUES DA SILVA

Processo Nº 08000.038867/2016-15 - ALIX MARIE PERRINE FRANCOISE ANDRE ARNAUD

Determino o arquivamento do presente processo diante da solicitação da parte interessada. Processo Nº 08000.032241/2016-03 - KAREN CELINA JOHANNA TEUWEN

INDEFIRO o pedido de Reunião Familiar com base na Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que não restou comprovada a estada legal do interessado quando da autuação do pedido. Processo Nº 08505.311837/2016-88 - SEUNG NAM KO

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 54, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: OS SMURFS E A VILA PERDIDA (SMURFS - THE LOST VILLAGE, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Raja Gosnell
Diretor(es): Kelly Asbury
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.013926/2017-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ALIEN - COVENANT (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Ridley Scott
Diretor(es): Ridley Scott
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.014600/2017-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PLANETA DOS MACACOS - A GUERRA (WAR FOR THE PLANET OF THE APES, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Amanda Silver/Rick Jaffa
Diretor(es): Matt Reeves
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.014601/2017-68
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: TEMPESTADE - PLANETA EM FÚRIA (GEOSTORM, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Warner Bros. International
Diretor(es): Dean Devlin
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.014604/2017-00
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O HOMEM E O BRINQUEDO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Marília Cunha
Diretor(es): Isaac Donato/Marília Cunha
Distribuidor(es): MARÍLIA CUNHA
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000295/2017-01
Requerente: MARÍLIA OLIVEIRA CUNHA - ME

Filme: A MENINA SÓ (Brasil - 2016)
Produtor(es): Novelo Filmes
Diretor(es): Cíntia Domit Bittar
Distribuidor(es): NOVELO FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama/Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000320/2017-49
Requerente: CÍNTIA DOMIT BITTAR / NOVELO FILMES

Trailer: ALÉM DAS PALAVRAS (A QUIET PASSION, Bélgica / Reino Unido - 2016)
Produtor(es): Hurricane Films
Diretor(es): Terence Davis
Distribuidor(es): CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000325/2017-71
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 807, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Altera o art. 12 da Portaria nº. 2.803/GM/MS, de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O art. 12 da Portaria nº 2.803/GM/MS, de 19 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 226, de 21 de novembro de 2013, Seção 1, página 25, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O acesso aos procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria, quando houver ausência ou insuficiência do recurso assistencial no Estado de origem, deve ser objeto de pactuação entre os estados solicitantes e executantes, submetidos à regulação de seus respectivos gestores de saúde". (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 808, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Institui o Grupo de Trabalho SVS/SESAI com a finalidade de fortalecer as ações de vigilância em saúde em área indígena a fim de diminuir o número de casos e risco de adoecimento destas populações.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 19-B da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde (SUS), com o qual funcionará em perfeita integração;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que define a Vigilância em Saúde como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde; e

Considerando a necessidade de fortalecer as ações de vigilância em saúde em áreas indígenas conforme orientações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho SVS/SESAI com a finalidade de fortalecer as ações de vigilância em saúde em área indígena a fim de diminuir o risco de adoecimento destas populações.

Art. 2º O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria tem como objetivo planejar e coordenar as ações de promoção, vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde de maior relevância epidemiológica para os Distritos Especiais Sanitários Indígenas (DSEI).

Art. 3º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - subsidiar a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em assuntos técnicos e ou científicos relacionados à vigilância em saúde em áreas indígenas;

II - identificar os pontos críticos relacionados à execução das atividades de vigilância em saúde em áreas indígenas;

III - propor soluções para os pontos críticos identificados; e

IV - elaborar novas estratégias de vigilância em saúde em áreas indígenas que sejam consideradas necessárias.

Art. 4º O Grupo de Trabalho será composto por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - 4 (quatro) representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS), sendo:

a) 1 (um) representante do Gabinete do Secretário;

b) 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena;

c) 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Apoio à Gestão da Saúde Indígena; e

d) 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena.

II - 7 (sete) representantes da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), sendo:

a) 1 (um) representante do Gabinete do Secretário (GAB/SVS/MS);

b) 1 (um) representante do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais;

c) 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Informação e Análise Epidemiológica (CGIAE/DANTPS/SVS/MS);

d) 2 (dois) representantes do Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis;

e) 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Doenças Transmissíveis (CGDT/DEVIT/SVS); e

f) 1 (um) representante da Coordenação-Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças transmitidas pelo Aedes (CGPNCMD/DEVIT/SVS).

§ 1º O Grupo de Trabalho será coordenado pela SVS/MS.

§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes de seus respectivos órgãos ao Coordenador do Grupo de Trabalho no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria poderá solicitar a contribuição de servidores dos órgãos do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas, bem como servidores de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, especialistas em assuntos ligados ao tema e representantes dos movimentos sociais, cuja presença seja considerada necessária ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 6º A SVS/MS fornecerá o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 7º As funções desempenhadas no âmbito do Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 8º O Grupo de Trabalho terá duração de 2 (dois) anos.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 809, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Desabilita municípios da manutenção de unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que institui o Programa Farmácia Popular do Brasil;

Considerando a Portaria nº 2.587/GM/MS, de 6 de dezembro de 2004, que institui o incentivo financeiro do Programa Farmácia Popular do Brasil; e

Considerando a Portaria nº 1.767/GM/MS, de 24 de julho de 2007, que constitui o Conselho Gestor do Programa Farmácia Popular do Brasil, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados da manutenção das unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil, por solicitação dos municípios relacionados no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde deve encaminhar os procedimentos necessários à devolução ao FNS dos recursos, quando couber.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO

Cód. IBGE	Município	UF
355030	SÃO PAULO	SP
Unidades Desabilitadas	Portaria de Habilitação	
7	Portaria nº 2.654, de 16 de dezembro de 2004.	
Cód. IBGE	Município	UF
292740	SALVADOR	BA
Unidades Desabilitadas	Portaria de Habilitação	
2	Portaria nº 2.652, de 16 de dezembro de 2004.	
Cód. IBGE	Município	UF
291480	ITABUNA	BA
Unidades Desabilitadas	Portaria de Habilitação	
1	Portaria nº 2.651, de 16 de dezembro de 2004.	

PORTARIA Nº 810, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Luzinópolis, Estado do Tocantins.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira de fevereiro de 2017, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde da Família, do Município de Luzinópolis (TO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem a Equipe da Estratégia de Saúde da Família e a Equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) Equipe de Saúde da Família, 1 (uma) Equipe de Saúde Bucal e 1 (uma) equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 811, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Costituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira de fevereiro de 2017 a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde da Família, do Município de Aguiarnópolis (TO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte de profissional que compõe a Equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (uma) Equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria nº 3.036/GM/MS, de 27 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 29 de dezembro de 2016, Seção 1, pág. 668,

Onde se lê:

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Valor anual
RJ	3304557	Rio de Janeiro	2270234	Hospital Estadual Getúlio Vargas	Municipal	2.744.052,48

Leia-se:

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Valor anual
RJ	3304557	Rio de Janeiro	2270234	Hospital Estadual Getúlio Vargas	Estadual	2.744.052,48

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2352/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25789.018530/2014-29

Intima-se a Operadora PRIME ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no site em 26/08/2016, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.018530/2014-29 (demanda nº 1662441), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

A íntegra da referida decisão e do respectivo relatório de parecer estarão disponíveis na página da ANS, sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica a operadora notificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado.

A operadora poderá se manifestar, em substituição à apresentação do recurso, por meio de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico nucleosp@ans.gov.br ou por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado:

4.1. no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da presente intimação, para informar sua intenção de usufruir do benefício previsto no art. 41 da RN n.º 388/2015, que consiste em desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento à vista da multa fixada;

4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente intimação, solicitar a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento integral da multa ou solicitar seu pagamento parcelado, na forma estabelecida no art.40, da RN n.º 388/2015.

Por fim, informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado da multa, nos termos do item 4.1, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2351/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25789.008156/2015-34

Intima-se a Operadora PRIME ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no site em 21/12/2015, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.008156/2015-34 (demanda nº 1783991), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS).

A íntegra da referida decisão e do respectivo relatório de parecer estarão disponíveis na página da ANS, sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica a operadora notificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado.

A operadora poderá se manifestar, em substituição à apresentação do recurso, por meio de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico nucleosp@ans.gov.br ou por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado:

4.1. no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da presente intimação, para informar sua intenção de usufruir do benefício previsto no art. 41 da RN n.º 388/2015, que consiste em desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento à vista da multa fixada;

4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente intimação, solicitar a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento integral da multa ou solicitar seu pagamento parcelado, na forma estabelecida no art.40, da RN n.º 388/2015.

Por fim, informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado da multa, nos termos do item 4.1, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2353/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25789.068129/2014-30

Intima-se a Operadora PRIME ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no site em 10/06/2016, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.068129/2014-30 (demanda nº 1859447), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS).

A íntegra da referida decisão e do respectivo relatório de parecer estarão disponíveis na página da ANS, sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica a operadora notificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado.

A operadora poderá se manifestar, em substituição à apresentação do recurso, por meio de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico nucleosp@ans.gov.br ou por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado:

4.1. no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da presente intimação, para informar sua intenção de usufruir do benefício previsto no art. 41 da RN n.º 388/2015, que consiste em desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento à vista da multa fixada;

4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente intimação, solicitar a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento integral da multa ou solicitar seu pagamento parcelado, na forma estabelecida no art.40, da RN n.º 388/2015.

Por fim, informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado da multa, nos termos do item 4.1, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2349/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25789.094785/2015-79

Intima-se a Operadora PRIME ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no site em 16/11/2016, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.094785/2015-79 (demanda nº 2801046), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).

A íntegra da referida decisão e do respectivo relatório de parecer estarão disponíveis na página da ANS, sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica a operadora notificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado.

A operadora poderá se manifestar, em substituição à apresentação do recurso, por meio de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico nucleosp@ans.gov.br ou por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado:

4.1. no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da presente intimação, para informar sua intenção de usufruir do benefício previsto no art. 41 da RN n.º 388/2015, que consiste em desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento à vista da multa fixada;

4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente intimação, solicitar a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento integral da multa ou solicitar seu pagamento parcelado, na forma estabelecida no art.40, da RN n.º 388/2015.

Por fim, informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado da multa, nos termos do item 4.1, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2347/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25789.101106/2015-25

Intima-se a Operadora PRIME ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no site em 16/11/2016, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.101106/2015-25 (demanda nº 2836654), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS).

A íntegra da referida decisão e do respectivo relatório de parecer estarão disponíveis na página da ANS, sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica a operadora notificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado.

A operadora poderá se manifestar, em substituição à apresentação do recurso, por meio de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico nucleosp@ans.gov.br ou por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado:

4.1. no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da presente intimação, para informar sua intenção de usufruir do benefício previsto no art. 41 da RN n.º 388/2015, que consiste em desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento à vista da multa fixada;

4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente intimação, solicitar a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento integral da multa ou solicitar seu pagamento parcelado, na forma estabelecida no art.40, da RN n.º 388/2015.

Por fim, informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado da multa, nos termos do item 4.1, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN.

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 145, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 07 de março de 2017, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Ficam proibidos em todo o território nacional a fabricação, a importação e a comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio.

§ 1º Os termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio abrangidos por esta Resolução são os produtos que possuem uma coluna transparente, contendo mercúrio no seu interior, com a finalidade de aferir valores de temperatura corporal (no caso do termômetro) e pressão arterial (no caso do esfigmomanômetro), indicados para uso em diagnóstico em saúde.

§ 2º A proibição estabelecida no caput deste artigo não se aplica aos produtos para pesquisa, para calibração de instrumentos ou para uso como padrão de referência.

Art. 2º Os produtos relacionados no §1º do art. 1º desta Resolução, que forem retirados de uso, deverão seguir a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 306, de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 3º Os cadastros na Anvisa de produtos relacionados no §1º do art. 1º, vigentes na data de entrada em vigor desta Resolução, serão automaticamente cancelados.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 5º. Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 808, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD _DN 133/ 2017 realizado em 2 de março de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre o recurso a seguir especificado, conforme relação 2017 anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Kolplast CI S.A.
CNPJ: 59.231.530/0001-93
Processos nº.: 25351.973634/2016-86
Expediente nº.: 2272587/16-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 041/2017 - CRTPS/Direg.

ARESTO Nº 809, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP 004/2017, realizada em 14 de fevereiro de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Recorrente: Televida Centro Especializado de Telediagnóstico Ltda
CNPJ: 73.193.211/0001-61
Processos nº.: 25351.718656/2014-32
Expediente nº.: 0182342/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 173/2016 - CRTPS/Direg.
Recorrente: Mip Brasil Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda
CNPJ: 14.626.301/0001-30
Processos nº.: 25351.496926/2014-98
Expediente nº.: 0950008/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 161/2016 - CRTPS/Direg.
Recorrente: DKT do Brasil Produtos de Uso Pessoal Ltda
CNPJ: 38.756.680/0001-40
Processos nº.: 25351.082966/2008-63
Expediente nº.: 0745986/14-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 229/2016 - CRTPS/Direg.

CONSULTA PÚBLICA N° 323, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 7 de março de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Resolução da Diretoria Colegiada que dispõe sobre requisitos técnicos específicos para regularização de produtos para modificar o formato dos cabelos por meio da alteração de sua estrutura química, cria a Lista de Ativos Permitidos em tais produtos, com condições para seu uso, e estabelece critérios para aprovação de novos ativos, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=30771.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência de Cosméticos - GECOS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.391262/2015-76
Assunto: Proposta de Resolução da Diretoria Colegiada que dispõe sobre requisitos técnicos específicos para regularização de produtos para modificar o formato dos cabelos por meio da alteração de sua estrutura química, cria a Lista de Ativos Permitidos em tais produtos, com condições para seu uso, e estabelece critérios para aprovação de novos ativos
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 14.2
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

CONSULTA PÚBLICA N° 324, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 7 de março de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de resolução que dispõe sobre proibição do mercúrio e liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em odontologia, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=30795.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.306002/2016-91
Assunto: Proposta de resolução que dispõe sobre proibição do mercúrio e liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em odontologia
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 53.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

CONSULTA PÚBLICA N° 325, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 7 de março de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Instrução Normativa que estabelece a Lista de Ativos Permitidos em produtos cosméticos para modificar o formato dos cabelos por meio da alteração de sua estrutura química com requisitos para seu uso, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=30774.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência de Cosméticos - GECOS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.391262/2015-76
Assunto: Proposta de Instrução Normativa que estabelece a Lista de Ativos Permitidos em produtos cosméticos para modificar o formato dos cabelos por meio da alteração de sua estrutura química com requisitos para seu uso
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 14.2
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

RETIFICAÇÃO

No item 33 do Aresto n° 775, de 23 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União n° 40, de 24 de fevereiro de 2017, seção 1, pág. 70,

Onde se lê:
"Processo nº: 25351.091837/2008-66
Expediente nº: 0996230/15-1
Assunto: Indeferimento de inclusão de local de fabricação do fármaco do medicamento novo"
Leia-se:
"Processo nº: 25351.091837/2008-66
Expediente nº: 0996230/15-1
Assunto: Indeferimento de Inclusão de Novo Acondicionamento do medicamento novo "

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 388, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 140, de 23 de fevereiro de 2017 e,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº. 1363.00/2015, tornado condenatório em razão da empresa não ter interposto recurso ou perícia de contraprova, emitido pelo LACEN/PR, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de análise de rotulagem por não estar com o registro atualizado/revalidado, para o lote 2342-05/15 do cosmético LECLERC PURITY GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS ANTISSÉPTICO - NEUTRO, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto cosmético LECLERC PURITY GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS ANTISSÉPTICO - NEUTRO, fabricado pela empresa Leclerc Industrial Ltda (CNPJ: 47.410.816/0001-57).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Republicada por incorreção no original publicado no DOU nº 34, de 16 de fevereiro de 2017, Seção 1, pág. 39.

RESOLUÇÃO-RE N° 758, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 140, de 23 de fevereiro de 2017.

Considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando a Resolução- RDC n° 55 /2005;

Considerando a classificação de risco à saúde como classe III;

Considerando a comunicação de recolhimento voluntário, encaminhado pela empresa Santisa Laboratório Farmacêutico S/A., em virtude de recebimento de laudo de analise insatisfatório no quesito Rotulagem no medicamento Diazepam® 10 mg-2mL solução injetável, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso, do produto Diazepam® 10 mg-2mL solução injetável, lote 20101816, fabricado pela empresa Santisa Laboratório Farmacêutico S/A (CNPJ: 04.099.395/0001-82).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos lotes dos produtos descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 759, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, II e o art. 54, I, §1°do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 140, de 23 de fevereiro de 2017 e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 12, de 16 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Habilitar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), os laboratórios abaixo relacionados:

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Nº do Processo de hab ilitação na REBLAS
REBLAS 140	Laboratório Biológico Análise Química e Microbiológica Sociedade Simples - EPP	Rua Vereador Batista Pereira, 574 - Bairro Balneário	Florianópolis/SC	04.683.974/0001-78	25351.085429/2017-05
REBLAS 141	Souza Neto & Souza Ltda - EPP	Avenida Fernando Correa da Costa, 7421 - São José	Cuiabá/MT	37.443.074/0001-02	25351.088663/2017-22
REBLAS 142	Kosmoscience Ciência e Tecnologia Cosmética, Importação e Exportação Ltda	Rua Santoval Meireles, 72 - Vila São Jorge	Campinas/SP	05.944.444/0002-80	25351.094297/2017-47

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REBLAS 143	Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL	Avenida Brasil, 2880 - Jardim Chapadão	Campinas/SP	46.384.400/0026-05	25351.009555/2017-21
REBLAS 144	Laboran Análises Clínicas Ltda - EPP	Rua Loanda, 203	São José dos Pinhais/PR	76.652.122/0001-24	25351.140031/2017-86

Art. 2º Os ensaios e/ou estudos analíticos habilitados para os laboratórios descritos na tabela do art. 1º serão publicados no sítio eletrônico da ANVISA (portal.anvisa.gov.br).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 760, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 140, de 23 de fevereiro de 2017,

considerando o § 1º do art. 58, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o item 5.14 da RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007;

considerando que o sítio eletrônico www.phmagistral.com.br, de propriedade da empresa PH Magistral Farmácia e Manipulação Ltda., CNPJ 06.046.708/0001-60, possui material publicitário de medicamentos manipulados no Brasil, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição de toda a publicidade de produtos manipulados, constante no endereço eletrônico www.phmagistral.com.br.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 761, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 140, de 23 de fevereiro de 2017 e,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto saneante, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, FORTHRINE 250G, pela empresa Kombate Saude Ambiental Ltda - EPP, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto FORTHRINE 250G fabricado por Kombate Saude Ambiental Ltda - EPP (CNPJ 02.375.759/0001-84), localizada na Rod PRT 487 km 44,3, Gleba 5 Santo Antonio, MANOEL RIBAS - PR.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE ANVISA nº 394, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no DOU nº 36 de 20 de fevereiro de 2017, Seção 1, Página 32e em Suplemento a presente edição, Página 26,

Onde se lê:

EMPRESA:QUATTROR TRADING COMPANY LTDA
AUTORIZ/MS: 9.07865-8
CNPJ: 11.916.306/0001-09
PROCESSO: 25748.063084/2017-90
ENDEREÇO: R. JOÃO PESSOA DE MATTOS, Nº 505, SALAS 904 A 906
BAIRRO: PRAIA DA COSTA
MUNICÍPIO: VILA VELHA
UF: ES
CEP: 29101-115
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação de produtos para saúde e para diagnóstico "in vitro" conta e ordem de terceiro ou por encomenda

Leia-se:

EMPRESA:QUATTROR COMERCIAL LTDA
AUTORIZ/MS: 9.07865-8
CNPJ: 11.916.306/0001-09
PROCESSO: 25748.063084/2017-90
ENDEREÇO: R. JOÃO PESSOA DE MATTOS, Nº 505, SALAS 904 A 906
BAIRRO: PRAIA DA COSTA
MUNICÍPIO: VILA VELHA
UF: ES
CEP: 29101-115
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação de produtos para saúde e para diagnóstico "in vitro" conta e ordem de terceiro ou por encomenda.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS - SP

DESPACHOS DA COORDENADORA
Em 21 de março de 2017

N° 16 - O Coordenador de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Estado de São Paulo - CVPAF-SP, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Portaria nº 1.171, de 02 de junho de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BLANVER FARMOQUÍMICA LTDA. CNPJ/CPF: 53.359.824/0004-61
25759.229126/2014-90 - AIS:0314223/14-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: RA CATERING LTDA. CNPJ/CPF: 17.314.329/0007-15
25759.663765/2014-82 - AIS:0981171/14-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA. CNPJ/CPF: 10.141.389/0001-49
25759.465148/2014-14 - AIS:0647301/14-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: YUMMI - CANDY STORE LTDA - ME CNPJ/CPF: 20.165.124/0002-15
25759.005066/2015-76 - AIS:0008733/15-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ELMO SANTOS SAMPAIO CNPJ/CPF: 018.045.105-72
25759.401576/2014-01 - AIS:0556622/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ANÉSIA FERREIRA CAMPANHA CNPJ/CPF: 129.184.267-50
25759.454519/2014-22 - AIS:0632378/14-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CAMILA ALVES CNPJ/CPF: 376.966.318-70
25759.401491/2014-98 - AIS:0556510/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: BRUNO FARINA ROCCO CNPJ/CPF: 310.619.898-28
25759.455656/2014-24 - AIS:0634090/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MARCO ANTONIO NEVES CNPJ/CPF: 717.540.327-53
25759.033026/2015-74 - AIS:0049289/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ALEXANDER D'ALVIA SALVONI CNPJ/CPF: 064.319.538-60
25759.052412/2015-67 - AIS:0077794/15-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: SONIA MARIA VIEIRA CNPJ/CPF: 365.552.239-87
25759.760892/2014-46 - AIS:1119677/14-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: FERNANDO MARIO VIEIRA LIMA SAMPAIO CNPJ/CPF: 535.152.779-00
25759.760828/2014-88 - AIS:1119608/14-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LEONARDO MOURÃO DE BIASE CNPJ/CPF: 245.783.878-95
25759.018096/2015-13 - AIS:0027571/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: IVANILDO PEREIRA NUNES CNPJ/CPF: 001.662.058-50
25759.026836/2015-74 - AIS:0040111/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: BRUNO MIGUEL TEIXEIRA DE AVELAR P.CALDAS CNPJ/CPF: 856.647.314-00
25759.033129/2015-66 - AIS:0049456/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ARIDELSO TREVISANI FROTA CNPJ/CPF: 078.027.548-95
25759.566794/2014-28 - AIS:0789180/14-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MARCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA LOPES CNPJ/CPF: 840.079.823-68
25759.311985/2014-32 - AIS:0428664/14-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MARIA ISABEL BENYUNES TORRES CNPJ/CPF: 077.921.788-89
25759.770503/2014-75 - AIS:1133587/14-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MANUEL NUNO RIVERA CNPJ/CPF: 228.301.858-70
25759.311868/2014-71 - AIS:0428529/14-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: TIAGO BARBOSA MARTINS CNPJ/CPF: 321.713.188-64
25759.311911/2014-00 - AIS:0428574/14-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

N° 17 - O Coordenador de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Estado de São Paulo - CVPAF-SP, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Portaria nº 1.171, de 02 de junho de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ALLERGAN PRODS. FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 43.426.626/0009-24
25759.777448/2015-32 - AIS:1109587/15-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: AMWAY DO BRASIL LIMITADA CNPJ/CPF: 58.473.398/0017-20
25759.412704/2015-98 - AIS:0597831/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: ANFLA PRODS PARA DIAGNOSTICOS LABORATORIAL LTDA. CNPJ/CPF: 05.774.798/0001-42
25759.008302/2015-84 - AIS:0012891/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: AUGEN IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODS MÉDICOS LTDA. CNPJ/CPF: 09.512.367/0001-69
25759.787477/2014-91 - AIS:1159897/14-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: CLEMEX TRANSPORTES LTDA CNPJ/CPF: 74.643.727/0001-23
25759.647603/2015-96 - AIS:0925157/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTL DE GUARULHOS S.A CNPJ/CPF: 15.578.569/0001-06
25759.519705/2014-32 - AIS:0724899/14-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: ELOFORT SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 04.167.264/0001-95
25759.379359/2014-84 - AIS:0526077/14-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: FUNDAÇÃO DOUTOR AMARAL CARVALHO CNPJ/CPF: 50.753.755/0001-35
25759.670655/2014-44 - AIS:0990460/14-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTUADO: GLOBTEK TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME CNPJ/CPF: 02.270.545/0001-43

25759.337917/2014-41 - AIS:0464827/14-7 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: GRSA - GRUPO DE SOLUÇÕES EM ALIMENTAÇÃO - DEP.DE ALIMENTOS CNPJ/CPF: 02.905.110/0116-77

25759.013201/2015-34 - AIS:0020102/15-2 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: HMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME CNPJ/CPF: 08.272.409/0001-79

25759.052117/2015-79 - AIS:0077411/15-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO QUIMETAL SA CNPJ/CPF: 27.240.464/0001-21

25759.647624/2015-59 - AIS:0925185/15-5 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: INTERNACIONAL RESTAURANTES DO BRASIL S/A CNPJ/CPF: 01.937.526/0012-18

25759.057606/2014-15 - AIS:0079000/14-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.230.314/0005-07

25759.411286/2014-82 - AIS:0570208/14-9 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 50.929.710/0001-79

25759.263434/2013-85 - AIS:0370042/13-9 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: RECCOS COSMETICA LTDA - ME CNPJ/CPF: 14.575.637/0001-10

25759.032098/2014-90 - AIS:0044818/14-4 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: R.GONÇALVES SUPRIMENTOS MEDS LTDA CNPJ/CPF: 05.389.365/0001-73

25759.213393/2014-61 - AIS:0291419/14-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: REDE BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 14.622.554/0001-35

25759.401641/2014-18 - AIS:0556740/14-8 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 02.685.377/0008-23

25759.752227/2014-12 - AIS:1106960/14-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIB DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. CNPJ/CPF: 04.718.143/0001-94

25759.691563/2015-49 - AIS:0981919/15-3 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

CARINA MAYUMI YAMASHITA OURA

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR

Em 21 de março de 2017

Nº 15 - O Coordenador Substituto Administrativo de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BL INDÚSTRIA OTICA LTDA CNPJ/CPF: 27.011.022/0001-03

25751.499870/2012-71 - AIS:0717016/12-5 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: BL INDÚSTRIA OTICA LTDA CNPJ/CPF: 27.011.022/0001-03

25751.331429/2012-65 - AIS:0474534/12-5 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: BL INDÚSTRIA OTICA LTDA CNPJ/CPF: 27.011.022/0001-03

25751.509563/2012-76 - AIS:0730107/12-3 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A CNPJ/CPF: 42.487.991/0001-29

25752.503916/2013-32 - AIS:0719009/13-3 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: BRANDÃO FILHOS FORTSHIP (PE) AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 02.759.524/0001-96

25757.469060/2011-88 - AIS:656643/11-0 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: BUNGE ALIMENTOS SA CNPJ/CPF: 84.046.101/0282-84

25743.183062/2013-41 - AIS:0260505/13-8 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: BUNGE ALIMENTOS S/A CNPJ/CPF: 84.046.101/0248-82

25757.037075/2015-92 - AIS:0055339/15-5 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: CARGILL AGRICOLA S/A CNPJ/CPF: 60.498.706/0003-19

25743.055911/2014-13 - AIS:0076910/14-0 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 17.562.075/0001-69

25756.119808/2011-92 - AIS:165112/11-9 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: COMERCIAL LOUIS LTDA CNPJ/CPF: 21.474.507/0002-38

25761.011630/2013-52 - AIS:0016402/13-0 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ CNPJ/CPF: 01.256.678/0001-00

25763.127194/2013-44 - AIS:0180589/13-4 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: DALL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 01.422.254/0001-60

25765.051916/2011-32 - AIS:072182/11-4 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0003-82

25752.579137/2012-01 - AIS:0828943/12-3 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 02.630.719/0001-31

25752.635277/2012-06 - AIS:0911661/12-3 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS - CNPJ/CPF: 33.781.055/0015-30

25752.671252/2012-91 - AIS:0961229/12-7 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: GOL TRANSPORTES AEREOS S.A. CNPJ/CPF: 04.020.028/0019-70

25749.204401/2013-31 - AIS:0290331/13-8 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: GOLDEN GATE INDUSTRIA ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 05.402.960/0001-00

25757.011463/2013-41 - AIS:0016168/13-3 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: GR S/A CNPJ/CPF: 02.905.110/0117-58

25752.113318/2013-09 - AIS:0161454/13-1 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: LOG STAR NAVEGAÇÃO SA CNPJ/CPF: 10.826.341/0001-74

25752.034448/2011-31 - AIS:048571/11-3 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

AUTUADO: MAERSK BRASIL (BRASMAR) LTDA CNPJ/CPF: 30.259.220/0013-39

25743.160896/2011-71 - AIS:223736/11-9 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: MAIS A MAIS COMÉRCIO DE BIJUTERIAS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 08.722.095/0001-69

25741.645501/2012-92 - AIS:0925503/12-6 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55

25743.425006/2013-49 - AIS:0602040/13-2 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: OCEANUS AGENCIA MARITIMA S/A CNPJ/CPF: 32.082.489/0012-37

25748.411983/2011-39 - AIS:576070/11-4 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: PACIFIC CATERING COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 06.241.597/0001-42

25752.687613/2010-49 - AIS:909481/10-4 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: RG ESTALEIRO ERG 2 S/A CNPJ/CPF: 08.607.005/0003-50

25751.625755/2013-53 - AIS:0895831/13-9 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60

25763.682050/2013-10 - AIS:0977484/13-0 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 00.317.929/0001-49

25351.092460/2013-34 - AIS:0131219/13-7 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: TECON SUAPE S.A CNPJ/CPF: 04.471.564/0001-63

25757.579499/2010-28 - AIS:764417/10-5 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0013-72

25752.544773/2012-46 - AIS:0780718/12-0 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81

25759.648678/2010-66 - AIS:856149/10-4 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: MTM SHIP MANAGEMENT ARMADOR CNPJ/CPF: M67.110.4-

25757.770950/2014-74 - AIS:1134287/14-1 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A CNPJ/CPF: 09.296.295/0017-27

25749.208623/2013-12 - AIS:0295962/13-3 - GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

HENRIQUE BUENO KUSSAMA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 81, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 502/SGTES/MS, de 30 de setembro de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambista participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 502/SGTES/MS, de 30 de setembro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.132645/2016-15	LUISA MARIA VEGA TRUJILLO	2901400	BA	SÃO FELIX DO CORIBE

PORTARIA Nº 82, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 560/SGTES/MS, de 26 de dezembro de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambista participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 560/SGTES/MS, de 26 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.183519/2016-11	SUSEL TORRES PUPO	2500273	PB	BARAÚNA

PORTARIA Nº 83, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.901, de 10 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar que o profissional constante do anexo está apto à utilização, nos processos seletivos para os Programas de Residência Médica 2017, da pontuação do adicional de 10% (dez por cento), por sua participação e conclusão satisfatória no Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica - PROVAB/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

NOME	CPF
FREDERICO AUGUSTO RAMOS DA SILVA	CPF: 775.XXX.504-XX

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Azerbaijão
(doravante denominados "Partes"),

RECONHECENDO a relação de amizade existente entre os dois países;

DESEJANDO promover e facilitar os fluxos de comércio e de investimentos entre o Brasil e o Azerbaijão;

ACREDITANDO que novos fluxos de comércio e de investimentos irão contribuir para o desenvolvimento de ambos os países e o fortalecimento das relações bilaterais;

RESPEITANDO a legislação nacional dos dois países;

Acordam o seguinte:

Artigo 1
Objetivo

O presente Memorando de Entendimento destina-se a fortalecer a cooperação bilateral para a promoção do comércio e de oportunidades de investimentos entre as Partes.

Artigo 2
Âmbito da Cooperação

As Partes irão empreender os esforços necessários para reforçar a cooperação na área de promoção de comércio e de investimentos, incluindo, mas não exclusivamente, a/o

i. exploração e promoção de oportunidades de negócios concretas em ambos os países;

ii. facilitação da participação de indivíduos e de empresas em exibições, feiras, missões empresariais e eventos organizados nos dois países, além de outras formas de interação;

iii. estímulo à cooperação na área de comércio e investimentos em terceiros mercados e à maior participação de pequenas e médias empresas privadas no relacionamento econômico bilateral.

Artigo 3
Grupo de Trabalho Conjunto

Para a implementação do presente Memorando de Entendimento, as Partes concordam em estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto sobre Cooperação na área de Comércio e de Investimentos (doravante denominado "Grupo de Trabalho").

Artigo 4
Funções do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho irá desempenhar, entre outras, as seguintes funções:

i. servir como principal fórum de debate sobre formas de promover e fortalecer a cooperação econômica entre as Partes;

ii. promover o intercâmbio regular de informações sobre oportunidades de negócios em áreas de interesse mútuo, incluindo, não somente, setores como energia, infraestrutura, agricultura, inovação e turismo;

iii. apoiar o intercâmbio de pontos de vista a fim de melhorar o ambiente de negócios bilateral. Essas discussões deverão, sempre que possível, incluir representantes do setor privado de ambos os países;

iv. estimular a cooperação entre instituições de ambos os países responsáveis pelos temas relacionados à promoção de comércio e de investimentos.

Artigo 5
Frequência dos Encontros

O Grupo de Trabalho irá se esforçar para encontrar-se uma vez por ano, alternadamente no Azerbaijão e no Brasil, ou quando for necessário, com vistas à implementação e à revisão das ações realizadas no âmbito do presente Memorando de Entendimento.

i. Cada Parte irá designar um representante de alto nível para co-presidir o Grupo de Trabalho e indicar os demais membros do Grupo de Trabalho. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil irá indicar o co-presidente brasileiro do Grupo de Trabalho e o Ministério da Economia da República do Azerbaijão irá indicar o co-presidente azerbaijanês do Grupo de Trabalho;

ii. As Partes informarão a outra Parte, por escrito, pela via diplomática, a composição do Grupo de Trabalho;

iii. O Grupo de Trabalho pode convidar outras instituições governamentais relevantes e representantes do setor privado a participar dos encontros.

Arti go 6
Resolução de Controvérsias

Qualquer controvérsia que possa surgir da interpretação ou implementação do presente Memorando de Entendimento será resolvida por meio de negociações e consultas entre as Partes.

Arti go 7
Alterações e Emendas

Alterações ou emendas poderão ser feitas no presente Memorando de Entendimento pelo consenso mútuo entre as Partes. Essas alterações e emendas serão feitas por documento em separado que integrará o presente Memorando de Entendimento e entrarão em vigor de acordo com as disposições do Artigo 8 do presente Memorando de Entendimento.

Arti go 8
Cláusula final

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data do recebimento de nota, por escrito, enviada pelo lado azerbaijanês, pela via diplomática, confirmando a conclusão dos respectivos procedimentos internos necessários para entrada em vigor do presente Memorando.

2. O presente Memorando é celebrado por tempo indeterminado. Qualquer parte poderá, com no mínimo noventa (90) dias de antecedência, notificar a outra Parte, por escrito, pela via diplomática, sua intenção de denunciar o presente Memorando de Entendimento.

3. O encerramento do presente Memorando de Entendimento não afetará a execução e a duração de projetos e de atividades em curso realizadas no âmbito do presente Memorando de Entendimento.

4. Feito em Brasília em 14 de dezembro 2016, em dois exemplares originais, em português, azerbaijanês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação das disposições do presente Memorando de Entendimento, o texto em inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Embaixador MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO
Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores do Brasi l

Pelo Governo da República do Azerbaijão

ELNUR SULTANOV
Embaixador da República do Azerbaijão

Observação: Este Memorando de Entendimento entrou em vigor em 6 de março de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.209, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.00005158/2016-37. Interessados: Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista, a vigorar a partir de 22 de março de 2017 a 21 de março de 2018, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.210, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005162/2016-03. Interessados: Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, UHE Rio do Peixe (Casa de Força I e II), Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista, a vigorar a partir de 22 de março de 2017, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.211, DE 21 DE MARÇO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005159/2016-81. Interessados: Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz, a vigorar a partir de 22 de março de 2017, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.212, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005160/2016-14. Interessados: Companhia Luz e Força de Mococa - CPFL Mococa, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Luz e Força de Mococa - CPFL Mococa, a vigorar a partir de 22 de março de 2017 e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.213, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005163/2016-40. Interessados: Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, a vigorar a partir de 22 de março de 2017, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 21 de março de 2017

Nº 794 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002816/2015-58, decide por: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento parcial ao Pedido de Reconsideração interposto pela CPFL Sul Paulista - Companhia Sul Paulista de Energia, em face da publicação da Resolução Homologatória nº 2.025/2016, que homologou o resultado da Quarta Revisão Tarifária Periódica da concessionária; (ii)retificar as tarifas de referência em razão de inconsistências na alocação da componente TUSD - Perdas Não Técnicas dos níveis A3a e A4, na alocação da componente TUSD - Perdas Técnicas e Perdas RB/Perdas D do nível A2 e corrigir as divergências de valores observadas nas planilhas de cálculo da TR e de abertura tarifária (PCAT) para o nível A2, a preços de março de 2016, no próximo reajuste tarifário da concessionária; e (iii) sobrestar a conclusão relativa às perdas, até o reajuste tarifário de 2018, de forma a permitir uma avaliação detalhada das perdas totais na distribuição, devendo a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD notificar a concessionária para apresentar, em uma única vez, a base completa para o cálculo das perdas, a ser concluído até dezembro 2017.

Nº 795 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.002818/2015-47, decide: (i) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista em face da Resolução Homologatória 2.029/2016, que homologou o resultado de sua Quarta Revisão Tarifária Periódica, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e, por conseguinte, (ii) considerar no seu reajuste tarifário de 2017 o ajuste econômico-financeiro positivo de R$ 98.505,56 (noventa e oito mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos) em face da alteração do percentual de perdas técnicas para 7,986%; bem como (iii) sobrestar a conclusão relativa às perdas, até o reajuste tarifário de 2018, de forma a permitir uma avaliação detalhada das perdas totais na distribuição, devendo a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD notificar a concessionária para apresentar, em uma única vez, a base completa para o cálculo das perdas, a ser concluído até dezembro de 2017.

N° 796 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002820/2015-16, decide: (i) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz em face da Resolução Homologatória nº 2.026, de 22 de março de 2016, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para reconhecer o valor de R$ 89.181,69 (oitenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos), que deverá ser acrescentado mensalmente ao repasse da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE pela Eletrobrás à CPFL Santa Cruz, e o valor de R$ 197.166,06 (cento e noventa e sete mil, cento e sessenta e seis reais e seis centavos), a ser corrigido pela Selic, que deverá ser considerado como componente financeiro no próximo processo tarifário da concessionária; e (ii) sobrestar a conclusão relativa às perdas até o reajuste tarifário de 2018, de forma a permitir uma avaliação detalhada das perdas totais na distribuição, devendo a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD notificar a concessionária para apresentar, em uma única vez, a base completa para o cálculo das perdas a ser concluído até dezembro de 2017.

Nº 803 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005400/2015-91, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista em face da Resolução Homologatória nº 2.056, de 5 de abril de 2016, que homologou o Reajuste Tarifário Anual da Recorrente, e deu outras providências, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para determinar à SGT considerar no reajuste tarifário de 2017 da Concessionária, componente financeiro de R$ 9.674.506,29, ref. abril de 2016, a ser atualizado pela SELIC entre abril de 2016 e abril de 2017, referente ao ajuste financeiro da receita de Bandeiras Tarifárias de janeiro de 2015, e indeferir os demais pleitos da Concessionária.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÕES

Nas Resoluções Autorizativas n°s 6.193, 6.194 e 6.195 de 14 de fevereiro de 2017, constantes do Processo nº 48500.000188/2016-57, publicadas em extrato no D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017, seção 1, p. 247, v. 154, n. 35, onde se lê "Celebrar termo aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 001/2006-ANEEL", leia-se "Celebrar termo aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 001/2013-ANEEL" A integra das referidas Resoluções consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de março de 2017

Nº 649 - Processo nº 48500.000904/2017-87. Interessado: Copel Geração e Transmissão S.A. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Rancho Grande, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.028617-6.01, situada no rio Chopim, no estado do Paraná; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo só ficou disponível a partir da publicação da Resolução Autorizativa nº 6.176, de 31 de janeiro de 2017, serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento, desde que protocoladas até o dia 08 de maio de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 650 - Processo nº 48500.000997/2017-40. Interessado: Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Rancho Grande, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR. 028617-6.01, situada no rio Chopim, no estado do Paraná; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo só ficou disponível a partir da publicação da Resolução Autorizativa nº 6.176, de 31 de janeiro de 2017, serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento, desde que protocoladas até o dia 08 de maio de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 14 de março de 2017

Nº 740 - Processo nº 48500.005581/2011-22. Interessado: Garças Energia e Participações S/A e DESA Rio das Garças Desenvolvimento Energético S/A Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Guiratinga, com 12.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.037449-0.01, localizada no rio rio das Garças, integrante da sub-bacia 24, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins , no município de Guiratinga, estado do Mato Grosso.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 17 de março de 2017

Nº 741 - Processo nº 48500.004748/2013-08. Interessado: São João da Barra Energética S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH São João da Barra, com 28.800 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.037220-0.01, localizada no rio Matrinchã, integrante da sub-bacia 17, na bacia hidrográfica do Rio Amazonas, nos municípios de Juara e de Nova Bandeirantes, no estado do Mato Grosso.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 746 - Processo nº 48500.003069/2011-41. Interessado: Alupar Investimentos S.A Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Salto, com 22.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.037457-1.01, localizada no rio Piracanjuba, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Orizona, estado de Goiás.

Nº 747 - Processo nº 48500.001295/2017-83. Interessado: Central Fotovoltaica Alvorada 1 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Alvorada 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.037453-9.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia.

Nº 748 - Processo nº 48500.001294/2017-39. Interessado: Central Fotovoltaica Alvorada 2 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Alvorada 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.037455-5.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia.

Nº 749 - Processo nº 48500.001293/2017-94. Interessado: Central Fotovoltaica Alvorada 3 Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Alvorada 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.037456-3.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 754 - Processo nº 48500.002055/2013-72. Interessado: Eólica Serra da Babilônia VI S/A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Serra da Babilônia VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.032466-3.01, de 26.000 kW para 25.850 kW; ii) alterar o leiaute e o número de unidades geradoras da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 755 - Processo nº 48500.002056/2013-17. Interessado: Eólica Serra da Babilônia VII S/A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Serra da Babilônia VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.032467-1.01, de 26.000 kW para 28.200 kW; ii) alterar o leiaute e o número de unidades geradoras da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 757 - Processo nº 48500.001842/2013-05. Interessado: Eólica Serra da Babilônia IX S/A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Serra da Babilônia IX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.032465-5.01, de 26.000 kW para 28.200 kW; ii) alterar o leiaute e o número de unidades geradoras da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 758 - Processo nº 48500.002326/2013-90. Interessado: Eólica Serra da Babilônia X S/A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Serra da Babilônia X, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.032469-8.01, de 26.000 kW para 28.200 kW; ii) alterar o leiaute e o número de unidades geradoras da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 20 de março de 2017

Nº 774 - Processo nº 48500.002782/2003-13. Interessado: Pan Partners Administração Patrimonial Ltda. Decisão: (i) tornar sem efeito o Ofício nº 813/2003-SPH/ANEEL, de 17 de setembro de 2003, que concedeu, por transferência, registro ativo para a elaboração do Projeto Básico da PCH Santa Rita, localizada nos estados de Goiás e Mato Grosso, tendo em vista a não apresentação do Sumário Executivo no prazo estabelecido.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 776 - Processo nº 48500.000843/2017-58. Interessado: Copel Geração e Transmissão S.A. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Foz do Curucaca, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR. 028624-9.01, situada no rio Chopim, no estado do Paraná; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo só ficou disponível a partir da publicação da Resolução Autorizativa nº 6.176, de 31 de janeiro de 2017, serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento, desde que protocoladas até o dia 08 de maio de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 777 - Processo nº 48500.000985/2017-15. Interessado: Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Foz do Curucaca, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR. 028624-9.01, situada no rio Chopim, no estado do Paraná; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo só ficou disponível a partir da publicação da Resolução Autorizativa nº 6.176, de 31 de janeiro de 2017, serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento, desde que protocoladas até o dia 08 de maio de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de março de 2017

Nº 771 - Processo nº: 48500.002624/2015-41. Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF Decisão: a SFE resolve alterar a penalidade de multa aplicada por meio do Auto de Infração 0042/2016-SFE para o valor de R$ 1.237.927,43 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos).

O Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de março de 2017

Nº 800 - Processo nº 48500.004373/2014-59. Interessado: Geração Biomassa Santa Cândida II S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 22 de março de 2017. Usina: UTE Santa Cândida II. Unidade Geradora: UG1, de 25.000 kW. Localização: Município de Bocaina, Estado de São Paulo.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 801 - Processo nº 48500.005041/2014-91. Interessado: Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 22 de março de 2017. Usina: EOL Ventos de Santo Augusto VI. Unidades Geradoras: UG9 a UG13, de 2.300 kW cada, totalizando 11.500 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Simões, Estado do Piauí.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO CONJUNTO
Em 15 de março de 2017

Nº 731 - Processo nº 48500.005374/2016-82. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo Decisão: (i) considerar atendida a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 6.150, de 13 de dezembro de 2016; e (ii) estabelecer que o termo aditivo ao Contrato de Concessão da interessada, referente a transferência de controle, deverá ser assinado pelo novo controlador em até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação deste despacho A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões
e Autorizações de Transmissão e Distribuição

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 110, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.012999/2016-53, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a BARUFFI & BARUFFI REVENDEDOR RETALHISTA LTDA., CNPJ n.º 19.826.837/0001-12, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista, autorizada a operar as instalações de armazenamento e distribuição de combustíveis, localizadas à Rua Dileta Funghuetto, s/n, Centro Industrial Perolatense, Perola D'Oeste - PR - CEP: 85740-000 - Coordenadas geográficas aproximadas: latitude 25°49'25,9"S; longitude: 53°44'57,4"O (SIRGAS 2000).

O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques aéreos listados na tabela a seguir, perfazendo o total de 91,61 m^3.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m^3)	CLASSE DE PRODUTO	TIPO
1	2,55	12,00	61,21	II e III	Horizontal Aéreo
2	2,54	6,00	30,40	II e III	Horizontal Aéreo

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A BARUFFI & BARUFFI REVENDEDOR RETALHISTA LTDA., CNPJ n.º 19.826.837/0001-12, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO N° 111, DE 21 DE MARÇO 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.012999/2016-53, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa BARUFFI & BARUFFI REVENDEDOR RETALHISTA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 19.826.837/0001-12, habilitada como Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR), situada na Rua Dileta Funghuetto, s/n, Centro Industrial Perolatense, Perola D'Oeste - PR - CEP: 85740-000, autorizada a exercer a atividade de Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR).

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

MARIA INES SOUZA

AUTORIZAÇÃO N° 112, DE 21 DE MARÇO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 10, de 15 de março 2016, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.004487/2016-13, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Rebelo e Marinho Ltda. - EPP, com endereço na Av Marechal Rondon, n° 53, centro, no município de Juruti/PA - CEP 68170-000 e inscrição no CNPJ n.º 18.777.696/0001-22, autorizada a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista na navegação interior (TRRNI), conforme processo n.º 48610.004487/2016-13.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista na navegação interior (TRRNI).

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA INES SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 21 de março de 2017

Nº 281 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRRS0179922	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS FAPI EIRELI - EPP	21.033.563/0001-56	SANTO AUGUSTO	RS	48610.013440/2016-41
PRRS0179953	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS FELICITA EIRELI	26.898.300/0001-23	DOM FELICIANO	RS	48610.001550/2017-41
PR/SP0177249	AEROCAR COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	25.334.124/0001-34	GUARULHOS	SP	48610.010083/2016-69
PRMG0179962	AEROPORTO POSTO DE SERVICO EIRELI - EPP	25.180.534/0001-78	DIVINOPOLIS	MG	48610.002646/2017-26
PRRO0179837	ALVES & COSTA LTDA - ME	04.194.497/0001-87	OURO PRETO DO OESTE	RO	48610.000970/2017-18
PRSP0179871	ATLANTA ROTA SHOPPING COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	23.784.732/0001-15	ARACATUBA	SP	48610.001819/2017-99
PRSC0179933	AUTO POSTO BAILER II LTDA	26.641.717/0001-06	GASPAR	SC	48610.002346/2017-47
PRBA0179939	AUTO POSTO CARAGUATAI LTDA - EPP	22.306.579/0001-58	JUSSIAPE	BA	48610.002604/2017-95
PRMG0179917	AUTO POSTO CLAUDINO LTDA - ME	25.209.291/0001-53	NOVA SERRANA	MG	48610.001978/2017-93
PRSC0179849	AUTO POSTO CORONEL MARTINS LTDA	26.943.271/0001-74	CORONEL MARTINS	SC	48610.001972/2017-16
PRSP0179912	AUTO POSTO ECODIARIO LTDA	19.969.665/0001-36	MOGI DAS CRUZES	SP	48610.002214/2017-15
PRMT0179914	AUTO POSTO LAFAN LTDA.	21.259.238/0001-06	RONDONOPOLIS	MT	48610.000671/2017-75
PRMS0179963	AUTO POSTO LAGOINHA EIRELI - EPP	21.382.000/0001-73	TRES LAGOAS	MS	48610.002793/2017-04
PRSP0179952	AUTO POSTO PARCEIRAO LTDA	18.277.766/0001-83	VOTUPORANGA	SP	48610.001907/2017-91
PRGO0179842	AUTO POSTO PETROSALES LTDA	26.762.414/0001-41	CALDAS NOVAS	GO	48610.000975/2017-32
PRSC0179845	AUTO POSTO RAFAEL HEINZ LTDA	25.145.693/0001-31	RANCHO QUEIMADO	SC	48610.001438/2017-18
PRMG0179834	AUTO POSTO RAMOS E GUERRA LTDA - EPP	24.899.135/0001-07	IBIRACI	MG	48610.000055/2017-14
PRSP0179844	AUTO POSTO RED INDIAN LTDA	24.864.193/0001-97	FERRAZ DE VASCONCELOS	SP	48610.001984/2017-41
PRSP0179951	AUTO POSTO TORRE DE BELEM LTDA.	26.895.522/0001-92	ATIBAIA	SP	48610.001816/2017-55
PRSC0179937	AUTO POSTO TREVO LTDA - ME	10.390.932/0001-41	IPORA DO OESTE	SC	48610.001305/2017-33
PRMG0179911	AUTO POSTO ZUMPANO 7 LTDA	26.960.214/0001-01	MONTE CARMELO	MG	48610.001919/2017-15
PRRO0179934	AUTO POSTO 25 LTDA	26.658.444/0001-02	ROLIM DE MOURA	RO	48610.001985/2017-95
PRRS0179931	BCD CASA E CONSTRUCAO LTDA	05.836.676/0010-24	ROSARIO DO SUL	RS	48610.001540/2017-13
PRRS0179957	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ALAN LTDA - EPP	24.975.886/0001-57	GUARANI DAS MISSOES	RS	48610.002813/2017-39
PRBA0179938	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES TELES CAVALCANTE LTDA - ME	25.251.872/0001-53	ENTRE RIOS	BA	48610.001983/2017-04
PRGO0179846	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO TURVELANDIA LTDA - ME	21.230.385/0001-53	TURVELANDIA	GO	48610.001872/2017-90
PRRS0179960	COQUEIRO COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA	97.005.581/0012-49	PELOTAS	RS	48610.002652/2017-83
PRPR0179838	DOZZO SAVIAN & FOGARE LTDA - ME	25.535.012/0001-41	CORNELIO PROCOPIO	PR	48610.002353/2017-49
PR/PE79847	ELLEN KAROLLINE CAVALCANTI GONZAGA LEANDRO - ME	24.326.783/0001-66	CANHOTINHO	PE	48610.001119/2017-02
PRRN0179891	EVANIO LIMA GON ALVES - ME	23.761.095/0001-61	VENHA-VER	RN	48610.001551/2017-95
PRSC0179835	FRAIBURGO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	26.310.569/0001-47	FRAIBURGO	SC	48610.001977/2017-49
PRMG0179872	GX I POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	23.836.656/0001-44	LAVRAS	MG	48610.002193/2017-38
PRPA0179961	IPE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	21.488.933/0001-40	PARAUAPEBAS	PA	48610.002647/2017-71
PRPA0179893	ITAITUBA AUTO POSTO LTDA	24.614.710/0001-70	ITAITUBA	PA	48610.001928/2017-14
PRSP0179850	ITAMARATHY AUTO POSTO E ACESSORIOS LTDA	44.293.322/0004-94	SUZANO	SP	48610.001109/2017-69
PRBA0179832	JANILSON DOS SANTOS JESUS - EPP	26.335.009/0001-47	CURACA	BA	48610.000791/2017-72
PRRS0179839	LAIZ SILVEIRA GUIMARAES - ME	25.153.943/0001-85	GLORINHA	RS	48610.002224/2017-51
PRPI0179935	M & R POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	25.107.280/0001-62	CABECEIRAS DO PIAUI	PI	48610.001987/2017-84
PRES0179921	MAXXI AUTO POSTO LTDA - EPP	20.856.272/0001-03	MANTENOPOLIS	ES	48610.002202/2017-91
PRMG0179923	MIRACRI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	26.154.805/0001-83	UBERABA	MG	48610.002612/2017-31
PRTO0179916	PETROLIMA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	36.999.985/0001-58	GOIATINS	TO	48610.001111/2017-38
PRBA0179833	PETROMASTER COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	17.359.759/0002-49	CRUZ DAS ALMAS	BA	48610.000937/2017-80
PR/BA0178189	PORTAL DE ITAPUA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.	03.067.694/0005-04	CAMACARI	BA	48610.012709/2016-71
PRPA0179959	POSTO ALCINDO CACELA LTDA	27.107.985/0001-05	BELEM	PA	48610.002648/2017-15
PRMG0179920	POSTO ASSUNCAO EIRELI	23.780.803/0001-01	ARCOS	MG	48610.002429/2017-36
PRSC0179915	POSTO DE COMBUSTIVEIS GETULIO DE COSTA FILHO EIRELI	26.329.925/0001-74	SANGAO	SC	48610.014806/2016-07
PR/RJ0175478	POSTO DE COMBUSTIVEIS RADIAL OESTE LTDA	22.701.212/0001-39	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.004466/2016-06
PRSE0179894	POSTO DE COMBUSTIVEL DCS EIRELI - EPP	07.768.388/0001-14	JAPARATUBA	SE	48610.001116/2017-61
PRPB0179918	POSTO DE COMBUSTIVEL PRESIDENTE LTDA - EPP	12.928.917/0001-30	JOAO PESSOA	PB	48610.015087/2016-33
PR/SP0177771	POSTO DE SERVIÇOS PORTAL DE JAU LTDA	23.067.303/0001-27	JAU	SP	48610.011491/2016-38
PR/MA0137782	POSTO ITAPETININGA LTDA - ME.	18.093.145/0001-40	BEQUIMAO	MA	48610.006021/2013-18
PRRN0179892	POSTO QUALY QUINTAS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	21.101.705/0001-75	NATAL	RN	48610.001740/2017-68
PRPA0179955	POSTO SAO FRANCISCO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	24.947.833/0001-22	BREVES	PA	48610.002812/2017-94
PRMG0179932	POSTO TREVO SETUBINHA LTDA - ME	21.362.081/0001-40	SETUBINHA	MG	48610.002355/2017-38
PRMG0179836	POSTO UNIVERDE UBERABA LTDA - EPP	25.098.709/0001-00	UBERABA	MG	48610.013844/2016-34
PRSP0179913	RANGEL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	25.288.834/0001-75	ANGATUBA	SP	48610.002434/2017-49
PRTO0179954	REDE DE POSTOS MARAJO PARAISO DO TOCANTINS LTDA - EPP	24.310.695/0001-76	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.014809/2016-32
PRMG0179958	REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	20.415.295/0024-60	IGARATINGA	MG	48610.002814/2017-83
PRES0179840	REDE SHOW AUTO POSTO II EIRELI - ME	22.607.264/0001-40	VILA VELHA	ES	48610.000266/2017-57
PRMG0179848	SARANDI AUTO POSTO LTDA - EPP	20.503.047/0001-85	DELFINOPOLIS	MG	48610.001920/2017-40
PRRS0179956	TELLES E SILVA LTDA - EPP	20.804.203/0001-48	LAGOAO	RS	48610.002644/2017-37
PRMG0179841	TRES R DO BRASIL COMBUSTIVEIS LTDA	25.451.240/0003-03	PASSOS	MG	48610.002209/2017-11
PRCE0179919	W COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA - ME	25.406.957/0001-63	CASCAVEL	CE	48610.001048/2017-30
PRBA0179843	3G DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	24.786.496/0001-39	ITANHEM	BA	48610.002196/2017-71

MARIA INES SOUZA

RETIFICAÇÕES

Na Autorização nº 105, de 17 de março de 2017, publicada no D.O.U. em 20/03/2017, página 94:
onde se lê:
"27.746.758/0001-31"
Leia-se:
"24.746.758/0001-31"

Na Autorização nº 95, de 16 de março de 2017, publicada no D.O.U. em 17/03/2017, página 41:
onde se lê:
"tanque aéreo horizontal"
Leia-se:
"tanque subterrâneo"

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Referência: Processo DNPM nº 000.038/2017
Interessado: Indústria e Comércio de Minerais S/A.
Assunto: Prorrogação exigência

Tendo em vista a aceitação da justificativa apresentada, PRORROGO pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, o cumprimento das exigências do Termo de Compromisso e Assunção, anexo da Portaria nº 480/2016, publicada no DOU de 27/12/2016. (Aproveitamento das pilhas de rejeitos oriundas da exploração do minério de manganês da Serra do Navio, processo DNPM nº 003.264/1953).

Referência: Processo DNPM nº 920.457/2006
Interessado: Comércio e Exploração de Argila Estrela D'alva Ltda
Assunto: Análise de Recurso - Débito de CFEM

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 25/2017-DIPAR/AMMN, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios-Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela interessada por falta de comprovação documental e de amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da NFLDP.

Referência: Processo DNPM nº 920.462/2006
Interessado: Calcário Sartori Ltda.
Assunto: Análise de Recurso - Débito de CFEM

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 27/2017-DIPAR/AMMN, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios-Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela interessada por falta de comprovação documental e de amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da NFLDP.

Referência: Processo DNPM nº 920.463/2006
Interessado: Calcário Sartori Ltda.
Assunto: Análise de Recurso - Débito de CFEM

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 26/2017-DIPAR/AMMN, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios-Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO, em parte, o recurso interposto pela interessada.

Referência: Processo DNPM nº 920.464/2006
Interessado: Calcário Sartori Ltda.
Assunto: Análise de Recurso - Débito de CFEM

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 28/2017-DIPAR/AMMN, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios-Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO, em parte, o recurso interposto pela interessada

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 11/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Jose Carlos Leal Bezerra - 872208/14
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 871347/15

ADIEL DE MACEDO VERAS

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 33/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Hgn Mineração Ltda - 800312/16 - A.I. 27/17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Agnaldo Araújo Santana me - 800217/14

RELAÇÃO Nº 35/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Hsak Mineração Ltda - 800428/12
Jose Maria Fontenele da Paz me - 800135/16

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
862.429/2011-ELOISA CAMARGO ME-OF. N°239/2017
860.889/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°189/2017
860.890/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°238/2017
860.891/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°190/2017
860.892/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°191/2017
860.894/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°192/2017
860.895/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°193/2017
860.896/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°194/2017
861.321/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°187/2017
861.322/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°188/2017
861.323/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°231/2017
861.324/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°228/2017
861.325/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°227/2017
861.326/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°229/2017
861.327/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°230/2017
861.328/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°225/2017
861.329/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°226/2017
861.330/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°224/2017
861.997/2013-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-OF. N°239/2017
860.899/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°199/2017
861.290/2015-RONEY QUEIROZ DE MATOS-OF. N°232/2017
861.357/2015-LAIANA RODRIGUES SARDINHA-OF. N°235/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
804.365/1975-CLEVELAND PREMIER MINERAÇÃO LTDA-OF. N°197/2017
860.275/2002-RS MINERAÇÃO E SANEAMENTO LTDA-OF. N°233/2017
860.662/2009-ELIZEU ALVES SILVA EIRELI ME-OF. N°186/2017
862.022/2011-AREIA SÃO TOMÁZ LTDA-OF. N°267/2017
860.286/2013-V & A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°234/2017
860.287/2013-V & A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°196/2017
860.290/2013-V & A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°195/2017
860.100/2014-BAAHDRA STIVAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°266/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
860.555/1999-GREGÓRIO VASSILIVE FERREIRA-OF. N°240/2017-180 dias
860.404/2004-LMF IRMÃOS EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-OF. N°198/2017-180 dias
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.155/1991-PEDREIRA HVB LTDA-OF. N°236/2017
861.475/2009-MINERAÇÃO JD LTDA-OF. N°185/2017

RELAÇÃO Nº 56/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
861.511/2015-VANDERLEY ANTONIO DA COSTA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
861.015/2015-MP MINERAÇÃO PLANALTO LTDA ME-OF. N°241/2017
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
860.597/1990-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
860.599/1990-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
860.454/2006-JANARA FERNANDES DE BRITO
860.228/2007-MINERAÇÃO HP LTDA EPP
860.229/2007-MINERAÇÃO HP LTDA EPP
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
861.435/2012-DOMINGOS PASSINATO
861.845/2012-ANTONIO MARCOS CAMARGO DE PÁDUA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.054/2014-ERNANE DE MELO-Registro de Licença N°018/2017 de 17/03/2017-Vencimento em 23/04/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.106/2016-ELEUMAR CAETANO DO CARMO-OF. N°240/2017
861.509/2016-SILVANA ARAÚJO DE SOUZA MOREIRA-OF. N°225/2017
860.014/2017-WEBERT CARVALHO RIBEIRO-OF. N°226/2017
860.016/2017-VINÍCIUS MARCONDES CAMARGO TERIN-OF. N°224/2017
860.026/2017-ADEMAR DA COSTA FREIRE-OF. N°229/2017
860.060/2017-MINERAÇÃO PEDRA VIVA EIRELI EPP-OF. N°228/2017
860.098/2017-EDER GERALDO MENDONÇA-OF. N°230/2017
860.113/2017-CERAMICA CEDRO LTDA ME-OF. N°232/2017
860.117/2017-CEZAR PIMENTA HONORATO-OF. N°233/2017
860.120/2017-IVAN VIEIRA DO NASCIMENTO ME LTDA-OF. N°234/2017
860.136/2017-LUCIMAR MARIA CAIXETA SPERANCIN-OF. N°235/2017
860.157/2017-F. G. MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°236/2017
860.158/2017-ROSANA ELCINDA HENKES VALIATI-OF. N°254/2017
860.167/2017-JOÃO BENTO PEREIRA NETO-OF. N°273/2017
860.173/2017-AGUINALDO JOSÉ ANACLETO-OF. N°272/2017
860.176/2017-CERÂMICA TAPUIA LTDA-OF. N°274/2017
860.180/2017-CENTRO OESTE PEÇAS ACESSÓRIOS LTDA ME-OF. N°271/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
860.296/2015-DANIEL BELCHIOR CAMARGO-OF. N°227/2017
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
861.875/2012-SIRLENA MARIA ALVES DA COSTA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
860.187/2017-VANDERLEY ANTONIO DA COSTA

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
867.104/2010-MR3 MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°687/2015
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
866.969/2007-EDIO LOTUFO FILHO-AI N°389/2017
866.025/2012-HELTON QUEIROZ-AI N°381/2017
866.040/2012-MIRELLY DE OLIVEIRA SOUZA-AI N°400/2017
866.103/2012-MONTOURO & CIA LTDA-AI N°398/2017
866.300/2012-RIO JAUQUARA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-AI N°396/2017
866.409/2012-ADERSON BORGES DE MORAES-AI N°420/2017
866.456/2012-CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR-AI N°417/2017
866.513/2012-ELEMAR ELIO PERINAZZO-AI N°392/2017
866.548/2012-JOSE BRAGA-AI N°390/2017
866.549/2012-OTAIR DE OLIVEIRA LIMA-AI N°421/2017
866.552/2012-GENIVAL VALARINI-AI N°388/2017
866.598/2012-MINERPAV MINERADORA LTDA.-AI N°394/2017
866.676/2012-CARLOS PATRICIO DO CARMO-AI N°395/2017
866.895/2012-C E C GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-AI N°393/2017
867.031/2012-CENTER EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-AI N°380/2017
866.191/2013-JOÃO GINENES RODRIGUES-AI N°452/2017
866.425/2013-EMAL EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIPUANÃ LTDA-AI N°437/2017
866.768/2013-CALCÁRIO OURO BRANCO LTDA-AI N°439/2017
866.887/2013-ELIANE RODRIGUES BARBOSA DE AVILA-AI N°440/2017
866.945/2013-ALEXANDRE BUSSAB-AI N°435/2017
866.948/2013-HILTON HIROSHI HATA-AI N°436/2017
867.176/2013-ADEMIR BERALDI-AI N°414/2017
867.191/2013-OASIS THERMAS HOTEL-AI N°409/2017
867.198/2013-DELZUITA DE ABREU ME-AI N°442/2017
867.209/2013-MARCOS VINICIUS PAES DE BARROS-AI N°413/2017
867.221/2013-CERÂMICA JUSCIMEIRA LTDA ME-AI N°408/2017
867.230/2013-ROBERTO BRUNIERA OLIVEIRA-AI N°448/2017
867.272/2013-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A.-AI N°434/2017
867.295/2013-ANTONIO DAVID PASSOS CORRÊA-AI N°446/2017
867.298/2013-ANTONIO CARLOS FONTES DE OLIVEIRA-AI N°445/2017
867.312/2013-IGNÁCIO MARTINEZ CONDE BARRASA-AI N°451/2017
867.365/2013-KARLA CRISTINA MOLON-AI N°411/2017
867.392/2013-REICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA-AI N°412/2017
867.425/2013-ALDRIN UHDRE NOVAIS-AI N°407/2017
866.018/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO ARICÁ SERRANA LTDA-AI N°449/2017
866.051/2014-BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-AI N°410/2017
866.186/2014-ERICH PELLEGRIN-AI N°432/2017
866.252/2014-MINERAÇÃO COITÉ LTDA-AI N°424/2017
866.264/2014-MINERACAO AGUACU LTDA-AI N°423/2017
866.272/2014-MARCOS ALVES DE CAMPOS-AI N°444/2017
866.366/2014-CAIEIRA NOSSA SENHORA DA GUIA MINERAÇÃO LTDA-AI N°406/2017
866.391/2014-JOAO LUIS ARAUJO DE OLIVEIRA-AI N°454/2017
866.426/2014-L.A. OLIVEIRA & CIA LTDA ME-AI N°433/2017
866.563/2014-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL P CERAMICAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL MT-AI N°404/2017
866.633/2014-ALOISIO RAFAEL FRANZ-AI N°403/2017
866.730/2014-EDUARDO ALVES FERREIRA-AI N°443/2017
866.795/2014-SÉRGIO ALBINO VALIATI-AI N°399/2017
866.831/2014-JOÃO BROGGI JÚNIOR-AI N°426/2017
866.834/2014-JOAO GABRIEL GUIZZO-AI N°415/2017
866.918/2014-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°387/2017
866.973/2014-MAX SALUSTIANO DE LIMA-AI N°385/2017
867.210/2014-GEOCONSULT GEOLOGIA E MINERAÇÃO ME-AI N°382/2017
867.219/2014-V.DALSOQUIO & CIA LTDA ME-AI N°384/2017
866.022/2015-DOURADO COMERCIO DE AREIA LTDA ME-AI N°383/2017
866.065/2015-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-AI N°379/2017
866.117/2015-MANOEL SOARES DOS SANTOS-AI N°428/2017
866.171/2015-MR3 MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°429/2017
866.220/2015-RENATO MICHAEL ZANELLA-AI N°416/2017
866.280/2015-CELSO EDILSON PRICINOTE-AI N°401/2017

MARCIO CORREIA DE AMORIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 123/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.645/2007-PIERROUT COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°20/2017-ESCGV- MG
830.760/2008-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°14/2017 -FISC-MG
832.016/2009-GRANSAL MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°27 e 29/2017-ESCGV
830.720/2010-GRANSAL MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°31 e 32/2017-ESCGV- MG
833.721/2010-MBS MINERAÇÃO BARBOSA SANTOS LTDA ME-OF. N°1262/2013 -FISC-MG
831.142/2011-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA-OF. N°18/2017-FISC-MG
832.101/2011-DSJ INDUSTRIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°28/2017-ESCGV-MG
833.664/2011-PAULO SILVA FREIRE-OF. N°16/2017 - FISC-MG
830.855/2012-MINAS PEROLA LTDA-OF. N°22/2017-ESCGV- MG
831.355/2012-GERAIS EXOTICOS LTDA ME-OF. N°23/2017-ESCGV- MG
832.295/2012-CERAMICA TAIOBEIRAS LTDA.-OF. N°26/2017-ESCGV- MG
833.567/2012-GRANDMINAS MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°21/2017-ESCGV- MG
832.114/2013-IARA REGINA DOS SANTOS VIEIRA BRAS ME-OF. N°19/2017-ESCGV- MG
830.916/2015-JURANDIR GOMES PEGO-OF. N°24/2017-ESCGV-MG

RELAÇÃO Nº 127/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
920.897/1987-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- AI N°1583/2016-FISC-MG

RELAÇÃO Nº 131/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
831.101/1997-JOSÉ CAL VIDAL - AI N°400/2016 -FISC-MG
832.446/2006-BRAZMINCO LTDA - AI N°259/2016 - FISC-MG
832.886/2006-EMS EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA. - AI N°277/2016-FISC-MG
834.267/2006-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA - AI N°397/2016-FISC-MG
830.217/2007-MÁRCIO CARNEIRO - AI N°363/2016-FISC-MG
832.779/2007-LUCIANO CLOVES DA FONSECA - AI N°537/2016-FISC-MG
835.002/2007-JOSÉ MURILO PROCÓPIO DE CARVALHO - AI N°326/2016 -FISC-MG
830.221/2008-PAULO RIBEIRO DA SILVA FERNANDES - AI N°401/2016-FISC-MG
832.025/2008-JOSE ERLANDO TEIXEIRA DE AGUILAR - AI N°445/2016-FISC-MG
833.869/2008-JOÃO VIANA LELIS - AI N°2106/2014 - FISC-MG
834.295/2008-EMS EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA. - AI N°278/2016-FISC-MG
834.768/2008-BOANERGES CABRAL CAMPOS - AI N°840/2016-FISC-MG
832.327/2009-WAGNER RODRIGUES DOS SANTOS - AI N°573/2016-FISC-MG
830.010/2010-FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO - AI N°131/2015 -FISC-MG
834.672/2010-LUCIANO CLOVES DA FONSECA - AI N°538/2016-FISC-MG
830.365/2012-GEBSON DA SILVA - AI N°2167/2014 - FISC-MG
832.268/2012-FABIANO ALVES MONTEIRO - AI N°1215/2016 -FISC-MG

RELAÇÃO Nº 132/2017

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
930.229/1989-EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A- AI N°1949/2014-FISC-MG
832.522/2001-EMPREENDIMENTOS BARTOLOMEI LTDA ME- AI N°2044/2014 -FISC-MG
832.881/2007-EMPRESA DE MINERAÇÃO FONTE QUINTA'S DEL REY LTDA ME- AI N°2045/2014 -FISC-MG

RELAÇÃO Nº 133/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.816/2003-ALEXIS DE OLIVEIRA SILVA
831.258/2010-FLÁVIO GRISI
830.407/2011-JEANETE FERNANDES

RELAÇÃO Nº 134/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa desistência da prorrogação do prazo do alvará de Pesquisa(114)
833.979/2010-LUCAS FERNANDO PERIM COLLI
830.862/2011-FLÁVIO GRISI
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
834.835/2008-CATAS ALTAS DA NORUEGA MINERALS PESQUISA DE EXPLORAÇÃO MINERAL S A -Alvará N°4204/2010
832.060/2009-MINERAÇÃO ENGENHO LTDA -Alvará N°3680/2010
830.608/2010-RAFAEL DE FREITAS NAVARRO -Alvará N°4009/2015
833.976/2010-LUCAS FERNANDO PERIM COLLI -Alvará N°17072/2010
833.977/2010-LUCAS FERNANDO PERIM COLLI -Alvará N°17073/2010
833.978/2010-LUCAS FERNANDO PERIM COLLI -Alvará N°17074/2010
831.259/2013-GERALDO RABELO DA FONSECA -Alvará N°1930/2015
831.297/2013-CICON CONSTRUTORA INDUSTRIA E COMÉRCIO NOROESTE LTDA -Alvará N°13426/2015
831.559/2013-MINERAÇAÕ REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA -Alvará N°10229/2014
833.296/2013-CERAMICA JEOVA JIRE LTDA ME -Alvará N°1916/2015
833.298/2013-CERAMICA JEOVA JIRE LTDA ME -Alvará N°1917/2015
834.000/2013-MARIO MONTEIRO DE FRANÇA -Alvará N°1872/2016
831.424/2014-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°16787/2015
831.653/2014-MINERAÇÃO MORRO AZUL LTDA -Alvará N°14954/2015
831.810/2014-CUNHATAMM LTDA -Alvará N°501/2016
832.425/2014-P. C. MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1388/2015
830.207/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10202/2016
830.548/2015-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA -Alvará N°6423/2016
830.555/2015-RAMIRO DIAS TOLEDO -Alvará N°8158/2016
830.796/2015-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA -Alvará N°6796/2016
832.012/2015-DUNA MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°9970/2016
832.544/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10208/2016
832.545/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10209/2016
832.546/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10210/2016
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
831.306/2015-ANDREA DE BARROS MOREIRA GONÇALVES & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.386/2015-NATURAL STONE LTDA
833.098/2015-JOSÉ BALBINO MAIA DE FIGUEIREDO
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
833.015/2011-PSICULTURA E MINERAÇÃO BELA VISTA LTDA ME
831.401/2013-DÉBORA GUIMARÃES SILVA ME
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
833.454/2008-CERÂMICA HS LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
834.807/2007-MACIEL EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AREIA E CASCALHO LTDA ME
832.551/2011-ELIANE FARIA DE ARAUJO FERREIRA
833.315/2014-OLARIA SM LTDA - ME
830.150/2016-CONSTRUTORA TRIUNFO SA

RELAÇÃO Nº 135/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
832.096/2004-EMGA EMPRESA MINEIRA DE GRANITOS LTDA- Guia de Utilização N°188/2015 (Bontempi Imóveis Ltda)

RELAÇÃO Nº 136/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.635/2011-JOSÉ CAETANO FERREIRA-OF. N°34/2017-ERPM-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.958/2004-MARCELO SILVA DOS REIS-OF. N°40 e 41/2017-ERPM-MG
830.612/2010-DOURADOS MINERADORA LTDA ME-OF. N°36/2017-ERPM-MG

RELAÇÃO Nº 137/2017

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
830.151/1998-JOSÉ LUIZ MOREIRA- NOT. N°4365/2010 e 518/2012-Superintendência do DNPM/MG
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
833.354/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME- Publicado DOU de 19/10/2016
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
833.779/2004-NOVABRITA - BRITADORA NOVA SERRANA LTDA- Registro de Licença N°2671/2005-Onde se lê:"...por prazo indeterminado ..." Leia-se:"... com validade até 29/05/2017..."

RELAÇÃO Nº 140/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
833.785/2006-MINERAÇÃO FERREIRA ALVES LTDA-AI N°154/2017-FISC-MG
833.786/2006-MINERADORA SÃO JERÔNIMO LTDA-AI N°155/2017-FISC-MG
830.498/2007-AMISTRONG LUCIANO ZANOTTI-AI N°116/2017-FISC-MG
832.769/2007-SERRA GERAL MINERAÇÃO LTDA-AI N°117/2017-FISC-MG
832.992/2007-EMPRESA DE ROCHAS SANTA TERESA LTDA.-AI N°118/2017 -FISC-MG
833.227/2007-COMERCIAL DE AREIA PALMARES LTDA-AI N°161/2017 -FISC-MG
833.228/2007-COMERCIAL DE AREIA PALMARES LTDA-AI N°162/2017 -FISC-MG
833.387/2007-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-AI N°150/2017-FISC-MG
833.555/2007-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DA ABADIA-AI N°119/2017 -FISC-MG
833.561/2007-MARIA DA GLORIA PEREIRA DA SILVA ME-AI N°120/2017 -FISC-MG
833.639/2007-BRAZMINCO LTDA-AI N°153/2017-FISC-MG
833.730/2007-EMERSON TAVARES DE SOUZA-AI N°121/2017 -FISC-MG
833.846/2007-GUSTAVO SOLIS ROSA-AI N°122/2017 - FISC-MG
833.854/2007-GENUÍNO DA ROCHA NETTO-AI N°123/2017 -FISC-MG
834.271/2007-FRANCISCO SALES DE BARROS-AI N°124/2017 -FISC-MG
834.358/2007-ODILON LEOPOLDINO DE ANDRADE-AI N°125/2017 -FISC-MG
834.424/2007-ÉDER ELY DA SILVA-AI N°126/2017 - FISC-MG
834.842/2007-VERA LÚCIA DA FONSECA CARVALHO-AI N°127/2017 -FISC-MG
834.864/2007-MINERAÇÃO LESTE LTDA EPP-AI N°128/2017 -FISC-MG
834.889/2007-DIOGO CITELLI SERENO-AI N°129/2017 - FISC-MG
834.996/2007-RAFAEL SANZIO DA SILVA BRANDI-AI N°130/2017 -FISC-MG
834.999/2007-CERAMICA CAIMAN LTDA ME-AI N°131/2017 -FISC-MG
835.004/2007-SÉRGIO DUTRA COSTA-AI N°132/2017-FISC-MG
830.392/2008-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-AI N°143/2017-FISC-MG
830.425/2008-ANDERSON FERNANDES-AI N°156/2017-FISC-MG
831.734/2008-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-AI N°144/2017-FISC-MG
834.846/2008-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-AI N°145/2017 -FISC-MG
830.104/2009-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-AI N°151/2017-FISC-MG
830.331/2009-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-AI N°146/2017-FISC-MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

830.632/2009-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-AI N°147/2017-FISC-MG
831.241/2009-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-AI N°148/2017-FISC-MG
832.390/2009-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-AI N°157/2017 -FISC-MG
832.435/2009-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-AI N°158/2017 -FISC-MG
832.632/2009-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-AI N°159/2017 -FISC-MG
830.781/2010-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-AI N°160/2017 -FISC-MG
832.771/2010-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-AI N°149/2017-FISC-MG
834.011/2011-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-AI N°152/2017 -FISC-MG

RELAÇÃO Nº 141/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
833.270/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°58/2017-FISC-MG
833.422/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°52/2017-FISC-MG
833.424/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°53/2017-FISC-MG
833.445/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°62/2017-FISC-MG
833.450/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°64/2017-FISC-MG
833.618/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°73/2017-FISC-MG
833.628/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°14/2017-FISC-MG
833.630/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°66/2017-FISC-MG
833.634/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°67/2017-FISC-MG
833.684/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°61/2017-FISC-MG
833.686/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°23/2017-FISC-MG
833.690/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°68/2017-FISC-MG
833.695/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°69/2017-FISC-MG
833.702/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°19/2017-FISC-MG
833.709/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°70/2017-FISC-MG
833.712/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°49/2017-FISC-MG
833.723/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°60/2017-FISC-MG
833.735/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°31/2017-FISC-MG
833.738/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°32/2017-FISC-MG
833.743/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°33/2017-FISC-MG
833.744/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°34/2017-FISC-MG
833.747/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°35/2017-FISC-MG
833.748/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°36/2017-FISC-MG
833.749/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°71/2017-FISC-MG
833.750/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°37/2017-FISC-MG
833.754/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°38/2017-FISC-MG
831.536/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°55/2017-FISC-MG
831.837/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°57/2017-FISC-MG
832.096/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°18/2017-FISC-MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
833.270/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°8297/2013
833.422/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°7549/2013
833.424/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4147/2013
833.445/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3678/2013
833.450/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3681/2013
833.618/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3235/2013
833.628/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4651/2013
833.630/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3693/2013
833.634/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3695/2013
833.684/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°8311/2013
833.686/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4655/2013
833.690/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3697/2013
833.695/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3698/2013
833.702/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4715/2013
833.709/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3699/2013
833.712/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°5918/2013
833.723/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°7555/2013
833.735/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°5931/2013
833.738/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4543/2013
833.743/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°5668/2013
833.744/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°5669/2013
833.747/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°5933/2013
833.748/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4716/2013
833.749/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3700/2013
833.750/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4717/2013
833.754/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°5671/2013
831.536/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°8223/2013
831.837/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°8324/2013
832.096/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4106/2014

RELAÇÃO Nº 142/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
833.457/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°41/2017-FISC-MG
833.461/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°65/2017-FISC-MG
833.462/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°63/2017-FISC-MG
833.463/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°54/2017-FISC-MG
833.595/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°56/2017-FISC-MG
833.603/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°59/2017-FISC-MG
833.604/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°75/2017-FISC-MG
833.609/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°16/2017-FISC-MG
833.613/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°74/2017-FISC-MG
833.615/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- AI N°15/2017 -FISC-MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
833.457/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4641/2013
833.461/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3685/2013
833.462/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3686/2013
833.463/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3687/2013
833.595/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°8298/2013
833.603/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°8300/2013
833.604/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3231/2013
833.609/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4538/2013
833.613/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°3234/2013
833.615/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-ALVARÁ N°4540/2013

RELAÇÃO Nº 143/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.046/2014-SINTIA RODRIGUES SOUZA ARAÚJO ME-OF. N°505/2017-DGTM-MG
831.627/2015-GUILHERME MATEUS DA FONSECA LEAL-OF. N°504/2017-DGTM-MG
831.628/2015-GUILHERME MATEUS DA FONSECA LEAL-OF. N°503/2017-DGTM-MG
831.220/2016-JOABE JOSE BARBOSA-OF. N°495/2017-DGTM-MG
831.236/2016-EDIMAR DOMICIANO DUTRA MINERAÇÃO ME-OF. N°494/2017-DGTM-MG
831.459/2016-MINERADORA SAO JORGE EIRELI ME-OF. N°480/2017-DGTM-MG
831.511/2016-LUIZ HENRIQUE FARIA DE CARVALHO-OF. N°501/2017-DGTM-MG
831.536/2016-MARCILIO DE MATOS RODRIGUES-OF. N°502/2017-DGTM-MG
831.544/2016-DIAMANTEMINAS LTDA-OF. N°491/2017-DGTM-MG
831.554/2016-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°487/2017-DGTM-MG
831.606/2016-HUMBERTO LUCIO RIBEIRO-OF. N°489/2017-DGTM-MG
831.947/2016-PAULO MATIAS DA SILVA-OF. N°486/2017-DGTM-MG
832.046/2016-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME-OF. N°496/2017-DGTM-MG
832.108/2016-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°492/2017-DGTM-MG
832.118/2016-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°499/2017-DGTM-MG
832.119/2016-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-OF. N°500/2017-DGTM-MG
832.124/2016-ATERRO E DESATERRO TRES IRMÃOS LTDA-OF. N°488/2017-DGTM-MG
832.350/2016-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°497/2017-DGTM-MG
832.583/2016-GUSTAVO CESAR SOUZA NASCIMENTO-OF. N°485/2017-DGTM-MG
832.742/2016-JOSÉ MOREIRA FILHO-OF. N°484/2017-DGTM-MG
830.091/2017-GRANITOS LITORAL LTDA-OF. N°483/2017-DGTM-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
833.071/1989-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°421/2017-DGTM-MG
831.853/1998-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°422/2017-DGTM-MG
830.195/2003-SAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°425/2017-DGTM-MG
833.715/2004-GEMMA BRAZIL QUARTZITOS LTDA-OF. N°453/2017-ANAPRO-DGTM-MG
833.266/2005-PEDRA SUL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°523/2017-ANAPRO-DGTM-MG
830.833/2007-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°337/2017-DGTM-MG
830.771/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°339/2017-DGTM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
832.303/1996-ICE MINERACAO LTDA-OF. N°181/2017-DGTM-MG
833.715/2004-GEMMA BRAZIL QUARTZITOS LTDA-OF. N°454/2017-ANAPRO-DGTM-MG
833.266/2005-PEDRA SUL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°524/2017-ANAPRO-DGTM-MG
830.833/2007-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°338/2017-DGTM-MG
830.771/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°340/2017-DGTM-MG
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.840/1997-HIPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI N° 1132 e 1133/2016-MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
831.840/1997-HIPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI Nº 1039 e 1040/2014-MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
833.159/2004-F B TEIXEIRA-OF. N°533/2017-DGTM-MG
833.779/2004-NOVABRITA - BRITADORA NOVA SERRANA LTDA-OF. N°521/2017-DGTM-MG
831.517/2007-CERÂMICA ÁLAMO LTDA EPP-OF. N°535/2017-DGTM-MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.069/1999-AREIAL RIO MINAS LTDA- Registro de Licença N°:1298/2015 - Vencimento em Indeterminado
833.159/2004-F B TEIXEIRA- Registro de Licença N°:2728/2005 - Vencimento em Indeterminado
831.517/2007-CERÂMICA ÁLAMO LTDA EPP- Registro de Licença N°:3080/2007 - Vencimento em 01/12/2018
830.336/2011-ADEMIR SILVA- Registro de Licença N°:3941/2013 - Vencimento em 11/11/2020
833.393/2012-CERÂMICA CRUZEIRO LTDA- Registro de Licença N°:4403/2015 - Vencimento em 10/11/2018
830.101/2013-AMAVEL CLAUDINO DE SOUSA ME- Registro de Licença N°:4096/2013 - Vencimento em 04/11/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.050/2016-MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ-OF. N°517/2017-DGTM-MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
833.077/2015-EMCONBRÁS EMPRESA DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRA LTDA-OF. N°439/2017-DGTM-MG
830.033/2016-CERÂMICA PARAJU LTDA.-OF. N°508/2017-DGTM-MG
830.322/2016-MARINA SIQUEIRA DE ALMEIDA ME-OF. N°509/2017-DGTM-MG
830.600/2016-ANDERSON LUCAS DE OLIVEIRA-OF. N°515/2017-DGTM-MG
831.400/2016-ILZA HELENA DE SIQUEIRA SENE ME-OF. N°513/2017-DGTM-MG
832.342/2016-JOSÉ RAFAEL SOARES FILHO-OF. N°514/2017-DGTM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
831.975/2016-MARIA APARECIDA MOREIRA NASCIMENTO ME-OF. N°511/2017-DGTM-MG
832.031/2016-FERNANDO TELES DE MENEZES-OF. N°507/2017-DGTM-MG
832.092/2016-TIJOLEIRA CARDOSO LTDA-OF. N°510/2017-DGTM-MG

RELAÇÃO Nº 145/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.413/2007-CERÂMICA TROPICAL LTDA EPP-AI N°164/2017-FISC-MG
831.605/2007-RAPHAEL ROCHA NASCIMENTO SILVA-AI N°165/2017 -FISC-MG
832.261/2007-CELIO JUANES DE AZEVEDO-AI N°163/2017-FISC-MG
832.799/2007-MOISÉS LOPES-AI N°166/2017 -FISC-MG
833.408/2007-ANDRÉ DOMINGOS DO NASCIMENTO NETO-AI N°167/2017-FISC-MG
833.637/2007-BRAZMINCO LTDA-AI N°171/2017-FISC-MG
833.861/2007-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-AI N°170/2017-FISC-MG
834.258/2007-TRANSPORTADORA DG VALINHAS LTDA-AI N°168/2017-FISC-MG
834.302/2007-DRAGA MAJOLA LTDA-AI N°169/2017-FISC-MG
830.198/2008-BRAZMINCO LTDA-AI N°172/2017-FISC-MG

RELAÇÃO Nº 146/2017

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
830.391/2015-DIOVANI NORONHA DE FARIA - PLG N°02/2017 de 08/03/2017 - Prazo 05 (cinco) anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
833.488/2012-BRUNA HORTENCIA DA SILVA MORAIS ME-Registro de Licença N°4846/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 16/11/2021
830.033/2014-AREIA LAVADA SANTO ANTÔNIO LTDA ME-Registro de Licença N°4848/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 10/12/2017
830.179/2015-LUCIMAR SILVERIO DE FREITAS CHAVES EPP-Registro de Licença N°4851/2017 de 08/03/2017-Vencimento em Indeterminado
831.054/2015-VALMIR DE CASTRO DIAS-Registro de Licença N°4847/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 31/03/2019
831.890/2015-SEBASTIÃO BATISTA CAMPOS-Registro de Licença N°4845/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 04/06/2019
831.952/2015-CERÂMICA DE TIJOLOS PALMEIRAS LTDA ME-Registro de Licença N°4844/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 06/07/2019
832.435/2015-GOMES E FILHOS PEDRAS LTDA. ME-Registro de Licença N°4853/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 20/08/2017
832.443/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-Registro de Licença N°4850/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 23/05/2020
832.611/2015-BERNARDAO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-Registro de Licença N°4843/2017 de 08/03/2017-Vencimento em Indeterminado
830.724/2016-CMG MINERAÇÃO LTDA.-Registro de Licença N°4841/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 30/03/2019
830.912/2016-MARINA DE PAULA ALVES CPF:078920966 71 ME-Registro de Licença N°4849/2017 de 08/03/2017-Vencimento em 31/01/2019
831.903/2016-ETHOS ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA S A-Registro de Licença N°4842/2017 de 08/03/2017-Vencimento em Indeterminado
831.994/2016-NEI JOAQUIM VIEIRA-Registro de Licença N°4852/2017 de 08/03/2017-Vencimento em Indeterminado
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.443/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°566/2017-DGTM-MG
832.369/2016-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°414/2017-DGTM-MG

RELAÇÃO Nº 148/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
007.227/1957-EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA- AI N° 1660 e 1661/2016-MG

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 37/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
864.003/2014-IVONETE MONTEIRO DA SILVA- Alvará n°9082/2014 - Cessionario:864.347/2016-Wesla Monteiro da Silva-CPF ou CNPJ 017.765.521-64
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
864.532/2007-MUNDO MINERAÇÃO LTDA.
Nega provimento a defesa apresentada(242)
864.504/2005-EMS EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.
864.294/2012-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.301/2009-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°685/2017 - DNPM/TO
Não conhece requerimento protocolizado(270)
864.017/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP
864.018/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
860.187/1988-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA- Área de 8.072,27 para 1.006,80-Minério de Ouro
864.442/2005-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA- Área de 8.277,15 para 461,77-Minério de Ouro
864.394/2007-M & J MINERAÇÃO, PISCICULTURA E REFLORESTAMENTO LTDA.- Área de 1.785,01 para 714,02-Minério de Ouro
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.295/2012-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA - Alvará N°838/2016
864.341/2012-TERCOM CONSTRUTORA E MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°1.689/2016
864.030/2013-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA - Alvará N°5.940/2016
864.014/2014-MINERADORA VALE DO PARANA LTDA ME -Alvará N°3.466/2016
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.055/2010-P TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA.
864.067/2010-P TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA.
864.236/2010-P TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA.
864.237/2010-P TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA.
864.036/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
864.267/2012-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA
864.269/2012-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA
864.275/2012-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA
864.442/2012-PIERRE CORDEIRO NUNES
864.448/2012-PIERRE CORDEIRO NUNES
864.500/2012-LEANDRO QUADROS AMORIM
864.529/2012-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A
864.532/2012-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A
864.533/2012-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A
864.028/2013-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A
864.032/2013-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A
864.033/2013-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A
864.292/2013-MINERGEO . MINERAÇÃO , PESQUISAS GEOLÓGICAS E ENGENHARIA
864.310/2013-UDO KEHRLE
864.344/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
864.380/2013-EMPRESA DE MINERAÇÃO FLORESTA NEGRA LTDA.
864.046/2014-ANA LEUSSIDONE BENEDETTI OTTONI
864.216/2014-LEONTINO ALVES DOS SANTOS
864.297/2014-MÁRCIO AUGUSTO MARTINS
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
864.653/2011-MINERADORA ARAGUAIA EIRELE ME-ALVARÁ N°17.462/2011
Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)
864.070/2014-Antônio Aier Lopes Pereira
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
861.049/1987-GESSONORTE IND E COM DE PRODUTOS DE MINERACAO LTDA EPP-OF. N°1019/2015 - DNPM/TO
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
864.617/2010-FLÁVIO LUIZ ÂGNOLIM -AI N°467/2016 - DNPM/TO
864.307/2012-CRISTIANO CAMPOS SOUZA -AI N°497/2016 - DNPM/TO
864.152/2013-AREIAS TOCANTINS LTDA -AI N°504/2016 - DNPM/TO
864.386/2013-XIXTO MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -AI N°532/2016 - DNPM/TO
864.096/2014-AREIAS TOCANTINS LTDA -AI N°516/2016 - DNPM/TO
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
864.345/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA-AI N°525/2016 - DNPM/TO
Aceita defesa apresentada.(1846)
864.345/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 117, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00073/2017/CONJUR-MDSA/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo Administrativo nº 71000.041555/2012-00, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pelo Fundo de Assistência Social de Santa Fé do Sul, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 15, de 04 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de março de 2016, que indeferiu o seu pedido de concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS por descumprimento do art. 18 da Lei n º 12.101, de 27 de novembro de 2009 c/c art. 35 do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 21 de março de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ: 80.620.552/0001-31
Município: Pinhão/PR
Processo nº: 71010.003321/2010-75 (volume único)

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 31, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº01250.012728/2017-51 , e no processo MDIC nº 52001.100171/2017-88, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa HI-MIX ELETRONICOS S/A , inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 14.785.345/0001-02, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Roteador digital com capacidade de conexão sem fio	RD-HMMT- Webbox Ecosolys

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 751, de 22 de julho de 2014.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 32, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.014255/2017-27, e no processo MDIC nº 52001.100173/2017-77, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa FALCON INDUSTRIA ELETRO ELETRON LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.544.271/0001-57, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
CIRCUITO IMPRESSO COM COMPONENTES ELETRICOS E ELETRONICOS MONTADOS PARA APARELHO DE MEDIÇÃO E SINALIZAÇÃO DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, EM VIAS PÚBLICAS, BESEADO EM TÉCNICA DIGITAL	AF-399-PKS
CIRCUITO IMPRESSO COM COMPONENTES ELETRICOS E ELETRONICOS MONTADOS PARA APARELHO DE MEDIÇÃO E SINALIZAÇÃO DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, EM VIAS PÚBLICAS, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL	AF-365-PKS; AF-370-PKS
CIRCUITO IMPRESSO COM COMPONENTES ELETRICOS E ELETRONICOS MONTADOS PARA APARELHO PARA MEDIÇÃO E REGISTRO DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, EM VIAS PÚBLICAS, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL	AF-339-PKS

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTIC/MDIC/MF nº 231, de 15 de abril de 2015.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 33, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTICn°01250.013581/2017-17, e no processo MDIC nº52001.100172/2017-22, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Constanta Industrial Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº02.358.783/0001-05, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
BLOQUEADOR T4S.	BLK-SPX1

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 601, de 02 de abril de 2013.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério do Esporte

AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM

PORTARIA Nº 8, DE 8 DE MARÇO DE 2017(*)

Altera a Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015, que instituiu a Comissão de Autorização de Uso Terapêutico da ABCD - CAUT e deu providências.

A SECRETÁRIA NACIONAL SUBSTITUTA DA AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM - ABCD, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 48-B, inciso IV, da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, tendo em vista o disposto no art. 2º, itens 21 e 23, art. 4º, item 3 do e nos art. 3º e 5º da Convenção Internacional Contra Dopagem no Esporte, promulgada pelo Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008, das competências definidas nos itens 1.0 e 5.0 do Padrão Internacional para Autorização de Uso Terapêutico da Agência Mundial Antidopagem e no art. 4º, item 4.4 do Código Mundial Antidopagem, resolve:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Instituir, no âmbito da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD, a Comissão de Autorização de Uso Terapêutico ABCD - CAUT ABCD, composta de até 20 (vinte) membros médicos, com experiência na assistência e tratamento de atletas e conhecimento profundo e notório de medicina clínica, esportiva e do exercício físico"

Art. 2º. fica revogado o parágrafo único do art. 7º da Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015.

Art. 3º. O § 1º do art. 8º da Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

"É impedido para a análise de solicitação de Autorização de Uso Terapêutico, o membro que tenha relação médico-paciente com o solicitante ou ainda seja cônjuge, parente, consangüíneo ou afim, do solicitante, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau"

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIBELE REGINA LUZ GRECCO

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 55, de 21/3/2017, Seção 1, página 84, com incorreção no original.

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR EXECUTIVO DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, substituto, no uso no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XI do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Quinta do contrato de consórcio público celebrado pela Lei Federal nº 12.396, de 21 de março de 2011, pela Lei Estadual nº 5.949, de 13 de abril de 2011 e pela Lei Municipal nº 5.260, de 13 de abril de 2011 e, considerando o disposto nos arts. 8º e 20º, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e no art. 14 da Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com a Portaria STN nº 533, de 22 de setembro de 2014, relativo aos meses de novembro e dezembro de 2016 e setembro a dezembro de 2016, respectivamente.

Art. 2º Disponibilizar o relatório a que se refere o art. 1º no sítio da Autoridade Pública Olímpica na Internet, por meio do endereço http://www.apo.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER GOMES DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 5, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR EXECUTIVO DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA, substituto, no uso no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XI do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Quinta do contrato de consórcio público celebrado pela Lei Federal nº 12.396, de 21 de março de 2011, pela Lei Estadual nº 5.949, de 13 de abril de 2011 e pela Lei Municipal nº 5.260, de 13 de abril de 2011 e, considerando o disposto nos arts. 8º e 20º, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e no art. 14 da Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de acordo com a Portaria STN nº 403, de 28 de junho de 2016, relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2017.

Art. 2º Disponibilizar o relatório a que se refere o art. 1º no sítio da Autoridade Pública Olímpica na Internet, por meio do endereço http://www.apo.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER GOMES DA SILVA JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 478, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 95, incisos IV e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 648ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de março de 2017, considerando o disposto no art. 7° da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do Processo n° 02501.000500/2013-59, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de testes de redução da vazão defluente do reservatório de Sobradinho em duas etapas, a saber:

I. 1ª etapa:650 m³/s, média diária;

II. 2ª etapa: 600 m³/s, média diária.

§ 1º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF promoverá ampla divulgação da realização dos testes de redução das vazões defluentes do reservatório de Sobradinho.

§ 2º A estação de controle das defluências do reservatório de Sobradinho de que trata o caput será a estação fluviométrica de Juazeiro (código ANA 48020000).

§ 3º É permitida a prática de descargas mínimas instantâneas de até 95% das vazões mínimas médias diárias de cada etapa do teste.

§ 4º Cada etapa do teste de redução de vazão defluente do reservatório de Sobradinho terá a duração mínima de cinco dias.

§ 5º A passagem da primeira para a segunda etapa dos testes de redução de vazão somente poderá ser efetivada após manifestação formal da CHESF à ANA de que não foi observado comprometimento aos usos e usuários no trecho entre os reservatórios de Sobradinho e Itaparica.

§ 6º Caso seja identificado comprometimento aos usos ou usuários durante a realização do teste, as defluências do reservatório de Sobradinho deverão ser elevadas para o patamar anteriormente praticado.

Art. 2º A realização dos testes não retira a obrigatoriedade de que sejam respeitados os limites mínimos de vazão defluente do reservatório da UHE Xingó.

Art. 3º A CHESF deverá apresentar, num prazo máximo de dez dias após a finalização das duas etapas dos testes, relatório com descrição dos resultados observados.

Art. 4º A CHESF deverá dar publicidade das informações técnicas aos usuários da bacia e ao respectivo Comitê de Bacia durante o período de realização dos testes.

Art. 5° A CHESF deverá se articular com a Marinha do Brasil de forma a garantir a segurança da navegação e salvaguarda da vida humana, conforme a Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

Art. 6º Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção pela CHESF de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Durante a realização dos testes, fica suspenso o limite provisório de defluência mínima para o reservatório de Sobradinho estabelecido na Resolução ANA Nº 347, de 6 de março de 2017.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

PORTARIA Nº 21, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO- SFB, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 630, de 24 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2015, e considerando o disposto no Decreto n° 7.689 de 02 de março de 2012, o constante do Contrato de Gestão em vigor, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Diretores do Serviço Florestal Brasileiro, e seus substitutos legais, para praticar atos de gestão orçamentária e financeira, ordenar despesas e realizar os demais atos necessários ao desenvolvimento de suas atividades dos recursos administrativos alocados nas Unidades Gestoras 440115, 440118, até o limite de R$ 1.000.000,00, dentre eles:

I - Determinar a instrução dos procedimentos administrativos afetos aos contratos e demais ajustes, que tenham por objeto a execução de projetos apoiados pelos programas de suas atribuições;

II - Assinar contratos, termos aditivos e apostilamentos referentes à área de competência da sua diretoria;

III - Designar gestores e fiscais dos respectivos contratos;

IV - Empenhar, anular despesas e autorizar pagamentos;

V - Monitorar as contas bancárias e emitir ordens bancárias;

VI - Exercer atribuições de ordenador de despesas;

VII - Aprovar a elaboração dos termos de referência e dos critérios de seleção, publicação dos editais, homologação e adjudicação ao vencedor das licitações, incluindo apreciação de eventuais recursos;

VIII - Reconhecer e declarar inexigibilidade ou dispensa de licitação; e

IX - Assinar os atestados de capacidade técnica relativos aos contratos celebrados pelo Serviço Florestal Brasileiro no âmbito da respectiva diretoria.

Parágrafo único. A delegação constante no caput aplica-se também ao pagamento de parcelas contratuais até o referido limite, ainda que o valor total do contrato o supere.

Art. 2º Delegar competência aos Diretores para, no âmbito da área de sua diretoria:

I - Aplicar, em primeira instância, aos contratados, as sanções administrativas previstas em lei, quando não privativas do Ministro de Estado do Meio Ambiente; e

II - Rescindir os contratos em caso de inexecução total ou parcial do seu objeto.

Art. 3º Ficam convalidados os atos de gestão praticados anteriormente a vigência desta portaria, oriundos de recursos provenientes da Cooperação Técnica BR-T1277 celebrada entre o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID Contrato ATN/SX 14218-BR.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 12, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a necessidade de ajustar o identificador de resultado primário de "1 - Primária obrigatória" - para "2 - Primária discricionária, não PAC", da ação "214U - Implementação do Programa Mais Médicos", no âmbito do Ministério da Saúde, a fim de possibilitar a sua correta identificação, por não se tratar de despesa obrigatória, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, o identificador de resultado primário constante da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GESTÃOGEORGE SOARES

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2015		Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							3.311.560.000
		Atividades							
10 301	2015 214U	Implementação do Programa Mais Médicos							3.311.560.000
10 301	2015 214U 0001	Implementação do Programa Mais Médicos - Nacional							3.311.560.000
			S	3	2	41	6	153	4.800.000
			S	3	2	80	6	153	1.724.281.035
			S	3	2	90	6	100	166.500.000
			S	3	2	90	6	153	1.139.739.705
			S	3	2	91	6	100	33.500.000
			S	3	2	91	6	153	242.739.260
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.311.560.000
TOTAL - GERAL									3.311.560.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2015		Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							3.311.560.000
		Atividades							
10 301	2015 214U	Implementação do Programa Mais Médicos							3.311.560.000
10 301	2015 214U 0001	Implementação do Programa Mais Médicos - Nacional							3.311.560.000
			S	3	1	41	6	153	4.800.000
			S	3	1	80	6	153	1.724.281.035
			S	3	1	90	6	100	166.500.000
			S	3	1	90	6	153	1.139.739.705
			S	3	1	91	6	100	33.500.000
			S	3	1	91	6	153	242.739.260
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.311.560.000
TOTAL - GERAL									3.311.560.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 20 de março de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 104/2017/CGRS/SRT/MTb resolve ARQUIVAR, em consonância com o artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013, o processo de pedido de alteração estatutária 46237.000883/2011-46 referente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Governador Valadares e Região, CNPJ: 22.051.437/0001-97

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46211.002976/2014-46
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Bonita/MG
CNPJ	02.042.500/0001-11
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Minas Gerais*: Pedra Bonita.

Categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais e hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 9.784/1999, da Portaria 326/2013 e da NOTA TÉCNICA 169/2017/GAB/SRT/MTb, resolve:

ANULAR a Nota Técnica 1292/2016/CGRS/SRT/MTb, publicada no DOU nº 138, do dia 20 de julho de 2016, seção 1, pág. 47, nos termos do art. 53 da Lei 9.784/1999 e Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, e CANCELAR o registro do SITRAPEC/RN- Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria do Ramo da Construção Pesada de Caicó no Estado do Rio Grande do Norte (CNPJ: 13.675.682/0001-84).

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46234.000734/2014-50
Entidade	SIMEMOP - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos nas Indústrias de Fabricação de Esquadrias, Fechaduras, Cadeados e Artefatos Metálicos para a Construção Civil de Monsenhor Paulo - MG.
CNPJ	15.053.347/0001-70
Fundamento	NT 103/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46205.011770/2014-96
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Canindé-CE
CNPJ	07.116.049/0001-53
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Ceará*: Canindé.
Categoria Profissional	Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, no município da Canindé - CE.

Processo:	46205.008623/2014-39 (SA01996)
Entidade:	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Tauá, Estado do Ceará
CNPJ:	07.866.510/0001-95
Abrangência:	Municipal
Base Territorial:	Ceará: Tauá.
Categoria:	Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares: aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971.

Tendo em vista decisão liminar prolatada pelo Juízo da 1ª Vara Federal da Comarca de Peruíbe, Seção Judiciária de São Paulo, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no Processo Judicial 1003448-43.2016.8.26.0441, a Portaria Ministerial 326/2013 e a Nota Técnica 86/2017/AIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve: SUSPENDER o processo de pedido de alteração estatutária Nº 46219.013509/2015-52 (SA02718), de interesse do APEOESP - SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL ESTADO SP, CNPJ 43.037.597/0001-51, até que o requerente retire da representação pretendida os profissionais da educação servidores públicos municipais de Peruíbe/SP ou que haja nova decisão judicial, nos termos do art. 28, inciso I da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

PORTARIA Nº 45, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19 de maio de 2010, publicada no DOU de 20/05/2010, e considerando o que consta dos autos do processo nº 46212.000970/2017-77, resolve:

Conceder autorização a empresa RENAULT DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ nº 00.913.443/0001-73, situada à Avenida Renault, 1300, no município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação dos seus empregados que laboram no terceiro turno, para 40 (quarenta) minutos, nos termos do § 3º do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da citada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALBERTO KRONÉIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 7, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.003888/2016-68 e conceder autorização à empresa: PORCHER DO BRASIL TECIDOS DE VIDRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.820.592/0001-51, situada à Avenida Caetano Ruggieri, nº 4153, Vila São José, Município de Itú, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação, conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho. Esta autorização terá vigência por 02 (dois) anos, a contar de sua publicação, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta; observados os requisitos do artigo 1º da supracitada Portaria Ministerial n.º 1.095/10 e não afasta a competência dos agentes da Inspeção do Trabalho de verificar, a qualquer tempo, in loco, o cumprimento dos requisitos legais. O intervalo a ser observado é conforme fls. 05 do referido processo. A presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da supracitada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

EDUARDO ANASTASI

PORTARIA Nº 8, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.004671/2016-75 e conceder autorização à empresa: SELENE INDÚSTRIA TÊXTIL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 47.254.545/0001-98, situada à Rua do Velho Ramal, nº 490, Estiva, Município de Cerquilho, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação, conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho. Esta autorização terá vigência por 02 (dois) anos, a contar de sua publicação, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta; observados os requisitos do artigo 1º da supracitada Portaria Ministerial n.º 1.095/10 e não afasta a competência dos agentes da Inspeção do Trabalho de verificar, a qualquer tempo, in loco, o cumprimento dos requisitos legais. O intervalo a ser observado é conforme fls. 02 e 02.V do referido processo. A presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da supracitada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

EDUARDO ANASTASI

PORTARIA Nº 9, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.004672/2016-10 e conceder autorização à empresa: SELENE INDÚSTRIA TÊXTIL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 47.254.545/0003-50, situada à Avenida dos Ipês, nº 1750, Povo Feliz, Município de Tietê, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação, conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho. Esta autorização terá vigência por 02 (dois) anos, a contar de sua publicação, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta; observados os requisitos do artigo 1º da supracitada Portaria Ministerial n.º 1.095/10 e não afasta a competência dos agentes da Inspeção do Trabalho de verificar, a qualquer tempo, in loco, o cumprimento dos requisitos legais. O intervalo a ser observado é conforme fls. 02 e 02.V do referido processo. A presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da supracitada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

EDUARDO ANASTASI

Ministério dos Direitos Humanos

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 182, DE 9 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a instituição de Comissão de Seleção, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, com a finalidade de, em caráter permanente, avaliar e selecionar os projetos financiados com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso de sua atribuição que lhe confere o art. 2º da Lei n.º 8.242, de 12 de outubro de 1991, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.089 de 20 de maio de 2004 e no art. 35 do Regimento Interno do Conanda,

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 37 caput da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO os termos do parágrafo 2º do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que fixa a competência do Conanda em gerir o Fundo e definir os critérios para a utilização dos recursos;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, que serão precedidas por Chamamento Público;

CONSIDERANDO o art. 27, §1º da Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre comissão de seleção constituída no âmbito de conselho gestor para julgar as propostas financiadas com recursos de fundos específicos;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;

O Plano de Aplicação do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, aprovado anualmente por este Conselho, resolve:

Art. 1º Instituir Comissão de Seleção, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, com a finalidade de, em caráter permanente, avaliar e selecionar os projetos financiados com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).

Parágrafo Único. A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA/MDH proporcionará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

Capítulo I

FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º A Comissão de Seleção tem por finalidade processar, analisar e julgar as propostas a serem financiadas com recursos do Fundo Nacional para a Criança e do Adolescente (FNCA) e voltadas à promoção, à proteção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito dos editais de Chamamento Público elaborados pelo CONANDA.

Art. 3º A Comissão de Seleção tem os seus integrantes designados a cada Chamamento Público entre os conselheiros nacionais, assegurada a paridade e a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública, conforme o inciso X do art. 2º da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º Compete à Comissão de Seleção:

I - analisar as propostas encaminhadas conforme os critérios previamente definidos no Edital e dispostos nessa Resolução;

II - apresentar, para ciência, ao plenário do Conanda a relação dos projetos aprovados, após conclusão das fases de habilitação, seleção e classificação das propostas encaminhadas mediante chamamento público; e

III - encaminhar a relação dos projetos aprovados à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e da Cidadania (SNDCA/MDH) para publicação do resultado, análise jurídica e formalização dos termos de fomento e colaboração.

Art. 5º A Comissão de Seleção será composta por 2 (dois) representantes de cada uma das comissões permanentes do Conanda previstas no Regimento Interno (Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Mobilização e Formação, Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar e Comissão de Políticas Públicas), sendo um escolhido como titular e um escolhido como suplente, respeitada a paridade entre conselheiros do Governo e da Sociedade Civil.

§ 1º Cada membro da Comissão de Seleção é investido de autonomia e independência quanto às suas avaliações, que serão feitas em conformidade com o Edital de Chamamento Público.

§ 2º A composição da Comissão de Seleção poderá ser renovada a cada publicação de edital de chamamento público.

Art. 6º Será impedido de participar da comissão de seleção os conselheiros que, nos últimos cinco anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público, na forma da vedação do art. 14 do Decreto n°. 8726/2016:

Art. 14. O membro da comissão de seleção deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que:

I - tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público; ou

II - sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

§ 1º A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão ou a entidade pública federal.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

Art. 7º A Comissão de Seleção será coordenada, preferencialmente, pelo coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças, e, em conformidade com o disposto no art. 29 do Regimento Interno do CONANDA.

Art. 8º A Comissão de Seleção se reunirá presencialmente e/ou virtualmente para:

I - analisar os projetos apresentados; e

II - manifestar-se acerca dos eventuais recursos administrativos interpostos pelos proponentes em face da decisão sobre o preenchimento dos requisitos dispostos no edital de chamada pública.

Art. 9º Serão subsídios aos trabalhos da Comissão de Seleção:

I - os parâmetros e critérios do Edital de Chamada Pública;

II - o Plano de Aplicação do Conanda;

III - as diretrizes e as prioridades das políticas temáticas da SNDCA/MDH;

IV - os pareceres técnicos emitidos pelas áreas da SNDCA/MDH sobre cada um dos projetos habilitados;

V - o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

VI - o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3); e

VII - os Planos Nacionais Temáticos aprovados pelo CONANDA.

Art. 10 Nas reuniões da Comissão de Seleção terão direito ao voto apenas os conselheiros titulares e substitutos, quando no exercício de substituição, assegurado o direito à voz aos demais conselheiros presentes nas reuniões.

Capítulo II

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 11 As reuniões da Comissão de Seleção serão públicas

Art. 12 O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 13 A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

Parágrafo Único. As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no Edital de Chamada Pública.

Art. 14 Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital e/ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 15 A SNDCA/MDH, findo o prazo de apresentação de propostas previsto no Edital de Chamamento Público, disponibilizará a relação dos projetos cadastrados.

§ 1° A SNDCA/MDH, por meio das suas coordenações de políticas temáticas, emitirão pareceres técnicos sobre as propostas, contendo a análise e avaliação de cada proposta habilitada, segundo os critérios objetivos elencados no edital de chamada pública, os quais serão acatados ou reformulados pela Comissão.

§ 2º O resultado preliminar do processo de seleção será divulgado em sítio eletrônico oficial.

Art. 16 As organizações da sociedade civil que participam da seleção poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação da decisão, à Comissão de Seleção.

§ 1º Os recursos que, por motivos diversos, não forem recebidos pela Comissão de Seleção no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento na SNDCA/MDH, não terão as análises realizadas, cabendo a recorrente a total responsabilidade da confirmação do recebimento do recurso dentro do prazo mencionado.

§ 2º Os recursos serão apresentados por meio de plataforma eletrônica.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 17 Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a SNPDCA/MJC divulgará o resultado final no seu sítio eletrônico oficial.

Capitulo III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 Os casos omissos serão submetidos à análise e ao julgamento da Comissão de Seleção.

Parágrafo Único. Quando não houver consenso, os casos omissos poderão ser apresentados ao Plenário do Conanda para deliberação, excluindo-se nas votações os conselheiros impedidos, nos termos dessa Resolução.

Art. 19 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA DE FREITAS VIDIGAL

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 921, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.508116/2016-01, resolve:

Art. 1º Cancelar a publicação da Portaria nº 816/SIA, de 9 de março de 2017, realizada no Diário Oficial da União de 15 de março de 2017, Seção 1, página 70, por ter sido publicada em duplicidade, mantida a validade da publicação original realizada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2017, Seção 1, página 170.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARIK PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 891, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, considerando o que consta do processo nº 00065.503817/2017-37, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado Avião - PPA, Piloto Comercial de Avião - PCA e Voo por Instrumentos - IFR da FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Avenida Churchill, nº 97 - Salas: 205, 206, 208 ,301 a 306 - Centro, em Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-050.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 925, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.036540/2016-42, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - habilitações Célula, Grupo Motopropulsor e Aviônicos do Centro Paula Souza - ETEC Alberto Santos Dumont, localizada à Rua Dona Vitória nº 502, Jardim São Miguel, em Guarujá - SP, CEP 11440-170.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 948, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.500223/2017-74, resolve:

Art. 1º Revogar a suspensão cautelar da homologação dos cursos práticos de Piloto Comercial Avião e Voo or Instrumentos Avião do AEROCLUBE DE SOROCABA, situada à Av. Santos Dumont nº 1285, Vila Angélica, em Sorocaba - SP, CEP: 18065-290.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 950, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212 de 19 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.512686/2017-89, resolve:

Art. 1º- Cassar o Certificado de Operador Aéreo (COA) no 9706-01-0CIG-03-02, emitido em favor da sociedade empresária HELIMED AERO TÁXI LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 2, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo § 1º do art. 5º, c/c o disposto no inciso V do art. 51, ambos do Regimento Interno, com base nas disposições constantes da Norma para Homologação de Acordo Operacional entre Empresas Brasileiras e Estrangeiras de Navegação para Troca de Espaços no Transporte Marítimo Internacional, aprovada pela Resolução nº 194-ANTAQ, de 16 de fevereiro de 2004, considerando o que consta nos processos nº 50300.010950/2016-10. resolve:

Art. 1° HOMOLOGAR o Adendo Segundo ao Acordo Operacional para Troca de Espaços firmado entre as empresas de navegação Aliança Navegação e Logística Ltda. e CSAV Austral SpA, homologado pela Portaria nº 06/SOG, de 21/11/2016, com a seguinte alteração:

- substituição do navio Lilly Schulte pelo navio Nordic Hong Kong.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

SAMUEL RAMOS DE CARVALHO CAVALCANTI

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo § 1º do art. 5º, c/c o disposto no inciso V do art. 51, ambos do Regimento Interno, com base nas disposições constantes da Norma para Homologação de Acordo Operacional entre Empresas Brasileiras e Estrangeiras de Navegação para Troca de Espaços no Transporte Marítimo Internacional, aprovada pela Resolução nº 194-ANTAQ, de 16 de fevereiro de 2004, considerando o que consta nos processos nº 50300.007989/2016-41. resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1° HOMOLOGAR o Adendo Primeiro ao Acordo Operacional para Troca de Espaços firmado entre as empresas de navegação Aliança Navegação e Logística Ltda., Hamburg Südamerikanische Dampfschifffahrts Gesellschaft., homologado pela Portaria nº 4/SOG, de 22/08/2016, com a seguinte alteração:

- substituição do navio Venezia pelo navio Bea Schulte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

SAMUEL RAMOS DE CARVALHO CAVALCANTI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 121, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentado no que dispõe a Resolução ANTT nº 5.285/2017 e no que consta nos autos do Processo Administrativo nº 50500.147906/2017-81, resolve:

Art. 1º Deferir os pedidos de Implantação de Seção da Empresa Viação Santa Cruz LTDA autorizando:

I - a inclusão do mercado Atibaia/SP - Varginha/MG como seção na linha Boa Esperança/MG - São Paulo/SP, prefixo nº 06-0107-00;

II - a inclusão do mercado Atibaia/SP - Varginha/MG como seção na linha Campo do Meio/MG - São Paulo/SP, prefixo nº 06-0109-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 71 da Empresa Viação Santa Cruz LTDA, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 35, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008, com a Resolução ANTT nº 4.131/2013 e alterações e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50510.073236/2016-59, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de passarela de pedestres no km 475+062,44 da malha ferroviária concedida à Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, no município de Uberaba/MG, integrante da Prioridade 1 da relação de projetos indicados no Anexo I da Resolução ANTT nº 4.131/2013, alterada pela Resolução ANTT nº 4.750/2015.

Art. 2º O valor reconhecido da obra fica limitado a R$ 1.861.669,32 (um milhão, oitocentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), para o estado de Minas Gerais, com data-base de janeiro de 2016, cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Parágrafo único. O valor apresentado no caput do art. 2º já contempla o impacto do benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Art. 3º A Concessionária deverá apresentar mensalmente à ANTT os relatórios de monitoramento da implantação do objeto autorizado, bem como, informar esta Agência em até 30 (trinta) dias da conclusão da referida obra.

Parágrafo único. O acompanhamento das obras será feito pela Gerência de Projetos Ferroviários e observará o disposto na Deliberação ANTT nº 419/2015.

Art. 4º Verificado o efetivo término da obra, a ANTT expedirá documento constatando a sua conclusão.

Art. 5º Após constatada a conclusão da obra, a Concessionária deverá transferir a propriedade do ativo ao Poder Concedente no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 36, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008, com a Resolução ANTT nº 4.131/2013 e alterações e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50510.073236/2016-59, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de passarela de pedestres no km 838+900 da malha ferroviária concedida à Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, no município de Juatuba/MG, integrante da Prioridade 1 da relação de projetos indicados no Anexo I da Resolução ANTT nº 4.131/2013, alterada pela Resolução ANTT nº 4.750/2015.

Art. 2º O valor reconhecido da obra fica limitado a R$ 1.809.005,93 (um milhão, oitocentos e nove mil, e cinco reais, e noventa e três centavos), para o estado de Minas Gerais, com data-base de janeiro de 2016, cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Parágrafo único. O valor apresentado no caput do art. 2º já contempla o impacto do benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Art. 3º A Concessionária deverá apresentar mensalmente à ANTT os relatórios de monitoramento da implantação do objeto autorizado, bem como, informar esta Agência em até 30 (trinta) dias da conclusão da referida obra.

Parágrafo único. O acompanhamento das obras será feito pela Gerência de Projetos Ferroviários e observará o disposto na Deliberação ANTT nº 419/2015.

Art. 4º Verificado o efetivo término da obra, a ANTT expedirá documento constatando a sua conclusão.

Art. 5º Após constatada a conclusão da obra, a Concessionária deverá transferir a propriedade do ativo ao Poder Concedente no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 37, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008, com a Resolução ANTT nº 4.131/2013 e alterações e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50510.073236/2016-59, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de passarela de pedestres no km 608+019 da malha ferroviária concedida à Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, no município de Santa Luzia/MG (bairro Carreira Comprida), integrante da Prioridade 1 da relação de projetos indicados no Anexo I da Resolução ANTT nº 4.131/2013, alterada pela Resolução ANTT nº 4.750/2015.

Art. 2º O valor reconhecido da obra fica limitado a R$ 2.455.622,81 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais, e oitenta e um centavos), para o estado de Minas Gerais, com data-base de janeiro de 2016, cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Parágrafo único. O valor apresentado no caput do art. 2º já contempla o impacto do benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Art. 3º A Concessionária deverá apresentar mensalmente à ANTT os relatórios de monitoramento da implantação do objeto autorizado, bem como, informar esta Agência em até 30 (trinta) dias da conclusão da referida obra.

Parágrafo único. O acompanhamento das obras será feito pela Gerência de Projetos Ferroviários e observará o disposto na Deliberação ANTT nº 419/2015.

Art. 4º Verificado o efetivo término da obra, a ANTT expedirá documento constatando a sua conclusão.

Art. 5º Após constatada a conclusão da obra, a Concessionária deverá transferir a propriedade do ativo ao Poder Concedente no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 28, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO no uso das atribuições conferidas pelos arts. 130-A, I, da Constituição Federal e 7º, § 2º, do Regimento Interno (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013), resolve:

Art. 1º Convocar os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público para a 1ª Sessão Extraordinária de 2017, a ser realizada no dia 4 de abril de 2017, às 10 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 242, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993 e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 5/5/2015, tendo em vista a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0028514-36.2016.4.01.0000/PA e o disposto no Processo Administrativo nº 1.23.000.002958/2014-99, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria PGR/MPF n° 759, de 24/9/2015, publicada no Diário Oficial da União de 25/9/2015, Seção 1, página 108, por meio da qual se aplicou à sociedade empresária Empresa de Engenharia e Hotéis Guajará Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 05.068.564/0001-80, a penalidade administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que promova o ressarcimento pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de dois anos, com esteio no disposto no art. 87, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993 c/c cláusula décima oitava do Contrato PR/PA nº 29/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 152, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada de ofício pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, autuada sob o número 001971.2016.20.000/9, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor do MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 153, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por pessoa(s) cuja(s) identidade(s) é(são) mantida(s) sob sigilo, visto que a publicidade dos atos pode acarretar prejuízo às investigações, bem como aos direitos da(s) pessoa(s) denunciante(s), autuada sob o número 001979.2016.20.000/2, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO RECOLHIMENTO AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO; IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de EMPACE - EMPRESA DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ 32.867.236/0001-16). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 154, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 002047.2016.20.000/5, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de ERICK LIMA MACHADO MENDONÇA - EPP (CNPJ 07.044.888/0001-03, nome de fantasia REAL SERVICE). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 155, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela UNIÃO - MINISTÉRIO DO TRABALHO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SERGIPE - SRTE/SE (CNPJ 37.115.367/0001-60), autuada sob o número 002101.2016.20.000/4, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de MENEZES SERVIÇOS DE CONVENIÊNCIA LTDA. - ME (CNPJ 05.686.218/0001-65, nome de fantasia VBX REFEIÇÕES COLETIVAS). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 156, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, art. 227);

8. notícia de fato apresentada de ofício pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, autuada sob o número 002107.2016.20.000/7, bem como as peças de informação que a acompanham;

9. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES; e, por fim,

10. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO (CNPJ 13.018.171/0001-90). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 158, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada de ofício pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, autuada sob o número 001936.2016.20.000/0, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a TRABALHO INFORMAL; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor do MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 640, DE 16 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046305/17-83

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público informações sobre os supostos atrasos na entrega por parte da Contemporâneo Empreendimentos Imobiliários Ltda.;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. comunique-se à E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

2. publique-se.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 641, DE 16 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046307/17-17

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público informações sobre possíveis irregularidades no serviço de licitação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para aquisição de leite, envolvendo a empresa Danone;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. Autue-se e registre-se esta Portaria;

2. Encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 642, DE 17 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046302/17-95

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público reclamação a respeito de atraso nas obras realizadas pela empresa Charles Kelday Construções e Comércio Ltda., merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 643, DE 17 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046306/17-46

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que o presente procedimento tem por objeto investigar a conduta da Construtora Tavares e Borges Projetos Ltda, em razão de suposto descumprimento das obrigações assumidas para a entrega de obra residencial;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federais nºs 7.347/85 e 8.078/90, na Lei Complementar n.º 75/93 e na Resolução n° 60/2005 do CSMPDFT, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada; e

2. publique-se.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 644, DE 17 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046304/17-11

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, supostas irregularidades concernentes ao funcionamento da Clínica CAME, CNPJ 15701913/0001-02, denotando possível desrespeito ao consumidor.

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federais nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente Procedimento Preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 645, DE 17 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046303/17-58

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público informações sobre supostas contratações de seguro por parte da Mapfre Seguros Gerais S/A e da Soma Promotora e Corretora de Seguros EIRELI sem anuência dos consumidores;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. comunique-se à E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

2. publique-se.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 646, DE 17 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046309/17-34

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO o art. 13, da Resolução n.º 066, de 17 de outubro de 2005, editada pelo E. Conselho Superior do MPDFT, que estabelece um prazo de 90 dias para a conclusão do Procedimento Preparatório, cabendo apenas uma única prorrogação, pelo mesmo prazo;

CONSIDERANDO que o citado dispositivo, em seu parágrafo único, dispõe que, após esse prazo, deverá o feito ser convertido em Inquérito Civil, se não tiver sido arquivado ou ajuizada a respectiva ação civil pública;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por intermédio de reclamação da consumidora, a existência de possíveis alterações, reajustes e rescisões unilaterais de contratos coletivos por adesão de planos comercializados pela empresa Qualicorp;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, regularizar e converter o presente procedimento preparatório n° 08190.113142/16-61 em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto a análise dos problemas enfrentados por consumidores na contratação de novo plano de saúde coletivo por adesão quando da rescisão unilateral de contrato coletivo anterior.

1. aguarde-se audiência já designada;

2. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

3. publique-se.

TRAJANO SOUSA DE MELO
Promotor de Justiça

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 647, DE 20 DE MARÇO DE 2017

ICP n.º 08190.046312/17-49

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO o art. 13, da Resolução n.º 066, de 17 de outubro de 2005, editada pelo E. Conselho Superior do MPDFT, que estabelece um prazo de 90 dias para a conclusão do Procedimento Preparatório, cabendo apenas uma única prorrogação, pelo mesmo prazo;

CONSIDERANDO que o citado dispositivo, em seu parágrafo único, dispõe que, após esse prazo, deverá o feito ser convertido em Inquérito Civil, se não tiver sido arquivado ou ajuizada a respectiva ação civil pública;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por intermédio de reclamação do Instituto ALANA, a existência de possíveis abusos em publicidade e comunicação mercadológica dirigidas às crianças, por parte da requerida Danone Ltda, em seu "Projeto Criança e Consumo";

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, regularizar e converter o presente procedimento preparatório n° 08190.113160/16-43 em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto a análise de supostos abusos publicitários por parte empresa Danone Ltda, na execução do denominado "Projeto Criança e Consumo", a ser desenvolvido nas escolas de todo o Brasil.

1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

2. publique-se;

3. após, ao setor de análise para elaboração de relatório.

TRAJANO SOUSA DE MELO
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE DEFESA DA EDUCAÇÃO - PROEDUC

PORTARIA Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da promotora de justiça titular da 1ª PROEDUC, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, e fundamento na Resolução nº 66/2005, alterada pela Resolução 133/2012, ambas do CSMPDFT, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.035.872/16-51, que tem como interessados: Secretaria de Educação do Distrito Federal. Assunto: pendência na prestação de contas referente ao CEF do Lago Norte.

CATIA GISELE MARTINS VERGARA
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 7, DE 15 DE MARÇO DE 2017
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 17 horas e 14 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes os Ministros Augusto Nardes e Aroldo Cedraz, com causa justificada, e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 6, referente à sessão extraordinária realizada em 8 de março (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSO APRECIADO DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou o processo TC-005.088/2015-1, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, e aprovou o acórdão nº 463.

SIGILO DE PROCESSO

O acórdão relativo ao processo, em que foi mantido o sigilo, consta, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou, do Anexo Único desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 26 minutos, a Presidência lembrou a convocação de sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 22 de março e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária

Aprovada em 21 de março de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

1ª CÂMARA

ATA Nº 7, DE 14 DE MARÇO DE 2017
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; do Ministro-Substituto Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente, por motivo de férias, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou as Atas de nºs 5 e 6, referentes, respectivamente, às sessões realizadas em 21 de fevereiro e 7 de março de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 000.612/2011-1, 004.579/2014-3, 008.282/2010-2, 008.624/2014-3 e 026.379/2016-3, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

- 001.530/2013-5, 003.597/2014-8, 003.617/2017-3, 006.435/2013-0, 007.788/2016-9, 008.723/2015-0, 010.232/2014-1, 012.019/2014-3, 013.862/2003-9, 014.833/2015-8, 019.101/2015-5, 019.391/2015-3, 029.236/2016-9, 029.901/2015-4 e 032.834/2014-4, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- 021.661/2016-2 e 027.122/2016-6, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 027.652/2007-6, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Pedro Antonio Gonçalves não compareceu para realizar a sustentação oral que havia solicitado em nome de Giovani Machado Gonçalves.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1497 a 1578.

RELAÇÃO Nº 7/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1497/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.068/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rivaldo Machado da Nóbrega (027.167.044-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: Ivana Ludmilla Villar Maia (10466/OAB-PB) e outros, representando Rivaldo Machado da Nóbrega.
1.7. Determinar à Funasa que:
1.7.1. exclua dos proventos do interessado a parcela judicial referente a horas suplementares, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 6o, § 2o, da Resolução - TCU 206/2007;
1.7.2. informe ao interessado o teor do acórdão proferido, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência, nos termos do art. 4o, § 3o, da Resolução - TCU 170/2004;
1.7.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Funasa do acórdão proferido, com fundamento no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
1.7.4. esclarecer ao interessado que no caso de não provimento de recurso que, eventualmente, vier a ser interposto junto ao TCU, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pela Funasa.

ACÓRDÃO Nº 1498/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.278/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Roberto da Silva (590.018.364-53); Cássio Espíndola Antunes (011.390.210-79); Cátia Cristina Sanzovo Jota (005.714.029-41); Caue Roratto (056.496.279-16); Charles Sóstenes Assunção (037.021.746-21)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1499/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.284/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Degelane Córdova Duarte (808.478.209-63); Deivisson Ferreira da Silva (085.066.296-67); Denise Fernandes (005.790.609-26); Diana Liz Reis de Bittencourt (047.020.089-86); Débora de Fátima Einhardt Jara (572.275.860-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1500/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.290/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Herbert Rodrigo Neves (350.463.088-43); Herbert Silva Monteiro (798.902.379-20); Inge Renate Frose Suhr (355.642.379-00); Janaína de Moraes Kaecke (337.261.098-97); Jefferson de Oliveira Chaves (068.955.389-76)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1501/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.296/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcela Vianna Corrêa da Silva (321.130.858-01); Marcella Zampoli Troncarelli (269.285.218-48); Marcelo Cizewski Borb (057.759.449-41); Marcelo Henrique Nogueira Diana (012.582.666-44); Marcelo Squinca da Silva (104.951.968-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1502/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.297/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Antonio Lima (046.727.606-42); Marcos Henrique de Morais Golinelli (046.679.189-50); Maria Aparecida de Souza Ramos (082.765.488-06); Maria Helena Barbosa Lima Tompson (275.708.238-85); Maria Paula Seibel Brock (544.944.350-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1503/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.304/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Saimon Miranda Fagundes (935.772.140-15); Sandra de Fátima Lucietti (639.149.489-49); Sara Regina da Rosa Pinter (066.758.699-73); Sheila Crisley de Assis (034.941.986-83); Silva Régia Chaves de Freitas Simões (168.828.303-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1504/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.307/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ubiratan Ramos (077.344.238-33); Valdinei Marcolla (025.104.589-73); Valéria Borges Ribeiro (929.455.469-49); Vanderlei Cristiano Juraski (017.697.520-99); Vanessa Peripolli (009.828.950-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1505/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.313/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ludmilla de Lima Cavallari Peres (278.476.318-81); Marcos Celso Rodrigues (550.410.786-53); Natália Miranda Goulart (087.758.376-50); Rogério Barros de Paiva (031.049.396-08); Rony Mark da Silva (948.329.516-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1506/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.319/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Silveira Martins (076.358.706-02); David Rodrigues de Souza (311.794.068-50); Diego da Cunha Carvalho (013.515.735-86); Eduardo Garrido (196.425.068-40); Efrem Eladie de Oliveira Lousada (047.139.096-88)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1507/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.323/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Uilson Vieira Filho (017.572.993-00); Júlio César Oliveira Dias (094.313.977-57); Priscila Franco Binatto (052.223.366-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1508/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.327/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luana Ugalde da Costa (882.321.822-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1509/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.333/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Bueno da Silva (883.603.770-49); Patricia Pereira de Oliveira (928.517.380-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1510/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.335/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adalberto Teixeira de Andrade Rocha (050.346.776-60); Alexander Barros Lima (843.133.236-00); Alexandre Francisco Alves (036.323.526-40); Ana Mara de Oliveira Figueiredo (099.622.996-59); Ana Paula de Souza Magalhães (341.615.078-36)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1511/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.340/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francismar Ferreira Lima (064.229.766-58); Henrique Glicério da Conceição Gomes (074.342.256-29); Jacqueline Peixoto Neves (216.422.638-00); Jeferson Gil Furhmann (605.037.009-59); Leonardo Biral dos Santos (347.731.498-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1512/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.352/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marina Battistetti Festozo (311.452.368-47)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1513/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.359/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ataíde Ribeiro da Silva Junior (283.742.428-50); Flávio Augusto Custódio (286.491.408-58); Lucas Ferreira Rosa Penha (313.490.348-27); Marina Balieiro Cetrulo (348.407.728-00); Oberdan Neves Oliveira (148.761.808-57)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1514/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.363/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glalco Silva Costa (389.262.358-90); Jeferson Aparecido Moreto (049.656.689-01); Lidiana Simões Marques Rocha (027.038.866-40); Marcelo Wilson Furlan Matos Alves (359.823.568-24); Mariana Molinar Mauad Cintra (071.075.436-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1515/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.371/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Nicole Catarine Costa de Arruda (020.055.831-54)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1516/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.374/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marlana Portilho Rodrigues (019.637.683-10); Rafaela Carvalho Tigre (698.176.932-87); Rhavenna Thais Silva Oliveira (043.163.903-50); Ronaldo José Sousa Ferreira (001.527.183-89); Sávio Roberto Rodrigues Maia (756.050.903-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1517/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.378/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: David Silva Franco (105.575.386-96); Daysemara Maria Cotta (111.306.196-05); Elias Junior Camara Gomes Sales (052.898.596-59); Felipe Alves de Oliveira (086.647.316-59); Felipe Machado Trombete (092.685.916-18)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1518/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.383/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thairone Ezequiel de Almeida (083.191.336-37); Verônica Medeiros Alagoano (071.959.126-04); Viviane de Queiroz (095.515.477-48); Wander Inácio de Souza (084.302.876-98); Ya Grossi Andrade (080.521.976-51)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1519/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.392/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Diego Lima de Albuquerque (059.148.447-11); Cláudia Ocelli Costa (480.580.766-00); Cristiane Lopes Rocha de Oliveira (072.993.886-77); Eduardo Campana Barbosa (093.343.386-79); Ellen Kênia Fraga Coelho (045.287.116-64)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1520/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.393/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Cristina da Silva (079.863.696-39); Gustavo José Padula de Souza (012.307.766-48); Hiasmyne Silva de Medeiros (081.355.076-90); Higor Mozart Geraldo Santos (089.374.346-10); Itair de Oliveira Araujo (080.014.456-23)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1521/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.405/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jamilli Silva Santos (012.830.055-81); Jean Márcio Cardoso da Silva (406.277.215-91); Jeanny Mércia do Amaral Damásio (028.414.495-99); João Paulo Bomfim Cruz Vieira (970.836.075-91); João Ricardo Bispo Jesus (011.033.225-32)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1522/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.408/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Júlio César Soares Américo Filho (024.105.903-81); Kleison de Paiva Freitas (807.924.211-91); Mariana de Oliveira Bunger (332.980.218-90); Rachel Teixeira Leal Nunes (000.250.923-75); Rainara Maia Santos (036.229.033-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1523/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.414/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dirceu Guilherme de Souza Ramos (004.340.071-02); Everton Sotto Tibiriçá Rosa (338.037.208-00); Fabiana Itaci Correa de Araujo (278.204.458-31); Fabiana Jordão Martinez (187.774.998-24); João Paulo Oliveira Huguenin (109.893.507-11)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1524/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.423/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Érica Carolina da Silva Gomes (077.195.616-94); Flaviane Souza Santiago (057.912.536-05); Francione Oliveira Carvalho (022.714.839-80); Isabele Bringhenti Sarmento (097.646.397-04); Israel Filipe Lopes (076.603.506-92)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1525/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.425/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luís Fernando Deresz (943.699.250-53); Marcelo Romero (195.028.108-64); Marcony de Paulo Ramos (074.342.456-54); Margarida Aparecida de Oliveira (782.443.156-87); Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões Rodrigues (050.490.986-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1526/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.431/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Frederico Assis Cardoso (908.000.286-00); Helen Lima Del Puerto (038.380.066-82); Janaína Teles de Faria (076.030.626-59); Jesiel Soares Silva (008.940.761-08); Juliane Venturelli Silva Lima (078.004.116-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1527/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.439/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosa Sá de Oliveira Neta (068.369.964-40); Sílvio Costa Sampaio (779.838.235-68); Tarciso André Ferreira Velho (669.922.490-53); Tiago Rocha Pinto (152.876.478-16); Ticiana Batista Ramos (052.254.804-03)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1528/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.446/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Margarete Nicolodi (576.078.420-04); Paola Rossato Bernardo (017.016.700-38); Raphael Martins Brum (003.553.450-80); Ricardo Melo Ferreira (013.810.430-11); Roberta Kochenborger Scarparo (979.828.570-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1529/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.447/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Roberta Rigo Dalla Corte (693.424.660-87); Silvia de Oliveira Kist (977.496.480-20); Thaisa Teixeira Closs (830.399.610-04); Thamy Lara de Souza (014.856.060-12); Verônica Machado Rolim (020.928.030-18)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1530/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.739/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Carmita Bezerra de Souza (907.567.895-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1531/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.746/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vanderley Alves Ferreira Junior (070.404.309-24)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1532/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.752/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Celso Roman Junior (018.305.960-39); Everaldo de Bastos (981.646.430-68); Mariane Cásseres de Souza (004.985.410-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1533/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.756/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreya Ingryd de Holanda Araújo Viana (840.813.763-87); Ângela Veras Santos (005.876.083-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1534/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.761/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dayvidson Siqueira Eufrasio (067.751.396-83); Rodrigo Figueiredo Abdo (082.573.686-28); Sezinio Conceição Neto (270.151.576-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1535/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.774/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliano Rodrigues da Silva (807.489.291-34); Olavio Nascimento da Silva (218.523.320-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1536/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.782/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Paula Rodrigues Ueda (704.887.201-25); Adriano Rodrigues Teixeira (006.069.611-78); Alessandro Pires de Carvalho (004.991.211-98); Aline da Costa Luz (024.770.001-01); Alisson Silva de Asevedo (023.204.531-30); Ana Paula Mello Blotta (141.147.378-71); André Gomes Dutton (009.982.271-70); Bruno Amaral Ramos (022.457.181-86); Carla Cristina Moreira Lopes (922.788.841-15)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1537/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.784/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Lima de Lana (012.039.621-18); Cynthia Rodrigues de Assis Boaventura (003.347.791-46); Daniel Franzão Loures (005.240.396-31); Danilo de Siqueira Fortunato (072.470.496-50); Erisvaldo Pereira de Souza (425.032.482-68); Fábio de Souza (532.323.801-15)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1538/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.007/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Ricardo Maia de Siqueira (928.777.377-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 14/03/2001.

ACÓRDÃO Nº 1539/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.019/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana Machado Rodrigues (748.218.300-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a alteração, no SISAC, do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar 16/06/2010.

ACÓRDÃO Nº 1540/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.086/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Suellen Vieira de Andrade Santos (010.131.984-33)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no SISAC do campo Data de Validade do Concurso, passando a constar 12/11/2014.

ACÓRDÃO Nº 1541/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.479/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jamildo Dias Matos (839.462.921-00); Joatham Pedro Santos da Silva (838.353.182-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1542/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.802/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto dos Santos Rodrigues (714.603.652-91); Edna dos Santos Alves (761.946.122-15); Hudson Afonso Batista da Silva (529.905.912-49); João Alex Garcia Leite (605.954.342-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1543/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.970/2016-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Marceonila Rodrigues de Souza (103.238.304-63); Maria José dos Santos (017.348.149-34); Maria das Graças Rodrigues (281.740.114-04); Neide Gesteira da Silva (183.094.705-25); Nildete Gesteira da Silva (183.094.455-04); Nilvia Gesteira da Silva (185.298.875-49); Nilzete Gesteira da Silva (565.796.835-20); Zailda Souza de Paula (316.177.354-34); Zenaide Rodrigues de Souza (316.177.274-15); Zilá Ernesta dos Santos (391.138.259-68); Zuleide Souza da Silva (189.446.124-04)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1544/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.972/2016-8 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Cleonice Alves da Rocha (525.378.898-00); Maria de Lourdes Rodrigues Silva (669.284.947-00)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1545/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos este recurso de reconsideração interposto pelo Instituto do Trabalho Dante Pellacani em face do Acórdão 4.772/2016 - 1ª Câmara;

Considerando que é de 15 dias o prazo para a interposição de recurso de reconsideração, com base no art. 285, caput, do RITCU;

Considerando que não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contados do término do prazo de 15 dias (art. 285, §2º, do RITCU).

Considerando que a os embargos de declaração suspendem os prazos para cumprimento do acórdão embargado e para interposição dos demais recursos (art. 287, §3º, do RITCU);

Considerando que a notificação do acórdão condenatório ocorreu em 2/8/2016, houve a oposição de embargos de declaração em 12/8/2016, cuja notificação de julgamento ocorreu em 6/10/2016, e que o presente recurso de reconsideração foi interposto em 24/10/2016;

Considerando que o recorrente interpôs o apelo após o prazo de 15 dias e que a tentativa de se provocar a pura e simples rediscussão de deliberações do TCU com base em discordância em relação às conclusões deste Tribunal não é fato novo ensejador do conhecimento do recurso fora do prazo legal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do recurso de reconsideração e dar ciência ao recorrente desta deliberação.

1. Processo TC-013.979/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Instituto do Trabalho Dante Pellacani (67.350.231/0001-04); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Nilson Araújo de Souza (020.177.503-44); Walter Barelli (008.056.888-20)
1.2. Recorrente: Instituto do Trabalho Dante Pellacani (67.350.231/0001-04)
1.3. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.8. Representação legal: Walter Bernardes de Castro (90480/OAB-MG) e outros, representando Instituto do Trabalho Dante Pellacani e Nilson Araújo de Souza; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Luís Antônio Paulino e Walter Barelli.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1546/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso I, alínea "b", 202, §§2º e 3º, do Regimento Interno/TCU, e de acordo com o parecer do MPTCU (peça 16), em:

a) fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que o Município de Santo Antônio do Descoberto/GO comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres da Funasa, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data	Valor Original
4/8/2006	R$ 41.245,55

b) informar ao Município de Santo Antonio do Descoberto/GO que a liquidação tempestiva do débito acima indicado, atualizado monetariamente, sanará o processo e as respectivas contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 2º do art. 12 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992, bem como à aplicação da multa prevista no art. 57 da mesma Lei 8.443/1992.

1. Processo TC-030.537/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Moacir Machado (233.637.381-53); Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto - GO (00.097.857/0001-71).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto - GO.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1547/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, nestes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em decorrência da não aprovação da prestação de contas parcial do Convênio 151/2005 (registro Siafi 555081), cujo objeto era a execução de obras de infraestrutura portuária na orla marítima Município de Muaná/PA;

Considerando o Parecer do Ministério Público junto ao TCU, no sentido do arquivamento dos autos (peça 55);

Considerando a baixa materialidade dos recursos transferidos ao Município de Muaná/PA por força do Convênio 151/2005 (R$ 66.666,67);

Considerando a confecção das placas identificadoras da obra, a construção de barracão e a realização de aproximadamente 30% dos serviços de cravação de estacas previstos, totalizando R$ 55.846,44, não distando do montante dos recursos federais repassados à municipalidade, podendo até mesmo superá-lo, a depender do valor e destinação dada aos materiais de construção e segurança que se encontravam armazenados no barracão, ambos não apurados nestes autos (peça 1, p. 194-226 e p. 234-252);

Considerando a retomada das obras, registrada por ocasião da última vistoria ao local das obras (3/4/2007 - peça 1, p. 194-226), ainda dentro da vigência do Convênio 151/2005 (término em 26/6/2007), com possibilidade de ter havido aumento do percentual de serviços executados;

Considerando a suficiente correspondência entre o termo de adjudicação do certame licitatório peça 3, p. 86-88, a relação de pagamentos peça 3, p. 64, o extrato bancário peça 3, p. 70, o contrato peça 3, p. 98-124 e a nota fiscal emitida pela empresa contratada peça 3, p. 126;

Considerando a relativa correspondência entre os serviços indicados no plano de aplicação (peça 3, p. 54), no relatório de execução financeira (peça 3, p. 60) e nas vistorias ao local das obras (peça 1, p. 194-226 e p. 234-252);

Considerando a necessidade de renovação da citação editalícia dirigida ao ex-Prefeito Raimundo Martins Cunha, haja vista seus termos excessivamente genéricos não permitirem ciência das irregularidades imputadas ao responsável e prejudicarem o exercício do contraditório;

Considerando a imprecisão dos relatórios de vistoria in loco peça 1, p. 194-226 e p. 234-252, no que tange aos serviços efetivamente executados e aos materiais de construção e segurança adquiridos;

Considerando o longo período desde o término da vigência do Convênio 151/2005 (26/6/2007), o que dificulta precisar os serviços realizados à época bem assim sua qualidade, ainda na hipótese de nova vistoria ao Município de Muaná/PA;

Considerando o teor no art. 213 do Regimento Interno do TCU, que orienta essa Corte a evitar custo da cobrança superior ao valor de eventual ressarcimento;

Considerando o teor da Instrução Normativa-TCU 71/2012, no sentido de que os processos de ressarcimento devem pautar-se, entre outros, pelos princípios da racionalidade administrativa, economia processual e contraditório.

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, I, "b", e 211 do Regimento Interno, em determinar o trancamento das contas e o consequente arquivamento do seguinte processo:

1. Processo TC-036.371/2012-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Graffite Construções e Serviços Ltda. (07.893.365/0001-31); Raimundo Martins Cunha (014.212.202-53)
1.2. Entidade: Município de Muaná/PA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1548/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o Relator:

Considerando a preclusão consumativa para interposição de recurso, com base no disposto no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e nos termos do art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014, devendo o pedido de revisão do Acórdão 394/2015-TCU-1ªCâmara, mantido pelo Acórdão 5.736/2016-TCU-1ªCâmara, constante da peça 106, ser considerado como mera petição;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando, ainda, pedido de parcelamento de pagamento de débito a que foi condenado o responsável pelo Acórdão 394/2015-TCU-1ªCâmara (peça 41), mantido pelo Acórdão 5.736/2016-TCU-1ªCâmara.

Autorizar, com fundamento no art. 26 da Lei n. 8.443/1992, e observadas as condições estabelecidas no art. 217 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, o parcelamento da dívida imputada ao responsável por meio do Acórdão nº 394/2015-TCU-1ªCâmara (peça 41), em doze parcelas mensais, conforme pareceres da Unidade Técnica e do Ministério Público junto ao TCU (peças 106 e 109):

1. Processo TC-044.801/2012-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 014.367/2011-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Responsáveis: Luiz Nelson Fonteles Cruz (247.892.912-00); Prefeitura Municipal de Tucuruí - PA (05.251.632/0001-41)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tucuruí - PA

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.7. Representação legal: Ivana Fonteles Cruz (4898/OAB-PA) e outros, representando Luiz Nelson Fonteles Cruz.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1549/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não atender plenamente os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em especial a suficiência de indícios concernentes à suposta ilegalidade apontada, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à empresa Cabosmix Comercial Ltda., promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-003.830/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1550/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e 103, §1º, parte final, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não existir interesse público no trato da matéria, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Universidade Federal do Ceará, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-004.210/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.5. Representação legal: Rodrigo Augusto Portela (OAB/SP 228.763) (peça 4).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1551/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 169, inciso V, 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Procuradoria da República no município de Juiz de Fora/MG e ao Município de Juiz de Fora/MG, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, considerando que o referido município realizou e está realizando procedimentos para a restituição dos valores dos medicamentos e produtos para saúde considerados inservíveis, objeto das irregularidades, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-023.740/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República em Minas Gerais (00.394.494/0049-80)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1552/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/SP:

1. Processo TC-036.651/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: Alex Zeidan dos Santos (19.546/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 7/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1553/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.140/2009-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aída Guimarães Lemos (060.963.445-34); Eliel Matias de Oliveira (098.656.834-15); Jonildo Franca de Souza (035.668.704-04); Lisélia de Amorim Lira (160.682.894-00); Manoel Maria dos Santos (072.466.094-15); Manoel Pedro dos Santos (176.589.694-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija, no Sisac, os fundamentos legais dos atos de aposentadoria dos seguintes servidores, para fazer constar como a alínea "a" do inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, consoante as respectivas portarias publicadas no Diário Oficial da União:

1.7.1. Aída Guimarães Lemos, (Diário Oficial da União de 18/4/2002, Seção 2, pág. 10);

1.7.2. Manoel Maria dos Santos (Diário Oficial da União de 6/6/2002, Seção 2, pág. 9);

1.7.3. Manoel Pedro dos Santos (Diário Oficial da União de 22/3/2002, Seção 2, pág. 16).

ACÓRDÃO Nº 1554/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.229/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Flávio Roberto de Souza (754.480.927-72)

1.2. Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1555/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.230/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Isabel Maria de Figueiredo Souto (080.717.957-47)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1556/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.496/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Neide Lidia Scaramal (181.459.208-33)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1557/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.442/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Alves de Sousa Moreira (019.086.451-64); Andre de Araujo Rosa Cruz (008.086.611-59); Bernardo Henrique Vespermann Botelho (079.796.236-06); Daniela Carvalho Ramos (029.534.141-69); Daniela Meireles Borba (031.985.871-58)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional do Ministério Público (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1558/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.947/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Henrique Álvares da Costa (919.927.026-91)

1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1559/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.571/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria Vidal de Queiroz Menezes (104.883.323-20); Luigi Quiroz Menezes (066.963.903-67)

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1560/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos i e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em julgar regulares com ressalva as contas de Jarbas Barbosa da Silva Júnior (152.884.394-00), Fábio Caldas de Mesquita (327.144.919-87) e Sônia Maria Feitosa Brito (291.370.984-20), dando-lhe(s) quitação, e regulares as contas de Carlos Augusto Vaz de Souza (024.245.607-30), Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques (059.514.278-86) e Deborah Carvalho Malta (430.464.366-53), dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 8 a 10), nos termos abaixo:

Processo TC-030.896/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Carlos Augusto Vaz de Souza (024.245.607-30); Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques (059.514.278-86); Deborah Carvalho Malta (430.464.366-53); Fábio Caldas de Mesquita (327.144.919-87); Jarbas Barbosa da Silva Júnior (152.884.394-00); e Sônia Maria Feitosa Brito (291.370.984-20)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Secretaria de Vigilância em Saúde sobre as seguintes impropriedades:

1.7.1.1. a inclusão do chefe de gabinete e substituto como responsáveis, consoante verificado no rol de responsáveis relativo ao processo de contas ordinárias de 2014, afronta o disposto no inciso II do art. 10 da IN TCU 63/2010, assim como na alínea "b" do Anexo II da DN TCU 140/2014, haja vista não constituir cargo imediatamente inferior ao de Secretário de Vigilância em Saúde;

1.7.1.2. a ausência de endereços de correio eletrônico de determinados responsáveis e as inconsistências na identificação de cargos ocupados por responsáveis, impropriedades identificadas no rol de responsáveis relativo ao processo de contas ordinárias de 2014, afrontam o disposto no art. 11 da IN TCU 63/2010;

1.7.1.3. a ausência de apresentação dos dados sobre a atuação da Secretaria no nível tático/operacional do plano estratégico, bem como dos riscos identificados e das estratégias adotadas para o alcance dos objetivos estratégicos delineados, identificada no Relatório Anual de Gestão do Exercício de 2014, afronta o disposto no item 5.1 do Anexo Único da Portaria TCU 90/2014;

1.7.1.4. a ausência de apresentação da descrição da metodologia adotada para a emissão da opinião sobre os diversos componentes e das áreas envolvidas no processo de avaliação do quadro relativo ao questionário de auto avaliação do Sistema de Controle Interno, identificada no Relatório de Gestão do Exercício de 2014, afronta o disposto no item 2.4 do Anexo Único da Portaria TCU 90/2014;

1.7.1.5. a ausência de evidenciação pelo gestor quanto à eficácia da contratação de consultores na modalidade produto, identificada no Relatório de Gestão do Exercício de 2014, afronta o disposto no item 58 do Anexo Único da Portaria TCU 90/2014;

1.7.1.6. a ausência de apresentação das justificativas referentes a discrepâncias na evolução do número de instrumentos de transferências voluntárias celebrados e dos montantes repassados no exercício em referência e nos dois exercícios anteriores, bem como de análise crítica quanto à efetividade das transferências voluntárias realizadas no exercício, impropriedades identificadas no Relatório de Gestão do Exercício de 2014, afrontam o disposto no item 6.5.5 do Anexo Único da Portaria TCU 90/2014;

1.7.1.7. a ausência de apresentação das providências adotadas para cumprimento das recomendações formuladas pelo órgão de controle interno, identificada no Relatório de Gestão do Exercício de 2014, afronta o disposto nos subitens 11.2.1 e 11.2.2 do Anexo Único da Portaria TCU 90/2014; e

1.7.2. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado de cópia da instrução técnica inserta à peça 8, aos responsáveis e à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 1561/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de solicitação formulada pelo Município de Prata/PB (peça 1), no sentido de que esta Corte de Contas instaure Tomada de Contas Especial para apurar supostos danos ao erário ocorridos no âmbito dos Convênios Siafi 619703 e Siafi 648679, celebrados com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na gestão do Sr. Marcel Nunes de Medeiros;

Considerando que o pedido tem por objetivo liberar o município para receber novas transferências voluntárias;

Considerando que a Secex-PB, consultando o Portal dos Convênios e o Portal da Transparência, obteve algumas informações apenas com relação ao Convênio Siafi 648679 (peça 3), observando que o ajuste está cadastrado na situação de "inadimplente", estando, desse modo, ainda sob a competência do órgão repassador (Funasa) a apreciação da prestação de contas apresentada ou a apresentar;

Considerando o disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992 e no art. 4º da IN-TCU 71/2012, para concluir que a atuação do TCU somente ocorre em caso de instauração de tomada de contas especial, como medida de exceção;

Considerando que cabe primariamente aos órgãos repassadores a adoção de providências relativas à apuração de eventuais irregularidades na gestão dos recursos repassados;

Considerando, pois, que se mostra mais conveniente, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, encaminhar ao concedente cópia da solicitação do Sr. Antônio Nóbrega da Costa Júnior à Funasa, para que adote as providências sob sua alçada em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, as competentes tomadas de contas especiais;

Considerando, pelo exposto, que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, de tomadas de contas especiais eventualmente instauradas pela Funasa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente solicitação e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.717/2017-8 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Antônio Costa Nóbrega Júnior (146.715.548-95)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prata - PB

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência desta deliberação, acompanhada dos pareceres que a fundamentam e da íntegra dos autos, à Fundação Nacional de Saúde, para que adote as medidas que entender cabíveis;

1.7.2. determinar à Secex/PB que encaminhe ao solicitante resposta nos termos da minuta inserta à peça 3.

1.7.3. arquivar os autos.

RELAÇÃO Nº 2/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1562/2017 - TCU - 1ª Câmara

Processo TC-004.586/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1. Responsável: Rosana Lopes (535.181.440-49), ex-bolsista

2. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

5. Unidade Técnica: Secex/RS

6. Advogada constituída nos autos: Monique Pereira (OAB/RS 93.670)

7. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial referente a bolsa de estudos concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Considerando a solicitação de parcelamento do débito cominado pelo Acórdão 4470/2015 1ª Câmara;

Considerando que o Tribunal vem construindo jurisprudência no sentido de que, nos processos em que se discute a devolução de valores percebidos a título de bolsa de estudos, de modo excepcional, a restituição possa ocorrer no dobro do tempo de recebimento dos valores;

Considerando a boa-fé da responsável;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/ 1992, e do art. 217 do Regimento Interno do TCU, em:

7.1. autorizar, em caráter excepcional, o pagamento da dívida de Rosana Lopes em 96 (noventa e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

7.2. alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor;

7.3. determinar à Secex/RS que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

7.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

ACÓRDÃO Nº 1563/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável Eugênio Frizzo, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.3 do Acórdão 6.797/2016 - 1ª Câmara, em Sessão de 8/11/2016, Ata 39/2016.

Valor original da multa: R$ 5.000,00 data de origem: 08/11/2016

Valor recolhido: R$ 5.000,00 data do recolhimento: 15/12/2016

1. Processo TC-005.702/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Eugênio Frizzo (177.858.980-49)

1.2. Unidade: Fundação Vale do Rio Turvo para o Desenvolvimento Sustentável

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secex/RS

1.6. Representação legal: Gabrielle Rotili de Lima (OAB/RS 77.427) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 6/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1564/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em adotar a medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.182/2013-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Roberto Chamecki (230.569.409-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Paraná que, no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre no Sistema SISAC, nos termos do art. 15, §1º, da IN/TCU 55/2007, novo ato de aposentadoria de Paulo Roberto Chamecki (230.569.409-15), escoimado da irregularidade apontada no Acórdão 6.763/2013-TCU-1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 1565/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva, em face das falhas verificadas, as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhes quitação:

a.1) Dênio Rebelo Arantes - Reitor do Ifes - CPF 146.365.651-34: item 1.1.1.3 'A' e 'B' do Relatório de Auditoria 201407331 - Ausência de implementação de ressarcimentos ao erário;

a.2) Ricardo Paiva - Diretor-Geral do Campus Vitória - CPF 700.459.177-87: item 1.1.1.1 do Relatório de Auditoria 201407331 - Pagamentos indevidos de vantagens judiciais relativas às Funções Comissionadas criadas pela Portaria MEC n° 474/1987 e à Gratificação de Atividade de Desempenho de Função - GADF, criada pela Lei Delegada n° 13/1992, no montante de R$ 512.082,35 no exercício de 2013;

a.3) Moacyr Antonio Serafini - Diretor-Geral do Campus Santa Teresa - CPF 471.645.227-15 - período 24/01 a 31/12/2013: item 1.1.1.3 'A' do Relatório de Auditoria 201407331 - Ausência de implementação de ressarcimentos ao erário nos valores devidos;

a.4) Maria Valdete Santos Tannure - Diretora-Geral do Campus Alegre - CPF 434.792.196-91 - período 22/03 a 31/12/2013: item 1.1.1.3 'B' do Relatório de Auditoria 201407331 - Ausência de implementação de ressarcimentos ao erário;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

c) em adotar as medidas a seguir e em arquivar, ao final.

1. Processo TC-019.880/2014-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Ademar Valdir Comassetto (311.075.167-49); Adriana Pionttkovsky Barcellos (005.313.487-76); Aldieris Braz Amorim Caprini (087.217.797-16); Aloisio Carnielli (364.042.337-20); Anderson Mathias Holtz (068.694.857-20); André dos Santos Sampaio (088.874.567-20); Antônio de Freitas (726.792.637-15); Carlos Cezar de Oliveira Bettero (692.322.967-72); Carlos Humberto Sanson Moulin (317.317.087-34); Denio Rebello Arantes (146.365.651-34); Flavio Eymard da Rocha Pena (644.405.916-04); Hermes Vazzoler Junior (002.937.517-73); Jayme Santos (282.078.237-04); Jean Rubyo de Oliveira Lopes (860.548.647-34); José Geraldo (648.134.287-20); José Geraldo das Neves Orlandi (881.215.937-00); Lodovico Ortlieb Faria (560.481.737-68); Luiz Braz Galon (698.302.237-87); Luiz Marcari Junior (019.957.538-07); Maria Valdete Santos Tannure (434.792.196-91); Mario Cezar dos Santos Junior (008.005.867-19); Mario Jorge de Moura Zuany (408.684.867-87); Mauro Silva Piazzarollo (925.031.287-34); Moacyr Antônio Serafini (471.645.227-15); Renato do Nascimento Siqueira (031.889.077-10); Ricardo Paiva (700.459.177-87); Roberto Pereira Santos (535.686.566-04); Ronaldo Neves Cruz (579.614.507-00); Tadeu Rosa (458.353.656-91)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, adote as providências abaixo elencadas e informe ao Tribunal:

1.7.1. cumprimento da recomendação dirigida pela CGU à Unidade sobre o alcance da Meta 3 - Alunos Matriculados em Relação à Força de Trabalho - indicador AFT, no item 3.2.1.1. do Relatório de Auditoria 201407331;

1.7.2. cumprimento integral da Meta 14 estabelecida igualmente no "Termo Acordo de Metas e Compromissos" (TAM), firmado entre o IFES e o MEC, por todos os campi da entidade, relativa às atividades de pesquisa e inovação;

1.7.3. cumprimento das recomendações dirigidas pela CGU - Unidade Regional à entidade, no item 1.1.1.1 do Relatório de Auditoria 201407331, que trata de pagamentos indevidos de vantagens judiciais relativas às Funções Comissionadas criadas pela Portaria MEC n° 474/1987 e à Gratificação de Atividade de Desempenho de Função;

1.7.4. regularização da situação dos servidores mencionados no subitem 1.1.1.3, 'A' do Relatório de Auditoria 201407331, visto que os respectivos ressarcimentos ao erário foram indevidamente reduzidos;

1.7.5. regularização da ocorrência apontada no subitem 1.1.1.3, 'B' do Relatório de Auditoria 201407331, referente à suspensão, sem amparo judicial, de ressarcimentos ao erário programados nas fichas financeiras de pensionistas do Campus Alegre matr. SIAPE 05094658, 05094542, 04387988, 05094615, 05094640, 05443270, 01114077, 04700279;

1.7.6. ressarcimento ao erário pelo servidor matr. SIAPE 0270680 dos valores indevidamente recebidos em decorrência da alteração do percentual do Adicional de Tempo de Serviço;

1.7.7. regularização do fundamento para concessão do benefício ao pensionista matr. SIAPE 05803918, feita em 23/4/2013, para o art. 217, inciso II, alínea "c" da Lei 8.112/1990;

1.7.8. ressarcimentos dos valores indevidamente recebidos pelos servidores matr. SIAPE 0362600 e 1192877, a título de VPNI referente à rubrica SIAPE 82832;

1.7.9. regularização da ocorrência apontada pela CGU - Unidade Regional/ES no subitem 1.1.1.5 do Relatório de Auditoria 201407331, referente a concessões indevidas da vantagem prevista no artigo 2º da Lei 8.911/1994, denominada "opção de função";

1.7.10. cumprimento das recomendações formuladas pela CGU - Unidade Regional/ES no item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria 201407331, atinentes à averbação de tempo de aluno-aprendiz para concessão de vantagens e benefícios estatutários em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal;

1.7.11. regularização da situação dos servidores apontados pela CGU - Regional/ES no item 2.1.2.1 do Relatório Anual de Auditoria 201407331, no tocante aos pagamentos de Incentivo à Qualificação e de Retribuição por Titulação e concessões de progressões funcionais sem suporte aparente em diplomas de pós-graduação stricto sensu e, caso a regularização não seja possível, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;

1.7.12. levantamento da situação de todos os servidores técnico-administrativos da entidade que possuem jornada diária de 06 horas, apurando se os mesmos atendem às exigências do art. 3º do Decreto 1.590/1995, incorporadas pela Resolução 19/2014 do Conselho Superior do IFES;

1.7.13. apuração da sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores lotados nos campi Cachoeiro de Itapemirim e Venda Nova do Imigrante que atuaram no PRONATEC, identificados no item 3.2.1.3 do Relatório de Auditoria 201407331, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;

1.7.14. realização de consulta, se ainda não o fez, à Procuradoria Federal Especializada acerca da possibilidade de efetuar os ressarcimentos devidos pelo servidor matr. SIAPE 0270333, bem como providenciar a complementação dos descontos dos servidores matr. SIAPE 0270298, 0270610 e 0270114, referentes ao descumprimento do regime de dedicação exclusiva;

1.7.15. conclusão das providências para a aplicação das penalidades cabíveis contra a empresa AMF Engenharia e Serviços Ltda., tendo em vista os problemas de execução da obra dos prédios acadêmicos e administrativo do Campus Vila Velha;

1.7.16. regularização no SPIUnet da data de avaliação de imóveis localizados nos campi de Aracruz, Cariacica e São Mateus;

1.7.17. implementação das recomendações constantes do item 3.1.2.4 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 201407331, relativas às impropriedades na organização da Unidade de Auditoria Interna do IFES;

1.8. Determinar ao IFES que informe no próximo Relatório de Gestão da entidade as providências adotadas em relação às ocorrências constantes do Relatório de Auditoria 201407331 nos subitens discriminados a seguir:

1.8.1. regularização da ocorrência apontada pela CGU - Unidade Regional no Relatório de Auditoria 201407331, item 1.1.1.2, 'A' do Relatório de Auditoria 201407331, referente a pagamentos indevidos de vantagens decorrentes de decisões judiciais, relativas a planos econômicos;

1.8.2. edição por cada Campus do respectivo Regimento Interno e se no mesmo está disciplinada a gestão dos bens imóveis da Unidade;

1.8.3. falta de acompanhamento por parte da Auditoria Interna na maior parte das unidades gestoras do IFES que realizaram dispêndios em 2013;

1.8.4. quantidade significativa de processos administrativos instaurados não registrados no CGU-PAD;

1.8.5. ausência de estrutura de pessoal e tecnológico capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU - PAD;

1.8.6. cumprimento da determinação contida no subitem 9.3.2 do Acórdão TCU 5.199/2013-2ª Câmara;

1.9. Dar ciência ao IFES, nos termos do art. 7º da Resolução TCU 265, de 9/12/2014, e do art. 4º da Portaria SEGECEX 13/2011, sobre as seguintes impropriedades verificadas no exame do processo de contas:

1.9.1. o atraso no encaminhamento/devolução de processos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria e pensão à CGU - Unidade Regional/ES constitui afronta aos prazos estabelecidos na IN/TCU 55/2007;

1.9.2. o formulário "Certidão de Tempo de Vínculo Estudantil como Aluno Aprendiz", utilizado pela entidade para averbação de tempo de serviços como aluno aprendiz, está em desacordo com as exigências estabelecidas na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão TCU 2.024/2005- Plenário, e ratificadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, por meio da Nota Informativa 569/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, pois não detalha as remunerações recebidas pelo então estudante com a execução de encomendas recebidas de terceiros pela escola e não contém campo apropriado para exclusão do período de férias escolares;

1.9.3. a ausência de acesso adaptado a pessoas com deficiência em todas as suas instalações afronta o disposto no art. 11 da Lei 10.098/2000;

1.9.4. a existência de estruturas de auditoria interna nos campi Itapina e Santa Teresa vinculadas ao Diretor-Geral da Unidade está em desacordo com o disposto no art. 15, §3º, do Decreto 3.591/2000

1.10. Determinar a Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo que monitore as determinações que vierem a ser formuladas nestes autos, autuando-se processo específico com esta finalidade;

1.11. Dar conhecimento ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, para o qual foram transferidas as competências da Controladoria-Geral da União, de que o Acórdão TCU 2.376/2015-TCU-Plenário alterou o entendimento, anteriormente estabelecido no Acórdão TCU 2.515/2011-TCU-Plenário, em relação à vigência das alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' do inciso II do art. 217 da Lei 8.112/1990;

1.12. Encaminhar cópia deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 35):

1.12.1. ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, para o qual foram transferidas as competências da Controladoria-Geral da União, por meio do artigo 6º da Medida Provisória 726/2016;

1.12.2. ao IFES, a fim de subsidiar o atendimento às determinações dirigidas à entidade.

ACÓRDÃO Nº 1566/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Aguinaldo Parussolo (903.209.560-91), Coordenador do Lanagro/RS no período de 1º/1/2015 a 28/7/2015, e de Priscila Rech Pinto Moser (293.912.198-29), Coordenadora da Entidade no período de 29/7/2015 a 31/12/2015, em face das falhas apontadas nos subitens 1.1.2.1, 1.1.2.2, 1.1.3.1, 1.2.2.1, 1.2.2.2, 1.2.2.3, 2.1.1.1, 3.2.1.1 e 4.1.1.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 201601476, elaborado pela Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul, dando-lhes quitação;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

c) dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução inicial (peça 10), à unidade jurisdicionada, sem prejuízo das medidas a seguir, promovendo-se, ao final, o arquivamento.

1. Processo TC-024.761/2016-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Aguinaldo Parussolo (903.209.560-91); Alexandre Ribeiro Estima (537.599.660-04); Fabiano Barreto (000.579.860-45); Fabricio Pedrotti (008.537.540-39); Jose Francisco Hoff (264.136.200-72); Julianny Alice Fernandes Schmitt (010.144.270-02); Marco Aurelio Dolado da Silva (283.017.810-68); Priscila Rech Pinto Moser (293.912.198-29); Tiago Charao de Oliveira (958.000.340-87)

1.2. Órgão/Entidade: Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência ao Laboratório Nacional Agropecuário no Rio Grande do Sul - Lanagro/RS sobre as seguintes impropriedades:

1.7.1. descumprimento do art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010, porquanto não foram disponibilizadas no rol de responsáveis, para cada um deles, todas as informações previstas nesse artigo da Instrução Normativa, observando-se a ausência de identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais/endereço residencial completo/endereço de correio eletrônico;

1.7.2. não realização da devida pesquisa de mercado visando a comprovar a vantagem das contratações quando da adesão a ata de registros de preços de outros órgãos/unidades da administração pública, não se atendendo, assim, ao exigido pelo caput do art. 22 do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013; esse apontamento foi desenvolvido pelo subitem 1.2.2.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 201601476 elaborado pela Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul;

1.7.3. não submissão para prévio exame e aprovação da assessoria jurídica da Unidade das minutas de contratos decorrentes de adesão a atas de registro de preços, descumprindo-se, assim, o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993; esse apontamento foi desenvolvido pelo subitem 1.2.2.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 201601476 elaborado pela Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul.

ACÓRDÃO Nº 1567/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nos presentes autos, dando-lhes quitação plena; e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 10), à unidade jurisdicionada, promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.904/2016-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Ana Monteiro Fernandes (106.218.732-68); Jorge Luis Sanches da Silva (712.857.502-25); Marcello Kohler da Cunha Battanoli (866.303.342-72); Raimunda Rosani da Silva Correa (081.242.303-82)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amapá

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1568/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao município de São José do Belmonte/PE, CNPJ 10.280.055/0001-56, ante o recolhimento integral do débito que lhe foi aplicado por meio do Acórdão 3.243/2012 - TCU - 1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.211/2007-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-003.211/2011-8 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Manoel Gomes de Carvalho Pires (089.890.284-34); Prefeitura Municipal de São José do Belmonte - PE (10.280.055/0001-56); Ruy de Oliveira Barros (748.210.164-00)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Belmonte - PE

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1569/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) em excluir da presente relação processual Luís Antônio Paulino (857.096.468-49) e Walter Barelli (008.056.888-20), em virtude da ausência de notificação válida no prazo fixado pela Instrução Normativa - TCU 71/2012;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação;

c) dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução inicial (peça 27), ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT/SP), provendo-se, ao final, o arquivamento.

1. Processo TC-033.126/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário - FETIVESP (38.756.920/0001-07); João Aparecido Lima (273.608.301-68); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Walter Barelli (008.056.888-20)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Margareth Batista Silva Carminati (OAB/SP 126.811) representando a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário - FETIVESP.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1570/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que este Tribunal tem decidido que, em casos similares, deve-se encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete ao concedente;

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; adotar a medida a seguir; e em dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, ao município do São Luís do Curu/CE e a Francisco Cleiton Paula de Castro (221.121.463-00), com cópia da instrução (peça 4), promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.137/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Francisco Cleiton Paula de Castro (221.121.463-00)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luís do Curu - CE

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Comunicar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com cópia ao respectivo órgão de controle interno, as supostas irregularidades apontadas nessa representação para que avalie seus impactos na análise da prestação de contas final do Convênio 656493/2009.

RELAÇÃO Nº 3/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1571/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts.1º, inciso V, e 39, incisoII, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.517/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Antonio Soares Silva (025.302.873-68).

1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1572/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts.1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria (inicial e alteração) ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.269/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Inocêncio Rodrigues Uchoa (242.464.767-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo

1.4.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1573/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.769/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Carlos Alberto Santos Mota (030.613.344-08).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1574/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts.1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-002.454/2017-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1.Interessados: Ailton de Azevedo Quintiliano (513.310.047-72); Maria da Graca Pereira dos Anjos (303.717.403-04); Marinete Tavares Monteiro de Moraes (915.664.873-15); Zuleika da Rocha Machado (238.843.637-00).

1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1575/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts.1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-002.654/2017-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Rafael de Melo Brasil (013.879.232-18).

1.2.Órgão:Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1576/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts.1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-002.685/2017-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1.Interessados:Allielsson Marcelino Carboni (886.446.502-20); Valeria Moreira Marcelino (497.816.262-91).

1.2.Órgão:Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1577/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 15), ao representante e ao Conselho Federal de Odontologia, fazendo-se as ciências sugeridas no parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-024.349/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Thomas Gregg & Sons Gráficas e Serviços, Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Equipamentos LTDA. (03.514.896/0001-15).

1.2. Entidade: Conselho Federal de Odontologia.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Ciências:

1.6.1. dar ciência ao Conselho Federal de Odontologia, com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no pregão 4/2016, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.6.1.1. a exigência de certificação de acordo com a Norma Técnica ABNT 15540:2013, que se refere ao sistema de gestão da empresa quanto à segurança , conforme previsto no item 6.3.1.3 do edital, tem potencial restritivo e encontra-se desconforme com a jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo dos acórdãos 2614/2008-TCU-2ª Câmara, e 584/2004 e 865/2005 ambos do Plenário, e com o art. 30 da Lei 8.666/93, que estabelece rol taxativo para os critérios de habilitação técnica;

1.6.1.2. caracterização do objeto como sendo de natureza continuada, o que afronta o disposto no art. 57 da Lei 8.666/1993, bem como o disposto no voto do acórdão 766/2010-TCU- Plenário, que afirma que "as características necessárias para que um serviço seja considerado contínuo são: essencialidade, execução de forma contínua, de longa duração e possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço";

1.6.1.3. utilização do pregão na forma presencial, uma vez que a regra geral é a utilização do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns (art. 4, § 1º, do decreto 5450/2005), sendo o uso do pregão presencial hipótese de exceção, a ser justificada no processo licitatório, demonstrando a inviabilidade da forma eletrônica;

1.6.1.4. ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, em desacordo com o previsto no art. 7º, § 2º, II, e art. 40, X, e § 2º, II, da Lei 8.666/93;

1.6.1.5. ausência de estudos técnicos preliminares, em desacordo com o previsto no art. 6º, IX, da Lei 8.666/93, c/c art. 3º, III, da Lei 10.520/2002, devendo observar, no intuito de colaborar para o aperfeiçoamento de suas futuras licitações, o documento "Riscos e Controles nas Aquisições" (RCA), elaborado por esta Corte, disponível no seguinte endereço eletrônico: http://portal.tcu.gov.br/comunidades/controle-externo-das-aquisicoes-logisticas/atuacao/riscos-e-controles-nas-aquisicoes/.

ACÓRDÃO Nº 1578/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o pregão SRP 160/2016-CPL 04, conduzido pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre), com o objetivo de contratar empresa de licitação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, dos equipamentos hospitalares das unidades de saúde na Regional de Juruá, encontra-se suspenso (peça 11).

Considerando a previsão da utilização de recursos federais na contratação referente ao pregão presencial em tela, o que atrai a competência fiscalizatória deste Tribunal sobre o certame conduzido pela Sesacre.

Considerando que as irregularidades identificadas pela Secretaria de Controle Externo no Amazonas (peça 12) relativamente ao referido pregão presencial demandam a expedição de determinações corretivas à Sesacre, que deverão ser implementadas previamente à retomada do certame.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 12), ao representante e à Secretaria de Estado de Saúde do Acre, fazendo-se as determinações corretivas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-028.864/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Master Comércio, Serviços Eireli - ME (09.344.708/0001-34).

1.2. Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Acre.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.1. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Acre, em consonância com o disposto no art. 250, II, do RI/TCU, que, previamente à reabertura do pregão por registro de preços 160/2016-CPL, tendo em vista a previsão, no termo de referência respectivo, de utilização de recursos federais, adote as medidas legais pertinentes para corrigir as seguintes irregularidades verificadas na representação em tela:

1.7.1.1. descumprimento da obrigação de responder às impugnações ao edital, em afronta ao disposto no art. 41, §1º, da Lei 8.666/1993;

1.7.1.2. utilização de pregão presencial, em detrimento do pregão eletrônico, preferível quando envolvidos recursos federais, sem apresentar justificativa para adotar a forma presencial, com infração ao art. 4º, caput e §1º, do Decreto 5973/2010 do Acre;

1.8. determinar à Secretaria de Controle Externo no Amazonas que proceda ao monitoramento da determinação constante do subitem 1.7.1, supra.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1579 a 1625, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1579/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.797/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Recorrente: Osni Francisco de Fragas (CPF 019.948.599-20), ex-prefeito

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/SC.

8. Advogados constituídos nos autos: Marcos Fey Probst (OAB/SC 20781) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de recurso de reconsideração em face do Acórdão 2.465/2016-1ª Câmara, que julgou irregulares as contas de Osni Francisco de Fragas, aplicando-lhe multa de R$ 5.000,00 em decorrência de irregularidades na execução do Convênio 1.363/2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos art. 32, inciso I, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer o recurso interposto, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. reduzir a multa aplicada pelo item 9.2 do Acórdão 2.465/2016-1ª Câmara para R$4.000,00 (quatro mil reais);

9.3. dar ciência ao recorrente.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1579-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que não participou da votação: Vital do Rêgo.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1580/2017-TCU-1ª CÂMARA

1.Processo nº TC-010.816/2015-1

2.Grupo II, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3.Recorrentes: Leone Azevedo Gama da Rocha (Coordenador, CPF 479.710.882-72) e Serviços de Navegação Ltda. - Sernav (CNPJ 22.939.649/0001-05)

4.Unidade: Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá Tocantins - DSEI/GUATOC, vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1.Relator da Decisão Recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6.Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7.Unidades Técnicas: Secex/PA e Serur

8.Advogados constituídos nos autos: Cláudio José da Fonseca Lima (OAB/PA 1.593) e André Luis Marques Ferraz (OAB/PA 20.185)

9.ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recursos de reconsideração interpostos pela empresa Serviços de Navegação Ltda. - Sernav e por Leone Azevedo da Gama Rocha contra o Acórdão 878/2016-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1.conhecer dos recursos e, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de modo a conferir o seguinte teor aos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 878/2016-1ª Câmara, mantendo os termos de seus demais itens:

"9.1. julgar irregulares as contas de Leone Azevedo Gama da Rocha (CPF: 479.710.882-72), coordenador do DSEI/GUATOC, e da empresa Sernav - Serviços e Navegação Ltda. (CNPJ 22.939.649/0001-05), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', 19, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os solidariamente ao ressarcimento do débito abaixo discriminado, fixando-lhes o prazo de quinze dias para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento das referidas quantias abaixo discriminadas aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU:

Data de Ocorrência	Valor Original (R$)
16/07/2014	8.018,26
20/08/2014	12.145,92
10/09/2014	12.145,92
09/10/2014	12.145,92
06/11/2014	3.238,94

9.2. aplicar a Leone Azevedo Gama da Rocha (CPF: 479.710.882-72) e à empresa Sernav - Serviços e Navegação Ltda. (CNPJ 22.939.649/0001-05) multas individuais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.2.dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1580-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que não participou da votação: Vital do Rêgo.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1581/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-019.863/2014-4.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas).

3. Recorrente: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora (CPF 093.362.572-34).

4. Unidade: Instituto Evandro Chagas.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Advogado constituído nos autos: Pedro Bentes Pinheiro Filho (OAB/PA 3.210).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.638/2016 - 1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; 23, inciso II; 32; e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Elisabeth Conceição de Oliveira Santos e dar-lhe provimento;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Elisabeth Conceição de Oliveira Santos e dar-lhe quitação;

9.3. tornar sem efeito a multa aplicada a Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, por meio do item 9.2 do Acórdão 1.638/2016 - 1ª Câmara;

9.4. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1581-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que não participou da votação: Vital do Rêgo.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1582/2017 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC 023.795/2014-0.

2.Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Admissão).

3.Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

3.1. Interessados: Joseane Aparecida de Almeida Pereira (CPF 086.595.726-61), Joseeny da Silva Machado Furtado (CPF 036.290.486-33), Junio Andre Baldraia (CPF 086.323.726-61), Kelson Lima Frazão (CPF 871.161.383-15), Leandro da Silva Pereira (CPF 101.028.056-28), Lucineia da Silva Rodrigues Ribeiro (CPF 875.015.116-91) e Luiz Gustavo de Carvalho Braga (CPF 093.526.686-00).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6.Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7.Unidades Técnicas: Sefip e Serur.

8.Advogado constituído nos autos: Marcio Yoshio Tazaki (OAB/DF nº37.940).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra o Acórdão nº 1.140/2015-TCU-1ª Câmara, que negou registro aos atos de admissão dos empregados Joseane Aparecida de Almeida Pereira, Joseeny da Silva Machado Furtado, Junio Andre Baldraia, Kelson Lima Frazão, Leandro da Silva Pereira, Lucineia da Silva Rodrigues Ribeiro e Luiz Gustavo de Carvalho Braga, por estarem amparados em decisão liminar que prorrogou a validade do concurso por tempo indeterminado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, somente para tornar insubsistente o Acórdão nº 1.140/2015-TCU-1ª Câmara em relação aos empregados Junio Andre Baldraia, Kelson Lima Frazão, Leandro da Silva Pereira e Lucinéia da Silva Rodrigues Ribeiro;

9.2. considerar legais os atos de admissão dos funcionários indicados no item 9.1 acima, ordenando o registro;

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à recorrente.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1582-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que não participou da votação: Vital do Rêgo.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1583/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-025.741/2014-4

2.Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3.Recorrente: Ezenivaldo Alves Dourado (ex-prefeito, CPF 155.339.301-59)

4.Unidade: Prefeitura Municipal de Canarana/BA

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6.Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7.Unidades Técnicas: Secex/BA e Serur

8.Advogado constituído nos autos:Joel de Souza Neiva Junior (OAB/BA 21.118)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 4.908/2015 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, com base nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Irecê/BA, fazendo-se menção ao Processo 283-59.2013.4.01.3312, que trata de matéria conexa.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1583-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que não participou da votação: Vital do Rêgo.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1584/2017 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC 036.187/2012-7

2.Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3.Recorrente: Lenir Rodrigues Luitgards Moura (CPF 153.941.742-53), ex-Defensora Pública Geral do Estado de Roraima

3.1. Responsáveis: Lenir Rodrigues Santos (CPF 153.941.742-53) e Walkiria de Azevedo Tertulino (CPF163.118.842-91)

4. Unidade: Defensoria Pública do Estado de Roraima

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7.Unidades Técnicas: Secex/RR e Serur

8.Advogados constituídos nos autos: Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A) e Welington Albuquerque Oliveira (OAB/RR 784)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se examina, nesta fase, recurso de reconsideração interposto por Lenir Rodrigues Santos, ex-Defensora Pública Geral do Estado de Roraima, contra o Acórdão 5680/2014 - 1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, bem como as de Walkiria de Azevedo Tertulino, com condenação em débito e a pagamento de multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 32, incisoI, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.3. notificar as responsáveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1584-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que não participou da votação: Vital do Rêgo.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1585/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.085/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Apoio Ao Trabalhador Autônomo - Ata (04.011.396/0001-23); Michelle Plubins Bulkool (042.697.187-65).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em razão da omissão no dever de prestar contas da execução do ajuste e da regular aplicação financeira dos recursos recebidos por força do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 2/2008, firmado com a associação Apoio ao Trabalhador Autônomo (ATA),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da associação Apoio ao Trabalhador Autônomo (CNPJ 04.011.396/0001-23) e da Sra. Michelle Plubins Bulkool (CPF 042.697.187-65), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e condená-las, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 3.508.358,40	13/2/2009
R$ 3.508.358,40	17/12/2009

9.2. aplicar à Sra. Michelle Plubins Bulkool (CPF: 042.697.187-65) e à entidade convenente Apoio ao Trabalhador Autônomo-ATA (CNPJ: 04.011.396/0001-23), individualmente, multa no valor de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Previdência Social acerca da seguinte impropriedade:

a) a liberação de parcela de recursos de convênio, quando não solucionadas pendências apontadas em relatório de supervisão, como a observada no Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 2/2008 - ATA/RJ, afronta o disposto no art. 43 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis;

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1585-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1586/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.191/2011-3.

1.1. Apenso: 012.971/2009-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Jair Lacerda Câmara - ME (03.169.140/0001-86); João Menezes de Souza (162.682.454-15); Lúcia Maria Claudino de Souza (394.382.444-68); Noélia Araújo Costa Bonfim (250.242.483-68); V. M. Coelho da Silva Chaves Construção - ME (03.085.195/0001-08).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Arame - MA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pelo município de Arame/MA no exercício de 2006,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis João Menezes de Souza, Lúcia Maria Claudino de Souza, Noélia Araújo Costa e as microempresas V.M. Coelho da Silva Chaves Construção e Jair Lacerda Câmara, com amparo no art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16/7/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de João Menezes de Souza, de Noélia Araújo Costa, de Lúcia Maria Claudino de Souza e das microempresas V.M. Coelho da Silva Chaves Construção e Jair Lacerda Câmara, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas abaixo especificadas até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. débito solidário de João Menezes de Souza, de Noélia Araújo Costa Bonfim, de Lúcia Maria Claudino de Souza e da microempresa V.M. Coelho da Silva Chaves Construção:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
94.776,67	22/3/2006

9.2.2. débito solidário de João Menezes de Souza, de Noélia Araújo Costa Bonfim, de Lúcia Maria Claudino de Souza e da microempresa Jair Lacerda Câmara:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
131.000,00	12/9/2006
79.000,00	13/9/2006

9.2.3. débito solidário de João Menezes de Souza, de Noélia Araújo Costa Bonfim e de Lúcia Maria Claudino de Souza:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
18.813,90	10/1/2006
27.943,26	3/2/2006
12.658,73	12/2/2006
7.958,00	20/2/2006
16.675,00	21/2/2006
9.350,00	10/3/2006
9.350,00	20/3/2006
32.558,70	31/3/2006
24.348,50	12/4/2006
66.345,00	20/4/2006
36.372,70	28/4/2006
5.000,00	5/5/2006
17.806,00	10/5/2006
15.112,50	22/5/2006
24.710,65	9/6/2006
30.209,94	10/7/2006
124.423,49	10/8/2006
19.873,47	15/8/2006
31.689,00	4/9/2006
200,00	5/9/2006
1.475,50	11/9/2006
3.927,50	25/9/2006
35.008,00	23/10/2006
40.000,00	13/11/2006
94,20	21/11/2006
19.920,95	30/11/2006
30.000,00	11/12/2006
100,00	14/12/2006
9.652,88	22/12/2006
25.804,79	28/12/2006
7.440,00	31/12/2006

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, aos responsáveis abaixo relacionados, conforme os valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor:

Responsáveis	Valor (R$)
João Menezes de Souza	100.000,00
Noélia Araújo Costa	100.000,00
Lúcia Maria Claudino de Souza	100.000,00
V.M. Coelho da Silva Chaves Construção - ME	20.000,00
Jair Lacerda Câmara - ME	40.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) e à Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1586-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1587/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.575/2016-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Henrique Fagundes Filho (111.964.758-49).

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Ministério Público Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Henrique Fagundes Filho, ordenando seu registro;

9.2. determinar à Sefip que proceda à imediata autuação e dê prioridade ao exame do ato de aposentadoria de Henrique Fagundes Filho no cargo de Professor da Fundação Universidade de Brasília, cadastrado no Sisac sob o número de controle 10494707-04-2012-000260-2, atentando, em particular, para:

9.2.1. a estrita observância do limite remuneratório estabelecido no art. 40, § 11, da Constituição Federal, haja vista a acumulação de proventos noticiada neste processo;

9.2.2. a possível incompatibilidade de horários, durante o serviço ativo, para o regular exercício das atribuições dos dois cargos acumulados;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Ministério Público Federal, para conhecimento e adoção das medidas que entender pertinentes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1587-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1588/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.652/2007-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Pedido de Reexame (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77)
3.2. Responsável: Giovani Machado Gonçalves (133.417.661-20)
3.3. Recorrente: Giovani Machado Gonçalves (133.417.661-20).
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Renata Amado Ferreira e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres e Agência Nacional de Transportes Terrestres;
8.2. Victor Aguiar Jardim de Amorim (33105/OAB-DF) e outros, representando Giovani Machado Gonçalves.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 531/2013-1ª Câmara, alterado pelo Acórdão 3.602/2013-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer do presente recurso, tendo em vista a falta de interesse recursal;
9.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1588-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1589/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.116/2014-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Adalberto Floriano Greco Martins (085.292.518-22); Associação Nacional de Cooperação Agrícola (55.492.425/0001-57); Gislei Siqueira Knierim (468.701.800-91); Luís Antonio Pasquetti (279.425.620-34).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal: Marcos Ataide Cavalcante (Oab/Df 11.618), Marcos Vinicius Barrozo Cavalcante (Oab/Df 19.850), Jaqueline Blondin De Albuquerque (Oab/Df 11.543), Diogo Barrozo Cavalcante (Oab/Df 26.471) e Lorena Monteiro Falcão (OAB/DF 46.813)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e dos senhores Luís Antônio Pasquetti e Gislei Siqueira Knierim, em razão do não-encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas do convênio MinC/SE 328/2004, cujo objeto era o apoio ao Projeto Arte, Cultura, Cidadania e Geração de Renda.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, caput, e §1º, e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas da Associação Nacional de Cooperação Agrícola - Anca (55.492.425/0001-57) e dos Srs. Luís Antonio Pasquetti (279.425.620-34), Gislei Siqueira Knierim (468.701.800-91) e Adalberto Floriano Greco Martins (085.292.518-22);
9.2. Condenar a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - Anca (55.492.425/0001-57) e os Srs. Luís Antonio Pasquetti (279.425.620-34), Gislei Siqueira Knierim (468.701.800-91) e Adalberto Floriano Greco Martins (085.292.518-22), solidariamente, ao pagamento do valor de R$ 24.640,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 22/5/2005 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:
9.3. Condenar a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - Anca (55.492.425/0001-57) e os Srs. Luís Antonio Pasquetti (279.425.620-34), Gislei Siqueira Knierim (468.701.800-91), solidariamente, ao pagamento
das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
17.365,00	29/7/2005
17.365,00	21/11/2005

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU aplicar à Associação Nacional de Cooperação Agrícola - Anca (55.492.425/0001-57) e aos Srs. Luís Antonio Pasquetti (279.425.620-34), Gislei Siqueira Knierim (468.701.800-91) e Adalberto Floriano Greco Martins (085.292.518-22), individualmente, a multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até data o efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.7. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;
9.8. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o §7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.9. remeter cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos responsáveis e ao Ministério da Cultura.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1589-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1590/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.266/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Elson Vilela Nogueira (048.528.696-34).
4. Órgão: Ministério Público do Trabalho.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Janaína Alcântara Vilela (OAB/MG 65.591), representando Elson Vilela Nogueira

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Ministério Público do Trabalho,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Elson Vilela Nogueira, recusando seu registro;
9.2. determinar ao Ministério Público do Trabalho que:
9.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Elson Vilela Nogueira, por meio de sua representante legal;
9.2.2. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1590-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1591/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.060/2014-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial
3. Responsáveis: Edilson Lopes da Rocha (207.951.573-04); Francisco Orlando Lopes Rodrigues (726.650.503-82)
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
8. Representação legal: Samuel de Sousa Leal Martins Moura, OAB-PI 6369 (peça 19) e Tarcijany Linhares Machado, Defensora Pública Federal (peça 21)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão de irregularidades praticadas junto a agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. julgar irregulares as contas dos srs. Edilson Lopes da Rocha e Francisco Orlando Lopes Rodrigues, condenando-os ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:
a) Responsável individual: sr. Francisco Orlando Lopes Rodrigues

Valor Histórico (R$)	Data de Ocorrência
42.708,94	6/2/2012
14.500,00	5/7/2011

b) Responsável individual: sr. Edilson Lopes da Rocha

Valor Histórico (R$)	Data de Ocorrência
24.913,48	5/7/2011

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);
9.3. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, individualmente, a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com os valores indicados:

Responsável	Valor (R$)
Edilson Lopes da Rocha	3.500,00
Francisco Orlando Lopes Rodrigues	8.000,00

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, alertando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;
9.7. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1591-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1592/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.376/2015-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Osmar Felipe Júnior (092.804.978-71).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cunha - SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX/MG).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em em desfavor de Osmar Felipe Júnior, prefeito do município de Cunha/SP, em virtude de não apresentação de documentação complementar para sanear ressalvas técnicas e financeiras na execução do Convênio 137/2010 (Siafi/Siconv 732.310), celebrado com a prefeitura, tendo por objeto apoiar a realização do projeto intitulado "Festa do Pinhão 2010".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Osmar Felipe Júnior (CPF092.804.978-71), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d" e §2º, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisoIV e §5º, inciso II, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento dos valores já satisfeitos, nos termos da legislação em vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
28.000,00 (D)	29/6/2010
79,80 (C)	26/8/2010

9.2. aplicar a Osmar Felipe Júnior, CPF: 092.804.978-71, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagos após o vencimento, na forma da legislação em vigor

9.3. aplicar a Osmar Felipe Júnior, CPF: 092.804.978-71, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, bem como ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1592-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1593/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.173/2015-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Pitta (115.659.308-51); Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95); Moris Arditti (034.407.378-53).
3.2. Embargante: Moris Arditti (034.407.378-53).
4. Entidade: Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
8. Representação legal:
8.1. Amauri Feres Saad (OAB/SP 261.859) e outros, representando Moris Arditti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Moris Arditti contra o Acórdão 7.216/2016-TCU-1ª Câmara, por meio do qual teve suas contas julgadas irregulares e foi condenado ao pagamento de multa proporcional ao débito e à devolução dos recursos federais recebidos por força do Convênio 3.309/2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei8.443/1992, em:

9.1. conhecer e, no mérito, rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo o Acórdão 7.216/2016-TCU-1ª Câmara em seus exatos termos;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do voto e relatório que o acompanham, ao embargante.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1593-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1594/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.222/2015-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Carlos Eduardo Pitta (115.659.308-51); Moris Arditti (034.407.378-53); Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95).
4. Entidade: Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal: Amauri Feres Saad (OAB/SP 261.859) e outros, representando Moris Arditti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos transferidos por força do Convênio 01.07.0587.00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, Carlos Eduardo Pitta (CPF 115.659.308-51), dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Genius Instituto de Tecnologia (CNPJ 03.521.618/0001-95), de Carlos Eduardo Pitta (CPF 115.659.308-51), ex-gerente administrativo e financeiro, e de Moris Arditti (CPF 034.407.378-53), ex-presidente, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia de R$ 322.712,88 (trezentos e vinte e dois mil, setecentos e doze reais e oitenta e oito centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir do dia 27/12/2007, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3 aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c art.267 do Regimento Interno do TCU, ao Genius Instituto de Tecnologia, a Carlos Eduardo Pitta e a Moris Arditti, no valor de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas de que tratam os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se requerido, nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal, os acréscimos devidos, na forma da legislação em vigor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), aos responsáveis e, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1594-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1595/2017 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 003.015/2016-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Pedro Henrique Braga Pierozzi (310.775.178-23).
4. Entidade: Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contra Pedro Henrique Braga Pierozzi (310.775.178-23), em virtude de não ter apresentado relatório técnico completo (tese de doutorado), bem como a ata da defesa ou diploma do curso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da PrimeiraCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revel, para todos os efeitos, Pedro Henrique Braga Pierozzi, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, em face do não atendimento à citação;

9.2 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Pedro Henrique Braga Pierozzi, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo descritas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), corrigida monetariamente e acrescida dos encargos legais pertinentes, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
1.788,00	3/4/2007
1.788,00	2/5/2007
1.788,00	30/5/2007
1.788,00	3/7/2007
1.788,00	1/8/2007
1.788,00	4/9/2007
1.788,00	28/9/2007
1.788,00	1/11/2007
1.788,00	3/12/2007
1.788,00	26/12/2007
1.788,00	1/2/2008
1.788,00	4/3/2008
1.788,00	2/4/2008
1.788,00	2/5/2008
1.788,00	30/5/2008
2.194,00	2/7/2008
2.194,00	4/8/2008
2.194,00	2/9/2008
2.194,00	3/10/2008
2.194,00	24/10/2008
2.194,00	28/11/2008
2.194,00	19/12/2008
2.194,00	3/2/2009
2.194,00	3/3/2009
2.194,00	2/4/2009
2.194,00	5/5/2009
2.194,00	2/6/2009
2.194,00	2/7/2009
2.194,00	4/8/2009
2.194,00	2/9/2009
2.194,00	2/10/2009
2.194,00	30/10/2009

2.194,00	2/12/2009
2.194,00	31/12/2009
2.194,00	2/2/2010
2.194,00	2/3/2010
2.194,00	1/4/2010

9.3 autorizar, desde logo, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.5 autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6 dar ciência e remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentaram, ao responsável e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1595-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO N.º 1596/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo n.º TC 003.382/2013-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Jose Eduardo Albuquerque de Macedo Costa (002.536.771-49); Jose Ubiratan de Moura (004.518.861-00); Juarez Costa Barbosa (004.574.421-15); Tiettre Couto Roza (004.528.401-63), com dois atos.

4. Entidade: Universidade Federal de Goiás.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Maria Isabel Silva Dias (OAB/GO 13.796) e Denise Silva Dias Vieira (OAB/GO 22.437), representando Jose Eduardo Albuquerque de Macedo Costa (002.536.771-49), Jose Ubiratan de Moura (004.518.861-00), Juarez Costa Barbosa (004.574.421-15) e Tiettre Couto Roza (004.528.401-63).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas no âmbito da Universidade Federal de Goiás.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal o ato de alteração sequencial 1 emitido em favor de Tiettre Couto Roza (004.528.401-63), concedendo o registro ao ato correspondente, número de controle 10791108-04-2006-000095-0;

9.2. considerar ilegais as aposentadorias de Jose Eduardo Albuquerque de Macedo Costa (002.536.771-49), Jose Ubiratan de Moura (004.518.861-00), Juarez Costa Barbosa (004.574.421-15) e Tiettre Couto Roza (004.528.401-63), negando o registro aos atos correspondentes, números de controle 10791108-04-2006-000124-8, 10791108-04-2007-000067-8, 10791108-04-2006-000125-6 e 10791108-04-2006-000096-9, ante a incorporação de gratificação pelo exercício de função (quintos) em valor acima do devido;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar à Universidade Federal de Goiás que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal de Goiás;

9.6. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Goiás.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1596-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1597/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.831/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Delson Mariani (450.431.327-87).

4. Entidade: Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Espírito Santo - DR/ES.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em desfavor de Delson Mariani, ex-motorista operacional daquela empresa, em razão de dano aos cofres da ECT decorrente de acidente de trânsito provocado pelo empregado no dia 2/10/2003.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Delson Mariani, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo pagamento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 23, inciso III, alíneas "a" e "b":

DATA DO DÉBITO	VALOR HISTÓRICO DO DÉBITO (R$)
16/2/2004	1.343,62
26/3/2004	12.874,58
2/4/2004	3.070,45
23/4/2004	12.829,55
28/2/2005	29.000,00
VALOR TOTAL	59.118,20

9.2. aplicar a Delson Mariani a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$12.000,00 (doze mil reais) fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar o responsável que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência desta deliberação ao responsável e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1597-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1598/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.509/2014-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Monitoramento (Aposentadoria).

3. Interessado: Sebastião Ferreira da Silva (245.116.176-00).

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento em processo de aposentadoria instituída no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à Sefip que reitere a determinação contida no subitem 1.7.3 do Acórdão 2162/2014-TCU-1ª Câmara no sentido de que a Universidade Federal de Minas Gerais faça cessar os pagamentos ilegais ao inativo Sebastião Ferreira da Silva (245.116.176-00), até o cadastramento, no Sistema Sisac, de novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, a ser submetido ao exame desta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Minas Gerais.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1598-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1599/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.999/2013-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Lucivaldo Vaz Henrique (368.538.954-87).

4. Entidade: Município de Zabelê - PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal: Josedeo Saraiva de Souza (OAB/PB 10.376), representando Lucivaldo Vaz Henrique.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Lucivaldo Vaz Henrique contra o Acórdão 4.175/2015-TCU-1ª Câmara, proferido no âmbito de tomada de contas especial, que julgou irregulares as contas do recorrente, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa em razão de prejuízo ao erário causado por recursos que não tiveram destinação comprovada, bem como as despesas bancárias pagas sem suporte legal, no âmbito do Convênio 11/2000, firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Zabelê/PB, para a realização de projeto "Otimização dos Recursos Isopotenciais da Caatinga - Isocaatinga/Zabelê".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso, com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, considerá-lo parcialmente procedente;

9.2. excluir o item 9.2 do Acórdão 4.175/2015-TCU-1ª Câmara;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Ministério do Meio Ambiente e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1599-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1600/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.142/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (07.067.013/0001-27); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (Agubel), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (Agubel), CNPJ: 07.067.013/0001-27, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF038.674.201-49), Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, e da Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (Agubel), CNPJ: 07.067.013/0001-27;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF038.674.201-49), solidariamente com a Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (Agubel), CNPJ: 07.067.013/0001-27, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 29.933,40	31/1/2010
R$ 78.903,29	31/1/2011

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (Agubel), CNPJ: 07.067.013/0001-27, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 28.135,80	31/1/2007
R$ 77.662,20	31/1/2008
R$ 69.748,00	31/1/2009
R$ 7.298,20	31/1/2010

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (Agubel), CNPJ: 07.067.013/0001-27, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo; e

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1600-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1601/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.161/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão (03.433.920/0001-91); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).

8. Representação legal:

8.1. Renan Cavalcante Lira de Oliveira (18.341/OAB-PB), representando Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão.

8.2. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão (Acaprig), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão (Acaprig), CNPJ: 03.433.920/0001-91, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF038.674.201-49), Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, e da Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão (Acaprig), CNPJ: 03.433.920/0001-91;

9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga (CPF038.674.201-49), solidariamente com a Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão (Acaprig), CNPJ: 03.433.920/0001-91, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 42.862,40	31/1/2010
R$ 81.332,94	31/1/2011

9.4. condenar Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), solidariamente com a Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão (Acaprig), CNPJ: 03.433.920/0001-91, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 115.360,00	31/1/2008
R$ 100.815,40	31/1/2009
R$ 6.557,60	31/1/2010

9.5. aplicar a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão (Acaprig), CNPJ: 03.433.920/0001-91, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 a 9.7 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.9. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo; e

9.11. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1601-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1602/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.407/2013-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)
3.2. Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Indústria e Comércio de Laticínio Botija Ltda (09.307.718/0001-08).
4. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX/PB).
8. Representação legal:
8.1. John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Antônia Lúcia Navarro Braga e da Indústria e Comércio de Laticínio Botija Ltda, em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 - TCU - Primeira Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, a Indústria e Comércio de Laticínio Botija Ltda, CNPJ: 09.307.718/0001-08, dando-se prosseguimento ao processo, conforme preceitua o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 8º, do Regimento Interno desta Corte;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF038.674.201-49, ex-Presidente da FAC, e da Indústria e Comércio de Laticínio Botija Ltda, CNPJ: 09.307.718/0001-08;
9.3. condenar Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF038.674.201-49, solidariamente com a Indústria e Comércio de Laticínio Botija Ltda, CNPJ: 09.307.718/0001-08, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R$ 104.200,35	31/1/2010
R$ 144.862,72	31/1/2011

9.4. aplicar, individualmente, a Antônia Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, e a Indústria e Comércio de Laticínio Botija Ltda, CNPJ: 09.307.718/0001-08, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.3 e 9.4 supra, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;
9.6. autorizar também, caso venha a ser requerido pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, incidindo ainda, sobre cada valor mensal correspondente ao débito, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.7. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) que estabeleça uma rotina de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafiano, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como de cobrança dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados, com vistas a sanar as inconsistências observadas no bojo desse processo; e
9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1602-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1603/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-000.266/2016-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Heliomar Klabunde (369.298.919-91).
4. Entidade: Município de Paranhos/MS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul - Secex/MS.
8. Representação legal: Laura Karoline Silva Melo (OAB/MS 11.306).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) em desfavor do Sr. Heliomar Klabunde, ex-prefeito de Paranhos/MS, em decorrência de irregularidade na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), relativamente à não instituição da jornada ampliada na zona rural, contrariando a PortariaSNAS458/2001.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Heliomar Klabunde (369.298.919-91), ex-prefeito de Paranhos/MS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, incisoIII, do Regimento Interno;
9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento da quantia de R$77.760,00 (setenta e sete mil, setecentos e sessenta reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 31/12/2003, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art.26 da Lei8.443/1992, c/c o art.217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e
9.5. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1603-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1604/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.488/2016-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Francisco Alves dos Santos Filho (468.619.551-91).
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (Secex/MT).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT/Ministério das Comunicações, em desfavor do Sr. Francisco Alves dos Santos Filho (468.619.551-91), ex-gerente da Agência de Correios de Canabrava do Norte/MT (cargo: Agente de Correios - Carteiro), em razão do desvio de recursos da entidade;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Alves dos Santos Filho (468.619.551-91), ex-gerente da Agência de Correios de Canabrava do Norte/MT (cargo: Agente de Correios - Carteiro), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e 19, caput, da Lei8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;
9.2. condenar o responsável indicado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido;

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Natureza do Saldo
121.220,83	07/07/2011	Devedor
2.490,90	17/11/2011	Credor
7.795,80	30/09/2013	Devedor

9.3. aplicar ao responsável indicado no subitem anterior a multa prevista no art. 57 da Lei8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional dos valores atualizados monetariamente, desde a data do acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. negar o pedido de parcelamento da dívida em 391 parcelas feito pelo responsável, com fulcro no art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art.26 da Lei8.443/1992, c/c o art.217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1604-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1605/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.995/2014-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Lutero Pereira Couto (176.981.206-78) e Parque de Tecnologia Social - PTS Brasil (06.698.642/0001-92).
4. Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Paraná - SEBRAE/PR; Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).
8. Representação legal: Fábio Carneiro Cunha - OAB/PR 28.102.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Paraná (SEBRAE/PR) em desfavor do Parque de Tecnologia Social (PTS Brasil) e de seu diretor-presidente, Sr. Lutero Pereira Couto, em razão de irregularidades identificadas no âmbito do Convênio 58/2008;

3. ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

4. 9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Lutero Pereira Couto (176.981.206-78), diretor presidente da entidade Parque de Tecnologia Social - PTS BRASIL e do Parque de Tecnologia Social - PTS BRASIL (06.698.642/0001-92), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.2. condenar, solidariamente, os responsáveis indicados no subitem anterior ao pagamento da importância de R$ 99.937,38 (noventa e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Paraná - Sebrae/PR, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de 06/03/2009, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar aos responsáveis indicados no subitem anterior multa individual prevista no art.57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional dos valores atualizados monetariamente, desde a data do acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitados após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art.26 da Lei8.443/1992, c/c o art.217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1605-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1606/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.307/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Município de Foz do Iguaçu/PR, Luis Fernando Boff Zarpelon (676.552.899-72) e Paulo Mac Donald Ghisi (184.060.339-91).

4. Entidade: Município de Foz do Iguaçu/PR.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento à determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 579/2012-TCU-Plenário, em desfavor do Município de Foz de Iguaçu/PR, em razão de desvio de finalidade na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, com fundamento no art. 202, § 3º, do RITCU, a contar da notificação, para que o Município de Foz do Iguaçu/PR efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Foz de Iguaçu/PR, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data
24.621,44	30/4/2010
103.419,10	17/5/2010
47.771,93	24/6/2010
46.119,94	15/8/2010
59.118,21	22/9/2010
44.669,37	4/10/2010
36.950,38	10/11/2010
67.890,00	25/11/2011
67.890,00	30/12/2011
67.840,21	30/1/2012
67.983,24	1/2/2012
67.856,96	27/3/2012
40.734,00	27/2/2013
78.519,31	3/4/2013
141.292,67	12/6/2013
67.890,00	5/6/2013
27.889,21	14/6/2013
40.734,00	31/7/2013

9.2. informar ao Município de Foz do Iguaçu/PR que a liquidação tempestiva do débito saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva e lhe seja dada quitação, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva acarretará o julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1606-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1607/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.701/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Álvaro Aires da Costa (057.632.072-20).

4. Entidade: Município de Curralinho - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Setorial de Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS em desfavor do Sr. Álvaro Aires da Costa, ex-prefeito do Município de Curralinho/PA, gestão 2005-2008, em virtude da impugnação parcial de despesas realizadas pela referida municipalidade, decorrentes de recursos federais repassados, na modalidade fundo a fundo, às contas dos Programas de Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE, no exercício de 2007, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Álvaro Aires da Costa (CPF 057.632.072-20), ex-prefeito de Curralinho/PA (gestão 2005-2008), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU;

9.2. condenar o responsável mencionado no subitem anterior ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
6.270,00	26/1/2007
2.200,00	14/2/2007
5.600,00	26/4/2007
6.000,00	26/4/2007
4.800,00	25/5/2007
6.500,00	31/5/2007
2.101,96	19/6/2007
2.170,00	13/7/2007
2.350,00	9/8/2007
3.037,37	4/9/2007
5.300,00	21/9/2007
5.600,00	16/10/2007
5.520,00	26/10/2007
4.900,00	6/11/2007
4.968,00	28/12/2007
1.614,85	18/5/2007
3.616,05	6/7/2007
900,00	5/12/2007
800,00	24/12/2007
1.210,04	31/12/2007

9.3. aplicar ao Sr. Álvaro Aires da Costa (CPF 057.632.072-20), ex-prefeito de Curralinho/PA, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art.26 da Lei8.443/1992, c/c o art.217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1607-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1608/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.227/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Dilza Maria Pantoja Correa (394.614.322-91) e Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87).

4. Entidade: Município de Igarapé -Miri - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade da Sra. Dilza Maria Pantoja Correa e do Sr. Manoel Raimundo Pantoja Araújo, respectivamente ex-prefeita e ex-secretário de saúde de Igarapé-Miri/PA, em virtude da não apresentação da documentação comprobatória das despesas realizadas à conta do Programa de Assistência Farmacêutica Básica/SUS, no período de dezembro de 2005 a novembro de 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Dilza Maria Pantoja Correa (394.614.322-91) e pelo Sr. Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87);

9.2. fixar, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 3º do RITCU, novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que os Srs. Dilza Maria Pantoja Correa e Manoel Raimundo Pantoja Araújo, solidariamente, efetuem e comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
7.688,86	30/11/2006
7.688,86	21/12/2006

9.3. dar ciência aos responsáveis de que, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443/92 c/c o art. 202,§ 4º, do RITCU, o recolhimento tempestivo do débito, atualizado monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento das contas pela regularidade com ressalva, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992, bem como à aplicação da multa prevista no art. 57 da mesma Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1608-07/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1609/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.987/2012-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Orlando da Silva Filho (029.909.209-78).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Pedro Maurício Pita Machado (OAB/RS 24.372) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria, emitida pela Universidade Federal de Santa Catarina em favor do ex-servidor Orlando da Silva Filho;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU em:
9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Orlando da Silva Filho (029.909.209-78), determinando o respectivo registro, ressalvando-se que a irregularidade que constava no ato, na versão submetida a exame (RT 26,05%), não mais subsiste e que a rubrica referente à URV, que foi incluída nos proventos do interessado após a emissão do ato, foi integralmente absorvida a partir de janeiro de 2017;
9.2. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Santa Catarina e ao interessado;
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso IV do RITCU.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1609-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1610/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.248/2014-0.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87).
4. Entidade: Município de Moju - PA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
8. Representação legal: Gercione Moreira Sabá (21.321/OAB-PA) e outro, representando Manoel Raimundo Pantoja Araújo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em desfavor do Sr. Manoel Raimundo Pantoja Araújo, secretário municipal de Saúde de Moju/PA, no período de 7/8/2003 a 31/12/2004, em razão da ausência de documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo município com recursos destinados ao custeio da Estratégia Saúde da Família e da Estratégia Agentes Comunitários de Saúde, transferidos ao município na modalidade fundo a fundo no exercício de 2004;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Manoel Raimundo Pantoja Araújo, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;
9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor original (R$)
09/01/2004	18.960,00
11/02/2004	18.960,00
10/05/2004	6.672,00
10/05/2004	22.560,00
11/05/2004	10.000,00
09/06/2004	10.000,00
09/06/2004	6.672,00
12/07/2004	6.672,00
12/07/2004	24.440,00
30/07/2004	18.960,00
30/07/2004	18.960,00
13/08/2004	6.672,00
13/08/2004	24.440,00
15/09/2004	24.440,00
15/09/2004	6.672,00
14/10/2004	6.672,00
14/10/2004	24.440,00
19/11/2004	6.672,00
22/11/2004	24.440,00
15/12/2004	24.440,00
30/12/2004	24.440,00
31/12/2004	6.672,00

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art.26 da Lei8.443/1992, c/c o art.217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1610-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1611/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.171/2016-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Juvêncio Marins de Oliveira (431.727.175-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA em favor de Juvêncio Marins de Oliveira;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Juvêncio Marins de Oliveira (431.727.175-34), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU55/2007;
9.2.2. promova nova perícia médica, por meio de junta médica oficial, do Senhor Juvêncio Marins de Oliveira, visando avaliar se ele ainda está incapacitado para o trabalho, e:
9.2.2.1. caso a junta médica oficial conclua que ele está inapto para o trabalho, no prazo de trinta dias após a decisão da referida junta, emita novo ato de aposentadoria do magistrado, corrigindo a proporcionalidade dos proventos, em razão da exclusão do tempo de advocacia sem comprovação das contribuições previdenciárias;
9.2.2.2. caso a junta médica oficial do TRT da 5ª Região conclua que o interessado está apto a exercer suas atribuições, promova o imediato retorno do magistrado à ativa;
9.2.3. comunique imediatamente ao interessado do teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelo inativo, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1611-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1612/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.064/2014-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Valter de Azevedo (006.003.504-87).
4. Entidade: Município de Ibateguara - AL.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).
8. Representação legal: Gustavo Ferreira Gomes (OAB/AL 5.865) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. José Valter de Azevedo, ex-prefeito de Ibateguara-AL, em razão da impugnação total dos recursos federais repassados ao município, no exercício de 2002, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Valter de Azevedo (006.003.504-87), ex-prefeito de Ibateguara-AL (gestão 2001-2004), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
8.599,60	12/03/2002
8.599,60	23/03/2002
8.599,60	26/04/2002
8.599,60	28/05/2002
8.599,60	26/06/2002
8.599,60	26/07/2002
8.599,60	25/08/2002
8.599,60	25/09/2002
8.599,60	24/10/2002
8.599,60	23/11/2002

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art.26 da Lei8.443/1992, c/c o art.217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e
9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1612-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1613/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.682/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Amaro Felix dos Santos (587.758.898-20); Antonia Rosa Ferronatto (921.885.168-34).
4. Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Universidade Federal de São Paulo em favor dos ex-servidores Amaro Felix dos Santos e Antonia Rosa Ferronatto;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Amaro Felix dos Santos (CPF 587.758.898-20);
9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria à Antonia Rosa Ferronatto (921.885.168-34);
9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos pela interessada, cujo ato foi considerado ilegal, até a data da ciência pela Universidade Federal de São Paulo, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.4. determinar à Universidade Federal de São Paulo, com base no art. 45 da Lei8.443/1992, que:
9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, daResolução-TCU 206/2007e 15, caput, daIN-TCU 55/2007;
9.4.2. comunique imediatamente à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.
9.4.4. encaminhe ao Tribunal, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria à Antonia Rosa Ferronatto escoimado da irregularidade mencionada no Voto condutor deste Acórdão.
9.5. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações proferidas no presente Acórdão.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1613-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1614/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.974/2016-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Comper Guaitolini (576.975.237-87).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES em favor de Maria Comper Guaitolini;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria à Maria Comper Guaitolini (576.975.237-87), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, daResolução-TCU 206/2007e 15, caput, daInstrução Normativa-TCU 55/2007;
9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.
9.3.4. encaminhe ao Tribunal, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria à Maria Comper Guaitolini, escoimado das irregularidades mencionadas no Voto condutor deste Acórdão.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1614-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1615/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.040/2016-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ana Dolores Mass Bittencourt (574.522.107-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES em favor de Ana Dolores Mass Bittencourt;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria à Ana Dolores Mass Bittencourt (574.522.107-00), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, daResolução-TCU 206/2007e 15, caput, daInstrução Normativa-TCU 55/2007;
9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.
9.3.4. encaminhe ao Tribunal, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria à Ana Dolores Mass Bittencourt, escoimado das irregularidades mencionadas no Voto condutor deste Acórdão.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1615-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1616/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.060/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ana Maria da Silva (333.709.666-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES em favor de Ana Maria da Silva;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria à Ana Maria da Silva (333.709.666-20), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, daResolução-TCU 206/2007e 15, caput, daIN-TCU 55/2007;
9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.
9.3.4. encaminhe ao Tribunal, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria à Ana Maria da Silva, escoimado das irregularidades mencionadas no Voto condutor deste Acórdão.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1616-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1617/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.247/2016-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Vilma Gonçalves Araujo (407.129.156-72).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES em favor de Vilma Gonçalves Araujo;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria à Vilma Gonçalves Araujo (407.129.156-72), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, daResolução-TCU 206/2007e 15, caput, daInstrução Normativa-TCU 55/2007;
9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.
9.3.4. encaminhe ao Tribunal, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria à Vilma Gonçalves Araujo, escoimado das irregularidades mencionadas no Voto condutor deste Acórdão.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1617-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1618/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.249/2016-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Sônia Maria Diogo (213.963.883-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES em favor de Sônia Maria Diogo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria à Sônia Maria Diogo (213.963.883-20), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, daResolução-TCU 206/2007e 15, caput, daIN-TCU 55/2007;

9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.3.4. encaminhe ao Tribunal, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria à Sônia Maria Diogo, escoimado das irregularidades mencionadas no Voto condutor deste Acórdão.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1618-07/17-1.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1619/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.250/2016-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ruy Góes Batista (383.852.957-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES em favor de Ruy Góes Batista;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Ruy Góes Batista (383.852.957-04), com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, incisoV, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, daResolução-TCU 206/2007e 15, caput, daInstrução Normativa-TCU 55/2007;

9.3.2. comunique imediatamente ao interessado, o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.3.4. encaminhe ao Tribunal, via Sisac, novo ato de concessão de aposentadoria a Ruy Góes Batista, escoimado das irregularidades mencionadas no Voto condutor deste Acórdão.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1619-07/17-1.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1620/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.355/2013-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Joao Batista Santos (240.541.867-34).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de concessão de aposentadoria de ex-servidor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de João Batista Santos e negar o seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado de Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da aposentadoria considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique ao beneficiário do ato de aposentadoria considerado ilegal acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o beneficiário da aposentadoria considerada ilegal tomou conhecimento desta decisão;

9.3.4. emita novo ato livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos artigos 262, §2º, do Regimento Interno/TCU, e 15, §1º, da Instrução Normativa/TCU 55/2007.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1620-07/17-1.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1621/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.368/2014-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Esporte (00.000.000/0510-00)

3.2. Responsáveis: Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (05.007.008/0001-01); Geraldo Dorta Cabral (130.945.213-04).

4. Entidade: Município de Águas Lindas de Goiás/GO.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 700230/2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "c", 19, caput, e 23, III, "a", da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do sr. Geraldo Dorta Cabral (130.945.213-04) e da Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (05.007.008/0001-01), condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU;

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
39.355,50	16/12/2008
1.194.813,73	30/12/2008

9.2. aplicar ao sr. Geraldo Dorta Cabral (130.945.213-04) e à Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás (05.007.008/0001-01), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, aos responsáveis, ao Ministério do Esporte e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1621-07/17-1.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1622/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.008/2012-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Euclides Correa de Lima (002.091.476-87); Maria Lima de Jesus (416.548.037-15); Maria da Anunciação Sá (085.793.695-68).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de aposentadoria de Euclides Correa de Lima (002.091.476-87), Maria Lima de Jesus (416.548.037-15) e Maria da Anunciação Sá (085.793.695-68); e

9.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo que acompanhe o deslinde do processo 0208100-73.1991.5.17.0002 e, ocorrendo trânsito em julgado com perda da causa pelos autores, faça cessarem os pagamentos decorrentes das parcelas alusivas a planos econômicos e efetue o devido desconto dos valores percebidos de modo precário, a partir de 28/6/2012.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1622-07/17-1.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1623/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.331/2015-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Francimar Marculino da Silva (055.651.383-53).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello - MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
8. Representação legal:
8.1. Sonia Maria L. Coelho (OAB/MA 3811) e Francisco de Assis Souza Coelho Filho (3810/OAB-MA) e outros, representando Francimar Marculino da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos-Peja, repassados ao Município de Governador Newton Bello/MA, no exercício de 2005;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, da Lei n° 8.443/1992, c/c os arts. 209, incisos II e III, 210, e 214, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Francimar Marculino da Silva, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento dos valores aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência indicadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
26.749,98	24/6/2005
17.833,32	5/8/2005
17.833,32	2/9/2005
17.833,32	3/10/2005
8.916,66	1º/11/2005

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.3. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1623-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1624/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.780/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: José Carlos Brandão de Almeida Prado (044.261.858-15).
4. Órgão: Advocacia-Geral da União.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina o ato de concessão de aposentadoria de José Carlos Brandão de Almeida Prado, ex-servidor da Advocacia-Geral da União:
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de José Carlos Brandão de Almeida Prado (044.261.858-15);
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado de Súmula nº 106 do TCU;
9.3. determinar à Diretoria do Pessoal da Advocacia-Geral da União que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste acórdão, suspenda os pagamentos decorrentes da aposentadoria considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. comunique ao beneficiário do ato de aposentadoria considerado ilegal acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;
9.3.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o beneficiário da aposentadoria considerada ilegal tomar conhecimento desta decisão;
9.3.4. em face da exclusão do tempo insalubre impugnado (relativo ao período posterior à vigência da Lei 8.112/1990), avalie se o interessado ainda preenche os requisitos para se aposentar com base no mesmo fundamento legal ou em outro vigente. Caso afirmativo, em comum acordo com o servidor, emita novo ato e submeta-o à apreciação deste Tribunal. Caso negativo, promova o retorno à ativa do servidor.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1624-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1625/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.954/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (MTur)
3.2. Responsáveis: Ari Batista Pereira (458.193.436-20); EB - Eventos Ltda. ME (10.678.726/0001-31); LC Eventos e Transporte Ltda. ME (09.620.962/0001-18).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lagamar - MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
8. Representação legal:
8.1. Egislene Lucas Barbosa Andrade (99.542/OAB-MG) e outros, representando EB - Eventos Ltda. ME e LC Eventos e Transporte Ltda. ME.
8.2. Mario Lucio Caixeta de Souza (116.524/OAB-MG), representando Ari Batista Pereira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor de Ari Batista Pereira, prefeito, em razão da impugnação total das despesas realizadas com os recursos do Convênio 400/2010 (Siafi 734527), celebrado com o Município de Lagamar/MG, cujo objeto foi apoiar a realização da "35ª Festa do Arroz",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, inciso II; e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Ari Batista Pereira, ex-prefeito do Município de Lagamar/MG;
9.2. aplicar, a Ari Batista Pereira, a multa individual prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;
9.3. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida à notificação;
9.4. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Município de Lagamar/MG, bem como ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 7/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1625-07/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 41 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

Aprovada em 17 de março de 2017.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 7, DE 14 DE MARÇO DE 2017
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas e 29 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 6 referente à Sessão Ordinária realizada em 7 de março de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÃO

Do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa:

- Satisfação, ao retornar de suas férias, de voltar à rotina da Segunda Câmara com votos de um excelente ano de trabalho a todos.

O Presidente, Ministro José Múcio Monteiro saudou o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em nome da Segunda Câmara.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-012.902/2012-8 e TC-025.483/2013-7, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-012.595/2016-0 e TC-028.735/2015-3, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz:

TC-003.936/2017-1, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-000.861/2015-4, TC-001.709/201-7, TC-002.609/2013-4, TC-003.642/2014-3, TC-007.458/2016-9, TC-011.328/2012-6, TC-011.389/2011-7, TC-014.345/2015-3, TC-015.570/2010-0, TC-022.631/2013-5 e TC-029.152/2013-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-000.551/2015-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

TC-003.928/2013-6, TC-008.298/2008-9, TC-014.270/2014-5, TC-014.370/2014-0, TC-016.256/2015-8, TC-030.939/2015-1, TC-031.124/2015-1 e TC-034.303/2014-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-034.303/2014-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-001.116/2015-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Germano Roriz Neto, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome do Instituto Centro Brasileiro de Cultura.

Na apreciação do processo nº TC-031.495/2010-9, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Pétrick Joseph Janofsky C. Pontes - OAB/SP nº 292.306, apresentou sustentação oral em nome de Jardim Miriam Arte Clube e de Mônica Panizza Nador.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

TC-028.090/2013-6

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo (Ata nº 36/2016) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2526/2017.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2309 a 2517.

RELAÇÃO Nº 7/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2309/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II e 251, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 45, da Lei 8.443/1992, em determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, que envie ao TCU, via Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade da autoridade administrativa omissa, ato de cancelamento da aposentadoria de Joaquim Torres Araújo (CPF 001.736.577-53) no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, nos termos do art. 3, inciso II, da Instrução Normativa-TCU 55/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-006.292/2013-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joaquim Torres Araújo (001.736.577-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2310/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Paulo Roberto Simão Bijos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.840/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Apensos: 021.826/2014-5 (DENÚNCIA).

1.2. Interessado: Paulo Roberto Simão Bijos (256.914.748-63).

1.3. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2311/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Ionice Kruczkievicz Ponce, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.687/2013-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ionice Kruczkievicz Ponce (561.745.949-04).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2312/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar regulares as contas dos responsáveis Diana Sione Barbosa Pinheiro (CPF: 003.798.162-53); Adriana Soares Leite (CPF: 990.246.677-04); Maria de Fátima Ventura Almeida (CPF: 084.746.484-91); Paulo Henrique Rodrigues da Costa (CPF: 014.219.314-35); Ana Luisa Rodrigues Loyo Borba (CPF: 061.106.254-26); Cláudia de Farias Cordeiro Siqueira Alencar (CPF: 588.962.794-53); Danielle Jordão Cantarelli (CPF: 800.132.444-34); Verônica Maria Sena de Albuquerque (CPF: 172.004.534-68), dando-lhes quitação plena, conforme proposta da unidade técnica, ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-025.133/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Adriana Soares Leite (990.246.677-04); Ana Luisa Rodrigues Loyo Borba (061.106.254-26); Cláudia de Farias Cordeiro Siqueira Alencar (588.962.794-53); Danielle Jordao Cantarelli (800.132.444-34); Diana Sione Barbosa Pinheiro (003.798.162-53); Maria de Fatima Ventura de Almeida (084.746.484-91); Paulo Henrique Rodrigues da Costa (014.219.314-35); Verônica Maria Sena de Albuquerque (172.044.534-68)

1.2. Órgão/Entidade: Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Com fundamento art. 250, inciso III, recomendar à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para que, por meio da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) e em conjunto com a Rede de Laboratórios Nacional Agropecuário (Lanagro), verifique a conveniência e oportunidade de:

1.7.1.1.estabelecer procedimentos padronizados para a programação física e financeira dos Laboratórios, inclusive, com a adoção de ferramentas de informatização, de forma a eliminar o controle de resultados por meio de planilhas eletrônicas, bem como para aumentar a confiabilidade dos dados manejados e, consequentemente, otimizar as informações apresentadas à sociedade por meio do Relatório de Gestão, eliminando com isso as divergências apontadas e deixando clara a forma de programação e medição dos resultados das unidades;

1.7.1.2.normatizar os procedimentos de coleta de dados para o cálculo dos indicadores de desempenho dos laboratórios, de modo a assegurar a confiabilidade dos resultados apurados, bem como que inclua na rotina de atividades dos laboratórios a efetiva análise dos indicadores de desempenho das unidades, com o registro dessas medidas ao longo do exercício, no intuito incrementar os resultados organizacionais e subsidiar a eficiência e a eficácia da tomada de decisão;

1.7.2. Dar ciência ao Lanagro/PE de que no rol dos responsáveis, para fins de contas anuais, devem constar aqueles titulares, e seus substitutos, e os ocupantes de cargos de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior, que efetivamente são responsáveis pela gestão da unidade, conforme definem os normativos que demarcam as disposições e atribuições dos cargos dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, e em consonância com o art. 10 da IN-TCU 63/2010;

1.7.3. Dar ciência do presente, assim como do relatório e do voto que o fundamentarem, ao Lanagro/PE, à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA e à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente deste TCU.

ACÓRDÃO Nº 2313/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 10, § 1º, e 11 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 157 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em sobrestar o exame das contas dos responsáveis Sérgio Braune Solon de Pontes (149.906.951-00), na condição de Secretário Executivo; Mauro Borges Ribeiro Formiga (216.082.613-87) e Alberto Alves (058.595.148-91), ambos na condição de Secretário Executivo Substituto; Rubens Portugal Bacellar (186.710.639-68), na condição de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração e de Secretário Executivo Substituto até o julgamento; Ítalo Oliveira Mendes (035.713.696-96) e Jun Alex Yamamoto (025.135.779-14), ambos na condição de Diretor de Programa; e Simone Maria da Silva Salgado (284.959.421-00), na condição de Diretora de Gestão Interna Substituta, até o julgamento final do TC 022.435/2016-6 e do TC 027.162/2016-8, sem prejuízo das Determinações/Recomendações/Orientações descritas no subitem 1.7 desta deliberação, de acordo com o parecer da SecexDesenvolvimento (peça 15) e com o ajuste sugerido pelo pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.889/2015-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Alberto Alves (058.595.148-91); Italo Oliveira Mendes (035.713.696-96); Jun Alexyamamoto (025.135.779-14); Mauro Borges Ribeiro Formiga (216.082.613-87); Rubens Portugal Bacellar (186.710.639-68); Sergio Braune Solon de Pontes (149.906.951-00); Simone Maria da Silva Salgado (284.959.421-00)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Turismo

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à SE/MTur, com fulcro no art. 208, § 2º do RI/TCU, que adote, no prazo de 180 dias, providências no sentido de apurar a responsabilidade de quem deu causa à contratação de licenças para cópia de arquivos (backup) em montante superior ao necessário, por meio do Contrato 34/2013, firmado em decorrência da adesão à Ata de Registro de Preços ARP 18/2013-MI, o que acarretou na realização de despesa desnecessária, da ordem de R$ 132.240,00, conforme apontamentos feitos pela CGU no Relatório Anual de Auditoria da referida Secretaria-Executiva, exercício 2014, adotando medidas para o devido ressarcimento de valores acaso pagos indevidamente, comunicando os resultados a este Tribunal de Contas (parágrafos 61-71, peça 15);

1.7.2. Recomendar, nos termos do art. 250, inciso III, do RI/TCU, à SE/MTur que:

1.7.2.1.aprimore o controle interno administrativo relativo à gestão das compras e contratações, implementando normativos internos com: a) rotinas para a padronização de especificações de bens comumente adquiridos; b) rotinas de revisão e de aprovação dos artefatos do planejamento de contratações e aquisições, elaborando e atualizando manual específico a ser implementado; e c) controle das empresas penalizadas com declaração de suspensão, inidoneidade ou impedimento no âmbito da Unidade (parágrafo 53-59);

1.7.2.2.elabore estudo com vistas a quantificar as necessidades de pessoal na área responsável pela gestão de compras e contratações do MTur e adote providências para minimizar as deficiências existentes na área de compras e contratações do Órgão, tanto pela readequação dos quadros profissionais, quanto pela capacitação dos agentes envolvidos (parágrafos 53-60);

1.7.2.3.aprimore o controle interno administrativo no âmbito da CGTI, amparado por normativos internos, de forma a garantir que o processo de planejamento das aquisições de soluções de TI seja estruturado para a realização e a formalização de todos os estudos previstos em norma, observando as fases do processo de contratação e a real necessidade da Entidade frente à solução escolhida (parágrafos 61-71);

1.7.2.4.defina procedimentos operacionais, por meio de normativos internos, de forma a aprimorar os processos de planejamento e de contratação na área de Tecnologia da Informação, contemplando todas as etapas necessárias, visando a aderência às orientações estabelecidas nas Instruções Normativas SLTI/MP 04/2014 e 02/2018 (parágrafos 72-75);

1.7.2.5.aprimore os controles internos administrativos no âmbito do Ministério do Turismo, por meio de normatização interna, de forma que o processo de divulgação das informações de gastos com publicidade seja detalhado, visando aderência à Lei nº 12.232/2010, e que seja definindo responsabilidades e prazos para a atualização e publicação dessas informações (parágrafos 91-99);

1.7.2.6.aprimore o sistema de informação adotado na Unidade para o controle e o acompanhamento das transferências voluntárias sob sua responsabilidade, de forma a garantir a fidedignidade, a completude, a tempestividade e a interação entre os sistemas MTur Doc, Siafi e Siconv, bem como garantir a gestão efetiva transversal entre as Secretarias que compõem o MTur (parágrafos 83-88);

1.7.2.7.elabore diagnóstico detalhado da situação dos convênios cujas prestações de contas encontram-se pendentes de análise e, na sequência, elaborar plano de ação e cronograma para o tratamento do passivo de prestação de contas pendentes de análise (parágrafos 83-88);

1.7.2.8.inclua, em normativo adequado, regramento a respeito da obrigatoriedade de cadastramento de informação no sistema de informação adotado na Pasta, para garantir o controle e o acompanhamento tempestivo, fidedigno e completo das transferências voluntárias (parágrafos 83-88);

1.7.2.9.formalize as rotinas e os fluxos de realização das atividades relacionadas às transferências voluntárias firmadas pelo MTur, incluindo os procedimentos relativos ao uso de sistema de informação adotado na Unidade para controle e acompanhame nto dos convênios, concluindo, neste contexto, a elaboração do Manual de Convênios, bem como utilizá- lo como guia referencial para a realização de trabalhos futuros (parágrafos 83-88);

1.7.2.10.adeque o quantitativo de pessoal em exercício na CGCV, especialmente na Coordenação de Prestação de Contas - CPC, a partir de diagnóstico realizado no âmbito da Secretaria Executiva, a fim de reduzir a quantidade de passivo de prestações de contas de transferências voluntárias com pendência de análise financeira e evitar incongruência de informações acerca dessas transferências (parágrafos 83-88);

1.7.2.11.adote mecanismos e procedimentos gerenciais, tais como a designação de tomadores de conta individuais para o gerenciamento dos processos de TCE, a integração do Sistema PGTur com os sistemas de controle interno da Unidade e o fortalecimento da estrutura da Comissão de TCE, com o objetivo de agilizar a instauração e o andamento dos processos de TCE (parágrafos 83-88);

1.7.3. Dar ciência à SE/MTur, com fulcro no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, que não foi observada, quando da adesão à Ata de Registro de Preços ARP 18/2013-MI, a regra estabelecida pelo art. 18, inciso III, da Instrução Normativa SLTI 04/2010 (parágrafos 61-71);

1.7.4. Dar ciência desta dceliberação à Secretaria Executiva do MTur.

ACÓRDÃO Nº 2314/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular do processo, e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

1. Processo TC-009.100/2016-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Valfredo Perfeito (020.663.511-72)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Ipameri - GO

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Valfredo Perfeito.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência da presente deliberação ao responsável e ao Ministério da Integração Nacional, para ciência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2315/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em acatar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Valter Gonçalves de Carvalho; julgar regulares as contas do Sr. Valter Gonçalves de Carvalho (CPF: 038.904.301-04), ex-prefeito municipal de Campo Limpo de Goiás/GO, dando-lhe quitação plena, conforme proposta da unidade técnica (peça 9), ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-013.689/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Valter Gonçalves de Carvalho (038.904.301-04)
1.2. Órgão/Entidade: Município de Campo Limpo de Goiás
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2316/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fundamento no art. 93 da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU, bem como os arts. 6º, inciso I, e § 3º, inciso I, e 7º, inciso III, c/c art. 19 da IN TCU n.º 71/2012, em arquivar o presente processo, sem cancelamento do débito apontado no item 24 da peça 11, a cujo pagamento continuará obrigado o responsável, para que lhe seja dada quitação, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-024.087/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Osvaldo da Silva (276.467.421-04)
1.2. Órgão/Entidade: Município de Porangatu - GO
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência ao Ministério do Turismo do teor desta deliberação para as providências a seu cargo previstas nos arts. 6º, § 2º e 15, I e II, da IN TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016;
1.7.2. Dar ciência ao Sr. José Osvaldo da Silva, ex-Prefeito Municipal de Porangatu (GO), para que tenha o conhecimento do débito e das prerrogativas facultadas pelo art. 19, § 2º, da IN TCU 71/2012, com as alterações promovidas pela IN TCU 76/2016.

ACÓRDÃO Nº 2317/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 18/7/2013, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 702/2013-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 26/2/2013, inserido na Ata nº 4/2013-2ª Câmara, o recorrente somente compareceu aos autos em 31/8/2013, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição daquele recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando também que, por força dessas peculiaridades, os pareceres emitidos nos autos convergem pelo não-conhecimento do multicitado recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; 285, caput e § 2º, do RI/TCU, c/c artigo 32, parágrafo único, da Lei 8.443/92, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Boaventura Vidal Cavalcante, por restar intempestivo em período superior a 180 dias, dando ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta deliberação e do exame de admissibilidade (peça 32).

1. Processo TC-032.456/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 024.306/2013-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 024.307/2013-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsável: Boaventura Vidal Cavalcante (046.687.075-20)
1.3. Recorrente: Boaventura Vidal Cavalcante (046.687.075-20)
1.4. Órgão/Entidade: Município de Canavieiras - BA
1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).
1.9. Representação legal: Ademir de Oliveira Passos (10226/OAB-BA) e outros, representando Boaventura Vidal Cavalcante.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2318/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação ao representante:

1. Processo TC-024.613/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (26.989.715/0002-93).
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2319/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar cumprida a determinação constante no item 1.8.1 do Acórdão TCU 10.483/2016 - 2ª Câmara, e arquivar o processo em razão de ter cumprido o objetivo para o qual foi constituído.

1. Processo TC-035.310/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Itamar Lemes do Prado (898.952.401-63)
1.2. Interessado: Tribunal de Contas dos Municipios No Estado de Goiás (02.600.963/0001-51)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto - GO
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 2/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2320/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.951/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Carlos Souza e Avila (185.696.091-91)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2321/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, §§ 1º e 2º, todos do Regimento Interno; e art. 7º da Resolução 206/2007, alterado pela Resolução 237/2010, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de aposentadoria em favor de Paulo Roberto Motta Costa (CPF 038.519.907-49), e legais, para fins de registro, os atos de concessão referentes aos demais interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.273/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agenor Barbosa Teixeira (119.370.331-04); Armando Jose Bittencourt (182.858.561-00); Carlos Augusto Borges de Souza (020.010.068-88); Elias Teixeira da Silva (153.660.811-49); Paulo Roberto Motta Costa (038.519.907-49)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2322/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.701/2013-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Virgínia Procópio Oliveira Silva (001.692.506-87); Virgínia Procópio Oliveira Silva (001.692.506-87)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2323/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.782/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alfredo Henrique de Barros Franca dos Anjos (263.787.957-20)
1.2. Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2324/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.385/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amélia das Dores Dias (169.473.201-00)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2325/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.422/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Bento Alves de Melo (118.543.591-34)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2326/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.451/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Emília Maria Rodrigues da Silva (276.064.301-87)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2327/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.460/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Euclides Braz (057.462.641-72)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2328/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.461/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eustáquio Boaventura (073.048.381-91)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2329/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.486/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Germana Carneiro de Sousa (114.527.221-53); Ivan José dos Santos (264.051.646-91); Jamir Lopes (151.693.321-49)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2330/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.645/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josemária de Barros (149.650.541-72); Joy Santos Barbosa (000.740.391-72); Juarez de Jesus Salomão (134.237.111-91)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2331/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.655/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lena Teixeira Mendes Fernandes Levi (305.376.901-82); Leonice Pedrosa dos Santos (115.306.691-20); Luiz Shiyoji Tomimatsu (033.170.721-72)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2332/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.735/2016-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria das Graças Camarinha Caetano (114.551.011-68); Mozart do Carmo Nascimento (107.826.485-68); Mônica Mary Sbabo (438.524.910-53)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/ Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que oriente o Supremo Tribunal Federal que a posterior alteração da função exercida pelo servidor não tem o condão de modificar o valor da função já incorporada, conforme Acórdão 4.783/2014 - TCU - 1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 2333/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.773/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Olivia Fonseca Serejo (226.489.841-00)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2334/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.784/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Obede Bispo dos Anjos (224.405.691-00)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2335/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.820/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Paulo José Silva Ribeiro (145.058.271-00); Paulo de Tarso Ribeiro (119.007.501-63); Sebastião Roque de Moraes (623.612.017-04)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2336/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.827/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosimary Cabral da Silva (571.173.067-34)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2337/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.914/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Silvia Cavalcante Ponte (245.158.921-34)
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2338/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.939/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Telma Dias Pereira (279.828.311-68)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2339/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.178/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eloisa Candida da Silva (116.548.641-53); Eloisa Meireles Santos (239.932.511-72); Elzane Pereira da Silva (220.399.881-49); Emilia de Souza (248.756.431-87); Enio Roberto Ignacio (381.339.708-49); Enoe Pereira Vasconcelos (143.551.401-72); Etelia Vanja Moreira Goncalves (226.155.631-49); Fatima Regina Carvalho Gonçalves (116.352.741-68); Flavio Teixeira Barbosa (182.351.151-15); Francisca Carla de Oliveira Pereira (225.285.801-00)
1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2340/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.182/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joana Alves de Aguiar Machado (221.701.701-20); Joanite Alves de Oliveira (151.718.171-20); Joao Bosco de Lima (144.618.201-06); Jonatas do Vale Santos (152.933.001-72); Jorge Erir Meneguzzo (258.960.590-00); Jose Augusto Martinez Lopes (155.297.541-04); José Carlos Fonseca (791.914.368-34); José Ildomar Uberti Minuzzi (238.893.810-49); José Nazareno Fagundes (151.010.961-72); João Otaviano Campelo (146.372.001-72)
1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2341/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.184/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucia Bicalho Domingos (309.897.791-49); Lucia dos Santos Pinto (491.385.107-15); Luiz Antonio dos Santos Braga (462.031.507-97); Luiz Carlos Toledo Pereira (119.148.821-72); Luiz Carlos de Medeiros Filho (116.403.671-87); Luiz Gonzaga Rodrigues Batista (150.427.311-72); Luiz Gonzaga de Noronha (170.941.276-34); Luzia Alves dos Santos (161.297.684-00); Manoel Ferreira da Silva (182.938.161-04); Manoel Pereira Neto (120.620.141-04)
1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2342/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.187/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Elisa Bruzzi Boechat (227.394.756-91); Maria Helena Duarte Martins (038.712.401-25); Maria Ilza Tomaz Madela (150.769.031-20); Maria Izabel Passarella Teixeira (330.948.026-72); Maria Jose de Souza Sá (179.682.401-15); Maria das Merces de Jesus Rodrigues (371.557.251-53); Maria das Neves Rufino Santos Rego (115.839.321-00); Maria de Lourdes Cordeiro de Aquino (098.289.401-59); Maria de Lourdes Silva da Anunciação (296.216.741-15); Maria do Rosario do Carmo Santa Cruz (113.288.271-00)

1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2343/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.188/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Lucia Moniz de Aragão Calomino Astorga (802.981.417-87); Maria Luisa Capuzzo Jabali do Carmo (863.367.708-34); Maria Luiza Souza Neves (188.264.311-91); Maria Madalena Silva Aguiar (153.606.951-53); Maria Regina Carneiro Cardoso (343.749.656-53); Maria Rita Prudente de Abreu Almeida (151.400.401-15); Maria Veronica Aranha Kawagoe (151.538.941-34); Marilde Cursino de Oliveira (122.066.605-04); Marilena dos Santos Araujo (114.081.201-78); Marilia Paes Cavalcante (270.692.811-53)

1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2344/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.190/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nezio Rodrigues da Silva (286.997.267-91); Nilton José dos Santos (042.628.831-91); Noemia Maria de Jesus Santos (183.666.601-25); Noemia Marques Sant'anna Ferreira (308.111.801-82); Nubia Matos Moura (230.396.553-53); Olimpio de Paula Alves (150.687.301-49); Omar Rezende de Castro (183.068.881-20); Ozineide Gomes dos Santos (309.857.811-49); Paulo Cesar Alves de Santana (149.757.691-15); Paulo Cesar dos Santos Sales (975.947.178-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2345/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.193/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ruth Schmidt (149.890.421-15); Salete Araújo de Sá (225.220.421-49); Sandra Mara Rodrigues Trindade (266.698.111-87); Sandra Maria Henrique de Souza (128.337.892-20); Sandra Maria Ramos Gomes (664.479.847-00); Silvana Tavares dos Reis Menke (239.904.141-00); Silvania Fernandes da Silva Oliveira (221.717.381-20); Sivaldo Fernandes Cunha (150.220.641-20); Solange Costa Guimarães (197.604.005-10); Solange Maria Bogea Soares Thomas (313.826.491-34)

1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2346/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.195/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Vanda Maria Braga de Mesquita (223.505.941-49); Vanderley Bezerra Saldanha (073.018.201-00); Vania Lusia Figueiredo Rocha Paiva (342.951.511-49); Vera Alice Gomes da Costa (511.497.707-59); Vilmar Amaral de Oliveira (098.781.571-72); Virgulina Gomes Ribeiro (063.128.701-97); Vitoria Beatriz Moreno Kuhn (318.917.721-04); Viviane Maria Canguçu Neiva (329.727.091-87); Walkyria Satyro Trindade (768.233.507-68); Wanderlei Costa Gomes (042.283.081-04)

1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2347/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.229/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Airton Ribeiro da Silva (059.484.791-53); Alcides Crivellaro Sobrinho (567.113.288-68); Alexandre Jorge de Freitas (153.959.011-91); Alexandre Pavie Ribeiro (116.268.361-91); Altamir Lopes (087.053.211-15); Ana Clarice Figueiredo de Andrade (449.120.560-49); Andre Luiz Prado (299.997.076-53); Anselmo Pereira Araujo Netto (382.285.058-68); Antonio de Padua Ferreira Passos (121.595.901-00); Aricio Jose Menezes Fortes (077.448.545-00)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2348/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.230/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benivaldo da Silva Santos (093.393.611-72); Bento Americo da Costa (057.312.401-91); Carlos Alberto Dembiski (299.039.209-20); Carlos Tadeu Pimenta (035.040.775-49); Celma de Cassia Guimaraes (861.619.708-72); Celso da Silva (127.932.131-87); Claudio Lisias Bontempo (084.532.331-87); Claudio de Souza Grell (000.612.528-08); Constantino Roberto Costa de Oliveira (467.720.147-15); Cyro Jose Telles dos Santos (636.078.168-91)

1.2. Entidade: Banco Central do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2349/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.231/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dalzira Soares Sampaio Silva (244.723.871-15); Denise Maria Ribeiro (493.979.316-87); Edson Luiz Marques Kucera (163.699.800-30); Edyr Tamandare Teixeira (125.107.181-34); Elbem Cesar Nogueira Amaral (223.933.581-53); Eliane Cristina Barbosa Danda (126.924.924-04); Fernando Antonio de Moraes Rego Caldas (101.791.001-49); Fernando Goncalves Gomes (791.567.118-91); Fernando Morais Fontanela (374.508.597-34); Francisco Amadeu Pires Felix (383.864.707-63)

1.2. Entidade: Banco Central do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2350/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.235/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Julio Cesar Paranatinga Carneiro (184.175.401-30); Luis Carlos Paes de Castro (072.680.763-04); Luiz Carlos de Brito (073.138.531-49); Luiz Edson Feltrim (659.237.908-15); Luiz Evangelista Ribeiro Prata (292.476.756-34); Luiz Henrique da Silva (276.576.987-72); Marcos Aurelio Areal Tayt Son (254.883.257-00); Marcos Eneas Silva (150.830.041-00); Maria Aparecida Ferraz de Menezes (110.422.065-20); Maria Aparecida Pereira (879.885.508-53)

1.2. Entidade: Banco Central do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2351/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.237/2016-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Noha Fernandes Claudio (143.600.041-68); Orlando Jose Pereira de Oliveira (151.575.801-00); Paulo Hideo Sakashita (627.929.548-68); Paulo de Oliveira (757.908.828-20); Pedro Domingos Ferreira da Silva (469.079.397-20); Pedro Paulo Ciseski (288.439.919-49); Raimundo Luiz Silva Sousa (088.543.352-15); Ricardo Antonio Meireles Arruda (222.152.203-68); Roberio Lopes de Melo (154.084.771-34); Ronaldo Angelo Pignataro (141.144.026-91)

1.2. Entidade: Banco Central do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2352/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.238/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Rosa Maria Barbosa de Araujo (042.528.532-49); Rosemary Melanio (359.945.687-91); Sandra Maria Rodrigues da Silva (039.473.602-82); Sergio Consolmagno (761.271.258-04); Sergio Leite Costa Reis (009.711.036-15); Sergio Soares Manhaes (484.781.807-53); Sidnei Correa Marques (098.905.481-00); Silaercio Bezerra do Nascimento (048.037.282-91); Stenio Rogerio Aretakis Silva (120.286.491-00); Tania de Souza Dias Goncalves (339.777.471-34)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2353/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.282/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Evaldo Santos Junior (224.412.981-00); Iguaci de Souza Campos (153.598.911-49); Maria Beatriz Batista Silva Teixeira (184.022.831-87); Maria Fátima dos Santos (223.934.981-68); Neyri Lucia de Albuquerque Medeiros (317.051.971-91)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2354/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.283/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Luiza Ferreira dos Santos (168.182.881-20); Edna Luiza Barbosa Severo (335.737.191-04); Euclides Veloso Arrais (185.244.001-53); Francisco Carreiro Varão (213.167.081-87); Gilberto Dias de Mesquita (167.190.851-15); Ismeralda da Silva Aguiar Boerner (274.788.901-72); Joram de Amorim Carneiro (125.220.231-87); Maria Divina Bueno (464.426.501-20); Maria Iracema Fleury (144.525.611-87); Maria das Dores Esteves Miranda (197.789.371-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2355/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.462/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Augusta Silva da Cruz (417.609.807-49); Maria Cristina da Silva Maia Cruz (598.656.447-20); Maria Elídia de Almeida Valle Costa (269.089.307-00); Maria José de Fontes (594.959.527-00); Maria José de Souza D`assumpcao (609.599.247-87); Maria da Conceição Pereira (370.446.997-15); Marisa Gonçalves Penna (087.267.348-00); Martha Font (056.065.288-78); Mauricio José Dias (306.000.149-91); Osvaldo Jose da Silva Costa (017.059.068-26)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2356/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.790/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Nancy Cezar Bonfim (063.940.865-68); Roberto Batista Soares (153.278.925-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2357/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.793/2016-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Manoel dos Santos e Silva (079.566.731-00); Raimundo Carlos de Lima (044.860.722-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2358/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.846/2016-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jeovaque Lopes da Silva (199.644.202-34); Kleber Leitao e Silva (136.733.602-30); Ledice Fonteles da Silva (070.300.022-53); Maria Irene Pereira Almeida (197.976.643-68); Maria Martins de Araujo (201.210.672-20); Maria das Merces Paiva Silva (447.143.192-72); Maria de Fatima de Souza Santos (149.948.442-91); Naiva Cavalcante da Silva (112.435.382-87); Neli Padilha Ribas (201.176.552-87); Raimundo Rodrigues da Silva (027.876.282-49)
1.2. Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Roraima
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2359/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.847/2016-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rosalina Figueiredo Amorim (053.025.792-00); Terezinha de Jesus da Silva (027.833.042-87); Waldemar Mutran Paracat (034.198.192-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Roraima
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2360/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.086/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Henrique dos Prazeres Fonseca (002.339.361-06); Lucas José Falarz (063.123.389-08)
1.2. Entidade: Empresa de Pesquisa Energética
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2361/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.148/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Ferreira (033.720.354-70); Agostinho da Silva Contente (252.360.752-20); Alan Marcelo da Silva Souza (448.322.652-53); Alan de Souza Alves (054.110.877-83); Alex Souza dos Santos (056.489.487-78); Alex dos Santos (016.565.597-65); Alexandre Jose Barros de Souza (742.426.604-72); Alexandre Nazareno de Nazare Silva (640.078.712-72); Alexandre Seixas Soares (124.380.557-90); Alexandre de Lima (377.001.958-03)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2362/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.149/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexsandro do Nascimento Santos (042.319.314-70); Aline Teixeira Cazzolatto (116.710.867-16); Alvaro Brito Pereira (246.286.705-87); Amaro Henrique Dias Selva (845.794.394-49); Antonio Carlos Borges Leonardo (012.526.727-48); Antonio Carlos Gomes da Cruz (010.953.214-71); Antonio Carlos Passos da Silva (087.229.617-20); Antonio Cesar Dinelli de Menezes (098.140.602-59); Antonio Jose Caldas Rodrigues (291.805.383-04); Antonio Machado Pereira (313.266.095-72)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2363/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.150/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ari Candido de Freitas (956.235.238-20); Arlindo Bastos Narcizo (964.392.209-00); Belarmino Pego Luiz (072.469.996-12); Bertolino Airton dos Santos (494.965.149-87); Bruno Sanches Forni (288.173.828-17); Caio Kawaoka Melo (003.779.003-03); Camila Oliveira da Silva (058.179.597-04); Carla Maria de Jesus (092.391.737-30); Carlos Alberto Xavier Goncalves (482.511.945-04); Carlos Magno Santos de Souza (121.799.777-60)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2364/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.151/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claus Pelayo Hirsch (310.860.550-04); Cleber Ferreira Lacerda (030.925.364-01); Cleber Timoteo de Souza (047.859.177-25); Cristiano de Lima Ramos (076.323.787-66); Danilo Souza Macedo (810.649.420-91); Dany Bizaroli de Mendonca (328.775.188-33); Debora Rodrigues do Nascimento (305.939.118-14); Diana Paula Alves da S Pinto (082.384.927-93); Diego Barbosa Leite Filipe (122.857.187-21); Diego Matos dos Santos (012.057.055-62)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2365/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.152/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo Brazuna Nogueira (274.284.878-97); Douglas Nunes da Silveira (674.242.280-72); Edenilson Jose da Rocha Neves (595.378.332-91); Edilmo Domingos da Silva (313.699.014-53); Edinaldo Pereira da Silva (729.643.087-72); Edson Antonio Correa (612.760.907-06); Eduardo Jose Ribeiro Ferreira

(019.392.197-95); Eric Souza dos Santos (032.420.897-90); Ericon Dantas da Silva (085.732.174-99); Eugenio Carlos Bueno Gambeta (748.798.557-15)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2366/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.153/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiano Rosa Tatsch (015.291.430-71); Fernanda Reimao de Oliveira Fernandes (117.806.407-73); Fernando Goulart Martins (079.856.277-31); Francisco Alangeorge da Silva (048.335.784-76); Francisco Cesar Piveta de Lima (293.435.261-72); Francisco Vilson Saboia Lopes (135.165.818-24); Gerson Candeira Araujo Filho (183.636.873-91); Gerusa de Sousa Silva (667.462.212-53); Giovana da Silva Almeida de Morais (720.055.993-87); Guilherme Blanco Machado (036.083.035-88)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2367/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.154/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iracema de Oliveira Perdona (240.153.770-87); Iram Carvalho Filho (630.912.167-72); Iranildo Ferreira Dias (450.846.534-04); Isaque Barros da Silva de Deus (115.825.797-09); Ivanlesio Silva dos Santos (075.520.017-98); Ivo David (422.340.427-04); Izabel de Araujo Chagas (410.630.582-87); Jacelia Ribeiro Dias (411.564.042-15); Jailson Jorge dos Santos (637.737.324-49); Jailton Frederico Alves (891.717.137-00)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2368/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.155/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jairo Castello Junior (170.045.898-11); Janderson de Souza Carvalho (054.912.174-92); Jansen Tavares Travassos Pereira (058.295.987-01); Jasiel das Gracas Bahia (096.191.317-70); Jesica Chagas da Silva Ribeiro (124.217.397-80); Joao Batista Matias Santino Barbosa (943.378.024-87); Joao Paulo de Andrade (087.278.117-86); Joao Victor Silva Antunes (111.128.927-10); Joao da Conceicao Salles de Oliveira (011.102.027-17); Jorge Luiz Oliveira de Lima (088.909.747-02)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2369/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.156/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge Mauricio da Silva Rangel (807.498.957-72); Jorge Vandre Silva Souza (926.792.775-20); Jose Carlos Pereira Costa Junior (001.091.877-92); Jose Francisco do Nascimento Filho (247.841.922-04); Jose Gomes Tavares Filho (640.361.387-15); Jose Marcelino de Souza Filho (854.670.494-53); Jose Raimundo Rodrigues Martins (303.790.242-68); Jose Roberto Costa (156.758.075-00); Jose Wellington Pereira do Nascimento (826.851.504-04); Joseana Ferreira dos Santos (661.563.432-53)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2370/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.157/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joseildo do Nascimento Machado (049.385.434-78); Josinaldo Gomes de Almeida (050.013.174-01); Juliano Julio da Silva (045.465.324-74); Julio Marcos Arnoud Ferreira (705.925.604-06); Juvenal da Silva (179.100.133-53); Kenio Pereira da Cruz (021.147.494-01); Leandro Freire Rodrigues (077.451.527-98); Leandro Severino Mourelhe Barbosa (819.353.404-25); Leila Cristina Albuquerque de Miranda Silva (062.242.474-20); Leonardo Januario da Silva (690.657.134-68)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2371/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.159/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lidia Aviz da Silva (630.450.102-10); Lucas Alexandre e Silva (215.220.388-76); Lucas Evangelista da Silva Filho (722.689.303-78); Lucas Fonseca Lima (308.236.337-72); Lucas Ricardo da Silva (022.814.213-09); Lucimara Regina Moreira Peixoto (136.324.387-06); Luis Roberto da Silva Melo (054.634.464-07); Luiz Cosme dos Santos (374.319.517-87); Luiz Eduardo da Silva Ferreira (053.997.404-86); Luiz Felipe Tavares A C de Azevedo (035.637.027-56)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2372/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.160/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Gustavo Soares de Castro (168.852.102-00); Luiz Henrique Goncalves Gomes (079.263.897-22); Luiz Otavio Santos (039.500.182-04); Marcelo Francisco Rodrigues Festas (012.671.367-74); Marcelo Serrano do Nascimento (029.584.514-70); Marcelo dos Santos Nascimento (038.886.514-84); Marcilio Azevedo do Nascimento (440.022.385-04); Marcio Aurelio dos Reis Santos (019.530.337-76); Marcival da Rocha Silva (903.129.375-04); Marco Antonio Pinheiro de Lisboa (027.125.657-54)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2373/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.161/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcondes Antonio dos Santos (536.382.394-20); Marcos Araujo de Melo (357.912.841-87); Marcos Dias Martins (197.517.988-92); Marcos Geovani do Nascimento (722.734.294-87); Maria Luiza Pires Ferreira (191.185.544-15); Maria de Fatima Cunha de Souza (136.246.657-31); Mauricio Kiyoshi Mizuno (303.242.888-24); Max Paulo Barros da Silva (905.183.573-68); Micherllon Nascimento Ramos (014.116.184-16); Miguel Martin (625.697.838-20)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2374/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.162/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Milmar da Silva Lara (194.904.530-72); Moacir Ferreira do Nascimento Junior (842.597.014-87); Murilo Jorge de Vasconcelos (394.626.414-04); Nathanael da Silva Ferreira (011.826.014-64); Nelson Luiz Guapiassu Silva (808.472.007-44); Orlando Fernandes Lopes (263.963.352-04); Panaceia Maria Barbosa de Freitas (467.582.244-49); Paulo Ferreira da Costa Filho (458.606.457-91); Peterson Pereira Ferreira (124.683.867-28); Rafael Barroso Magalhaes (087.321.027-12)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2375/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.163/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Farinasso Lourenco (353.431.548-08); Rafael de Oliveira Garcia (107.219.637-90); Raimundo Paulo de Franca (688.662.917-49); Renan Poleto Carneiro (058.844.837-08); Roberto Carlos de Moura (794.538.217-72); Roberto Serafim Ferreira de Souza (646.644.067-20); Robson Belucio do Amaral (493.601.327-72); Robson Vital de Souza Lima (395.603.334-53); Rogerio Alcides de Franca (003.112.037-79); Rogerio Rosa de Campos (084.512.097-26)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2376/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.164/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronaldo Aurelio da Silva (035.725.924-61); Rony Tadeu Vernet Braga (109.076.987-35); Rosangela Teodosio de Lima (395.610.114-68); Rosilane Dias dos Santos de Freitas (039.414.447-35); Rye Santana Takeda (010.648.465-64); Sandra do Nascimento Bezerra (633.558.414-04); Sandro Eduardo Barreto Bispo (033.739.947-64); Sandro Jose da Silva (753.428.204-72); Sandro de Moraes Souza (086.884.237-09); Sergio da Silva Ferreira (051.981.644-70)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2377/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.165/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Pinheiro dos Santos (828.190.097-00); Sidineia Teixeira Pinho Souza (004.604.127-36); Tassya Rocha Brito (853.062.662-15); Ubiratan Manoel Romao (242.948.294-00); Williams Naimaier Pontes (002.251.433-30)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2378/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.398/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Pereira Gomes (039.330.884-70)

1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2379/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.762/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Guedes Sabino dos Santos (084.844.337-30); Aline de Mendonça Brasilino (118.599.657-50); Andre Souza Pelech (108.802.007-07); André Luiz Alberti (049.488.229-81); Arlene Lima Cordeiro (104.466.017-13); Artur Vasconcelos Luzio (134.178.807-50); Beatriz Nogueira Levy (115.688.417-95); Bernardo Cirne de Azevedo Geraldo (007.409.594-33); Bruno Alves de Oliveira (722.459.481-49); Bruno Cleber Maia da Rocha (071.626.846-96); Bruno Gregório Menita (326.225.618-81); Carolina Mattoso de Almeida (080.472.507-10); Claudio Andres Villegas Vallejos (009.464.219-27); Fernando Silva Beiro (028.385.767-63); Gisela Coelho Nascimento (088.949.348-02); Gustavo Cesar Coelho da Silva Mattos (104.540.727-59); Gustavo França Morais Coelho (058.838.947-12); Gustavo Moulin Lunga (112.629.877-84); Hugo Mendes Martins (112.954.157-63); João Paulo Macieira Barbosa (044.228.676-79)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Pesquisa Energética

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2380/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.763/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge Ricardo Muniz Kwasinski Filho (109.568.397-70); José Antonio D'affonseca Santiago Cardoso (081.709.727-95); Katia da Costa Freitas Cristo (047.615.347-61); Leonardo Brasil Santos de Almeida (125.185.187-89); Luciana Melo Vieira (014.891.457-88); Luciano Jorge de Carvalho Junior (122.082.037-71); Luiz Antonio de Andrade Neto (115.301.327-46); Marcello Conceição Mesquita (141.902.767-07); Marcello Gomes Weydt (096.989.537-28); Marcos Suzano da Costa de Paiva Pereira (114.166.497-60); Maria Luiza Carneiro da Cunha (028.630.917-35); Maíra Rodrigues da Silveira (109.540.527-65); Márcio José Casici (058.283.476-75); Mônica Giacometti Mai (681.426.252-53); Natália Costa de Souza (122.445.747-17); Pedro Henrique Paes Ribeiro (121.559.547-60); Pedro de Souza Hernandez (124.433.897-40); Rafael Bernardo da Silva (082.310.087-13); Raissa Caputo Domingues da Silva (107.056.017-06); Renato de Noronha Fernandes (073.092.556-07)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Pesquisa Energética

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2381/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.764/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo de Queiroz Campos (352.618.688-07); Romeu Ricardo da Silva (014.430.877-00); Ronaldo Debiasi (073.443.519-35); Thais Soares Alves (099.507.127-69); Thiago José Masseran Antunes Parreiras (114.597.177-67)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Pesquisa Energética

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2382/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.825/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emerson Numata Fujita (023.350.879-16); Filipe Motta dos Santos (102.801.187-32); Flavio Oliveira Pereira (107.739.147-14); Gustavo Frederico Soares de Oliveira (105.202.057-74); Gustavo Goncalves Leite de Souza (005.716.033-35); Gustavo dos Santos de Moraes (119.136.927-79); Italo Felipe Silva Lima (029.175.875-47); Jackson Junior de Oliveira (106.611.527-31); Janderson da Silva dos Santos (707.020.042-00); Jeimison de Souza Nascimento (043.559.904-60); Joao Luis Gomes Bittencourt (003.804.050-67); Joao da Rosa Martins (430.065.077-20); Jonas Enesio dos Santos Filho (631.525.845-04); Josafa Ramos Alves Neto (837.865.463-04); Jose Ferreira Casimiro (929.752.167-34); Jose Marcio Morais Santos (031.951.705-58); Jose Sales da Silva Vieira (459.129.477-34); Katia Cristina Dias Almada (054.200.366-06); Laelton Roberto Silva (603.070.304-82); Leonel da Silva Castro (100.027.737-24)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2383/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.826/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leudes Araujo Montenegro (681.267.272-68); Lidiomar Pinheiro da Silva (286.806.178-81); Livia Mureb Marques Quintanilha (102.858.467-95); Luiz Alberto Lira de Brito (953.655.244-20); Luiza Almeida Curado (016.836.977-07); Marcell de Oliveira Lima (698.344.821-91); Marcelo Leonardo de Castro e Paula (219.739.798-29); Marcelo da Silva Andrade (081.483.477-94); Marcio Monnerat Castello (092.977.167-25); Marcos Antonio de Alencar Magalhaes (378.931.737-34); Marcus Raimundo de Souza Santos (687.132.742-87); Mauricio Moraes da Silva Junior (084.586.617-64); Ozeas dos Santos Leite (075.162.857-30); Pablo Augusto Nunes Romanel Rodrigues (125.313.777-35); Pablo Guimaraes Azevedo (047.624.924-42); Paulo Cesar da Silva Santos (391.090.897-72); Rafael Pedrosa Vital Goncalves (105.367.187-33); Rafael Soares de Souza (117.078.547-69); Rebecca Guimaraes Viana Soares de Almeida (145.239.177-79); Renata Pacheco dos Santos (076.716.437-77)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2384/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.827/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo Jorge da Cruz (670.592.104-82); Rodrigo Araujo Gonzales (352.135.248-00); Rodrigo Leonardo da Silva Barros (090.044.997-76); Rodrigo Pereira Couto de Oliveira (028.518.347-89); Rodrigo dos Santos Correa (122.432.817-59); Roni de Carvalho Conceicao (090.864.097-84); Sergio Luiz Bittencourt Tulio (583.381.289-53); Susana Silvano Almeida (563.707.920-04); Tarcisio Felipe Marques do Nascimento (117.719.877-07); Vagner Bueno Pinheiro (972.739.290-34); Wagner Barboza Mata (026.148.137-10)

1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2385/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.828/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriela Luiza Leite Ferreira (026.211.551-46)

1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2386/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.563/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Cláudio da Costa (040.147.776-26); Gustavo de Souza Escobar (727.710.201-06); Leopoldo Henrique da Costa Vieira (005.496.311-78)

1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2387/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.625/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luisa Souza Sabbagh (085.191.116-10); Cláudio Fernandes Mendonça (061.570.444-11); Joélisson Alves de Oliveira (037.153.741-01)
1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2388/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.626/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leandro Dias Pereira (071.977.436-56); Luiz Carlos Stival (472.250.761-91); Ricardo Alvim Dusi (036.028.511-25)
1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2389/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.772/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tiago Batista Cardoso (007.298.691-30)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2390/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.079/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Almeida Teles (782.699.205-25); Emerson Leite Lemos (075.986.124-20); Emilie Aime Beirigo Jaguszewski (354.375.518-86); Erica Teles Ferreira (032.832.373-01); Erique Pereira Neto (040.157.901-89); Erna Guilhermina Albrecht de Oliveira (029.172.421-32); Estefania Costa Soares (067.364.876-17); Euclides Bispo Soares (008.869.091-12); Fabio Augusto Carmelita Rodrigues dos Santos (279.000.138-30); Felipe Aguiar Rocha (010.538.293-02)
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2391/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.087/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafaella Martins de Araujo Ferreira (013.816.904-75); Ramon Perondi (072.954.459-19); Raphael Pessoa da Silva (392.423.598-82); Regiane Silvia da Silva Santos (319.781.888-11); Relder Maia da Silva (124.690.486-13); Renan Luz de Vasconcelos (022.492.231-90); Renato Leitão Freire (711.147.421-04); Rhuan Lacerda de Souza (036.039.291-10); Rodney Rocha Faria (836.247.409-20); Rodrigo Targino Cardoso Santos (068.873.674-24)
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2392/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.088/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Roseane Agna de Souza Sales Alves (012.098.391-56); Samuel Leiro Locatelli (033.530.675-66); Steven Peter Figueiredo Ellice (013.562.645-57); Tais Cristina Moraes (392.364.618-67); Taliane de Souza Moraes (043.128.121-10); Tasia Josefina Sidou Galvao (047.463.834-05); Thiago de Lima Till (336.531.168-80); Tiago Ferreira de Souza (379.631.498-88); Tiago Silva Cardoso dos Santos (021.930.825-02); Valeria Duarte Portella Gazzoni (000.796.257-62)
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2393/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.099/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Fernando Ferreira dos Passos (787.136.251-87)
1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

ACÓRDÃO Nº 2394/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.716/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Fagundes de Santana (081.677.557-54)
1.2. Entidade: Casa da Moeda do Brasil
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Ricardo Zacharski Júnior (160.053/OAB-RJ) e outros, representando Casa da Moeda do Brasil.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2395/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.455/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pedro Bezerra da Silva Filho (317.673.461-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2396/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.550/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Regina Hiromi Nuruki Tomishima (033.759.718-93); Sergio Roberto Camargo Junior (260.448.848-56)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2397/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.553/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Advelton Pereira dos Santos (886.096.774-00); Angela Mansur (261.524.748-41); Diogo Rodrigues da Cruz (368.735.268-43); Everton dos Santos Costa (386.796.418-12)
1.2. Órgão/Entidade: Cobra Tecnologia S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2398/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.592/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evelyn Guimaraes Carvalho Ribeiro (389.410.778-26); Joao Luiz Bremmer Lemos (112.079.866-31); Ludolf da Mota Silva (107.430.987-14); Rodrigo Alves de Oliveira Tomaz (619.557.843-61)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2399/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.600/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina dos Santos Mariz (043.821.694-61); Ana Paula Freitas Alvarenga Braga (014.429.186-08); Ana Paula Lucena de Melo Fonseca (065.680.584-67); Caio Cesar de Araujo Medeiros (968.165.974-00); Celina Francisca de Almeida (068.693.596-95); Dalila Lucia de Souza Viana (030.002.856-36); Deise da Silva Reis David (681.304.146-00); Deivyson Lucas Ferreira (124.259.566-03); Douglas Fabiani Barbosa Silva (051.828.216-38); Fernanda Rodrigues Batista dos Santos (060.952.006-79); Francisco Leniere Ferreira da Silva (049.145.084-27); Gabriel Lourenco Rosa (091.721.386-61); Geovanni Luiz Monteiro (045.381.986-92); Harrison Stenio Targino de Sa (008.890.364-89); Heverton Andrade Ribeiro (066.814.426-25); Isabella Sulmonetti Parenti (052.549.116-38); Jonathan de Lima Tavares (075.305.244-02); Livia Almeida da Silva Bittencourt (997.739.531-49); Marcela Machado Maia Prates (067.844.946-52); Mariana Ferreira Casarin (089.184.856-89)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2400/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.601/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Monica Eloi de Souza (011.524.720-38); Naiara Paola de Oliveira (014.857.346-06); Nathalia Fagundes de Faria (125.016.326-99); Pollyana Maciel Guimaraes Franco (090.708.836-86); Raphaela Batista Barbosa Santos (099.264.756-80); Riger Lanza Galvao (070.466.976-55); Silvia Angelica de Souza (278.180.198-47); Vagner Miranda (936.970.316-00); Vinicius de Oliveira Amaral (079.222.226-10); Willian Cezar Nonato da Costa (010.278.991-61)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2401/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.685/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Oliveira Costa (887.799.801-63); Renan Bastos de Sena (988.296.101-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2402/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação do prazo fixado por meio do Ofício 10.643/2016-TCU/Sefip, para cumprimento das determinações contidas no item 9.4 do Acórdão 10.991/2016-TCU-2ª Câmara, por mais 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido à Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, em face dos motivos expostos à peça 46 dos presentes autos, nos termos do art. 183, parágrafo único, do RI/TCU.

1. Processo TC-003.007/2011-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Agostinha Antonia Mota (812.322.847-34); Ana Pricila de Oliveira Rodrigues (007.435.334-96); Josefa Rosa de Oliveira (073.058.934-04); Lucio Batista de Melo (007.423.704-70); Luziana Batista de Melo (007.427.624-75); Maria Estefania de Oliveira Rodrigues (007.435.324-14); Maria de Lourdes Escobar Momm (016.593.084-53); Marlene Sabina dos Santos (506.121.907-49); Marly Sabina da Cunha (874.371.127-87); Waltrudes Strobel Momm (479.630.429-00); Zezita Batista de Melo (641.906.334-53)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. dar ciência ao responsável que o descumprimento da determinação no prazo estipulado, sem motivo justificado, enseja a aplicação da multa de que trata o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 2403/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo formulada pelo Vice-Diretor, Capitão de Mar e Guerra (IM) Marcos Vinicius Magnelli Rangel (peça 17), por mais 30 (trinta) dias, para atendimento do Ofício 10.703/2006-TCU/Sefip (peça 15), emitido em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 10.995/2016 - TCU - 2ª Câmara:

1. Processo TC-016.220/2012-9 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Ana Maria de Araujo (937.399.827-72)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. dar ciência ao responsável que o descumprimento da determinação no prazo estipulado, sem motivo justificado, enseja a aplicação da multa de que trata o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 2404/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial apreciada por intermédio do Acórdão 2.063/2014-TCU-2ª Câmara (retificado por inexatidão material pelo Acórdão 3.020/2014-TCU-2ª Câmara, peça 115), que rejeitou as alegações de defesa do Sr. Carlos Otavio Pereira de Souza e Antonio Davila de Sousa Neves, e fixou-lhes prazo para recolhimento de débito, entre outras deliberações.

considerando que, notificados da referida deliberação, os responsáveis acima nominados compareceram aos autos apresentando as peças 135 e 137, a título de recurso de reconsideração, contra os termos do Acórdão 2.063/2014 - TCU - 2ª Câmara;

considerando que a deliberação já mencionada não pronunciou-se quanto ao mérito das contas, limitando-se a rejeitar as alegações de defesa e a fixar prazo para o recolhimento da dívida de forma a permitir o saneamento do processo e o julgamento pela regularidade, constituindo-se numa decisão preliminar, conforme art. 201, § 1º, do Regimento Interno;

considerando que o art. 285 do Regimento Interno limita a interposição de recurso de reconsideração contra decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas;

considerando os §§ 1º e 2º do art. 23 da Resolução TCU 36/95, verbis:

§ 1º Não cabe recurso da decisão que rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável.

§ 2º Caso o responsável não recolha a importância devida e apresente novos elementos de defesa, esses serão examinados quando do julgamento das contas.

considerando que o exame de admissibilidade de recursos efetuado pela Serur (peças 147 e 148) conclui pela recepção da peça encaminhada pelo responsável como novos elementos de defesa, a serem considerados por ocasião do julgamento de mérito das contas, nos termos do art. 23, §§ 1º e 2º, da Resolução TCU 36/95;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 32, inciso I, da Lei 8.443/92; arts. 201,§ 1º, e 285, caput, do Regimento Interno; c/c o art. 23, §§ 1º e 2º da Resolução TCU 36/95, em receber as peças 135 e 137 dos autos, apresentadas pelos Srs. Carlos Otavio Pereira de Souza e Antonio Davila de Sousa Neves, como meras petições, e aproveitá-las como novos elementos de defesa, nos termos do artigo 279, parágrafo único do RI/TCU, a serem considerados por ocasião do julgamento de mérito das contas, e determinar o encaminhamento dos autos à Secex/PA, para continuidade do feito.

1. Processo TC-008.941/2002-5 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2001)
1.1. Responsáveis: 3 M Global Construcoes e Servicos Ltda (03.990.829/0001-77); Abilmar Ferreira da Silva (177.306.433-91); Alberto Jeronimo Pereira (135.037.821-68); Antonio Davila de Sousa Neves (042.012.482-91); Carlos Otavio Pereira de Souza (062.059.172-20); Francisco Rodrigues Nogueira (055.454.552-72); José Calazans dos Santos (150.533.771-20); Maria de Mattias Nascimento Leao (096.932.702-15); Renato de Jesus da Costa Maues (399.503.442-04); Walquíria Ferreira de Araújo (024.033.402-78)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Representação legal: João Brandão Faciola da Souza (11853/OAB-PA), representando Antonio Davila de Sousa Neves e Carlos Otavio Pereira de Souza.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2405/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 27 da Lei 8.443/1992 e 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Marcelo Seixas de Matos (CPF 847.515.097-72), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 4.950/2016 - TCU - 2ª Câmara (Sessão de 26/4/2016, Ata 13/2016), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.853/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Agnes Christian Chaves Faria (091.046.657-24); Criato Produções Culturais Ltda - Me (04.549.647/0001-28); Marcelo Seixas de Matos (847.515.097-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.6. Representação legal: Lucas Groth Pereira (205279/OAB-RJ), representando Agnes Christian Chaves Faria; Rafael de Pinho Camargo (152435/OAB-RJ) e outros, representando Marcelo Seixas de Matos.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável e a Secretaria Executiva do Ministério da Cultura;
1.7.2. determinar o arquivamento dos autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 2406/2017 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de recurso de reconsideração interposto pela empresa Dipromedh Distribuidora de Medicamentos e Produtos Médico-Hospitalares, contra os termos do Acórdão 6.218/2014-TCU-2ª Câmara (peça 100), que condenou-a solidariamente com o Sr. Lílio Estrela de Sá ao pagamento de dívida e multa em razão de irregularidades verificadas na gestão de recursos do SUS, no Município de Bacabal/MA, no exercício de 2009.

considerando que, de acordo com o exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos, o recorrente ingressou com o pedido em análise fora dos prazos previstos nos artigos 33, in fine, da Lei 8.443/92 e 285, § 2º, do Regimento Interno;

considerando os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público junto ao TCU, pelo não conhecimento do recurso, pela sua manifesta intempestividade;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Dipromedh Distribuidora de Medicamentos e Produtos Médico-Hospitalares, por restar intempestivo em período superior a cento e oitenta dias, nos termos do artigo 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e § 2º, do RI/TCU, dando ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-010.579/2011-7 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TCE)
1.1. Apensos: 016.753/2010-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Responsáveis: Aldo Araújo de Brito (304.404.083-34); Dipromedh Distribuidora de Medicamentos e Produtos Médico-hospitalares (02.277.138/0001-68); Disprofar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda (09.589.872/0001-01); E. L. Frazão (10.226.668/0001-05); Fábio Alves da Silva (776.979.873-68); Lílio Estrela de Sá (054.629.083-34); Onyklley Fatiano Domingos Soares (498.971.013-49); Prefeitura Municipal de Bacabal - MA (06.014.351/0001-38); Raimundo Nonato Lisboa (093.728.573-00)
1.3. Recorrente: Dipromedh Distribuidora de Medicamentos e Produtos Médico-hospitalares (02.277.138/0001-68)
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bacabal - MA
1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Jorge
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).
1.9. Representação legal: Antonio Fernando Rites do Sacramento (7804/OAB-MA) e outros, representando Dipromedh Dist. de Medicamentos e Produtos Médico-hospitalares; Rogerio Alves da Silva (4879/OAB-MA), representando Onyklley Fatiano Domingos Soares, Aldo Araújo de Brito e Lílio Estrela de Sá.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2407/2017 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de recurso de reconsideração interposto por Construtora Gautama Ltda, contra os termos do Acórdão 7778/2015 - TCU - Segunda Câmara (Ata 33/2015), que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-a em débito e aplicou-lhe multa.

considerando que, de acordo com o exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos, o recorrente ingressou com o pedido em análise fora do prazo previsto no art. 33, in fine, da Lei 8.443/92, e não apresentou fato novo capaz de suplantar a intempestividade verificada para ser admitido nos termos do art. 285, § 2º, do Regimento Interno;

considerando os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público junto ao TCU, pelo não conhecimento do recurso pelas razões acima expostas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único; e 33 da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; e 285, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Construtora Gautama Ltda (R002, peça 110), por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, dando ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-020.477/2007-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aguinaldo Lelis (066.813.011-34); Gautama Ltda. (00.725.347/0001-00); Heberth Gualberto de Souza (099.277.781-04); Mardoqueu Gomes de Carvalho (255.576.886-68)

1.2. Recorrente: Construtora Gautama Ltda (00.725.347/0001-00)

1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (vinculador)

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.8. Representação legal: Pedro Guimarães Rivaldo e outros, representando Aguinaldo Lelis; André Marques Cabral (26477/OAB-DF), representando Heberth Gualberto de Souza; Luiz Cláudio Araújo Ribeiro (45286/OAB-DF), representando Gautama Ltda.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2408/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento após as comunicações processuais devidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.639/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Esquadra - Transporte de Valores & Segurança Ltda.

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32261) e outros, representando Caixa Econômica Federal e Caixa Econômica Federal.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2409/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.526/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público junto ao TCU.

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEE/DF)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2410/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em:

a) conhecer da representação adiante relacionada, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

b) autorizar a realização das diligências sugeridas pela Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional, no parecer de peça 7, visando sanear os autos; e

c) encaminhar cópia das peças 1 a 7 dos autos ao Banco Central do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a fim de subsidiar as manifestações a serem requeridas em cumprimento à determinação precedente.

1. Processo TC-033.043/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional - TCU.

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil; Caixa Econômica Federal; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 7/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2411/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.005/2017-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Juraci Galvão Júnior (568.662.598-00)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2412/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessões abaixo relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, esclarecer que as inativações ocorreram já na vigência da nova redação dada pela Lei Complementar nº 144/2014 ao art. 1º da Lei Complementar nº 51/1985, que rege a aposentadoria de servidor público policial, e fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-033.264/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria Cristina Paes da Silva (263.219.630-20); Maria Floripes Vidal (472.306.221-15); Maria Iolanda Leão Pimentel (061.867.772-00); Maria Lucia Trezza (520.100.408-30); Maria Olímpia Venâncio (361.030.201-15); Maria Rosa Beiro (495.311.829-49); Maria Thereza Moreira Estanislau (840.220.436-87); Maria Wilma Duarte Romero da Silva (113.416.884-53); Maria do Socorro Batista (079.852.744-72); Marleide Sabino de Oliveira (104.653.244-87)

1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento de Polícia Federal que providencie a atualização, no Siape, das datas de vigência das aposentadorias de Maria Iolanda Leão Pimentel, Maria Wilma Duarte Romero da Silva e Marleide Sabino de Oliveira, em consonância com as novas portarias de aposentação publicadas no DOU, em 8/10/2014, 7/11/2014 e 17/12/2014, respectivamente, editadas em função da negativa de registro dos atos anteriormente submetidos à apreciação desta Corte de Contas.

1.8. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do preenchimento dos campos "data da publicação", "data da vigência" e "vigência" do formulário de concessão de aposentadoria a Maria do Socorro Batista, de modo que onde se lê "25/10/2014" leia-se "27/10/2014", conforme Portaria DPF nº 2.218/2014.

ACÓRDÃO Nº 2413/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.665/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Andressa Borges Ribeiro (017.262.991-80)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2414/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.668/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Danielle Sousa Silva (017.513.415-42); Luciana Ferreira de Souza Silva (716.486.401-25)

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2415/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.058/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valquíria de Melo Santos (148.886.728-30); Vitor Oliveira Arbex (101.639.417-93); Viviane Nunes Baptista (070.258.477-04); Williams Ryu Viana Rodrigues (930.948.762-34)

1.2. Unidade: Cobra Tecnologia S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2416/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.172/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivair Simão de Souza (660.017.732-20); Lílian Rafaeli Dutra Silveira (528.789.532-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2417/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.177/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Veridiana de Noronha Santos Carneiro (273.666.518-00)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2418/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.180/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adolpho Bruno Lima de Oliveira Ramos (075.497.824-90); Carlos Eugênio Pinheiro (000.331.074-40); Diego Henrique de Oliveira (033.448.893-11); Gabriel Carneiro de Lima (047.270.644-64); Garcias Alencar Filho (018.493.083-90); Paula Mirlla Barbosa Mendes (632.585.603-15); Rômulo Fragoso de Almeida (067.542.054-74); Simone Vale Sant'Anna (003.630.476-03); Thales Candeia Quintans (064.732.344-38)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2419/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.187/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Barreto Teixeira (956.420.994-34); Aracelly Ribeiro de Andrade (913.169.283-49); Erika Wanderley Souto (058.693.324-78); Fernanda Donadello Balbi (105.388.767-19); Igor Salomão Fontenele Sousa (005.613.623-43); Julio Oliveira Maranhão (067.424.174-63); Laís Lima Dias (012.239.145-42); Leticia de Cassia Leandro de Freitas (269.489.808-48); Lilian Costa de Lacerda (012.455.664-74); Luciano Fernandes da Silva (669.367.214-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2420/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.193/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Pereira Azevedo Pinto (077.793.366-70); Luis Francisco Masiero Fiore (297.580.488-13); Mariana Dalago Bohrer (018.370.590-47); Mariana Vieira da Costa (018.454.480-73); Michelle Barrionuevo Macchi (966.656.020-87); Michelle Barros de Lima (084.403.686-23); Nicolas Benkler Willy (031.139.290-32); Nikolai Nowosh (053.218.997-38); Pablo Reis Arrais (041.982.753-60); Paula Guerrero Moyses (013.415.480-07)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2421/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.194/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pauline Sartori Rizzatti (018.187.980-85); Rafael Ribeiro Santos Simões (046.124.635-01); Ricardo Costa Pereira da Silva (060.784.186-96); Rodrigo Fonseca de Carvalho (101.747.896-10); Stelamaris de Paula Menezes Tassi (524.018.710-04); Suellen Daniella Domingos de Brito Oliveira Moratelli (018.134.521-80); Tatiana Linhares Ferreira (106.975.827-28); Thomas Graebin Vogelmann (010.419.620-37); Virgínia Mielczarski Schmidt (004.195.370-31)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2422/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.201/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eric de Jesus Viana (223.334.218-60); Eudivan Batista de Souza (005.586.325-64); Fabiano Monteiro de Campos (289.947.698-03); Fabrícia Rodrigues Chiarelli (290.473.778-26); Fernanda Cristina de Souza (361.896.888-45); Flavio Machado Galante (322.270.578-07); Francisco Gerardo Pinto de Farias (821.878.603-10); Fábio César Vicentini (098.757.508-24); Gustavo Eckert Hoff (326.517.878-17); Gustavo Schild Soares (937.298.800-63)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2423/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.209/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Luiza Leite Ferreira (026.211.551-46); Guilherme Affonso dos Reis (333.724.338-07); Igor Otavio Rodrigues (023.860.231-17); Isadora Vianna Rodrigues (033.057.841-30); Isadora Villaça Batista Campos (016.630.736-00); Ítalo de Sousa Drumon Dantas (734.941.511-72); Jessica Lays Ferreira Costa (006.577.421-39); Lanna Lucia Viana Pinto (903.022.141-00); Lucas Daniel dos Santos Lima (041.090.961-03); Luiza Soares dos Santos Amorim (039.763.161-80)
1.2. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2424/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos: (135)

1. Processo TC-002.732/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Afonso Leite de Carvalho Filho (009.159.381-62); Alex de Araujo Aquino (386.148.168-55); Alexandre Guimarães Abe (859.511.451-04); Alexandre Osvaldo de Oliveira Filho (093.082.849-66); Alexandre Perry de Souza Werneck (958.430.787-87); Allan Regis Santos dos Santos (916.632.612-53); Andre Aguiar Paes Leme (335.625.158-98); Andre Jorge Dias de Moura (495.654.867-20); Andreia Almeida de Souza Alcantara (305.263.578-60); Antonio Ronildo da Silva (774.557.623-72); Atílio Marcos Fequettia Antonello (878.357.548-00); Auiclamy de Souza Silva (952.581.593-53); Benedito Silvano Crispim (838.491.737-04); Carlos Alexandre Chang (958.926.647-91); Cesar Barboza (184.790.478-52); Claudio Cesla Leal Ribeiro (743.010.201-87); Cristiano Magno de Morais (008.781.681-41); Daniela Cruz Madeira (014.285.756-42); Danilo Duarte de Souza (001.866.652-37); Diogo da Silva (074.659.379-14)
1.2. Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2425/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.734/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas Stolses Piacenza (271.734.198-67); Luciano Barbosa (874.613.581-20); Luis Antônio dos Santos (214.713.396-53); Márcio Alexandre Ferreira Lopes (162.423.558-17); Márcio Rodrigo de Sousa (263.905.178-40); Marco Fernandes da Silva (033.200.081-88); Marcos Roberto Negrelli de Medeiros (126.115.088-01); Maurício Gomes Pereira (359.349.801-49); Mauro Fernando Campos Germano (509.696.922-34); Meg de Oliveira Meroni (158.632.438-13); Melissa Cavalheiro Navarro Stropper (979.745.950-00); Moacyr Albino Pinto Macedo (697.508.151-49); Naiara Vilela Martins (413.920.458-35); Neuber Francisco de Sousa (035.587.791-00); Neviton Lovo Júnior (022.557.621-02); Paulo André Vizel Baccaglini (201.664.268-81); Paulo José da Gama Santos (985.519.227-34); Rafael de Tarso Andrade Lucena (040.004.389-05); Renata Santos Alves (026.021.249-07); Renato de Gomes Pires (765.969.407-30)
1.2. Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2426/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, bem como mandar fazer a seguinte determinação, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.925/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lorena Sousa Cavalcante (528.948.602-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do campo "data de validade do concurso" do formulário de admissão da servidora acima referida, de modo que onde se lê "30/6/2016" leia-se "30/3/2016".

ACÓRDÃO Nº 2427/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento na Emenda Constitucional nº 70/2012 e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, e expedir a seguinte orientação:

1. Processo TC-002.542/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ignes Silvestre Antunes (584.232.739-20); Ivone Terezinha Weber Justen (507.182.829-49); Maria de Lourdes Ferreira Mouta Campos (183.469.877-49)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Orientar a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina quanto à necessidade de encaminhamento à apreciação desta Corte de Contas, via sistema Sisac, do ato de alteração da pensão civil de Ivone Terezinha Weber Justen, instituída por José Justen, aposentado por invalidez, haja vista o disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

ACÓRDÃO Nº 2428/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares, dar quitação plena aos responsáveis, e mandar adotar as seguintes providências sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.876/2016-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Responsáveis: Antônio Abelardo Benevides Moraes (116.132.973-00) e Hugo Pereira Filho (424.097.643-04)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
1.6. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Dar ciência ao TRE-CE de que a concessão de diárias em desconformidade com as disposições legais que regem a matéria, com a inobservância dos valores fixados para os respectivos cargos comissionados e dos descontos relativos ao auxílio-alimentação dos servidores, e sem a juntada, aos processos, dos comprovantes da eventual devolução dos valores, ofende os princípios da legalidade e da eficiência, insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

1.8. Recomendar ao TRE-CE a adoção de providências para regularizar a:

1.8.1. ausência de uniformização de procedimentos de correção monetária de passivos trabalhistas (adicional por tempo de serviço acima de 35%);

1.8.2. contratação de agenciamento de viagens, sem a conferência dos valores pagos às agências com aqueles constantes das faturas ou e-tickets emitidos pelas companhias aéreas; e

1.8.3. ausência de rotina uniforme do procedimento de concessão de diárias, incluindo a fragilidade de controles internos e falta de prestação de contas em deslocamentos não realizados por via aérea.

ACÓRDÃO Nº 2429/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.890/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Lorenzoni (282.431.297-15) e José Carlos Caetano (136.451.021-91)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Brasil Novo/PA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2430/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.268/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Edilson Oliveira Pereira (227.181.092-20)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará/PA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Solon da Silveira Bezerra Neto (19.335/OAB-PA) e outros, representando Edilson Oliveira Pereira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2431/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para determinar a adoção das seguintes providências:

1. Processo TC-000.496/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Câmara Municipal de Palestina/AL

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Palestina/AL

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL), ao Ministério Público do Estado de Alagoas, à Promotoria de Justiça em Pão de Açúcar/AL, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Serviço de Auditoria do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas.

RELAÇÃO Nº 7/2017 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2432/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Oziel Domingues Candido.

1. Processo TC-001.952/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Oziel Domingues Candido (CPF 813.167.209-34).

1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2433/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Melaine de Almeida Lawall.

1. Processo TC-003.692/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessada: Melaine de Almeida Lawall (CPF 659.057.251-87).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2434/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Vilma Oliveira de Almeida.

1. Processo TC-024.592/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessada: Vilma Oliveira de Almeida (CPF 412.360.332-72).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2435/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares com ressalva as contas e dar quitação a Henry de Holanda Campos, Denise Maria Moreira Chagas Correa, Manuel Antonio de Andrade Furtado Neto e Serafim Firmo de Souza Ferraz; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados abaixo e dar-lhes quitação plena; e em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 12, Universidade Federal do Ceará.

1. Processo TC-031.877/2016-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Antonio Gomes de Souza Filho (CPF 541.512.873-53); Ciro Nogueira Filho (CPF 071.682.503-10); Claudio de Albuquerque Marques (CPF 283.616.603-72); Custodio Luis Silva de Almeida (CPF 263.111.783-20); Denise Maria Moreira Chagas Correa (CPF 230.157.803-87); Ernesto da Silva Pitombeira (CPF 013.456.993-87); Francisco Jose Albuquerque Cruz (CPF 589.517.333-00); Gil de Aquino Farias (CPF 040.786.833-04); Henry de Holanda Campos (CPF 081.333.873-53); Jesualdo Pereira Farias (CPF 112.745.143-04); Manuel Antonio de Andrade Furtado Neto (CPF 222.139.023-72); Marcia Maria Tavares Machado de Aquino (CPF 228.779.833-15); Serafim Firmo de Souza Ferraz (CPF 168.812.064-53).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2436/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo vice-reitor da Universidade Federal do Ceará, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 20/10/2016, para atendimento das determinações constantes do acórdão 4.810/2016 - 2ª Câmara, e em dar ciência desta deliberação ao interessado.

1. Processo TC-009.037/2015-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Classe de Assunto: III.

1.2. Interessado: Roberto Leher, vice-reitor da Universidade Federal do Ceará.

1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: Rodrigo Antonio Maia Barreto (12.176/OAB-CE).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2437/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação encaminhada pela reitora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, acerca de possíveis irregularidades em processo de desfazimento de veículos pertencentes à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Funape).

Considerando que a representação, embora oriunda da UFPB, não cuida da venda de bens da universidade, e sim de bens pertencentes à Funape, fundação instituída como pessoa jurídica de direito privado e bens próprios;

considerando que a Funape não é unidade jurisdicionada ao TCU e que seus bens não são públicos e federais;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da documentação como representação por não preencher os requisitos de admissibilidade, uma vez que a matéria não é de competência desta Corte; em encaminhar cópia integral deste processo à Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos-Fundações (João Pessoa) do Ministério Público do Estado da Paraíba, para que tome as medidas que entender pertinentes; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 5, à representante; e em arquivar os autos.

1. Processo TC-020.539/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, Reitora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

1.3. Unidade: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Funape).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2438/2017 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a partir de denúncia encaminhada a sua Ouvidoria, acerca de suposta irregularidade na instituição de pensão por morte de ex-professor da Universidade Federal de Rondônia, relacionada ao descumprimento da exigência de união estável requerida no art. 217, inciso I da Lei 8.112/1990;

considerando que a existência ou não da união estável entre o instituidor da pensão e a beneficiária Maria de Fátima Viera Frazão é objeto do processo 0008313-58.2014.8.22.0102, em trâmite na 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Porto Velho;

considerando que a diligência realizada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal para exame da matéria permitiu constatar que a Universidade Federal de Rondônia suspendeu o pagamento da pensão a Maria de Fátima Viera Frazão até provimento judicial que estabeleça ou não a união estável com o servidor falecido;

considerando que, com base em pesquisa no Siape, a unidade instrutiva verificou não constar qualquer pagamento decorrente da pensão em epígrafe;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la parcialmente procedente, dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal de Rondônia e arquivar este processo.

1. Processo TC-023.255/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 1/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2439/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.415/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cesar Arantes (218.953.688-04); Eliana Maria Kalil Mello (052.694.498-62); Francisco Carlos Dias Baptista (740.801.648-15); Joao Batista Alves (887.582.228-04); Joaquim Jose Barroso de Castro (851.573.098-72); Jose Francisco de Assis Peixoto (739.193.148-91); Roberto Fernandes Bastos (740.373.408-44); Rosa Lia Lopes (019.677.998-73); Rosana Tereza de Castilho (028.179.658-09); Sonia Cristina Cavalheiro Gomes (019.663.848-82).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2440/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.763/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Euclides Pereira Gomes (481.332.486-04).
1.2. Órgão/Entidade: Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2441/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.838/2016-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Celia de Almeida Pelucio Ferraz (019.090.478-05).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2442/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.572/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Alberto Cavalheiro (005.299.119-90); Rafael Gonçalves de Oliveira (011.413.211-90).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura - MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2443/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.639/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana Gonçalves de Azevedo (134.845.458-01).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2444/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.125/2016-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Donato Gomes Caranassios (121.894.327-07); Guilherme Nascimento do Prado (112.824.577-99); Margareth Correa Silva (013.013.507-02); Solange Alves do Nascimento do Prado (774.850.337-00); Valentina Amorezano Silva Caranassios (158.202.807-92).
1.2. Órgão/Entidade: Centro de Tecnologia Mineral.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2445/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.184/2016-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Kaoru Yuyama (210.707.689-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2446/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o decidido na Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata n. 22/2011), ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, em notificar o Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, bem como a Consultoria Jurídica/TCU, para fins de acompanhamento do Processo Judicial, de n. 0006386-32.2013.4.02.5001, que tramita junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.745/2012-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marielle Magdalena Magalhães Santos (128.641.447-43).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2447/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de alteração e concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.813/2013-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Catarina Magalhães Chaplim (678.959.130-34); Eny Moraes Coimbra (464.005.910-87).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija, no sistema Sisac, o nome do instituidor para "Rubens Chaplim", de acordo com pesquisa realizada no sistema CPF, da Receita Federal do Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2448/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.086/2017-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Elisabeth Araujo Mello (031.566.126-77); Enid Martins Ferreira de Araujo Costa (577.323.966-34).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2449/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.323/2017-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adair Presado Siqueira (009.126.964-43); Airan de Siqueira (087.679.474-68); Ednelsa Silva Siqueira (870.692.374-72); Ivonete de Siqueira Santos (450.581.644-34); Maria Tereza de Siqueira Santos (517.766.005-25); Maydil Presado Siqueira (163.809.404-72); Walnia Lucia de Siqueira (309.421.794-04).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2450/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão e reversão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.325/2017-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Denise Matos Lima (338.505.505-91); Iraci Matos Lima (242.552.625-00); Marilene Matos Lima (083.643.545-15); Marise Matos Lima Dourado Alencar (291.404.985-49).
1.2. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2451/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.810/2017-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Miriam Schreiner Moraes (334.042.320-20).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2452/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.391/2013-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Dayana Kely Pereira Teixeira (989.100.003-68); Lourdes Maria da Silva Teixeira (128.667.682-72); Maria Orlete Vasconcelos (429.931.133-72); Nilza da Silva Teixeira (064.839.175-20).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2453/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do Sr. Edmundo Soares do Nascimento Filho regulares com ressalva e dar-lhe quitação, fazendo as seguintes determinações, e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos demais responsáveis regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.448/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Volney Zanardi Júnior (CPF 439.822.040-20), Fernando da Costa Marques (CPF 303.450.300-87), Edmundo Soares do Nascimento Filho (CPF 224.487.053-72), Francisco Marcos Gonet Branco (CPF 296.056.101-59), Gisela Damm Forattini (CPF 450.261.147-68), Thomaz Miazak de Toledo (CPF 303.556.838-30), Hanry Alves Coelho (CPF 844.084.131-00), Jorge Yoshio Hiodo (CPF 141.007.508-70), Luciano de Meneses Evaristo (CPF 150.743.231-34), Gustavo Muller de Podestá (CPF 893.811.221-72), Addson Santos Coelho Serra (CPF 028.625.296-13), Marcio Rosa Rodrigues de Freitas (CPF 290.211.200-97), Henrique Varejão de Andrade (CPF 521.991.048-50), Dicson Amorim Oliveira (CPF 749.898.633-72) e Eduardo Fortunato Bim (CPF 281.515.458-79).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que:

1.7.1.1. com fundamento no art. 8º da Lei n. 8.443/1992 e no § 1º do art. 197 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, informe a este Tribunal as providências adotadas com vistas à apuração dos fatos narrados no item 1.2.1.1 do Relatório de Auditoria n. 201503369 e, caso constatado dano ao erário, tome as medidas cabíveis para identificação dos responsáveis e restituição dos valores aos cofres públicos;

1.7.1.2. com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno/TCU, elabore e encaminhe a esta Corte, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, plano de ação com proposta de remodelação de suas atividades de controles internos, baseado em um mapeamento de processos e na avaliação de riscos, de forma a garantir que eventuais desvios de atuação da Entidade sejam corrigidos tempestivamente, em consonância com o previsto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 1/2016 que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

ACÓRDÃO Nº 2454/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Amauri Ribas de Oliveira, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.910/2005-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2004)

1.1. Responsáveis: Rubens Armando Brustolin (falecido em 15/09/2006), (000.199.509-00); Amauri Ribas de Oliveira, (110.373.509-87); Juça Maria de Azevedo Koscianski, (016.293.879-91); Gumercindo Ferreira dos Santos Jr. (027.096.618-88); Félix Archanjo Bordin, (004.130.039-49); Antônio Baréa (CPF não identificado); Alceu Ribeiro (CPF não identificado); Darci Piana, (008.608.089-04); Ari Fria Bittencourt, (027.533.089-34); Sigismundo Mazurek, (000.430.369-53); Omar Tosi, (004.131.789-00); Julio Maito Filho, (201.967.339-87); Renê Rodrigues Pereira, (234.118.999-72); Carlos Antônio Amaral Monteiro, (362.047.069-34); Washington Mário Abreu, (142.051.579-91); Wilson Geraldo Faust, (408.291.039-53); Francisco Leite (CPF não identificado); Ênio Franskoviak Lepper, (384.506.230-49); Paulo Cezar Pereira Gruber, (104.488.379-00); Luiz Carlos Borges da Silva, (CPF não identificado); Sidney Catenaci, (114.378.989-04); Mário Takinami, (002.099.889-91); José Francisco Schiavon, (006.421.269-68); Renato Merolli, (000.421.109-04); Benno Kreisel, (351.759.319-20); Luis Rodrigo Schruber Milano, (752.814.499-15); Valdir Pietrobon, (157.334.679-91); Armando Matheussi, (002.027.629-04); Vicente da Silva, (000.346.889-51); José Maria Bilhalva de Mattos, (098.451.789-87); Geraldo Serathiuk, (360.145.919-15); Elias Martins, (013.001.059-68); Elizabeth Lobo dos Santos Elpo, (447.910.549-20); Angelo José de Medeiros Baptista, (857.215.657-72).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Paraná - Sesc/PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

1.6. Representação legal: Douglas Wallison dos Santos (14.632/E/OAB-DF) e outros, representando Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Paraná - Sesc/PR; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21359/OAB-DF), representando Juça Maria de Azevedo Koscianski, Amauri Ribas de Oliveira, Administração Regional do Sesc no Estado do Paraná e Paulo Roberto Araujo Cruz.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão n. 1.748/2010, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 6/4/2010, Ata n. 10/2010, ratificados pelos Acórdãos ns. 3.339/2010, 2.964/2011 e 1.642/2013, todos da 1ª Câmara.

Data de origem da multa: 6/4/2010 Valor original da multa: R$ 5.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
27/12/2013 169,58
30/1/2014 172,50
27/2/2014 178,50
31/3/2014 174,05
29/4/2014 176,00
29/5/2014 176,85
30/6/2014 177,70
30/7/2014 177,70
29/8/2014 178,38
29/9/2014 179,00
29/10/2014 180,00
28/11/2014 181,00
29/12/2014 182,00
29/1/2015 182,90
27/2/2015 185,20
31/3/2015 187,50
30/4/2015 187,50
29/5/2015 191,36
30/6/2015 192,78
30/7/2015 194,30
31/8/2015 195,50
30/9/2015 195,93
30/10/2015 197,00
30/11/2015 198,61
29/12/2015 218,85
29/1/2016 200,86
26/2/2016 203,42
30/3/2016 205,24
29/4/2016 206,12
31/5/2016 207,42
30/6/2016 209,02
28/7/2016 210,00
25/8/2016 210,82
29/9/2016 211,68
28/10/2016 211,68
29/11/2016 212,50

ACÓRDÃO Nº 2455/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Ministério do Turismo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.629/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: João Ribeiro Barroso (119.655.413-72).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2456/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso III, e 211, caput e § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar as contas do responsável a seguir indicado iliquidáveis, ordenando o seu trancamento e o consequente arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao responsável e à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.027/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Paulo Afonso Lages Gonçalves (051.628.073-20).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - Sesapi.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2457/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o pedido de parcelamento formulado Município de São Miguel do Tapuio/PI, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b, e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da importância devida em 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU), e, com fulcro no art. 157 do Regimento Interno/TCU e 14, §§ 1º e 2º, da Resolução/TCU n. 259/2014, em sobrestar o presente processo durante o período de parcelamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.151/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria Tânia Oliveira de Sampaio (342.230.023-68); Prefeitura Municipal de São Miguel do Tapuio/PI (06.716.906/0001-93).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Miguel do Tapuio/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: Adriano Moura de Carvalho, OAB/PI n. 4.503, Márlio da Rocha Luz Moura, OAB/PI n. 4.505, Uanderson Ferreira da Silva, OAB/PI n. 5.456.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2458/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Graciliano de Moraes, ante o recolhimento integral do débito e da multa que lhe foram imputados, reconhecer a favor do responsável, perante a Fazenda Pública Federal, o crédito de R$ 2.863,45 (dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos), em decorrência de desconto a maior efetuado no contracheque, para que possa, se lhe aprouver, buscar o ressarcimento da quantia, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.244/2004-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Graciliano de Moraes (001.694.631-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 10ª Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão n. 2.573/2006, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 12/9/2006, Ata n. 33/2006.

Data de origem do débito: 4/6/1996 Valor original do débito: R$ 23.857,30

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
31/01/2007 R$ 1.608,05
27/03/2007 R$ 1.607,52
26/04/2007 R$ 1.607,52
29/05/2007 R$ 1.607,52
28/06/2007 R$ 1.607,52
31/07/2007 R$ 1.607,52
28/08/2007 R$ 1.607,52
26/09/2007 R$ 1.774,44

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

30/10/2007 R$ 1.774,44
30/11/2007 R$ 1.774,44
27/12/2007 R$ 1.774,44
30/01/2008 R$ 1.774,44
26/02/2008 R$ 1.774,44
28/03/2008 R$ 1.774,44
28/04/2008 R$ 1.774,44
28/05/2008 R$ 1.774,44
26/06/2008 R$ 1.774,44
29/07/2008 R$ 1.774,44
29/08/2008 R$ 1.774,44
30/09/2008 R$ 1.774,44
28/10/2008 R$ 1.774,44
27/11/2008 R$ 1.967,27
24/12/2008 R$ 1.967,27
02/02/2009 R$ 1.967,27
26/02/2009 R$ 1.967,27
31/03/2009 R$ 1.967,27
28/04/2009 R$ 2.093,32
02/06/2009 R$ 2.091,33
30/06/2009 R$ 2.240,80
28/07/2009 R$ 2.240,80
28/08/2009 R$ 2.304,59
28/09/2009 R$ 2.304,59
26/10/2009 R$ 2.304,59
30/11/2009 R$ 2.359,84
24/12/2009 R$ 2.359,84
29/01/2010 R$ 2.359,84
25/02/2010 R$ 2.453,24
29/03/2010 R$ 2.453,24
28/04/2010 R$ 2.453,24
27/05/2010 R$ 2.453,24
30/06/2010 R$ 2.518,25
28/07/2010 R$ 2.518,25
30/08/2010 R$ 2.518,25
29/09/2010 R$ 2.518,25
05/11/2010 R$ 2.595,10
29/11/2010 R$ 2.595,10
30/12/2010 R$ 2.595,10
02/02/2011 R$ 2.595,10
28/02/2011 R$ 2.595,10
05/04/2011 R$ 2.672,95
09/05/2011 R$ 2.672,95
01/06/2011 R$ 2.672,95
05/07/2011 R$ 2.672,95
29/07/2011 R$ 2.672,95
01/09/2011 R$ 2.672,95
05/10/2011 R$ 2.736,03
01/11/2011 R$ 2.736,03
05/12/2011 R$ 2.736,03
09/01/2012 R$ 2.736,03
07/02/2012 R$ 2.736,03
21/05/2012 R$ 2.816,00
06/06/2012 R$ 2.816,00
04/07/2012 R$ 2.816,00
28/08/2012 R$ 2.816,00
10/09/2012 R$ 2.816,00
04/10/2012 R$ 2.816,00
12/11/2012 R$ 2.816,00
11/12/2012 R$ 2.816,00
10/01/2013 R$ 2.816,00
05/02/2013 R$ 2.816,00
11/03/2013 R$ 2.816,00
02/04/2013 R$ 160,85

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão n. 2.573/2006, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 12/9/2006, Ata n. 33/2006.

Data de origem da multa: 12/9/2006 Valor original da multa: R$ 4.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
31/01/2007 R$ 153,84
27/03/2007 R$ 153,84
26/04/2007 R$ 153,84
29/05/2007 R$ 153,84
28/06/2007 R$ 153,84
31/07/2007 R$ 153,84
28/08/2007 R$ 153,84
26/09/2007 R$ 153,84
30/10/2007 R$ 153,84
30/11/2007 R$ 153,84
27/12/2007 R$ 153,84
30/01/2008 R$ 153,84
26/02/2008 R$ 153,84
28/03/2008 R$ 153,84
28/04/2008 R$ 153,84
28/05/2008 R$ 153,84
26/06/2008 R$ 153,84
29/07/2008 R$ 153,84
29/08/2008 R$ 153,84
30/09/2008 R$ 153,84
28/10/2008 R$ 153,84
27/11/2008 R$ 153,84
24/12/2008 R$ 153,84
02/02/2009 R$ 153,84
26/02/2009 R$ 153,84
31/03/2009 R$ 153,84
28/04/2009 R$ 147,48
02/06/2009 R$ 149,47

ACÓRDÃO Nº 2459/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em determinar, desde logo, por economia processual, nos termos do art. 93 da Lei n. 8.443/1992, arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 6º, inciso I, 7º, inciso III, e 19 da IN/TCU n. 71/2012, o arquivamento do presente processo, sem julgamento do mérito e sem o cancelamento da dívida, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação e de encaminhar cópia das peças ns. 1 a 4 destes autos à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf e desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.469/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Clézio Gomes da Silva (182.222.771-20), ex-Prefeito.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Piauí/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2460/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Luiz Gonzaga Aguiar Bezerra, ante o recolhimento do débito e da multa que lhe foram imputados, reconhecer a favor do responsável, perante a Fazenda Pública Federal, os créditos de R$ 22,97 (vinte e dois reais e noventa e sete centavos) e de R$ 19,64 (dezenove reais e sessenta e quatro centavos), em decorrência de pagamento a maior referente ao débito e à multa por ele efetuado, para que possa, se lhe aprouver, buscar o ressarcimento das quantias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.533/2004-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luiz Gonzaga Aguiar Bezerra (062.299.645-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 10ª Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão n. 1.216/2007, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 8/5/2007, Ata n. 13/2007.

Data de origem do débito: 12/6/1996 Valor original do débito: R$ 21.106,84

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
31/12/2011 R$ 1.544,72
31/01/2012 R$ 1.544,72
28/02/2012 R$ 1.544,72
31/03/2012 R$ 1.544,72
30/04/2012 R$ 1.544,72
31/05/2012 R$ 1.544,72
30/06/2012 R$ 1.544,72
31/07/2012 R$ 1.544,72
31/08/2012 R$ 1.544,72
30/09/2012 R$ 1.544,72
31/10/2012 R$ 1.544,72
30/11/2012 R$ 1.544,72
31/12/2012 R$ 1.544,72
31/01/2013 R$ 1.544,72
28/02/2013 R$ 2.185,80
31/03/2013 R$ 2.185,80
30/04/2013 R$ 2.185,80
31/05/2013 R$ 2.185,80
30/06/2013 R$ 2.185,80
31/07/2013 R$ 2.185,80
31/08/2013 R$ 2.185,80
30/09/2013 R$ 2.185,80
31/10/2013 R$ 2.185,80
30/11/2013 R$ 2.185,80
31/12/2013 R$ 2.185,80
31/01/2014 R$ 2.185,80
28/02/2014 R$ 2.185,80
31/03/2014 R$ 2.185,80
30/04/2014 R$ 2.185,80
31/05/2014 R$ 2.185,80
30/06/2014 R$ 2.185,80
31/07/2014 R$ 2.185,80
31/08/2014 R$ 2.185,80
30/09/2014 R$ 2.185,80
31/10/2014 R$ 2.185,80
30/11/2014 R$ 2.185,80
31/12/2014 R$ 2.185,80
31/01/2015 R$ 2.185,80
28/02/2015 R$ 2.185,80
31/03/2015 R$ 2.185,80
30/04/2015 R$ 2.185,80
31/05/2015 R$ 2.185,80
30/06/2015 R$ 2.185,80
31/07/2015 R$ 1.800,00
31/08/2015 R$ 1.800,00
30/09/2015 R$ 1.800,00
31/10/2015 R$ 1.800,00
30/11/2015 R$ 1.800,00
31/12/2015 R$ 1.278,39

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão n. 1.216/2007, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 8/5/2007, Ata n. 13/2007.

Data de origem da multa: 8/5/2007 Valor original da multa: R$ 4.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:
31/12/2015 R$ 521,61
31/01/2016 R$ 1.800,00
28/02/2016 R$ 1.800,00
31/03/2016 R$ 1.800,00
30/04/2016 R$ 909,88

ACÓRDÃO Nº 2461/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 6º, inciso II, e 19 da IN/TCU n. 71/2012, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.151/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Sr. Marcos Antônio Parente Elvas Coelho (161.106.173-34), ex-Prefeito; espólio do Sr. Adelmar Moreno Benvindo (007.008.003-87), ex-Prefeito, representado pela Sra. Cledete Fonseca Benvindo (746.567.163-91).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB).

1.6. Representação legal: Nayra Benvindo Falcão Mendes (17486/OAB-DF) e outros, representando Adelmar Moreno Benvindo e Cledete Fonseca Benvindo.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2462/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-011.292/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antonio Almeida Neto (119.697.763-15).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Acopiara/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Antônio Braga Neto, OAB/CE n. 17.713.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2463/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 7º, inciso II, da IN/TCU n. 71/2012, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e de fazer a seguinte recomendação e dar ciência da seguinte irregularidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.695/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Raimundo Nonato Guimarães Maia (112.810.778-36).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Quixeré/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Recomendação/Ciência:

1.7.1. recomendar à Fundação Nacional de Saúde do Estado do Ceará que se abstenha de celebrar convênios com prefeituras do estado do Ceará objetivando perfuração de poços artesianos sem que se deixe claro, no plano de trabalho, qual a providência a ser adotada no caso de a água encontrada não ser própria para o consumo humano;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.2. dar ciência à Fundação Nacional de Saúde do Estado do Ceará que as evidências relacionadas no processo de tomada de contas especial devem constar do processo a ser encaminhado a este Tribunal, tendo em vista a ausência, no Processo n. 25140.009.848/2015-15, dos seguintes documentos: termo de convênio assinado pelas partes; planilha de medição dos serviços executados; extratos bancários da conta de convênio; notas fiscais dos serviços e materiais adquiridos; Guia de Recolhimento à União que comprove a devolução dos recursos; atas do processo licitatório para escolha do executor do objeto do convênio.

ACÓRDÃO Nº 2464/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-013.020/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Elétrica Construção Ltda. (00.502.970/0001-95); Francisco Gilmario Araujo Cavalcante (061.157.133-15); José Atualpa Pinheiro Junior (360.660.873-04).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Solonópole/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2465/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea c, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 13, §§ 1º e 2º, da IN/TCU n. 71/2012, em fazer as seguintes determinações, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.122/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco Valdecy Soares Coelho (362.688.953-04).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Oriente/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. à Secex/MT que:

1.7.1.1. restitua o presente processo de tomada de contas especial à Superintendência Estadual da Funasa no Ceará - Suest/CE, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie o saneamento dos autos, devolvendo o aludido processo ao TCU e apresentando as seguintes informações:

1.7.1.1.1. análise da documentação enviada pelo responsável como resposta ao Parecer Técnico n. 93/2014 (SCDWEB 25140.002.488/2015-21), uma vez que esse exame não foi contemplado no relatório do tomador de contas;

1.7.1.1.2. nota técnica, respondendo aos quesitos abaixo:

1.7.1.1.2.1. as alterações no projeto original relativas ao Convênio n. 1.564/2004 propostas pela convenente foram analisadas e aprovadas pela Suest/CE;

1.7.1.1.2.2. as alterações propostas pela convenente são pertinentes quanto ao novo orçamento apresentado;

1.7.1.1.2.3. o valor total do Convênio n. 1.564/2004, para realizar as sete etapas (serviços), pode ser totalmente apropriado em quatro etapas, conforme proposto pela convenente;

1.7.1.1.2.4. na prestação de contas final do Convênio n. 1.564/2004, quais etapas (serviços) foram realizadas com recursos do Projeto São José do Governo do estado do Ceará e quais foram realizadas com recursos federais;

1.7.1.1.2.5. qual o percentual correto de execução do objeto do Convênio n. 1.564/2004;

1.7.1.1.2.6. o objetivo do Convênio n. 1.564/2004 foi atingido pela convenente;

1.7.1.1.2.7. qual valor deve ser devolvido pela convenente ao órgão concedente no âmbito do Convênio n. 1.564/2004;

1.7.1.1.3. documentos que contenham as análises efetuadas das alterações do projeto, bem como os planos de trabalhos, os planos de aplicação, as planilhas orçamentárias com os custos de cada uma das etapas a serem realizadas, a GRU comprovando a devolução de recursos, os extratos bancários de todo o período, as notas fiscais de todas as etapas executadas, planilhas de medição e o relatório fotográfico relativo à execução do projeto, todos relacionados ao Convênio n. 1.564/2004 (Siafi n. 530.858).

1.7.1.2. encaminhe à Superintendência Estadual da Funasa no Ceará cópia da instrução produzida pela unidade técnica, a fim de subsidiar as providências elencadas nos subitens supra.

ACÓRDÃO Nº 2466/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.181/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Alexandre Bacelar de Carvalho Sobrinho (096.237.523-34).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: Virgílio Bacelar de Carvalho, OAB/PI n. 2.040.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2467/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 6º, inciso II, e 19 da IN/TCU n. 71/2012, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e encaminhar cópia desta deliberação à inventariante do espólio do Sr. João Almir de Freitas Brandão, ao Sr. Jose Mardônio da Costa e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sem prejuízo de dar ciência da seguinte impropriedade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.442/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: João Almir de Freitas Brandão (356.660.563-87, falecido) e José Mardônio da Costa (168.717.743-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Benedito/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Ciência:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que o excessivo período de tempo transcorrido na tramitação da TCE que tratou do Convênio n. 642/94 (Programa Nacional de Alimentação Escolar, exercício de 2008) comprometeu o exercício da atividade de controle financeiro da gestão da gestão pública, razão por que deve a autoridade administrativa competente observar os prazos prescritos atualmente na Instrução Normativa/TCU n. 71/2012.

ACÓRDÃO Nº 2468/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 202, § 4º, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.704/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Santana de Araujo (145.663.204-30); Clube Estudantil de Astronomia - CEA (09.436.627/0001-64).

1.2. Órgão/Entidade: Clube Estudantil de Astronomia - CEA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2469/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à responsável e à Fundação Nacional de Saúde, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.676/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Maria Carleusa dos Santos Batista de Carvalho (150.267.873-04)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2470/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão n. 8.736/2016 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 26/7/2016, Ata n. 26/2016, relativamente ao seu item 3, onde se lê: "Antônio Augusto Barbosa Lima (CPF 809.028.391-87), Antônio Batista de Sá (CPF 604.746.701-63); Romão Gomes Vanderley (CPF 300.833.621-34), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - Fetaet (CNPJ 01.785.997/0001-03).", leia-se: "Antônio Augusto Barbosa Lima (CPF 809.028.391-87), Antônio Batista de Sá (CPF 604.746.701-63), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - Fetaet (CNPJ 01.785.997/0001-03).", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.630/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antonio Augusto Barbosa Lima (809.028.391-87); Antonio Batista de Sá (604.746.701-63); Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins (01.785.997/0001-03).

1.2. Órgão/Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - Fetaet.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: Sérgio Rodrigues de Mendonça Cosson (CPF 018.947.328-20).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2471/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Marcus Ortega Bonassi, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.218/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: TC-024.715/2016-6 (Cobrança Executiva); TC-018.407/2013-7 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: José Augusto Viana Neto, CPF n. 606.428.828-00, Adalberto Franco Pelliciari, CPF n. 078.851.211-00, Ana Alice de Fins Pagnano, CPF n. 055.223.328-59, Angelita Esnarriaga Viana, CPF n. 273.682.698-13, Carlos Roberto Faleiros Diniz, CPF n. 302.200.928-34, Clovis Cesar da Rocha, CPF n. 039.448.838-53, Gerisvaldo Ferreira da Silva, CPF n. 663.599.028-34, Giasone Albuquerque Candia, CPF n. 266.711.158-34, Isaura Aparecida dos Santos, CPF n. 819.112.898-53, Jackson Carlos Franco, CPF n. 724.542.378-49, Jean Saab, CPF n. 508.993.508-44, João Batista Bonadio, CPF n. 360.791.548-20, João Modesto, CPF n. 410.401.398-68, Luiz Carlos Kechichian, CPF n. 011.998.498-98, Luiz Roberto de Barros, CPF n. 030.930.048-70, Marcus Ortega Bonassi, CPF n. 230.728.738-87, Odil Baur de Sá, CPF n. 115.177.518-53, Rosangela Martinelli Campagnolo, CPF n. 125.437.018-85, Sabino Sidney Pietro, CPF n. 974.544.788-91, Valentina Aparecida de Fátima Caran, CPF n. 011.727.648-08, e Wagner Artuzo, CPF n. 578.360.518-20.

1.3. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

1.4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região - Creci/SP.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão n. 1.816/2013, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 9/4/2013, Ata n. 10/2013.

Data de origem da multa: 9/4/2013 Valor original da multa: R$ 6.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:

09/12/2014 R$ 272,88
28/01/2015 R$ 276,50
19/02/2015 R$ 280,00
16/03/2015 R$ 283,40
15/04/2015 R$ 287,00
25/05/2015 R$ 289,10
22/06/2015 R$ 291,20
23/07/2015 R$ 293,50
17/08/2015 R$ 295,35
25/09/2015 R$ 296,00
19/10/2015 R$ 297,60
24/11/2015 R$ 300,00
16/12/2015 R$ 303,00
20/01/2016 R$ 305,99
29/02/2016 R$ 310,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21/03/2016 R$ 312,70
19/04/2016 R$ 313,99
16/05/2016 R$ 316,00
27/06/2016 R$ 318,40
26/07/2016 R$ 319,50
16/08/2016 R$ 321,11
23/09/2016 R$ 322,50
30/09/2016 R$ 322,50
27/10/2016 R$ 322,82

ACÓRDÃO Nº 2472/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Hospital Militar da Área de Manaus - 12ª Região Militar, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-001.200/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Agro Rio Agropecuária Ltda. (14.855.328/0001-02).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Militar de Área de Manaus - 12ª Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2473/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação à representante, à empresa Ctis Tecnologia S/A e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Sefti:

1. Processo TC-004.126/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Basis Tecnologia da Informação S/A (11.777.162/0001-57).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.6. Representação legal: Alexandre Rocha Pinheiro, OAB/DF n. 12.968 e outros, representando Ctis Tecnologia S/A; Thaynara Cleny Camilo de Faria (051.635.031-54) e outros, representando Basis Tecnologia da Informação SA.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2474/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea c, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação e o seguinte alerta, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-007.409/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sr. Alex Vasconcelos Sousa, Subprocurador de assuntos administrativos da Prefeitura Municipal de São Bendito/CE.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Benedito/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação/Alerta:
1.7.1. determinar à Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual do Ceará que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, conclua, se ainda não o fez, as medidas administrativas prévias com vistas à recomposição do Erário, diante das irregularidades observadas em seu Parecer Técnico emitido após visita realizada nos dias 12 e 13/11/2015, acerca da execução do Termo de Compromisso - TC/PAC n. 106/2009 (Siafi n. 657.601), celebrado com o Município de São Benedito/CE, emitindo pareceres técnicos e financeiros conclusivos sobre a análise da prestação de contas apresentada e instaurando, se for o caso, a devida tomada de contas especial, e informando ao TCU, ao final deste mesmo prazo, todas as providências adotadas;
1.7.2. alertar à Funasa/CE que a autarquia vem descumprindo a determinação desta Corte proferida no âmbito do Acórdão n. 8.784/2016 - 2ª Câmara, notificado à entidade por meio dos Ofícios ns. 1.927/2016 e 2.801/2016, o que pode acarretar a aplicação de multa aos atuais gestores.

ACÓRDÃO Nº 2475/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e ao Ministério Público do Estado do Amazonas, para adoção das providências que entenderem necessárias, e fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-013.648/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Câmara Municipal de Maués/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maués/AM.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações:
1.7.1. ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus que apure as irregularidades descritas nesta representação, inclusive a questão dos dados falsos ou desatualizados do CnesNet relativos ao Município de Maués/AM, informando ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as conclusões e as providências com vistas à correção das impropriedades;
1.7.2. à Secex-AM que:
1.7.2.1. monitore o cumprimento da determinação contida no subitem 1.7.1 supra;
1.7.2.2. envie ao Denasus, juntamente com o ofício de notificação, cópia dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2476/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos:

1. Processo TC-016.553/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sr. Heitor Férrer, Deputado Estadual.
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE), Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraAeroTelecom).
1.6. Representação legal: Rosimeire Gaudad Sardinha Carneiro e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2477/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-018.987/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Alexandre Meireles Marques, Procurado da República no Estado do Ceará - PR/CE/MPF.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aquiraz/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2478/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia do presente processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-020.388/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Procuradoria da República no Amazonas - MPF/PR/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manaus/AM.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações:
1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, quanto aos Termos de Compromisso ns. 7.228/2013 e 2.491/2012, firmados com o município de Manaus/AM:
1.7.1.1. apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, as irregularidades apuradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM no âmbito da prestação de contas do município de Manaus/AM, exercício de 2013 (Processo TCE 1485/2014), em especial a baixa execução física das obras de construção das creches ID 27705, 27715 (bairro Zumbi dos Palmares, áreas 64 e 94, respectivamente) e 27712 (bairro Gilberto Mestrinho, área 90), a despeito da proximidade com o fim da vigência do acordo, bem como a situação das creches Manoel Octávio R. de Souza, Maria Ferreira Bernard e Magdalena Arce Daou e daquela localizada na Rua Rio Muntunzinho, bairro Armando Mendes;
1.7.1.2. instaure, se for o caso, as respectivas tomadas de contas especiais;
1.7.1.3. encaminhe ao TCU, após o fim do prazo retrocitado, as conclusões e providências adotadas;
1.7.2. Secex/AM que monitore o cumprimento das determinações contidas no subitem 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 2479/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-021.610/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Alfândega do Porto de Manaus - Receita Federal.
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União que informe, nas contas de 2016 do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, as providências adotadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia em face da Representação Fiscal Sedad n. 1/2016, da Alfândega do Porto de Manaus - Receita Federal do Brasil, com vistas a apurar a responsabilização do agente público que deu causa à infração por declaração inexata no registro da DI 16/0130344-2, referente ao Processo Administrativo n. 12266.723731/2013-18;
1.7.2. à Secex/AM que monitore o cumprimento da determinação 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 2480/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia dos presentes autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-023.806/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Careiro/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações:
1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, quanto ao Termo de Compromisso PAC n. 205843/2013 firmado com o município do Careiro/AM, apure, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência desta deliberação, as irregularidades relatadas nestes autos, instaurando, se necessário, a respectiva tomada de contas especial, e encaminhe ao TCU, após o fim do prazo retrocitado, as conclusões e providências adotadas;
1.7.2. à Secex/AM que monitore o cumprimento da determinação 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 2481/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM, para adoção das providências que entender necessárias, em relação às ocorrências noticiadas nesta representação envolvendo recursos do Fundeb Transferidos ao município de Manicoré /AM, no exercício de 2015, bem como ao FNDE, a fim de subsidiar a análise da prestação de contas dos recursos do Pnate transferidos ao aludido município, no exercício de 2015, de acordo com o parecer da Secex/AM:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-023.810/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria da República no Amazonas - PR/AM/MPF.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manicoré/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2482/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da peça n. 1 dos presentes autos e da instrução produzida pela unidade técnica à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, e desta deliberação à representante, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-023.813/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Jane Marta Silva de Moraes, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Amazonas - Ceas/AM.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lábrea/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2483/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e ao denunciante no âmbito do TC-020.436/2016-5 e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-023.817/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-020.436/2016-5 (Denúncia).

1.2. Representante: Laureny Antônio Nascimento da Silva (598.369.112-00), Vereador.

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos/AM.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações:

1.8.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que apure os indícios de irregularidade na construção das escolas Santa Elízia, Fortunato Vieira e São Pedro, no município de Boa Vista do Ramos/AM, objeto do Termo de Compromisso PAR n. 29.951/2014, ante o pagamento às empresas construtoras de valores superiores aos efetivamente executados conforme verificado na última supervisão em 31/8/2016, segundo dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - Simec, adotando as providências cabíveis e informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas;

1.8.2. à Secex/AM que monitore a determinação 1.8.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 2484/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e fazer as seguintes determinações, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-025.110/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas - MPF/PR/AM.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, quanto ao Termo de Compromisso PAC2 n. 06933/2013, firmado com o Município de Eirunepé/AM, para construção das escolas infantis Santo Antônio, Bairro de Fátima e Bairro São José:

1.7.1.1. apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, as irregularidades noticiadas nestes autos, incluindo a incompatibilidade entre os pagamentos efetuados e a execução físico-financeira das obras, bem como a movimentação irregular dos recursos na conta bancária do termo de compromisso, instaurando, se for o caso, a respectiva tomada de contas especial;

1.7.1.2. encaminhe ao TCU, após o fim do prazo acima mencionado, as conclusões e providências adotadas, bem como o comprovante de envio ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União da tomada de contas especial, caso instaurada;

1.7.2. à Secex/AM que monitore o cumprimento das determinações contidas no subitem 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 2485/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito considerá-la prejudicada e dar ciência da seguinte impropriedade, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante, ao Fundo Nacional de Saúde - FNS e ao Município de Uruburetama/CE, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-025.308/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Serviço de Auditoria no Estado do Ceará - Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Seaud/CE/Denasus/MS.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Uruburetama/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Ciência:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Saúde que, no tocante às irregularidades detectadas na Auditoria n. 9.511/2010 promovida pelo Denasus junto à Secretaria Municipal de Saúde de Uruburetama/CE, caso o valor atualizado do prejuízo apurado não supere o valor de alçada, a instauração da tomada de contas especial é dispensável, conforme o disposto no art. 6º, inciso I, da IN/TCU n. 71/2012, sem prejuízo de que sejam obrigatoriamente adotadas pela autoridade competente as medidas acauteladoras constantes do art. 15 da referida norma.

ACÓRDÃO Nº 2486/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-026.386/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Serviço de Auditoria no Estado do Ceará - Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Seaud/CE/Denasus/MS.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ipueiras/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2487/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-026.401/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Fundo Nacional de Auditoria do Estado do Ceará/Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Seaud/CE/Denasus.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Redenção/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2488/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e ao Instituto Brasileiro de Museus, por intermédio de Museus da República/RJ, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de dar ciência da seguinte impropriedade, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-028.619/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Construtora Raio Eireli (10.898.596/0022-77).

1.2. Órgão/Entidade: Museu da República/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal:

1.7. Ciência:

1.7.1. ao Instituto Brasileiro de Museus, por intermédio do Museu da República/RJ, que a exigência de um número mínimo de dois atestados, sem estar devidamente justificada no processo administrativo da licitação, identificada na Tomada de Preços n. 002/2016, sob o regime de empreitada por preço global, do tipo "menor preço", contraria entendimento pacífico do TCU no sentido de que não se deve fixar em edital número mínimo ou certo de atestados para fim de qualificação técnica, ante o risco de desigualar injustamente concorrentes que apresentam as mesmas condições de executar a contento o objeto licitado (Acórdão n. 2.387/2007 - Plenário, Acórdão n. 534/2011 - Plenário, Acórdão n. 3.170/2011 - Plenário, Acórdão n. 5.195/2013 - 2ª Câmara, Acórdão n. 3.240/2013 - Plenário).

ACÓRDÃO Nº 2489/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e de cópia dos presentes autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis, além de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-032.591/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria da República no Amazonas - PR/AM/MPF.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Borba/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que proceda à análise da documentação referente às irregularidades noticiadas nestes autos que dizem respeito à aplicação dos recursos repassados ao município de Borba/AM no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercício de 2008, Programa Nacional de Alimentação Escolar - Creche - Pnac, exercício de 2008, Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pré-Escola - Pnap, exercício de 2008, Programa Nacional de Alimentação Escolar - Indígena - Pnai, exercício de 2008, e Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, exercícios de 2008 e 2014, e informe ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência desta deliberação, a respeito das conclusões sobre o assunto e das providências eventualmente adotadas.

ACÓRDÃO Nº 2490/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-032.905/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Romeu Aldigueri de Arruda Coelho (427.215.123-15).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Granja/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2491/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução/TCU n. 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Coordenação de Acompanhamento de Prestação de Contas de Programas Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-033.090/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura Municipal de Granja/CE (07.827.165/0001-80).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Granja/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2492/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-033.694/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Maciel Auditores S/S (13.098.174/0001-80).
1.2. Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
1.6. Representação legal: Rafael Zuanazzi, OAB/RS n. 78.993.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Financiadora de Estudos e Projetos que requeira à sociedade empresarial UHY Auditores Associados S/S - EPP a adoção e comprovação das seguintes medidas, informando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, as providências adotadas:
1.7.1.1. atualização da responsabilidade técnica por esta empresa perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, onde ainda constaria o nome do Sr. Diego Rotermund Moreira;
1.7.1.2. declaração aos órgãos competentes de que perdeu a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, caso ocorra uma das hipóteses previstas em lei, para cabal cumprimento do disposto no art. 18-A, § 7º, da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 13, § 1º, do Decreto n. 8.538/2015.

ACÓRDÃO Nº 2493/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Museu Nacional de Belas Artes, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-034.748/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Pallú - Arquitetura e Engenharia Ltda. - ME (37.525.888/0001-96).
1.2. Órgão/Entidade: Museu Nacional de Belas Artes - MnBA.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2494/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Agência Nacional do Cinema, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de dar ciência da seguinte impropriedade, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-034.918/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Distrito Federal - Sindiloc/DF. (07.835.482/0001-49).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema - Ancine.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
1.6. Representação legal: Antonio Valbeni de Almeida Cunha Junior (18.576/OAB-DF) e outros, representando Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Distrito Federal.
1.7. Ciência:
1.7.1. à Agência Nacional do Cinema que, em futuras licitações de caráter similar ao Pregão Eletrônico n. 24/2016, justifique, de forma necessária e suficiente, nos correspondentes processos administrativos, as razões de escolha das bases salariais referenciais para profissionais a contratar, caso os respectivos valores estipulados em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho adotados como parâmetro no Termo de Referência sejam superiores a Acordos ou Convenções diversos com, no entanto, validade para categorias profissionais e base territorial previstas no objeto licitado, consignando-os objetivamente em edital, de acordo com a jurisprudência do TCU (Acórdãos ns. 2.582/2012 - Plenário e 421/2007 - Plenário).

ACÓRDÃO Nº 2495/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considera-la prejudicada e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-035.885/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do estado do Amazonas - TCE/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Superintendência da Zona Franca de Manaus que, no tocante aos sete convênios firmados com a Secretaria de Produção Rural do Amazonas - Sepror: seis em situação de "inadimplência suspensa" (Convênio n. 39/2007 - Siafi n. 599.717; Convênio n. 50/2007- Siafi n. 599.524; Convênio n. 35/2007 - Siafi n. 599.668; Convênio n. 17/2007 - Siafi n. 599.673; Convênio n. 131/2007 - Siafi n. 599.873; e Convênio n. 37/2007 - Siafi n. 599.879), e um em situação "a aprovar" (Convênio n. 23/2007 - Siafi n. 599.848):
1.7.1.1. proceda à análise das prestações de contas dos convênios, instaurando, se for o caso, as respectivas tomadas de contas especiais, que deverão ser concluídas no prazo de 90 (noventa) dias, ao fim dos quais o referido processo deverá ser encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno;
1.7.1.2. encaminhe ao TCU, após o fim do referido prazo, as conclusões e providências adotadas, bem como o comprovante de envio à Secretaria Federal de Controle Interno das tomadas de contas especiais instauradas;
1.7.2. à Secretaria Federal de Controle Interno que adote as providências a seu cargo no sentido de remeter a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias após o seu recebimento, as tomadas de contas especiais relativas aos convênios de que cuida este feito, firmados entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa e a Sepror;
1.7.3. à Secex/AM que:
1.7.3.1. encaminhe à Suframa, juntamente com o ofício de notificação de que trata o subitem 1.7.1, cópia da representação do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM, bem como das representações sobre os Convênios ns. 50/2007 - Siafi n. 599.524 (TC-035.919/2016-7); 131/2007 - Siafi n. 599.873 (TC-036.016/2016-0); e 37/2007 - Siafi n. 599.879 (TC-035.889/2016-0), a fim de subsidiar a análise das prestações de contas dos convênios;
1.7.3.2. monitore o cumprimento das determinações contidas nos subitens 1.7.1 e 1.7.2 supra.

ACÓRDÃO Nº 2496/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-035.918/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maués/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Secex/AM que encaminhe cópia dos presentes autos à Secretaria do Tesouro Nacional, para ciência e adoção das medidas cabíveis, nos termos do art. 23, § 3º, inciso I, c/c o art. 73-C da Lei Complementar n. 101/2000, caso ainda persista o descumprimento do art. 48 da referida Lei por parte do Município de Maués/AM, o que foi constatado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, conforme Decisão n. 226/2016-TCE Tribunal Pleno, informando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 2497/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-035.920/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fonte Boa/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Secex/AM que encaminhe cópia dos autos à Secretaria do Tesouro Nacional, para ciência e adoção das medidas cabíveis, nos termos do art. 23, § 3º, inciso I, c/c o art. 73-C da Lei Complementar n. 101/2000, caso ainda persista o descumprimento do art. 48 da referida lei por parte da Câmara Municipal de Fonte Boa/AM, o que foi constatado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, conforme Decisão n. 49/2016-TCE-Tribunal Pleno, informando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 2498/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, e fazer a seguinte determinação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Ministério da Integração Nacional, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-035.921/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barcelos/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1 ao Ministério da Integração Nacional que proceda à análise da documentação relacionada com as irregularidades noticiadas nestes autos que dizem respeito à aplicação dos recursos repassados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas no âmbito do Convênio n. 769.262, e informe ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, a respeito das conclusões sobre o assunto e das providências eventualmente adotadas.

ACÓRDÃO Nº 2499/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 232, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da solicitação formulada pelo Sr. Luiz Franco Ribeiro, Prefeito do Município de Santo Antônio/RN, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de enviar cópia desta deliberação ao interessado, de acordo com o parecer da Secex/RN:

1. Processo TC-036.837/2017-2 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Luiz Franco Ribeiro, Prefeito.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Informação:
1.7.1. ao interessado que, originalmente, compete aos próprios órgãos repassadores dos recursos a instauração de tomadas de contas especiais envolvendo recursos federais transferidos mediante convênios, contratos de repasses, ajustes ou outros instrumentos similares, devendo ser enviadas ao TCU, para julgamento do mérito, as tomadas de contas especiais cujos débitos atualizados monetariamente sejam superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme prevê o art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012, alterada pela Instrução Normativa/TCU n. 76/2016.

RELAÇÃO Nº 7/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2500/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria de João Gomes Bezerra, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria de Lucas Alves de Almeida (nº de controle 10003371-04-2016-000058-0), sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.221/2006-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: João Gomes Bezerra (CPF 028.318.212-15) e Lucas Alves de Almeida (CPF 035.942.112-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas que, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, informe ao interessado o teor do presente Acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data da cientificação pelo interessado, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU nº 170/2004.

ACÓRDÃO Nº 2501/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.932/2016-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Isabel Machado Siqueira (CPF 814.119.797-53); Ivonete Alves Machado de Souza (CPF 017.701.257-95) e Maria de Lourdes Pereira (CPF 013.125.174-09).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2502/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.945/2016-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Josefa Fires Portela (CPF 572.436.704-15); Josilene Fires Portela (CPF 713.447.724-04); Margarida Olimpia Meireles (CPF 396.984.084-87) e Maria Ruth de Mesquita Wanderley (CPF 038.897.854-68).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2503/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.947/2016-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Delzuita Veras Coutinho da Silveira (CPF 000.659.274-00); Maria do Carmo dos Santos Galdino de Andrade (CPF 041.117.704-44); Maria do Carmo dos Santos Galdino de Andrade (CPF 041.117.704-44) e Raimunda Nilba de Medeiros (CPF 096.341.184-53).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2504/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.799/2015-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Ademilson Manoel Gonçalves (CPF 020.794.129-73).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2505/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.831/2015-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Alexandre Zamboni (CPF 735.925.010-20).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2506/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.833/2015-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Alfredo Pacheco Torres (CPF 384.167.867-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2507/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.127/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 31/1/2017 (Ata nº 2/2017), relativamente ao seu item 9.4, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/CE, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

onde se lê:

"9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;"

leia-se:

"9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;"

1. Processo TC-000.878/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria das Graças Cordeiro de Paiva (CPF 256.379.083-20) e Proserves Serviços Com. e Representações Ltda. (CNPJ 02.853.791/0001-28).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Uruburetama/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Monalizi Prata Araujo (27932/OAB-CE) e outros, representando Maria das Graças Cordeiro de Paiva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2508/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos Srs. Donato Gomes de Araújo e Airon Timóteo Cavalcante, como ex-prefeitos de Inajá/PE (gestões: 2001-2004 e 2005-2008/2009-2012, respectivamente), diante do não cumprimento do Contrato de Repasse nº 89.770-60/1999 firmado entre o aludido município e a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a implantação de infraestrutura e serviços de apoio à agricultura familiar;

Considerando que na presente TCE foi apurado o débito (em valores atuais) no montante de R$ 35.372,97 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos);

Considerando que, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCU dos processos de tomada de contas especial, a IN TCU nº 71/2012, com a redação dada pela IN TCU nº 76/2006, dispôs, em seu art. 6º, que pode ficar dispensada a instauração da TCE, quando o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R$ 100.000,00 (inciso I) e quando houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente (inciso II);

Considerando que o art. 19 do referido ato normativo estendeu as disposições constantes do aludido art. 6º às tomadas de contas especiais ainda pendentes de citação válida e que se encontrem em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, pelo fato de estas contas especiais apresentarem débito inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU nº 71/2012, com a redação dada pela IN TCU nº 76/2006, o Tribunal poderia determinar o arquivamento destes autos, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443/1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuariam obrigados os devedores para que lhes seja dada a devida quitação;

Considerando, porém, que se verifica nos autos que as notificações emitidas pela Caixa aos responsáveis se restringiram a informá-los que fosse "regularizada a ocorrência referente a não execução do objeto na forma pactuada", sem apontar os itens com pendências de execução ou com ausência de funcionalidade (Peça nº 1, p. 8-19, 22-29 e 268), com prejuízo, assim, ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, restando inviabilizada a eventual citação no âmbito do TCU pelo transcurso do tempo, haja vista a provável data de ocorrência do dano remeter ao ano de 2001 (Peça nº 1, p. 268);

Considerando, pelo exposto, que, não obstante o valor do débito apurado dispensar a instauração da tomada de contas especial, as presentes contas especiais devem ser arquivadas devido à ausência de notificação válida e eficaz somada ao transcurso de prazo superior a dez anos da data provável de ocorrência do dano, com prejuízo ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 212 do RITCU e dos arts. 6º, inciso II, e 19 da IN TCU nº 71/2012 (Peça nº 3);

Considerando, por fim, que está nesse sentido o parecer o Ministério Público junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar a presente tomada de contas especial, por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do RITCU e dos arts. 6º, inciso II, e 19 da IN TCU nº 71/2012, com a redação conferida pela IN TCU nº 76/2016, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-029.352/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Airon Timóteo Cavalcante (CPF 561.947.904-82) e Donato Gomes de Araujo (CPF 063.778.314-04).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Inajá/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 2509/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.631/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 14/2/2017 (Ata nº 4/2017), relativamente aos seus itens 3, 9, 9.1 e 9.2, para que onde se lê: "...Judite Maria Botafogo de Santana Silva..."; leia-se: "...Judite Maria Botafogo Santana da Silva...", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/PE, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-031.345/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Judite Maria Botafogo Santana da Silva (CPF 170.976.814-20).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Lagoa do Carro/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2510/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de representação (autuada inicialmente como denúncia) sobre possíveis irregularidades nos Pregões Eletrônicos nºs 33/2014 e 39/2014 conduzidos pelo Comando da 1ª Região Militar e pelo Hospital Central do Exército, respectivamente;

Considerando que, pelo fato de o Controle Interno do Exército possuir maior acesso à execução dos atos administrativos questionados, o TCU, por meio do Acórdão 895/2016-Plenário, deliberou por determinar, primeiramente, que o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) se manifestasse conclusivamente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, sobre a existência, ou não, das irregularidades informadas nestes autos (item 1.7.1), sobrestando os autos até a remessa da resposta do CCIEx (item 1.7.2.1);

Considerando que, em sua resposta, o Controle Interno do Exército informou que foram realizadas as apurações necessárias sobre os fatos noticiados ao TCU, não tendo sido identificada verossimilhança ou plausibilidade nas alegações de irregularidades nas referidas licitações promovidas pelo Comando da 1ª Região Militar e pelo Hospital Central do Exército;

Considerando que, procedendo à análise da resposta apresentada pelo CCIEx, a unidade técnica constatou que, de fato, não procedem as notícias aduzidas na peça exordial, devendo ser levantado o sobrestamento destes autos para considerar improcedente a presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) levantar o sobrestamento destes autos em virtude da remessa da manifestação conclusiva do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), conforme indicado no item 1.7.2.1 do Acórdão 895/2016-TCU-Plenário;

b) conhecer da presente representação para no mérito considerá-la improcedente;

c) considerar cumprida pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) a determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 895/2016-TCU-Plenário; e

d) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-007.734/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 1ª Região Militar e Hospital Central do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/RJ que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx); e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2511/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de representação (autuada inicialmente como denúncia) sobre possíveis irregularidades em pregões eletrônicos para o registro de preços conduzidos pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), sem o projeto básico específico para os serviços de engenharia, com burla à legislação, ao enquadrar o objeto como serviços de manutenção em etapas de construção, ampliação, reforma, adaptação e restauração (Peça nº 1);

Considerando que, pelo fato de o Controle Interno do Exército possuir maior acesso à execução dos atos administrativos questionados, o TCU, por meio do Acórdão 1.118/2016-Plenário, deliberou por determinar, primeiramente, que o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) se manifestasse conclusivamente, no prazo de até 90 (noventa) dias, sobre a existência, ou não, das irregularidades informadas nestes autos (item 1.7.1), sobrestando os autos até a remessa da resposta do CCIEx (item 1.7.2.1);

Considerando que o Controle Interno do Exército, por intermédio do Oficio nº 2-SCCR/CCIEx (Peça nº 16), de 4/1/2017, informou que, em conformidade a Portaria nº 13, de 14 de janeiro de 2013, foram realizadas as diligências e as investigações julgadas necessárias pelo oficial encarregado da execução das medidas sumárias de verificação, concluindo-se pela ausência de plausibilidade nas alegações de irregularidades nas referidas licitações promovidas pelo DECEx;

Considerando que, procedendo à análise da resposta apresentada pelo CCIEx, a unidade técnica constatou que, de fato, não procedem as notícias aduzidas na peça exordial, devendo ser levantado o sobrestamento destes autos para considerar improcedente a presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) levantar o sobrestamento destes autos em virtude da remessa da manifestação conclusiva do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), conforme indicado no item 1.7.2.1 do Acórdão 1.118/2016-TCU-Plenário;

b) conhecer da presente representação para no mérito considerá-la improcedente;

c) considerar cumprida, pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), a determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 1.118/2016-TCU-Plenário; e

d) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-009.797/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECx).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/RJ que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx); e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2512/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Jivaldo Vieira Santos, como procurador do Consórcio CMT-Triunfo, e conceder ao Consórcio a prorrogação, por 45 (quarenta e cinco) dias, do prazo para o atendimento ao item 1.7.1 do Acórdão 644/2017-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, conforme o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-010.602/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exma. Sra. Ana Fabiola de Azevedo Ferreira, como Procuradora da República no Município de Palmares/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco (SRHE/PE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Francisco José de Moura (CPF 110.306.074-00) e outros, representando o Consórcio CMT-Triunfo.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2513/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.611/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 14/2/2017 (Ata nº 4/2017), relativamente à alínea "b", na forma que se segue, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/PE, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

onde se lê:

"b) conhecer da presente representação no que tange ao Contrato nº 56/201 firmado pelo município de Bonito/TO com recursos advindos do Termo/Convênio nº 2983/2012 celebrado com o Ministério da Saúde, para no mérito considerá-la prejudicada;"

leia-se:

"b) conhecer da presente representação no que tange ao Contrato nº 56/2013 firmado pelo município de Bonito/PE com recursos advindos do Termo/Convênio nº 2983/2012 celebrado com o Ministério da Saúde, para no mérito considerá-la prejudicada;"

1. Processo TC-022.811/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Polo Empreendimentos Eireli - EPP (CNPJ 00.259.597/0001-93).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Bonito/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2514/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo município de Belo Jardim/PE sobre possíveis irregularidades na execução do Contrato de Repasse nº 255.752-83/2008 (Siafi nº 641237) celebrado pela Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o aludido município para a transferência de recursos federais no valor de R$ 987.600,00 com vistas à implantação de melhorias em obras de infraestrutura urbana;

Considerando que, de acordo com as informações aduzidas na peça exordial, a administração municipal, no período de 2009 a 2012, teria deixado de apresentar a prestação de contas dos recursos repassados à referida municipalidade no âmbito do aludido ajuste;

Considerando que a unidade técnica constatou, por meio de pesquisa junto ao site da Caixa, que, para a consecução do objeto conveniado, foi liberado o valor de R$ 334.895,16, e que o total de obra ou serviço executado atingiu o percentual de 33,91%, encontrando-se a obra paralisada (Peça nº 4);

Considerando que, com a finalidade de colher informações atualizadas sobre a análise da prestação de contas do Contrato de Repasse nº 255.752-83/2008 (Siafi nº 641237), foi realizada diligência junto à Caixa;

Considerando que, em resposta à diligência, a Caixa, por meio do Ofício 1384/2016/COPAC/GEATO, de 24/11/2016, informou que o Contrato de Repasse nº 255.752-83/2008 (Siafi nº 641237) encontra-se em processo de instauração de tomada de contas especial (Peça nº 11, p. 1), anexando, ainda, cópia do Parecer Consubstanciado PA GIGOVCA 1139/2015, produzido pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução da operação, e o último Relatório de Acompanhamento de Engenharia, atestando a ocorrência de irregularidades;

Considerando que a legitimidade do representante está prevista no inciso III do art. 237 do Regimento Interno do TCU (RITCU);

Considerando que, conforme decisões recentes do Tribunal (v.g.: Acórdãos 3.757/2015, 3.758/2015, 3.759/2015 e 3.761/2015, da 2ª Câmara), o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos federais repassados, além da prestação de contas, configuram-se como atribuição primária do repassador dos recursos, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário;

Considerando que, no presente caso concreto, constata-se que a entidade concedente tem conhecimento das irregularidades, já tendo iniciado o procedimento de instauração de tomada de contas especial para a devida reparação do dano causado aos cofres federais;

Considerando, assim, que, no presente momento, não se mostra adequada a atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal;

Considerando, ainda, que se mostra indicado determinar à Caixa que, no prazo de 90 (noventa) dias, informe o TCU sobre o resultado das apurações das aludidas irregularidades;

Considerando, pelo exposto, que se mostra prejudicada a apreciação de mérito deste feito no presente momento processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.442/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Belo Jardim/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Belo Jardim/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Pedro Melchior de Mélo Barros (OAB/PE 21.802) e Paulo Jesus de Mélo Barros (OAB/PE 8.412-E), representando o município de Belo Jardim.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão ao representante, para ciência, e à Caixa Econômica Federal, para que adote as providências cabíveis, informando o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre o resultado das apurações das aludidas irregularidades; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2515/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Eudo de Magalhães Lyra, como prefeito de Xexéu/PE (gestões: 2013 a 2016 e 2017 a 2020), sobre supostas irregularidades na prestação de contas dos recursos transferidos ao aludido município pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no exercício de 2012, para serem aplicados no Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), solicitando a instauração de tomada de contas especial em desfavor do então gestor municipal;

Considerando que, como material probatório, o representante apresentou a cópia do Ofício 19299/2016/DAESP/COPRA/CGCAP/DIFIN-FNDE, de 30/8/2016, e do Parecer 1028/2016/COPRA/CGCAP/DIFIN/FNDE/MEC, contendo a análise conclusiva do concedente acerca da prestação de contas dos recursos do Pnate transferidos à referida municipalidade no exercício de 2012;

Considerando que, de acordo com essa documentação, foi recomendada a não aprovação da prestação de contas apresentada sob o aspecto técnico, salientando que o FNDE constatou: a divergência entre a despesa indicada nas contas (R$ 50.551,94) e nos extratos bancários (R$ 120.277,77); a ausência de comprovação da aplicação dos recursos no mercado financeiro, contrariando o § 5º do art. 7º da Resolução CD/FNDE 12, de 17/3/2011; a emissão de parecer subscrito pelo Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) pela não aprovação das contas; a existência do Re-

latório 037034 elaborado pela Controladoria-Geral da União no sentido da falta de comprovação de despesas realizadas, constatando falhas que evidenciam o não alcance do objeto e dos objetivos do programa;

Considerando que a legitimidade do representante está prevista no inciso III do art. 237 do Regimento Interno do TCU (RITCU);

Considerando que, a partir das decisões recentes deste TCU (v.g.: Acórdãos 3.757/2015, 3.758/2015, 3.759/2015 e 3.761/2015, da 2ª Câmara), o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos federais repassados, além da análise da prestação de contas, se configuram como atribuição primária do repassador dos recursos, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário;

Considerando que, no presente caso concreto, constata-se que a entidade concedente tem conhecimento das irregularidades e está adotando as medidas pertinentes para a reparação do dano causado aos cofres federais;

Considerando, assim, que, no presente momento, não se mostra adequada a atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial eventualmente instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, mostrando-se indicado determinar ao FNDE que, no prazo de 90 (noventa) dias, informe o TCU sobre o resultado das apurações das irregularidades relacionadas com a aplicação dos recursos transferidos ao município de Xexéu/PE no exercício de 2012 e as medidas já adotadas;

Considerando, pelo exposto, que se mostra prejudicada a apreciação do mérito deste feito no presente momento processual;

Considerando, por fim, que os prefeitos municipais não se encontram no exaustivo rol dos legitimados para solicitar fiscalizações ao TCU, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição de 1988 e do art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.972/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Eudo de Magalhães Lyra, como Prefeito do Município de Xexéu/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Xexéu/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que, no prazo de 90 (noventa) dias, informe o TCU sobre o resultado das apurações das irregularidades relacionadas com a aplicação dos recursos transferidos ao município de Xexéu/PE no exercício de 2012, indicando as medidas já adotadas;

1.7.2. à Secex/PE que:

1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão ao ilustre representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e

1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 2516/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo município de Ibimirim/PE sobre possíveis irregularidades na execução do Contrato de Repasse nº 267.213-07 celebrado pela Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Turismo, e o aludido município;

Considerando que, em síntese, o representante informou que, em decorrência de pendências na prestação de contas dos recursos transferidos à referida municipalidade no âmbito do aludido contrato de repasse, o referido município encontra-se privado de receber recursos do Ministério do Turismo, requerendo, assim, a instauração de tomada de contas especial;

Considerando que a legitimidade do representante está prevista no inciso III do art. 237 do Regimento Interno do TCU (RITCU);

Considerando, contudo, que os prefeitos municipais não se encontram no exaustivo rol dos legitimados para solicitar fiscalizações ao TCU, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição de 1988 e do art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992;

Considerando que, procedendo ao saneamento do feito, a unidade técnica realizou pesquisa junto ao site da Caixa, em 2/12/2016, verificando que a situação do contrato de repasse se configura como "inadimplente";

Considerando que, diante disso, foi realizada diligência junto à Caixa para que encaminhasse informações atualizadas sobre o andamento da análise da prestação de contas do Contrato de Repasse nº 267.213-07 (Siafi nº 635784), tendo sido requerido, ainda, o envio de documentos recentes que demonstrassem o estado da análise;

Considerando que, de acordo com as informações apresentadas pela Caixa em sua resposta, foi instaurada a tomada de contas especial pela falta de conclusão do objeto do Contrato de Repasse nº 262.682-71, a qual já foi encaminhada ao setor de auditoria para a verificação de conformidade, devendo, após essa fase, ser encaminhada à Controladoria-Geral da União e, posteriormente, ao TCU;

Considerando que o controle e a fiscalização da execução do convênio, além da análise da prestação de contas, se configuram como atribuição primária do concedente ou repassador, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário, encaminhando-a a este Tribunal para o devido julgamento;

Considerando que a entidade repassadora adotou as providências sob a sua alçada, uma vez que identificou a irregularidade e instaurou a pertinente tomada de contas especial;

Considerando, que, no presente momento, não se mostra adequada a atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial instaurada pela Caixa, podendo ser considerada prejudicada a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.516/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Ibimirim/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Ibimirim/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: Pedro Melchior de Mélo Barros (OAB/PE 21.802) e outros, representando o município de Ibimirim/PE.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao representante, para ciência, e à Caixa Econômica Federal, para que adote as providências cabíveis, informando o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre o resultado das apurações das aludidas irregularidades; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2517/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo gestor do Município de Ipueiras/TO sobre possíveis irregularidades relacionadas com a construção de uma escola infantil com recursos oriundos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), requerendo, assim, a adoção de medidas cabíveis a fim de resguardar o patrimônio público e a comunidade local;

Considerando que, ao alegar que o empreendimento contém vícios e erros construtivos que comprometem a sua continuidade nos aspectos físico e financeiro, além de aduzir que não foram deixados nos arquivos da municipalidade os boletins de medição que permitissem identificar os itens/serviços relativos a pagamentos efetuados, o representante salientou que os recursos ainda existentes não são suficientes para a finalização da obra, pois várias correções construtivas seriam necessárias para assegurar a qualidade e a segurança do empreendimento;

Considerando que, procedendo a pesquisas junto ao Siafi, ao SiGPC e ao Simec, a unidade técnica constatou que as aludidas irregularidades referem-se ao Convênio nº 657734/2009 (Siafi nº 655042) firmado em 29/12/2009 entre a aludida municipalidade e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com vistas à construção de uma Escola de Educação Infantil do tipo "C", no âmbito do Proinfância, sob o valor estimado de R$ 591.013,55, tendo o concedente assumido o compromisso de aportar R$ 585.103,41, ao tempo em que o município o deve aportar a contrapartida no valor de R$ 5.910,14;

Considerando que, procedendo ao saneamento do feito, a Secex/TO constatou que o Convênio nº 657734/2009 foi fiscalizado pelo TCU em 2015, por meio de auditoria conduzida pela própria Secex/TO, com vistas a verificar a boa e regular aplicação de recursos federais transferidos a municípios tocantinenses à conta do Proinfância (TC 010.447/2015-6), destacando que, entre os diversos achados, a equipe de fiscalização deparou-se com a situação de irregularidade, de abandono e de diversos vícios construtivos na execução parcial da obra contemplada no aludido ajuste (Peça nº 18, cópia da Peça nº 23 do TC 010.447/2015-6);

Considerando que, no julgamento do referido processo (atualmente encerrado e arquivado), foi prolatado o Acórdão 2.834/2015-TCU-Plenário (apostilado pelo Acórdão 25/2016-TCU-Plenário - Peças nºs 20-21), e nele foi determinado ao FNDE que:

"(...) *9.1.3. no prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, analise o estágio atual das obras relativas aos acordos celebrados com os seguintes municípios: São Miguel do Tocantins (Convênio nº 700.271/2011); Ipueiras (Convênio nº 657.734/2009); Aurora do Tocantins (Convênio nº 657.711/2009); Buriti do Tocantins (Convênio nº 658.684/2009); Xambioá (Convênio nº 702613/2010); Taguatinga (Convênio nº 700.081/2011) e Formoso do Araguaia (Convênio nº 830.103/2007), e, caso necessário, instaure as respectivas tomadas de contas especiais, informando o TCU sobre as conclusões e as providências adotadas;*";

Considerando que, ainda em relação ao item 9.1.3 do Acórdão 2.834/2015-TCU-Plenário, após ser devidamente notificado pelo TCU (Peça nº 22, cópia da Peça nº 99 do TC 010.447/2015-6), o FNDE vem promovendo as medidas saneadoras sob a sua alçada, destacando que, em uma das manifestações formais encaminhadas ao Tribunal, ele indicou as providências pertinentes que estava adotando, apresentando o parecer técnico que reprovara totalmente a parcela executada do objeto e concluíra pelo dano sob o valor total repassado ao Município de Ipueiras/TO no âmbito do Convênio nº 657734/2009;

Considerando que, em recente pesquisa junto ao Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) do FNDE, a Secex/TO constatou que os registros alusivos à análise final do concedente quanto ao Convênio nº 657734/2009 (Siafi nº 655042) são no sentido de que, a despeito das falhas na execução, houve omissão no dever de prestar contas, motivando a instauração de TCE pelo valor total repassado à municipalidade, atribuindo-se a responsabilidade aos ex-prefeitos Caio Augusto Siqueira de Abreu Ribeiro (mandato: 2009-2012) e Hélio Carvalho dos Anjos (mandato: 2013-2016), tendo sido emitida, já em 2017, a comunicação oficial sobre esse desfecho, embora ainda não recebida pelo protocolo da Secex/TO;

Considerando que o controle e a fiscalização da execução do convênio, além da análise da prestação de contas, se configuram como atribuição primária do concedente ou repassador, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário, encaminhando-a a este Tribunal para o devido julgamento;

Considerando que a entidade repassadora adotou as providências sob a sua alçada, uma vez que identificou a irregularidade e instaurou a pertinente tomada de contas especial;

Considerando, que, no presente momento, não se mostra adequada a atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial instaurada pelo FNDE, podendo ser considerada prejudicada a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente representação, para no mérito considera-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-036.753/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Ipueiras/TO.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Ipueiras/TO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/TO que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão ao representante, para ciência, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para que adote as providências cabíveis, informando o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre o resultado das apurações das aludidas irregularidades; e

1.7.2. arquive os presentes autos.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 2518 a 2571, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2518/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.116/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsáveis: Instituto Centro Brasileiro de Cultura (05.619.125/0001-18); Wagner Baptista da Costa Júnior (219.724.511-20).

4. Órgão/Entidade: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura - ICBC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo em razão da impugnação parcial de despesas realizadas no âmbito do Termo de Parceria 1/2007, celebrado em 21.12.2007 com o Instituto Centro-Brasileiro de Cultura - ICBC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Wagner Baptista da Costa Júnior, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Instituto Centro-Brasileiro de Cultura - ICBC;

9.3. julgar irregulares as contas do sr. Wagner Baptista da Costa Júnior e do Instituto Centro-Brasileiro de Cultura - ICBC, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, abatidos os valores já ressarcidos, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Embratur, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
137.269,78	4.1.2008
(83.546,87)*	12.2.2009
(137,35)*	15.3.2011

* créditos em favor dos responsáveis

9.4. aplicar ao sr. Wagner Baptista da Costa Júnior e ao Instituto Centro-Brasileiro de Cultura - ICBC, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, e à Embratur, para ciência.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2518-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2519/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.182/2015-3

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).

3.2. Responsável: Ney Gonçalves de Souxa (CPF 478.747.401-49).

4. Entidade: Município de Caldas Novas/GO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal: Tiago Andrade Moreira (OAB/GO 31.958) e Eurilena de Oliveira Franco CPF 095.930.801-63).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Ney Gonçalves de Sousa, ex-prefeito do município de Caldas Novas/GO, em virtude da não comprovação da regular aplicação dos recursos confiados à municipalidade por força do convênio 702347/2008, cujo objeto foi incentivar o turismo por meio do apoio à realização do projeto intitulado "Carnaval de 2009 da Cidade de Caldas Novas/GO",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Ney Gonçalves de Sousa, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443/1992 c/c o § 8º do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Ney Gonçalves de Sousa, ex-prefeito do município de Caldas Novas/GO, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora devido, calculados desde a data discriminada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
91.850,00	20/2/2009

9.3. aplicar ao Sr. Ney Gonçalves de Sousa a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c o artigo 267 do Regimento Interno do TCU nos valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.7. remeter cópia desta deliberação, com fundamento no art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao responsável e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2519-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2520/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.029/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Saúde (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Deuzeníria Lopes Aguiar (399.947.911-68); Getúlio de Alencar (022.755.623-20); Luiz Henrique Lima Caland (305.377.461-53); e Moacir Machado (233.637.381-53).

4. Órgão/Entidade: Município de Santo Antônio do Descoberto/GO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

8. Representação legal: Mozarto Machado (OAB/GO 12.9850), Hyulley Machado (OAB/GO 18.481) e Washington Santos Souza (OAB/GO 37.782), representantes do Sr. Getúlio de Alencar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão do pagamento irregular de procedimentos do SIA/SUS efetuado com recursos repassados à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto/GO, na modalidade fundo a fundo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Senhor Luiz Henrique Lima Caland e a Senhora Deuzeníria Lopes Aguiar da presente relação processual;

9.2. nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revéis os srs. Getúlio de Alencar e Moacir Machado;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do sr. Getúlio de Alencar, ex-prefeito de Santo Antônio do Descoberto-GO (Gestão 1/1/1997 a 31/12/2000), condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido.

Data da ocorrência	Valor Original (R$)
14/05/1999	5.332,50
16/06/1999	5.332,50
15/07/1999	5.332,50
23/08/1999	5.332,50
22/09/1999	5.332,50
15/10/1999	5.332,50
18/11/1999	5.332,50
21/12/1999	5.332,50
02/02/2000	5.332,50
21/02/2000	5.332,50
21/03/2000	5.332,50
20/04/2000	5.332,50
23/05/2000	5.332,50
21/06/2000	5.332,50
26/07/2000	5.332,50
29/09/2000	5.332,50
02/10/2000	5.332,50
01/11/2000	4.266,00
01/11/2000	1.066,50
22/11/2000	5.332,50
Total	101.317,50

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do Senhor Moacir Machado, ex-prefeito de Santo Antônio do Descoberto-GO (Gestão 1/1/2001 a 31/12/2004), condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido.

Data	Valor Original (R$)
28/01/2014	22.118,35

9.5. nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelo responsável, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, no termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, e do art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos devidos, na forma prevista da legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º do Regimento Interno do TCU;

9.7. nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.8. informar a Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto/GO e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás sobre a irregularidade na utilização de recursos do município, configurada pelo recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS) do montante de R$ 82.078,94, em razão do Termo de Parcelamento -TP 79/2008, firmado o entre o Fundo Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto/GO.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2520-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2521/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.079/2013-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: José Olimpio Leite (101.786.511-68) e Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira (002.074.068-98).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessões de aposentadoria a ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria a José Olimpio Leite, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo a que se refere o subitem 9.1 acima até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. considerar legal e ordenar o registro do ato em favor de Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira;
9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que adote medidas para:
9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado de que trata o subitem 9.1, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o inativo referido no subitem 9.1 tomou conhecimento do acórdão;
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2521-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2522/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.320/2014-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Thiago Araújo (037.395.016-00), presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social - Ibeids (03.672.533/0001-08).
4. Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (06.064.438/0001-10).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); e Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
8. Representação legal: Flávia Pereira Amaral Moreira (OAB/MG 133.287), representando Thiago Araújo.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina, nesta fase processual, recurso de reconsideração interposto por Thiago Araújo, então presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social contra o Acórdão 9358/2015 - TCU - Segunda Câmara, proferido na Sessão de 20/10/2015,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Thiago Araújo para, no mérito, dar a ele provimento parcial, atribuindo-se ao subitem 9.2 do Acórdão recorrido a seguinte redação:
9.2. julgar irregulares as contas de Thiago Araújo e do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (Ibeids) e condená-los, solidariamente, ao recolhimento ao Tesouro Nacional de R$ 14.693,13 (quatorze mil, seiscentos e noventa e três reais e treze centavos), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 30/10/2006 até o pagamento;
9.2. manter inalterados os demais itens do acórdão recorrido; e
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2522-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2523/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC- TC -017.922/2015-1 (c/ 1 volume e 1 anexo)
2. Grupo:I; Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Maria Beatriz Alves de Azambuja, CPF nº 079.201.568-15.
4. Unidade: Município de Mundo Novo (GO).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Furtado Rocha.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.
8. Advogados constituídos nos autos: Lásaro Augusto da Silva (OAB/GO 18.170) e Thatiane Mateus Serafim (OAB/GO 19.303), procuradores da empresa Pavsantos Construtora Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituo Nacional de Reforma Agrária - INCRA, em desfavor do Sr. Maria Beatriz Alves de Azambuja, ex-prefeita, em razão de execução parcial dos Convênios 11/2007 e 12/2007, celebrados entre essa autarquia e o Município de Mundo Novo (GO),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator:
9.1. considerar revel a Sra. Maria Beatriz Alves de Azambuja, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. acolher parcialmente a defesa da empresa Pavsantos Construtora Ltda.;
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c arts. 1º, inciso I, 208, inciso III, e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares com ressalvas as contas da Sra. Maria Beatriz Alves de Azambuja (CPF 268.102.711-04) e da empresa Pavsantos Construtora Ltda. (CNPJ 03.575.041/0001-02), dando-lhes quitação;
9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2523-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2524/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.156/2015-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto).
3.2. Responsáveis: Construtora Brasil Ltda. - EPP (08.612.344/0001-63); Divino Francisco Martins Maia (514.293.571-34); Humberto David Santana (270.457.141-49).
4. Órgão/Entidade: Município de Baliza - GO.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).
8. Representação legal:
8.1. Simiramy Bueno de Castro (17.671/OAB-GO) e outros, representando Divino Francisco Martins Maia e Humberto David Santana;
8.2. Charlene Dela Libera Duarte Siqueira (28.920/OAB-GO) e outros, representando Construtora Brasil Ltda. - EPP.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional em Goiás-SR-04 (Incra/GO), em razão de execução parcial do objeto pactuado por força do Convênio 40002/2011 (Siafi 756548),
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator em:
9.1. julgar irregulares as contas dos senhores Divino Francisco Martins Maia, Humberto David Santana e da sociedade empresária Construtora Brasil Ltda., com fundamento nos artigos 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com artigos 1º, inciso I, 209, inciso IV e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 126.667,63, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 20/12/2012 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se na oportunidade os valores eventualmente já ressarcidos;
9.2. aplicar aos senhores Divino Francisco Martins Maia, Humberto David Santana e à Construtora Brasil Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas a notificações;
9.4. autorizar, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do RITCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado do saldo devedor;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, para adoção das medidas que entender de sua alçada;
9.6. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás, juízo no qual tramita a Ação Civil de Improbidade Administrativa 35453-13.2013.4.01.3500, que versa sobre os mesmos fatos ora em apuração na presente tomada de contas especial e que ainda está pendente de julgamento definitivo e à Delegacia da Polícia Federal no Município de Jataí/GO, onde existe inquérito policial em curso.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2524-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2525/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.495/2010-9.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos (CPF 012.124.547-07), Jardim Miriam Arte Clube - Jamac (CNPJ 05.421.988/0001-86), Mônica Panizza Nador (CPF 965.720.948-04) e Solange Aparecida da Silva (CPF 089.869.538-46).
4. Unidade: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.
8. Representação legal: Frederico da Silveira Barbosa (OAB/SP 156.389), Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes (OAB/SP 292.306), Pedro Luiz Leão Silvestre (OAB/DF 24.853), Sônia Silvestre Araújo Redigolo de Jesus (OAB/SP 298.266) e outros.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, decorrente de irregularidades na aplicação de recursos de convênio celebrado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a entidade Jardim Miriam Arte Clube - Jamac para execução do Projeto "Olhares e Opiniões", com criação de oficinas de audiovisual, a partir de temas de direitos humanos, raça e etnia, orientação sexual e identidade de gênero.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 12, § 1º, §§ 2º e 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel Solange Aparecida da Silva;
9.2. rejeitar as alegações de defesa de Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos, de Mônica Panizza Nador e da entidade Jardim Miriam Arte Clube - Jamac;
9.3. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que os responsáveis comprovem o recolhimento ao Tesouro Nacional das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do pagamento:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.1. Solange Aparecida da Silva, solidariamente com Mônica Panizza Nador, Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos e a entidade Jardim Miriam Arte Clube - Jamac:

VALOR ORIGINAL R$	DATA DA OCORRÊNCIA
108.910,00	4/1/2008

9.3.2. Solange Aparecida da Silva, solidariamente com Mônica Panizza Nador e a entidade Jardim Miriam Arte Clube - Jamac:

VALOR ORIGINAL R$	DATA DA OCORRÊNCIA
134.153,56	4/1/2008

9.4. informar aos responsáveis que o recolhimento tempestivo do débito, apenas atualizado monetariamente, permitirá o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, ao passo que o não recolhimento pode conduzir o julgamento das contas à irregularidade, com imputação do débito, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, além da aplicação de multa em até 100% sobre o valor atualizado do dano ao erário.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2525-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2526/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.090/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (CNPJ 00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Antônio Djair Canônico (CPF 308.888.599-53), Guino Tonim (CPF 131.430.939-00), José Rubens Vilas Boas (CPF 207.964.639-72) e Município de Miraselva/PR (CNPJ 75.845.529/0001-05).

4. Órgão/Entidade: Município de Miraselva/PR.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representantes do Ministério Público:

6.1. Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

6.2.Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Representação legal: José Roberto Beffa (OAB/PR 7.390), Marco Henrique Damião Beffa (OAB/PR 29.156) e Roberta Elisa D. Beffa Barbugiani (OAB/PR 38.764), representando Antônio Djair Canônico (Procuração à peça 18).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, na qual são arrolados como responsáveis o Município de Miraselva/PR (CNPJ 75.845.529/0001-05) e seus ex-Prefeitos Antonio Djair Canônico (CPF 308.888.599-53), Guino Tonim (CPF 131.430.939-00) e José Rubens Vilas Boas (CPF 207.964.639-72), em razão de irregularidades na cobrança de procedimentos no Sistema Único de Saúde - SUS, no período de janeiro/1994 a maio/1997.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar a presente Tomada de Contas Especial, sem julgamento de mérito, conforme o disposto no art. 212 do Regimento Interno/TCU, em razão da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, haja vista o decurso de mais de 10 (dez) anos sem que esse interregno temporal fosse interrompido, prejudicando, em consonância com os arts. 6º e 19 da IN-TCU 71, de 28/11/2012, o exercício do contraditório e da ampla defesa por parte dos responsáveis em epígrafe;

9.2. dar ciência desta decisão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis em epígrafe.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2526-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2527/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.667/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo

3.2. Responsável: José Costa Aragão Júnior (770.514.164-72).

4. Entidade: Prefeitura de Matinhas - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: José Murilo Freire Duarte Junior - 15.713 - OAB/PB.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor de José Costa Aragão Júnior, Prefeito de Matinhas-PB, na gestão 2009/2012, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 707391/2009 (peça 2, p. 45-79), para implementação do Projeto Festa da Laranja, no valor total de R$ 525.000,00, sendo R$ 500.000,00 à conta do Ministério, liberados em 5/2/2010, e R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), relativos à contrapartida da Prefeitura.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; 57 e 60 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a", 267 e 270 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. julgar irregulares as contas de José Costa Aragão Júnior (770.514.164-72), condenando-o ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar das data indicada até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
500.000,00	05/02/2010

9.2. aplicar ao Sr. José Costa Aragão Júnior, a multa de R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais) prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2527-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2528/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.441/2015-6

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Vani Leite Braga de Figueiredo (CPF 203.909.804-63)

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Conceição-PB

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA)

8. Advogado constituído nos autos: Anderson Souto Maciel da Costa (OAB/PB 18.613)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor da Sra. Vani Leite Braga de Figueiredo, prefeita municipal de Conceição-PB (gestão 2009/2012), em razão da não apresentação da documentação complementar à prestação de contas e de irregularidades na gestão financeira dos recursos do Convênio 703776/2009, no valor de R$ 315.178,00, sendo R$ 15.178,00 correspondentes à contrapartida da convenente e R$ 300.000,00 por conta do órgão concedente, para realização do projeto intitulado "Quinto Encontro da Cultura Popular",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea c; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas Sra. Vani Leite Braga de Figueiredo e condená-la ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, devidamente atualizado e acrescido dos juros de mora pertinentes, calculados a partir da data especificada, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
300.000,00 (D)	13/10/2009
4.698,54 (C)	02/12/2009

9.2. aplicar à Sra. Vani Leite Braga de Figueiredo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento do valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno-TCU;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno-TCU encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba para as providências que entender cabíveis, bem como ao Ministério do Turismo, para ciência.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2528-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2529/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.654/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura

3.2. Responsáveis: Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel - Gresmipm (CNPJ 28.935.450/0001-95); Paulo Clênio dos Santos Vianna Carvalho (CPF 030.215.647-04).

4. Órgão: Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal: Priscila Pereira Silva Costa (CPF 111.323.407-56) e outros (Peça 1, p. 232).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura - MinC, em desfavor do Sr. Paulo Clênio dos Santos Vianna Carvalho, Presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel (Gresmipm), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados com fundamento na Lei 8.313/1991, em 8/11/2005, no valor de R$ 210.000,00, para a execução entre 21/10/2005 e 31/3/2007 do Projeto Pronac 05-3539 - "Mocidade Carnaval 2006".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas a e c; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Clênio dos Santos Vianna Carvalho e do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel (Gresmipm), condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 189.000,00 (cem e oitenta e nove mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, devidamente atualizado e acrescido dos juros de mora pertinentes, calculados a partir de 8/11/2005, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. aplicar, individualmente, ao Sr. Paulo Clênio dos Santos Vianna Carvalho e à entidade Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel (Gresmipm), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento do valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno-TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno-TCU;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno-TCU encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro para as providências que entender cabíveis, bem como ao Ministério da Cultura, para ciência.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2529-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2530/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.622/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

3.2. Responsável: Dilson de Almeida (352.284.314-20).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Desterro - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em desfavor do Sr. Dilson de Almeida - ex-Prefeito Municipal de Desterro - PB, gestão de 2009 a 2012, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados em 2011 à municipalidade, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Social Especial - PSE e Proteção Social Básica - PSB.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 8º; 214, inciso III, alínea "a"; 209, § 7º, e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel o Sr. Dilson de Almeida, julgar suas contas irregulares e condená-lo ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

ORDEM BANCÁRIA	VALOR ORIGINAL (R$ 1,00)	DATAS DE OCORRÊNCIA
2011OB800232	4.500,00	17/1/2011
2011OB800736	4.500,00	24/2/2011
2011OB800923	4.500,00	15/3/2011
2011OB801409	4.500,00	27/4/2011
2011OB801824	4.500,00	31/5/2011
2011OB802561	4.500,00	9/6/2011
2011OB802996	4.500,00	14/7/2011
2011OB803667	4.500,00	15/8/2011
2011OB804192	4.500,00	13/9/2011
2011OB804887	4.500,00	19/10/2011
2011OB805421	4.500,00	11/11/2011
2011OB806541	4.500,00	22/12/2011
2011OB800078	1.449,00	13/1/2011
2011OB800528	1.449,00	14/2/2011
2011OB800978	1.449,00	17/3/2011
2011OB801314	1.449,00	11/4/2011
2011OB801571	1.449,00	6/5/2011
2011OB802514	1.449,00	8/6/2011
2011OB802757	1.449,00	11/7/2011
2011OB803509	1.449,00	8/8/2011
2011OB804160	1.449,00	12/9/2011
2011OB804683	1.449,00	11/10/2011
2011OB805667	1.449,00	22/11/2011
2011OB806198	1.449,00	14/12/2011
2011OB800434	4.500,00	4/2/2011
2011OB800656	4.500,00	24/2/2011
2011OB801067	4.500,00	28/3/2011
2011OB801632	4.500,00	9/5/2011
2011OB802137	4.500,00	2/6/2011
2011OB802493	4.500,00	7/6/2011
2011OB803159	4.500,00	20/7/2011
2011OB804778	4.500,00	18/10/2011
2011OB804825	4.500,00	18/10/2011
2011OB805033	4.500,00	20/10/2011
2011OB806100	4.500,00	13/12/2011
2011OB806312	4.500,00	16/12/2011
2011OB800682	2.200,00	24/2/2011
2011OB801093	2.200,00	28/3/2011
2011OB801661	2.200,00	11/5/2011
2011OB801918	2.200,00	31/5/2011
2011OB802368	2.200,00	7/6/2011
2011OB803864	2.200,00	30/8/2011
2011OB804842	2.200,00	18/10/2011
2011OB804795	2.200,00	18/10/2011
2011OB804998	2.200,00	20/10/2011
2011OB806067	2.200,00	13/12/2011
2011OB806279	2.200,00	16/12/2011
2011OB800770	5.025,00	10/3/2011
2011OB801188	5.025,00	6/4/2011
2011OB801484	5.025,00	5/5/2011
2011OB803079	5.025,00	15/7/2011
2011OB804532	5.025,00	10/10/2011
2011OB804566	5.025,00	10/10/2011
2011OB804609	5.025,00	10/10/2011
2011OB800255	11.500,00	17/1/2011
2011OB800611	11.500,00	14/2/2011
2011OB800951	11.000,00	17/3/2011
2011OB801286	11.000,00	8/4/2011
2011OB801730	11.000,00	11/5/2011
2011OB802175	11.000,00	6/6/2011
2011OB802850	11.000,00	11/7/2011
2011OB803574	11.000,00	10/8/2011
2011OB804109	11.000,00	8/9/2011
2011OB804507	11.000,00	7/10/2011
2011OB805583	11.000,00	21/11/2011
2011OB806173	11.000,00	14/12/2011

9.2. aplicar-lhe multa de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da correspondente notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2530-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2531/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.480/2016-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Francisco de Assis de Lima (221.060.491-53)

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do Senhor FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA (CPF: 221.060.491-53), no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de o interessado ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. se abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2531-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2532/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.642/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Josemara Barbosa Milagres (CPF 221.503.581-15).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria da senhora Josemara Barbosa Milagres (CPF: 221.503.581-15), no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de a interessada ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este TCU documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2532-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2533/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.656/2016-8
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Liana Figueiredo Chaves (268.444.351-34)
4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria de LIANA FIGUEIREDO CHAVES (CPF: 268.444.351-34), no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal; 1º, inciso VIII; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 262 do Regimento Interno; 8º da Resolução-TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as interessadas dela tomaram conhecimento;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novos atos em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas e submeta-os ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2533-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2534/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.671/2016-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Luiza Maria Vieira Ramalho de Alencar (277.827.784-68)
4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria da Senhora LUIZA MARIA VIEIRA RAMALHO DE ALENCAR (CPF: 277.827.784-68), no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de o interessado ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal - STF que:

9.3.1. se abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2534-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2535/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.725/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Márcia Maria Reichert Costa (289.531.931-68).
4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria da Senhora MÁRCIA MARIA REICHERT COSTA (CPF: 289.531.931-68), no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de a interessada ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998, bem como por ter incorporado parcela de quintos/décimos de função comissionada diferente daquela que foi efetivamente exercida;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal - STF que:

9.3.1. se abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este TCU documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2535-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2536/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.822/2016-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Paulo Roberto Rodrigues Branco (143.852.441-20).
4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria do Senhor PAULO ROBERTO RODRIGUES BRANCO (CPF: 143.852.441-20), no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo, em razão de o interessado ter incorporado parcela de quintos/décimos após o advento da Lei 9.624/1998, o que estaria em desacordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e a jurisprudência deste Tribunal;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2536-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2537/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.926/2016-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Solange Teixeira dos Santos Monteiro (244.414.901-78)
4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de aposentadoria de SOLANGE TEIXEIRA DOS SANTOS MONTEIRO (CPF: 244.414.901-78), no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal; 1º, inciso VIII; 39, inciso II; e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; e 262 do Regimento Interno; 8º da Resolução TCU 206/2007; e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal e negar o registro do ato de aposentadoria constante do presente processo;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as interessadas dela tomaram conhecimento;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novos atos em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas e submeta-os ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2537-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2538/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.190/2016-8
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Jose Osvaldo Ribeiro (CPF 181.156.086-53).
4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de concessão de aposentadoria a José Osvaldo Ribeiro, ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria de José Osvaldo Ribeiro e registrá-lo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais e ao interessado.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2538-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2539/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.729/2011-0.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Recorrentes: José Maria Eymael (CPF 010.617.128-34) e Renato da Silva (CPF 663.925.198-15).
4. Unidade: Diretório Nacional do Partido Social Democrata Cristão - PSDC.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relatora da decisão recorrida: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Samuel Antonio Lourenço de Oliveira (OAB-SP 298.451).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, interpostos por José Maria Eymael e Renato da Silva, responsáveis pelas contas do Diretório Nacional do Partido Social Democrata Cristão - PSDC, contra o acórdão 11.831/2016 - 2ª Câmara, o qual deu provimento parcial a recurso de reconsideração interposto contra o acórdão 2.683/2015 - 2ª Câmara, que, por sua vez, julgara irregulares as contas dos recorrentes, com imputação de débito e multa, em razão de rejeição de parte das contas do Fundo Partidário do ano de 2002.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 27, 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos, acolhê-los e atribuir-lhes efeitos infringentes;

9.2. alterar o valor do débito constante do subitem 9.2 do acórdão 11.831/2016 - 2ª Câmara, que passa a ser o seguinte:

Data	Débito
07/01/02	985,00
07/03/02	66,03
10/06/02	985,00
22/11/02	300,00
06/12/02	985,00
31/12/02	66,03

9.3. alterar o valor da multa constante do subitem 9.2 do acórdão 2.683/2015 - 2ª Câmara, que passa a ser de R$ 2.000.00 (dois mil reais), em razão da redução do valor do débito;

9.4. expedir quitação a Jose Maria Eymael e Renato da Silva ante o recolhimento integral do débito que lhes foi imputado;

9.5. dar ciência desta deliberação aos embargantes, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em complemento ao Ofício 1373/2015-TCU/SECEX-SP, de 27/5/2015, e ao Tribunal Superior Eleitoral.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2539-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2540/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.610/2015-7.
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado do Amapá - Abav/AP (CNPJ 84.425.891/0001-18) e Solange Nazaré Leite Sussuarana Batista (CPF 044.325.332-34).
4. Unidade: Ministério do Turismo.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá - Secex/AP.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo contra a Associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado do Amapá e Solange Nazaré Leite Sussuarana Batista em decorrência da impugnação de despesas do convênio 321/2005.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado do Amapá e de Solange Nazaré Leite Sussuarana Batista;

9.2. condená-las solidariamente ao recolhimento ao Tesouro Nacional de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais contados a partir de 4/11/2005 até o dia do pagamento, abatendo-se, na execução, a quantia de R$ 1.054,00 (mil e cinquenta e quatro reais), devolvida em 4/10/2006;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelas responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar às responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amapá.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2540-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2541/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.192/2014-7.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Leula Pereira Brandão (CPF 235.317.703-49).
4. Unidades: Município de Governador Newton Bello/MA e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.
8. Representação legal: Walter de Sousa Barros (CPF 055.320.433-53).

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra Leula Pereira Brandão, ex-prefeita de Governador Newton Bello/MA, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Termo de Compromisso TC/PAC 804/2008, Siafi 650352, destinado à execução de sistema de abastecimento de água na referida municipalidade.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e §§ 1º e 2º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel Leula Pereira Brandão e julgar irregulares suas contas;

9.2. condená-la ao recolhimento à Fundação Nacional de Saúde dos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos de encargos legais das datas indicadas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 97.000,00	2/9/2010
R$ 145.500,00	2/9/2010
R$ 57.500,00	19/6/2012
R$ 185.000,00	19/6/2012

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar a responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2541-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2542/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.193/2014-5
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessada/Responsáveis:
3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
3.2. Responsáveis: Benedito Sá de Santana (CPF 256.940.303-20) e Marcony da Silva dos Santos (CPF 846.440.793-91).
4. Unidades: Município de Sucupira do Norte/MA e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.
8. Representação legal: Marcelo Caetano Braga Muniz (OAB/MA 5398).

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada em desfavor de Benedito Sá de Santana e Marcony da Silva dos Santos, ex-prefeitos de Sucupira do Norte/MA, em decorrência de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa ao município, no exercício de 2007, relativos ao convênio 2.966/2005 (Siafi 558.987), cujo objeto era a execução de sistema de abastecimento de água na localidade.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "a", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 8º, 209, § 7º, 210, 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas por Marcony da Silva dos Santos e excluí-lo da presente relação processual;

9.2. considerar revel Benedito Sá de Santana e julgar suas contas irregulares;

9.3. condená-lo ao recolhimento à Funasa dos valores abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora das respectivas datas de ocorrência até a data do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
23/4/2007	29.610,00
20/7/2007	29.610,01

9.4. aplicar-lhe a multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Funasa e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2542-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2543/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.464/2014-9.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Benonil da Conceição Castro (CPF 033.560.432-34).

4. Unidades: Município de Apicum-Açu/MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: sub-procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Benonil da Conceição Castro em razão da impugnação parcial de despesas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (2005 e 2006) e da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado - BRALF (2007) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE (2008).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "b", 19, *caput*, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a" e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Benonil da Conceição Castro;

9.2. condenar o espólio de Benonil da Conceição Castro ou, caso tenha havido a partilha de bens, os herdeiros legais até o limite do valor do patrimônio transferido, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas apontadas até o pagamento:

Data da ocorrência	Valor Original (R$)
28/8/2005	90,40
6/10/2005	13.600,00
9/12/2005	13.350,00
13/6/2006	15.782,40
7/12/2007	9.468,00
28/12/2007	11.572,00
9/4/2008	1.252,96
18/4/2008	1.252,96
3/6/2008	20,38

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2543-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2544/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.494/2014-5

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Juarez Alves Lima (CPF 042.050.733-72).

4. Unidades: Município de Icatu/MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Representação legal: Irapoã Suzuki de Almeida Eloi (OAB/MA 8.853).

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada contra Juarez Alves Lima, ex-prefeito Icatu/MA, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao município no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (BRALF) no exercício de 2009 e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 8º, 209, § 7º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel Juarez Alves Lima e julgar suas contas irregulares;

9.2. condená-lo ao recolhimento ao FNDE dos valores abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora das respectivas datas de ocorrência até a data do pagamento:

PROGRAMA	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
PNATE/2007	6.646,50	01/12/2007
PNATE/2008	6.190,79	09/04/2008
	6.190,79	18/04/2008
	455,69	03/06/2008
	455,69	03/06/2008
PNATE/2009	1.417,04	20/04/2009
	6.748,99	22/04/2009
	6.748,99	30/04/2009
	1.417,04	01/05/2009
	1.417,04	04/06/2009
	6.748,99	04/06/2009
	8.514,29	15/06/2009
	8.514,29	15/06/2009
	1.417,04	30/06/2009
	6.748,99	30/06/2009
	1.417,04	31/07/2009
	8.514,29	31/07/2009
	6.748,99	31/07/2009
BRALF/2009	24.000,00	16/11/2009

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da correspondente notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.9. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao FNDE e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2544-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2545/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.526/2014-6.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ademar Alves de Oliveira (CPF 062.094.593-15).

4. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex-MA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE contra Ademar Alves de Oliveira, ex-prefeito de Olho d'Água das Cunhãs/MA, em razão de omissão na prestação de contas do convênio 43258/1998, que tinha como objeto garantir, supletivamente, a manutenção de escolas públicas daquela municipalidade que atendessem mais de vinte alunos do ensino fundamental.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II, da Lei 8443/92, em:

9.1. considerar revel Ademar Alves de Oliveira e jugar irregulares as suas contas;

9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres do FNDE dos valores abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados a partir das respectivas datas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.600,00	28/10/1998
46.150,00	28/10/1998

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da correspondente notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2545-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2546/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.189/2015-6

2. Grupo II - Classe II - Prestação de Contas de 2014.

3. Responsáveis: Pedro Terceiro de Melo (CPF 098.224.294-87), Emerson Fernandes Daniel Júnior (CPF 074.212.814-87), Gustavo Henrique Teixeira de Faria (CPF 027.880.164-17), Hanna Yousef Emile Safieh (CPF 037.959.854-04), Wilson do Egito Coelho Filho (CPF 085.541.881-87), Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo (CPF 323.439.224-20), Augusto Tasso Fragoso Pires (CPF 408.305.007-15), Eugênio Leopoldo Rosado Cascudo Rodrigues (CPF 201.830.544-15), Airton Paulo Torres (CPF 004.464.244-04), Silvano Barbosa Bezerra Antas (CPF 466.651.294-20), Stephanie Costa Cruz Reis (CPF 685.055.586-34), Jorge Luiz Correia (CPF 233.914.724-72), Rosiana Lima Beltrão Siqueira (CPF 347.472.494-00) e Djalma Barros Siqueira Neto (CPF 060.468.334-00).

4. Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.

8. Representação Legal: Marcelo Madeiro de Souza (OAB/AL 7334).

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a prestação de contas de 2014 da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e §§ 1º e 2º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, 43, inciso I, e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, incisos I e III, alínea "a", 217 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Rosiana Lima Beltrão Siqueira e de Djalma Barros Siqueira Neto;

9.2. julgar regulares as contas dos demais responsáveis e dar-lhes quitação plena;

9.3. aplicar a Rosiana Lima Beltrão Siqueira e a Djalma Barros Siqueira Neto, respectivamente, multas de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do correspondente pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. determinar à Codern que adote providências para ressarcimento, no prazo de 90 (noventa) dias, dos valores retroativos indevidamente pagos a título de adicional de risco portuário ao empregado Emerson Fernandes Daniel Júnior, no período de abril de 2012 a junho de 2014, e, ao final do prazo fixado, comprove junto à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN o cumprimento dessa medida;

9.10. determinar à Administração do Porto de Maceió - APMC que:

9.10.1. implante, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sistema informatizado que permita registrar informações e andamento dos processos, bem como gerar relatórios, com vistas a subsidiar o acompanhamento tempestivo da movimentação das ações judiciais, e o mantenha atualizado com base em consultas aos autos dos processos, em pesquisa nos sítios eletrônicos da Justiça e do Diário Oficial, bem como nas informações recebidas dos escritórios contratados;

9.10.2. estime, ao fim de cada exercício, o valor atualizado a ser desembolsado em cada ação judicial, na hipótese de condenação por sentença definitiva, para subsidiar a constituição de provisões contábeis relativas às contingências passivas;

9.10.3. constitua, ao fim de cada exercício, provisão contábil com base na estimativa a que se refere o subitem 9.10.2 deste acórdão e a registre no balanço patrimonial anual, em cumprimento ao comando previsto no art. 176, § 5º, alínea "a", da Lei 6.404/1976;

9.10.4. classifique, ao fim de cada exercício, as ações judiciais de acordo com o grau de possibilidade de sucumbência, com base nos parâmetros fixados na NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC 1.180/2009 (NBC TG 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes); e

9.10.5. discrimine, ao fim de cada exercício, nas notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis anuais, os critérios utilizados tanto para apuração dos montantes das contingências quanto para a classificação das demandas de acordo com os parâmetros fixados na NBC T 19.7 (NBC TG 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes), em atendimento ao disposto no art. 176, §§ 4º e 5º, da Lei 6.404/1976;

9.10.6. informe, ao final do prazo fixado, à Secex-RN os resultados das medidas adotadas para cumprimento do subitem 9.10.1 deste acórdão.

9.11. determinar à Secex/RN que monitore o cumprimento dos subitens 9.9 e 9.10.1 deste acórdão; e

9.12. arquivar os autos.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2546-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2547/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.513/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Sr. Antônio Almir Bié da Silva (301.150.193-91).

4. Entidade: Município de Itatira/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Antônio Almir Bié da Silva contra o Acórdão n. 5.938/2016 - 2ª Câmara, prolatado em 17/05/2016, quando este Colegiado decidiu, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, conceder novo e improrrogável prazo para que os responsáveis nominados nestes autos recolhessem e comprovassem os valores concernentes aos débitos a eles atribuídos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, não conhecer dos presentes Embargos de Declaração, porquanto intempestivos;

9.2 dar ciência desta Deliberação ao embargante e ao seu advogado, nos termos do art. 179, § 7º, do RI/TCU.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2547-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2548/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC 002.589/2016-8.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Juscelino Otero Gonçalves (160.832.022-72).

4. Entidade: Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins - Secex/TO.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial - TCE instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, contra o Sr. Juscelino Otero Gonçalves, ex-prefeito de São Gabriel da Cachoeira/AM, em razão da impugnação parcial de despesas dos recursos repassados àquela municipalidade relativos ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - Peja, no exercício de 2005, e em função da não comprovação da execução do objeto do Convênio 700.166/2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Juscelino Otero Gonçalves, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo indicadas até o efetivo recolhimento, com fixação de prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos da legislação em vigor, abatendo-se as quantias creditadas conforme estabelecido no verbete de Súmula/TCU 128:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)	Natureza
30/03/2005	10,00	Débito
31/03/2005	2,50	Débito
29/04/2005	3,75	Débito
27/05/2005	10,00	Débito
31/05/2005	3,75	Débito
28/06/2005	10,00	Débito
30/06/2005	7,50	Débito
30/06/2005	1,40	Débito
29/07/2005	10,00	Débito
1º/08/2005	7,50	Débito
30/08/2005	10,00	Débito
30/08/2005	10,00	Débito
31/08/2005	7,50	Débito
28/09/2005	10,00	Débito
30/09/2005	7,50	Débito
28/10/2005	10,00	Débito
31/10/2005	7,50	Débito
31/10/2005	241,93	Débito
05/12/2005	1,06	Débito
05/12/2005	7,50	Débito
22/12/2005	7,50	Débito
29/12/2005	84,46	Débito
03/01/2006	5,89	Débito
03/01/2006	36.427,23	Débito
08/07/2008	1.110.069,02	Débito
26/03/2009	913.750,93	Crédito
02/04/2009	303,48	Crédito

9.2. aplicar a multa capitulada no art. 57 da Lei 8.443/1992 ao Sr. Juscelino Otero Gonçalves, no valor de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da referida importância ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, consoante previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2548-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2549/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-007.602/2014-6

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Centro de Cultura Popular Viva Arte em Olinda/PE (00.774.961/0001-53); Rinaldo Antônio da Silva (295.317.054- 53).

4. Entidade: Centro de Cultura Popular Viva Arte em Olinda/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura contra o Centro de Cultura Popular Viva Arte em Olinda/PE e o Sr. Rinaldo Antônio da Silva, ex-Presidente do Centro, em face de irregularidades na execução e prestação de contas do Convênio 43/2005/MinC/FNC, celebrado entre o ministério e a entidade privada.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Centro de Cultura Popular Viva Arte em Olinda/PE, condenando-o ao pagamento do valor de R$ 18.571,25 (dezoito mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 1º/6/2009, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Rinaldo Antônio da Silva;

9.3. aplicar ao Centro de Cultura Popular Viva Arte em Olinda/PE a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Rinaldo Antônio da Silva a multa capitulada no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando ao responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2549-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2550/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-014.899/2014-0.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Dalva Cardoso Miranda (135.702.421-53) e Associação Comunitária Santo Antônio de Itaguatins/TO (25.061.706/0001-94).
4. Entidade: Associação Comunitária Santo Antônio de Itaguatins/TO.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secex/TO.
8. Representação legal: Adriano Guinzelli, OAB/TO 2.025; Diogo Karlo Souza Prados, OAB/TO 5.328.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam contra a Associação Comunitária Santo Antônio de Itaguatins e a Sra. Dalva Cardoso Marinho, ex-presidente da entidade, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 118/2000, celebrado com a Associação Comunitária Santo Antônio de Itaguatins/TO.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Dalva Cardoso Marinho e da Associação Comunitária Santo Antônio de Itaguatins, conferindo-lhes quitação;
9.2. arquivar este processo.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2550-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2551/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-024.846/2014-7.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Entidade: Município de Camaragibe/PE.
4. Responsáveis: Paulo Roberto Santana (126.762.254-72) e João Ribeiro de Lemos (128.279.674-72).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secex/PE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em razão de impugnação parcial de despesas do Termo de Convênio 221/MDS/2004, que teve por objeto a assistência financeira para atender o projeto Sentinela, conforme Plano de Trabalho, com vigência estipulada para o período de 24/5/2004 a 31/12/2004.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Roberto Santana, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na execução, a quantia já ressarcida, nos termos da Súmula/TCU n. 128:

Valor Original (R$)		Data da Ocorrência
Débito	41.200,00	25/05/2004
Débito	41.200,00	09/07/2004
Débito	41.200,00	25/08/2004
Crédito	84.323,65	07/12/2011

9.2. julgar irregulares, nos termos do arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, e 19, parágrafo único, da Lei n. 8.443/1992, as contas do Sr. João Ribeiro de Lemos;
9.3 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.4 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam:
9.5.1 à Procuradoria da República em Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para as medidas que entender cabíveis;
9.5.2 à Câmara Municipal de Camaragibe/PE e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE/PE, para as providências pertinentes em suas respectivas áreas de competência, dado o recolhimento do débito atribuído ao Sr. João Ribeiro de Lemos com recursos municipais.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2551-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2552/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo 033.714/2013-4.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Academia de Educação para o Desenvolvimento (10.278.089/0001-06), Alexandre Henrique de Lemos Marinho (440.112.884-20).
4. Entidade: Academia de Educação para o Desenvolvimento (10.278.089/0001-06).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco - Secex/PE.
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos referentes ao Convênio 01.009.00/2010, celebrado com a Academia de Educação para o Desenvolvimento - Aedes, tendo por objeto a "Capacitação de alunos do Município de Garanhuns em Tecnologia da Informação".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Alexandre Henrique de Lemos Marinho e da Academia de Educação para o Desenvolvimento, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, 19, caput, e 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo descrita, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da respectiva data até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro nacional, abatido o ressarcimento efetuado, nos termos da legislação em vigor:

Natureza	Valor (R$)	Data
Débito	100.000,00	19/08/2011
Crédito	15.058,58	02/01/2013

9.2. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, à Academia de Educação para o Desenvolvimento e ao Sr. Alexandre Henrique de Lemos Marinho, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 271, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4 autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República em Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, bem como ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para ciência.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2552-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2553/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 038.211/2012-2.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. (CNPJ 26.921.908/0001-21).
4. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal:
8.1. Lincoln Magalhaes da Rocha (24.089/OAB-DF) e outros, representando Hospfar Ind e Com de Produtos Hospitalares S.A.
8.2. Frederick Gomes Luiz (39.438/OAB-GO) e outros, representando Ml Operações Logísticas Ltda..
8.3. Mariana Costa Guimarães (36.785/OAB-PR) e outros, representando Profarma Specialty S.A.
8.4. Márcio Pacheco Magalhães (5795/OAB-GO), representando Fernando Passos Cupertino de Barros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pela empresa Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. ao Acórdão 6.038/2015 - 2ª Câmara, retificado pelo Acórdão 8.850/2015 - 2ª Câmara, proferido em processo de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás - SES/GO, em razão de irregularidades nos processos de pagamentos dos contratos resultantes do Pregão 219/2004.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 6.038/2015 - 2ª Câmara;
9.2. dar ciência desta decisão aos embargantes;
9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos - Serur para adoção das providências pertinentes aos recursos de reconsideração pendentes de apreciação.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2553-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2554/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-046.363/2012-2.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargantes: Antonio Carlos Chaves da Rocha (CPF 446.232.163-49); Edileusa Martins Teixeira Costa (CPF 642.439.401-00) e Sebastião Pelizari Júnior (CPF 283.490.671-87).
4. Entidade: Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652); Maria Abadia Alves (OAB/DF 13363); e Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelos Srs. Antonio Carlos Chaves da Rocha, Sebastião Pelizari Júnior e Sra. Edileusa Martins Teixeira Costa contra o Acórdão nº 4.189/2016-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para acolher a preliminar suscitada, declarando a nulidade do Acórdão nº 4.189/2016-TCU-2ª Câmara;
9.2. restituir os autos ao eminente relator deste processo, Ministro Augusto Nardes, para as providências cabíveis;
9.3. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam, aos embargantes.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2554-07/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2555/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.673/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Antonio Carlos de Carvalho (CPF: 126.127.741-49).

4. Entidade: Município de Arapoema - TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016), em desfavor do Sr. Antônio Carlos de Carvalho, ex-prefeito de Arapoema/TO (gestão: 2005 - 2008), diante da total impugnação das despesas realizadas à conta dos recursos federais provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para a execução dos Programas de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE), durante o exercício de 2006, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com as ações do Piso Básico de Transição (PBT) e da Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PSE Média Complexidade - Erradicação do Trabalho Infantil - PETI Bolsa Urbana-1), além das Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PSE Média Complexidade - PETI Jornada Urbana-1);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Antônio Carlos de Carvalho, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Carlos de Carvalho, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescida de juros de mora, até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referida importâncias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Piso Básico de Transição

Parcela	Data da Ordem	Número da Ordem	Valor Líquido (R$)
01/2006	24/2/2006	000386	3.647,00
02/2006	14/3/2006	000722	3.647,00
03/2006	5/4/2006	001434	3.647,00
04/2006	11/5/2006	002215	3.647,00
05/2006	5/6/2006	002365	3.647,00
06/2006	5/7/2006	002919	3.647,00
07/2006	9/8/2006	003485	3.647,00
08/2006	6/9/2006	003812	3.647,00
09/2006	6/10/2006	004825	3.647,00
10/2006	8/11/2006	005655	3.647,00
11/2006	12/12/2006	006068	3.647,00
TOTAL			40.117,00

PSE MC Erradicação do Trabalho Infantil - Jornada Urbana 1

Parcela	Data da Ordem	Número da Ordem	Valor Líquido (R$)
12/2005	4/4/2006	001328	1.000,00
01/2006	22/2/2006	000346	1.000,00
02/2006	16/3/2006	000858	1.000,00
03/2006	7/4/2006	001757	1.000,00
04/2006	5/5/2006	001927	1.000,00
05/2006	6/6/2006	002531	1.000,00
06/2006	5/7/2006	003011	1.000,00
08/2006	18/10/2006	005266	1.000,00
TOTAL			8.000,00

PSE MC Erradicação do Trabalho Infantil - Bolsa Urbana 1

Parcela	Data da Ordem	Nº da Ordem	Valor Líquido (R$)
12/2005	4/4/2006	001327	1.250,00
01/2006	3/3/2006	000461	1.250,00
02/2006	21/3/2006	000993	1.250,00
03/2006	7/4/2006	001770	1.250,00
04/2006	5/5/2006	001906	1.250,00
05/2006	6/6/2006	002688	1.250,00
06/2006	13/7/2006	003198	1.250,00
08/2006	5/10/2006	004638	1.250,00
10/2006	7/11/2006	005425	1.250,00
TOTAL			11.250,00

9.3. aplicar ao Sr. Antônio Carlos de Carvalho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2555-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2556/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.966/2008-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Christianne da Silveira Santos (CPF 868.196.741-04); Jaldo de Souza Santos (CPF 002.840.841-15); Ludmilla da Silveira Santos Hummel (CPF 947.725.251-49).

4. Entidade: Conselho Federal de Farmácia (CFF).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal:

8.1. Ivanilde Fabrette (OAB/DF 25.849) e outros, representando o Conselho Federal de Farmácia;

8.2. Rayssa Reis de Castro (OAB/GO 29.374) e outros, representando Jaldo de Souza Santos e Ludmilla da Silveira Santos Hummel.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada, por força do Acórdão 4.927/2008-TCU-2ª Câmara, para apurar irregularidades no âmbito do Conselho Federal de Farmácia (CFF), durante os exercícios de 2003 a 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. indeferir o requerimento formulado pelo Sr. Antônio César Cavalcanti Júnior, como terceiro interessado, ante a ausência de amparo legal;

9.2. autorizar, em caráter excepcional, o pagamento parcelado da dívida imputada à Sra. Christianne da Silveira Santos e aos demais sucessores de Jaldo de Souza Santos (falecido), pelo item 9.1 do Acórdão 6.704/2009-2ª Câmara, em 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais, devendo ser levados em consideração os valores já eventualmente ressarcidos;

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Sr. Antônio César Cavalcanti Júnior e à Sra. Christianne da Silveira Santos; e

9.4. determinar o sorteio de novo Relator para a apreciação do incidente de nulidade processual concernente à possível nulidade na representação e, consequentemente, na então produção da defesa em nome do Sr. Jaldo de Souza Santos (ora falecido), como apontado pelo item 9.1 do Acórdão 2.187/2012-TCU-2ª Câmara.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2556-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2557/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.450/1999-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Simplificada (Exercício de 1998).

3. Responsáveis: Adilson Alves Pinheiro (CPF: 097.156.067-68); Airton Quintella de Castro Menezes (CPF: 090.632.420-34); Celso Ricardo Souto Maluf (CPF: 059.065.390-34); Mário Rodrigues Machado (CPF: 367.338.817-72).

4. Órgão: Comando da 1ª Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas simplificada dos gestores do Comando da 1ª Região Militar (Cmdo/1ª RM) para o exercício de 1998;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Airton Quintella de Castro Menezes, Adilson Alves Pinheiro, e Celso Ricardo Souto Maluf, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatóo e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério da Defesa, ao Comando do Exército e, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército Brasileiro - CCIEx, ao Comando da 1ª Região Militar e aos responsáveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2557-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2558/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.096/2000-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Simplificada (Exercício de 1999).

3. Responsáveis: Adilson Alves Pinheiro (CPF: 097.156.067-68); Airton Quintella de Castro Menezes (CPF: 090.632.420-34); Carlos Alberto Lins Reis (CPF: 449.536.317-49); Daniel da Silva Cavalcanti (CPF: 887.224.147-20); Jaceguay de Almeida (CPF: 115.787.348-00); Marco Antônio Freire de Holanda (CPF: 469.738.697-34); Roberto Gomes Abraham (CPF: 366.706.697-04).

4. Órgão: Comando da 1ª Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas simplificada dos gestores do Comando da 1ª Região Militar (Cmdo/1ª RM) para o exercício de 1999;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Airton Quintella de Castro Menezes e Adilson Alves Pinheiro, com fulcro nos arts. 16, III, alíneas "a", "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Jaceguay Almeida, com fulcro nos arts. 16, II, e 18, caput, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.3. julgar regulares, com quitação plena, as contas de Carlos Alberto Lins Reis, Daniel da Silva Cavalcanti, Marco Antônio Freire de Holanda e Roberto Gomes Abraham, com fulcro nos arts. 16, I, e 17 da Lei 8.443, de 1992; e

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério da Defesa, ao Comando do Exército e, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército Brasileiro - CCIEx, ao Comando da 1ª Região Militar e aos responsáveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2558-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2559/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.250/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Responsável: Romero Magalhaes Ledo (CPF 268.358.784-87).

4. Entidade: Município de Itacuruba/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: Ary Queiroz Percino da Silva, OAB/PE nº 17.509-D, representando o Sr. Romero Magalhães Ledo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Romero Magalhães Ledo, ex-prefeito de Itacuruba/PE (gestão: 2009-2012), diante da impugnação total das despesas inerentes ao Convênio nº 201/2010, com vigência de 23/4 a 19/8/2010, destinado à realização da "4ª Festa da Tilápia em Itacuruba/PE", com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 100.000,00 à conta do concedente, além de R$ 5.000,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o total de R$ 105.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Romero Magalhaes Ledo, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia abaixo especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde a data indicada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00	24/5/2010
- 65,05	10/6/2010

9.2. aplicar ao Sr. Romero Magalhaes Ledo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2559-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2560/2017 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC 017.730/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Luiz Alexandre Souza Falcão (CPF 883.936.314-91).

4. Entidade: Município de Iati/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor do Sr. Luiz Alexandre Souza Falcão, ex-prefeito de Iati/PE (gestão: 2009/2012), diante da execução apenas parcial do Contrato de Repasse nº 0199405-77/2006 celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Esporte, e a referida municipalidade para a ampliação de quadra poliesportiva, nos termos do plano de trabalho aprovado;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente feito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do RITCU;

9.2. determinar que, se for o caso, o Ministério do Esporte, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Iati/PE, adote as medidas cabíveis para a eventual conclusão do objeto ajustado no âmbito do Contrato de Repasse nº 0199405-77/2006;

9.3. dispensar a unidade técnica de promover o monitoramento da determinação contida no item 9.2 deste Acórdão; e

9.4. enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Sr. Luiz Alexandre Souza Falcão, para ciência, e à Prefeitura Municipal de Iati/PE, ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal, para ciência e eventual adoção das providências porventura cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2560-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2561/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.736/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Estadual de Cooperação Agrícola - Aesca (CNPJ: 02.718.706/0001-19); Hailton César Sousa Silva (CPF: 022.426.271-80); José Garcia Barbosa de Sousa (CPF: 004.793.341-02).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - CEF, em desfavor da Associação Estadual de Cooperação Agrícola (Aesca) e dos Srs. Hailton César Sousa Silva e José Garcia Barbosa de Sousa, como representantes da entidade em 2005/2009 e 2009/2011, respectivamente, diante da omissão no dever de prestar contas do Contrato de Repasse nº 171.587-82/2004 (Peça 1, p. 116/128) destinado a capacitar agricultores familiares no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) com a aporte de recursos federais na ordem de R$ 121.653,50 ao longo dos exercícios de 2005 e 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Associação Estadual de Cooperação Agrícola (Aesca), o Sr. Hailton César Sousa Silva e o Sr. José Garcia Barbosa de Sousa, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Associação Estadual de Cooperação Agrícola (Aesca), do Sr. Hailton César Sousa Silva e do Sr. José Garcia Barbosa de Sousa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'a', 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo indicadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
31/5/2005	12.988,00
28/6/2005	21.674,50
29/7/2005	11.527,00
26/8/2005	12.004,00
31/1/2006	13.417,00
24/2/2006	46.673,00
31/3/2006	3.370,00
17/6/2013	(7,54)
TOTAL	121.653,50

9.3. aplicar aos Srs. Hailton César Sousa Silva e José Garcia Barbosa de Sousa e à Associação Estadual de Cooperação Agrícola, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que a fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443, de 1992, e do art.209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2561-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2562/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.835/2014-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Roberto Sávio Gomes da Silva (CPF 364.001.730-72); J. Antônio de Morais Pires Eventos - ME (CNPJ 72.129.240/0001-00).

4. Entidade: Município de Apuiarés/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: Sérgio Gurgel Carlos da Silva (OAB/CE 2799) e outros, representando Roberto Sávio Gomes da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Roberto Sávio Gomes da Silva, ex-prefeito de Apuiarés/CE (gestão: 2005-2012), diante da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos do Convênio nº 416/2008 (Siafi 629105) destinado à execução do projeto denominado "*Apuairés Junino*", no período de 10 a 28/6/2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a J. Antônio de Morais Pires Eventos - ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Roberto Sávio Gomes da Silva, com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a J. Antônio de Morais Pires Eventos - ME, ao pagamento do débito no valor de R$ 50.550,00 (cinquenta mil e quinhentos e cinquenta reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, calculados desde 29/7/2008 até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Roberto Sávio Gomes da Silva e à empresa J. Antônio de Morais Pires Eventos - ME, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2562-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2563/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.986/2015-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antônio Carlos de Carvalho (CPF 126.127.741-49).

4. Entidade: Município de Arapoema/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Antônio Carlos de Carvalho, ex-prefeito de Arapoema/TO (gestão: 2005-2008), diante de irregularidades identificadas pelo Relatório de Ação de Controle 0190.017050/2006-30 da Controladoria-Geral da União na aplicação de recursos do SUS transferidos, na modalidade fundo a fundo, entre fevereiro de 2005 e março de 2007;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade do Município de Arapoema/TO no presente feito;

9.2. considerar revel o Sr. Antônio Carlos de Carvalho, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Carlos de Carvalho, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas indicadas, até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

DATA	DÉBITOS	CRÉDITOS
02/02/2005	R$ 1.010,88	
02/02/2005	R$ 51,00	
22/02/2005	R$ 270,00	
01/03/2005	R$ 1.588,90	
04/03/2005	R$ 12,90	
09/03/2005	R$ 1.089,28	
09/03/2005	R$ 5.122,04	
09/03/2005	R$ 51,00	
28/03/2005	R$ 270,00	
30/03/2005	R$ 1.438,79	
05/04/2005	R$ 1.050,08	
05/04/2005	R$ 59,50	
05/04/2005	R$ 4.935,38	
07/04/2005	R$ 2.579,10	
07/04/2005	R$ 3.076,90	
12/04/2005	R$ 270,00	
28/04/2005	R$ 1.444,89	
29/04/2005	R$ 1.379,10	
29/04/2005	R$ 1.010,88	
29/04/2005	R$ 59,50	
29/04/2005	R$ 4.748,72	
04/05/2005	R$ 1.277,90	
24/05/2005	R$ 1.370,24	
30/05/2005	R$ 841,71	
30/05/2005	R$ 56,00	
30/05/2005	R$ 5.140,29	
31/05/2005	R$ 21,00	
31/05/2005	R$ 100,00	
06/06/2005	R$ 10.600,00	
24/06/2005	R$ 13.299,80	
30/06/2005	R$ 1.200,96	
30/06/2005	R$ 5.398,65	
30/06/2005	R$ 59,50	
07/07/2005		R$ 1.000,00
12/07/2005	R$ 5.000,00	
14/07/2005	R$ 30.000,00	
14/07/2005	R$ 15.000,00	
20/07/2005		R$ 20.000,00
20/07/2005		R$ 30.000,00
22/07/2005	R$ 33.000,00	
22/07/2005	R$ 17.000,00	
02/08/2005	R$ 1.018,32	
02/08/2005	R$ 3.604,82	
02/08/2005	R$ 59,50	
08/08/2005	R$ 79,00	
08/08/2005	R$ 1.544,50	
10/08/2005	R$ 10.067,61	
16/08/2005	R$ 16.000,00	
30/08/2005	R$ 5.887,21	
30/08/2005		R$ 10.000,00
31/08/2005	R$ 4.542,31	
05/09/2005	R$ 963,19	
12/09/2005	R$ 79,00	
12/09/2005	R$ 344,50	
15/09/2005	R$ 2.699,88	
15/09/2005	R$ 663,87	
15/09/2005	R$ 2.796,41	
30/09/2005	R$ 49,00	
30/09/2005	R$ 5.169,55	
03/10/2005	R$ 494,23	
06/10/2005	R$ 1.075,61	
06/10/2005	R$ 208,90	
21/10/2005	R$ 6.799,20	
24/10/2005	R$ 7.000,00	
10/11/2005	R$ 1.083,65	
10/11/2005	R$ 5.020,40	
10/11/2005	R$ 49,00	
16/11/2005	R$ 710,00	
21/11/2005	R$ 1.302,91	
22/11/2005	R$ 3.000,00	
22/11/2005	R$ 5.496,29	
02/12/2005	R$ 1.170,89	
02/12/2005	R$ 49,00	
02/12/2005	R$ 5.476,00	
02/12/2005		R$ 7.000,00
15/12/2005	R$ 1.000,00	
19/12/2005	R$ 1.403,78	
19/12/2005	R$ 49,00	
19/12/2005	R$ 4.525,22	
19/12/2005	R$ 2.699,88	
19/12/2005	R$ 2.796,41	
22/12/2005	R$ 4.000,00	
22/12/2005	R$ 808,68	
23/12/2005	R$ 5.000,00	
26/12/2005	R$ 1.000,00	
29/12/2005	R$ 5.201,85	
29/12/2005	R$ 1.085,66	
29/12/2005	R$ 49,00	
29/12/2005		R$ 6.000,00
18/01/2006	R$ 1.000,00	
20/01/2006	R$ 808,88	
23/01/2006	R$ 19.000,00	
23/01/2006	R$ 657,10	
24/01/2006	R$ 5.000,00	
24/01/2006	R$ 4.000,00	
06/02/2006	R$ 5.700,00	
21/02/2006	R$ 500,00	
24/02/2006	R$ 917,48	
24/02/2006	R$ 57,73	
24/02/2006	R$ 4.700,00	
24/02/2006	R$ 4.390,34	
24/02/2006	R$ 49,00	
24/02/2006	R$ 365,77	
02/03/2006	R$ 3.000,00	
10/03/2006	R$ 5.304,14	
17/03/2006	R$ 800,00	
20/03/2006	R$ 8.000,00	
03/04/2006	R$ 6.838,77	
03/04/2006	R$ 88,00	
04/04/2006	R$ 150,00	
06/04/2006	R$ 200,00	
06/04/2006	R$ 539,13	
12/04/2006	R$ 2.000,00	
19/04/2006	R$ 2.675,82	
20/04/2006	R$ 2.295,48	
24/04/2006	R$ 7.500,00	
27/04/2006	R$ 2.000,00	
04/05/2006	R$ 2.500,00	
04/05/2006	R$ 539,13	
09/05/2006	R$ 2.400,00	
19/05/2006	R$ 1.765,10	
19/05/2006	R$ 7.751,10	
19/05/2006	R$ 5.388,27	
22/05/2006	R$ 21.600,00	
22/05/2006	R$ 1.998,38	
30/05/2006		R$ 4.700,00
23/06/2006	R$ 7.700,00	
23/06/2006	R$ 8.000,00	
26/06/2006	R$ 5.719,53	
28/06/2006	R$ 5.000,00	
28/06/2006	R$ 521,58	
29/06/2006	R$ 1.450,00	
29/06/2006	R$ 5.000,00	
03/07/2006		R$ 6.000,00
04/07/2006	R$ 1.336,48	
18/07/2006	R$ 7.800,00	
20/07/2006	R$ 1.287,36	
20/07/2006	R$ 4.223,07	
03/08/2006	R$ 5.000,00	
04/08/2006	R$ 2.000,00	
07/08/2006	R$ 2.500,00	
09/08/2006	R$ 1.500,00	
10/08/2006	R$ 7.400,00	
14/08/2006	R$ 2.100,00	
16/08/2006	R$ 7.000,00	
16/08/2006	R$ 1.432,61	
16/08/2006	R$ 57,00	
21/08/2006	R$ 4.500,00	
25/08/2006	R$ 4.500,00	
25/08/2006	R$ 2.600,00	
30/08/2006		R$ 550,00
04/09/2006	R$ 539,13	
12/09/2006	R$ 400,00	
25/09/2006	R$ 6.000,00	
25/09/2006	R$ 7.760,47	
26/09/2006		R$ 1.950,00
02/10/2006	R$ 12.000,00	
02/10/2006	R$ 539,13	
19/10/2006	R$ 539,13	
20/10/2006	R$ 2.000,00	
23/10/2006	R$ 748,23	
27/10/2006	R$ 9.000,00	
27/10/2006	R$ 3.600,00	
31/10/2006	R$ 6.000,00	
01/11/2006		R$ 300,00
10/11/2006		R$ 50,00
20/11/2006	R$ 7.176,96	
21/11/2006	R$ 2.136,69	
22/11/2006	R$ 5.600,00	
24/11/2006	R$ 20,10	
28/11/2006	R$ 8.000,00	
28/11/2006	R$ 1.287,36	
30/11/2006	R$ 539,13	
11/12/2006		R$ 5.050,00
19/12/2006	R$ 2.800,00	
19/12/2006	R$ 16.000,00	
19/12/2006	R$ 1.998,38	
21/12/2006	R$ 1.287,36	
22/12/2006	R$ 16.650,00	
12/01/2007	R$ 7.275,60	
12/01/2007	R$ 6.800,00	
16/01/2007	R$ 25.400,00	
24/01/2007		R$ 510,00
09/02/2007	R$ 899,90	
09/02/2007		R$ 5.060,00
16/02/2007	R$ 21.000,00	
16/02/2007	R$ 4.608,38	
27/02/2007		R$ 5.200,00
28/02/2007	R$ 1.078,26	
02/03/2007		R$ 600,00
09/03/2007	R$ 2.889,58	
09/03/2007		R$ 10.460,00
09/03/2007		R$ 20,00

9.4. aplicar ao Sr. Antônio Carlos de Carvalho a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata nº 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2563-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2564/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.125/2014-2.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Interessada/Responsáveis:

3.1. Interessada: Construtora Construnova Ltda. (CNPJ 63.347.280/0001-29).

3.2. Responsáveis: Dióstenes José Alves (CPF 643.789.858-53); Fernanda Pereira Portela (CPF 908.843.703-30); Município de Avelino Lopes/PI (CNPJ 06.554.281/0001-00).

4. Entidade: Município de Avelino Lopes/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI 4703) e outros, representando Dióstenes José Alves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Construtora Construnova Ltda. sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 1/2014 e no Processo de Regime Diferenciado de Contratação (RDC) nº 1/2014 conduzidos pelo Município de Avelino Lopes/PI para a contratação de empresa de engenharia com vistas à construção de sistemas de abastecimento de água em diversas comunidades rurais na municipalidade (Peça nº 1), por meio do repasse de recursos federais pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no âmbito do Convênio TC/PAC nº 190/2014 (Siafi 683022), com vigência de 7/5/2014 a 7/5/2017, até o montante de R$ 2.895.435,60, já tendo sido liberado o valor total de R$ 2.316.348,48;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU (RITCU), para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. aplicar ao Sr. Dióstenes José Alves, prefeito de Avelino Lopes/PI (gestões: 2013-2016 e 2017-2020), e à Sra. Fernanda Pereira Portela, presidente da comissão permanente de licitação (CPL), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.5. determinar à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a fiscalização do objeto do Convênio TC/PAC nº 190/2014 (ainda em vigor), informando o TCU sobre as providências adotadas em face das irregularidades apontadas nestes autos, no prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo de instaurar, se necessário, a devida tomada de contas especial;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à representante, à CLH Construções e Locações Ltda. - ME, à Câmara Municipal de Avelino Lopes/PI e ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, para conhecimento, e à Fundação Nacional de Saúde, para ciência e adoção das providências cabíveis; e

9.7. determinar que a unidade técnica promova o monitoramento da determinação contida no item 9.5 deste Acórdão no âmbito deste mesmo processo de representação.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2564-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2565/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.338/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V- Pensão Militar.

3. Interessada: Irene Maria Davila Leal (CPF 388.329.500-06).

4. Órgão: 3ª Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela 3ª Região Militar junto ao Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão militar em favor de Irene Maria Davila Leal, negando-lhe o respetivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar à 3ª Região Militar junto ao Comando do Exército que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação:

9.3.1. faça cessar os pagamentos relativos ao ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. comunique a Sra. Irene Maria Davila Leal sobre a possibilidade de ela efetuar o pagamento das 16 (dezesseis) contribuições referentes ao posto de general-de-divisão, salientando que, caso esses valores sejam recolhidos, o novo ato deve ser encaminhado a este Tribunal, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.3.4. encaminhe a este Tribunal, caso não haja o pagamento das referidas contribuições, o novo ato de concessão com proventos calculados com base no posto de general-de-brigada, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento da determinação contida no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2565-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2566/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.677/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco de Paula Vitor Moreira (CPF 924.944.208-49); Marco Antônio Oliveira Prado (CPF 160.142.946-00); Zélio Herculano de Castro (CPF 038.945.501-63).

4. Entidade: Município de Cachoeirinha/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: Marcio Oliveira Junior, OAB/TO nº 5.314, representando Zélio Herculano de Castro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor dos Srs. Zélio Herculano de Castro, ex-prefeito (gestão: 2001-2004), e Francisco de Paula Vitor Moreira, ex-consultor da Unesco, além da empresa individual Marcos A. O. Prado, diante da impugnação total das despesas inerentes ao Convênio nº 549/2003 destinado à execução de sistema de esgotamento sanitário com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 99.997,66, além de R$ 3.199,10 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o montante de R$ 103.196,76;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a pontual correção do referido erro material na grafia do número de registro na OAB do Sr. Marcio Oliveira Júnior (para OAB/TO nº 5.314, em vez de OAB/TO nº 5.225) no âmbito do Acórdão 10.922/2016-TCU-2ª Câmara; e

9.2. determinar a restituição dos autos à Secex/TO para o prosseguimento do feito.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2566-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2567/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.939/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessada: A Telecom Teleinformática Ltda. (CNPJ 37.166.592/0001-26).

4. Entidade: Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Ricardo Brinckmamn Oliveira (OAB/DF 19.415) e outros, representando a A. Telecom Teleinformática Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela A. Telecom Teleinformática Ltda. sobre possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 23/2016 pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o registro de preços com vistas à contratação de empresa especializada em solução de comunicação de voz sobre IP em solução de comunicação ponto a ponto e multiponto, com os serviços de instalação, repasse tecnológico e suporte;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos dos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno do TCU e do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. dar por prejudicado o pedido de cautelar suspensiva, ante a revogação do certame;

9.3. determinar que, no caso do lançamento de novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico 23/2016, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) adote as medidas necessárias para evitar a repetição das seguintes irregularidades:

9.3.1. indevida preferência por marca, em desacordo com o disposto nos arts. 3º, § 1º, I, e 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666, de 1993, e com a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 88/2008, 1.010/2005, 130/2002 e 664/2001, do Plenário);

9.3.2. solicitação de cotações apenas a potenciais fornecedores, contrariando a jurisprudência do TCU no sentido da busca também de outras fontes (v. g.: Acórdãos 3.010/2016, 1.678/2015, 965/2015, 299/2011 e 819/2009, do Plenário);

9.3.3. inserção da contratação do Network Operations Center (NOC) no objeto da contratação sem a adequada justificativa, contrariando o disposto no art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, no art. 2º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, e nos artigos 14 e 15 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014;

9.3.4. insuficiente estabelecimento dos requisitos da contratação, das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da ata de registro de preços, do modelo de execução e do modelo de gestão, além do regime de execução do contrato, em desacordo com o disposto, respectivamente, nos artigos 17, 18, 19, 20 e 24 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 2014, nos artigos 55, VII, 58, IV, 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 3º, caput e § 1º, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, além de contrariar a Súmula 269 do TCU no que concerne à necessária vinculação da remuneração da contratada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço previamente pactuados no instrumento contratual;

9.3.5. indevida exigência de carta do fabricante como requisito de qualificação técnica sem a necessária justificativa, expressa e pública, para essa obrigação, mostrando-se indevida, portanto, por possuir caráter restritivo e por ferir o princípio da isonomia entre os licitantes, com afronta ao disposto no art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993, no art. 14 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, além de contrariar a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 808/2003, 1.670/2003, 1.676/2005, 423/2007, 539/2007, 1.729/2008, 2.056/2008, 1.805/2015, do Plenário);

9.3.6. indevida exigência de que os equipamentos e outros itens provenham do mesmo fabricante sem a justificativa, expressa e pública, para essa obrigação, mostrando-se indevida, portanto, por possuir caráter restritivo e por ferir o princípio da isonomia entre os licitantes, configurando afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666, de 1993, além de contrariar a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 1.401/2016, 1990/2014 e 2.403/2012, do Plenário);

9.3.7. indevida exigência de apresentação de declaração de que a contratada possua, na data de assinatura do contrato, o Network Operations Center (NOC) em funcionamento em regime 24x7, com observância dos requisitos especificados no edital, sem a justificativa, expressa e pública, para essa obrigação, mostrando-se indevida, portanto, por possuir caráter restritivo e por ferir o princípio da isonomia entre os licitantes, configurando afronta ao art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.8. indevida exigência de que a licitante comprove possuir (em seu quadro de empregados) pelo menos um profissional detentor de certificação de gerenciamento de projetos - PMP (Project Management Professional) do PMI (Project Management Institute), configurando afronta ao disposto no art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993, além de contrariar a jurisprudência do TCU (v. g.: Acórdãos 481/2004, 1.094/2004, 26/2007 e 126/2007, do Plenário);

9.4. determinar, ainda, que, no caso do lançamento de novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico 23/2016 (atualmente revogado), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) informe previamente o TCU sobre esse evento, apresentando as minutas do edital e do contrato, entre outros documentos inerentes ao novo certame, sem prejuízo de, desde já, orientar o SFB no sentido de que:

9.4.1. não se encontrava devidamente justificada, de forma expressa e pública, a utilização do sistema de registro de preços para a contratação do objeto previsto no Pregão Eletrônico 23/2016, já que a utilização do SRP deveria estar adstrita às hipóteses do Decreto nº 7.892, de 2013 (v. g.: Acórdãos 113/2012, 757/2015 e 2.842/2016, do Plenário);

9.4.2. a reincidência das mesmas falhas detectadas no Pregão Eletrônico 23/2016 em futuros procedimentos licitatórios tende a afastar a presunção de boa-fé em benefício dos gestores e, assim, tende a sujeitar os responsáveis às sanções previstas na Lei nº 8.443, de 1992;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Serviço Florestal Brasileiro, à Agência Nacional de Águas e à 5ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, para ciência e eventuais providências cabíveis, e ao representante, para ciência; e

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos dos arts. 237, parágrafo único, e 250, I, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2567-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2568/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.615/2015-4

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: João Ricardo Alves de Oliveira (CPF 048.201.422-91) e Francisca Martins Oliveira e Silva (CPF 105.556252-49), ex-prefeitos

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Acará/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/TO

8. Advogados constituídos nos autos: Eduardo Cesar Travassos Canelas (OAB/PA 12290) e Rômulo Rodrigues Barbosa (OAB/PA 21531)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à essa municipalidade no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado em 2008 (PBA - BRALF 2008).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "a"; 12, § 3º; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de João Ricardo Alves de Oliveira e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 240.682,70 (duzentos e quarenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e setenta centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 10/11/2008, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. julgar irregulares as contas de Francisca Martins Oliveira e Silva e condená-la ao pagamento da quantia de R$ 59.653,00 (cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 01/01/2009, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar a João Ricardo Alves de Oliveira e a Francisca Martins Oliveira e Silva, individualmente, multas nos respectivos valores de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e R$ 11.000,00 (onze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará e ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (em referência ao Processo 0000691-44.2011.8.14.0076), para as medidas cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2568-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2569/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-005.278/2014-7.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros (ex-Prefeita, CPF 203.817.514-49)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em decorrência da impugnação parcial de despesas realizadas à conta do Convênio 2832/2003, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c", e § 3º; 19; e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros;

9.2. condenar Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros ao recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde dos valores abaixo indicados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora das respectivas datas até o dia do pagamento, abatendo-se, na execução, a quantia já satisfeita, nos termos da Súmula-TCU 128:

Valor (R$)	Data	D/C
65.600,00	14/10/2004	D
13.200,00	25/11/2004	D
1.195,12	17/11/2004	D
180,61	23/3/2010	C

9.3. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2569-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2570/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-009.766/2014-6

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Josivalda Matias de Sousa (ex-prefeita, CPF 628.826.194-72)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pirpirituba/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à omissão no dever de prestar contas das duas primeiras parcelas repassadas ao Município de Pirpirituba/PB pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por força do Convênio 2154/06 (Siafi 567342), que tinha por objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas da responsável Josivalda Matias de Sousa, condenando-a a pagar os valores especificados abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas correspondentes até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do respectivo montante aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa):

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
68.504,00	20/09/2007
68.504,00	01/11/2007

9.2. aplicar à responsável Josivalda Matias de Sousa multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência desta decisão à Funasa, e, em particular, quanto à não responsabilização de Rinaldo de Lucena Guedes (CPF 528.967.064-53) pelo Tribunal; e

9.5. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2570-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2571/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.835/2015-6.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Gandor Calil Hage Neto (296.651.832-49) e Joaquim Vieira Nunes (485.323.392-04), ex-prefeitos

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Prainha/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogados constituídos nos autos: Inocêncio Mártires Coelho Júnior (5670/OAB-PA) e outros, representando Gandor Calil Hage Neto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Gandor Calil Hage Neto e Joaquim Vieira Nunes, ex-prefeitos de Prainha/PA em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município por meio Contrato de Repasse 75.493-14/Pronaf/MDA/1999, no âmbito do Pronaf, objetivando à implantação de infraestrutura e serviços de apoio à agricultura familiar.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3°; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, incisos "a" e "b"; 24; 25; e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, inciso I; e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Joaquim Vieira Nunes;

9.2. julgar irregulares as contas de Gandor Calil Hage Neto, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 67.943,40 (sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), referente a 12/8/2002, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, acrescida da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir da data de ocorrência até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/3/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2571-07/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 23 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em março de 2017.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

Aprovados pela Segunda Câmara.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA N° 43, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Aplica a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União à empresa Klima Comércio de Medicamentos Ltda.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução n° 20, de 1971, da Câmara dos Deputados, considerando que a Klima Comércio de Medicamentos Ltda., localizada na Rua 21 de Abril, 270, Centro, Barão de Cotegipe/RS, inscrita no CNPJ sob o n° 11.011.226/0001-04, não forneceu integramente o material objeto da Nota de Empenho 2016NE000988, incorrendo em entrega com atraso superior a 40 (quarenta) dias, e não consignou comprovante de sua regularidade fiscal, conforme apurado no Processo n° 116.995/2016 (ref. Processo n° 126.551/2014), resolve:

Aplicar à empresa a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme previsto no art. 7° da Lei n° 10.520/2002 (item 4 do Anexo n° 3 do Edital do Pregão Eletrônico n° 188/2015).

LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de fevereiro de 2017. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: Fevereiro/2017 **Valores em R$**

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**565.333.933,71**	**512.753.115,86**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**49.216,33**	**155.226,16**
Caixa e Equivalentes de Caixa	563.053.512,67	510.990.906,36	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	27.829,00	51.020,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.280.421,04	1.762.209,50	Demais Obrigações a Curto Prazo	21.387,33	104.206,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**15.504.527,55**	**14.491.911,06**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**580.789.244,93**	**527.089.800,76**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**15.504.527,55**	**14.491.911,06**	**Resultados Acumulados**	**580.789.244,93**	**527.089.800,76**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	15.504.527,55	14.491.911,06	Resultado do Exercício	3.540.824,08	13.370.100,92
			Resultados de Exercícios Anteriores	577.398.205,91	513.719.699,84
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-149.785,06	0,00
TOTAL DO ATIVO	**580.838.461,26**	**527.245.026,92**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**580.838.461,26**	**527.245.026,92**

Período: Fevereiro/2017 **Valores em R$**

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI N.º 4.320/1964)					
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	563.053.512,67	510.990.906,36	PASSIVO FINANCEIRO	15.117.464,98	3.494.074,54
ATIVO PERMANENTE	17.784.948,59	16.254.120,56	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	**580.838.461,26**	**527.245.026,92**	**TOTAL DO PASSIVO**	**15.117.464,98**	**3.494.074,54**
			SALDO PATRIMONIAL	**565.720.996,28**	**523.750.952,38**

Período: Fevereiro/2017 **Valores em R$**

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI N.º 4.320/1964)					
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.647.847,95**	**1.377.913,60**	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**54.482,05**	**2.488.951,19**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.647.847,95	1.377.913,60	Execução dos Atos Potenciais Passivos	54.482,05	2.488.951,19
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	19.482,05	0,00
Direitos Contratuais a Executar	1.647.847,95	1.377.913,60	Obrigações Contrat. a Executar	35.000,00	2.488.951,19
TOTAL	**1.647.847,95**	**1.377.913,60**	**TOTAL**	**54.482,05**	**2.488.951,19**

Período: Fevereiro/2017 **Valores em R$**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI N.º 4.320/1964)	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	**547.936.047,69**
Alienação de Bens e Direitos	546.036,50
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	547.390.011,19
TOTAL	**547.936.047,69**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: Fevereiro/2017 **Valores em R$**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	2017	2016		2017	2016
Receitas Orçamentárias	**13.259.768,92**	**14.037.126,29**	**Despesas Orçamentárias**	**799.876,86**	**734.163,88**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	-	-
Vinculadas	**13.282.512,88**	**14.062.464,11**	**Vinculadas**	**799.876,86**	**734.163,88**
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	13.282.512,88	14.062.464,11	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	799.876,86	734.163,88
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-22.743,96	-25.337,82			
Transferências Financeiras Recebidas	**65,37**	**1.257,24**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**65,37**	**1.257,24**
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	65,37	1.257,24	Independentes da Execução Orçamentária	65,37	1.257,24
Movimentação de Saldos Patrimoniais	65,37	1.257,24	Movimento de Saldos Patrimoniais	65,37	1.257,24
Recebimentos Extraorçamentários	**231.972,50**	**708.699,39**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**9.594.317,71**	**821.217,51**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	17.802,48	70.200,08	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	168.383,43	2.451,59
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	214.170,02	605.793,87	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.425.934,28	818.765,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	32.705,44	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Saldo do Exercício Anterior	**559.955.965,82**	**497.800.462,07**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**563.053.512,67**	**510.990.906,36**
Caixa e Equivalentes de Caixa	559.955.965,82	497.800.462,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	563.053.512,67	510.990.906,36
TOTAL	**573.447.772,61**	**512.547.544,99**	**TOTAL**	**573.447.772,61**	**512.547.544,99**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Fevereiro/2017 Valores em R$

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.118.545,85	13.205.531,39
INGRESSOS	13.259.834,29	14.071.088,97
Receitas Derivadas e Originárias	13.259.768,92	14.037.126,29
Receita Patrimonial	378.675,50	229.994,13
Receita de Serviços	19.243,38	2.772,01
Remuneração das Disponibilidades	10.972.510,06	11.741.674,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.889.339,98	2.062.685,42
Outros Ingressos das Operações	65,37	33.962,68
Ingressos Extraorçamentários	-	32.705,44
Transferências Financeiras Recebidas	65,37	1.257,24
DESEMBOLSOS	-10.141.288,44	-865.557,58
Pessoal e Demais Despesas	-10.141.223,07	-864.300,34
Legislativo	-10.141.223,07	-864.300,34
Outros Desembolsos das Operações	-65,37	-1.257,24
Transferências Financeiras Concedidas	-65,37	-1.257,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.999,00	-15.087,10
DESEMBOLSOS	-20.999,00	-15.087,10
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.999,00	-15.087,10
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.097.546,85	13.190.444,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	559.955.965,82	497.800.462,07
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	563.053.512,67	510.990.906,36

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Fevereiro/2017 Valores em R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.536.308,95	14.334.063,04
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	609.634,51	496.320,84
Venda de Mercadorias	16.846,00	73,65
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	592.788,51	496.247,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10.972.936,17	11.741.808,07
Juros e Encargos de Mora	426,11	133,34
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	10.972.510,06	11.741.674,73
Transferências e Delegações Recebidas	65,37	1.257,24
Transferências Intragovernamentais	65,37	1.257,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.953.672,90	2.094.676,89
Reversão e Provisões e Ajustes para Perdas	570,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.953.102,90	2.094.676,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.995.484,87	963.962,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.318.577,46	46.725,30
Serviços	2.318.577,46	46.725,30
Transferências e Delegações Concedidas	83.992,16	346.107,20
Transferências Intragovernamentais	65,37	1.257,24
Outras Transferências e Delegações Concedidas	83.926,79	344.849,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	129.978,59	125.683,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	124.762,12	18.963,70
Incorporação de Passivos	-	94.868,27
Desincorporação de Ativos	5.216,47	11.851,88
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.462.936,66	445.445,77
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.462.936,66	445.445,77
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.540.824,08	13.370.100,92

LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2017

PRESIDENTE: Exma. Sra. Conselheira Laurita Vaz
SECRETÁRIO: Exmo. Sr. Juiz Federal Cleberson José Rocha

Às 14 horas, no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília - DF, presentes os Conselheiros HUMBERTO MARTINS (Vice-Presidente), MAURO CAMPBELL MARQUES (Corregedor-Geral da Justiça Federal), BENEDITO GONÇALVES, RAUL ARAÚJO, HILTON QUEIROZ, POUL ERIK DYRLUND, LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO e ROGÉRIO FIALHO MOREIRA (Membros Efetivos) e o Conselheiro MAIRAN MAIA (Membro Suplente), bem como o Juiz Federal ROBERTO CARVALHO VELOSO (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe) e o Dr. IBANEIS ROCHA (representante do Conselho Federal da OAB), foi aberta a sessão.

Ausente, justificadamente, a Conselheira Cecília Marcondes.

Inicialmente, a Presidente cumprimentou todos os presentes.

Logo após, registrou a presença do Conselheiro Mairan Maia, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que participa desta sessão em substituição à Conselheira Cecília Marcondes, a qual não pôde comparecer por motivo justificado.

Na sequência, a Presidente submeteu ao Colegiado a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada, nos termos lavrados.

JULGAMENTOS

PROCESSO N. CJF-EOF-2016/00023

ASSUNTO: SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL REFERENTES AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016 E REFERENDO DAS RESOLUÇÕES N. CJF-RES-2016/00428, 429, 430, 431 e 434.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou as solicitações de créditos adicionais suplementares e referendou as Resoluções n. CJF-RES-2016/00428, 429, 430, 431 e 434.

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00025

ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2016/00433, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2016/00423, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a resolução.

PROCESSO N. CF-EOF-2012/00004

ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2017/00435, DE 2 DE JANEIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E ÀS ALTERAÇÕES DE DETALHAMENTO DO ELEMENTO DE DESPESA PARA PAGAMENTO DAS FOLHAS DE PESSOAL E DAS DESPESAS DE CUSTEIO E DE CAPITAL DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS, BEM COMO OS RELATIVOS AO PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - EXERCÍCIO 2017.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a resolução.

PROCESSO N. CJF-PPN-2017/00002

ASSUNTO: REFERENDO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. CJF-INN-2017/00001, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DIÁRIAS E DO ADICIONAL DE DESLOCAMENTO A MAGISTRADOS E SERVIDORES DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS NO EXERCÍCIO DE 2017, POR VIAGENS NO TERRITÓRIO NACIONAL.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a instrução normativa.

PROCESSO N. CJF-PPN-2013/00029

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 130, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE FÉRIAS A MAGISTRADOS NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

INTERESSADOS: Magistrados da Justiça Federal e Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe

RELATOR: Conselheiro FÁBIO PRIETO

Registre-se que a Presidente fez um breve relato dos fatos ocorridos nos autos e passou a palavra ao Conselheiro Rogério Fialho Moreira para esclarecer a divergência apresentada ao voto do relator. Em cumprimento, Sua Excelência rememorou o voto-vista proferido na sessão de 3 de maio de 2016. Após, solicitou apenas um acréscimo para que os cargos de coordenadores dos juizados especiais federais fossem inseridos no rol das hipóteses previstas no § 1º do art. 6º da norma em que a necessidade do serviço seria presumida, havendo a possibilidade de indenização de férias.

De igual forma, o Conselheiro Mauro Campbell Marques que, na sessão de 6 de junho de 2016, acompanhou integralmente o voto-vista do Conselheiro Rogério Fialho Moreira, solicitou a inclusão dos corregedores dos presídios federais, o que foi acolhido pelo vistor.

Após, o Presidente da Ajufe manifestou concordância com os termos do voto proferido pelo Conselheiro Rogério Fialho Moreira, considerando que o pedido de ampliação dos cargos no rol das hipóteses de presumida necessidade do serviço para acumulação de férias originou-se daquela Associação.

Na sequência, a Presidente passou a palavra ao Conselheiro Humberto Martins, o qual proferiu voto escrito acompanhando integralmente o voto-vista divergente do Conselheiro Rogério Fialho Moreira, com os acréscimos feitos oralmente nesta sessão.

Nesse ínterim, o julgamento foi interrompido, em razão do pedido de vista do Conselheiro Benedito Gonçalves.

Logo depois, a Presidente proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, após o voto do Conselheiro Humberto Martins acompanhando a divergência inaugurada pelo Conselheiro Rogério Fialho Moreira, pediu vista o Conselheiro Benedito Gonçalves. Aguardam os Conselheiros Raul Araújo, Poul Erik Dyrlund e Laurita Vaz."

PROCESSO N. CJF-ADM-2015/00461.01

ASSUNTO: RELATÓRIO FINAL DA INSPEÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, POR DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N. CJF-POR-2016/00030, DE 21 DE JANEIRO DE 2016.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório, com as recomendações propostas no voto da relatora. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Raul Araújo.

PROCESSO N. CJF-ADM-2015/00461.02

ASSUNTO: RELATÓRIO FINAL DA INSPEÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, POR DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N. CJF-POR-2016/00101, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório, com as recomendações propostas no voto da relatora. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Raul Araújo.

PROCESSO N. CJF-ADM-2015/00461.04

ASSUNTO: RELATÓRIO FINAL DA INSPEÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, POR DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N. CJF-POR-2016/00166, DE 9 DE MAIO DE 2016.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório, com as recomendações propostas no voto da relatora. Ausente, ocasionalmente, o Conselheiro Raul Araújo.

PROCESSO N. CJF-ADM-2017/00056

ASSUNTO: PROPOSTA DE PORTARIA QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS DA 2ª REGIÃO PARA COMPOR, COMO MEMBROS SUPLENTES, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de portaria.

PROCESSO N. CJF-PRO-2015/00050

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO PARA QUE SEJA AUTORIZADO O PROJETO PARA A EXECUÇÃO E O INÍCIO DA OBRA DA SEDE DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO/BA, INCLUÍDA NO ORÇAMENTO DE 2017, MEDIANTE EMENDA PARLAMENTAR, EM CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO CJF N. 179, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, autorizou o projeto arquitetônico da construção da sede da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA, bem como a execução da obra, nos termos do voto da relatora.

PROCESSO N. CJF-PCO-2015/00225

ASSUNTO: RECURSO DISCIPLINAR DE MAGISTRADO CONTRA ATO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por indicação do relator, decidiu adiar o julgamento da matéria.

PROCESSO N. CJF-PCO-2016/00156

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO SERVIDOR FRANKLIN GULIVER SOARES, LOTADO NA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VILHENA/RO, CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADOS: Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região e servidor Franklin Guliver Soares

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. CJF-ADM-2017/00058

ASSUNTO: PROGRAMAÇÃO ANUAL DAS INSPEÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL NO EXERCÍCIO DE 2017.

INTERESSADOS: Tribunais Regionais Federais das 1ª e 4ª Regiões

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho tomou conhecimento da programação anual das inspeções.

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00089

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CF-RES-2012/00224, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012, NO QUE CONCERNE AO PAGAMENTO DE PASSIVOS NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

INTERESSADOS: CJF, Justiça Federal de primeiro e segundo graus, servidor Daniel Carvalho de Menezes e Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

RELATOR: Conselheiro BENEDITO GONÇALVES

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de alteração da Resolução n. CF-RES-2012/00224, nos termos do voto do relator.

PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00033

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CJF N. 3, DE 10 DE MARÇO DE 2008, QUE DISCIPLINA, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A CONCESSÃO DO PERÍODO DE TRÂNSITO E O ÔNUS DA REDISTRIBUIÇÃO.

RELATOR: Conselheiro LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de alteração da Resolução CJF n. 3/2008, nos termos do voto do relator.

Concluídos os assuntos constantes da pauta de julgamento, a Presidente sugeriu que a próxima sessão fosse realizada no dia 20 de março, às 9 horas, em Brasília, e que a sessão do mês subsequente fosse realizada no dia 24, às 14 horas, na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, o que foi acolhido por todos.

Ao final, a Presidente agradeceu a presença de todos.

A sessão encerrou-se às 15 horas e trinta minutos.

Eu, Cleberson José Rocha, Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal, lavrei a presente ata, que vai assinada pela Presidente.

LAURITA VAZ
Conselheira

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO: 0000089-90.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: LAILA MARA MAZZOCATO PEDRO
PROC./ADV.: PAULO EDUARDO MATIAS BRAGA
OAB: SP-285458
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -

PROCESSO: 0000219-22.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: WALDEMAR DE SOUZA
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0000356-60.2011.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITADO(A) : PAULO ROBERTO PEREIRA JUNIOR
PROC./ADV.: PAULO RUBENS BALDAN
OAB: SP-288842
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

PROCESSO: 0006466-77.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: MAGALI PETTO
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -

PROCESSO: 0007539-21.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: AMANDA MOREIRA MILANI
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITANTE: NARELLI MOREIRA MILANI
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
SUSCITADO(A): MARISA PAULO DA CUNHA
PROC./ADV.: HILARIO WALTER DO VALE JUNIOR
OAB: SP277064
REPRESENTANTE LEGAL: JUCÉLIA MOREIRA LIMA
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415

PROCESSO: 0014447-87.2008.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: DOMINGAS DE OLIVEIRA ROSA
PROC./ADV.: PAULO CÉSAR DA COSTA
OAB: SP-195289
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0023987-16.2004.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: ANTONIO CELSO LAZARI
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS NASSER
OAB: SP-23445
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA

PROCESSO: 0501029-23.2010.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: ODETE DE OLIVEIRA XAVIER
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5808
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A): FUNDAÇÃO INSTUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SUSANA SBROGIO GALIA

PROCESSO: 0501875-37.2015.4.05.8312
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): JOSE CLAUDIANO ALVES
PROC./ADV.: MÁRCIA CRISTINA BORBA
OAB: PE-30411
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

PROCESSO: 0502004-94.2014.4.05.8306
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): LUIZ JOAQUIM SOARES FILHO
PROC./ADV.: MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA LIMA
OAB: PE-17620
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

PROCESSO: 0506078-79.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: DEOCLECIANO CIDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A): FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0512033-52.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: FRANCISCO CABRAL DE MACEDO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
SUSCITADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 0513932-02.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
SUSCITANTE: ARNALDO SOUZA ROSA
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA
OAB: PE-3996
SUSCITADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ITÁLIA MARIA ZIMARDI ARÊAS POPPE BERTOZZI

PROCESSO: 0518174-28.2015.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
SUSCITANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
SUSCITADO(A): SULAMITA LUCENA SILVESTRE
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ LUCENA SILVESTRE DE SOUZA
OAB: PE037890

PROCESSO: 0519941-63.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: MARIA JOSÉ PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A): CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO: 0522223-67.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: JOAQUIM PEREIRA NETO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE-7576
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5001392-19.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): ADELLE BENVENUTTA MILESE GHIGGI
PROC./ADV.: CLEVES DOMINGOS GALLIASSI
OAB: RS-59626
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL FLÁVIA PELLEGRINO SOARES MILLANI
PROCESSO: 5002735-04.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: ANTÔNIO CARLOS PRATAVIERA
PROC./ADV.: RODRIGO DALL´AGNOL
OAB: PR-59814
SUSCITADO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
PROCESSO: 5009052-45.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: GUSTAVO LUIZ RIBEIRO
PROC./ADV.: MIRALDO MARCELO SECCO
OAB: RS-043509
SUSCITADO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
PROCESSO: 5049328-54.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): LUDMILLA SOLOTORIW
PROC./ADV.: DANI LEONARDO GIACOMINI
OAB: PR-33020

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário:

PROCESSO: 0000040-14.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ANA UMBELINA BARBOSA E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
PROCESSO: 0000089-90.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: LAILA MARA MAZZOCATO PEDRO
PROC./ADV.: PAULO EDUARDO MATIAS BRAGA
OAB: SP-285458
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
PROCESSO: 0000201-59.2013.4.03.6323
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): MARIA DONIZETE SOUTO LOPES
PROC./ADV.: MARCELO BRAZOLOTO
PROCESSO: 0000219-22.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: WALDEMAR DE SOUZA
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0000286-74.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: VITORIA APARECIDA VIEIRA
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU.
OAB: SP-228568
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
PROCESSO: 0005333-86.2011.4.01.3813
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
SUSCITANTE: IVAN DAVID DE SOUZA
PROC./ADV.: MANOEL MOREIRA DA COSTA
OAB: MG-63566
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0005539-03.2011.4.01.3813
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
SUSCITANTE: GERALDO SIARA GONÇALVES
PROC./ADV.: MANOEL MOREIRA DA COSTA
OAB: MG-63566
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0006466-77.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: MAGALI PETTO
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
PROCESSO: 0006787-15.2008.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): SEBASTIAO DAMASCENO GARCIA
PROC./ADV.: ARGEMIRO SERENI PEREIRA
PROCESSO: 0007472-83.2007.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
SUSCITADO(A): MARIA NIZA GRAJAVE GUIMARAES
PROC./ADV.: DEMÉTRIO MUSCIANO
OAB: SP 135.285
PROCESSO: 0007539-21.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: AMANDA MOREIRA MILANI
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITANTE: NARELLI MOREIRA MILANI
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
OAB: -
SUSCITADO(A): MARISA PAULO DA CUNHA
PROC./ADV.: HILARIO WALTER DO VALE JUNIOR
OAB: SP277064
REPRESENTANTE LEGAL: JUCÉLIA MOREIRA LIMA
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI
OAB: SP065415
PROCESSO: 0012788-16.2008.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: CASSIANA SAAD DE CARVALHO
PROC./ADV.: LÁZARO PAULO ESCANHOELA JÚNIOR
OAB: SP065128
SUSCITADO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO: 0500183-48.2015.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
SUSCITANTE: MARIA EDMAR SOARES SOUZA
PROC./ADV.: THIAGO CARTAXO PATRIOTA
OAB: PB-12513
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA
PROCESSO: 0501671-54.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: MARIA HERMOGENIA DE MACEDO CAMPELO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
SUSCITADO(A): UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA
PROCESSO: 0502399-95.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: NAIR GALVÃO MAIA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A): UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA
PROCESSO: 0511523-08.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: RAIMUNDO RUVAMAN LINHARES FILHO
PROC./ADV.: RAIMUNDO RUVAMAN LINHARES FILHO
OAB: CE-21701
SUSCITADO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ANTONIO EUGÊNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA
OAB: CE-6809
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GERSON LUIZ ROCHA
PROCESSO: 0523438-15.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: ABELARDO MONTEIRO DE SOUSA
PROC./ADV.: ANDRÉ CORRÊA CARVALHO PINELLI
OAB: MG 75.853
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5001950-81.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITADO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITADO(A): FRANCISCO AIRTON GARCIA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
PROCESSO: 5002458-09.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITADO(A): MARIA DA GRACA NOBREGA BOLLMANN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
PROCESSO: 5005748-53.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITADO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITANTE: CARLOS INACIO ZANCHIN
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
PROCESSO: 5005876-73.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITADO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITANTE: FREDERICO AGENOR ALVAREZ
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
PROC./ADV.: KIM HEILMANN GALVÃO DO RIO APA
OAB: SC-4390
PROCESSO: 5006067-21.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITADO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITANTE: FELICIO WESSLING MARGOTTI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
PROCESSO: 5007492-83.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITADO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITANTE: JAIME BAN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
PROCESSO: 5008706-84.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: ROMÁRIO LUIZ RAMOS DE ARAÚJO
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
OAB: RS 36.024
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões:

PROCESSO: 0500818-56.2011.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: JOSÉ LESIONOR ANTUNES DE SOUSA

PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
SUSCITADO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0520218-43.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: REBECA CELIA LIMA MARINHO E OUTRO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE-7576
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2012.51.51.101186-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SUSCITANTE: LÚCIA DE FÁTIMA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre o Fórum Virtual da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU

O EXMO. MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º O Fórum Virtual é um canal de comunicação disponível no Portal da Justiça Federal - TNU para propiciar a rápida e efetiva discussão, entre representantes da Turma Nacional de Uniformização, das Turmas Regionais de Uniformização e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, sobre questões relativas aos casos representativos da controvérsia da TNU, bem como para divulgar as informações referentes aos casos repetitivos do Superior Tribunal de Justiça e de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Serão membros do Fórum Virtual:

I - servidores da secretaria da Turma Nacional de Uniformização (coordenação);

II - magistrados e representantes da Turma Nacional de Uniformização;

III - representantes das Turmas Regionais de Uniformização e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, responsáveis pela admissibilidade do pedido de uniformização nacional;

IV - outros colaboradores, a critério da Presidência da TNU.

Parágrafo único. A secretaria da TNU é responsável pelo recebimento, triagem, distribuição, exclusão e acompanhamento de tópicos e respostas dentro do fórum.

Art. 3º Os membros do Fórum terão as funções a eles relacionadas na forma a seguir:

I - moderador - secretário(a) da TNU;

II - moderador substituto - coordenador(a) da TNU;

III - parceiros - titular da secretaria da Turma Nacional de Uniformização e servidores por ele indicados, magistrados e representantes da TNU, das Turmas Regionais de Uniformização e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, responsáveis pelo juízo de admissibilidade do pedido de uniformização nacional;

IV - observadores - membros especificamente designados pelo presidente da TNU;

V - colaboradores - demais membros cadastrados no fórum.

§ 1º São atribuições do moderador:

I - analisar e responder as solicitações dos membros colaboradores;

II - controlar, filtrar, intermediar e acompanhar os tópicos criados, com vistas a melhorar a qualidade do intercâmbio, podendo, para tanto, inserir, mover, editar e apagar tópicos;

III - veicular notícias relativas aos processos submetidos ao rito do representativo da controvérsia da TNU, os casos repetitivos do Superior Tribunal de Justiça e de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal.

IV - incluir e excluir membros;

V - direcionar as demandas propostas para outras unidades do CJF ou órgãos, quando necessário, e postar, no fórum, as informações prestadas pelos responsáveis, observadas as respectivas atribuições.

§ 2º Os membros parceiros participam do fórum respondendo aos questionamentos, demandas ou solicitações que tiverem pertinência temática com suas atribuições institucionais.

§ 3º Aos membros colaboradores são facultadas a participação nas discussões propostas e a inserção de novos tópicos.

§ 4º Aos membros observadores somente são permitidos o acompanhamento e a leitura das discussões e informações postadas.

Art. 4º A participação no Fórum fica condicionada ao cumprimento das seguintes regras:

I - no cadastro deve ser indicado preferencialmente o e-mail institucional do órgão ou da unidade de sua estrutura, bem como os nomes, os cargos e os telefones institucionais dos respectivos membros;

II - cada órgão ou unidade fica responsável pela senha de acesso e pelas questões postadas;

III - as mensagens enviadas ao fórum devem ser identificadas com o nome e o cargo do remetente;

IV - as mensagens enviadas têm caráter institucional, de forma que seu conteúdo deve ficar restrito às questões pertinentes ao fórum;

V - as respostas veiculadas pela TNU têm caráter público, cabendo a cada participante a responsabilidade pelas respectivas mensagens.

Parágrafo único. Fica autorizada a divulgação pela TNU do resultado consolidado das discussões veiculadas no fórum.

Art. 5º Cabe à Secretaria da TNU garantir o funcionamento e a continuidade do fórum.

Parágrafo único. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho da Justiça Federal prestará suporte técnico ao Fórum Virtual.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MAURO CAMPBELL MARQUES

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

1ª CÂMARA RECURSAL

(Mandato 2017 - Gestão 2016/2018)

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de abril de 2017
INÍCIO: 15 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Ponta Verde
Rua das Algas nº 300
Praia do Francês - Marechal Teodoro/AL
CEP: 57160-000 Telefone:(82) 3263-6100
RELATOR: Conselheiro ROBERTO NICASTRO CAPUANO/SP

1- Processo-COFECI nº 2899/2014. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: EGBERTO UCHÔA DE OMENA NETO - CRECI 1402. 2- Processo-COFECI nº 1931/2015. Recte e Recdo: CRECI 5ª Região/GO "ex officio". Repdos: BSBTELLUS INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA-ME-CRECI J-13145 e RT ANDRÉ LUIZ FRANCA DE MELO - CRECI 9161. 3- Processo-COFECI nº 247/2016. Recte e Recdo: CRECI 17ª Região/RN "ex officio". Repda: REALIZE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS - CRECI J-2280. 4- Processo-COFECI nº 249/2016. Recte e Recdo: CRECI 17ª Região/RN "ex officio". Repda: CORREIA E MACEDO NEGÓCIOS FINANCIAMENTOS E IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2917. 5- Processo-COFECI nº 250/2016. Recte e Recdo: CRECI 17ª Região/RN "ex officio". Repda: CORREIA E MACEDO NEGÓCIOS FINANCIAMENTOS E IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2917. 6- Processo-COFECI nº 275/2014. Recte: MARÉ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - CRECI J-005. Recdo: CRECI 19ª Região/MT. 7- Processo-COFECI nº 276/2014. Recte: TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA CRECI J-4817. Recdo: CRECI 19ª Região/MT. 8- Processo-COFECI nº 1687/2015. Recte: TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-11888. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 9- Processo-COFECI nº 1697/2015. Recte: TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-11888. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 10- Processo-COFECI nº 1874/2015. Recte: TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-11888. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 11- Processo-COFECI nº 1884/2015. Recte: TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-11888. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 12- Processo-COFECI nº 1942/2015. Recte: TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-11888. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 13- Processo-COFECI nº 265/2016. Recte: AGILE APOIO SUPORTE E ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA OPERACIONAL LTDA-ME. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 14- Processo-COFECI nº 117/2014. Recte: OSMAR ALVES TABOSA - CRECI 1949. Recdo: CRECI 17ª Região/RN.15- Processo-COFECI nº 2791/2015. Recte: ROGÉRIO SIMÕES ALVES - CRECI 28933. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro MÁRCIO FERREIRA BINS ELY/RS

1- Processo-COFECI nº 2473/2014. Rectes: LOCALITE ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2093 e R.T LUIZ ALFREDO DORNFELD - CRECI 3346. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retornou com pedido do CRECI/PR de novo julgamento, face a juntada por aquele CRECI em 14/01/17 de petição (acordo e termo de quitação de divídda) protocolizada pelos representados em 27/10/14. 2- Processo-COFECI nº 2503/2014. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA HENRIQUE JORGE PINHO S/A - CRECI J-121. 3- Processo-COFECI nº 1523/2015, Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdo: JOSÉ ROBERTO MENDES SOUZA - CRECI 6250. 4- Processo-COFECI nº 807/2014. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: FÁBIO SANTOS PASSOS - CRECI 10253. 5- Processo-COFECI nº 2502/2014. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdos: STAR IMÓVEIS - SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-591 e R.T ATAÍDE DE FÁRIAS OLIVEIRA - CRECI 3175. 6- Processo-COFECI nº 2971/2014. Recte: BRITO & AMOEDO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-1063. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 7- Processo-COFECI nº 021/2015. Recte: FRANCISCO GILDÁSIO BATISTA DE LIMA - CRECI 3616. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 8- Processo-COFECI nº 027/2015. Recte: SIM ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-421. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 9- Processo-COFECI nº 028/2015. Recte: FRANCISCO MIGUEL NOBRE - CRECI 5793. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 10- Processo-COFECI nº 029/2015. Recte: SOBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-884. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 11- Processo-COFECI nº 031/2015. Recte: REBECA TEIXEIRA DE MACÊDO - CRECI 11138. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 12- Processo-COFECI nº 034/2015. Recte: EQUATORIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-621. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 13- Processo-COFECI nº 035/2015. Recte: DANIEL MIRANDA MONTENEGRO - CRECI 8355. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 14- Processo-COFECI nº 1600/2015. Recte: REGINALDO CARDOSO DIAS - CRECI 7673. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 15- Processo-COFECI nº 1684/2015. Recte: JULIANO GUIMARÃES CÉZAR EIRELI - ME - CRECI J-19406. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 16- Processo-COFECI nº 1685/2015. Recte: B. L. NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-14360. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 17- Processo-COFECI nº 1878/2015. Recte: TALENTUS CONSULTORIA E EMP. IMOB. LTDA - CRECI J-490. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 18- Processo-COFECI nº 1879/2015. Recte: TALENTUS CONSULTORIA E EMP. IMOB. LTDA - CRECI J-490. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 19- Processo-COFECI nº 1883/2015. Recte: J. G. M. IMÓVEIS-EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-10818. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 20- Processo-COFECI nº 1921/2015. Recte: J. G. M. IMÓVEIS-EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-10818. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 21- Processo-COFECI nº 1922/2015. Recte: J. G. M. IMÓVEIS-EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-10818. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 22- Processo-COFECI nº 2962/2015. Recte: GANDOLFI & CIA - ME - CRECI J-1602. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 23- Processo-COFECI nº 2963/2015. Recte: AFFONSO HENRIQUES GONÇALVES GOMES - CRECI 1471. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 24- Processo-COFECI nº 2967/2015. Recte: ROQUE ARISTARCO REBOUÇAS FERREIRA - CRECI 7323. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 25- Processo-COFECI nº 2974/2015. Rectes: ITAMAR RIBEIRO LESSA - CRECI 6128 e MAURÍCIO SILVA ALVES DE SANT ANA - CRECI 11245. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 26- Processo-COFECI nº 2975/2015. Rectes: BÁRBARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-803 e R.T ANTÔNIA ELIETE DE JESUS SPINELLI ARAÚJO - CRECI 3863. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 27- Processo-COFECI nº 1349/2015. Recte: BRUNA RIBEIRO TIENGO - CRECI 24393. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 28- Processo-COFECI nº 779/2014. Recte: MANOEL MARIN DOS SANTOS - CRECI 8264. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 29- Processo-COFECI nº 032/2015. Recte: ANTÔNIO ALVES FERNANDES DE OLIVEIRA - CRECI 4849. Recdo: CRECI 15ª Região/CE.

RELATOR: Conselheiro OSWALDO JOSÉ SIQUEIRA/DF

1- Processo-COFECI nº 1816/2011. Recte: GILBERTO MATIOLI - CRECI 68365. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo representado em face da pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a devolução dos valores de corretagem corrigido cumulada com multa de 02 anuidades, aplicada pelo CRECI 2ª Região/SP e mantida pela 1ª Câmara Recursal. 2- Processo-COFECI nº 2723/2011. Recte: EDNALDO COSTA CORREIA - CRECI 49540. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo representado em face da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI 2ª Região/SP e mantida pela 1ª Câmara Recursal. 3- Processo-COFECI nº 211/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA - CRECI 2425. 4- Processo-COFECI nº 212/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: MANOEL VIEIRA PRADO JÚNIOR - CRECI 1209. 5- Processo-COFECI nº 059/2015. Recte: EURO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-204. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 6- Processo-COFECI nº 070/2015. Recte: EURO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-204. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 7- Processo-COFECI nº 1348/2015. Recte: JURG MEILI - CRECI 6430. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 8- Processo-COFECI nº 2870/2015. Recte: MARCOS ANTÔNIO QUEIROZ LOBO - CRECI 9629. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 9- Processo-COFECI nº 2880/2015. Recte: MARCOS ANTÔNIO QUEIROZ LOBO - CRECI 9629. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 10- Processo-COFECI nº 3045/2015. Recte: MARCOS ANTÔNIO QUEIROZ LOBO - CRECI 9629. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 11- Processo-COFECI nº 209/2016. Recte: DETALLE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS EIRELI - CRECI J-304. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 12- Processo-COFECI nº 033/2015. Recte: ANA MARIA BIANA BEZERRA - CRECI 5427. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 13- Processo-COFECI nº 1366/2015. Recte: ADRIANA PINHEIRO SANTOS - CRECI 5235. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 14- Processo-COFECI nº 3046/2015. Recte: MARCOS ANTÔNIO QUEIROZ LOBO - CRECI 9629. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 15- Processo-COFECI nº 208/2016. Recte: ALEXANDRE MACHADO VEIGA - CRECI 2763. Recdo: CRECI 16ª Região/SE

RELATOR: Conselheiro IRINEU CELSO LUDVIG/SC

1- Processo-COFECI nº 2465/2011. Recte e Recdo: CRECI 13ª Região/ES "ex officio". Repdas: HABITEX EMPREENDIMEN-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5738 e R.T ANDRÉA LOUREIRO DOS SANTOS - CRECI 5273. 2- Processo-COFECI nº 2466/2011. Recte e Recdo: CRECI 13ª Região/ES "ex officio". Repdas: HABITEX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5738 e R.T ANDRÉA LOUREIRO DOS SANTOS - CRECI 5273. 3- Processo-COFECI nº 2709/2013. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdos: LAURO DE LIMA OLIVEIRA E OUTRO - CRECI 6750 e LENILDES SANTOS LOPES BARCELAR - CRECI 10489. 4- Processo-COFECI nº 2996/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: ITAIPAVA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6146. 5- Processo-COFECI nº 3287/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: BERNARDO CÂNDIDO DE ANDRADE ALMEIDA - CRECI 44072. 6- Processo-COFECI nº 3398/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: PACOBAIBA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-3923. 7- Processo-COFECI nº 3537/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: MORADIA-ADMINISTRADORA E IMOBIL. LTDA - CRECI J-525. 8- Processo-COFECI nº 3288/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: GUEDES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-4303. 9- Processo-COFECI nº 3673/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: NAÇÕES CORRETAGEM LTDA - CRECI J-2733. 10- Processo-COFECI nº 2765/2015. Recte: ANTÔNIO LOPES DE LOUREIRO - CRECI 5319. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 2796/2015. Recte: JACKSOHN GROSSMAN - CRECI 1758. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12- Processo-COFECI nº 2139/2014. Recte: JOSÉ APARECIDO CRUZ - CRECI 18719. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 13- Processo-COFECI nº 107/2015. Recte: GERALDO SOARES DE MEIRA - CRECI 14634. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14- Processo-COFECI nº 1409/2015. Recte: SEGURANÇA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-447. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15- Processo-COFECI nº 2759/2015. Recte: SUSY HELENA DE ALENCAR - CRECI 16959. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 16- Processo-COFECI nº 1679/2015. Recte: ALEXANDRE EDUARDO ANDRIANI - CRECI 12348. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 17- Processo-COFECI nº 2741/2015. Recte: ULISSES LEONARDO BARBOSA MELO - CRECI 10936. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1- Processo-COFECI nº 3046/2011. Recte: JOSÉ ROBERTO DE MELO NASCIMENTO - CRECI 5481. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retornou com novo pedido de reconsideração, este embasado em fato novo, contra a decisão da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI/BA e mantida pela 1ª Câmara Recursal. 2- Processo-COFECI nº 3289/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: SÉRGIO RICARDO DIAS DE CASTRO MAIA - CRECI 19520. 3- Processo-COFECI nº 3519/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: FLÁVIO HENRIQUE GONÇALVES DA SILVA - CRECI 20825. 4- Processo-COFECI nº 3538/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: GERALDO DE ALMEIDA - CRECI 26151. 5- Processo-COFECI nº 2415/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 6- Processo-COFECI nº 2417/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 7- Processo-COFECI nº 2421/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 8- Processo-COFECI nº 2422/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 9- Processo-COFECI nº 2423/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 10- Processo-COFECI nº 2424/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 11- Processo-COFECI nº 2425/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 12- Processo-COFECI nº 2426/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 13- Processo-COFECI nº 2427/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 14- Processo-COFECI nº 2429/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 15- Processo-COFECI nº 2435/2014. Recte: AIRTON FERNANDES CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-8939. Recdo: CRECI 15ª Região/CE

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO NASCIMENTO RODRIGUES/AM

1- Processo-COFECI nº 1368/2015. Recte: JOSÉ WILAME CASSIANO BENTO - CRECI 11486. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 2- Processo-COFECI nº 1441/2015. Recte: DAMIÃO NUNES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 1534/2015. Recte: RODNEI FERREIRA BATISTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 1535/2015. Recte: JOSÉ LUIZ SCARPETA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 1554/2015. Recte: GUILHERME PETRONE FERRAZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 1567/2015. Recte: JOSÉ KNOPLOCH. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 1568/2015. Recte: SÉRGIO VINÍCIUS VERDURO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1589/2015. Recte: ANA ROSA LALLO RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 2849/2015. Recte: DEVARCI MIRANDA DE SOUSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 2859/2015. Recte: CARLOS EDUARDO DALBELLES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 263/2016. Recte: ELAINE SALES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 1145/2016. Recte: SALIM ARY COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-363. Recdo: CRECI 15ª Região/CE

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO/PB

1- Processo-COFECI nº 2836/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: ERNANI DA SILVA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4203 e RT ERNANI DA SILVA JÚNIOR - CRECI 29401. 2- Processo-COFECI nº 3153/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO - CRECI 29529. 3- Processo-COFECI nº 3158/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: JODIF PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CRECI J-4613. 4- Processo-COFECI nº 3424/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: DIVALDO LUIZ CASTRO PEDROSO - CRECI 21528. 5- Processo-COFECI nº 3535/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. 6- Processo-COFECI nº 3536/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAXIMILIANO HENRIQUE - CRECI 45998. 7- Processo-COFECI nº 202/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: JAILSON ALVES - CRECI 3097. 8- Processo-COFECI nº 203/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: LAELMA ALVES ANDRADE - CRECI 1336. 9- Processo-COFECI nº 204/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: GENIVALDO DOS SANTOS - CRECI 1924. 10- Processo-COFECI nº 213/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: GENIVALDO DOS SANTOS - CRECI 1924. 11- Processo-COFECI nº 214/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ADENILZA DIONÍSIO SILVA CARVALHO - CRECI 4137. 12- Processo-COFECI nº 217/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: CLÉIA EDNETE HORA DE SOUZA - CRECI 1913. 13- Processo-COFECI nº 210/2016. Recte: EDINORA CAMPOS DE MATTOS - CRECI 2158. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 14- Processo-COFECI nº 612/2016. Recte: VIRGINIA MARIA SIMÕES ISRAEL - CRECI 32811. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15- Processo-COFECI nº 634/2016. Recte: L. P. S. - PATRIMOVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-5493 (R.V. PATRIMÓVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A). Recdo: CRECI 1ª Região/RJ

RELATOR: Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS/RO

1- Processo-COFECI nº 2717/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: MEZZANINO ADM. CONSULT. IMOBIL. LTDA - CRECI J-4587 e RT ULISSES CARVALHO NETTO - CRECI 13208. 2- Processo-COFECI nº 2718/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: FLÁVIO BARBOSA PIRES - CRECI 38560. 3- Processo-COFECI nº 3274/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: JOÃO BATISTA LIMA CARACCIOLO - CRECI 22165. 4- Processo-COFECI nº 215/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: ROBSON DE ARAÚJO RIBEIRO - CRECI 7920. 5- Processo-COFECI nº 216/2016. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: VAGNER FERREIRA FREITAS - CRECI 2179. 6- Processo-COFECI nº 289/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: L. S. M. ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6153. 7- Processo-COFECI nº 632/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: MARCO MIGUEZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5011. 8- Processo-COFECI nº 3244/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: JAIR MONTEIRO DA SILVA - CRECI 27582. 9- Processo-COFECI nº 3307/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: JOSÉ AUGUSTO TEIXEIRA CAMACHO - CRECI 26474. 10- Processo-COFECI nº 3309/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIAGONAL-VENDAS E ASSESSSSORIA IMOBILLIÁRIA LTDA - CRECI J-4800. 11- Processo-COFECI nº 3425/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA MELLO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6043. 12- Processo-COFECI nº 3426/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: GI GOLDEN IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5338. 13- Processo-COFECI nº 3427/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: GERENCIAL MASTER ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5416. 14- Processo-COFECI nº 206/2016. Recte: KADJA KARINE AGUIAR DE SOUZA SILVA - CRECI 2416. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 15- Processo-COFECI nº 207/2016. Recte: MARIO OLIVEIRA LIMA. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 16- Processo-COFECI nº 633/2016. Recte: THYAGO BRAGA BAPTISTA - CRECI 35161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 17- Processo-COFECI nº 224/2006. Recte: MARIA DE FÁTIMA COSTA VIEIRA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 16ª REGIÃO/SE. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra o C.I VALDEMIR ONEZIMO DO NASCIMENTO - CRECI 894

Brasília-DF, 21 de março de 2017
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2017 - Gestão 2016/2018)

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de abril de 2017
INÍCIO: 15 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Ponta Verde
Rua das Algas nº 300
Praia do Francês - Marechal Teodoro/AL
CEP: 57160-000 Telefone:(82) 3263-6100

RELATOR: Conselheiro FERNANDO LUIZ VIANA/MG

1- Processo-COFECI nº 1526/2015. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Autuado: MANUEL GOMES DA SILVA - CRECI 202. 2- Processo-COFECI nº 3521/2015. Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdos: M. FREITAS GESTORES IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22629 e RT IVALDO SOUZA ARGOUD JÚNIOR - CRECI 34822. 3- Processo-COFECI nº 3525/2015. Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdos: IARA COUTO DE ALMEIDA - CRECI 17961 e RT JOSÉ CARLOS DA SILVA - CRECI 17343. 4- Processo-COFECI nº 3683/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ARSANJO PAUL COLAÇO - CRECI 7778. 5- Processo-COFECI nº 3685/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: LEANDRO GALDINO DOS SANTOS - CRECI 13285. 6- Processo-COFECI nº 3686/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA. COM. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CRECI J-2377. 7- Processo-COFECI nº 1121/2015. Recte: SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - CRECI J-2656. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 8- Processo-COFECI nº 1125/2015. Recte: INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA ANDORINHA LTDA - CRECI J-141. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 9- Processo-COFECI nº 3680/2015. Recte: PAULO ADOLFO MARCA - CRECI 11697. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 10- Processo-COFECI nº 274/2016. Recte: JOSINALDO GALDINO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 277/2016. Recte: ELAINE APARECIDA RAMOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 919/2016. Recte: TATIANA DA LUZ HAHN - CRECI 32405. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 13- Processo-COFECI nº 922/2016. Recte: JOSÉ CIRENEU BATISTA MALHEIROS - CRECI 36121. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 14- Processo-COFECI nº 3251/2014. Recte: ELVIS SANDRO VALCARENGHI - CRECI 32948. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 14- Processo-COFECI nº 3684/2015. Recte: VANIRA PEREIRA NORONHA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra C.I ALEXANDER BESOUCHE MARTINS CRECI 17044

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO SPINETTI ALVES/GO

1- Processo-COFECI nº 316/2014. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: FERNANDO BOAVENTURA DE OLIVEIRA - CRECI 8023. 2- Processo-COFECI nº 538/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EDUARDO SOUZA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-9509. 3- Processo-COFECI nº 1975/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOSÉ RIBAMAR DE SOUSA - CRECI 8194. 4- Processo-COFECI nº 1978/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: CASA BELA EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-14926 e RT FELIPE DOUGLAS DE ALBUQUERQUE MEDEIROS - CRECI 10131. 5- Processo-COFECI nº 1979/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: CASA BELA EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-14926 e RT FELIPE DOUGLAS DE ALBUQUERQUE MEDEIROS - CRECI 10131. 6- Processo-COFECI nº 2008/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: DÁRIO JOSÉ DE CARVALHO - CRECI 4891. 7- Processo-COFECI nº 232/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOSÉ MARCELO BARROSO GUIMARÃES - CRECI 14285. 8- Processo-COFECI nº 228/2015. Recte: GUILHERME FRANCISCO SANCHES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 550/2015. Recte: LIL INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19584. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 551/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA - CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 1395/2015. Recte: VALDENI DE JESUS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 1396/2015. Recte: FABIANA AMARO DE FARIAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 1435/2015. Recte: JOÃO CARLOS RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 125/2016. Recte: DÁRIO JOSÉ DE CARVALHO - CRECI 4891. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 15- Processo-COFECI nº 275/2016. Recte: REGINA CARLA MIRANDA SIMONI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro FREDERICO ALISON DE SOUZA MENDONÇA/PE

1- Processo-COFECI nº 3083/2013. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA LEIER LTDA - CRECI J-1462. 2- Processo-COFECI nº 3032/2014. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: HÉLIO DONIZETE FRANCISCO DA SILVA - CRECI 12192. 3- Processo-COFECI nº 2012/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: JULES MESQUITA QUEIROZ DE LIMA - CRECI 13737. 4- Processo-COFECI nº 3671/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: NUNES & BRITTO LTDA - CRECI J-2474. 5- Processo-COFECI nº 3672/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: RENATO DE BRITTO JÚNIOR - CRECI 12938. 6- Processo-COFECI nº 3625/2014. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: GERALDO SEVERINO CAMPOS - CRECI 11713. 7- Processo-COFECI nº 1977/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: ALEXANDRE WHATELY PAIVA - CRECI 8922. 8- Processo-COFECI nº 972/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MÁRIO VERTERO - CRECI 31920. 9- Processo-COFECI nº 3674/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: JANICE JORGE TAVARES - CRECI 23580. 10- Processo-COFECI nº 911/2013. Recte: L. P. S. BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2300/2013. Recte: LUCIANO CAVALCANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CRECI J-232. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 12- Processo-COFECI nº 144/2014. Recte: FOX IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2372. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 13- Processo-COFECI nº 193/2014. Recte: VANDERLEI RACHADEL - ME - CRECI J-2858. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 14- Processo-COFECI nº 199/2014. Recte: L. FERNANDO INCORPORAÇÕES E ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA CRECI J-780. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 15- Processo-COFECI nº 1683/2014. Recte: ROSIMARA GONÇALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 2839/2014. Recte: ARMOND COMÉRCIO E

ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-19987. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 2840/2014. Recte: EDUARDO ARMOND - CRECI 24832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18- Processo-COFECI nº 154/2015. Recte: ANA LÚCIA LOPES FERNANDES DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19- Processo-COFECI nº 1222/2015. Recte: ROBERTO CHIARELLI (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: TR - Censura c/c Multa de 03 anuidades aplicado ao C.I FABRÍCIO BELLINI - CRECI 13159. 20- Processo-COFECI nº 1392/2015. Recte: ANTÔNIO ISMAIR LUCAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 21- Processo-COFECI nº 1573/2015. Recte: JUAREZ FRÁNCISCO BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 22- Processo-COFECI nº 1582/2015. Recte: FERNANDA GONÇALVES CARLOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 23- Processo-COFECI nº 1666/2015. Recte: ALTARES LEITE JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 24- Processo-COFECI nº 2642/2015. Recte: LUCIANA BONDIOLI DE PAULA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 25- Processo-COFECI nº 279/2016. Recte: ANTÔNIO ARAÚJO SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 26- Processo-COFECI nº 1223/2015. Recte: ROBERTO CHIARELLI (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra a empresa AMDG CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2689

RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA

1- Processo-COFECI nº 3165/2012. Recte: MAGNA DOMUS CONSULTORIA E ASS. DE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 13249. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retornou ao COFECI com pedido de reconsideração interposto pela representada em face da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI 2ª Região/SP e mantida pela 2ª Câmara Recursal. 2- Processo-COFECI nº 3166/2012. Recte: ANDRÉ LUIS BLASI DE TOLEDO PIZA - CRECI 44720. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retornou ao COFECI com pedido de reconsideração interposto pelo representado em face da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI 2ª Região/SP e mantida pela 2ª Câmara Recursal. 3- Processo-COFECI nº 303/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO - CRECI 29529. 4- Processo-COFECI nº 616/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: RICARDO FRANCO DE ARAÚJO - CRECI 29529. 5- Processo-COFECI nº 3227/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: FRANCISCO XAVIER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-305. 6- Processo-COFECI nº 3230/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: FRANCISCO AVIER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-305. 7- Processo-COFECI nº 236/2015. Recte: NILTON FERNANDES BEATO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 2811/2015. Recte: DENYS RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 2812/2015. Recte: JOSÉ LUIZ GARCIA LEAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 2847/2015. Recte: ROSEMEIRE APARECIDA DOS SANTOS VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2850/2015. Recte: RENNER PAULO GONÇALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2851/2015. Recte: SOLANGE FÁTIMA CAPOANO COSTA PINTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 2979/2015. Recte: CAMILA DE OLIVEIRA SANTOS PAPPA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 3433/2015. Recte: L. P. S. PATRIMÓVEL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-5493. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15- Processo-COFECI nº 278/2016. Recte: GERALDO ARLINDO DE SALES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro CARLOS MAGNO DOS SANTOS/PA

1- Processo-COFECI nº 906/2011. Recte: AMÉLIA ANGELA DOS SANTOS - CRECI 15389. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pela representada contra a decisão da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI/SC e mantida pela 2ª Câmara Recursal. 2- Processo-COFECI nº 3681/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ANDREY HONORATO POSSAMAI - CRECI 18841. 3- Processo-COFECI nº 3682/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: PRIME ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2782. 4- Processo-COFECI nº 2989/2014. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: RETA ASSESSORAMENTO IMOBILIÁRIO - CRECI J-9711 e RT RILDO BERALDO VIEIRA - CRECI 7435. 5- Processo-COFECI nº 2009/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: SÉRGIO SOARES VIEIRA - CRECI 11258. 6- Processo-COFECI nº 118/2014. Recte: BEIRAMAR IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3218. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 7- Processo-COFECI nº 307/2014. Recte: TIAGO SANTOS DE CARVALHO - CRECI 12897. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 8- Processo-COFECI nº 156/2015. Recte: ANDRÉ GUSTAVO BROGIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 231/2015. Recte: ANALY PAULA DE ALMEIDA ARAÚJO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 232/2015. Recte: JOSÉ JONATHAN ALVES BATISTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 322/2015. Recte: MANUELA PEREIRA VICENTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 1503/2015. Recte: DIEGO ALVES MUNIZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 2807/2015. Recte: CASA NOVA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-7783. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 14- Processo-COFECI nº 2862/2015. Recte: ABA EMPREENDIMENTOS E ASSESSORIA LTDA - CRECI J-9706. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 15- Processo-COFECI nº 820/2014. Recte: LEONARDO RIZZO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - CRECI J-9387. Recdo: CRECI 8ª Região/DF

RELATOR: Conselheiro CLAUDEMIR NEVES/MS

1- Processo-COFECI nº 155/2014. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: MARCOS ANTÔNIO DE QUEIROZ - CRECI 20942. 2- Processo-COFECI nº 3411/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: FRANCINE MAINARDI - CRECI 13500. 3- Processo-COFECI nº 3419/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: JAQUELINE APARECIDA FERRARI - CRECI 19434. 4- Processo-COFECI nº 158/2014. Recte: IMOBILIÁRIA E EMPREENDIMENTO CONTINENTAL LTDA - CRECI J-546. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 327/2015. Recte: ANA NAZARETH SKINNER DE LUCCA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 1478/2015. Recte: JACINTA DE FÁTIMA SOUSA GUIMARÃES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 1538/2015. Recte: SINVAL LEANDRO GARCIA DE REZENDE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1642/2015. Recte: LAURENTINA APARECIDA DA SILVA CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 2372/2015. Recte: ALOÍSIO JACINTO FARIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 2391/2015. Recte: AMARAI PEDRO DA SILVA - CRECI 107542. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2511/2015. Recte: IMOB. FORSTER LTDA - CRECI J-6337. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2613/2015. Recte: ÁUREA ABREU CANANEA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 3412/2015. Recte: JEFERSON GRALHA - CRECI 12201. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 14- Processo-COFECI nº 3413/2015. Recte: MORGANA DE SOUZA RODRIGUES - CRECI 13950. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 15- Processo-COFECI nº 1341/2015. Recte: REINALDO JOCELI DE SOUSA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra C.I NILTON CÉSAR DA SILVA - CRECI 11782

RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

1- Processo-COFECI nº 3373/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RONALDO DA SILVA - CRECI 41922. 2- Processo-COFECI nº 3417/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: JAIME HENRIQUE SPAGNOL - CRECI 5089. 3- Processo-COFECI nº 3418/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: GERSON ANTÔNIO RIBEIRO - CRECI 8852. 4- Processo-COFECI nº 3531/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: MARCOS ANTONIO DE QUEIROZ - CRECI 20942. 5- Processo-COFECI nº 3532/2015. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: LITO'S CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA - CRECI J-1926. 6- Processo-COFECI nº 151/2014. Recte: CORREA & CARDOZO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2909. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 7- Processo-COFECI nº 153/2014. Recte: RUBIA DA ROSA - CRECI 16090. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 8- Processo-COFECI nº 161/2014. Recte: INVISTA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-3119. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 9- Processo-COFECI nº 1580/2015. Recte: GLAUCIA MARTINS PASSOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1583/2015. Recte: CYNTHIA FAZZIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 1672/2015. Recte: CÉSAR DE ANDRADE FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 1673/2015. Recte: VITOR MANUEL CORDEIRO MARTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 1674/2015. Recte: ALBERTO APARECIDO FERNANDES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 2957/2015. Recte: CARLOS CÉSAR MARUCCI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 2978/2015. Recte: F A OLIVA & CIA LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro SANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA/TO

1- Processo-COFECI nº 3562/2014. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: KÁTIA IZILDA DA SILVA - CRECI 60412. 2- Processo-COFECI nº 2385/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCELO RAIMUNDO DO CARMO - CRECI 26347. 3- Processo-COFECI nº 3370/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VAGNER BORGES DE SOUZA - CRECI 89336. 4- Processo-COFECI nº 3371/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: WELSON REIS COSTA JÚNIOR - CRECI 83742. 5- Processo-COFECI nº 3372/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO ROBERTO DORO DE FREITAS - CRECI 24007. 6- Processo-COFECI nº 149/2014. Recte: RICELI JOSÉ BELOTTO - CRECI 12431. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 7- Processo-COFECI nº 163/2014. Recte: CARLOS MANOEL RIBEIRO GUEDES - CRECI 12634. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 8- Processo-COFECI nº 195/2014. Recte: S/C EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS & TURISMO LTDA - CRECI J-2471. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 9- Processo-COFECI nº 200/2014. Recte: MAURÍCIO PAGNAN - CRECI 17323. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 10- Processo-COFECI nº 201/2014. Recte: PORTO DA ILHA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-2303. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 11- Processo-COFECI nº 1992/2014. Recte: L. P. S. BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 1044/2015. Recte: JOSÉ CÍCERO CORREA JÚNIOR - CRECI 46381. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 2855/2015. Recte: PAULO FERNANDO COUTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 2856/2015. Recte: MAURICIO DAVI SEREZUELLO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 2858/2015. Recte: NAIR ANTÔNIA GARCIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 267/2016. Recte: LEONARDO ROBERTO MATOZINHO PASCHOARELI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 268/2016. Recte: VILMA PEREIRA DA SILVA FARO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro MANOEL CLAUDENIR DE ARAÚJO LIMA/AC

1- Processo-COFECI nº 1858/2013. Recte: ZAIDIR JOÃO JÚNIOR - CRECI 5192. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 1859/2013. Recte: ALIC-ADMINIST. DE LOC. DE IMOV. E CONDOMÍNIOS S/S LTDA - CRECI J-3163. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 179/2014. Recte: ALEOCIR CARLOS CASTILHOS LOPES - CRECI 18537. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 198/2014. Recte: JOAQUIM ROGÉRIO DE OLIVEIRA - CRECI 15595. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 3078/2014. Recte: FERNANDEZ MERA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5425. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 3079/2014. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 302/2015. Recte: WALTER LUIZ DESIDERIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 579/2015. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 2241/2015. Recte: LINK NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-20932. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 2242/2015. Recte: ANISIO SCANDIUZZI - CRECI 38759. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2297/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2298/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 2505/2015. Recte: LINK NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-20932. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 3123/2015. Recte: ANISIO SCANDIUZZI - CRECI 38759. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 3668/2015. Recte: RENATO DE MELO DUTRA BORGES MACHADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

Brasília-DF, 21 de março de 2017.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2017 - Gestão 2016/2018)

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de abril de 2017
INÍCIO: 15 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Ponta Verde
Rua das Algas nº 300
Praia do Francês - Marechal Teodoro/AL
CEP: 57160-000 Telefone:(82) 3263-6100

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO CARLOS MOREIRA DA SILVA/RJ

1 - Processo-COFECI nº 3391/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: RITA DE ACÁCIA ALVES-CRECI 63613. 2 - Processo-COFECI nº 3622/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: RITA DE ACÁCIA ALVES-CRECI 63613. 3 - Processo-COFECI nº 245/2016. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: WALMONT FERREIRA PIMENTEL FILHO-CRECI 5535. 4 - Processo-COFECI nº 600/2015. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: CARLOS ROBERTO MENDONÇA DA ROCHA-CRECI 2373. 5 - Processo-COFECI nº 3711/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: NORMA NICOLUCHE LOPES-CRECI 98521. 6 - Processo-COFECI nº 3248/2014. Recte: FERNANDEZ MERA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-5425. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 3249/2014. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 135/2015. Recte: IVANI CARNAVAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 535/2015. Recte: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A-CRECI J-0497. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 1437/2015. Recte: THIAGO HENRIQUE DE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 1575/2015. Recte: NARCISO ANTONIO ANDRADE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 1579/2015. Recte: MARISA CLARA VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 3314/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 3315/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 246/2016. Recte: PEDRO CASTANHEIRA DA SILVA-CRECI 1895. Recdo: CRECI 12ª Região/PA

RELATOR: Conselheiro PETRUS LEONARDO DE SOUZA MENDONÇA/PE

1 - Processo-COFECI nº 3648/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: AMÂNCIO FRANCISCO DE LIMA NETO-CRECI 69135. 2 - Processo-COFECI nº 1144/2016. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: DÉCIA CLÁUDIA DE CARVALHO-CRECI 3968. 3 - Processo-COFECI nº 3649/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ BATISTA DOS SANTOS-CRECI 86466. 4 - Processo-COFECI nº 2241/2014. Recte: PRISMA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-2594. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 5 - Processo-COFECI nº 2977/2014. Recte: JÚLIO CÉSAR CHINCOLI DE CASTRO-CRECI 4858. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 6 - Processo-COFECI nº 1524/2015. Recte: HERIBERTO JOSÉ MATEUS-CRECI 19186. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 7 - Processo-COFECI nº 1808/2015. Recte: IDEAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-15160. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 1809/2015. Recte: JOÃO MARCOS DE OLIVEIRA-CRECI 54422. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 2364/2015. Recte: ADÃO ALVES PORTUGAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3473/2015. Recte: NMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-17765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 3474/2015. Recte: MÁRCIA SETSUKO UNE-CRECI 43717. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 3669/2015. Recte: DENISE SANSIVIERO MORRONE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13 - Processo-COFECI nº 266/2016. Recte: OMERO FRANCISCO DO NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 273/2016. Recte: PAMELA RODRIGUES COSTA BITTANTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 2804/2015. Recte: LAR IMÓVEIS LTDA-CRECI J-1341. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 16 - Processo-COFECI nº 237/2016. Recte: IMOBILIÁRIA MANTIQUEIRA S/C LTDA-CRECI J-2358. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro AURÉLIO CÁPUA DALLAPÍCULA/ES

1 - Processo-COFECI nº 2247/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PARTICULAR ALIANÇA IMÓVEIS - EIRELI-CRECI J-20164. 2 - Processo-COFECI nº 2446/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS ROBERTO PASCHOAL-CRECI 41626. 3 - Processo-COFECI nº 3656/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MORGANA MÉRCIA SANTOS-CRECI 58598. 4 - Processo-COFECI nº 2950/2014. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ITA IMÓVEIS LTDA-CRECI J-0321. 5 - Processo-COFECI nº 2953/2014. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALAIR MIRANDA DE SOUZA-CRECI 73715. 6 - Processo-COFECI nº 3394/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDVALDO LEITE BATISTA JÚNIOR-CRECI 77825. 7 - Processo-COFECI nº 3728/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MÉRCIA MARIA PEREIRA AYRES-CRECI 88325. 8 - Processo-COFECI nº 3043/2014. Recte: ARLINDA MARIA SILVA-CRECI 107902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 221/2015. Recte: ALEXANDRE RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 226/2015. Recte: RICARDO CAMPOS OTÁVIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 2940/2015. Recte: ANTONIO DA COSTA OLIVEIRA-CRECI 47213. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 3087/2015. Recte: JOSÉ CARLOS FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 3113/2015. Recte: WALKIRIA ARAÚJO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 3275/2015. Recte: DARCIO BASTOS DIAS-CRECI 39159. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 3286/2015. Recte: CÂNDIDO AZEVEDO ALVES-CRECI 8655. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATORA: Conselheira MARIA DE FÁTIMA S. FREIRE SOBRAL/SE

1 - Processo-COFECI nº 3395/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO GUIMARÃES SERETTI-CRECI 69254. 2 - Processo-COFECI nº 1875/2014. Recte: GAFISA VENDAS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-19604. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 - Processo-COFECI nº 1876/2014. Recte: ODAIR GARCIA SENRA-CRECI 5000. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 1408/2015. Recte: ROBERTO NAPIER PORCARO-CRECI 23928. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 5 - Processo-COFECI nº 2484/2015. Recte: CLÁUDIA CAROLINA C. QUEZADA-CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 - Processo-COFECI nº 3084/2015. Recte: MARCELO RIBEIRO PEDREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 3106/2015. Recte: EUNICE ALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 3110/2015. Recte: DANIEL DI DONATO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 3213/2015. Recte: MAURO FERNANDO VANTI MACEDO-CRECI 45965. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 288/2016. Recte: MAURO FERNANDO VANTI MACEDO-CRECI 45965. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 591/2016. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES-CRECI 70832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 600/2016. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES-CRECI 70832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 2723/2014. Recte: CECÍLIA APARECIDA DIAS-CRECI 16525. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14 - Processo-COFECI nº 841/2014. Recte: LADIMIR DE JESUS NASCIMENTO-CRECI 12654. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15 - Processo-COFECI nº 219/2016. Recte: JÚLIO CÉSAR GOMES-CRECI 15184. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro ROBERTO CARLOS CORREIA PERES/RN

1 - Processo-COFECI nº 2069/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SCHEID IMÓVEIS LTDA-CRECI J-16377. 2 - Processo-COFECI nº 2071/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SCHEID IMÓVEIS LTDA-CRECI J-16377. 3 - Processo-COFECI nº 2086/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SCHEID IMÓVEIS LTDA-CRECI J-16377. 4 - Processo-COFECI nº 3639/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SÉRGIO CÉSAR PRATES DE ALMEIDA-CRECI 65968. 5 - Processo-COFECI nº 3640/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MAIA IMÓVEIS VENDAS E ADMINISTRAÇÃO LTDA-ME-CRECI J-20220. 6 - Processo-COFECI nº 366/2015. Recte: MORIMITSU SARUHASHI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 2320/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 3080/2015. Recte: HELOISA BENETTI DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 3085/2015. Recte: LEONARDO FELIPE FIOD RIBEIRO DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3111/2015. Recte: JORGE LUIS MOREIRA CABRAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 3561/2015. Recte: ÉLBIO FERNÁNDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 3584/2015. Recte: ÉLBIO FERNÁNDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 2719/2014. Recte: NIVALDO GAMA IMÓVEIS LTDA-ME-CRECI J-4281. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14 - Processo-COFECI nº 2338/2014. Recte: JOSÉ OTÁVIO CERQUEIRA VIANA-CRECI 5377. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15 - Processo-COFECI nº 3129/2015. Recte: BALCÃO E NEGÓCIOS LTDA-ME-CRECI J-4233. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro CLAUDECIR ROQUE CONTREIRA/MT

1 - Processo-COFECI nº 3721/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA DAS GRAÇAS SILVA DOS REIS-CRECI 95259. 2 - Processo-COFECI nº 3420/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ELCO ADMINISTRAÇÃO E IMÓVEIS LTDA-CRECI J-0373. 3 - Processo-COFECI nº 3421/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARTINICO IZIDORO LIVOVSCHI-CRECI 5621. 4 - Processo-COFECI nº 3422/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MIGUEL NOVAK-CRECI 4608. 5 - Processo-COFECI nº 3718/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ERICK VOLTAN-CRECI 88685. 6 - Processo-COFECI nº 3719/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA DAS GRAÇAS SILVA DOS REIS-CRECI 95259. 7 - Processo-COFECI nº 3246/2014. Recte: ABYARA PLANEJAMENTO IMOBILIÁRIO S/A-CRECI J-19479. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 3247/2014. Recte: EMÍLIO JOSÉ DE ALMEIDA WESTERMANN-CRECI 66908. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 1481/2015. Recte: CLÁUDIO SANTOS CERQUEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 1484/2015. Recte: WALTER ROBERTO THIELE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 3099/2015. Recte: PAULO ALVES DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 3375/2015. Recte: JADER DA FONSECA MACIEL PINTO-CRECI 39240. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 3376/2015. Recte: TREVISAN & PINTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-14153. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 2754/2014. Recte: FÁBIO GERALDO HELENO-CRECI 9128. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14 - Processo-COFECI nº 2990/2014. Recte: JOSÉ SIDNEY FERNANDES-CRECI 14422. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro RAIMUNDO CUNHA TORRES/MA

1 - Processo-COFECI nº 3650/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VÂNIA APARECIDA DE SOUZA-CRECI 66635. 2 - Processo-COFECI nº 3651/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA LAR CENTER LTDA-CRECI J-19305. 3 - Processo-COFECI nº 3729/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: INÁCIO PINHEIRO BEZERRA-CRECI 85563. 4 - Processo-COFECI nº 3730/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ABIEL CONSULTORIA E ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-19034. 5 - Processo-COFECI nº 145/2015. Recte: WALTER HOLANDA DE ANDRADE JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 - Processo-COFECI nº 2407/2015. Recte: UNIÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-13100. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 2445/2015. Recte: MÁRCIA SETSUKO UNE-CRECI 43717. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 2611/2015. Recte: WESKLEY DAVID DE SOUSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 2612/2015. Recte: RENATA JARDIM EUFRÁZIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3331/2015. Recte: CLÁUDIO DE SOUZA CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 3700/2015. Recte: JAIME JOSÉ AUGUSTO-CRECI 49589. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 3701/2015. Recte: J.J. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-14100. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 3643/2015. Recte: O Denunciante - WALDIR DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra o C.I. ANDRÉ FRANCISCO ALVES SILVA-CRECI 101098. 14 - Processo-COFECI nº 3644/2015. Recte: O Denunciante - WALDIR DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra a empresa J.F. SILVA- CORRETOR-ME-CRECI J-22301. 15 - Processo-COFECI nº 3645/2015. Recte: O Denunciante - WALDIR DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra o C.I. JOSÉ FRANCISCO SILVA-CRECI 63152

RELATOR: Conselheiro FABIANO BARROS CABRAL/PB

1 - Processo-COFECI nº 3656/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DICASTRO TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS S/C LTDA-CRECI J-18698. 2 - Processo-COFECI nº 3657/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ATO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA (SS SERVIÇOS DE COBRANÇA E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS PIRACICABA LTDA) - CRECI J-18038. 3 - Processo-COFECI nº 983/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 984/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE-CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 1471/2015. Recte: APARECIDA GOMES DOS SANTOS BARRETO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 - Processo-COFECI nº 1532/2015. Recte: JORGE ANTONIO ROSA JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 3596/2015. Recte: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0497. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 3726/2015. Recte: FLÁVIO MILENA FRANCESCHINI-CRECI 41692. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 3727/2015. Recte: FOCO IMÓVEIS LTDA-CRECI J-17163. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3731/2015. Recte: IZA IMÓVEIS LTDA-CRECI J-19410. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 3732/2015. Recte: FERNANDO ANTONIO AQUINO-CRECI 75763. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 705/2016. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA-CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 707/2016. Recte: FERNANDO DE MELO MORAIS-CRECI 75765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 751/2016. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA-CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 752/2016. Recte: FERNANDO DE MELO MORAIS-CRECI 75765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro MANOEL NOGUEIRA LIMA NETO/PI

1 - Processo-COFECI nº 576/2016. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: MANOEL SANT´ANNA RODRIGUES-CRECI 0431. 2 - Processo-COFECI nº 577/2016. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: MANOEL SANT´ANNA RODRIGUES-CRECI 0431. 3 - Processo-COFECI nº 1783/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA LAR CENTER LTDA-CRECI J-19305. 4 - Processo-COFECI nº 1785/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VÂNIA APARECIDA DE SOUZA-CRECI 66635. 5 - Processo-COFECI nº 2006/2013. Recte: HELOÍZIO SOARES OLIVEIRA FILHO-CRECI 53134. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 - Processo-COFECI nº 2007/2013. Recte: IDALINA ISABEL SOUTO NOCENTINI-CRECI 57486. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 2008/2013. Recte: RICARDO GILIUS FERREIRA-CRECI 63201. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 2068/2014. Recte: GF CORRETORES DE IMÓVEIS ASSOCIADOS LTDA-CRECI J-19787. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 2069/2014. Recte: GERSON BASTOS-CRECI 68999. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3844/2014. Recte: MILTON MINEI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 171/2015. Recte: ETHIENEY PRUDÊNCIO MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 1533/2015. Recte: MOACIR PANTOSI FALCÃO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 1804/2015. Recte: FLEX NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19227. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 1805/2015. Recte: NELSON ANTONIO MAIA-CRECI 66571. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 2367/2015. Recte: CARLOS EDUARDO MORI PANCIELI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 713/2016. Recte: NMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-17765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 714/2016. Recte: MÁRCIA SETSUKO UNE-CRECI 43717. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

Brasília-DF, 21 de março de 2017.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2017 - Gestão 2016/2018)

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de abril de 2017
INÍCIO: 15 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Ponta Verde
Rua das Algas nº 300
Praia do Francês - Marechal Teodoro/AL
CEP: 57160-000 Telefone:(82) 3263-6100

RELATOR: Conselheiro HERMES RODRIGUES DE A. FILHO/DF

1 - Processo-COFECI nº 3708/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS APARECIDO DE LIMA-CRECI 94319. 2 -Processo-COFECI nº 2666/2013. Recte: ELITE LAR SÃO PAULO INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20590. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 -Processo-COFECI nº 910/2014. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-19389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 -Processo-COFECI nº 2922/2014. Recte: MARIA APARECIDA MARQUES DA SILVA-CRECI 69427. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 -Processo-COFECI nº 3181/2014. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 -Processo-COFECI nº 143/2015. Recte: ROSIMEIRE SILVA DE MORAIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 -Processo-COFECI nº 438/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 -Processo-COFECI nº 1464/2015. Recte: ROBERT DOUGLAS CAMPBELL WARREN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 -Processo-COFECI nº 1483/2015. Recte: SARA ALVES DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 -Processo-COFECI nº 1486/2015. Recte: KÁTIA ROBERTA FREIRE ARAÚJO MANHÃES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 -Processo-COFECI nº 1487/2015. Recte: EVERTON AMARAL DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 -Processo-COFECI nº 3351/2015. Recte: MAURO FERNANDO VANTI MACEDO-CRECI 45965. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 -Processo-COFECI nº 3475/2015. Recte: ALMIRO JOSÉ DOS SANTOS-CRECI 24183. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 -Processo-COFECI nº 3476/2015. Recte: CONTATO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-18518. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 -Processo-COFECI nº 3477/2015. Recte: JOSÉ CARLOS MARCOMINI-CRECI 17968. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

1 -Processo-COFECI nº 2014/2012. Recte: VANDA CÉSAR DE OLIVEIRA CUNHA-CRECI 51693. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pela representada contra a decisão da pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias c/c Multa de 03 anuidades imposta pelo CRECI/SP e mantida pela 4ª Câmara recursal. 2 -Processo-COFECI nº 1465/2015. Recte: GISLENE SIQUEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 -Processo-COFECI nº 1482/2015. Recte: JOSÉ MESSIAS DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 -Processo-COFECI nº 1488/2015. Recte: GUILHERME SOARES DE ASSIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 -Processo-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COFECI nº 1547/2015. Recte: ARNALDO MOREIRA CANOVAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 -Processo-COFECI nº 282/2016. Recte: EMANUELA RAMOS DE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 -Processo-COFECI nº 291/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8 -Processo-COFECI nº 294/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9 -Processo-COFECI nº 295/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10 -Processo-COFECI nº 296/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11 -Processo-COFECI nº 608/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12 -Processo-COFECI nº 615/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13 -Processo-COFECI nº 627/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 14 -Processo-COFECI nº 630/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 15 -Processo-COFECI nº 631/2016. Recte: LPS RIO DE JANEIRO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-05380. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ

RELATOR: Conselheiro CLÉSIO ALANO DE CARVALHO/SC

1 - Processo-COFECI nº 2951/2014. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RICARDO SILVEIRA-CRECI 84289. 2 - Processo-COFECI nº 2702/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ANDERSON APRIGIO XAVIER-CRECI 30225. 3 - Processo-COFECI nº 2724/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ANDERSON APRIGIO XAVIER-CRECI 30225. 4 - Processo-COFECI nº 2955/2015. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ANDERSON APRIGIO XAVIER-CRECI 30225. 5 -Processo-COFECI nº 2631/2013. Recte: PAULO ROGÉRIO GONÇALVES-CRECI 79969. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 -Processo-COFECI nº 3470/2013. Recte: VENDA´S NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19001. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 -Processo-COFECI nº 1905/2014. Recte: MARCELO GOMES DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 -Processo-COFECI nº 1476/2015. Recte: ELIANE APARECIDA FLORIANO DA COSTA CRUZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 -Processo-COFECI nº 1548/2015. Recte: FABIANA IRENE SILVA RIZZO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 -Processo-COFECI nº 2404/2015. Recte: NMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-17765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 2480/2015. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 3214/2015. Recte: PAULO ROBERTO COELHO DA FONSECA-CRECI 9059. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 3215/2015. Recte: COELHO DA FONSECA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-0961. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 3313/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE-CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 226/2016. Recte: WELLINGTON DIEGO MARANGONI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro CLÁUDIO MANOEL MIRANDA SMITH/ES

1 - Processo-COFECI nº 292/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS DE SOUZA-CRECI 45115. 2 - Processo-COFECI nº 297/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS DE SOUZA-CRECI 45115. 3 - Processo-COFECI nº 302/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS DE SOUZA-CRECI 45115. 4 - Processo-COFECI nº 613/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS DE SOUZA-CRECI 45115. 5 - Processo-COFECI nº 614/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS DE SOUZA-CRECI 45115. 6 - Processo-COFECI nº 2888/2014. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MAURO JOCOPE RONCHI-CRECI 99038. 7 - Processo-COFECI nº 2670/2013. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 2631/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 3198/2015. Recte: JORGE AFIF CURY FILHO-CRECI 61435. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3199/2015. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA-CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 227/2016. Recte: LEONARDO GOMES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 228/2016. Recte: RENATO OSCAR VITOLO MASSARI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 230/2016. Recte: DEBORAH CHRISTYE CORRÊA YASBECK. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 231/2016. Recte: VALMIR JOSÉ DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 252/2016. Recte: MILTON CASTRO DE ALCANTARA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro JOSÉ MARIA CAVALCANTE LIMA/CE

1 - Processo-COFECI nº 435/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO ALVES DE LIMA-CRECI 81294. 2 - Processo-COFECI nº 3714/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DERBY ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA-CRECI J-21123. 3 - Processo-COFECI nº 3612/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS OEHLMEYER-CRECI 12146. 4 - Processo-COFECI nº 3613/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ROCA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-2896. 5 - Processo-COFECI nº 3720/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MICHEL FORTUNATO DE ABREU-CRECI 94576. 6 - Processo-COFECI nº 1909/2014. Recte: RAPHAEL RABELLO TEODORO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 152/2015. Recte: MARIA JOSÉ ESTEVAM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 223/2015. Recte: PAULO SÉRGIO MARINHO MAGALHÃES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 1388/2015. Recte: PAULO SÉRGIO MACHADO ALVIM NOGUEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 2201/2015. Recte: DINAMICA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-17972. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 2202/2015. Recte: AUGUSTO CÉSAR GUISELLINI-CRECI 38220. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 2206/2015. Recte: JOSÉ PEDRO LOPES-CRECI 38650. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 2207/2015. Recte: CONSTANTINO BONIN NETO-CRECI 44025. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 -Processo-COFECI nº 3093/2015. Recte: LUIZ INÁCIO BEZERRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 3195/2015. Recte: JORGE CURY NETO-CRECI 29781. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro WALDEMIR BEZERRA DE FIGUEIREDO/RN.

1 - Processo-COFECI nº 3162/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 - Processo-COFECI nº 3409/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 - Processo-COFECI nº 3516/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 3570/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 3733/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 - Processo-COFECI nº 324/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 325/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 326/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 327/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 328/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 329/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 330/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 331/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 332/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 333/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16 - Processo-COFECI nº 334/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17 - Processo-COFECI nº 335/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 18 - Processo-COFECI nº 336/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 19 - Processo-COFECI nº 337/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 20 - Processo-COFECI nº 338/2016. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA-CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro ARMANDO OLIVEIRA GASPAR FILHO/MA

1 -Processo-COFECI nº 229/2015. Recte: SHEISER DA SILVA TORINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 -Processo-COFECI nº 339/2015. Recte: THIAGO LINO DE ASSUNÇÃO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 -Processo-COFECI nº 351/2015. Recte: PAULO ROBERTO FORNARI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 -Processo-COFECI nº 388/2015. Recte: ELIANA CRISTINA DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5 - Processo-COFECI nº 439/2015. Recte: ELITE BRASIL INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA S/A-CRECI J-20302. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 -Processo-COFECI nº 449/2015. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 1397/2015. Recte: EDNA MARIA DE JESUS ARAÚJO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 -Processo-COFECI nº 2273/2015. Recte: M.M. ASSESSORIA IMOBILIÁRIA & SERVIÇOS LTDA-CRECI J-015591. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 -Processo-COFECI nº 2274/2015. Recte: MAURO FERNANDO VANTI MACEDO-CRECI 45965. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 -Processo-COFECI nº 2381/2015. Recte: CARLOS ALBERTO PERES BISCARO-CRECI 55533. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 -Processo-COFECI nº 3324/2015. Recte: RAPHAELA NOGUEIRA GOMES DA SILVA-CRECI 79886. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 -Processo-COFECI nº 3352/2015. Recte: ANTONIO DA COSTA OLIVEIRA-CRECI 47213. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 -Processo-COFECI nº 3712/2015. Recte: HERIK FERREIRA DE MEDEIROS-CRECI 61730. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 -Processo-COFECI nº 3715/2015. Recte: PAULO HENRIQUE DA COSTA TORRES-CRECI 86220. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro ADELMO GUIMARÃES BRAGA COSTA/AL

1 - Processo-COFECI nº 3374/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GLOBO CONS. DE IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-1015. 2 - Processo-COFECI nº 3377/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GIOVANNI DO NASCIMENTO FUMAGALLI-CRECI 92392. 3 - Processo-COFECI nº 880/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. 4 - Processo-COFECI nº 910/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DISNEI VIEIRA DE MENDONÇA JÚNIOR-CRECI 41652. 5 - Processo-COFECI nº 992/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: BRÁULIO CLEMENTE JÚNIOR-CRECI 65070. 6 - Processo-COFECI nº 2593/2014. Recte: BEATRIZ SOLDEIRA MOREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 2618/2014. Recte: SAMUEL BATISTA PIMENTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 2655/2014. Recte: BEATRIZ SOLDEIRA MOREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 2122/2015. Recte: EBC - SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA-CRECI J-19583. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3717/2015. Recte: FÁBIO LUIZ FERRAMENTA ROSSI-CRECI 36452. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 3722/2015. Recte: M. BIGUCCI COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-19682. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 3723/2015. Recte: MILTON BIGUCCI-CRECI 33185. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 3724/2015. Recte: MARCOS GONZALEZ-CRECI 73914. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 3725/2015. Recte: SILMARA APARECIDA SOARES-CRECI 77433. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 264/2016. Recte: MÁRCIA MARIA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO HÍGINO DA ROCHA MAIA/AC

1 - Processo-COFECI nº 3385/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ROGÉRIO RODRIGUES DE ANDRADE-CRECI 57187. 2 - Processo-COFECI nº 921/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SANDRA REGINA MARQUES-CRECI 65172. 3 - Processo-COFECI nº 922/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MÔNICA NASCIMENTO DA SILVA-CRECI 69541. 4 - Processo-COFECI nº 3699/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SEVERINA DA SILVA ANDRADE-CRECI 78814. 5 -Processo-COFECI nº 1008/2014. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-19389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6 -Processo-COFECI nº 3042/2014. Recte: EBC - SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA-CRECI J-19583. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7 - Processo-COFECI nº 565/2015. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8 - Processo-COFECI nº 1646/2015. Recte: AMANDA APARECIDA GIANFRANCESCO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9 - Processo-COFECI nº 3693/2015. Recte: DANIEL FERREIRA ADDAD-CRECI 57462. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10 - Processo-COFECI nº 3694/2015. Recte: ADDAD-VOLPE ADMINISTRAÇÃO IMÓVEIS LTDA-CRECI J-19620. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11 - Processo-COFECI nº 222/2016. Recte: MÁRCIA SOLAR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12 - Processo-COFECI nº 251/2016. Recte: EDSON BUZZONI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13 - Processo-COFECI nº 253/2016. Recte: IDIOVANINI TAVORA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14 - Processo-COFECI nº 276/2016. Recte: MAIANE SILVA MORAIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15 - Processo-COFECI nº 281/2016. Recte: JEAN HUDSON BATISTA DE ANDRADE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

Brasília-DF, 21 de março de 2017.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

5ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2017 - Gestão 2016/2018)

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 06 de abril de 2017
INÍCIO: 15 horas
LOCAL: Dependências do Hotel Ponta Verde
Rua das Algas nº 300
Praia do Francês - Marechal Teodoro/AL
CEP: 57160-000 Telefone:(82) 3263-6100

RELATOR: Conselheiro LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTI/RJ

1- Processo-COFECI nº 429/2008. Recte: IMOBILIÁRIA CONDOLAR LTDA- CRECI J-21891 e RT KÁTIA CILENE SILVA PEREIRA - CRECI 15792. Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Assunto: TR - Retornou ao COFECI com a pena transformada para Cancelamento das Inscrições cumulada com Multa de 02 anuidades P/J e P/F. 2- Processo-COFECI nº 2087/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-497. 3- Processo-COFECI nº 2089/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-497. 4- Processo-COFECI nº 2090/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-497. 5- Processo-COFECI nº 2092/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-497. 6- Processo-COFECI nº 683/2015. Recte: MARCOS LEAL OLIVEIRA - CRECI 12132. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. 7- Processo-COFECI nº 1459/2015. Recte: JOSÉ BELARMINO NUNES BERNADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1460/2015. Recte: SARA ALVES RODRIGUES SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 1540/2015. Recte: DANIEL SILVESTRE DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1636/2015. Recte: DEBORAH CHRISTYE CORREA YASBECK. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2065/2015. Recte: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-497. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2068/2015. Recte: LUIZ FERNANDO GAMBI - CRECI 44981. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 096/2016. Recte: DANIEL DE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOUZA MELO - CRECI 6017. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. 14- Processo-COFECI nº 224/2016. Recte: MAURO SILVA ARAÚJO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 225/2016. Recte: MAISA APARECIDA SANTOS DE SOUSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro JOSÉ ANTÔNIO DE ANDDRADE GODOY/RS

1- Processo-COFECI nº 868/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOÃO FRANCISCO GONÇALVES - CRECI 8764. 2- Processo-COFECI nº 869/2015. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: ALESSANDRA PEDROSA CASTRO - CRECI 6999. 3- Processo-COFECI nº 2143/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS DOS PASSOS - CRECI 78370. 4- Processo-COFECI nº 2240/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO ALVES DE LIMA - CRECI 81294. 5- Processo-COFECI nº 996/2015. Recte: ANDRÉ GRACIUTTI - CRECI 90672. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 2066/2015. Recte: UNIÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI 18523. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 2635/2015. Recte: JOÃO DIEGO DE SOUZA OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 2638/2015. Recte: RODRIGO DE SOUZA LEITE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 2645/2015. Recte: MARIA APARECIDA ALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 2646/2015. Recte: CLÁUDIO ROBERTO MORGADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2854/2015. Recte: ANA PAULA ALVES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2982/2015. Recte: IDALINA KARPINSKI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 3716/2015. Recte: ESQUADRO PROJETOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-20463. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 1712/2015. Recte: JOSÉ AFONSO RIBEIRO - CRECI 13247. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15- Processo-COFECI nº 2743/2015. Recte: HELVIO GAIGA - CRECI 14313. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITTO/GO

1- Processo-COFECI nº 847/2015. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repdo: ULISSES LOPES PORFÍRIO - CRECI 16264. 2- Processo-COFECI nº 2349/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ LUIS MUNOZ FERNANDEZ - CRECI 64964. 3- Processo-COFECI nº 2350/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VERTIX CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-17573. 4- Processo-COFECI nº 3767/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO - CRECI 44577. 5- Processo-COFECI nº 1764/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SUELI SANTOS - CRECI 82581. 6- Processo-COFECI nº 3414/2014. Recte: JOÃO DONIZETE FRESNEDA - CRECI 41761. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 301/2015. Recte: N. S. G. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 848/2015. Recte: ULISSES LOPES PORFÍRIO - CRECI 16264. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 9- Processo-COFECI nº 1549/2015. Recte: EDVALDO MOREIRA SANTANA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1661/2015. Recte: JOSÉ HENRIQUE DA SILVA - CRECI 64593. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 1662/2015. Recte: CARLOS MAGNO DA SILVEIRA - CRECI 65227. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2637/2015. Recte: ADELIA DA COSTA CRUZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 2852/2015. Recte: CARLOS EDUARDO CAMILO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 2853/2015. Recte: PRISCILA DA CUNHA RAMOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 2939/2015. Recte: TATIANA NOVAES - CRECI 67011. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 261/2016. Recte: INCORPORADORA RPF LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 1707/2015. Recte: HANOVER EMPRREENDIMENTOS COMERCIAIS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CRECI J-2475. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro NILSON DONIZETI RIBEIRO/PR

1- Processo-COFECI nº 2942/2014. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VANESSA DE LUCAS MARCAL - CRECI 83575. 2- Processo-COFECI nº 2027/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO APARECIDO IATECOLA - CRECI 88009. 3- Processo-COFECI nº 2710/2013. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-19389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 2711/2013. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO - CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 2716/2014. Recte: ANDRÉ LUIS DE MORAES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 2717/2014. Recte: LEANDRO FUZISAKA FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 2718/2014. Recte: CLÁUDIA APARECIDA GOULART PEREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 3052/2014. Recte: FREMA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-497. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 3053/2014. Recte: LUIZ FERNANDO GAMBI - CRECI 44981. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 225/2015. Recte: CLÉBERSON DA SILVA OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 1550/2015. Recte: GILBERTO CLÁUDIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2742/2015. Recte: EDMILSON AGOSTINHO CORREIA - CRECI 10221. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 13- Processo-COFECI nº 3216/2015. Recte: IZALTINO DA SILVA XAVIER - CRECI 21448. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 262/2016. Recte: AILSON BARROS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 709/2016. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 16- Processo-COFECI nº 710/2016. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 17- Processo-COFECI nº 849/2015. Recte: ECONÔMICA IMOBILIÁRIA LTDA - ME - CRECI J-4681. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 3206/2012. Recte: EDUARDO SALAZAR - CRECI 36558. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retornou com pedido de reconsideração interposto pelo representado contra a decisão da pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias c/c Multa de 03 anuidades imposta pelo CRECI/SP e mantida pela 5ª Câmara Recursal. 2- Processo-COFECI nº 2927/2014. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VALTER OLIVEIRA PIRES - CRECI 52605. 3- Processo-COFECI nº 2049/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS DOS PASSOS - CRECI 78370. 4- Processo-COFECI nº 2054/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ CARLOS DOS PASSOS - CRECI 78370. 5- Processo-COFECI nº 1784/2014. Recte: ROBSON COELHO PAIXÃO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 2603/2014. Recte: REGINALDO DA SILVA GOMES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 2714/2014. Recte: MAURÍCIO KIYOSHI MIZUNO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 3114/2015. Recte: OSWALDO BOCK NETO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 987/2015. Recte: SAFRAMA ASSESSORIA E ADMIN. DE BENS IMOBILIÁRIOS LTDA-EPP - CRECI J-7311. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 988/2015. Recte: CARLOS FRANCISCO PUPIO MARCONDES - CRECI 33036. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 1469/2015. Recte: MARIA REGINA MAIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 1470/2015. Recte: RODRIGO SOUZA ALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 3217/2015. Recte: MILTON BIGUCCI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 3218/2015. Recte: M. BIGUCCI COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-19682. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 2745/2015. Recte: VIRLANE ERMELINDA FERREIRA MOREIRA - CRECI 15064. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 882/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ROBERTO JOSÉ CARVALHO DA SILVA - CRECI 43808. 2- Processo-COFECI nº 908/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ÉMERSON FONSECA MADRUGA - CRECI 59540. 3- Processo-COFECI nº 974/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SUELENE GOMES DE SOUZA - CRECI 88821. 4- Processo-COFECI nº 875/2015. Recte: DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-19971. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 876/2015. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 906/2015. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 1504/2015. Recte: DENISE APARECIDA DA ROSA JACINTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1505/2015. Recte: CLAUDIA GOMES DE MENEZES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 1527/2015. Recte: ADILSON TADEU DOIMO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1546/2015. Recte: VÂNIA APARECIDA POLEZI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2722/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 16664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2723/2015. Recte: ÉLBIO FERNANDEZ MERA - CRECI 1664. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 255/2016. Recte: ARINALDO SALES DE MORAIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 256/2016. Recte: ISAURA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES FARIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 259/2016. Recte: FLÁVIO DA COSTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 1023/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: BRENO OLIVEIRA NEVES DE MIRANDA - CRECI 77099. 2- Processo-COFECI nº 2656/2013. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 2669/2013. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 1903/2014. Recte: HÉLIO DE JESUS SOARES DE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 2615/2014. Recte: ARLEY MADSON DE SOUSA MORAES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 2447/2015. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-19389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 2448/2015. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO - CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 2798/2015. Recte: NEUZA MARIA BUZOGANY. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 2810/2015. Recte: SILVIA MARIA SOARES JOAQUIM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 2813/2015. Recte: IVONE RIBEIRO PINTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2820/2015. Recte: REGINA FÁTIMA DE FREITAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2821/2015. Recte: GERALDO DIAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 1711/2015. Recte: MARIA TEREZA FERREIRA MACHADO - CRECI 12941. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 14- Processo-COFECI nº 688/2015. Recte: IMOBILIÁRIA NOGUEIRA LTDA - CRECI J-4494. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15- Processo-COFECI nº 865/2015. Recte: IMOBILIÁRIA MANSÃO LTDA-ME - CRECI J-1254. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

RELATOR: Conselheiro ALUÍSIO PARENTES SAMPAIO NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 998/2015. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS SILVA SANTOS NETO - CRECI 70930. 2- Processo-COFECI nº 2597/2014. Recte: LEILA MARIA CORREA GONÇALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 220/2016. Recte: ELAINE MOTILHA MOREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 913/2015. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 914/2015. Recte: JORGE AFIF CURY FILHO - CRECI 61435. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 942/2015. Recte: ACER CONSULTORES EM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-19368. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 943/2015. Recte: JORGE AFIF CURY FILHO - CRECI 61435. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1466/2015. Recte: BRUNO HOSSNE SIMONETTI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 1468/2015. Recte: PRISCILA FERNANDA DE ALMEIDA CAMILO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1637/2015. Recte: ARIADNE RIBAS DE LIMA DA CRUZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 1654/2015. Recte: CASTOR CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - EPP - CRECI J-2859. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2045/2015. Recte: CASTOR CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - EPP - CRECI J-2859. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 3670/2015. Recte: CÉSAR ARIEL METZGER. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 221/2016. Recte: RAFAEL RODRIGO NASCIMENTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 15- Processo-COFECI nº 254/2016. Recte: EDUARDO NAKAJIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

RELATOR: Conselheiro JÚLIO CÉSAR PINTO/RO

1- Processo-COFECI nº 934/2015. Recte: STARBUSINESS NEGÓCIOS & NETWORK IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-19789. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 935/2015. Recte: ADRIANA CONCEIÇÃO PAULETTI - CRECI 73218. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 968/2015. Recte: COELHO DA FONSECA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-961. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 969/2015. Recte: PAULO ROBERTO COELHO DA FONSECA - CRECI 9059. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 1551/2015. Recte: ALEX SANDRO MACHADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 1552/2015. Recte: ANDERSON ROGÉRIO APPOLINÁRIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 1553/2015. Recte: FÁBIO EDUARDO DE ARAÚJO BERTTI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1611/2015. Recte: CELSO LUIZ VANCSEK - CRECI 56656. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 1639/2015. Recte: D. V. R. POWER CENTERS PARTICIPAÇÕES LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.10- Processo-COFECI nº 2218/2015. Recte: LUIZ FERNANDO GAMBI - CRECI 44981. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 11- Processo-COFECI nº 2437/2015. Recte: MÁRCIA SETSUKO UNE - CRECI 43717. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 12- Processo-COFECI nº 2438/2015. Recte: NMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-17765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 13- Processo-COFECI nº 2636/2015. Recte: JAIR DA CUNHA SEVERINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 14- Processo-COFECI nº 863/2015. Recte: NADIR IMÓVEIS LTDA - CRECI 3078. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 15- Processo-COFECI nº 852/2015. Recte: CLÉBER CÉSAR CARDOSO - CRECI 15907. Recdo: CRECI 4ª Região/MG

Brasília-DF, 21 de março de 2017.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SESSÃO PLENARIA Nº 4/2017
(Mandato 2017 - Gestão 2016/2018)

PAUTA DE JULGAMENTO

DATA: 07 de abril de 2017
INÍCIO: 08h 30min
LOCAL: Dependências do Hotel Ponta Verde
Rua das Algas nº 300
Praia do Francês - Marechal Teodoro/AL
CEP: 57160-000 Telefone:(82) 3263-6100
JULGAMENTO DE PROCESSOS

1 - Processo-COFECI nº 1982/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I ADHEMAR DE CARVALHO-CRECI 91893, face a problemas de saúde: (Cardíaco e idade avançada. 2 - Processo-COFECI nº 1997/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTONIO SILVA DE ALMEIDA-CRECI 29733, face a problemas de saúde: (Mal de Parkinson e dificuldades na fala). 3 - Processo-COFECI nº 2028/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I YARA ROEHR BENTO VIDAL-CRECI 34206, face a problemas de saúde: (Coluna, retirada de tumor no cérebro, idade avançada e precária condição econômica). 4 - Processo-COFECI nº 1984/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I CLÁUDIO CAMARERO-CRECI 37982, face a idade avançada e precária condição econômica. 5 - Processo-COFECI nº 1996/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I JOSÉ AZINEU PEREIRA GONZAGA-CRECI 19107, face a problemas de saúde: (Diabetes, idade avançada e precária condição econômica). 6 - Processo-COFECI nº 907/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I HER-

CULANO VELLOSO FERREIRA PENHA-CRECI 18566, face a problemas de saúde: (Mal de Parkinson, infartado, hipertensão arterial, lapso de memória, idade avançada e precária condição econômica). 7 - Processo-COFECI nº 1983/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. RUDINEI ANTONIO PELICOLA-CRECI 33419, face a problemas de saúde: (Realizou cirurgia de coluna e após complicações ficou acamado). 8 - Processo-COFECI nº 1981/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. ADENYR CURY DA CRUZ-CRECI 08462, face a problemas de saúde: (Isquemia cerebral com sequelas, dificuldade para andar e ouvir, diabetes e idade avançada). 9 - Processo-COFECI nº 925/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. LUIZ GAY BOTTACIN-CRECI 47580, face a problemas de saúde: (Câncer, idade avançada e precária condição econômica). 10 - Processo-COFECI nº 2548/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. NATHAN WAINSTEIN-CRECI 10084 - Falecido. 11 - Processo-COFECI nº 929/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. GILNEY PEREIRA DE ASSIS-CRECI 43603, face a problemas de saúde: (Pré-diabético, hipertenso e precária condição econômica. 12 - Processo-COFECI nº 928/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. NELSON CARNEIRO-CRECI 37288, face a problemas de saúde: (AVC e idade avançada). 13 - Processo-COFECI nº 2546/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. VALDÉCIO SANTOS PEREIRA-CRECI 29866, face a problemas de saúde: (Esquizofrenia, psoríase nervosa, artrose, diabetes e colesterol alto). 14 - Processo-COFECI nº 2545/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. JÚLIO CÉSAR SOLOAGA ROCHA-CRECI 63817, face a problemas de saúde: (Coluna lombar, escoliose, força muscular diminuída nos membros inferiores e precária condição econômica). 15 - Processo-COFECI nº 3308/2014. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. PAULO LISBOA DE ALENCAR-CRECI 37763, face a precária condição econômica. 16 - Processo-COFECI nº 2571/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I. SANDRA MARIA GAGLIARDI DONATO-CRECI 44657, face a precária condição econômica. 17 - Processo-COFECI nº 2474/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. GERALDO LUIZ PIOVESANA-CRECI 32581, face a problemas de saúde: (Amputação parcial do membro inferior esquerdo, diabetes, hipertensão, retinopatia diabética proliferativa e visão parcialmente comprometida). 18 - Processo-COFECI nº 2472/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos a C.I. ROSANGELA DE CAMARGOS-CRECI 65960 - Falecida. 19 - Processo-COFECI nº 927/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. ARNALDO RUIZ-CRECI 21619, face a problemas de saúde: (Artrose no quadril e perna esquerda, hipertensão, insônia, idade avançada e precária condição econômica). 20 - Processo-COFECI nº 034/2016. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. NILSON BERBEL-CRECI 34423 - Falecido. 21 - Processo-COFECI nº 1985/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. GARABED HALEBLIAN-CRECI 18559, face a problemas de saúde: (Coronariano, cardiopatia, diabético, quadro isquêmico cerebral, descompensação renal, neoplasia maligna do reto e idade avançada). 22 - Processo-COFECI nº 1999/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. MANOEL FERREIRA DE MIRANDA-CRECI 13983, face a problemas de saúde: (Hipertensão e precária condição econômica). 23 - Processo-COFECI nº 859/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. CECÍLIA CAMPEZAM MOLINO-CRECI 11857 - Falecida. 24 - Processo-COFECI nº 2569/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ELIEZER DAVI VAZ-CRECI 09531, face a problemas de saúde: (Diabetes e idade avançada). 25 - Processo-COFECI nº 930/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. LINO ANTONIO LOPES PAVAN-CRECI 26336, face a problemas de saúde: (Idade avançada e precária condição econômica). 26 - Processo-COFECI nº 936/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ODAIR RODRIGUES DE OLIVEIRA-CRECI 77617, face a problemas de saúde: (Pressão alta, tremores, perda parcial da visão esquerda, crise renal, mastectomia e idade avançada). 27 - Processo-COFECI nº 815/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA-CRECI 32316, face a problemas de saúde: (Câncer e precária condição econômica). 28 - Processo-COFECI nº 2570/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. OSCAR TELLES PACHECO BORBA-CRECI 92220, face a problemas de saúde: (Hipertensão, doença cardiovascular crônica e idade avançada). 29 - Processo-COFECI nº 2565/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. DAYSE PAIVA OTTINI-CRECI 41274, face a problemas de saúde: (Sequelas de AVC, perda da visão, cardíaca e idade avançada). 30 - Processo-COFECI nº 2470/2014. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a empresa NASCIMENTO IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-18343, face a precária condição econômica. 31 - Processo-COFECI nº 3322/2014. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JAIR SOARESCRECI 17168, face a problemas de saúde: (Idade avançada e precária condição econômica). 32 - Processo-COFECI nº 3031/2014. Origem: CRECI 17ª Região/RN. Assunto: Solicita homologação de remissão da anuidade de 2013 concedida ao C.I. JOSELMO MACÁRIO DIAS RIBEIRO-CRECI 4733, face a problemas de saúde: (Neoplasia maligna de próstata). 33 - Processo-COFECI nº 2469/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. FÁBIO IADEROZZA-CRECI 15012, face a problemas de saúde: (AVC - acidente vascular cerebral, cardiopata, hipertenso, crises de labirintite e idade avançada). 34 - Processo-COFECI nº 2473/2015. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. EMIDIO ABEL RODRIGUES-CRECI 11295, face a problemas de saúde: (Idade avançada, fortes dores na coluna e controle da pressão arterial). 35 - Processo-COFECI nº 3363/2014. Recte: SERAFIM RAVELLI-CRECI 50522. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 36 - Processo-COFECI nº 307/2016. Recte: TRIUNFORTE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS ADM. E ASS. LTDA-CRECI J-18434. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 37 - Processo-COFECI nº 3058/2014. Origem: CRECI 9ª Região/BA. Assunto: Solicita homologação de suspensão da inscrição por 3 anos com remissão de débitos concedidos ao C.I. JORGE CHARLES BARBOSA DE BRITO-CRECI 15024, face a problemas de saúde: (Hérnia de disco, calcificação nos tendões). 38 - Processo-COFECI nº 244/2016. Recte: MARTA ALVES BRAGA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 39 - Processo-COFECI nº 080/2016. Recte: LEANDRO APARECIDO DA SILVA ANASTÁCIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 40 - Processo-COFECI nº 561/2016. Recte: LUCIANA BASTOS PEREIRA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 41 - Processo-COFECI nº 3498/2014. Recte: WILSON ROBERTO DESIDÉRIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 42 - Processo-COFECI nº 081/2016. Recte: PAULO CÉSAR PORFÍRIO DE PINHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP

Brasília-DF, 21 de março de 2017.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 537, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Dispõe sobre o uso do nome social pelos profissionais de enfermagem travestis e transexuais e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a competência do Cofen descrita no art. 8º, inciso VII e art. 15, inciso VII, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO o prescrito no artigo 23, inciso XIV, do Regimento Interno do Cofen, que dispõe sobre competência do Plenário do Cofen em deliberar sobre pareceres e instruções para uniformidade de procedimentos e regular funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 536/2017 que institui o Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrições de profissionais, e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen, durante a realização de sua 486ª ROP, bem como todos os documentos acostados ao Processo Administrativo Cofen nº 575/2016, resolve:

Art. 1º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social aos profissionais de enfermagem travestis e transexuais, em seus registros, carteiras, sistemas e documentos, na forma disciplinada por esta Resolução.

§1º Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, a ser declarado pela própria pessoa, sendo obrigatório o seu registro.

§2º Durante o exercício laboral, o profissional poderá se utilizar do nome social seguido da sua inscrição junto ao Coren.

Art. 2º O sistema de informática que gerencia o Registro e Cadastro dos profissionais de enfermagem (enfermeiros, obstetrizes, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem) deverá permitir, em espaço destinado a esse fim, o registro do nome social.

§ 1º O nome social do profissional de enfermagem deve aparecer tanto na tela do sistema de informática como nas carteiras de identidade profissional, em espaço que possibilite a sua imediata identificação, devendo ter destaque em relação ao respectivo nome constante do registro civil.

§ 2º Nos casos de menores de dezoito anos não emancipados, o nome social deve ser declarado pelos pais ou responsáveis legais.

§ 3° Em caso de divergência entre o nome social e o nome constante do registro civil, o prenome escolhido deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos externos, acompanhado do prenome constante do registro civil, devendo haver a inscrição "registrado(a) civilmente como", para identificar a relação entre prenome escolhido e prenome civil.

Art. 3º Será utilizado, em processos administrativos, o nome social em primeira posição, seguido da menção do nome registral precedido de "registrado(a) civilmente como".

Art. 4.º A solicitação de uso do nome social pelo profissional de Enfermagem deverá ser feita por escrito, a qualquer tempo, ao Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a publicação no Diário Oficial da União.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7288/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 0027/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 42, 133 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 113 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9866/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 32/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 23 e 52 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10742/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9335-327/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 57 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2237/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.225-217/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer os recursos, dar provimento ao recurso interposto pelo 1º apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 44, 65 e 98 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 2º apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração aos artigos 44 e 98 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5117/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (Processo nº 05/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante e dar provimento parcial ao recurso do apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 59 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 34 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7098/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.487-387/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 136 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 116 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARE, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

Brasília-DF, 16 de março de 2017.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6327/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 007/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 131, 135, 136 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 111, 115, 116 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8526/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.794-238/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 65 e 66 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 64 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11455/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 42/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO do apelado, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11676/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 1957/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4133/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.636-173/09). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 39 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 11 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) LEONARDO SÉRVIO LUZ, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5207/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.908-118/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9715/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 49/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu os apelados, para aplicar-lhes a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

Brasília-DF, 17 de março de 2017.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

REMESSA EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

REMESSA EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7237/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 083/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em reformar a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apenado a pena de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

REMESSA EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10194/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 054/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em manter a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apenado a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 11, 30, 35, 40, 58, 80, 81 e 82 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8528/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.521-513/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 80, 104, 131, 132, 133 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos, respectivamente, nos artigos 51, 75, 111, 112, 113 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; SIDNEI FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10793/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Processo nº 0736/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11678/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (Processo nº 0007/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0170/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 16/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) JEAN-CARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0252/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso (Processo nº 0039/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, agravando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 5º, 30, 80 e 92 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE VIVAVQUA VON TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Relator.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032200158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3074/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.204-104/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 30, 38 e 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 10 e 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Presidente da Sessão; WIRLANDE SANTOS DA LUZ, Relator ad hoc.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3145/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1951/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer, e por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por unanimidade por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro revisor. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3861/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 031/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 29 e 135 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 61 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4253/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.067-511/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 10, 17, 19, 21 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6179/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Processo nº 612/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator ad hoc.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6308/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 0101/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado, para aplicar-lhe, por maioria, a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 (por maioria) e 57 (por unanimidade) do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6374/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 042/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; JECÉ FREITAS BRANDÃO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7666/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 065/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 95 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9188/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 244/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela recorrente, MANTENDO A DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE EXTINGUIU A PRETENSÃO PUNITIVA DO RECORRIDO, em decorrência da prescrição, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de fevereiro 2017. (data do julgamento) MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

Brasília-DF, 20 de março de 2017.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 246 DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

Alterar a data de vencimento da anuidade do exercício de 2017 das pessoas físicas inscritas no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - Coren/RJ, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei 5.905 de 12 de julho de 1973 e elencadas no Regimento Interno aprovado pela Decisão COREN-RJ nº1848/2013. Considerando a Decisão COREN-RJ nº 219/2016 de 7 de setembro de 2016 que dispõe sobre o pagamento de anuidades referentes ao exercício de 2017, homologada pela Decisão COFEN 340/2016 de 13 de dezembro de 2016.CONSIDERANDO o Ofício do COREN-RJ de nº 52/2017 de 10 de janeiro de 2017 solicitando ao Conselho Federal de Enfermagem autorização para a prorrogação do vencimento das anuidades de pessoas físicas do exercício de 2017, ante a excepcionalidade da crise financeira identificada no Governo do Rio de Janeiro; Considerando a Decisão do COFEN nº 017/2017 que prorroga o vencimento das anuidades para o exercício de 2017 para as pessoas físicas, em única parcela, para 30 de junho de 2017, e determina que o Regional promova a publicidade da referida prorrogação. Considerando a Deliberação da 156ª Reunião Ordinária de Diretoria do Coren/RJ ocorrida em 03/02/2017 e a Homologação do Plenário do COREN-RJ em sua 505ª Reunião, ocorrida em 03/02/2017, decide:

Art.1ºAlterar a data de vencimento da anuidade do exercício de 2017 das pessoas físicas inscritas no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro. I - o caput e o parágrafo único do art. 2º da Decisão COREN-RJ 219/2016 passam a vigorar com a seguinte redação: "Art.2º As anuidades terão vencimento em 30 de junho de 2017 e poderão ser recolhidas da seguinte forma: Parágrafo único - Caso o pagamento não seja realizado até 31 de junho ou se o parcelamento previsto no IV deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros de 1% (um por cento) ao mês."

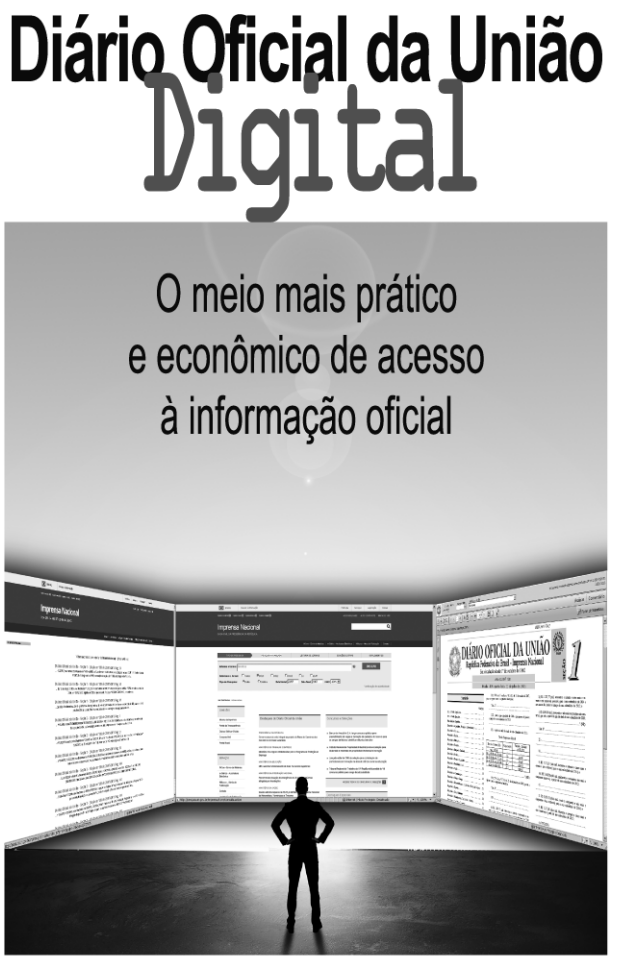
Art. 2º Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente do Conselho

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
1ª Secretária

RETIFICAÇÃO

Nas Decisões COREN-RJ nº 252/2017 e 253/2017, publicadas no DOU nº 51, Seção 1, pág. 107 em 15/03/2017. Onde se lê: 24 meses, leia-se: 36 meses.



O portal da Imprensa Nacional oferece:

- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59

Diário Oficial da União *Digital*
Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão
www.in.gov.br



ATENÇÃO PARA OS NOVOS VALORES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA IMPRENSA NACIONAL

CENTÍMETRO DE COLUNA PARA PUBLICAÇÃO
R$ 33,04

ASSINATURAS			
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NO DISTRITO FEDERAL (R$)			
PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	49,00	23,00	65,00
TRIMESTRAL	146,00	69,00	196,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NOS DEMAIS ESTADOS (R$)			
PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	97,00	72,00	116,00
TRIMESTRAL	292,00	215,00	347,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ELETRÔNICO (R$)			
PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	38,00	38,00	38,00
TRIMESTRAL	113,00	113,00	113,00
SEMESTRAL	226,00	226,00	226,00
ANUAL	452,00	452,00	452,00

O reajuste nos preços cobrados pelo centímetro de publicação e pela comercialização de exemplares e assinaturas do Diário Oficial da União, fixado pela Portaria nº 20, de 1º/2/2017, visa corrigir em parte a defasagem dos valores praticados pela Imprensa Nacional desde 2008.



www.in.gov.br